



ANTÓNIO PEDRO PINTO MONTEIRO

O PRINCÍPIO DA IGUALDADE DAS PARTES
E
A CONSTITUIÇÃO DO TRIBUNAL ARBITRAL EM CASO DE
PLURALIDADE DE PARTES

Dissertação com vista à obtenção do
grau de Doutor em Direito, na
especialidade de Direito Processual

Orientadora:

Doutora Mariana França Gouveia, Professora da Faculdade de Direito da
Universidade Nova de Lisboa

Dezembro de 2015

ANTÓNIO PEDRO PINTO MONTEIRO

O PRINCÍPIO DA IGUALDADE DAS PARTES
E
A CONSTITUIÇÃO DO TRIBUNAL ARBITRAL EM CASO DE
PLURALIDADE DE PARTES

Dissertação com vista à obtenção do
grau de Doutor em Direito, na
especialidade de Direito Processual

Orientadora:

Doutora Mariana França Gouveia, Professora da Faculdade de Direito da
Universidade Nova de Lisboa

Dezembro de 2015

Declaração de compromisso Antiplágio

Declaro, por minha honra, que o trabalho que apresento é original e que todas as citações estão correctamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética e disciplinar.

(António Pedro Pinto Monteiro)

Aos meus pais, ao meu irmão,

À Céline

NOTA PRÉVIA

O presente estudo é o culminar de um longo trabalho que se iniciou em Setembro de 2009, com a inscrição no curso de doutoramento (3.º ciclo) na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Desde então, e até agora, várias pessoas e entidades se revelaram decisivas para que aqui chegasse, justificando-se, por isso, umas breves palavras de agradecimento.

Agradeço, em primeiro lugar, à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), que, desde Janeiro de 2012 até meados de Setembro de 2015, financiou a minha investigação, tendo-se tal apoio revelado determinante.

Um agradecimento muito especial é, igualmente, devido à Professora Doutora Mariana França Gouveia, que me honrou ao aceitar ser a orientadora da tese e foi uma das principais responsáveis pelo meu gosto e interesse na arbitragem. Recordo o I Curso de pós-graduação em Arbitragem, realizado – sob a sua coordenação – na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (em 2008), onde aprendi muito. Por outro lado, não posso deixar de salientar o papel absolutamente decisivo que a Professora Doutora Mariana França Gouveia teve como orientadora da tese, designadamente o acompanhamento permanente que sempre me deu, a sua disponibilidade e dedicação, bem como as observações e críticas feitas.

Agradeço, ainda, a todos os meus colegas da PLMJ - Sociedade de Advogados e, em particular, ao Dr. José Miguel Júdice: pelo incentivo que sempre me deu para prosseguir o meu doutoramento até ao fim, pelo privilégio e honra que tenho de trabalhar directamente com ele e, acima de tudo, pelo muito que pude aprender.

Saliento também o papel e apoio de todos os meus amigos, bem como dos meus colegas do curso de doutoramento (com menção especial para o Mestre Artur Flamínio da Silva, pelas muitas trocas de impressões e de ideias sobre o meu tema de tese).

Agradeço, por fim, a toda a minha família, pelo apoio que sempre me foi dado. Destaco, designadamente, o meu pai, António Pinto Monteiro – se em 1990 fui uma das pessoas em relação às quais a sua tese de doutoramento foi dedicada, chegou agora a minha vez de, através deste modesto estudo, retribuir tal dedicatória.

Agradeço a Deus pela força que sempre me deu.

Lisboa, Dezembro de 2015

António Pedro Pinto Monteiro

MODO DE CITAR E OUTROS ESCLARECIMENTOS

I – As referências bibliográficas e jurisprudenciais constam quer das notas de rodapé (sobre os aspectos a que dizem respeito), quer de uma lista final.

As obras são citadas com a indicação do(s) autor(es), título, número de volume (quando exista), editora, local de edição, ano de publicação e página(s). Em alguns casos, far-se-á também referência ao número de edição (se existir mais do que uma).

Os artigos publicados em revistas, estudos de homenagem e obras colectivas seguem, tendencialmente, a seguinte forma de citação: autor(es), título do artigo, nome da revista ou obra onde o artigo está inserido, ano, número e respetiva(s) página(s).

Em qualquer um dos casos, só a primeira citação da obra ou artigo contempla todos os elementos indicados. Nas referências subsequentes, a citação é feita mencionando apenas o autor, o título (por vezes abreviado) e a(s) página(s).

A lista bibliográfica final é organizada alfabeticamente, atendendo ao apelido dos autores. Sendo diversos os seus trabalhos, os mesmos são ordenados pela data de publicação (seguindo uma ordem crescente, do mais antigo para o mais recente) ou pelo número de volume.

A lista de jurisprudência encontra-se dividida em jurisprudência nacional, europeia e estrangeira, estando cada um desses capítulos, por sua vez, subdividido em vários pontos.

II – O texto foi redigido em conformidade com o anterior Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (de 1945). De todo o modo, nas transcrições efectuadas manteve-se sempre o texto original, independentemente do Acordo Ortográfico seguido.

Todos os elementos bibliográficos, jurisprudenciais e normativos encontram-se atualizados até Setembro de 2015, data em que encerrámos a nossa investigação. Depois dessa data, só pontualmente foram considerados alguns elementos entretanto publicados.

ABREVIATURAS E SIGLAS

A. C.	Antes de Cristo
AAFDL	Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa
APA	Associação Portuguesa de Arbitragem
ARBITRARE	Centro de Arbitragem para a Propriedade Industrial, Nomes de Domínio, Firmas e Denominações
ASA	Association Suisse de l'Arbitrage
BFDUC	Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
BMJ	Boletim do Ministério da Justiça
CAAD	Centro de Arbitragem Administrativa
CAC	Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa
CAMARB	Câmara de Arbitragem Empresarial - Brasil
CBAr	Comité Brasileiro de Arbitragem
CC	Código Civil
CCI	Câmara de Comércio Internacional (Paris) ou ICC
CCILE	Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola
CDP	Cadernos de Direito Privado
CDFUE	Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia
CEDH	Convenção Europeia dos Direitos do Homem
CEFA	Centro de Estudos e Formação Autárquica

CEPANI	Centre Belge d'Arbitrage et de Médiation
CFA	Comité Français de l'Arbitrage
Cfr.	Confrontar
CIETAC	China International Economic and Trade Arbitration Commission
CIMA	Corte Civil y Mercantil de Arbitraje
Cit.	Citado
CJ	Colectânea de Jurisprudência
CNUDCI	Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional ou UNCITRAL
CNY	Convenção sobre o Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, celebrada em Nova Iorque em 10 de Junho de 1958
CONCÓRDIA	Centro de Conciliação, Mediação de Conflitos e Arbitragem da Concórdia
CPC	Código de Processo Civil
CPTA	Código de Processo nos Tribunais Administrativos
CRP	Constituição da República Portuguesa
DIS	Deutsche Institution für Schiedsgerichtsbarkeit
DUDH	Declaração Universal dos Direitos do Homem
Ed.	Edição
FDUC	Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
FDUCP	Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa

FDUL	Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
FDUNL	Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa
FDUP	Faculdade de Direito da Universidade do Porto
IAC	Instituto de Arbitragem Comercial da Associação Comercial do Porto
ICC	International Chamber of Commerce (Paris) ou CCI
ICCA	International Council for Commercial Arbitration
ICDR	International Centre for Dispute Resolution (American Arbitration Association)
ILA	International Law Association
LAV	Lei da Arbitragem Voluntária
LCIA	London Court of International Arbitration
N.º / N.ºs	Número / Números
NJW	Neue Juristische Wochenschrift
Op. cit.	Obra citada
p. / pp.	página / páginas
PCA	Permanent Court of Arbitration
PIDCP	Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos
RDES	Revista de Direito e de Estudos Sociais
RFDULP	Revista da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona do Porto
RIAC	Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação
RICSUL	Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

RLJ	Revista de Legislação e Jurisprudência
ROA	Revista da Ordem dos Advogados
SCC	Stockholm Chamber of Commerce
SHIAC	Shanghai International Arbitration Center
SIAC	Singapore International Arbitration Centre
SPEED	Seminário Permanente sobre o Estado e o Estudo do Direito
ss.	Seguintes
TAS	Tribunal Arbitral du Sport
TEDH	Tribunal Europeu dos Direitos do Homem
UNCITRAL	United Nations Commission on International Trade Law ou CNUDCI
VIAC	Vienna International Arbitral Centre
Vol.	Volume
WIPO	World Intellectual Property Organization
YAR	Young Arbitration Review
ZPO	Zivilprozessordnung

Declaração – limite de caracteres do corpo da tese

*Declaro, por minha honra, que o corpo da tese que apresento –
incluindo espaços e notas – ocupa um total de 799.226 caracteres.*

(António Pedro Pinto Monteiro)

RESUMO

O presente trabalho centra-se no conflito entre o *princípio da igualdade das partes* e a *constituição do tribunal arbitral* em caso de pluralidade de partes.

Não obstante o crescente protagonismo dos últimos anos, a arbitragem depara-se, por vezes, com determinados problemas específicos que têm vindo a pôr em causa a sua credibilidade como meio de resolução alternativa de litígios. As muitas dificuldades que a *pluralidade de partes* é susceptível de trazer ao processo arbitral são um bom exemplo disso mesmo.

Ao longo dos anos, e em diferentes jurisdições, a pluralidade de partes tem vindo, efectivamente, a levantar problemas inesperados no processo arbitral – problemas que não encontramos nos tribunais estaduais e que residem (na sua maioria) na própria origem contratual da arbitragem voluntária, assente na autonomia das partes.

Entre eles, a presente dissertação versa sobre aquele que é o primeiro grande desafio (e um dos principais) que a referida pluralidade traz ao processo arbitral: saber como se deverá o tribunal constituir, mais concretamente, como conciliar o processo de nomeação de árbitros (onde as partes assumem um papel fulcral) com o *princípio da igualdade das partes*.

Apesar da sua importância indiscutível, o respeito pelo princípio da igualdade das partes afigura-se de difícil compreensão no momento da constituição do tribunal arbitral, quando haja pluralidade de partes. Existe, com frequência, um *conflito* que se estabelece entre este princípio e a mencionada constituição, conflito que pode levar à anulação da sentença arbitral que vier a ser proferida (conforme bem evidenciou a

jurisprudência francesa, num célebre acórdão histórico proferido pela *Cour de Cassation* em 1992 – o caso *Dutco*).

Esse conflito tem, além do mais, revelado alguma *fragilidade* da arbitragem face aos tribunais estaduais, a ponto de muitos questionarem se não deverá recorrer-se à jurisdição estadual (e desistir da arbitral) em caso de pluralidade partes – de facto, dir-se-á, de nada adianta estarmos a recorrer à arbitragem se a sentença arbitral vier, no final, a ser anulada por violação de um princípio basilar, como é o princípio da igualdade das partes.

Neste sentido, o objecto do presente trabalho consiste em apurar se, nos termos da LAV, a arbitragem consegue dar ou não uma resposta adequada ao problema que enunciamos, afirmando-se como um verdadeiro meio de resolução alternativa de litígios.

ABSTRACT

This study focuses on the conflict between *party equality* and the *constitution of the arbitral tribunal*, whenever there are several parties.

Despite its fast growth in recent years, arbitration is occasionally confronted with certain problems that compromise its credibility as an alternative dispute resolution method. The many difficulties that *multiparty arbitration* can present are a good example of this.

Throughout the years, and in many jurisdictions, multiparty cases have been raising unexpected problems in arbitral proceedings – problems that we do not find in state courts, and which are mainly due to the contractual nature of arbitration, based on party autonomy.

Among such problems, our thesis analyses the first big challenge (and one of the main issues) that multiparty arbitration faces: the question to know how the arbitral tribunal should be constituted, more precisely, how the appointment of arbitrators (in which the parties assume a decisive role) should be combined with *party equality*.

Notwithstanding its undisputable importance, the exact meaning and respect due to the principle of party equality becomes difficult to understand in the moment the arbitral tribunal is constituted, whenever there are several parties. A *conflict* frequently arises between this principle and the referred constitution, a conflict that could lead to the annulment of the arbitral award (as demonstrated by French case law, in a famous decision of the *Cour de Cassation* in 1992 – the *Dutco case*).

Moreover, such conflict has revealed a certain *fragility* of arbitration when compared to state courts, to the point that many started questioning whether we should turn to state courts (and give up arbitration) in a multiparty scenario – one might even argue that there is no point in choosing arbitration if, in the end, the arbitral award will be

annulled on the ground that it violated such a basic principle like party equality.

In this sense, the purpose of this dissertation is to determine whether arbitration can provide, under the LAV [Portuguese Arbitration Law], an adequate solution to the problem we have described, affirming itself as a true alternative dispute resolution method.

1 – Introdução

1.1 – O problema

I – Meio por excelência de resolução alternativa de litígios, a arbitragem voluntária tem vindo a ganhar cada vez maior protagonismo e notoriedade, assumindo hoje um papel de destaque na resolução de conflitos. Isso é particularmente evidente nas relações comerciais internacionais¹ e também, mais recentemente, em Portugal².

Esta tendência de crescimento³ insere-se, aliás, dentro do progressivo desenvolvimento dos meios de resolução alternativa de

¹ A este respeito, já há muito que vários autores estimam em 80% a 90%, aproximadamente, os contratos de comércio internacional que contêm convenções de arbitragem – *cfr.* A. FERRER CORREIA, “Da arbitragem comercial internacional”, in *Temas de Direito Comercial e Direito Internacional Privado*, Almedina, Coimbra, 1989, p. 173, DÁRIO MOURA VICENTE, *Da Arbitragem Comercial Internacional - direito aplicável ao mérito da causa*, Coimbra Editora, Coimbra, 1990, pp. 17 e 18, LUÍS DE LIMA PINHEIRO, *Arbitragem Transnacional - a Determinação do Estatuto da Arbitragem*, Almedina, Coimbra, 2005, p. 23, e ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado da Arbitragem. Comentário à Lei 63/2011, de 14 de dezembro*, Almedina, Coimbra, 2015, p. 5. A arbitragem tem, na verdade, acompanhado a expansão (e complexidade) do comércio internacional, sendo o seu modo primordial de resolução de litígios (*vide* GARY B. BORN, *International Commercial Arbitration*, vol. I, 2.^a ed., Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2014, p. 1, PHILIPPE FOUCHARD / EMMANUEL GAILLARD / BERTHOLD GOLDMAN, *Fouchard Gaillard Goldman On International Commercial Arbitration*, Kluwer Law International, Haia, 1999, p. 1, e MARIA HELENA BRITO, *Direito do Comércio Internacional*, Almedina, Coimbra, 2004, p. 197).

² *Vide* MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, 3.^a ed., Almedina, Coimbra, 2014, p. 34.

³ Não obstante a origem histórica e antiquíssima da arbitragem, poder-se-á afirmar que foi após o final da Segunda Guerra Mundial que a arbitragem iniciou a sua rota de crescimento até aos dias de hoje (PIERO BERNARDINI, *L'arbitrato nel commercio e negli investimenti internazionali*, 2.^a ed., Giuffrè Editore, Milão, 2008, p. XI) – crescimento que se acentuou, sem dúvida, sobretudo nos últimos trinta anos (neste sentido, PHILIPPE FOUCHARD / EMMANUEL GAILLARD / BERTHOLD GOLDMAN, *Fouchard Gaillard Goldman On International Commercial Arbitration*, *cit.*, p. 1). Sobre a origem histórica da arbitragem, e respectivo desenvolvimento (e crescimento) até aos dias de hoje, veja-se, por exemplo, GARY B. BORN, *International Commercial Arbitration*, vol. I, *cit.*, pp. 6 a 70, LUIZ OLAVO BAPTISTA, *Arbitragem Comercial e Internacional*, Lex Magister, São Paulo, 2011, pp. 21 a 26, ARMINDO RIBEIRO MENDES, “A uniformização do direito

litígios, o que, no nosso país, é hoje um “*facto incontestável*”⁴. De tal forma que se poderá até falar numa inversão do paradigma da Justiça⁵, na medida em que cada vez mais conflitos se decidem fora dos tribunais estaduais⁶.

Em todo o caso, não obstante todo este crescente protagonismo, a verdade é que a arbitragem voluntária depara-se, por vezes, com especiais dificuldades⁷ que põem seriamente em causa o seu papel de meio de resolução *alternativa* de litígios. Entre elas, os (muitos) problemas que a *pluralidade de partes* é susceptível de trazer ao processo arbitral, desde

da arbitragem através da adopção da Lei-Modelo da CNUDCI sobre a arbitragem comercial internacional”, in *V Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 223 e ss., e “Balanço dos Vinte Anos de Vigência da Lei de Arbitragem Voluntária (Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto): sua importância no desenvolvimento da arbitragem e necessidade de alterações”, in *I Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2008, pp. 13 e ss., A. SANTOS JUSTO, “A Arbitragem no Direito Romano - Breve referência ao Direito Português”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 675 a 701, e CÂNDIDA DA SILVA ANTUNES PIRES, “O Monopólio Estadual da Jurisdição: Relatividade Ou Crise”, in *Direito de Macau - reflexões e estudos*, Fundação Rui Cunha / CRED-DM, Macau, 2014, pp. 182 a 186. Para alguns autores, a origem da arbitragem é tão longínqua, que precede, inclusivamente, o próprio sistema de justiça estadual – cfr. ADELINO DA PALMA CARLOS, “La procédure arbitrale en droit comparé”, in *Revue de droit international et de droit comparé*, n.ºs 3 e 4 (1965) - separata, Bruylant, Bruxelas, 1965, pp. 5 e 6.

⁴ MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 13.

⁵ Cfr. PAULA COSTA E SILVA, *A Nova Face da Justiça - Os Meios Extrajudiciais de Resolução de Controvérsias*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, p. 19.

⁶ Para PAULA COSTA E SILVA, o direito de acesso ao Direito “vem sofrendo profundas alterações”, tendo deixado de ser “um direito de acesso ao Direito através do direito de acesso aos tribunais para passar a ser um direito de acesso ao direito, de preferência sem contacto ou sem passagem pelos tribunais [estaduais]” (*A Nova Face da Justiça...*, cit., p. 19). Para maiores desenvolvimentos sobre este ponto, veja-se ANTÓNIO MANUEL HESPAÑA, *Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milénio*, Almedina, Coimbra, 2015 (reimpressão), pp. 506 e ss, e ARNOLDO WALD, “O espírito da arbitragem”, in ARNOLDO WALD (organizador), *Arbitragem e Mediação*, vol. I (A Arbitragem. Introdução e Histórico), Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pp. 743 e ss.

⁷ Dificuldades, sobretudo, de carácter dogmático, particularmente ao nível da compatibilização do regime jurídico da arbitragem com os princípios e regras essenciais do sistema jurídico.

logo no que se refere à *constituição do tribunal* – o tema que nos propomos tratar.

II – A pluralidade de partes na arbitragem é, reconhecidamente, uma das matérias mais difíceis e complexas e que, ao longo dos anos, mais questões vem colocando⁸. O tema tem, na verdade, a fama de levantar “problemas insolúveis” (ou, pelo menos, de difícil resolução), não só para as partes do processo, como também para os árbitros, centros de arbitragem institucionalizada e tribunais estaduais que sejam chamados a intervir⁹.

Neste sentido, *arbitragens multipartes* é a expressão geralmente usada para referir as situações em que mais de duas partes estão envolvidas no mesmo processo arbitral (seja essa pluralidade inicial ou sucessiva, activa, passiva ou mista)¹⁰⁻¹¹ e os muitos problemas associados

⁸ Vide NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, in *50 Years of the New York Convention, ICCA Congress Series*, n.º 14, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2009, p. 345, PIERO BERNARDINI, *L’arbitrato nel commercio e negli investimenti internazionali*, cit., p. 112, e MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Manual de Arbitragem*, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2013, p. 180.

⁹ JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “Final Report on Multi-Party Arbitrations”, in *ICC International Court of Arbitration Bulletin*, vol. 6, n.º 1, Paris, 1995, p. 27.

¹⁰ Veja-se, por exemplo, CHRISTOPHE SERAGLINI / JÉRÔME ORTSCHIEDT, *Droit de l’arbitrage interne et international*, Montchrestien, Paris, 2013, p. 693, OLIVIER CAPRASSE, “The Setting up of the Arbitral Tribunal in Multi-Party Arbitration - La constitution du tribunal arbitral en cas d’arbitrage multipartite”, in *Revue de Droit des Affaires Internationales / International Business Law Journal*, 2006, n.º 2, Sweet & Maxwell, Londres, 2006, p. 197, NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, cit., p. 346, ORKUN AKSELI, “Appointment of Arbitrators as Specified in the Agreement to Arbitrate”, in *Journal of International Arbitration*, vol. 20, n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2003, p. 252, e JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties in the Nomination Process of Arbitrators in Multi-Party Arbitration and Consolidated Proceedings”, in *Austrian Review of International and European Law*, vol. 12, n.º 1, Martinus Nijhoff Publishers, Leiden, 2007, p. 60. Para maiores desenvolvimentos sobre o conceito de *arbitragem multipartes*, veja-se KONSTADINOS MASSURAS, *Dogmatische Strukturen der Mehrparteischiedsgerichtsbarkeit*, Europäische Hochschulschriften, Peter Lang, Frankfurt, 1998, pp. 57 e ss.

¹¹ A expressão *arbitragem multipartes* é, assim, de certa forma, equivalente à nossa figura de pluralidade de partes ou cumulação subjectiva. De salientar, porém, que isso não significa que os conceitos de litisconsórcio e de coligação, bem como o conceito de

a tal pluralidade. Problemas que podem tornar a questão mais *complexa*, sobretudo quando as partes não estiverem todas vinculadas pela mesma convenção de arbitragem e quando se verifique uma cumulação objectiva (pedidos e/ou causas de pedir) – as chamadas “*arbitragens complexas*”, na terminologia de Bernard Hanotiau¹².

As questões que se levantam são, assim, em elevado número (e *complexidade*), assumindo uma natureza tanto material, como processual¹³. No primeiro caso, é comum destacar-se a chamada *extensão da convenção de arbitragem a terceiros* e as *arbitragens multicontratos*. Já os problemas processuais envolvem, sobretudo, questões relacionadas com a constituição do tribunal arbitral, a intervenção de terceiros e a apensação¹⁴.

Por sua vez, importa ainda salientar que este é um tema que se encontra em permanente evolução, onde novos desafios vão surgindo. O recente fenómeno das *class actions* na arbitragem, também conhecido por

terceiro, tal como os conhecemos do Direito Processual Civil, possam ser aqui transpostos (ponto que será mais à frente desenvolvido). A este propósito, veja-se ALEKSANDAR JAKSIC, *Arbitration and Human Rights*, Studien zum vergleichenden und internationalen Recht - Comparative and International Law Studies, vol. 59, Peter Lang, Frankfurt, 2002, p. 155.

¹² Com esta sua expressão (mais abstracta), Bernard Hanotiau parece, essencialmente, abranger três problemas que se podem cumular: a pluralidade de partes, de contratos (convenções de arbitragem) e de pedidos (e/ou causas de pedir), ou melhor, as “multiparty”, “multicontract”, e “multi-issue arbitrations” – BERNARD HANOTIAU, *Complex Arbitrations: Multiparty, Multicontract, Multi-issue and Class Actions*, Kluwer Law International, Haia, 2005, pp. 1 e 2, e “Problems Raised by Complex Arbitrations involving Multiple Contracts-Parties-Issues - An Analysis”, in *Journal of International Arbitration*, vol. 18, n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2001, pp. 253 e 254.

¹³ Vide JORGE MORAIS CARVALHO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, in *RIAC*, APA, n.º 4 (2011), Almedina, Coimbra, 2011, pp. 112 a 114.

¹⁴ Sobre estas (e outras) questões materiais e processuais que o tema levanta, veja-se, particularmente, BERNARD HANOTIAU, *Complex Arbitrations...*, cit., pp. 3 e ss., e MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., pp. 152 a 180, e 262 a 278.

class arbitration (problema de carácter processual), é um bom exemplo disso mesmo¹⁵.

III – À complexidade do problema acresce, depois, a *frequência* com que o mesmo se coloca. Os processos arbitrais com pluralidade de partes têm vindo, efectivamente, a aumentar¹⁶ – a ponto de, segundo alguns autores, chegarem já a cerca de 40%¹⁷.

¹⁵ A *class arbitration* tem sido, por enquanto, um fenómeno essencialmente americano. Em todo o caso, o recente interesse da Comissão Europeia por mecanismos de tutela colectiva (*collective redress*) tem vindo a tornar a questão mais interessante, sobretudo após a Comunicação "Rumo a um quadro jurídico horizontal europeu para a tutela colectiva" [COM(2013) 401 final] e a Recomendação da Comissão (2013/396/UE), ambas de 11/06/2013. A este respeito, repare-se que, na referida Recomendação, é dada uma particular ênfase aos procedimentos alternativos de resolução de litígios (parágrafo 16 dos considerandos e artigo 26.º), onde naturalmente se inclui a arbitragem.

Sobre as *class actions* na arbitragem, assunto sobre o qual já oportunamente nos pronunciámos (ANTÓNIO PEDRO PINTO MONTEIRO / JOSÉ MIGUEL JÚDICE, "Class Actions & Arbitration in the European Union - Portugal", in *Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 189 a 205, e "Class Actions and Arbitration Procedures - Portugal", in *Class Arbitration in the European Union*, Maklu, Antuérpia, 2013, pp. 137 a 152), veja-se, particularmente, S. I. STRONG, *Class, Mass and Collective Arbitration in National and International Law*, Oxford University Press, Nova Iorque, 2013, MARC ORGEL, *Class Arbitration - Von der Gruppenklage zum Gruppenschiedsverfahren und zurück? Eine Untersuchung zum U.S.-amerikanischen Schiedsverfahrensrecht*, Mohr Siebeck, Tübinga, 2013, FLAVIA MARISI, *Il Class Action Arbitration - La sua evoluzione negli Stati Uniti e la sua possibile introduzione nell'Unione Europea*, Grin Verlag, Munique, 2011, e ANA MONTESINOS GARCÍA, "Últimas tendencias en la Unión Europea sobre las acciones colectivas de consumo. La posible introducción de fórmulas de ADR", in *REDUR* - Revista electrónica del Departamento de Derecho de la Universidad de La Rioja, n.º 12, Logroño, 2014, pp. 87 a 112.

¹⁶ Cfr. JULIAN D. M. LEW / LOUKAS A. MISTELIS / STEFAN M. KRÖLL, *Comparative International Commercial Arbitration*, Kluwer Law International, Haia, 2003, p. 377, e GARY B. BORN, *International Commercial Arbitration*, vol. II, 2.ª ed., Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2014, pp. 2565 e 2566. Este aumento tem vindo, especialmente, a ocorrer nos últimos quinze a vinte anos – vide MICHAEL KRAMER / GUIDO E. URBACH / RETO M. JENNY, "Equal Treatment in Multi-Party Arbitration and the Specific Issue of the Appointment of Arbitrators", in *Austrian Arbitration Yearbook 2009*, Manzschke Verlags, Viena, 2009, p. 149.

¹⁷ Vide NATHALIE VOSER, "Multi-party disputes and joinder of third parties", *cit.*, p. 343.

As estatísticas conhecidas de vários centros de arbitragem institucionalizada parecem, de facto, apontar para um elevado número de litígios com pluralidade de partes. É isso que sucede, desde logo, com as estatísticas da *Câmara de Comércio Internacional* (CCI), que nos mostram que cerca de um terço dos processos submetidos à CCI são *arbitragens multipartes*¹⁸. Números semelhantes verificam-se, ainda, por exemplo, no *London Court of International Arbitration* (LCIA)¹⁹, bem como no *Permanent Court of Arbitration* (PCA)²⁰⁻²¹.

Acrescente-se que também em Portugal os processos arbitrais com pluralidade de partes aparentam ser frequentes. O recente estudo das

¹⁸ Cfr. “2013 Statistical Report”, in *ICC International Court of Arbitration Bulletin*, vol. 25, n.º 1, Paris, 2014, p. 7, ANNE MARIE WHITESELL / EDUARDO SILVA ROMERO, “Multiparty and Multicontract Arbitration: Recent ICC Experience”, in *Complex Arbitrations. Perspectives on their Procedural Implications*, ICC International Court of Arbitration Bulletin - Special Supplement, Paris, 2003, p. 7, ANNE MARIE WHITESELL, “Multiparty Arbitration: the ICC International Court of Arbitration perspective”, in *Multiple Party Actions in International Arbitration*, Permanent Court of Arbitration, Oxford University Press, Oxford, 2009, p. 203, e “The 1998 ICC Rules of Arbitration Today”, in *Global Reflections on International Law, Commerce and Dispute Resolution: Liber Amicorum in honour of Robert Briner*, CCI, Paris, 2005, p. 926, bem como BERNARD HANOTIAU, “Introduction”, in *Multiparty Arbitration*, Dossier VII, CCI, Paris, 2010, p. 7. Foi esta frequência que levou a CCI, aquando da última alteração do seu Regulamento de Arbitragem, a dar uma particular atenção ao tema das *arbitragens multipartes* (vide NADIA DARWAZEH / KRISTA ZEMAN, “Joint Nominations in Multiparty Arbitration: The Exercise of the ICC Court’s Discretionary Power to Appoint the Entire Arbitral Tribunal Post-Dutco”, in *ICC International Court of Arbitration Bulletin*, vol. 23, n.º 1, Paris, 2012, p. 30).

¹⁹ Cfr. MARTIN PLATTE, “When should an arbitrator join cases?”, in *Arbitration International*, vol. 18, n.º 1, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2002, p. 67, e ADRIAN WINSTANLEY, “Multiple parties, multiple problems: a view from the London Court of International Arbitration”, in *Multiple Party Actions in International Arbitration*, Permanent Court of Arbitration, Oxford University Press, Oxford, 2009, p. 213.

²⁰ Vide TJACO T. VAN DEN HOUT, “Preface”, in *Multiple Party Actions in International Arbitration*, Permanent Court of Arbitration, Oxford University Press, Oxford, 2009, p. v.

²¹ Esta frequência também se evidencia em outros estudos, fora de centros de arbitragem institucionalizada. Uma investigação feita, por exemplo, há alguns anos atrás, a acções de anulação de sentenças arbitrais apresentadas perante o Supremo Tribunal Federal Suíço, veio demonstrar que 34% desses processos envolveram três ou mais partes – cfr. FELIX DASSER, “International Arbitration and setting aside proceedings in Switzerland: A statistical analysis”, in *ASA Bulletin*, vol. 25, n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2007, pp. 462 e 463.

sentenças arbitrais proferidas pelos tribunais constituídos sob a égide do *Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa* (CAC) veio, precisamente, demonstrar que 35% dos casos apreciados envolveram litígios com pluralidade de partes²².

As razões para esta frequência são conhecidas e não surpreendem verdadeiramente. O fenómeno da globalização e o rápido (e enorme) crescimento do comércio internacional das últimas décadas conduziram a um *aumento do número e da complexidade das transacções comerciais* – transacções estas que, muitas vezes, envolvem mais de duas partes²³.

IV – A pluralidade de partes na arbitragem é, deste modo, um tema controverso, que suscita problemas delicados e difíceis, e que se colocam com muita frequência. Problemas que, ao longo dos anos, e em várias jurisdições, têm *fragilizado* a arbitragem e, acima de tudo, têm posto em causa a capacidade e eficiência dos tribunais arbitrais para lidarem com eles²⁴, a ponto de serem vistos como uma *desvantagem*²⁵ deste meio de resolução alternativa de litígios.

Ora, de entre as muitas questões que se levantam, uma delas merece a nossa atenção particular: a *constituição do tribunal arbitral*.

²² Cfr. Estudo inédito conduzido por MARIANA FRANÇA GOUVEIA (ano 2014).

²³ A este propósito, veja-se, nomeadamente, ALEXIS MOURRE, “L’intervention des tiers à l’arbitrage”, in *Les Cahiers de l’Arbitrage*, numéro spécial, édition Juillet 2002, Gazette du Palais, Paris, 2002, p. 100, NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, *cit.*, p. 343, bem como BERNARD HANOTIAU, “Les groupes de sociétés dans l’arbitrage commercial international”, in *La convention d’arbitrage. Groupes de sociétés et groupes de contrats - Arbitrageovereenkomst. Vennootschapsgroepen en groepen overeenkomsten*, Actes du colloque du CEPANI du 19 novembre 2007, n.º 9, Bruylant, Bruxelas, 2007, p. 118, e “Multiple parties and multiple contracts in international arbitration”, in *Multiple Party Actions in International Arbitration*, Permanent Court of Arbitration, Oxford University Press, Oxford, 2009, p. 35.

²⁴ Bem como a própria capacidade dogmática do instituto da arbitragem de responder à sua função, de resolver litígios.

²⁵ Vide NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, *cit.*, p. 345.

Além de ser, indubitavelmente, um dos principais problemas que a pluralidade de partes coloca na arbitragem²⁶ (senão mesmo o principal problema²⁷), este é também o *primeiro* grande desafio que a referida pluralidade traz ao processo arbitral²⁸ – saber como se deverá o tribunal arbitral constituir (sobretudo quando for colegial), mais concretamente, saber como conciliar o processo de nomeação de árbitros (em que as partes assumem um papel fulcral, nomeando árbitros) com o *princípio da igualdade das partes*²⁹. Problema que se verifica tanto na pluralidade de partes *inicial*, como *sucessiva*.

A importância do princípio da igualdade das partes (uma questão central do nosso tema) não pode, na verdade, ser subestimada, sendo necessário respeitar este princípio em todos os momentos da arbitragem, incluindo na fase de constituição do tribunal. Conforme oportunamente melhor se verá, à semelhança do que se verifica em muitas leis de arbitragem estrangeiras e na Lei-Modelo da UNCITRAL³⁰, esta

²⁶ Veja-se, por exemplo, JULIAN D. M. LEW / LOUKAS A. MISTELIS / STEFAN M. KRÖLL, *Comparative International Commercial Arbitration*, cit., p. 380, e JEAN-FRANÇOIS POUDRET / SÉBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, Sweet & Maxwell, Londres, 2007, p. 197.

²⁷ Cfr. JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “L’arbitrage multipartite en 1992”, in *ASA Bulletin*, vol. 10, n.º 2, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1992, p. 160.

²⁸ Cfr. RICHARD BAMFORTH / KATERINA MAIDMENT, “ ‘All join in’ or not? How well does international arbitration cater for disputes involving multiple parties or related claims?”, in *ASA Bulletin*, vol. 27, n.º 1, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2009, p. 9.

²⁹ Conforme vários autores salientam, há muito que o mundo da arbitragem se vem debatendo com a questão de saber *como e qual* a melhor forma de assegurar o respeito pelo princípio da igualdade das partes nestes casos. Sobre este ponto, veja-se RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality in the Process of Designating Arbitrators in Multiparty Arbitration: An Update on the Governing Provisions”, in *Journal of International Arbitration*, vol. 27, n.º 1, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2010, p. 9.

³⁰ Lei-Modelo da Comissão das Nações Unidas para o Direito do Comércio Internacional [CNUDCI ou, no seu acrónimo inglês mais conhecido, UNCITRAL (*United Nations Commission on International Trade Law*)], de 21/06/1985, com as alterações introduzidas em 07/07/2006. O preceito referente ao princípio da igualdade das partes consta do artigo 18.º.

necessidade resulta, entre nós, desde logo, da própria Lei da Arbitragem Voluntária (LAV)³¹, bem como de duas circunstâncias fundamentais:

i) Do sentido proeminente que a igualdade assume na Constituição da República Portuguesa (CRP)³², conjugado com o facto de, nos feitos submetidos a julgamento, os tribunais não poderem “aplicar normas que infrinjam o disposto na Constituição ou os princípios nela consignados”³³. O princípio da igualdade das partes (tal como o conhecemos do Direito Processual Civil) é, aliás, como será mencionado, um corolário do princípio da igualdade consagrado na CRP³⁴; e

ii) Do próprio direito ao *processo equitativo* – previsto quer na CRP³⁵, quer na Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais [Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH), de 04/11/1950]³⁶⁻³⁷, na Carta dos

³¹ Lei n.º 63/2011, de 14 de Dezembro. O dever de respeito pelo princípio da igualdade das partes encontra-se previsto, como princípio geral, no artigo 30.º, n.º 1, alínea b), da LAV.

³² Designadamente no artigo 13.º, n.º 1, da CRP, que consagra o princípio geral de igualdade.

³³ Artigo 204.º da CRP. Note-se que embora o citado preceito se refira apenas a “tribunais”, não especificando que tribunais serão esses, dúvidas não há de que, entre eles, se incluem também os tribunais arbitrais. A este respeito, veja-se, por exemplo, J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. II, 4.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2010, p. 521, JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo III, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, pp. 55 e 117, bem como o nosso “Do recurso de decisões arbitrais para o Tribunal Constitucional”, in *Themis - FDUNL*, ano IX, n.º 16 (2009), Almedina, Coimbra, 2009, pp. 201 e 202.

³⁴ Vide MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, 2.ª ed., Lex, Lisboa, 1997, p. 42.

³⁵ Artigo 20.º, n.º 4, da CRP.

³⁶ Artigo 6.º da CEDH.

³⁷ Embora não desconheçamos o teor da Recomendação da Assembleia da República de 08/03/2013, relativa à adopção da expressão *Direitos Humanos* em detrimento da expressão *Direitos do Homem* (Resolução n.º 39/2013, publicada no

Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE), de 07/12/2000³⁸, na Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), de 10/12/1948³⁹, e no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP), de 16/12/1966⁴⁰ –, em relação ao qual o processo arbitral se encontra sujeito⁴¹⁻⁴², e que, entre outros princípios e regras fundamentais, postula o princípio da igualdade das partes⁴³.

Diário da República, 1.^a série, n.º 65, de 03/04/2013, 1950), optamos por manter a terminologia *Direitos do Homem*, por corresponder àquela que se encontra enraizada na nossa doutrina e jurisprudência, bem como por ser a que se encontra presente em documentos oficiais.

³⁸ Artigo 47.º, 2.º parágrafo, da CDFUE.

³⁹ Artigo 10.º da DUDH.

⁴⁰ Artigo 14.º, n.º 1, do PIDCP.

⁴¹ Vide MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., pp. 258 a 261, e PAULA COSTA E SILVA, “Preterição do contraditório e irregularidade de constituição de tribunal arbitral”, in *Revista de Processo (RePro)*, ano 37, vol. 212, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2012, pp. 329 e 332. O princípio do processo equitativo compreende, com efeito, “um núcleo normativo essencial que é transversal a todo o direito processual” (aqui se incluindo o direito processual da arbitragem) e cujos efeitos se estendem “a todas as instâncias de administração da justiça” (onde naturalmente se incluem os tribunais arbitrais) – PAULA COSTA E SILVA / NUNO TRIGO DOS REIS, “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 955 e 956.

⁴² Conforme oportunamente se pronunciou o Tribunal Constitucional, “muito embora o legislador, na definição de regras processuais, goze de uma larga margem de liberdade de conformação, não deixa ele de estar sujeito à observância de princípios que, em termos constitucionais, se devem considerar como *estruturantes de qualquer processo contencioso*; é este o caso do *princípio da igualdade de armas*, inquestionável *imperativo do direito a um processo equitativo e justo* que a CRP garante (artigo 20º n.º 4 da CRP). Não há, com efeito, processo equitativo, sem a parificação das partes nos poderes de exposição e demonstração dos factos e razões em que elas, na controvérsia que dirimem, entendem alicerçar as suas respectivas posições” – acórdão do Tribunal Constitucional n.º 518/00, de 29/11/2000 (Relator Artur Maurício, processo n.º 362/00), in <http://www.tribunalconstitucional.pt/>.

⁴³ Cfr. JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil: conceito e princípios gerais à luz do novo código*, 3.^a ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 123 e 124.

Não surpreende, por isso, que o princípio da igualdade das partes seja considerado um princípio “indiscutido em matéria de arbitragem”⁴⁴, isto é, uma verdadeira “regra bíblica” a observar em qualquer processo arbitral⁴⁵. Relevância que se estende, igualmente, à fase de constituição do tribunal, onde tal princípio é visto como “um *princípio de ordem pública processual*”⁴⁶, um princípio que, no fundo, exige que todas as partes do processo tenham direito a participar na constituição do tribunal arbitral – participação esta que, em regra, se traduz na emissão de uma declaração de nomeação⁴⁷. A questão torna-se, porém, mais complexa em caso de pluralidade de partes, onde, como veremos, a referida emissão pode tornar-se problemática e, conseqüentemente, o respeito pela igualdade das partes parece ser mais difícil de assegurar⁴⁸.

Vejamos então, em concreto, as questões que aqui se levantam e sobre as quais nos iremos ocupar.

V – Em consequência da sua origem contratual e natureza privada, a arbitragem voluntária apresenta particularidades próprias que a diferenciam da justiça estadual – particularidades que, se por um lado são, muitas vezes, a razão de ser das principais vantagens associadas à arbitragem, por outro lado levam também a que se coloquem problemas

⁴⁴ MARIA ÂNGELA BENTO SOARES / RUI MANUEL MOURA RAMOS, *Contratos Internacionais - compra e venda, cláusulas penais, arbitragem*, Almedina, Coimbra, 1986, p. 383.

⁴⁵ ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, “Tribunal arbitral - falta de advogado - princípio do contraditório”, anotação ao acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 16/09/2008, in *ROA*, ano 69, vols. I e II, Lisboa, 2009, p. 375. O mesmo se poderá dizer, aliás, a propósito do *princípio do contraditório*, outro princípio fundamental em qualquer arbitragem (a este respeito, veja-se LUCINDA DIAS DA SILVA, *Processo Cautelar Comum. Princípio do contraditório e dispensa de audição prévia do requerido*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pp. 43 e 44).

⁴⁶ PAULA COSTA E SILVA, “Preterição do contraditório...”, *cit.*, p. 333.

⁴⁷ Vide PAULA COSTA E SILVA / NUNO TRIGO DOS REIS, “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, *cit.*, pp. 952 e 953.

⁴⁸ Cfr. MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, pp.196 e 197.

que não ocorreriam nos tribunais estaduais⁴⁹ (como é o caso do tema escolhido).

Um desses traços distintivos reside, precisamente, na possibilidade que as partes têm de designar os membros do tribunal arbitral, isto é, os árbitros que decidirão a causa, ou fixar o modo pelo qual estes são escolhidos⁵⁰. Esta é, aliás, em geral considerada uma das grandes vantagens da arbitragem face aos tribunais estaduais, sendo um claro reflexo da importância que o princípio da autonomia das partes assume na arbitragem⁵¹.

As partes gozam, assim, de um grande protagonismo na nomeação dos *seus* juízes⁵², tendo a possibilidade de escolher pessoas que se revelem *mais aptas* para decidirem o litígio e tenham uma maior *sensibilidade* em relação aos interesses das partes, nomeadamente pessoas com especiais qualificações e conhecimentos técnicos sobre a matéria controvertida ou com uma experiência pessoal e profissional próxima das partes; facto que contribui para que a arbitragem seja vista, muitas vezes, como uma justiça “mais adequada” e especializada⁵³. Embora, claro, os árbitros nomeados

⁴⁹ Vide CARLA GONÇALVES BORGES, “Pluralidade de Partes e Intervenção de Terceiros na Arbitragem”, in *Themis - FDUNL*, ano VII, n.º 13 (2006), Almedina, Coimbra, 2007, p. 109.

⁵⁰ Artigo 10.º, n.º 1, da LAV. O tribunal arbitral poderá ser constituído por um único árbitro ou por vários, desde que em número ímpar (artigo 8.º, n.º 1, da referida Lei).

⁵¹ Cfr. GARY B. BORN, *International Commercial Arbitration*, vol. II, *cit.*, pp. 1638 a 1641, JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties...”, *cit.*, p. 63, e S. I. STRONG, “Intervention and Joinder as of Right in International Arbitration: An Infringement of Individual Contract Rights or a Proper Equitable Measure?”, in *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, vol. 31, Vanderbilt University, Nashville, 1998, p. 928.

⁵² Vide PAULO OTERO, *Direito Constitucional Português*, vol. II (organização do poder político), Almedina, Coimbra, 2010, pp. 419 e 420.

⁵³ Neste sentido, vide MARIA ÂNGELA BENTO SOARES / RUI MANUEL MOURA RAMOS, *Contratos Internacionais...*, *cit.*, p. 321, LUÍS DE LIMA PINHEIRO, *Arbitragem Transnacional...*, *cit.*, p. 25, e JOSÉ MIGUEL JÚDICE, “A constituição do tribunal arbitral: características, perfis e poderes dos árbitros”, in *II Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2009, pp. 111 e 112. Esta vantagem da arbitragem evidencia-se, também, no domínio da arbitragem internacional (espaço multicultural por excelência), onde “a função específica de um árbitro de parte poderá ser a de garantir a

pelas partes não sejam representantes delas, devendo actuar de forma *independente e imparcial*, a verdade é que esta não deixa de ser uma importante faculdade ao dispor das partes⁵⁴⁻⁵⁵.

plena e verdadeira compreensão dos argumentos da parte que o nomeou, que poderia ser posta em causa pela disparidade cultural entre o tribunal arbitral e essa mesma parte e seus colaboradores” – MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, in *Estudos em Homenagem à Professora Doutora Isabel de Magalhães Collaço*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2002, p. 510; sobre este ponto concreto, *vide*, ainda, PIETER SANDERS, “Trends in the field of international commercial arbitration”, in *Recueil des cours de l’Académie de droit international de la Haye - Collected courses of the Hague Academy of International Law*, vol. 145, BrillOnline, Leiden, 1975, p. 215.

⁵⁴ Cfr. ALEXIS MOURRE, “Le droit français de l’arbitrage international face à la Convention européenne des droits de l’homme”, in *Les Cahiers de l’Arbitrage*, numéro spécial, édition Juillet 2002, Gazette du Palais, Paris, 2002, p. 29, e MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, *cit.*, pp. 509 a 511. Conforme salienta Mário Raposo, os árbitros nomeados pelas partes não são “árbitros partidários”, no sentido de não-neutrais, apesar de, muitas vezes, poderem ter “a humana propensão para encarar com maior receptividade a posição da parte que os indicou” – MÁRIO RAPOSO, “Imparcialidade dos árbitros”, in *Estudos sobre Arbitragem Comercial e Direito Marítimo*, Almedina, Coimbra, 2006, p. 82. Sobre esta delicada questão, veja-se, particularmente, JOSÉ MIGUEL JÚDICE, “A constituição do tribunal arbitral: características, perfis e poderes dos árbitros”, *cit.*, pp. 115 a 117.

⁵⁵ Os mencionados requisitos da independência e imparcialidade dos árbitros são essenciais na actual LAV, merecendo particular destaque nesta lei, designadamente no artigo 9.º, n.º 3, bem como nos artigos 10.º, n.º 6, e 13.º. Alguns autores consideram, aliás, que tais requisitos decorrem, antes de mais, “de determinação da própria Constituição” (MIGUEL GALVÃO TELES, “A independência e imparcialidade dos árbitros como imposição constitucional”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, vol. III, Almedina, Coimbra, 2011, pp. 251 e ss.), podendo ainda afirmar-se que estamos perante *princípios de ordem pública* (cfr. SELMA FERREIRA LEMES, “A independência e a imparcialidade do árbitro e o dever de revelação”, in *III Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2010, p. 43). Sobre os deveres dos árbitros, particularmente os de independência e imparcialidade (e respectiva distinção), veja-se, por exemplo, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, pp. 198 a 207, e “O dever de independência do árbitro de parte”, in *Themis - FDUNL*, ano IX, n.º 16 (2009), Almedina, Coimbra, 2009, pp. 319 e 320, JOSÉ MIGUEL JÚDICE, “A constituição do tribunal arbitral: características, perfis e poderes dos árbitros”, *cit.*, pp. 117 a 119, ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “O estatuto dos árbitros e a constituição do tribunal na LAV”, in *RIAC*, APA, n.º 6 (2013), Almedina, Coimbra, 2013, pp. 30 a 33, MÁRIO RAPOSO, “Imparcialidade dos árbitros”, *cit.*, pp. 75 e 76, ARTUR FLAMÍNIO DA SILVA / DANIELA MIRANTE, “O estatuto dos árbitros e o Tribunal Arbitral do Desporto”, in *Desporto & Direito*, ano X, n.º 29 (Janeiro/Abril), Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 154 e ss., e TOMÁS TIMBANE, “Regras deontológicas aplicáveis aos árbitros”, in *RIAC*, APA, n.º 6 (2013), Almedina, Coimbra, 2013, pp. 212 a 217; entre os muitos autores internacionais que escreveram sobre o tema, *vide* PHILIPPE FOUCHARD / EMMANUEL GAILLARD / BERTHOLD GOLDMAN, *Fouchard Gaillard Goldman On International Commercial*

Por outro lado, esta participação das partes na designação dos árbitros leva, também, a que elas tenham uma *maior confiança* no tribunal arbitral e no desenrolar do processo⁵⁶. Dir-se-á que, ao assumirem a própria constituição do tribunal arbitral, escolhendo quem decidirá o seu diferendo, as partes, no fundo, acabam por ganhar “uma grande pré-aceitação de paz”⁵⁷.

A opção, frequente, por um tribunal arbitral colegial (por norma, composto por três árbitros) é, aliás, muitas vezes motivada por esta vontade de cada uma das partes poder indicar o *seu* árbitro⁵⁸ – este é, sem

Arbitration, cit., pp. 564 a 576, e NIGEL BLACKABY / CONSTANTINE PARTASIDES / ALAN REDFERN / MARTIN HUNTER, *Redfern and Hunter on International Arbitration*, 6.^a ed., Oxford University Press, Oxford, 2015, pp. 254 e ss.

Em todo o caso, diga-se ainda que, além de a independência e a imparcialidade serem, nos termos da LAV, deveres (dos árbitros) impostos por lei, estes mesmos deveres podem resultar, igualmente, de *códigos deontológicos*, que têm vindo a ser elaborados por diversas organizações internacionais (*soft law*). Destacam-se aqui, nomeadamente, o *Code of Ethics for Arbitrators in Commercial Disputes*, bem como as *Rules of Ethics for International Arbitrators* e as *Guidelines on Conflicts of Interest in International Arbitration* da *International Bar Association* (IBA). Sobre os referidos códigos, veja-se, por exemplo, BERNARDO REIS, “O Estatuto dos árbitros - alguns aspectos”, in *Themis - FDUNL*, ano IX, n.º 16 (2009), Almedina, Coimbra, 2009, p. 29, SELMA FERREIRA LEMES, “A independência e a imparcialidade do árbitro e o dever de revelação”, cit., pp. 49 a 51, e AGOSTINHO PEREIRA DE MIRANDA, “Arbitragem Voluntária e Deontologia. Considerações preliminares”, in *RIAC*, APA, n.º 2 (2009), Almedina, Coimbra, 2009, pp. 122 a 124 e “O Estatuto Deontológico do Árbitro - passado, presente e futuro”, in *III Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 62 e 68 a 71. Em Portugal, destaca-se o “Código Deontológico do Árbitro” da Associação Portuguesa de Arbitragem (APA) e o do CAC da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, códigos que também consagram, de forma clara, deveres de independência e imparcialidade dos árbitros (vejam-se, designadamente, os artigos 1.º, n.º 1, 2.º e 3.º, do primeiro código, bem como os artigos 1.º, n.º 2, 2.º e 3.º do segundo).

⁵⁶ Salientando estas vantagens, no âmbito do Regulamento de Arbitragem da CCI, veja-se ANNE MARIE WHITESELL / EDUARDO SILVA ROMERO, “Multiparty and Multicontract Arbitration: Recent ICC Experience”, cit., p. 12, e RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, cit., p. 15.

⁵⁷ J. O. CARDONA FERREIRA, “Arbitragem: Caminho da Justiça? Perspectiva de um magistrado judicial. Breves referências ao recurso à anulação e execução da sentença arbitral”, in *O Direito*, ano 141.º, II, Almedina, Coimbra, 2009, p. 275. A este respeito, veja-se, também, JAN PAULSSON, *The Idea of Arbitration*, Oxford University Press, Oxford, 2013, p. 1.

⁵⁸ Vide CHRISTOPHE SERAGLINI / JÉRÔME ORTSCHIEDT, *Droit de l'arbitrage interne et international*, cit., p. 690, e MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei*

dúvida, um dos pontos mais atractivos deste meio de resolução alternativa de litígios⁵⁹.

Vemos assim que, ao contrário do que sucede num processo estadual, onde vigora o *princípio do juiz natural* e onde as partes não desempenham qualquer papel na constituição do tribunal e na designação de juízes, na arbitragem as partes assumem um papel fulcral na constituição do tribunal, nomeando os árbitros⁶⁰. Consequentemente, antes de se iniciar o processo arbitral, ter-se-á de constituir primeiro o tribunal – necessidade que não se verifica na justiça estadual.⁶¹

da Arbitragem Voluntária Comentada, Colecção Vieira de Almeida & Associados, Almedina, Coimbra, 2014, p. 142. É certo que existem outros motivos relevantes que levam à escolha de um tribunal arbitral colegial (como, por exemplo, a complexidade e importância da matéria objecto do litígio). Em todo o caso, a referida vontade de cada parte poder nomear um árbitro é, em grande número de casos, o principal motivo que justifica esta opção.

⁵⁹ Cfr. PIERO BERNARDINI, *L'arbitrato nel commercio e negli investimenti internazionali*, cit., p. XI.

⁶⁰ Facto que se torna incompatível com o princípio do juiz natural aplicável nos tribunais estaduais (OTHMAR JAUERNIG, *Zivilprozeßrecht: ein Studienbuch*, Juristische Kurz-Lehrbücher, 25.^a ed., Verlag C. H. Beck, Munique, 1998, p. 345). Neste sentido, veja-se, na doutrina portuguesa, JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “O Princípio do Contraditório na Nomeação de Árbitro pelo Presidente do Tribunal da Relação”, in *Themis - FDUNL*, ano X, n.º 18 (2010), Almedina, Coimbra, 2011, pp. 33 e 34 [o referido artigo encontra-se igualmente publicado na *RIAC*, APA, n.º 4 (2011), Almedina, Coimbra, 2011, pp. 163 a 177; as citações seguintes serão feitas por referência à primeira destas publicações], PAULA COSTA E SILVA, “Preterição do contraditório...”, cit., pp. 313 e 333, PAULA COSTA E SILVA / NUNO TRIGO DOS REIS, “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, cit., p. 970, PAULA COSTA E SILVA / MARCO GRADI, “A Intervenção de Terceiros no Procedimento Arbitral no Direito Português e no Direito Italiano”, in *Revista Brasileira de Arbitragem*, CBAr, ano VIII, n.º 28, Síntese, Porto Alegre, 2010, pp. 54, 57 e 65, JOSÉ MIGUEL JÚDICE, “A constituição do tribunal arbitral: características, perfis e poderes dos árbitros”, cit., pp. 111 e 112, JOÃO LUÍS LOPES DOS REIS, “A excepção da preterição do tribunal arbitral (voluntário)”, in *ROA*, ano 58, vol. III, Lisboa, 1998, pp. 1126 a 1128, MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO, “O princípio do juiz natural e a nova organização judiciária”, in *Julgar*, n.º 20 (2013), Coimbra Editora, Coimbra, 2013, p. 31, e CARLA GONÇALVES BORGES, “Pluralidade de Partes...”, cit., p. 115.

⁶¹ Vide MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 194, MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, cit., p. 500, e PHILIPPE FOUCHARD / EMMANUEL GAILLARD / BERTHOLD GOLDMAN, *Fouchard Gaillard Goldman On International Commercial Arbitration*, cit., p. 449. Tal como observa Mariana França Gouveia, esta necessidade prévia de constituição do tribunal arbitral poderá, contudo, não existir em alguns centros de

Ora, não obstante as vantagens assinaladas, é justamente aqui que podem surgir alguns problemas. Com efeito, entende-se geralmente que uma das primeiras grandes dificuldades com que a arbitragem se depara verifica-se quando as partes não estão de acordo na constituição do tribunal arbitral (ou uma delas se recusa, por exemplo, a indicar o seu árbitro, no caso de estarmos perante uma arbitragem colegial), gerando, assim, um *impasse* susceptível de comprometer a eficácia e a eficiência da arbitragem. Tal *impasse* deverá ser resolvido com a nomeação do(s) árbitro(s) em falta por uma autoridade competente.⁶²

Esta situação torna-se, porém, particularmente delicada em caso de pluralidade de partes, atendendo ao *princípio da igualdade das partes*. A questão que se levanta é a de saber como conciliar o processo de nomeação de árbitros com o necessário respeito pelo referido princípio – respeito este que, como veremos, é “o contrapeso da impossibilidade lógica de observância do princípio do juiz natural”⁶³ –, sobretudo no caso (mais frequente) de estarmos perante um tribunal arbitral colegial, composto por três árbitros⁶⁴.

arbitragem institucionalizados. É o caso dos centros de arbitragem de consumo portugueses, onde existe “um árbitro único e permanente que julga todas as acções que dão entrada no seu centro” – MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *op. cit.*, p. 194.

⁶² Vide PHILIPPE FOUCARD / EMMANUEL GAILLARD / BERTHOLD GOLDMAN, *Fouchard Gaillard Goldman On International Commercial Arbitration*, *cit.*, p. 484. Nos termos da LAV, essa tarefa caberá ao “tribunal estadual competente” (artigo 10.º, n.ºs 2, 4 e 5), tribunal este determinado no artigo 59.º, n.ºs 1, 2 e 4, da mesma Lei. Se estivermos no âmbito de uma arbitragem institucionalizada, em princípio será o presidente do centro de arbitragem que procederá à designação do árbitro em falta – é o que se verifica, por exemplo, no CAC (artigo 8.º, n.ºs 2 e 4, do Regulamento de Arbitragem).

⁶³ PAULA COSTA E SILVA, “Preterição do contraditório...”, *cit.*, p. 313.

⁶⁴ Nos termos da LAV, na ausência de disposição das partes, a regra supletiva é a de um tribunal arbitral constituído por três árbitros (artigo 8.º, n.º 2, da LAV); algo que se justifica por razões pragmáticas e de eficiência, bem como de “respeito pela tradição de existir um órgão arbitral colegial, o que em regra corresponde à vontade das partes” – JOSÉ MIGUEL JÚDICE, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, APA, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2015, p. 32.

Se as partes forem apenas duas (um demandante e um demandado), o problema, à partida, será facilmente resolvido: o princípio da igualdade das partes cumpre-se dando a cada uma delas o direito de nomear um árbitro (sendo o terceiro árbitro, presidente, designado pelos restantes dois árbitros)⁶⁵.

O mesmo já não se poderá dizer, no entanto, se, em vez de dualidade, existir pluralidade de partes⁶⁶. O respeito pelo mencionado princípio será, neste caso, mais difícil de assegurar, uma vez que já não será possível que cada uma das partes nomeie um árbitro⁶⁷. E, dir-se-á, quanto maior for o número de partes plurais, pior – o *equilíbrio* processual (entre demandantes e demandados) parece ser mais difícil de manter quanto mais partes existirem, sobretudo se, como veremos, não houver identidade (ou proximidade) de interesses entre as partes plurais.

Concretamente, os problemas que ocorrem aqui advêm, sobretudo, da existência de uma certa *tensão* entre a pluralidade de partes em si e a necessidade de respeito pelo princípio da igualdade na constituição do tribunal arbitral, isto é, na nomeação de árbitros. Tensão esta que se faz sentir tanto na *pluralidade de partes inicial*, como na *sucessiva* (resultante da intervenção de terceiros), quer a mesma seja *activa*, *passiva* ou *mista*.

No primeiro caso, a grande questão que acaba sempre por se colocar é a de saber se, quando há, *ab initio*, pluralidade de partes (dois ou mais demandantes e/ou demandados), o princípio da igualdade na constituição do tribunal implica que cada uma dessas partes tenha o *direito*

⁶⁵ Cfr. JULIAN D. M. LEW / LOUKAS A. MISTELIS / STEFAN M. KRÖLL, *Comparative International Commercial Arbitration*, cit., p. 380. É isto o que sucede na LAV (artigo 10.º, n.º 3).

⁶⁶ As soluções para estes casos podem “dar lugar a sérias dúvidas” – LUIGI BIAMONTI, “Arbitrato - Diritto processuale civile”, in *Enciclopedia del Diritto*, vol. II, Giuffrè Editore, Milão, 1958, p. 916.

⁶⁷ Cfr. MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 197.

de nomear o seu árbitro ou se, pelo contrário, os demandantes e/ou demandados serão forçados a designar *conjuntamente* um árbitro.

Imaginemos, por exemplo, uma arbitragem entre A, B e C, na qual A (demandante) intenta uma acção contra B e C (demandados). Supondo que as partes haviam previamente acordado, na cláusula compromissória, numa arbitragem com um painel de três árbitros (na qual o demandante nomearia um árbitro, o demandado outro árbitro, sendo o árbitro presidente designado pelos dois já nomeados⁶⁸), à partida parece que B e C deveriam nomear conjuntamente um árbitro. De outra forma (isto é, se cada parte tivesse o direito de indicar o *seu* árbitro), ficaríamos com um painel composto por quatro árbitros (um nomeado pelo demandante, dois pelos demandados, mais um árbitro presidente), em violação da exigência de um número ímpar de árbitros prevista no artigo 8.º, n.º 1, da LAV⁶⁹, e correndo ainda o risco de nos depararmos com um impasse⁷⁰. Por outro lado, ao mesmo tempo, o direito de os demandados nomearem (cada um) o seu árbitro poderia traduzir-se num aumento dos custos da arbitragem, bem como comprometer a celeridade e a eficácia da mesma⁷¹.

⁶⁸ Tal como previsto no artigo 10.º, n.º 3, da LAV.

⁶⁹ A propósito do conteúdo aparentemente imperativo (ou não) desta norma, *vide*, particularmente, JORGE MORAIS CARVALHO, “O processo deliberativo e a fundamentação da sentença arbitral”, in *O Direito*, ano 143.º, IV, Almedina, Coimbra, 2011, pp. 755 e 756, JOÃO PEDRO PINTO-FERREIRA, “A alegação oportuna da incompetência e da irregularidade na constituição do tribunal arbitral na jurisprudência”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 768 a 770, e ANTÓNIO DE MAGALHÃES CARDOSO / SARA NAZARÉ, “A escolha dos árbitros pelas partes”, in *VIII Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2015, p. 13 (nota de rodapé n.º 15). Sobre o tema, veja-se, ainda, ADELINO DA PALMA CARLOS, “La procédure arbitrale en droit comparé”, *cit.*, pp. 28 a 30.

⁷⁰ Manuel Botelho da Silva equaciona ainda, neste caso, se se deveria manter apenas um árbitro de origem neutra (árbitro presidente). Com efeito, se B e C puderem nomear (cada um) um árbitro, tal poderá pôr em causa a função equilibrante do árbitro presidente, além de, em abstracto, poder abrir a possibilidade de situações de empate – *cfr.* MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, *cit.*, p. 504.

⁷¹ Imagine-se que, em vez de dois demandados (B e C), tínhamos seis (B, C, D, E, F, e G). Neste caso, se cada um dos demandados pudesse nomear um árbitro, então

Porém, se B e C forem *forçados* a nomear conjuntamente um árbitro, não se traduzirá isso numa violação do princípio da igualdade das partes? Com efeito, à partida, parece ser inegável que eles não ficam em condições de igualdade, não sendo tratados da mesma forma que o demandante, uma vez que, ao contrário deste, não puderam nomear o *seu* árbitro e, conseqüentemente, usufruir daquela que é, como referimos, uma das grandes vantagens da arbitragem. Se B e C tiverem, aliás, interesses e posições distintas entre si, parece que ainda menos se justificará uma nomeação conjunta.

Já no segundo caso a questão coloca-se de forma diferente, sendo importante, antes de mais, distinguir se o tribunal arbitral está ou não constituído (o caso mais problemático e frequente será aquele em que o tribunal já se constituiu). Neste sentido, imaginemos que, num processo em que a acção foi intentada por A contra B (dualidade de partes), o tribunal arbitral formou-se e, posteriormente, *interveio um terceiro* (pluralidade de partes sucessiva). Ora, estará este terceiro obrigado a aceitar a composição do tribunal arbitral, tal como se encontra já constituído? Ao abrigo do princípio da igualdade das partes, não poderá o terceiro usufruir do mesmo direito que as outras partes tiveram e nomear um árbitro? Ou, pelo menos, participar no processo de designação do árbitro da parte a que se associa (recompondo-se o tribunal arbitral)?

Deste modo, também quando haja pluralidade de partes sucessiva parece haver uma (clara) diferença de tratamento⁷² – no exemplo referido,

teríamos um painel de oito árbitros (um árbitro nomeado pelo demandante, seis pelos demandados, mais um árbitro presidente). Tal implicaria, com grande probabilidade, um significativo aumento dos custos da arbitragem, além de, como referimos, poder também pôr em causa a celeridade do processo arbitral. A isto acresce que um painel muito grande de árbitros, como o descrito, tornaria também difícil a reunião de todos eles, bem como a tomada de decisões.

⁷² O terceiro parece, à partida, ficar em posição de *desvantagem*, uma vez que, diferentemente das outras partes, não pôde nomear um árbitro (*cfr.* MAURO RUBINO-

entre A e B, de um lado, e o terceiro, do outro –, susceptível de ferir o princípio da igualdade das partes.

VI – Como vemos, vários são os problemas que se levantam. A grande questão, no fundo, acaba por ser a de saber como conciliar o princípio da igualdade com o processo de constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes⁷³. Sendo que, quanto maior for o número de partes, à partida maior serão também as dificuldades que se irão verificar – desde logo, e além de naturais dificuldades logísticas, será mais improvável obter um consenso quanto à nomeação de árbitros⁷⁴.

Este é, podemos dizer, o primeiro grande problema que a pluralidade de partes coloca na arbitragem. Problema que, conforme será oportunamente referido, não encontra uma resposta uniforme nas várias leis e regulamentos de arbitragem estrangeiros. Com efeito, e à semelhança do que sucede, em geral, com a pluralidade de partes na arbitragem, onde é grande a *instabilidade legislativa ao nível internacional*⁷⁵, também aqui existem soluções diferentes para a mesma questão, sendo que, em muitos casos, nem existe qualquer solução consagrada a este respeito⁷⁶ – facto que espelha bem as dificuldades do tema.

SAMMARTANO, *International Arbitration: Law and Practice*, 3.^a ed., Juris, Nova Iorque, 2014, p. 390).

⁷³ A este propósito, veja-se, por exemplo, MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, *cit.*, p. 504.

⁷⁴ Vide RICHARD BAMFORTH / KATERINA MAIDMENT, “ ‘All join in’ or not...”, *cit.*, p. 6.

⁷⁵ Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, *cit.*, p. 112.

⁷⁶ Não obstante a recente atenção por parte de várias leis estrangeiras para o tema da pluralidade de partes na arbitragem, ainda assim não é muito frequente a sua regulação no plano legal (cfr. LAURA SALVANESCHI, *L’arbitrato con pluralità di parti*, Processo e Giudizio - Collana diretta da Giuseppe Tarzia, Cedam, Pádua, 1999, pp. 5 e 6, e JORGE MORAIS CARVALHO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, *cit.*, p. 112), seja quanto ao problema

Dito isto, como será na LAV portuguesa? Dará a LAV uma resposta adequada a estes (muitos) problemas? Como é que todos estes problemas se resolvem (e se é que se resolvem) na lei portuguesa? Por outro lado, e acima de tudo, conseguirá a nossa lei lidar com a constituição do tribunal arbitral nestes casos, sem violar o *princípio da igualdade das partes*?

De facto, uma questão primordial da nossa investigação é perceber, afinal, até onde vai o princípio da igualdade das partes nesta matéria (desde logo, se todas as partes terão ou não o direito de indicar um árbitro, incluindo o terceiro que intervenha)⁷⁷. Neste sentido, assumirá este princípio a mesma importância que tem em outros ramos de direito, como por exemplo no Direito Processual Civil? E será este um princípio essencial à constituição do tribunal arbitral?

Estas são as questões principais que cumpre analisar no nosso trabalho e para as quais procuraremos uma resposta ao longo do mesmo – questões pertinentes e que põem em causa a credibilidade e eficácia da arbitragem como meio de resolução alternativa de litígios.

Na verdade, é sabido que os tribunais arbitrais são verdadeiros e próprios tribunais, que exercem a função jurisdicional, estando previstos no artigo 209.º, n.º 2, da CRP. É conhecido, igualmente, o crescente protagonismo e notoriedade de tais tribunais, ao qual não é alheio o desenvolvimento e a aposta nos meios de resolução alternativa de litígios. Porém, quando confrontados com um problema tão delicado e sensível –

concreto de que tratamos no nosso trabalho, seja quanto a qualquer outra questão. A própria Lei-Modelo da UNCITRAL – onde a LAV fortemente se inspirou – é, aliás, omissa a este respeito.

⁷⁷ A ausência, a este respeito, de um consenso internacional quanto à compreensão e alcance do princípio da igualdade das partes (facto que se evidencia pela referida instabilidade legislativa a que se assiste nesta matéria), é, precisamente, uma das grandes dificuldades com que este tema se depara (*cfr.* MICHAEL KRAMER / GUIDO E. URBACH / RETO M. JENNY, “Equal Treatment in Multi-Party Arbitration...”, *cit.*, p. 151).

como é o da constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes –, será que os tribunais arbitrais conseguem, efectivamente, afirmar-se como um verdadeiro meio *alternativo* de resolução de litígios? Face às dificuldades que se levantam, e ao risco de o princípio da igualdade das partes poder ser violado (desde logo, com a consequente anulação da sentença arbitral que vier a ser proferida⁷⁸), não será preferível recorrermos aos tribunais estaduais sempre que haja pluralidade de partes e desistir dos tribunais arbitrais⁷⁹?

O tema que escolhemos é, em suma, fonte de muitas dúvidas e problemas, que revelam alguma *fragilidade* da arbitragem face aos tribunais estaduais. Ora, o trabalho que iremos desenvolver consistirá, justamente, em apurar se, nos termos da LAV, a arbitragem consegue dar ou não uma resposta adequada à questão que enunciámos, afirmando-se como um verdadeiro meio *alternativo* de resolução de litígios. É este o objecto da nossa investigação.

⁷⁸ Por violação dos pontos ii) e iv) da alínea a) do n.º 3 do artigo 46.º da LAV – questão que será mais à frente desenvolvida.

⁷⁹ Esta é uma questão que se coloca, aliás, por referência aos vários problemas da pluralidade de partes na arbitragem. Atendendo a todas as dificuldades que se suscitam, bem como à ausência de regulação legal que, com alguma frequência, se verifica nesta matéria, vários são os autores a observarem que, contrariamente aos tribunais estaduais, a arbitragem não está muitas vezes preparada para lidar com estes problemas. Neste sentido, veja-se IRENE M. TEN CATE, “Multi-Party and Multi-Contract Arbitrations: Procedural Mechanisms and Interpretation of Arbitration Agreements under U.S. Law”, in *The American Review of International Arbitration*, vol. 15 (2004), Juris, Nova Iorque, pp. 134 a 136, RICHARD GARNETT / HENRY GABRIEL / JEFF WAINCYMER / JUDD EPSTEIN, *A Practical Guide to International Commercial Arbitration*, Oceana Publications Inc., Nova Iorque, 2000, p. 15, NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, *cit.*, p. 345, e KRISTINA MARIA SIIG, “Multi-party arbitration in international trade: problems and solutions”, in *International Journal Liability and Scientific Enquiry*, vol. I, n.ºs 1 e 2, Inderscience Publishers, Genebra, 2007, pp. 72 e 73.

1.2 – Plano de exposição

I – Acabámos de ver que o tema central do nosso estudo é o conflito do princípio da igualdade das partes com a constituição do tribunal arbitral, em caso de pluralidade de partes.

Enunciadas as questões principais (capítulo 1), começaremos, assim, a nossa investigação pelo *princípio da igualdade das partes*, que iremos analisar em dois planos: (i) no plano do ordenamento jurídico português, onde será feita uma breve incursão pela sua longa evolução histórica e pela sua importância no âmbito da CRP e do Direito Processual Civil (capítulo 2); e (ii) ao nível da arbitragem, onde procuraremos aferir qual a relevância, papel e sentido do princípio neste meio de resolução alternativa de litígios, com particular ênfase para o momento da constituição do tribunal arbitral (capítulo 3).

De seguida, centrar-nos-emos então no *conflito* propriamente dito. Distinguiremos aqui o problema específico dos problemas de fundo e daremos especial atenção ao *caso Dutco*, considerado por muitos a origem do problema (capítulo 4).

Uma vez compreendido o mencionado conflito, analisaremos a forma como o mesmo foi tratado pelo legislador português, procurando apurar se este consegue responder às muitas dificuldades que se levantam e se a solução consagrada na LAV respeita ou não o princípio da igualdade das partes. Para o efeito, iremos estruturar o nosso trabalho começando com uma questão prévia (atinente ao modo como se deverá entender o conceito de pluralidade de partes na arbitragem), a que se seguirá o estudo da hipótese de a constituição do tribunal ocorrer quer numa situação de pluralidade de partes *inicial*, quer num caso de pluralidade de partes *sucessiva*, resultante da *intervenção de terceiros*. Paralelamente, será, ainda, equacionada a possibilidade de as partes

regularem – na convenção de arbitragem – o problema de modo diferente da lei, bem como a forma como outros países lidaram com ele (capítulo 5).

No final, concluiremos o presente estudo com as principais conclusões a que chegámos, no âmbito do tema que nos propusemos tratar (capítulo 6).

II – Conforme resulta do plano de exposição delineado, o âmbito da nossa investigação centrar-se-á no *direito português*. Atendendo à importância que o direito comparado tem na arbitragem⁸⁰, não deixaremos, no entanto, de ter naturalmente em conta a reflexão produzida e as soluções presentes noutras ordens jurídicas, assim como em outros instrumentos internacionais relevantes, designadamente o disposto naquela que foi a grande fonte inspiradora da LAV (e de muitos outros legisladores): a *Lei-Modelo da UNCITRAL*⁸¹.

⁸⁰ A este respeito, veja-se ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado da Arbitragem...*, cit., pp. 25 e ss.

⁸¹ Sobre o processo de aprovação da actual LAV, que segue de perto a Lei-Modelo da UNCITRAL, vide MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., pp. 120 a 123, ARMINDO RIBEIRO MENDES, “A nova lei de arbitragem voluntária - evolução ou continuidade?”, in *RIAC*, APA, n.º 5 (2012), Almedina, Coimbra, 2012, pp. 7 e ss., RUI MANUEL MOURA RAMOS, “Arbitragem estrangeira e reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras no novo direito português da arbitragem”, in *Estudos em Homenagem a António Barbosa de Melo*, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 839 a 842, JOSÉ MIGUEL JÚDICE, “The New Portuguese Arbitration Law”, in *ASA Bulletin*, vol. 30, n.º 1, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2012, pp. 7 e ss., ANTÓNIO PINTO LEITE, “A Nova Lei Portuguesa da Arbitragem Voluntária”, in *Revista Brasileira de Arbitragem*, CBAr, ano IX, n.º 33, Síntese, Porto Alegre, 2012, pp. 83 e 84, JOSÉ ROBIN DE ANDRADE, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, cit., pp. 9 e 10, e GONÇALO MALHEIRO / PEDRO SOUSA UVA, “Portugal finally approves its new arbitration law - Portugal adopte finalement ses nouvelles lois d’arbitrage”, in *Revue de Droit des Affaires Internationales / International Business Law Journal*, 2012, n.º 3, Sweet & Maxwell, Londres, 2012, pp. 327 e 328; salientando esta mesma inspiração na Lei-Modelo da UNCITRAL, por referência ao regime de providências cautelares, veja-se PEDRO CAETANO NUNES, “Arbitragem e medidas cautelares: algumas notas”, in *VI Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 99 e ss.

Quanto à natureza da Lei-Modelo e o papel da UNCITRAL nesta matéria, veja-se, entre outros, MARIA ÂNGELA BENTO SOARES / RUI MANUEL MOURA RAMOS, *Contratos Internacionais...*, cit., pp. 319 a 328, MARIA HELENA BRITO, *Direito do*

Por outro lado, a análise que iremos empreender versa sobre a *arbitragem voluntária* e não sobre a *arbitragem necessária*, cuja origem não é contratual, mas sim legal⁸² – o que significa, desde logo, que não

Comércio Internacional, cit., pp. 105 a 108, e ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado da Arbitragem...*, cit., pp. 26 e 27. De salientar, ainda, que a referida lei não se confunde com o *Regulamento de Arbitragem da UNCITRAL (UNCITRAL Arbitration Rules)*, que é, aliás, anterior – o Regulamento é de 1976 (tendo sido alterado em 2010), ao passo que a Lei-Modelo é de 1985 (com alterações introduzidas em 2006); sobre a relação deste Regulamento com a Lei-Modelo, veja-se ARMINDO RIBEIRO MENDES, “A uniformização do direito da arbitragem...”, cit., pp. 232 e ss., e “Nota sobre a Revisão do Regulamento de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional em 2010”, in *RIAC*, APA, n.º 4 (2011), Almedina, Coimbra, 2011, pp. 251 e ss.; especificamente sobre a origem histórica do Regulamento de Arbitragem da UNCITRAL, vide JEAN-FLAVIEN LALIVE, “Contrats entre États ou entreprises étatiques et personnes privées - développements récents”, in *Recueil des cours de l’Académie de droit international de la Haye - Collected courses of the Hague Academy of International Law*, vol. 181, BrillOnline, Leiden, 1983, pp. 202 a 204, e DAVID D. CARON / LEE M. CAPLAN, *The UNCITRAL Arbitration Rules - A Commentary*, 2.ª ed., Oxford University Press, Oxford, 2013, pp. 3 e ss.

⁸² Enquanto na arbitragem voluntária as partes se submetem, *voluntariamente*, a este meio de resolução alternativa de litígios (resulta de uma escolha, de uma opção voluntária das partes), na arbitragem necessária as partes têm de recorrer *necessariamente* a ele (resulta de uma imposição da lei) – vide LUIGI BIAMONTI, “Arbitrato - Diritto processuale civile”, cit., p. 931. Por essa razão, vários são os autores que, em tom crítico, consideram que a arbitragem necessária verdadeiramente não é arbitragem (de *arbitragem* só terá mesmo o nome) – cfr. CHARLES JARROSSON, “L’arbitrage et la Convention européenne des droits de l’Homme”, in *Revue de l’Arbitrage*, CFA, vol. 1989, n.º 4, Paris, 1989, pp. 581 e ss., e SÉBASTIEN BESSON, “Arbitration and Human Rights”, in *ASA Bulletin*, vol. 24, n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2006, p. 398. No mesmo sentido, veja-se, ainda, ARTUR FLAMÍNIO DA SILVA, *A Resolução de Conflitos Desportivos em Portugal: entre o Público e o Privado*, dissertação de doutoramento em Direito Público na FDUNL, versão académica, Lisboa, 2016, e “A arbitragem desportiva em Portugal: uma realidade sem futuro? - anotação ao acórdão n.º 230/2013 do Tribunal Constitucional”, in *Desporto & Direito*, ano X, n.º 28 (Setembro/Dezembro), Coimbra Editora, Coimbra, 2012, pp. 68 e 69 (Autor que usa aqui a expressão “*arbitragem aparente*”), bem como MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Manual de Arbitragem*, cit., pp. 90 a 93; seguindo um entendimento contrário, porém, vide DÁRIO MOURA VICENTE, *Da Arbitragem Comercial Internacional...*, cit., pp. 27 e 28.

Neste contexto, por referência ao artigo 209.º, n.º 2, da CRP, Gomes Canotilho e Vital Moreira, por exemplo, questionam se a cobertura constitucional que é dada aí aos tribunais arbitrais deverá abranger só os voluntários ou também os necessários (J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7.ª ed., Almedina, Coimbra, 2003, p. 671, e J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. II, cit., p. 551). A questão é, de facto, controversa, havendo mesmo quem defenda que os tribunais arbitrais necessários não são verdadeiros tribunais – cfr. JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., p. 83 (nota de rodapé n.º 21); a este propósito, veja-se, ainda, JOSÉ LEBRE

teremos aqui presente, por exemplo, o regime da arbitragem desportiva⁸³, nem o dos litígios emergentes de direitos de propriedade industrial quando estejam em causa medicamentos de referência e medicamentos genéricos⁸⁴.

Por fim, entre as diversas modalidades em que a arbitragem é geralmente classificada, note-se que será dada particular atenção àquela

DE FREITAS, “A citação dos interessados como garantia da defesa no processo de expropriação”, in *Estudos sobre Direito Civil e Processo Civil*, vol. I, 2.^a ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pp. 86 e 87), e PEDRO COSTA GONÇALVES, *Entidades privadas com poderes públicos*, Almedina, Coimbra, 2005, pp. 570 e 571. Para maiores desenvolvimentos sobre a arbitragem necessária, vide, por exemplo, ANDREA PINNA, “Réflexions sur l’arbitrage forcé”, in *Les Cahiers de l’Arbitrage*, 2008, n.º 4, Gazette du Palais, Paris, 2008, pp. 6 a 12, OUSMANE DIALLO, *Le consentement des parties à l’arbitrage international*, Presses Universitaires de France, Paris, 2010, pp. 55 a 82, e, entre nós, RUI MEDEIROS, “Arbitragem necessária e Constituição”, in *Estudos em memória do Conselheiro Artur Maurício*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, pp. 1301 a 1330, e ARTUR FLAMÍNIO DA SILVA, “O Novo Regime Jurídico da Resolução de Conflitos Desportivos no Direito Administrativo: sobre a Arbitragem Necessária e a Mediação no Tribunal Arbitral do Desporto”, in *Arbitragem e Direito Público*, AAFDL, Lisboa, 2015, pp. 395 a 436.

⁸³ Cfr. ARTUR FLAMÍNIO DA SILVA, *A Resolução de Conflitos Desportivos em Portugal...*, cit., JOSÉ MANUEL MEIRIM, “Ainda há questões estritamente desportivas?”, e ANA CELESTE CARVALHO, “O Tribunal Arbitral do Desporto, os tribunais administrativos e os poderes do juiz”, ambos os artigos publicados em ANA CELESTE CARVALHO, (coordenação), *O Direito do Desporto em perspetiva*, Almedina, Coimbra, 2015, pp. 11 a 19 e 21 a 52, respectivamente, RUI MEDEIROS, *A Constituição portuguesa num contexto global*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2015, pp. 369 a 374, e ANTÓNIO JÚDICE MOREIRA, “Portuguese Court of Arbitration for Sports: Constitutional Award No. 781/2013 of November 20, 2013”, in *European International Arbitration Review*, vol. II, n.º 2, Juris, Nova Iorque, 2013, pp. 257 e ss.; sobre o regime anterior, veja-se JOÃO CAUPERS, “Arbitragem administrativa nos conflitos desportivos?”, in ISABEL CELESTE M. FONSECA (coordenação), *A Arbitragem Administrativa e Tributária*, 2.^a ed., Almedina, Coimbra, 2013, pp. 193 a 201. Na jurisprudência, veja-se, particularmente, o acórdão do *Oberlandesgericht* de Munique, de 15/01/2015 (processo n.º U 1110/14 Kart), in http://www.schertzbergmann.de/aktuelles/150115_OLG-Muenchen_U1110-14-Kart.pdf (caso *Pechstein*).

⁸⁴ Lei n.º 62/2011, de 12 de Dezembro. Vide DÁRIO MOURA VICENTE, “O regime especial de resolução de conflitos em matéria de patentes (Lei n.º 62/2011)”, in *ROA*, ano 72, vol. IV, Lisboa, 2012, pp. 971 a 990, J. P. REMÉDIO MARQUES, “A apreciação da validade de patentes (ou certificados complementares de protecção) por tribunal arbitral necessário - excepção versus reconvenção na Lei n.º 62/2011”, in *BFDUC*, vol. LXXXVII, Coimbra, 2011, pp. 179 a 212, e SOFIA RIBEIRO MENDES, “O novo regime de arbitragem necessária de litígios relativos a medicamentos de referência e genéricos (alguns problemas)”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 1005 a 1037.

que é a sua modalidade mais frequente e que tem assumido maior relevo: a *arbitragem comercial*⁸⁵. Vários conhecidos instrumentos internacionais restringem, aliás, o seu âmbito de aplicação à arbitragem comercial, como sucede com a Lei Modelo da UNCITRAL (artigo 1.º, n.º 1)⁸⁶. Não iremos, deste modo, analisar especificamente o problema de que tratamos por referência à arbitragem administrativa⁸⁷, tributária⁸⁸, de investimento⁸⁹, societária⁹⁰, laboral⁹¹ ou nas relações de consumo⁹²⁻⁹³.

⁸⁵ Cfr. DÁRIO MOURA VICENTE, *Da Arbitragem Comercial Internacional...*, cit., pp. 37 e 38, A. FERRER CORREIA, “Da arbitragem comercial internacional”, cit., pp. 178 a 181, e ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado da Arbitragem...*, cit., p. 19.

⁸⁶ A propósito do conceito de arbitragem comercial à luz da Lei-Modelo, veja-se MARIA ÂNGELA BENTO SOARES / RUI MANUEL MOURA RAMOS, *Contratos Internacionais...*, cit., pp. 329 e 330, e PETER BINDER, *International Commercial Arbitration and Conciliation in UNCITRAL Model Law Jurisdictions*, 3.ª ed., Sweet & Maxwell, Beccles, 2010, pp. 21 a 24.

⁸⁷ Sobre a arbitragem administrativa, veja-se, entre outros, MÁRIO AROSO DE ALMEIDA, “Arbitragem e Tribunais Administrativos”, in *RIAC*, APA, n.º 7 (2014), Almedina, Coimbra, 2014, pp. 47 a 64, JOSÉ MANUEL SÉRVULO CORREIA, “A arbitragem voluntária no domínio dos contratos administrativos”, in *Estudos em memória do Professor Doutor João de Castro Mendes*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lex, Lisboa, 1995, pp. 229 a 263, JOSÉ LUÍS ESQUÍVEL, *Os Contratos Administrativos e a Arbitragem*, Almedina, Coimbra, 2004, ANA PERESTRELO DE OLIVEIRA, *Arbitragem de Litígios com Entes Públicos*, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2015, pp. 49 e ss., e ISABEL CELESTE M. FONSECA, “A arbitragem administrativa: uma realidade com futuro?”, in ISABEL CELESTE M. FONSECA (coordenação), *A Arbitragem Administrativa e Tributária*, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2013, pp. 159 a 178.

⁸⁸ A respeito da arbitragem tributária, vide, designadamente, JOSÉ CASALTA NABAIS, “Reflexão breve sobre a introdução da arbitragem tributária”, in NUNO VILLA-LOBOS / MÓNICA BRITO VIEIRA (coordenação), *Mais Justiça Administrativa e Fiscal - Arbitragem*, Coimbra Editora, Coimbra, 2010, pp. 83 a 102, JOSÉ MIGUEL JÚDICE / ROGÉRIO M. FERNANDES FERREIRA, “A Arbitragem Fiscal: Defeitos e Virtudes - Liber Amicorum Alberto Xavier”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Alberto Xavier*, vol. I, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 811 a 841, CARLA CASTELO TRINDADE, *Regime Jurídico da Arbitragem Tributária Anotado*, Almedina, Coimbra, 2015, JORGE LOPES DE SOUSA, “Comentário ao Regime Jurídico da Arbitragem Tributária”, in NUNO VILLA-LOBOS / MÓNICA BRITO VIEIRA (coordenação), *Guia da Arbitragem Tributária*, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 95 a 240, e NUNO VILLA-LOBOS / TÂNIA CARVALHAIS PEREIRA, “A natureza especial dos tribunais arbitrais tributários”, in *RIAC*, APA, n.º 7 (2014), Almedina, Coimbra, 2014, pp. 87 a 122; na jurisprudência merece particular destaque o acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia de 12/06/2014 (processo C-377/13), in http://curia.europa.eu/jcms/jcms/_6/ (*caso Ascendi*).

⁸⁹ Cfr. TIAGO DUARTE, “Arbitragem ICSID e desenvolvimento económico dos Estados”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho*,

Delineado, em traços gerais, o tema objecto do presente estudo, e demarcadas as suas fronteiras, iremos prosseguir, assim, o nosso trabalho no caminho definido, procurando uma resposta às muitas questões enunciadas.

vol. I, BFDUC, *Stvdia Ivridica*, n.º 102, Coimbra Editora, Coimbra, 2012, pp. 269 a 295, e “As fronteiras do Direito Público e a arbitragem internacional de protecção de investimentos”, in *Scientia Ivridica*, tomo LX, n.º 326, Braga, 2011, pp. 292 a 301, DÁRIO MOURA VICENTE, “Arbitragem de Investimento: A Convenção ICSID e os Tratados Bilaterais”, in *V Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 79 a 96, JOSÉ MANUEL SÉRVULO CORREIA, “A resolução dos litígios sobre investimento estrangeiro em direito arbitral comparado”, in *I Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2008, pp. 199 a 222, e VITAL MOREIRA, “A política de investimento estrangeiro da União Europeia depois do Tratado de Lisboa”, in “*Respublica*” Europeia: *Estudos de Direito Constitucional da União Europeia*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, pp. 345 e 346.

⁹⁰ Cfr. ANTÓNIO SAMPAIO CARAMELO, “Arbitragem de litígios societários”, in *RIAC*, APA, n.º 4 (2011), Almedina, Coimbra, 2011, pp. 7 a 64, e RUI PEREIRA DIAS, “Alguns problemas práticos da arbitragem de litígios societários (e uma proposta legislativa)”, in *II Congresso - Direito das Sociedades em Revista*, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 291 a 304.

⁹¹ Veja-se PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito do Trabalho*, 7.ª ed., Almedina, Coimbra, 2015, pp. 1155 a 1166, 1264, 1265 e 1281 a 1284, LUCINDA DIAS DA SILVA, “Arbitragem e *Iuris Laboris Alma*”, in *Questões Laborais*, anos XII e XIII - 2005/2006, n.ºs 26 e 27, Coimbra Editora, Coimbra, 2006 e 2007, pp. 194 a 208 e pp. 91 a 128, respectivamente, e INÊS PINHEIRO, “A arbitrabilidade dos conflitos laborais”, in *IV Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2011, pp. 77 a 88.

⁹² Vide, sobre o tema, MARIA JOSÉ CAPELO, “A lei de arbitragem voluntária e os centros de arbitragem de conflitos de consumo (breves considerações)”, in *Estudos de Direito do Consumidor*, n.º 1, Centro de Direito do Consumo, FDUC, Coimbra, 1999, pp. 101 a 116, e SANDRA PASSINHAS, “Alterações recentes no âmbito da resolução alternativa de litígios de consumo”, in ANTÓNIO PINTO MONTEIRO (coordenação), *O contrato na gestão do risco e na garantia da equidade*, Instituto Jurídico, FDUC, Coimbra, 2015, pp. 357 a 388.

⁹³ Sobre a arbitrabilidade nestas e noutras áreas concretas, veja-se, em especial, BERNARD HANOTIAU, “L’arbitrabilité”, in *Recueil des cours de l’Académie de droit international de la Haye - Collected courses of the Hague Academy of International Law*, vol. 296, BrillOnline, Leiden, 2002, pp. 117 e ss.

2 – O princípio da igualdade das partes no ordenamento jurídico português – importância e evolução do conceito

2.1 – A ideia de igualdade e a sua evolução histórica

I – O *princípio da igualdade das partes* está, como referimos, no centro do nosso problema. A sua importância, sentido, conteúdo e alcance afiguram-se, deste modo, essenciais para o tratamento do tema escolhido.

A compreensão de tal preceito exige, porém, que comecemos com uma breve análise da *ideia de igualdade*, ideia que, como se sabe, está fortemente ligada aos “grandes temas da Ciência e da Filosofia do Direito e do Estado”⁹⁴. Esta é, no entanto, uma tarefa difícil, pois a verdade é que a igualdade é um conceito aberto (e não estanque), controverso, que assume uma multiplicidade de conteúdos e em relação ao qual não existe um consenso generalizado sobre o seu significado⁹⁵ (o que se compreende, uma vez que, acima de tudo, estamos perante um conceito interpretativo⁹⁶).

Feita esta ressalva inicial sobre as dificuldades inerentes à noção de igualdade, o primeiro ponto que cumpre salientar é a ligação próxima entre Justiça e Igualdade, podendo mesmo afirmar-se, com Aristóteles,

⁹⁴ JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV (Direitos Fundamentais), 6.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2015, p. 310.

⁹⁵ Sobre as dificuldades inerentes à noção de igualdade, *vide*, nomeadamente, JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014 (reimpressão), pp. 101 e 102, ANA MARIA GUERRA MARTINS, *A Igualdade e a Não Discriminação dos Nacionais de Estados Terceiros Legalmente Residentes na União Europeia: da origem na integração económica ao fundamento na dignidade do ser humano*, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 39, 46 e 47, GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho. Sua aplicabilidade no domínio específico da formação de contratos individuais de trabalho*, Almedina, Coimbra, 1999, p. 19, e FERNANDO ALVES CORREIA, *O plano urbanístico e o princípio da igualdade*, Almedina, Coimbra, 1989, pp. 393 e 394.

⁹⁶ Cfr. RONALD DWORKIN, *Justiça para Ouriços*, tradução de PEDRO ELÓI DUARTE, Almedina, Coimbra, 2012, p. 373.

que “*justiça é igualdade*”⁹⁷. Esta é uma noção que tem sido, ao longo dos tempos, sucessivamente reafirmada por vários autores⁹⁸ e que, de certa forma, se encontra reflectida naquele que é geralmente considerado um dos símbolos do Direito (a balança com os dois pratos colocados ao mesmo nível)⁹⁹.

⁹⁷ ARISTÓTELES, *Ética a Nicómaco*, tradução de ANTÓNIO DE CASTRO CAEIRO, 4.^a ed., Quetzal, Lisboa, 2012, p. 123 (1131a14).

⁹⁸ Neste sentido, afirmando que “Justiça é igualdade”, e/ou apontando a igualdade como elemento essencial do conceito de Justiça, veja-se, por exemplo, JOÃO BAPTISTA MACHADO, “Iniciação ao mundo do Direito” e “A Justiça e o Direito Natural”, ambos os artigos publicados em *Obra Dispersa*, vol. II, Scientia Iuridica, Braga, 1993, pp. 498 e 196, respectivamente, A. CASTANHEIRA NEVES, *O instituto dos “assentos” e a função jurídica dos Supremos Tribunais*, Coimbra, 1983, pp. 149 e 150, L. CABRAL DE MONCADA, *Filosofia do Direito e do Estado*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 1966, pp. 42 e 43, JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO, *O Direito. Introdução e Teoria Geral*, 13.^a ed., Almedina, Coimbra, 2005, p. 197, JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, cit., pp. 310 e 311, MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: fórmula vazia ou fórmula ‘carregada’ de sentido?”, in *Estudos sobre o Princípio da Igualdade*, Almedina, Coimbra, 2005, pp. 32 a 35, MARIA LÚCIA AMARAL, *A Forma da República. Uma introdução ao estudo do Direito Constitucional*, Coimbra Editora, Coimbra, 2012 (reimpressão), pp. 170 e 171, e “O princípio da igualdade na Constituição Portuguesa”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando M. Marques Guedes*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, Coimbra, 2004, p. 44, FERNANDO ALVES CORREIA, *O plano urbanístico e o princípio da igualdade*, cit., pp. 429 a 434, JOÃO MARTINS CLARO, “O princípio da igualdade”, in *Nos dez anos da Constituição*, organização de JORGE MIRANDA, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1987, p. 38, CRISTINA QUEIROZ, *O Tribunal Constitucional e os Direitos Sociais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, p. 39, SÉRGIO VASQUES, *O princípio da equivalência como critério de igualdade tributária*, Almedina, Coimbra, 2008, pp. 23 a 28, e ANA MARIA GUERRA MARTINS, *A Igualdade e a Não Discriminação...*, cit., pp. 39, 40 e 46.

⁹⁹ Mais concretamente, referimo-nos à figura feminina que, na mitologia greco-romana, é com frequência associada a Themis, Diké ou Justitia, e que, entre outros elementos, surge representada com uma *balança* com os dois pratos colocados ao mesmo nível. Essa balança, que assegura a medida igual, tornou-se, precisamente, “a imagem forte da igualdade e, por seu intermédio, do direito e da justiça” (DIOGO FREITAS DO AMARAL, *Uma Introdução à Política*, com a participação de MARIA DA GLÓRIA GARCIA e de PEDRO MACHETE, Bertrand Editora, Lisboa, 2014, p. 246). A este respeito, veja-se, ainda, MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: da uniformidade à diferenciação ou a interminável história de Caim e Abel, dois irmãos marcados pela diferença”, in *Estudos sobre o Princípio da Igualdade*, Almedina, Coimbra, 2005, p. 20, e “Princípio da igualdade: fórmula vazia...”, cit., p. 33, SÉRGIO VASQUES, *O princípio da equivalência...*, cit., p. 23, e EDUARD BÖTTICHER, *Die Gleichheit vor dem Richter*, 2.^a ed., Hamburger Universitätsreden, Hamburgo, 1961, p. 6.

Em todo o caso, não é só com a Justiça que a igualdade é muitas vezes associada. O mesmo se verifica em relação à *dignidade da pessoa humana*, constatando-se, também aqui, uma forte ligação entre estes dois conceitos¹⁰⁰. Neste sentido, dir-se-á, desde logo, que a igualdade surge como uma ideia centrada no Homem e que, ao longo da história, se traduziu na luta pela afirmação da dignidade deste¹⁰¹. É, de resto, precisamente por todos terem igual dignidade que deverão ser tratados de forma igual¹⁰².

II – A análise da ideia de igualdade justifica, em segundo lugar, uma breve referência à sua (longa) *evolução histórica*. Muito embora, como se sabe, a igualdade nem sempre tenha sido uma prioridade em muitas sociedades (estando até, em alguns casos, longe de o ser¹⁰³), a sua

¹⁰⁰ Cfr. JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, cit., pp. 101 e 110, e ANA MARIA GUERRA MARTINS, *A Igualdade e a Não Discriminação...*, cit., pp. 499, 515 e ss., e 563. A igualdade é, com efeito, um dos principais pilares da noção de direitos humanos [cfr. VITAL MOREIRA / CARLA DE MARCELINO GOMES (coordenação), *Compreender os direitos humanos - manual de educação para os direitos humanos*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, pp. 44, 137 e 138]. Especificamente sobre o conceito de *dignidade da pessoa humana*, veja-se JÜRGEN HABERMAS, *Um ensaio sobre a Constituição da Europa*, tradução de MARIAN TOLDY / TERESA TOLDY, Edições 70, Lisboa, 2012, pp. 27 a 57, JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, cit., pp. 78 a 82 e 239 e ss., JORGE REIS NOVAIS, *A dignidade da pessoa humana*, vol. I (dignidade e direitos fundamentais), Almedina, Coimbra, 2015, GUILHERME DRAY, *O Princípio da Proteção do Trabalhador*, Almedina, Coimbra, 2015, pp. 116 a 126, e JORGE PEREIRA DA SILVA, *Deveres do Estado de Protecção de Direitos Fundamentais*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2015, pp. 113 a 125.

¹⁰¹ Vide GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, cit., pp. 16 e 19, e *O Princípio da Proteção do Trabalhador*, cit., p. 127. Subjacente ao princípio da igualdade existe, assim, um “irrecusável imperativo humanista, que ninguém se atreverá a discutir” (CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, *Os Direitos dos Consumidores*, Almedina, Coimbra, 1982, p. 17); em sentido próximo, veja-se RUI PINTO DUARTE, “Pluralismo Jurídico e Democracia”, in *Escritos Jurídicos Vários 2000-2015*, Almedina, Coimbra, 2015, p. 626.

¹⁰² Cfr. JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, cit., p. 110, e DIOGO FREITAS DO AMARAL, *Uma Introdução à Política*, cit., p. 244.

¹⁰³ Na verdade, ao longo da história, o valor da igualdade foi sendo frequentemente violado (e muitas vezes ignorado), sobretudo em regimes teocráticos, absolutistas e

evolução não deixa de demonstrar, entre outras coisas, que a mesma corresponde a uma *preocupação antiga do Homem*¹⁰⁴. Aqui poderemos, resumidamente, distinguir duas épocas: uma *época pré-constitucional* e uma *época constitucional*.

No que se refere ao primeiro período, importa começar por salientar que a igualdade tem uma vasta trajetória no pensamento mediterrânico, sendo possível referi-la já desde o antigo Egipto¹⁰⁵. Foi, contudo, na *Antiguidade Clássica*, particularmente na Grécia e em Roma, que a igualdade conheceu maiores desenvolvimentos e reflexões profundas – desenvolvimentos e reflexões que ainda hoje se fazem sentir na noção que temos de igualdade¹⁰⁶.

A igualdade esteve, assim, sempre presente no pensamento europeu e na mente dos primeiros filósofos¹⁰⁷. A este respeito, poder-se-á afirmar que a igualdade, como um ideal, surge logo entre os séculos VII e VI A. C. com *Sólon* e, mais tarde, com *Péricles* e na própria *História de Heródoto*¹⁰⁸. Quanto aos filósofos gregos, destacam-se *Platão* e,

totalitários – cfr. VERA LÚCIA RAPOSO, *O Poder de Eva. O princípio da igualdade no âmbito dos direitos políticos; problemas suscitados pela discriminação positiva*, Almedina, Coimbra, 2004, p. 245.

¹⁰⁴ O ideal de uma sociedade alicerçada na igualdade é, com efeito, “um dos ideais permanentes da vida humana” (JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, *cit.*, p. 317), isto é, a igualdade constitui, no fundo, um “ideal ético que acompanha a história da Humanidade” [RICARDO LEITE PINTO, in ALESSANDRA SILVEIRA / MARIANA CANOTILHO (coordenadoras), *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia comentada*, Almedina, Coimbra, 2013, p. 255]. Algo que se compreende bem, atendendo, desde logo, à referida ligação da igualdade com a Justiça e com a dignidade da pessoa humana.

¹⁰⁵ Vide MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade. Introdução à Jurisprudência*, Almedina, Coimbra, 1993, p. 7.

¹⁰⁶ Cfr. SÉRGIO VASQUES, *O princípio da equivalência...*, *cit.*, p. 26.

¹⁰⁷ Cfr. FERNANDO ALVES CORREIA, *O plano urbanístico e o princípio da igualdade*, *cit.*, p. 394, bem como GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, *cit.*, p. 23, e *O Princípio da Proteção do Trabalhador*, *cit.*, p. 128 (nota de rodapé n.º 268).

¹⁰⁸ Vide MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, *cit.*, p. 11, e ANA MARIA GUERRA MARTINS, *A Igualdade e a Não Discriminação...*, *cit.*, p. 40. Na História de Heródoto assiste-se, por sua vez, a uma primeira defesa das ideias de igualdade de

sobretudo, *Aristóteles*. Embora nesta altura a escravatura fosse, ainda, vista como uma instituição natural (defendendo-se uma desigualdade natural dos homens¹⁰⁹), a verdade é que a construção do conceito de igualdade feita por Aristóteles não deixa de se revelar particularmente importante, tendo sido aquela que, neste período, mais influenciou a actualidade¹¹⁰.

Pela relevância que assumirá mais à frente (na análise da solução legal consagrada na LAV), merece, desde já, uma referência especial a célebre máxima que remonta a Aristóteles, no sentido de que o princípio da igualdade exige que se *trate igualmente o que é igual e desigualmente o que é desigual* (ou seja, não exige que se trate tudo por igual). Segundo Aristóteles, “há quem considere que a justiça consiste na igualdade. Assim é, com efeito, mas não para todos e apenas para os que são iguais. Outros consideram que é justa a desigualdade; e na verdade assim é, mas

direitos [veja-se PAULO OTERO, *Instituições Políticas e Constitucionais*, vol. I, Almedina, Coimbra, 2009 (reimpressão), p. 69].

¹⁰⁹ Vide MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, cit., p. 15, PAULO OTERO, *Instituições Políticas e Constitucionais*, vol. I, cit., pp. 85 e 148 e ss., GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, cit., p. 25, e ANA MARIA GUERRA MARTINS, *A Igualdade e a Não Discriminação...*, cit., p. 41 (nota de rodapé n.º 44).

¹¹⁰ Cfr. ANA MARIA GUERRA MARTINS, *A Igualdade e a Não Discriminação...*, cit., p. 40. Além da mencionada identificação entre Justiça e igualdade, que se deve sobretudo a Aristóteles, destaca-se, ainda, a sua distinção entre *justiça distributiva* (à qual corresponderia uma igualdade geométrica ou proporcional) e *justiça comutativa ou correctiva* (que envolve uma igualdade aritmética). Para maiores desenvolvimentos sobre este ponto, veja-se, por exemplo, MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Introdução ao Direito*, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 81 a 83, JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO, *O Direito...*, cit., pp. 198 e 199, L. CABRAL DE MONCADA, *Filosofia do Direito e do Estado*, vol. I, 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 1955, pp. 28 a 30, DIOGO FREITAS DO AMARAL, *Manual de Introdução ao Direito*, vol. I, com a colaboração de RAVI AFONSO PEREIRA, Almedina, Coimbra, 2012 (reimpressão), p. 116, PAULO OTERO, *Instituições Políticas e Constitucionais*, vol. I, cit., p. 83, MARIA LÚCIA AMARAL, *A Forma da República...*, cit., pp. 170 e 171, MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, cit., p. 14, GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, cit., p. 24, SÉRGIO VASQUES, *O princípio da equivalência...*, cit., pp. 23 e 24, e TIAGO SERRÃO, “O Conceito de Justiça: Perspectiva Clássica e Moderna”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Alberto Xavier*, vol. III, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 741 a 749.

unicamente para aqueles que são desiguais e não para todos”¹¹¹. Ou seja, no fundo, duas ideias se extraem deste famoso adágio de Aristóteles: (i) para aqueles que são iguais, a justiça consiste na igualdade; (ii) para aqueles que são desiguais, a justiça consiste na desigualdade (ou melhor, a desigualdade é justa para os desiguais). Consequentemente, não se deve tratar igualmente o que é desigual, tal como não se deve tratar desigualmente aquilo que é igual. É a partir daqui que se chega à célebre fórmula de que o princípio da igualdade exige que *se trate por igual o que é igual e desigualmente o que é desigual* – máxima que, como veremos, é ainda hoje amplamente seguida e reiterada pela nossa doutrina e jurisprudência, revestindo-se de particular importância para a análise da solução consagrada pelo legislador no artigo 11.º da LAV.

Resumindo, poderemos dizer que a Antiguidade Clássica desempenhou, portanto, um papel relevante na construção do conceito de igualdade. Destacamos, designadamente, a ideia de que a igualdade: (i) é a essência da Justiça; (ii) obriga a tratar igualmente o que é igual e desigualmente o desigual; e (iii) não é, nem tem de ser, necessariamente aritmética (podendo e devendo nalguns casos ser geométrica)¹¹².

Estas ideias foram sendo progressivamente desenvolvidas ao longo dos tempos. Em todo o caso, é, verdadeiramente, com os *estóicos* e com o *Cristianismo* que se afirma a igualdade entre todos os homens, a igualdade como um princípio fundamental da existência humana¹¹³ (repudiando-se a

¹¹¹ ARISTÓTELES, *Política*, tradução de ANTÓNIO CAMPELO AMARAL e CARLOS DE CARVALHO GOMES, Coleção Vega Universidade / Ciências Sociais e Políticas, Vega, Lisboa, 1998, p. 217 (1280a10).

¹¹² Sobre estes e outros contributos que a Antiguidade Clássica nos deixou, veja-se, particularmente, MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, cit., pp. 15 e 16.

¹¹³ Cfr. GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, cit., p. 23, e *O Princípio da Proteção do Trabalhador*, cit., pp. 128 e 129, tal como FERNANDO SIMÓN YARZA, “De la igualdad como límite a la igualdad como tarea del Estado: evolución histórica de un principio”, in *Revista Española de Derecho Constitucional*, n.º 97, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Madrid, 2013, pp. 75 e 76.

escravatura e deixando de a aceitar como uma instituição natural)¹¹⁴⁻¹¹⁵. De salientar também o importante papel que, na Idade Média, alguns padres da Igreja desempenharam na construção da ideia de igualdade, nomeadamente Santo Agostinho e S. Tomás de Aquino¹¹⁶.

III – Nos séculos XVII e XVIII, a igualdade ganha um novo fôlego com a *filosofia racionalista* e com o *Iluminismo* – assiste-se, no fundo, à emergência de uma segunda linha de pensamento sobre o conceito de igualdade¹¹⁷. Num período em que grandes pensadores se afirmam (como, por exemplo, Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau), desenvolve-se a noção de que *todos os homens nascem livres e iguais*,

¹¹⁴ Relativamente aos contributos do estoicismo para a ideia de igualdade, destacam-se, sobretudo, *Sêneca* (e a sua tese da existência de uma igualdade natural entre todos os homens) e, no período romano, *Cícero* (que centra também a reflexão na temática do direito natural e das suas relações com o homem). A este respeito, veja-se, particularmente, PAULO OTERO, *Instituições Políticas e Constitucionais*, vol. I, *cit.*, pp. 87 a 94, bem como, por exemplo, GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, *cit.*, pp. 23 e 25, e ANA MARIA GUERRA MARTINS, *A Igualdade e a Não Discriminação...*, *cit.*, p. 42.

¹¹⁵ O Cristianismo desempenhou também um papel extremamente relevante para a construção da ideia de igualdade. Ao defender que todos os homens são filhos de Deus, tendo sido criados à Sua imagem e semelhança, a mensagem cristã estabelece uma regra de igualdade entre todos os homens. Alguns autores recordam, aliás, a este propósito, a Epístola de S. Paulo aos Gálatas (3:28), segundo a qual “não há judeu, nem grego; não há servo, nem livre; não há homem, nem mulher” – sobre este ponto, veja-se, designadamente, PAULO OTERO, *Instituições Políticas e Constitucionais*, vol. I, *cit.*, pp. 94 a 100, A. CASTANHEIRA NEVES, *O instituto dos “assentos” e a função jurídica dos Supremos Tribunais*, *cit.*, p. 155, ANA MARIA GUERRA MARTINS, *A Igualdade e a Não Discriminação...*, *cit.*, p. 42, MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, *cit.*, p. 17, e JOSÉ SOUTO DE MOURA, “Direito e Processo Penal actuais e consagração dos Direitos do Homem”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, ano I, fasc. 4, Aequitas e Editorial Notícias, Lisboa, 1991, p. 569 (nota de rodapé n.º 1).

¹¹⁶ Cfr. MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, *cit.*, pp. 16 e ss., GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, *cit.*, pp. 26 e 27, PAULO OTERO, *Instituições Políticas e Constitucionais*, vol. I, *cit.*, pp. 100 e ss., SÉRGIO VASQUES, *O princípio da equivalência...*, *cit.*, pp. 24 a 26, e FERNANDO ALVES CORREIA, *O plano urbanístico e o princípio da igualdade*, *cit.*, p. 394. Concretamente, sobre o legado de Santo Agostinho e S. Tomás de Aquino, veja-se L. CABRAL DE MONCADA, *Filosofia do Direito e do Estado*, vol. I, *cit.*, pp. 56 a 67 e 75 a 89.

¹¹⁷ Vide DIOGO FREITAS DO AMARAL, *Uma Introdução à Política*, *cit.*, p. 245, e MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: fórmula vazia...”, *cit.*, p. 34.

aproximando-se as ideias de igualdade e liberdade; ao mesmo tempo, há também uma maior consciência da igualdade como um valor comunitário e político, e como um conceito jurídico¹¹⁸.

A igualdade adquire, nesta altura, uma nova força e um carácter reivindicativo, passando a ser vista como uma arma ideológica contra o despotismo¹¹⁹. Por outro lado, a igualdade começa também, cada vez mais, a aproximar-se do ordenamento positivo – o ponto de passagem para o período constitucional que referimos.

A *época constitucional* (segundo momento da evolução histórica do princípio da igualdade) começa, assim, com o alvorecer das *Revoluções Liberais*. Neste período, a igualdade (juntamente com a liberdade) ganha uma cada vez maior preponderância, tendo sido uma das principais ideias inspiradoras das mencionadas revoluções¹²⁰. É a vontade de assegurar a sua realização concreta que leva, aliás, a que venha a ser consagrada em constituições escritas e em declarações de direitos¹²¹, assumindo-se, rapidamente, num “princípio estruturante do constitucionalismo a que aquelas revoluções deram lugar”¹²².

É, deste modo, no contexto geral das três grandes Revoluções Liberais (revoluções que, no mundo ocidental, marcaram a evolução do

¹¹⁸ Vide DIOGO FREITAS DO AMARAL, *Uma Introdução à Política*, cit., p. 245, e ANA MARIA GUERRA MARTINS, *A Igualdade e a Não Discriminação...*, cit., pp. 42 a 46.

¹¹⁹ Cfr. MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: fórmula vazia...”, cit., p. 34, FERNANDO ALVES CORREIA, *O plano urbanístico e o princípio da igualdade*, cit., p. 394, e JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo II, Coimbra Editora, Coimbra, 2006, p. 18.

¹²⁰ Vide DIOGO FREITAS DO AMARAL, *Uma Introdução à Política*, cit., p. 245, e MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: da uniformidade à diferenciação...”, cit., p. 8. Basta recordar o lema da Revolução Francesa, onde a igualdade tem um lugar de destaque: “liberdade, igualdade, fraternidade” (*liberté, égalité, fraternité*).

¹²¹ Cfr. MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: da uniformidade à diferenciação...”, cit., p. 8.

¹²² DIOGO FREITAS DO AMARAL, *Uma Introdução à Política*, cit., p. 245.

absolutismo para o liberalismo¹²³), e particularmente com as constituições americana de 1787 e francesa de 1793 (o ponto de partida do constitucionalismo moderno¹²⁴), que a igualdade será erigida em princípio jurídico-político: o *princípio da igualdade* ou *princípio da igualdade perante a lei*¹²⁵.

Concretizando um pouco mais, poder-se-á dizer que coube aos Estados Unidos da América (EUA) a glória da primeira consagração constitucional do princípio da igualdade¹²⁶. Essa consagração aconteceu ainda antes da Constituição Americana de 1787, com o aparecimento de certas constituições de Estados Americanos (algumas das quais incluíam declarações de direitos). Neste sentido, destaca-se a Declaração de Direitos da Virgínia (12/06/1776), onde a igualdade surge, pela primeira vez, juridicamente consagrada¹²⁷. Quase em simultâneo, também a Declaração de Independência dos EUA (04/07/1776), logo no segundo

¹²³ Referimo-nos à *Glorious Revolution* inglesa (1688) e, sobretudo, à Revolução Americana (1776) e à Revolução Francesa (1789) – sobre este ponto, veja-se, designadamente, DIOGO FREITAS DO AMARAL, *História do pensamento político ocidental*, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 251 a 255.

¹²⁴ Vide MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, cit., p. 45. Embora já antes deste período histórico se pudessem apontar regras constitucionais, é com o triunfo do liberalismo que se vai assistir à consagração e difusão do Estado constitucional (cfr. MARCELO REBELO DE SOUSA / JOSÉ DE MELO ALEXANDRINO, *Constituição da República Portuguesa comentada*, Lex, Lisboa, 2000, p. 9).

¹²⁵ Vide MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, cit., p. 45, tal como GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, cit., p. 28, e *O Princípio da Proteção do Trabalhador*, cit., pp. 130 a 132.

¹²⁶ A este respeito, veja-se, por exemplo, MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, cit., pp. 45 a 47 e 54, GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, cit., pp. 30 a 35, PAULO OTERO, *Instituições Políticas e Constitucionais*, vol. I, cit., pp. 237 a 240, 242 e 243, MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: da uniformidade à diferenciação...”, cit., p. 31, e DIOGO FREITAS DO AMARAL, *Uma Introdução à Política*, cit., p. 245.

¹²⁷ Na secção 1 desta Declaração estabelecia-se, nomeadamente, que “todos os homens são por natureza igualmente livres e independentes e têm certos direitos inatos” [“all men are by nature equally free and independent and have certain inherent rights (...)”].

parágrafo, proclama que todos os homens são iguais¹²⁸. Estas ideias viriam depois a ser desenvolvidas na Constituição do Estado de Massachusetts de 1780¹²⁹, culminando na Constituição Americana de 1787¹³⁰.

Decisiva na consagração da igualdade como princípio jurídico-político foi, igualmente, a evolução verificada em França, na sequência da Revolução de 1789. Embora, cronologicamente, tenha sido nos EUA que a igualdade foi consagrada em primeiro lugar, coube à França a universalização deste princípio, sintetizado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 26/08/1789¹³¹ – a ponto de este país ser visto,

¹²⁸ Declaração de Independência dos EUA, segundo parágrafo: “Tomamos estas verdades como evidentes, que *todos os homens nascem iguais*, que são dotados pelo seu Criador de certos direitos inalienáveis” [“We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights (...)”].

¹²⁹ Constituição de Massachusetts de 1780, Parte 1, artigo 1: “*Todos os homens nascem livres e iguais* e têm certos direitos naturais, essenciais e inalienáveis, de entre os quais constam o direito de gozar e defender as suas vidas e liberdades, o direito de adquirir, possuir e proteger a propriedade e, finalmente, o direito de procurar e obter a sua segurança e felicidade” [“All men are born free and equal, and have certain natural, essential, and unalienable rights; among which may be reckoned the right of enjoying and defending their lives and liberties; that of acquiring, possessing, and protecting property; in fine, that of seeking and obtaining their safety and happiness”]. Nos artigos subsequentes desta Constituição encontramos, igualmente, várias referências à igualdade, onde parece sobressair a ideia de um *dever de igualdade* (a este propósito, veja-se MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, cit., p. 47, e GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, cit., p. 35).

¹³⁰ De salientar, porém, que, não obstante a importância desta Constituição – considerada a primeira e a mais antiga constituição escrita do mundo (cfr. GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, cit., pp. 30 e 31) –, a realidade é que o texto da mesma é pouco rico no que à proclamação do princípio da igualdade se refere; a Constituição de 1787, em matéria de igualdade, limita-se apenas a abolir a atribuição de títulos de nobreza (artigo 1.º, secção 9, *in fine*). Sobre a Constituição Americana de 1787, veja-se, por exemplo, GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, cit., pp. 30 a 34, e MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, cit., pp. 45 e 46.

¹³¹ Artigo 1.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789: “Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos” [“Les hommes naissent et demeurent libres et égaux en droits (...)”]. O citado artigo (assim como outras disposições da Declaração) foi, em alguma medida, inspirado na experiência americana, particularmente na Constituição de Massachusetts de 1780 – vide MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, cit., pp. 47 e 48, e MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: da uniformidade à diferenciação...”, cit., p. 31 (nota de rodapé n.º 6). A este respeito, sobre a origem histórica dos direitos fundamentais, e a conhecida

muitas vezes, como a pátria mãe da igualdade¹³². Seguiu-se a Constituição de 1791¹³³ e, finalmente, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, subjacente à Constituição de 24/06/1793¹³⁴. Ao proclamar, expressamente, no artigo 3.º, que “todos os homens são iguais por natureza e *perante a lei*”¹³⁵, a experiência revolucionária francesa deixa para a posteridade um importante legado, referimo-nos à *universalização* do princípio da igualdade perante a lei. Conforme bem observa Castanheira Neves, é a partir daqui que “o ‘*princípio da igualdade*’ ou, no seu enunciado jurídico e mais restrito, o *princípio da igualdade perante a lei* (...) ficou adquirido para sempre como um verdadeiro axioma político e jurídico que todas as constituições até aos nossos dias, e em todas as latitudes, iriam consagrar, com essa mesma formulação ou semelhante”¹³⁶.

discussão entre Georg Jellinek e Émile Boutmy, veja-se NUNO PIÇARRA, *A separação dos poderes como doutrina e princípio constitucional - um contributo para o estudo das suas origens e evolução*, Coimbra Editora, Coimbra, 1989, pp. 191 a 193.

¹³² Cfr. GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, cit., pp. 36 e 44, e *O Princípio da Proteção do Trabalhador*, cit., pp. 130 e 131 (nota de rodapé n.º 275).

¹³³ Constituição que, no seguimento do que já havia sido proclamado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, defende, igualmente, o corte com as instituições que ofendiam a liberdade e a igualdade de direitos (sobre este ponto, veja-se, por exemplo, MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, cit., pp. 49 e 50, e GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, cit., pp. 41 e 42).

¹³⁴ É com a Constituição e Declaração de 1793 que a igualdade se torna no primeiro dos direitos fundamentais; ao mesmo tempo, verifica-se, também, “uma postura em que a garantia dos direitos e liberdades não se reconduz sempre a um comportamento abstencionista por parte do poder, antes postula uma intervenção social activa, criando verdadeiras obrigações *de facere* que permitem recortar a génese dos direitos sociais” (PAULO OTERO, *Instituições Políticas e Constitucionais*, vol. I, cit., pp. 244 e 245).

¹³⁵ Artigo 3.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, subjacente à Constituição de 24/06/1793: “Tous les hommes sont égaux par la nature et devant la loi”.

¹³⁶ A. CASTANHEIRA NEVES, *O instituto dos “assentos” e a função jurídica dos Supremos Tribunais*, cit., pp. 118 e 119. No mesmo sentido, veja-se, ainda, DIOGO FREITAS DO AMARAL, *Uma Introdução à Política*, cit., p. 245 e FERNANDO SIMÓN YARZA, “De la igualdad como límite a la igualdad como tarea del Estado...”, pp. 82 e ss.

IV – Na longa evolução histórica da ideia de igualdade, o liberalismo foi, assim, uma época marcante, época onde se assistiu à consagração do princípio da igualdade perante a lei.

A importância deste princípio é inegável, a ponto de, ainda hoje, ser considerado e tratado como um valor fundamental pelas constituições de diferentes países¹³⁷ (entre as quais, como veremos, se inclui a nossa), bem como por vários instrumentos de direito europeu e internacional (caso da CDFUE¹³⁸, da CEDH¹³⁹, da DUDH¹⁴⁰ e do PIDCP¹⁴¹).

Uma vez consagrado, cumpre, no entanto, salientar que o princípio da igualdade (ou princípio da igualdade perante a lei) é um daqueles princípios cujo sentido e alcance se vão alterando ao longo do tempo e que, por isso, tem de ser compreendido no contexto histórico e social em que se proclame¹⁴². A este respeito, apontam-se, geralmente, dois

¹³⁷ Cfr. FERNANDO ALVES CORREIA, *O plano urbanístico e o princípio da igualdade*, cit., p. 395, e ANTÓNIO VITORINO, *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*, Principia, Cascais, 2002, p. 93.

¹³⁸ O artigo 20.º da CDFUE consagra, de forma clara, que “todas as pessoas são iguais perante a lei”.

¹³⁹ Nos considerandos do Protocolo n.º 12 à CEDH consta, precisamente, uma referência ao “princípio fundamental segundo o qual todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito a uma igual protecção pela lei”. O Protocolo n.º 12 veio, deste modo, colmatar um dos défices da CEDH, designadamente ao nível da garantia do princípio da igualdade perante a lei (isto não obstante o disposto no artigo 14.º da Convenção, referente à proibição de discriminações) – cfr. JÓNATAS E. M. MACHADO, *Direito Internacional. Do paradigma clássico ao pós-11 de Setembro*, 4.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2013, p. 421. O Protocolo representa, assim, definitivamente, a autonomização do princípio da igualdade (bem como do princípio da não discriminação) no acervo da CEDH – vide DULCE LOPES, “A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem vista à luz do princípio da não discriminação”, in *Julgar*, n.º 14 (2011), Coimbra Editora, Coimbra, 2011, p. 52. De salientar que Portugal assinou o Protocolo n.º 12, mas ainda não o ratificou.

¹⁴⁰ Do artigo 7.º da mencionada Declaração resulta, de forma categórica, que “todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual protecção da lei (...)”.

¹⁴¹ Artigo 26.º, 1.ª parte, do PIDCP: “todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito, sem discriminação, a igual protecção da lei”.

¹⁴² Vide A. CASTANHEIRA NEVES, *O instituto dos “assentos” e a função jurídica dos Supremos Tribunais*, cit., p. 119.

entendimentos possíveis para tal princípio: um *sentido formal* (próprio do liberalismo) e um *sentido material* (que surge com o Estado Social)¹⁴³.

Na época liberal, a ideia subjacente ao princípio da igualdade é a de que, sendo o Estado de Direito um Estado de leis, e sendo a lei, por definição, geral e abstracta, tal significa que esta deverá então obrigar e proteger *de igual forma* todos os cidadãos¹⁴⁴. O importante era, deste modo, que a lei “fosse aplicada a todos os seus destinatários *por igual*, sem olhar a quem, sem distinguir em função da posição social, de títulos ou de convicções” – “a lei é igual para todos, todos são iguais perante a lei”¹⁴⁵. A igualdade era essencialmente entendida como *igualdade na aplicação da lei*¹⁴⁶, preconizando-se a abolição total de privilégios, bem como a exclusão de quaisquer discriminações¹⁴⁷.

Não obstante a importância deste entendimento (sobretudo no momento histórico em que surge)¹⁴⁸, a verdade é que a concepção de

¹⁴³ Vide A. CASTANHEIRA NEVES, *op. cit.*, pp. 119 e 120.

¹⁴⁴ Vide JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo II, *cit.*, pp. 18 e 19.

¹⁴⁵ JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, *cit.*, p. 102.

¹⁴⁶ Cfr. JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, *cit.*, p. 102.

¹⁴⁷ Cfr. A. CASTANHEIRA NEVES, *O instituto dos “assentos” e a função jurídica dos Supremos Tribunais*, *cit.*, p. 121, e ANTÓNIO PINTO MONTEIRO, *Sumários de Introdução ao Estudo do Direito*, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1978, pp. 81 e 82. Para maiores desenvolvimentos sobre o conceito de igualdade no liberalismo, veja-se, entre outros autores, CRISTINA NOGUEIRA DA SILVA, “Conceitos oitocentistas de cidadania: liberalismo e igualdade”, in *Análise Social*, RICSUL, vol XLIV, n.º 192, Lisboa, 2009, pp. 533 e ss.

¹⁴⁸ Este entendimento da igualdade (formal) teve uma importância indiscutível e, ainda hoje, constitui “uma das traves mestras da cultura pública democrática” (JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo II, *cit.*, p. 19), um mínimo que se impõe a qualquer Estado de Direito enquanto exigência que decorre da igual dignidade de todos (cfr. JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, *cit.*, p. 103). Em consonância com a posição de Jorge Miranda e Rui Medeiros, poder-se-á, aliás, dizer que tal entendimento consubstancia o primeiro princípio de justiça definido por John Rawls, isto é, *o sistema de iguais direitos - liberdades de todos* (cfr. JOHN RAWLS, *Uma Teoria da Justiça*, tradução de CARLOS PINTO CORREIA, 3.ª ed., Editorial Presença, Lisboa, 2013, pp. 67, 68, 197 a 203 e 237 a 240).

igualdade do período liberal não está, de maneira nenhuma, isenta de críticas. Com efeito, ao postular uma aplicação cega e mecânica da lei a todas as pessoas, não tomando em consideração a efectiva desigualdade factual ou social dos indivíduos, o liberalismo apenas consegue atingir uma *igualdade formal*¹⁴⁹, uma igualdade que revela o distanciamento do Estado em relação à sociedade e aos seus membros¹⁵⁰.

Além de algumas incongruências¹⁵¹, o problema desta concepção de igualdade prende-se, especialmente, com o carácter inflexível da necessidade de uma igual aplicação da lei. Quando nem todos os indivíduos dispõem dos mesmos meios e condições para exercer os seus direitos e para cumprir os seus deveres, a igualdade formal cedo se revela

¹⁴⁹ Vide PAULO OTERO, *Instituições Políticas e Constitucionais*, vol. I, *cit.*, p. 254. A igualdade formal é, por vezes, também designada por igualdade *abstracta*, *matemática*, *exacta*, *estrita* ou *jurídica* (entre outras expressões) – *cfr.* VERA LÚCIA RAPOSO, *O Poder de Eva...*, *cit.*, p. 248.

¹⁵⁰ Vide PAULO OTERO, *Instituições Políticas e Constitucionais*, vol. I, *cit.*, pp. 254 e 255. A concepção liberal de igualdade mostra-se, assim, “completamente inadequada à realidade social” [JOSÉ JOÃO ABRANTES, *A vinculação das entidades privadas aos direitos fundamentais*, AAFDL, Lisboa, 1990, pp. 15 e 16, e *Direitos fundamentais da pessoa humana no trabalho - em especial, a reserva da intimidade da vida privada (algumas questões)*, FDUNL, Colecção SPEED, Almedina, Coimbra, 2014, p. 11].

¹⁵¹ Conforme bem observa PAULO OTERO, o princípio liberal da igualdade de todos perante a lei encerrava, então, algumas contradições. Referimo-nos, particularmente, ao facto de a igualdade liberal não excluir a existência de escravatura, à desigualdade em que se encontravam as mulheres (a igualdade de todos perante a lei era, assim, apenas a igualdade dos homens) e ao facto de o direito de sufrágio não ser universal – *cfr.* *Instituições Políticas e Constitucionais*, vol. I, *cit.*, p. 255. No que se refere à escravatura, repare-se que, por exemplo, não obstante a Declaração de Independência dos EUA, de 1776, proclamar que todos os homens eram iguais, certo é que só após o final da guerra civil americana (Guerra da Secessão, de 1861 a 1865) é que a escravatura negra viria a ser definitivamente abolida (sobre este ponto, veja-se VIRIATO SOROMENHO-MARQUES, *A era da cidadania - De Maquiavel a Jefferson*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1996, p. 193). Já quanto aos direitos das mulheres, ter-se-ia de esperar pelo século XX para que a sua condição começasse a ser acautelada pelas Constituições e se começasse a afirmar uma verdadeira igualdade perante a lei [*vide* VERA LÚCIA RAPOSO, *O Poder de Eva...*, *cit.*, p. 247; sobre o tema, veja-se, em especial, TERESA PIZARRO BELEZA, “Género e Direito: da Igualdade ao ‘Direito das Mulheres’”, in *Themis - FDUNL*, ano I, n.º 2 (2000), Almedina, Coimbra, 2001, pp. 35 a 66]. De facto, importa não esquecer que uma coisa é a proclamação do princípio da igualdade, outra, bem diferente, é a sua aceitação e aplicação prática (*cfr.* JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, *cit.*, p. 317).

*insuficiente*¹⁵². Mas mais do que isso: a pouco e pouco, começa-se também a aperceber que a igualdade formal do liberalismo é, ela própria, susceptível de conduzir a grandes desigualdades e a situações profundamente discriminatórias¹⁵³. Com efeito, estando impedida de efectuar diferenciações materiais, e obrigada a tratar da mesma forma situações que, à partida, seriam substancialmente diferentes, a lei (geral e abstracta) era, afinal, fonte das maiores injustiças – ela “legitimava, mantinha e aprofundava as situações de injustiça e desigualdade”¹⁵⁴.

Não tardou, assim, a que se reparasse na “evidente hipocrisia” que o princípio da igualdade formal encerrava (esquecendo as naturais diferenças que separam os homens, o princípio da igualdade, assim entendido, acabava por promover as desigualdades)¹⁵⁵. E daí que se tenha começado a sentir necessidade de ir mais além, a necessidade de considerar uma outra dimensão de igualdade: a *igualdade material ou substancial*¹⁵⁶.

¹⁵² Vide JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo II, *cit.*, p. 19.

¹⁵³ Cfr. VERA LÚCIA RAPOSO, *O Poder de Eva...*, *cit.*, p. 249, ANA MARIA GUERRA MARTINS, *A Igualdade e a Não Discriminação...*, *cit.*, p. 47, e JORGE MIRANDA, “Igualdade e participação política da mulher”, in *Escritos Vários sobre Direitos Fundamentais*, Princípia, Estoril, 2006, p. 420.

¹⁵⁴ JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, *cit.*, p. 103. O liberalismo não só não visava combater as desigualdades sociais (posição de neutralidade do Estado), como acabou mesmo por agravar essas desigualdades, lançando na miséria massas humanas em número cada vez maior – cfr. JOÃO CAUPERS, *Os direitos fundamentais dos trabalhadores e a Constituição*, Almedina, Coimbra, 1985, pp. 56 e 57, e JOSÉ CASALTA NABAIS, “Algumas reflexões críticas sobre os direitos fundamentais”, in *Por uma liberdade com responsabilidade. Estudos sobre direitos e deveres fundamentais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, p. 100.

¹⁵⁵ Vide MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: da uniformidade à diferenciação...”, *cit.*, p.12, e “Princípio da igualdade: fórmula vazia...”, *cit.*, pp. 38 e 39.

¹⁵⁶ Vide JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo II, *cit.*, p. 19. Os conceitos de igualdade material e igualdade substancial são, regra geral, usados como sinónimos. Por outro lado, a referida igualdade é, ainda, frequentemente designada (entre outros termos) por igualdade *verdadeira, efectiva* ou *real* – cfr. VERA LÚCIA RAPOSO, *O Poder de Eva...*, *cit.*, p. 249.

V – O conceito de igualdade material surge, deste modo, no seguimento das críticas dirigidas à igualdade formal¹⁵⁷ e com a passagem do Estado Liberal para o *Estado Social* (ou *Estado-providência*).

Historicamente, poder-se-á dizer que é, sobretudo, no final do século XIX e, particularmente, na sequência da I Guerra Mundial e das várias revoluções sociais então verificadas, que ocorre uma forte crise da consciência liberal¹⁵⁸ – crise esta que irá levar ao surgimento do Estado Social¹⁵⁹. O fim da I Guerra Mundial e a depressão económica que se seguiu revelaram, efectivamente, ao mundo a falência do modelo económico do Estado Liberal¹⁶⁰. A ideia de neutralidade e abstencionismo do Estado é ultrapassada; o Estado passa agora a intervir também no plano económico, social e cultural¹⁶¹.

O Estado Social marca, assim, a passagem do constitucionalismo liberal para o constitucionalismo social¹⁶² e, para os efeitos que aqui nos

¹⁵⁷ Cfr. GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, cit., p. 21, e *O Princípio da Proteção do Trabalhador*, cit., pp. 136 e ss.

¹⁵⁸ Vide JOSÉ JOÃO ABRANTES, *A vinculação das entidades privadas aos direitos fundamentais*, cit., p. 16, e *Direitos fundamentais...*, cit., p. 12.

¹⁵⁹ Para maiores desenvolvimentos sobre o surgimento do Estado Social, veja-se, entre outros, JORGE REIS NOVAIS, *Direito Sociais - Teoria Jurídica dos Direitos Sociais enquanto Direitos Fundamentais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2010, pp. 17 e ss.

¹⁶⁰ Vide PAULO OTERO, *Instituições Políticas e Constitucionais*, vol. I, cit., pp. 335 e 336.

¹⁶¹ Cfr. GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, cit., p. 91.

¹⁶² Vide JOSÉ JOÃO ABRANTES, *Direitos fundamentais...*, cit., pp. 12 e 13. Na Europa, foi sobretudo na Alemanha, com a Constituição de Weimar (11/08/1919), que o modelo de Estado Social teve a sua primeira formulação constitucional (cfr. PAULO OTERO, *Instituições Políticas e Constitucionais*, vol. I, cit., pp. 336 e 337, ANA PRATA, *A tutela constitucional da autonomia privada*, Almedina, Coimbra, 1982, pp. 112 e 113, e CARLOS BLANCO DE MORAIS, *Curso de Direito Constitucional: teoria da Constituição em tempo de crise do Estado Social*, tomo II, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, pp. 125 e 126). Muito embora, e ainda no que à Europa diz respeito, se deva acrescentar que o texto constitucional pioneiro sobre o reconhecimento de direitos fundamentais foi a Constituição de 1848 da Segunda República Francesa (que reconheceu já alguns direitos sociais); seguiu-se-lhe, depois, a Constituição Suíça de 1874, onde encontramos, de forma expressa, as primeiras preocupações sociais (vide JOÃO CAUPERS, *Os direitos fundamentais dos trabalhadores e a Constituição*, cit., pp. 28 e 29).

interessam, marca também uma importante evolução no conceito de igualdade. O legislador do Estado Social já não se satisfaz apenas com a norma geral e abstracta; ele passa a atender às diferenças reais entre as pessoas, a preocupar-se não tanto com a forma, mas sim com os resultados¹⁶³. O conceito de igualdade já não é mais o “tratar tudo e todos da mesma forma” (igualdade formal); a igualdade passa agora a ser entendida como *igualdade material*, “traduzida na exigência de tratamento igual daquilo que é igual e tratamento desigual daquilo que é desigual”¹⁶⁴ – ideia que, como vimos, estava já presente em Aristóteles.

Se na época liberal a igualdade era entendida como uma *igualdade absoluta*¹⁶⁵, agora redescobre-se o *carácter relativo da igualdade*, concluindo-se, tal como Aristóteles já havia concluído, que o igual deve ser tratado igualmente e o desigual desigualmente¹⁶⁶. Ou seja, com o

¹⁶³ Cfr. JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, cit., p. 104.

¹⁶⁴ JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, cit., p. 104. A igualdade deixa, deste modo, de reduzir-se apenas à ideia de que o que é igual deve ser tratado de forma igual. O conceito de igualdade material vem, precisamente, admitir o tratamento diferenciado de situações desiguais (cfr. GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, cit., p. 21). Neste contexto, poder-se-á afirmar que a justiça social se apresenta, no fundo, como um suplemento, ou melhor, uma correcção, à justiça formal herdada do liberalismo (JORGE BACELAR GOUVEIA, *Manual de Direito Constitucional*, vol. II, 5.^a ed., Almedina, Coimbra, 2013, p. 850).

¹⁶⁵ O princípio de que “todos os homens são iguais por natureza e perante a lei” (artigo 3.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1793) era entendido como uma *igualdade absoluta* e sem reservas, à qual estava implícita “a ideia de um tratamento pela lei em termos igualmente absolutos, qualquer que fosse o conteúdo do tratamento” (MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: fórmula vazia...”, cit., p. 36). O princípio da igualdade traduzia-se, então, numa pura exigência de generalidade da lei e, consequentemente, confundia-se com o *princípio da prevalência da lei* – cfr. MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: fórmula vazia...”, cit., p. 36, e “Princípio da igualdade: da uniformidade à diferenciação...”, cit., p. 11, J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, cit., p. 427, JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, 2.^a ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2010, pp. 220 e 221, e FERNANDO ALVES CORREIA, *O plano urbanístico e o princípio da igualdade*, cit., pp. 401 e 402.

¹⁶⁶ Vide MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: fórmula vazia...”, cit., pp. 36 a 42, e “Princípio da igualdade: da uniformidade à diferenciação...”, cit., pp. 13 a 17.

advento do Estado Social constata-se que, contrariamente ao que no liberalismo se pensava, as condições singulares dos indivíduos reclamam tratamentos diversos¹⁶⁷. O princípio da igualdade não exige, portanto, uma igualdade absoluta em todas as situações; o sentido desta igualdade é o de uma igualdade relativa¹⁶⁸.

Por último, e ainda a respeito da igualdade material, cumpre salientar que as exigências de igualdade no Estado Social não se ficam por aqui. Defende-se, também, uma *igualdade de oportunidades*¹⁶⁹, que visa abolir as desigualdades fácticas. Em nome da justiça distributiva e da igualdade material, o legislador pode (e, nalguns casos, deve) compensar as situações de desigualdade fáctica e criar as condições para uma verdadeira igualdade¹⁷⁰. Para isso, promovem-se certas medidas correctivas das desigualdades existentes através das chamadas *discriminações positivas*¹⁷¹ – discriminações que, conforme se referirá mais à frente, traduzem situações de vantagem fundadas, visando, precisamente, compensar as desigualdades de oportunidades.

¹⁶⁷ Vide MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: fórmula vazia...”, *cit.*, p. 39, e “Princípio da igualdade: da uniformidade à diferenciação...”, *cit.*, p. 12.

¹⁶⁸ Cfr. A. CASTANHEIRA NEVES, *O instituto dos “assentos” e a função jurídica dos Supremos Tribunais*, *cit.*, pp. 150 e 151.

¹⁶⁹ A propósito desta *igualdade de oportunidades*, veja-se, particularmente, JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, *cit.*, pp. 104 e 105, GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, *cit.*, pp. 21 e 89 e ss., e *O Princípio da Protecção do Trabalhador*, *cit.*, pp. 138 e ss., e VERA LÚCIA RAPOSO, *O Poder de Eva...*, *cit.*, pp. 259 e 260.

¹⁷⁰ Cfr. JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, *cit.*, p. 104.

¹⁷¹ Cfr. GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, *cit.*, p. 21.

2.2 – O princípio da igualdade na Constituição da República Portuguesa

I – A igualdade é, como vimos, um elemento essencial do conceito de Justiça, tendo assumido, ao longo da história, uma importância indiscutível. Ela é, na verdade, um dos princípios constitutivos da própria ideia de sistema jurídico, sem a qual tal sistema não se poderia conceber¹⁷².

Dito isto, não surpreende que, na história constitucional portuguesa¹⁷³, o princípio da igualdade ocupe um lugar de destaque; o nosso constitucionalismo teve, de facto, desde o início, percepção da importância que o princípio reveste¹⁷⁴. A ideologia generalizada das Revoluções Americana e, sobretudo, Francesa – no que se refere ao princípio da igualdade (e não só) – fez-se rapidamente sentir em Portugal¹⁷⁵.

¹⁷² Vide JORGE BACELAR GOUVEIA, *Manual de Direito Constitucional*, vol. II, *cit.*, p. 741, e “A abolição da enfiteuse de prédios rústicos à luz da Constituição Portuguesa de 1976”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, p. 370. Neste sentido, poder-se-á afirmar que o lugar da igualdade é um “lugar meta-legalista, que pressupõe que o direito obedece a princípios superiores à vontade do legislador, um dos quais o respeito pela igualdade” [ANTÓNIO MANUEL HESPANHA, “A revolução neoliberal e a subversão do ‘modelo jurídico’: crise, direito e argumentação jurídica”, in JORGE BACELAR GOUVEIA / NUNO PIÇARRA (coordenadores), *A crise e o Direito*, FDUNL, Coleção SPEED, Almedina, Coimbra, 2013, p. 94].

¹⁷³ História esta que se inicia com a Revolução Liberal de 1820 (*cfr.* MARCELO REBELO DE SOUSA / JOSÉ DE MELO ALEXANDRINO, *Constituição da República Portuguesa comentada*, *cit.*, p. 23, e CARLOS BLANCO DE MORAIS, *Curso de Direito Constitucional...*, tomo II, vol. II, *cit.*, pp. 143 e 144).

¹⁷⁴ *Cfr.* JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, *cit.*, p. 220, e DIOGO FREITAS DO AMARAL, *Curso de Direito Administrativo*, vol. II, 2.^a ed., com a colaboração de PEDRO MACHETE e LINO TORGAL, Almedina, Coimbra, 2013 (reimpressão), p. 136.

¹⁷⁵ Vide MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, *cit.*, pp. 54 e 58, e GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, *cit.*, pp. 52 e 56. Uma especial referência merece aqui a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 – para alguns autores, a fonte das Constituições liberais portuguesas

A igualdade foi, assim, um valor que atravessou sempre o nosso texto constitucional. Facto que se comprova, desde logo, nas Bases da Constituição, aprovadas em 09/03/1821, onde no início do artigo 11.º se afirma, expressamente, que “a lei é igual para todos”. A partir daqui, o princípio manteve-se ao longo de todo o constitucionalismo¹⁷⁶: na Constituição de 1822 (artigo 9.º), na Carta Constitucional de 1826 (artigo 145.º, § 12), na Constituição de 1838 (artigo 10.º), na Constituição de 1911 (artigo 3.º, n.º 2) e na Constituição de 1933 (artigo 5.º)¹⁷⁷. É, por isso, com naturalidade, que o princípio da igualdade se encontra hoje inequivocamente consagrado na actual CRP, nos termos que veremos de seguida.

A análise da consagração constitucional da igualdade é algo que se revelará fundamental no nosso trabalho, por duas razões essenciais (anteriormente mencionadas no capítulo introdutório): (i) pelo facto de o princípio da igualdade das partes (tal como o conhecemos do Direito Processual Civil) ser, como veremos, um corolário do princípio da igualdade previsto na CRP; bem como (ii) pela circunstância de, como se sabe, nos feitos submetidos a julgamento, os tribunais não poderem

(cfr. JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, cit., p. 318, e DIOGO FREITAS DO AMARAL, *Curso de Direito Administrativo*, vol. II, cit., p. 135).

¹⁷⁶ Cfr. JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, cit., p. 220.

¹⁷⁷ Sobre a evolução histórica do princípio da igualdade no constitucionalismo português, veja-se, por exemplo, MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, cit., pp. 54 a 79, GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, cit., pp. 52 a 56, e *O Princípio da Proteção do Trabalhador*, cit., pp. 133 a 135, JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, cit., pp. 318 a 326, JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, cit., p. 220, e MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Poder e direito no feminino ou simplesmente poder e direito?”, in *Estudos sobre o Princípio da Igualdade*, Almedina, Coimbra, 2005, p. 81. Na jurisprudência, veja-se, designadamente, o acórdão do Tribunal Constitucional n.º 44/84, de 22/05/1984 (Relator Jorge Campinos, processo n.º 90/83), in <http://www.tribunalconstitucional.pt/>.

“aplicar normas que infrinjam o disposto na Constituição ou os princípios nela consignados” (artigo 204.º da CRP)¹⁷⁸.

Perceber o conteúdo, sentido e alcance do princípio da igualdade plasmado na CRP é algo que se afigura, deste modo, essencial. Só após esta análise será possível concluirmos se a solução consagrada na LAV está em conformidade com a CRP (e, consequentemente, se o nosso legislador consegue ou não lidar com o problema da constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes, sem violar o princípio da igualdade das partes).

II – O princípio da igualdade é hoje considerado *um dos princípios estruturantes do regime geral dos direitos fundamentais* e do *sistema constitucional global*¹⁷⁹.

Com efeito, apesar de ser na “constituição do indivíduo” (isto é, na constituição relativa aos direitos fundamentais) que este princípio tem uma maior densificação, certo é que o mesmo não deixa de ter ainda “um significado importante ao nível da ‘constituição do Estado’ (constituição política) e da ‘constituição da sociedade’ (constituição económica)”¹⁸⁰. E daí que a CRP seja sensível ao princípio da igualdade em diversos dos seus preceitos¹⁸¹.

¹⁷⁸ Conforme vimos já, importa recordar que a referência do citado artigo 204.º a tribunais, inclui, naturalmente, os tribunais arbitrais.

¹⁷⁹ Vide J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, cit., p. 426, J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, 4.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2007, pp. 336 e 337, e JOSÉ CASALTA NABAIS, “Os direitos fundamentais na jurisprudência do Tribunal Constitucional”, in *Por uma liberdade com responsabilidade. Estudos sobre direitos e deveres fundamentais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, p. 45 (nota de rodapé n.º 85).

¹⁸⁰ JOSÉ CASALTA NABAIS, “Os direitos fundamentais na jurisprudência do Tribunal Constitucional”, cit., p. 45 (nota de rodapé n.º 85).

¹⁸¹ Vide JORGE BACELAR GOUVEIA, *Manual de Direito Constitucional*, vol. II, cit., p. 742, e MARIA LÚCIA AMARAL, *A Forma da República...*, cit., pp. 172 e 173.

A promoção da igualdade é, efectivamente, um dos objectivos centrais da CRP¹⁸², assim se compreendendo a existência de inúmeras disposições atinentes à igualdade e a sua aplicação a zonas mais sensíveis. Neste sentido, poder-se-á afirmar que o sistema constitucional referente à igualdade é um sistema complexo, onde deparamos, designadamente, com normas que: (i) decorrem de uma concepção de igualdade jurídico-formal, (ii) procedem a distinções em função de diferentes circunstâncias que se verifiquem, (iii) resultam de imposições de igualdade social e (iv) estabelecem discriminações positivas¹⁸³.

A formulação mais solene e geral do princípio da igualdade encontra-se, porém, num artigo próprio da CRP: o *artigo 13.*¹⁸⁴, artigo que se encontra previsto dentro dos princípios gerais dos direitos e deveres fundamentais (Parte I, Título I)¹⁸⁵, e cujo n.º 1 vale como *lex generalis* relativamente aos outros preceitos consagradores de direitos especiais de igualdade¹⁸⁶⁻¹⁸⁷. Nos termos do n.º 1 desta disposição, estabelece-se que

¹⁸² Cfr. ANA PRATA, *A tutela constitucional da autonomia privada*, cit., p. 101.

¹⁸³ Sobre as várias normas referidas, veja-se, particularmente, JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, cit., pp. 321 a 323, e JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, cit., pp. 239 a 241.

¹⁸⁴ Vide JORGE BACELAR GOUVEIA, *Manual de Direito Constitucional*, vol. II, cit., p. 742, e MARIA LÚCIA AMARAL, “O princípio da igualdade na Constituição Portuguesa”, cit., p. 35.

¹⁸⁵ Criticando a inserção do princípio da igualdade nos princípios gerais dos direitos e deveres fundamentais, veja-se MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, cit., p. 76. Para este Autor, a referida inserção não é das mais felizes, pois “a igualdade constitui característica ou qualidade de todo e qualquer direito, e não apenas dos direitos fundamentais” (*op. cit.*, p. 76).

¹⁸⁶ Vide J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, cit., p. 431. Em consonância com o entendimento de Gomes Canotilho, poder-se-ão extrair, desde logo, duas conclusões a este respeito. Por um lado, os fundamentos materiais da igualdade dos artigos que, na CRP, consagram direitos especiais de igualdade valem como *lex specialis* relativamente aos critérios gerais do artigo 13.º, n.º 1, e, neste sentido, sobrepõem-se ou têm preferência relativamente a tais critérios. Por outro lado, e como consequência da primeira conclusão, importa salientar que os critérios de valoração de tais direitos especiais “podem exigir soluções materialmente diferentes daquelas que resultariam apenas da consideração do princípio geral da igualdade” (*op. cit.*, p. 432).

“todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são *iguais perante a lei*” (leia-se, perante a *ordem jurídica*)¹⁸⁸; o n.º 2 complementa este preceito, contendo uma proibição de tratamento arbitrário e discriminatório, negativo e positivo¹⁸⁹.

Do citado n.º 1 do artigo 13.º constatamos que, além da associação feita à dignidade da pessoa humana (1.ª parte), a Constituição consagra, expressamente, que todos “são *iguais perante a lei*” (2.ª parte). Facto que parece revelar que o nosso legislador acolhe a versão histórica do princípio da igualdade perante a lei, que vimos surgir na época liberal¹⁹⁰.

No que diz respeito, por sua vez, aos vários artigos da CRP em que o princípio da igualdade é concretizado, contam-se, por exemplo, os artigos 10.º, n.º 1, 36.º, n.ºs 1, 3 e 4, 37.º, n.º 4, 40.º, n.º 3, 47.º, n.º 2, 50.º, n.º 1, 58.º, n.º 2, alínea b), 59.º, 113.º, n.º 3, alínea b), e 269.º, n.º 2. A este propósito, veja-se, designadamente, JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, *cit.*, p. 322, JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, *cit.*, pp. 239 e 240, e J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, *cit.*, p. 431.

¹⁸⁷ A consagração de normas especiais ao lado de um princípio geral de igualdade é, aliás, comum a outras constituições, como por exemplo a Constituição Espanhola e a Constituição Alemã (*cfr.* MARIA LÚCIA AMARAL, “O princípio da igualdade na Constituição Portuguesa”, *cit.*, p. 36). No caso da Constituição Alemã (*Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland*), prevê-se, expressamente, no artigo 3 (1) que “todas as pessoas são iguais perante a lei” (“Alle Menschen sind vor dem Gesetz gleich”); o princípio geral da igualdade que referíamos. Ao lado deste existem, depois, várias normas especiais de igualdade, entre as quais destacamos, por exemplo, os artigos 12 (2), 33, 107 e 120a (a este respeito, veja-se, por exemplo, ROBERT ALEXY, *Theorie der Grundrechte*, 2.ª ed., Suhrkamp, Frankfurt, 1994, p. 357). De forma semelhante, a primeira parte do artigo 14.º da Constitución Española contém o princípio geral de igualdade – segundo o qual “os espanhóis são iguais perante a lei” (“los españoles son iguales ante la ley”) –, sendo este princípio geral completado por outras disposições especiais atinentes à igualdade, tais como os artigos 1.º, n.º 1, 9.º, n.º 2, primeira parte, 23.º, n.º 2, 31.º, n.º 1, 32.º, n.º 1, 39.º, n.º 2, entre outros.

¹⁸⁸ Conforme observam vários autores, note-se que *lei* significa aqui *ordem jurídica*. Sobre este ponto, veja-se, nomeadamente, J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, *cit.*, p. 338, JORGE MIRANDA, “Constituição e Processo Civil”, in *Direito e Justiça*, Revista da FDUCP, ano 1994, vol. VIII, tomo 2, Lisboa, 1995, p. 17, e *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, *cit.*, p. 342, bem como GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, *cit.*, p. 103.

¹⁸⁹ *Cfr.* JORGE BACELAR GOUVEIA, *Manual de Direito Constitucional*, vol. II, *cit.*, p. 742.

¹⁹⁰ Vide J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, *cit.*, p. 338, GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade*

Em todo o caso, se é verdade que as palavras não mudaram muito durante cerca de dois séculos, o mesmo já não sucede com a percepção sobre o que tais palavras devem querer dizer, cujo entendimento se foi alterando de forma substancial ao longo do tempo¹⁹¹.

A redacção do n.º 1 do artigo 13.º não significa, portanto, que a igualdade aqui prevista seja uma mera igualdade formal, muito pelo contrário. Na verdade, diferentemente do liberalismo, em que a igualdade era entendida em sentido formal (postulando-se uma aplicação cega e mecânica da lei a todas as pessoas e ignorando-se a desigualdade factual ou social dos indivíduos), o princípio da igualdade na CRP não se reduz, apenas, a tal sentido¹⁹² – o seu conteúdo e âmbito são mais alargados, preconizando-se uma *igualdade material ou substancial*, em consonância com o Estado Social em que vivemos¹⁹³. Deste modo, a par da igualdade formal, e como complemento desta, afirma-se também a igualdade material¹⁹⁴.

no Direito do Trabalho..., cit., p. 103, e MARIA LÚCIA AMARAL, “O princípio da igualdade na Constituição Portuguesa”, cit., pp. 37 e 38.

¹⁹¹ Cfr. MARIA LÚCIA AMARAL, “O princípio da igualdade na Constituição Portuguesa”, cit., p. 38.

¹⁹² Conforme bem salienta Francisco Lucas Pires, uma concepção puramente formal do princípio da igualdade perante a lei significaria “a manutenção e funcionamento de todas as formas de desigualdade material, isto é, de desigualdade não-jurídica – económica, cultural ou outra – por muito gritantes e inumanas que pudessem ser” (FRANCISCO LUCAS PIRES, *Uma Constituição para Portugal*, Coimbra, 1975, p. 63).

¹⁹³ Neste sentido, veja-se, por exemplo, GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, cit., p. 103, e J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, cit., p. 338.

¹⁹⁴ Cfr. GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, cit., p. 103, e ANTÓNIO PINTO MONTEIRO, *Sumários de Introdução ao Estudo do Direito*, cit., pp. 90 e 91. A Constituição acolhe e conjuga, assim, várias dimensões subjacentes ao princípio da igualdade. Referimo-nos à dimensão liberal (que postula uma igualdade formal) e à dimensão social (à qual está subjacente uma igualdade material), assim como à dimensão democrática (relativa à participação no exercício do poder político) – vide J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, cit., pp. 336 e 337, LUÍS NUNES DE ALMEIDA / ARMINDO RIBEIRO MENDES, “Les discriminations positives - Portugal”, in *Annuaire International de Justice Constitutionnelle*, XIII (1997), Economica, Paris, 1998, p. 223,

III – O princípio da igualdade previsto no artigo 13.º da CRP reúne, assim, uma grande riqueza de conteúdo. Por um lado, exige-se uma *igualdade na aplicação da lei* (ou, em termos mais amplos, uma *igualdade na aplicação do direito*), tal como se verificava já na época liberal, onde a lei era aplicada a todos os seus destinatários *por igual*, sem olhar a quem¹⁹⁵. Mas por outro lado, não deixa também de se exigir uma *igualdade quanto à criação da lei* (ou uma *igualdade quanto à criação do direito*) – isto porque “ser igual perante a lei não significa apenas aplicação igual da lei”; “a lei, ela própria, deve tratar por igual todos os cidadãos”¹⁹⁶.

Ora, nesta tarefa, intui-se, rapidamente, não ser no sentido da igualdade formal que o princípio da igualdade se encontra consagrado no artigo 13.º, n.º 1, da CRP. Conforme observa Gomes Canotilho, exige-se “uma igualdade material *através da lei, devendo tratar-se por ‘igual o que é igual e desigualmente o que é desigual’*”¹⁹⁷.

Esta conclusão torna-se, ainda, evidente face a outros artigos da CRP¹⁹⁸. Desde logo face ao artigo 9.º, onde, na alínea d), se afirma que uma das tarefas fundamentais do Estado é a de promover a “*igualdade real* entre os portugueses”. Ou, por exemplo, face ao artigo 81.º, alínea b),

e JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, cit., pp. 102 a 105.

¹⁹⁵ Vide J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, cit., p. 426.

¹⁹⁶ J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, cit., p. 426.

¹⁹⁷ *Op. cit.*, pp. 427 e 428. Do mesmo Autor, veja-se, ainda, *Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador - Contributo para a Compreensão das Normas Constitucionais Programáticas*, 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2001, pp. 380 e 381.

¹⁹⁸ Cfr. MARIA LÚCIA AMARAL, *A Forma da República...*, cit., pp. 173 a 175, e JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo II, cit., p. 19.

que prevê, entre as incumbências do Estado no âmbito económico e social, a de “assegurar a igualdade de oportunidades”¹⁹⁹.

Deste modo, e em suma, é particularmente no sentido de igualdade material (e não apenas formal) que o princípio da igualdade se encontra previsto na CRP²⁰⁰ (e, como veremos, também na LAV).

IV – Referida a importância (e preponderância) da igualdade material na CRP, e em consonância com tal concepção de igualdade, poder-se-á afirmar que o princípio da igualdade tem uma dupla expressão: *tratar igualmente o que é igual e desigualmente o que é desigual*²⁰¹. Ou seja, o princípio assume duas dimensões distintas, mas complementares: (i) uma *dimensão igualizadora*, que consiste no tratamento por igual daquilo que é igual; e (ii) uma *dimensão diferenciadora*, em que o desigual é tratado diferenciadamente²⁰².

Recupera-se, assim, a célebre máxima que vimos pela primeira vez em Aristóteles, hoje invocada, com muita frequência, pela doutrina²⁰³ e

¹⁹⁹ Este último preceito é, aliás, “um dos vários afloramentos do princípio constitucional da igualdade material ou igualdade real (art. 9º / d)” – J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, *cit.*, p. 968.

²⁰⁰ Além dos vários autores citados, vejam-se também, por exemplo, MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, *cit.*, p. 73, A. CASTANHEIRA NEVES, *O instituto dos “assentos” e a função jurídica dos Supremos Tribunais*, *cit.*, pp. 120 e 121, DOMINGOS PEREIRA DE SOUSA, *Noções Fundamentais de Direito*, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, p. 24, e SÉRGIO VASQUES, *O princípio da equivalência...*, *cit.*, pp. 32 e 33. Na jurisprudência, veja-se, entre outros, o acórdão do Tribunal Constitucional n.º 142/85, de 30/07/1985 (Relator Cardoso da Costa, processo n.º 75/83), *in* <http://www.tribunalconstitucional.pt/>, bem como os acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça de 22/04/2009 (Relator Vasques Dinis, processo 08P3040) e de 12/10/2011 (Relator Fernandes da Silva, processo 343/04.4TTBCL.P1.S1), e o acórdão do *Tribunal da Relação de Lisboa* de 23/01/2013 (Relatora Isabel Tapadinhas, processo 1442/11.1TTLSB.L1-4), disponíveis em <http://www.dgsi.pt/>.

²⁰¹ Vide JOÃO BAPTISTA MACHADO, “Iniciação ao mundo do Direito”, *cit.*, p. 498.

²⁰² Cfr. JORGE BACELAR GOUVEIA, *Manual de Direito Constitucional*, vol. II, *cit.*, pp. 741 e 742.

²⁰³ Além dos autores previamente indicados, veja-se A. CASTANHEIRA NEVES, *O instituto dos “assentos” e a função jurídica dos Supremos Tribunais*, *cit.*, pp. 150 e 151,

jurisprudência (constitucional e não só)²⁰⁴, sendo um “reconhecido postulado da justiça”²⁰⁵.

SOARES MARTÍNEZ, *Filosofia do Direito*, 3.^a ed., Almedina, Coimbra, 2003, p. 291, JOÃO BAPTISTA MACHADO, *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*, Almedina, Coimbra, 1983, p. 326, J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, cit., pp. 427 e 428, J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, cit., pp. 339 e 341, FRANCISCO LUCAS PIRES, *Uma Constituição para Portugal*, cit., pp. 64 e 65, JOÃO MARTINS CLARO, “O princípio da igualdade”, cit., pp. 32 e 33, JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, cit., p. 104, JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, cit., pp. 222 e 224, JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, cit., p. 328, MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: fórmula vazia...”, cit., pp. 42 e ss., e “Princípio da igualdade: da uniformidade à diferenciação...”, cit., p. 15, MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, cit., p. 333, CARLOS BLANCO DE MORAIS, *Curso de Direito Constitucional...*, tomo II, vol. II, cit., pp. 491 a 493, DIOGO FREITAS DO AMARAL, *Uma Introdução à Política*, cit., pp. 249 e 250, e *Curso de Direito Administrativo*, vol. II, cit., p. 139, ANTÓNIO MANUEL HESPAÑA, “A revolução neoliberal...”, cit., p. 94, ANA PRATA, *A tutela constitucional da autonomia privada*, cit., p. 97, VITALINO CANAS, “Constituição *prima facie*: igualdade, proporcionalidade, confiança (aplicados ao ‘corte’ de pensões)”, in *e-pública - Revista Electrónica de Direito Público*, n.º 1, 2014, p. 8, BENEDITA FERREIRA DA SILVA MAC CROIRIE, *A Vinculação dos Particulares aos Direitos Fundamentais*, Almedina, Coimbra, 2005, p. 41 (nota de rodapé n.º 114), CRISTINA QUEIROZ, *O Tribunal Constitucional e os Direitos Sociais*, cit., pp. 40 e 41, MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO, “Medida e Intensidade do Controlo da Igualdade na Jurisprudência da Crise do Tribunal Constitucional”, in GONÇALO DE ALMEIDA RIBEIRO / LUÍS PEREIRA COUTINHO (organizadores), *O Tribunal Constitucional e a Crise: Ensaios Críticos*, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 113 e 114, MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Introdução ao Direito*, cit., pp. 82 e 83, ANTÓNIO PINTO MONTEIRO, *Noções Gerais de Direito*, CEFA - Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra, 2003, p. 21, ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Da boa fé no Direito Civil*, Almedina, Coimbra, 1983, p. 1271, MARCELO REBELO DE SOUSA / ANDRÉ SALGADO DE MATOS, *Direito Administrativo Geral*, tomo I (introdução e princípios fundamentais), 3.^a ed., D. Quixote, Alfragide, 2008, p. 225, DOMINGOS PEREIRA DE SOUSA, *Noções Fundamentais de Direito*, cit., p. 24, VERA LÚCIA RAPOSO, *O Poder de Eva...*, cit., p. 243, JOSÉ A. ENGRÁCIA ANTUNES, “O artigo 490.º do CSC e a Lei Fundamental – ‘propriedade corporativa’, propriedade privada, igualdade de tratamento”, in *Estudos em comemoração dos cinco anos (1995-2000) da FDUP*, Coimbra Editora, Coimbra, 2001, pp. 155, 156, 251 e 252, JOSÉ CASALTA NABAIS, *O dever fundamental de pagar impostos*, Almedina, Coimbra, 1998, pp. 442 e 443, e SÉRGIO VASQUES, *O princípio da equivalência...*, cit., p. 35. Ainda sobre este princípio, veja-se HANS KELSEN, *A Justiça e o Direito Natural*, tradução de JOÃO BAPTISTA MACHADO, Almedina, Coimbra, 2009, pp. 86 a 93.

²⁰⁴ A título de exemplo, vejam-se, entre outros, o acórdão da Comissão Constitucional n.º 458, de 25/11/1982 (Relator Cardoso da Costa, processo n.º 7/82), in *BMJ*, n.º 325, 1983, p. 335, bem como os acórdãos do *Tribunal Constitucional* n.ºs 126/84, de 12/12/1984 (Relator Vital Moreira, processo n.º 48/84); 142/85, cit.; 39/88, de 09/02/1988 (Relator Messias Bento, processo n.º 136/85); 308/89, de 09/03/1989

Da referida fórmula, *tratar igualmente o que é igual e desigualmente o que é desigual*, duas conclusões imediatas (e óbvias) se poderão extrair. A primeira é a de que o princípio da igualdade não exige que se trate tudo por igual, isto é, não exige aquela aplicação cega e mecânica da lei que vimos ser postulada pela igualdade formal do liberalismo (assim se reconduzindo à igualdade material). A segunda, que

(Relator Messias Bento, processo n.º 285/88); 313/89, de 09/03/1989 (Relator Messias Bento, processo n.º 265/88); 375/89, de 03/05/1989 (Relator Magalhães Godinho, processo n.º 283/88); 186/90, de 06/06/1990 (Relator Fernando Alves Correia, processo n.º 533/88); 187/90, de 06/06/1990 (Relator Fernando Alves Correia, processo n.º 215/88); 231/94, de 09/03/1994 (Relator António Vitorino, processo n.º 232/93); 529/94, de 28/09/1994 (Relator Bravo Serra, processo n.º 173/93); 563/96, de 10/04/1996 (Relator Tavares da Costa, processo n.º 198/93); 1007/96, de 08/10/1996 (Relator Luís Nunes de Almeida, processo n.º 279/95); 1188/96, de 20/11/1996 (Relator Messias Bento, processo n.º 72/96); 353/98, de 12/05/1998, (Relator Messias Bento, processo n.º 85/97); 409/99, de 29/06/1999 (Relator Vítor Nunes de Almeida, processo n.º 793/97); 187/01, de 02/05/2001 (Relator Paulo Mota Pinto, processo n.º 120/95); 437/2006, de 12/07/2006 (Relator Vítor Gomes, processo n.º 349/05); 491/2008, de 07/10/2008 (Relator Benjamim Rodrigues, processo n.º 1091/07); 12/2012, de 12/01/2012 (Relator Carlos Pamplona de Oliveira, processo n.º 567/10); 622/2013, de 26/09/2013 (Relator Pedro Machete, processo n.º 143/13) – todos disponíveis em <http://www.tribunalconstitucional.pt/>.

No mesmo sentido, *vide* (i) os acórdãos do *Supremo Tribunal de Justiça* de 22/04/2009 e de 12/10/2011, ambos *cit.*; (ii) o acórdão do *Tribunal da Relação de Lisboa* de 23/01/2013, *cit.*; (iii) o acórdão do *Tribunal da Relação de Coimbra* de 04/05/2010 (Relator Emídio Costa, processo 150/08.5TBIDN.C1); (iv) o acórdão do *Tribunal da Relação de Évora* de 13/04/2004 (Relator Manuel Nabais, processo 971/04-1); (v) o acórdão do *Supremo Tribunal Administrativo* de 29/04/2003 (Relatora Fernanda Xavier, processo 01500/02); (vi) o acórdão do *Tribunal Central Administrativo Norte* de 12/10/2012 (Relatora Maria Fernanda Antunes Aparício Duarte Brandão, processo 02369/07.7BEPRT) e o acórdão do *Tribunal Central Administrativo Sul* de 25/05/2004 (Relator Casimiro Gonçalves, processo 01330/03); e (vii) os *pareceres do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República* n.ºs P000232003 (data da votação de 23/10/2003, Relator Manuel Matos), P000802003 (data da votação de 15/01/2004, Relatora Fernanda Maças) e P000192010 (data da votação de 17/02/2011, Relator Leones Dantas) – acórdãos e pareceres *in* <http://www.dgsi.pt/>.

Esta fórmula clássica (se bem que com muitas modificações) é considerada a “espinha dorsal” da jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal da Alemanha relativamente ao artigo 3 (1) [preceito que, conforme anteriormente referimos, consagra o princípio geral da igualdade] – ROBERT ALEXY, *Theorie der Grundrechte*, *cit.*, pp. 360 e ss.

²⁰⁵ Cfr. CLAUS-WILHELM CANARIS, *Pensamento sistemático e conceito de sistema na Ciência do Direito*, introdução e tradução de ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, 4.ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2008, p. 18. Para Canaris, a própria exigência de “ordem” resulta directamente deste postulado (*op. cit.*, p. 18).

entronca na ideia de proibição do arbítrio, como veremos, é a de que, nos termos do referido princípio, o legislador não poderá, em princípio, tratar arbitrariamente de forma desigual aquilo que é fundamentalmente igual, nem, de forma inversa, tratar arbitrariamente de forma igual o que é essencialmente desigual²⁰⁶.

A máxima em causa apresenta, porém, algumas dificuldades de compreensão²⁰⁷, na medida em que da mesma nada se retira acerca do que se deve tratar igual ou desigualmente; e, neste sentido, o princípio geral da igualdade parece ser, afinal, uma *fórmula vazia de conteúdo*²⁰⁸. Na verdade, o princípio não contém nem um programa de acção, nem qualquer orientação no que toca ao tratamento das situações jurídicas relevantes²⁰⁹.

Não basta, portanto, afirmar, sem mais, que o princípio da igualdade determina que se trate igualmente o que é igual e desigualmente o desigual; o princípio não se esgota nesta máxima²¹⁰. Por outro lado, é evidente que não existe aqui uma resposta mecânica ou um qualquer

²⁰⁶ Vide JOÃO BAPTISTA MACHADO, “Iniciação ao mundo do Direito”, *cit.*, p. 498, J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, *cit.*, p. 339, e CARLOS MOTA PINTO, *Teoria Geral do Direito Civil*, 4.^a ed. por ANTÓNIO PINTO MONTEIRO e PAULO MOTA PINTO, Coimbra Editora, Coimbra, 2005, p. 80. No mesmo sentido, veja-se, ainda, KONRAD HESSE, *Grundzüge des Verfassungsrechts der Bundesrepublik Deutschland*, 20.^a ed., C.F. Müller, Heidelberg, 1995, p. 189 (parágrafo n.º 438).

²⁰⁷ O que, verdadeiramente, não surpreende – as (frequentes) dificuldades suscitadas pelo princípio da igualdade são, aliás, comuns a qualquer Estado de Direito (*cfr.* JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, *cit.*, p. 109).

²⁰⁸ Vide JOÃO BAPTISTA MACHADO, “Iniciação ao mundo do Direito”, *cit.*, p. 500. Conforme salienta Oliveira Ascensão, a teoria aristotélica é, deste modo, *insuficiente*, uma vez que “nada nos diz sobre o que deve ser considerado igual ou desigual” – JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO, *O Direito...*, *cit.*, p. 199 (nota de rodapé n.º 253).

²⁰⁹ *Cfr.* MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: fórmula vazia...”, *cit.*, pp. 42 e 43.

²¹⁰ *Cfr.* JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, *cit.*, pp. 224 e 225.

critério objectivo indiscutível que nos permita logo resolver todos os casos difíceis de igualdade (e estabelecer sempre o que é igual ou desigual)²¹¹.

Em todo o caso, não obstante as dificuldades, dúvidas não há de que a noção de igualdade não é (nem pode ser) uma abstracção²¹² ou uma fórmula vazia de conteúdo²¹³. Com efeito, acima de tudo, importa ter presente que a igualdade é, essencialmente, um *conceito comparativo* e um *conceito valorativo*.

Comparativo (ou relacional), na medida em que a igualdade pressupõe uma comparação, pelo que não é possível fazermos um juízo de igualdade sem previamente estabelecermos uma comparação, isto é, sem relacionarmos ou confrontarmos situações ou objectos²¹⁴. Ou seja, a igualdade vale como um eixo de referência entre duas grandezas, só sendo a mesma concebível “quando comparamos, quando sopesamos, quando medimos”, “em apertada síntese: quando *relacionamos*”^{215–216}. O critério

²¹¹ Sobre este ponto, veja-se JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, cit., p. 109.

²¹² Cfr. JOSÉ DE FARIA COSTA, “O princípio da igualdade, o direito penal e a constituição”, in *RLJ*, ano 141.º, n.º 3974, Coimbra Editora, Coimbra, Maio-Junho de 2012, p. 287.

²¹³ Rejeitando (e bem) a ideia de que o princípio da igualdade é uma *fórmula vazia de conteúdo*, veja-se, particularmente, MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: fórmula vazia...”, cit., pp. 42 e ss., e JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, cit., pp. 224 e 225.

²¹⁴ Vide MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: fórmula vazia...”, cit., pp. 46 e 47. A igualdade constrói-se, assim, “por intermédio da análise de factos, situações ou actuações que funcionam como dados passivos e neutros sobre os quais se exerce uma *comparação*, um *juízo comparativo* funcionalizado pela utilização de um determinado critério material” – e “é esse critério que permite destacar, nas realidades que se analisam em moldes comparativos, o elemento de referência uniformizador, susceptível de justificar um tratamento jurídico idêntico” (MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: da uniformidade à diferenciação...”, cit., pp. 12 e 13). Salientando o facto de estarmos perante um conceito comparativo, veja-se, por exemplo, JOÃO MARTINS CLARO, “O princípio da igualdade”, cit., pp. 32 e 33, MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, cit., pp. 75, 333 e 334, FERNANDO ALVES CORREIA, *O plano urbanístico e o princípio da igualdade*, cit., pp. 397 a 401, SÉRGIO VASQUES, *O princípio da equivalência...*, cit., pp. 41 a 44, e VERA LÚCIA RAPOSO, *O Poder de Eva...*, cit., p. 243.

²¹⁵ JOSÉ DE FARIA COSTA, “O princípio da igualdade, o direito penal e a constituição”, cit., p. 287. Conforme salienta Hans Kelsen, “‘igual’ é um conceito de

de comparação adoptado é, deste modo, essencial – é ele que determina se dois objectos são ou não iguais²¹⁷; e daí que a sua escolha e justificação seja vista como um problema central do princípio da igualdade²¹⁸. Ponto importante é, neste contexto, a determinação dos elementos de comparação decisivos para se operar a diferenciação (entre tratar igual ou desigualmente); aqui cumpre salientar que o legislador é fundamentalmente livre nesta tarefa, possuindo uma margem de liberdade ou de conformação (sempre dentro dos limites constitucionais)²¹⁹.

relação e um facto ou situação apenas é ‘igual’ em relação a um outro facto ou situação” (HANS Kelsen, *A Justiça e o Direito Natural*, cit., p. 90).

²¹⁶ A igualdade é, assim, um conceito “que carece de integração numa perspectiva histórica e *relacional*” (acórdão do Tribunal Constitucional n.º 231/94, cit.). Ora, “enquanto *conceito relacional*, a medida do que é igual e deva ser tratado como igual depende da matéria a tratar e do ponto de vista de quem estabelece a *comparação*, em termos de determinar quais são os elementos essenciais e os não essenciais num juízo acerca da admissibilidade ou inadmissibilidade de soluções jurídicas dissemelhantes e eventualmente mesmo discriminatórias. Ou seja, quando é que duas situações reais da vida são equiparáveis, quando as similitudes entre elas sobrelevam das diferenças e, por isso, o juízo de valor sobre a materialidade que lhes serve de suporte conduz à necessidade de um igual tratamento jurídico” (acórdão do Tribunal Constitucional n.º 231/94, cit.).

²¹⁷ Cfr. FERNANDO ALVES CORREIA, *O plano urbanístico e o princípio da igualdade*, cit., p. 398, bem como os acórdãos do Tribunal Constitucional n.ºs 641/2013, de 07/10/2013 (Relatora Maria de Fátima Mata-Mouros, processo n.º 345/13), e 93/2014, de 28/01/2014 (Relator João Cura Mariano, processo n.º 870/12), ambos disponíveis em <http://www.tribunalconstitucional.pt/>. Assim se compreende que, na escolha do critério de comparação a adoptar, seja indispensável que o julgador se socorra de valores objetivos, e não de natureza subjetiva (acórdãos do Tribunal Constitucional n.ºs 641/2013 e 93/2014, cit.).

²¹⁸ Vide SÉRGIO VASQUES, *O princípio da equivalência...*, cit., pp. 41 e 42.

²¹⁹ Cfr. ANA PRATA, *A tutela constitucional da autonomia privada*, cit., p. 98, MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, cit., pp. 75 e 338, J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, cit., p. 339, e JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, cit., pp. 111 e ss. Deste modo, tal como observa João Martins Claro, “o órgão de fiscalização da constitucionalidade, enquanto confrontado com o princípio geral da igualdade não deverá exigir ao legislador que tenha em conta todas as diferenças ou todas as igualdades”; “o que é decisivo situa-se na importância de as semelhanças existentes terem um peso tal, que mereçam ser tidas em consideração, para inspirar uma decisão que responda ao espírito da igualdade” (JOÃO MARTINS CLARO, “O princípio da igualdade”, cit., p. 33). Aqui revelam-se, sem dúvida, importantes os preceitos da Lei Fundamental que orientam o princípio da igualdade em certas direcções (cfr. JOÃO MARTINS CLARO, *op. cit.*, p. 33).

Valorativo, uma vez que a igualdade exige uma valoração. A qualificação de determinadas situações como iguais ou desiguais implica um juízo, juízo este que necessariamente envolve valores²²⁰. Repare-se, desde logo, que a própria escolha do critério que vai servir como termo de comparação necessita, para ser encontrado, de um preenchimento valorativo²²¹. A igualdade é, assim, um conceito intimamente ligado a valores (vive num mundo imerso em valores), “não sendo possível estabelecê-la em concreto sem que se passe por uma prévia valoração da realidade”²²².

Desta forma, na compreensão da máxima *tratar igualmente o que é igual e desigualmente o que é desigual* importa ter sempre presente os referidos juízos comparativos e valorativos. Tais juízos é que nos permitirão determinar o que é igual ou desigual e qual a justa medida da equiparação ou diferenciação²²³, assim ultrapassando as críticas à abstracção ou ao vazio de conteúdo da citada máxima.

V – Analisada a consagração constitucional do princípio da igualdade, e vista a importância do sentido material que lhe está subjacente (reflectida na célebre fórmula *tratar igualmente o que é igual e*

²²⁰ Vide MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: fórmula vazia...”, *cit.*, p. 49, e JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, *cit.*, p. 224. Na jurisprudência, veja-se, por exemplo, o acórdão do Tribunal Constitucional n.º 367/99, de 16/06/1999 (Relatora Maria Helena Brito, processo n.º 146/98), in <http://www.tribunalconstitucional.pt/>.

²²¹ Vide MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: fórmula vazia...”, *cit.*, p. 50, e FERNANDO ALVES CORREIA, *O plano urbanístico e o princípio da igualdade*, *cit.*, p. 398.

²²² MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: fórmula vazia...”, *cit.*, p. 49. O estabelecimento da igualdade ou desigualdade é, portanto, funcionalizado por *opções de valor* que resultam do desejo de vivência humana pacífica e justa (*cfr.* MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: da uniformidade à diferenciação...”, *cit.*, p. 16).

²²³ Em sentido próximo, vejam-se JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, *cit.*, p. 109, e MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: da uniformidade à diferenciação...”, *cit.*, p. 16.

desigualmente o que é desigual), importa, ainda, centrarmo-nos no âmbito de protecção de que este princípio goza na ordem constitucional portuguesa. A este respeito, em consonância com o entendimento da doutrina e jurisprudência, poder-se-á dizer que a igualdade se desdobra em duas proibições e uma obrigação; referimo-nos à *proibição de arbítrio*, *proibição de discriminação* e *obrigação de diferenciação*²²⁴.

Comecemos pela *proibição do arbítrio*. O primeiro ponto relevante a assinalar é o de que o princípio da igualdade é violado quando a desigualdade de tratamento for *arbitrária*²²⁵. E quando é que se poderá falar em arbitrariedade? Não se proibindo a diferenciação de tratamento (ou, de modo inverso, não se preconizando sempre um tratamento absolutamente igual²²⁶), cumpre salientar que o que se proíbe são as *diferenciações arbitrárias*²²⁷, isto é, aquelas diferenciações que não

²²⁴ Cfr. MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, cit., pp. 74 e 334 a 338, J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, cit., pp. 339 a 342, JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, cit., pp. 224 a 233, e GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, cit., p. 118. Na jurisprudência, vejam-se, por exemplo, os *acórdãos do Tribunal Constitucional* n.ºs 412/02, de 10/10/2002 (Relator Artur Maurício, processo n.º 124/02); 232/2003, de 13/05/2003 (Relator Rui Moura Ramos, processo n.º 306/03); 96/2005, de 23/02/2005 (Relator Paulo Mota Pinto, processo n.º 682/02); e 69/2008, de 31/01/2008 (Relatora Maria Lúcia Amaral, processo n.º 240/2007) – acórdãos disponíveis em <http://www.tribunalconstitucional.pt/>.

²²⁵ Vide J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, cit., p. 428.

²²⁶ O princípio da igualdade não impõe, com efeito, a completa identidade, “antes procura obstar a injustificadas diferenças de tratamento” (JOÃO CAUPERS, *Os direitos fundamentais dos trabalhadores e a Constituição*, cit., p. 175). Neste sentido, a proibição do arbítrio vale como um princípio objectivo de controlo, mas não significa, em si mesma, sempre e em todos os casos, um direito subjectivo público a igual tratamento (vide J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, cit., p. 339) – se assim fosse, cairíamos numa mera igualdade formal.

²²⁷ Na jurisprudência, alertando, de forma muito clara, para o facto de o princípio da igualdade não impedir diferenciações de tratamento, mas sim o arbítrio, veja-se, por exemplo, o *acórdão* da Comissão Constitucional n.º 458, pp. 335 e 336, cit., e os *acórdãos do Tribunal Constitucional* n.ºs 44/84, 142/85, 39/88, 308/89, 375/89, 186/90, 187/90, 231/94, 563/96, 1188/96, 353/98, 409/99, 187/01, 96/2005, 437/2006, 491/2008, 12/2012 e 622/2013, já anteriormente citados, bem como os *acórdãos* n.ºs 188/90, de 06/06/1990 (Relator Fernando Alves Correia, processo n.º 597/88), 1186/96,

tenham fundamento ou cujo fundamento não seja razoável, racional, bastante ou suficiente, bem como as medidas legais que forem manifestamente desproporcionadas e inadequadas em relação à situação fáctica em causa²²⁸.

O princípio da igualdade funciona assim, nesta perspectiva, como um princípio negativo de controlo²²⁹, nos termos do qual, como se mencionou anteriormente, o legislador não poderá tratar arbitrariamente de forma desigual aquilo que é fundamentalmente igual, nem tratar arbitrariamente de forma igual o que é essencialmente desigual²³⁰.

de 20/11/1996 (Relator Fernando Alves Correia, processo n.º 130/95), 319/2000, de 21/06/2000 (Relatora Maria dos Prazeres Pizarro Beleza, processo n.º 521/99), e 184/2008, de 12/03/2008 (Relatora Maria Lúcia Amaral, processo n.º 614/2007), todos disponíveis em <http://www.tribunalconstitucional.pt/>. No mesmo sentido, além da jurisprudência constitucional, vão os acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça de 22/04/2009 e de 12/10/2011, o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 23/01/2013, o acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 04/05/2010, o acórdão do Tribunal da Relação de Évora de 13/04/2004, o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 29/04/2003, os acórdãos do Tribunal Central Administrativo Norte de 12/10/2012 e Tribunal Central Administrativo Sul de 25/05/2004, os pareceres do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República n.ºs P000232003, P000802003 e P000192010, todos previamente indicados, assim como o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 26/01/1994 (Relator Mamede da Cruz, processo 0090754), *in* <http://www.dgsi.pt/>.

²²⁸ Cfr. MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, *cit.*, pp. 334 e 335, e GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, *cit.*, p. 118. Resumidamente, poder-se-á dizer que “a cláusula jurídico-constitucional geral da igualdade vale como *proibição de regulamentações infundamentadas, desrazoáveis ou arbitrárias*” (Parecer da Comissão Constitucional n.º 32/82, de 16 de Setembro, *in* *Pareceres da Comissão Constitucional*, vol. XXI, p. 38, disponível online em <http://www.tribunalconstitucional.pt/>). Ainda a respeito da proibição do arbítrio, e além dos autores citados, veja-se também, por exemplo, JOSÉ CASALTA NABAIS, “Os direitos fundamentais na jurisprudência do Tribunal Constitucional”, *cit.*, pp. 46 a 59, FERNANDO ALVES CORREIA, *O plano urbanístico e o princípio da igualdade*, *cit.*, pp. 419 a 426, e SÉRGIO VASQUES, *O princípio da equivalência...*, *cit.*, pp. 44 a 68.

²²⁹ Vide J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, *cit.*, p. 339.

²³⁰ Note-se que nos referimos ao princípio da igualdade, como proibição de arbítrio, no âmbito das relações do Estado com os particulares (eficácia vertical) e não no âmbito das *relações entre particulares* (eficácia horizontal). Este controverso ponto será mais à frente mencionado, a propósito da possibilidade de as partes regularem a constituição do tribunal arbitral (em caso de pluralidade de partes) de modo diferente do previsto na LAV.

A igualdade não se esgota, em todo o caso, na proibição do arbítrio²³¹. Na verdade, pode haver violação da igualdade sem que haja uma decisão arbitrária, ou seja, a proibição do arbítrio “exprime apenas os casos limite de violação do princípio da igualdade que merecem a censura do tribunal, o que não exclui a existência para além daqueles de outros que contrariem aquele princípio”²³². Assim se compreende que, a par da proibição do arbítrio, exista, também, uma *proibição de discriminação*²³³, que não se confunde com o arbítrio; tal como vem salientando a jurisprudência do Tribunal Constitucional, uma coisa é a proibição do arbítrio, “outra, a proibição de discriminação, ou de diferenças que encontrem o seu fundamento em certos ‘critérios subjectivos’ que, pela sua estreita relação com a dignidade das pessoas, a Constituição entendeu serem à partida insusceptíveis de justificar a existência de regimes jurídicos distintos”²³⁴.

Neste sentido, a CRP enumera, no n.º 2 do artigo 13.º, alguns *factores de discriminação* (positiva e negativa) *ilegítimos* – aqueles que são, de forma mais flagrante, recusados pelo legislador constituinte²³⁵. O

²³¹ Cfr. MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, cit., p. 335, MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: fórmula vazia...”, cit., pp. 62 e 63, e JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, cit., p. 229.

²³² FERNANDO ALVES CORREIA, *O plano urbanístico e o princípio da igualdade*, cit., p. 424. A este respeito, veja-se, por exemplo, JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, cit., p. 229.

²³³ Igualdade e não discriminação são dois conceitos que estão, aliás, intrinsecamente ligados (cfr. ANA MARIA GUERRA MARTINS, *A Igualdade e a Não Discriminação...*, cit., p. 51). Sobre a relação entre estes dois conceitos, veja-se, entre outros, MARIANA CANOTILHO, “Brevíssimos apontamentos sobre a não discriminação no direito da União Europeia”, in *Julgar*, n.º 14 (2011), Coimbra Editora, Coimbra, 2011, pp. 101 e ss.

²³⁴ Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 69/2008, cit.

²³⁵ Vide J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, cit., p. 340, e JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, cit., p. 230. O mesmo sucede, aliás, noutras constituições, designadamente na Constituição Alemã [artigo 3 (2) e (3)] – sobre este ponto, veja-se, por exemplo, KONRAD HESSE, *Grundzüge des Verfassungsrechts der Bundesrepublik Deutschland*, cit., pp. 187 e 188 (parágrafo n.º 436).

mencionado preceito não é, porém, taxativo²³⁶; pelo que serão, do mesmo modo, ilícitas as diferenciações de tratamento que se fundem noutros motivos, designadamente quando tais diferenciações forem contrárias à dignidade humana, se revelem incompatíveis com o princípio do Estado de Direito democrático ou forem, simplesmente, arbitrárias ou impertinentes²³⁷.

Ponto assente que, a este respeito, importa mais uma vez considerar, é o de que o princípio da igualdade não exige uma *igualdade absoluta* em todas as situações (o sentido desta igualdade é o de uma *igualdade relativa*), não impedindo *diferenciações de tratamento*²³⁸. Na

²³⁶ Cfr. JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, *cit.*, p. 230, e MARGARIDA LIMA REGO, “Da inconstitucionalidade das normas permissivas de ‘discriminação racional’”, in *Estudos em memória do Conselheiro Artur Maurício*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, p. 871.

²³⁷ Cfr. J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, *cit.*, p. 340. Além do artigo 13.º, n.º 2, encontramos, ainda, na CRP, várias garantias contra a discriminação em certos domínios específicos. É esse o caso, por exemplo, dos artigos 36.º, n.º 4, 37.º, n.º 1, 38.º, n.º 4, 55.º, n.º 2, 69.º, n.º 1, e 109.º. A este propósito, veja-se PAULO MOTA PINTO, “Autonomia privada e discriminação - algumas notas”, in *Estudos em Homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2005, p. 321, e ANA PRATA, *A tutela constitucional da autonomia privada*, *cit.*, pp. 101 a 103.

²³⁸ Cfr. A. CASTANHEIRA NEVES, *O instituto dos “assentos” e a função jurídica dos Supremos Tribunais*, *cit.*, pp. 150 e 151, J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, *cit.*, p. 340, MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, *cit.*, pp. 332 e 333, ANA PRATA, *A tutela constitucional da autonomia privada*, *cit.*, pp. 99 e ss., e CARLOS MOTA PINTO, *Teoria Geral do Direito Civil*, *cit.*, pp. 80 e 81. Conforme observa MARIA DA GLÓRIA GARCIA, é muito difícil, aliás, encontrar duas situações ou objectos absolutamente iguais, isto é, a referida igualdade absoluta não se encontra com facilidade; daí que a igualdade que interesse para efeitos jurídicos seja (e tenha de ser) a igualdade relativa (“Princípio da igualdade: fórmula vazia...”, *cit.*, pp. 45 e 46). Na jurisprudência, defendendo não ser exigível uma igualdade absoluta em todas as situações (não podendo o princípio da igualdade ser interpretado em termos absolutos), vejam-se os acórdãos do Tribunal Constitucional n.ºs 44/84, 186/90, 187/90, e 188/90, bem como o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 29/04/2003, o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 22/04/2009, o acórdão do *Tribunal Central Administrativo Sul* de 25/05/2004, e o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 26/01/1994, todos *cit.*

No que se refere, ainda, às diferenciações de tratamento, cumpre salientar que o que se exige é que as mesmas “sejam materialmente fundadas sob o ponto de vista da segurança jurídica, da proporcionalidade, da justiça e da solidariedade e não se baseiem em qualquer motivo constitucionalmente impróprio”; tais diferenciações poderão,

verdade, tal como salienta Ronald Dworkin, existe uma diferença entre tratar as pessoas igualmente e tratá-las *como iguais*²³⁹. Ora, o que está aqui em causa não é um direito das pessoas a um tratamento em todos os casos iguais, mas sim o *direito a ser-se tratado como um igual*²⁴⁰.

Repare-se, aliás, que um tratamento igual também pode ser injusto (ofendendo a igualdade material)²⁴¹, isto é, um tratamento igual, em todos os casos, para todas as pessoas, que não atenda a certas particularidades e circunstâncias do caso concreto, pode ser susceptível de gerar desigualdades (tal como se verificava na época do liberalismo, com a concepção de igualdade formal então dominante). E daí que se entenda que “o princípio de igualdade *não só autoriza como pode exigir desigualdades de tratamento*, sempre que por motivo de situações diversas um tratamento igual conduzissem a resultados desiguais”²⁴².

Por outras palavras, a igualdade não só não é sinónimo de identidade de tratamento, como pressupõe mesmo diferenciações²⁴³. Na

assim, ser legítimas quando: “(a) se baseiem numa distinção objectiva de situações; (b) não se fundamentem em qualquer dos motivos indicados no n.º 2 [do artigo 13.º, da CRP]; (c) tenham um fim legítimo segundo o ordenamento constitucional positivo; (d) se revelem necessárias, adequadas e proporcionadas à satisfação do seu objectivo” (J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, *cit.*, p. 340; em sentido próximo, veja-se, por exemplo, MARTIM DE ALBUQUERQUE, *Da igualdade...*, *cit.*, p. 337, e GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, *cit.*, p. 109). Em qualquer caso, será necessário que o juízo sobre a justificação, ou ausência desta, para a diferença de tratamento seja feito *em concreto* (cfr. JOÃO CAUPERS, *Os direitos fundamentais dos trabalhadores e a Constituição*, *cit.*, p. 175).

²³⁹ Vide RONALD DWORKIN, *Sovereign Virtue. The Theory and Practice of Equality*, Harvard University Press, Cambridge (Massachusetts), 2000, p. 11.

²⁴⁰ Neste sentido, veja-se o acórdão do Tribunal Constitucional n.º 69/2008, *cit.*

²⁴¹ Vide JOÃO BAPTISTA MACHADO, “A Justiça e o Direito Natural”, *cit.*, p. 197.

²⁴² Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 126/84, *cit.*

²⁴³ Cfr. J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, *cit.*, p. 428. A este respeito, veja-se também, por exemplo, GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, *cit.*, p. 107. Poder-se-á dizer, em suma, que existem três tipos de situações de discriminação ou diferenciação: *ilícita* (proibida), *lícita* (permitida) e *imposta* (devida) – cfr. PAULO MOTA PINTO, “Autonomia privada e discriminação...”, *cit.*, p. 320.

verdade, não sendo o Homem “um ser estereotipado”, a igualdade nunca poderá ser “estandardizada”²⁴⁴, pressupondo e exigindo diferenciações.

Ora, é neste contexto que a doutrina e jurisprudência constitucionais têm defendido que o princípio da igualdade abrange, também, uma *obrigação de diferenciação*. Com efeito, dir-se-á, desde logo, que a procura da igualdade material *exige* diferenças de tratamento²⁴⁵, isto é, *discriminações positivas* – situações em que a diferenciação de tratamento visa compensar a desigualdade de oportunidades e, como tal, tem-se por materialmente fundada²⁴⁶. No fundo, estamos perante desigualdades de direito que resultam de desigualdades de facto, e que tendem à superação destas²⁴⁷.

É particularmente aqui que se revela a *função social* do princípio da igualdade²⁴⁸, recaindo sobre os poderes públicos o dever de atenuar ou eliminar as desigualdades económicas, sociais e culturais, tendo por fim assegurar a igualdade jurídico-material²⁴⁹. E é neste sentido que se deverão interpretar algumas normas da CRP que consagram discriminações positivas²⁵⁰.

²⁴⁴ FRANCISCO LUCAS PIRES, *Uma Constituição para Portugal*, cit., p. 64.

²⁴⁵ Cfr. JOÃO CAUPERS, *Os direitos fundamentais dos trabalhadores e a Constituição*, cit., p. 59.

²⁴⁶ Veja-se, designadamente, MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: da uniformidade à diferenciação...”, cit., p. 21, e, na jurisprudência, o acórdão do Tribunal Constitucional n.º 232/2003, cit.

²⁴⁷ Vide JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, cit., p. 345, e JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, cit., p. 232. Para Jorge Miranda e Rui Medeiros, as discriminações positivas, em rigor, “não correspondem necessariamente a *imposições constitucionais de diferenciação*, podendo antes traduzir, em certos casos, *opções de diferenciação* legítimas do legislador democrático” (op. cit., p. 232).

²⁴⁸ Cfr. J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, cit., p. 341, JORGE BACELAR GOUVEIA, *Manual de Direito Constitucional*, vol. II, cit., p. 851, e JOSÉ CASALTA NABAIS, “Os direitos fundamentais na jurisprudência do Tribunal Constitucional”, cit., p. 59.

²⁴⁹ Cfr. J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, cit., pp. 341 e 342.

²⁵⁰ Vide J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, cit., p. 342. Entre os vários artigos que, na CRP,

A importância e a necessidade da obrigação de diferenciação tornam-se evidentes ao considerarmos certos casos concretos e ao compararmos, por exemplo: (i) uma pessoa com determinado tipo de deficiência e outra sem essa deficiência; (ii) um menor órfão, abandonado ou privado de um ambiente familiar normal, e um menor que não esteja nessa situação; (iii) uma mulher grávida e uma mulher que não o esteja; (iv) um pobre e um rico. Todos estes casos merecem por parte do legislador um tratamento diferente²⁵¹ e demonstram bem que, além de não impedir diferenciações de tratamento²⁵², por vezes o respeito pelo princípio da igualdade passa mesmo por assegurar essa diferenciação.

VI – A obrigação de diferenciação, concretizada nas discriminações positivas, não significa, todavia, que não existam *limites* para tais discriminações (sob pena, aliás, de, por intermédio das mesmas, se estar a

estabelecem discriminações positivas, destacamos os artigos 59.º, n.º 2, alínea c), 68.º, n.º 3, 69.º, n.º 2, 70.º, n.º 1, 71.º, n.º 2, 72.º, n.º 2, 85.º, n.º 2, 97.º, n.º 1, e 100.º, alínea d). A este respeito, veja-se JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, *cit.*, pp. 346 a 348, JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, *cit.*, p. 241, J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, *cit.*, p. 342, e, especialmente, LUÍS NUNES DE ALMEIDA / ARMINDO RIBEIRO MENDES, “Les discriminations positives - Portugal”, *cit.*, pp. 228 a 238.

²⁵¹ Um tratamento diferente ao nível social, laboral, fiscal, etc. Deste modo, o menor órfão, abandonado ou privado de um ambiente familiar normal gozará de uma protecção especial do Estado (artigo 69.º, n.º 2, da CRP); a mulher grávida terá direito a uma especial protecção durante a sua gravidez e após o parto, além de, como trabalhadora, ter direito “a dispensa do trabalho por período adequado, sem perda da retribuição ou de quaisquer regalias” (artigo 68.º, n.º 3, da CRP); o cidadão pobre terá um maior apoio social e, do ponto de vista fiscal, não será tão tributado como uma pessoa rica; etc.

²⁵² Conforme nota Hans Kelsen, “seria absurdo impor os mesmos deveres e conferir os mesmos direitos a todos os indivíduos sem fazer quaisquer distinções, por exemplo, entre crianças e adultos, são de espírito e doentes mentais, homens e mulheres” [HANS KELSEN, *Teoria Pura do Direito*, 2.ª ed. (1960), tradução de JOÃO BAPTISTA MACHADO, 7.ª ed. da tradução portuguesa, Almedina, Coimbra, 2008, p. 161]. Na verdade, “não há qualquer sistema moral que contenha a norma que manda tratar os menores da mesma forma que os adultos, os homens da mesma forma que as mulheres, os doentes mentais como as pessoas normais, os desordeiros da mesma forma que os pacíficos”, pelo que, em suma, “certas desigualdades têm de ser tomadas em consideração” (HANS KELSEN, *A Justiça e o Direito Natural*, *cit.*, p. 86).

violar o princípio da igualdade que as tornou necessárias)²⁵³. Tal como tem acentuado a jurisprudência do Tribunal Constitucional, “a desigualdade justificada pela diferença de situações não está imune a um *juízo de proporcionalidade*”; motivo pelo qual “a dimensão da desigualdade do tratamento tem que ser *proporcionada* às razões que justificam esse tratamento desigual, não podendo revelar-se *excessiva*”²⁵⁴.

Com efeito, se o princípio da igualdade permite (e, nalguns casos, até requer) que o desigual seja desigualmente tratado, “simultaneamente impõe que não seja desrespeitada a *medida da diferença*”²⁵⁵ – as situações relativamente iguais ou desiguais terão de ser, portanto, tratadas em *moldes de proporcionalidade*²⁵⁶. Por outras palavras, o princípio da igualdade não exige, apenas, que se trate igualmente o que é igual e desigualmente o que é desigual; o que é diferente ou desigual deverá ser tratado na *medida da sua diferença*²⁵⁷, ou seja, deverá ser tratado segundo um *critério de proporcionalidade*²⁵⁸.

²⁵³ Cfr. MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: da uniformidade à diferenciação...”, *cit.*, p. 25.

²⁵⁴ Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 353/2012, de 05/07/2012 (Relator João Cura Mariano, processo n.º 40/12), *in* <http://www.tribunalconstitucional.pt/>. Nas palavras de Jorge Reis Novais, “a fundamentação exigida a qualquer diferenciação tem, no mínimo, de passar o *teste da proibição do excesso*”, com os seus diferentes elementos, “o que remete o julgador, em grande medida, para decisões fundadas em ponderação de interesses em confronto no caso concreto” (JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, *cit.*, pp. 114 e 115).

²⁵⁵ Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 187/2013, de 05/04/2013 (Relator Carlos Fernandes Cadilha, processo n.º 2/2013, 5/2013, 8/2013 e 11/2013), *in* <http://www.tribunalconstitucional.pt/>.

²⁵⁶ Vide JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, *cit.*, p. 328, JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, *cit.*, p. 222, JOÃO BAPTISTA MACHADO, “Iniciação ao mundo do Direito”, *cit.*, pp. 543 e 544, VERA LÚCIA RAPOSO, *O Poder de Eva...*, *cit.*, pp. 243 e 244, e CRISTINA QUEIROZ, *O Tribunal Constitucional e os Direitos Sociais*, *cit.*, pp. 43 e 44.

²⁵⁷ JORGE PEREIRA DA SILVA, “As Finanças Regionais na Jurisprudência Constitucional da Crise. O Estranho Caso do Acórdão sobre o Orçamento dos Açores”, *in* GONÇALO DE ALMEIDA RIBEIRO / LUÍS PEREIRA COUTINHO (organizadores), *O Tribunal Constitucional e a Crise: Ensaios Críticos*, Almedina, Coimbra, 2014, p. 236.

²⁵⁸ Vide ANTÓNIO PINTO MONTEIRO, *Noções Gerais de Direito*, *cit.*, p. 21. Na verdade, conforme tem salientado a jurisprudência do Tribunal Constitucional,

Neste contexto, conforme observam Jorge Miranda e Rui Medeiros, importa, acima de tudo, perceber que o princípio da igualdade não pode ser visto como uma “ilha”, devendo configurar-se como um princípio a

igualdade não é igualitarismo, “é antes *igualdade proporcional*. Exige que se tratem por igual as situações substancialmente iguais e que, a situações substancialmente desiguais, se dê tratamento desigual, *mas proporcionado*” [acórdãos do Tribunal Constitucional, n.ºs 39/88, *cit.*; 197/94, de 01/03/1994 (Relator Guilherme da Fonseca, processo n.º 602/92); 198/94, de 01/03/1994 (Relator Guilherme da Fonseca, processo n.º 738/92); 148/2004, de 10/03/2004 (Relatora Maria Fernanda Palma, processo n.º 88/00); 96/2005, *cit.*; 282/2005, de 25/05/2005 (Relator Benjamim Rodrigues, processo n.º 1057/04); 386/2005, de 13/07/2005 (Relator Benjamim Rodrigues, processo n.º 947/04); 676/2005, de 06/12/2005 (Relator Benjamim Rodrigues, processo n.º 377/05); 395/2006, de 27/06/2006 (Relator Benjamim Rodrigues, processo n.º 171/06); e 353/2012, *cit.* – todos disponíveis em <http://www.tribunalconstitucional.pt/>]. No mesmo sentido, vejam-se, ainda, entre outros, os acórdãos do Tribunal Constitucional n.ºs 450/91, de 03/12/1991 (Relator Tavares da Costa, processo n.º 215/89); 452/91, de 03/12/1991 (Relator Tavares da Costa, processo n.º 85/90); 121/92, de 31/03/1992 (Relator Tavares da Costa, processo n.º 269/90); 76/95, de 21/02/1995 (Relator Bravo Serra, processo n.º 368/94); 79/95, de 21/02/1995 (Relator Bravo Serra, processo n.º 544/94); 673/95, de 23/11/1995 (Relator Guilherme da Fonseca, processo n.º 405/94); 571/98, de 07/10/1998 (Relator Bravo Serra, processo n.º 515/97); 189/00, de 28/03/2000 (Relator Bravo Serra, processo n.º 617/99); e 187/2013, *cit.* – acórdãos disponíveis em <http://www.tribunalconstitucional.pt/>.

A conjugação deste critério de proporcionalidade com o princípio da igualdade (a fórmula “*igualdade proporcional*”, que encontramos nos citados acórdãos) tem sido muito discutida na sequência da recente jurisprudência do Tribunal Constitucional, proferida no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira – período de 2011 a 2014 – acordado entre o Estado Português, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia (a chamada “jurisprudência da crise”, com destaque para os acórdãos 353/2012 e 187/2013, *cit.*). Sobre a discussão que se gerou a este propósito, veja-se, por exemplo, CARLOS BLANCO DE MORAIS, *Curso de Direito Constitucional...*, tomo II, vol. II, *cit.*, pp. 709 a 785, JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, *cit.*, pp. 572 a 576, RUI MEDEIROS, *A Constituição portuguesa num contexto global*, *cit.*, pp. 64 a 89, e “A Jurisprudência Constitucional Portuguesa sobre a Crise: Entre a Ilusão de um Problema Conjuntural e a Tentação de um Novo Dirigismo Constitucional”, in GONÇALO DE ALMEIDA RIBEIRO / LUÍS PEREIRA COUTINHO (organizadores), *O Tribunal Constitucional e a Crise: Ensaios Críticos*, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 263 a 288, RAVI AFONSO PEREIRA, “Igualdade e proporcionalidade: um comentário às decisões do Tribunal Constitucional de Portugal sobre cortes salariais no sector público”, in *Revista Española de Derecho Constitucional*, n.º 98, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Madrid, 2013, pp. 317 a 370, e, particularmente, JORGE REIS NOVAIS, *Em defesa do Tribunal Constitucional: Resposta aos críticos*, Almedina, Coimbra, 2014. A este respeito, note-se ainda que, contrariamente a algumas críticas que foram feitas, o conceito de *igualdade proporcional* não é, de maneira nenhuma, um conceito novo, nem na doutrina, nem na jurisprudência anterior do Tribunal Constitucional (*cfr.* CARLOS BLANCO DE MORAIS, *Curso de Direito Constitucional...*, tomo II, vol. II, *cit.*, pp. 727 e 728).

situar no âmbito dos padrões materiais da CRP; desde logo, tal princípio deverá ser articulado com o *princípio da proporcionalidade* (ou da *proibição do excesso*)²⁵⁹ – um dos princípios fundamentais do Estado de Direito²⁶⁰.

Essencial será, desta forma, que entre o conteúdo da decisão estadual e o fim que ela prossegue exista um *equilíbrio*, uma *ponderação* e uma *justa medida*²⁶¹. E, neste sentido, o princípio da proporcionalidade

²⁵⁹ JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, cit., p. 233. No mesmo sentido, veja-se ainda, por exemplo, CRISTINA QUEIROZ, *O Tribunal Constitucional e os Direitos Sociais*, cit., pp. 43 e 44.

²⁶⁰ Cfr. JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, cit., p. 100, JORGE BACELAR GOUVEIA, *Manual de Direito Constitucional*, vol. II, cit., p. 745, e MARIA LÚCIA AMARAL, *A Forma da República...*, cit., p. 187. Tal como a ideia de proporcionalidade é conatural às relações entre as pessoas (no sentido de que a reacção deverá ser proporcional à acção), o mesmo sucede por referência ao Direito e à Justiça (vide JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, cit., p. 352); a este respeito, veja-se, também, ANABELA LEÃO, “Notas sobre o princípio da proporcionalidade ou da proibição do excesso”, in *Estudos em comemoração dos cinco anos (1995-2000) da FDUP*, Coimbra Editora, Coimbra, 2001, p. 999. O princípio encontra-se, como tal, ancorado no artigo 2.º da CRP, manifestando-se, ainda, em numerosas disposições da Lei Fundamental [como, por exemplo, na matéria das leis restritivas de direitos, liberdades e garantias (artigo 18.º, n.º 2)] – cfr. JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, cit., pp. 104, 372 e 373, JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, cit., pp. 357 a 360, J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, cit., p. 271, JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, cit., pp. 161 e 162, e MARIA LÚCIA AMARAL, *A Forma da República...*, cit., pp. 185 e ss.

Por outro lado, importa acrescentar que o princípio da proporcionalidade é, igualmente, um princípio fundamental no âmbito de outros ramos de direito, designadamente no Direito das Obrigações – vide, entre outros, JOSÉ CARLOS BRANDÃO PROENÇA, *Direito das Obrigações. Relatório sobre o programa, o conteúdo e os métodos de ensino da disciplina*, Publicação Universidade Católica, Porto, 2007, p. 146, e ASSUNÇÃO CRISTAS, “Direito dos Contratos. Relatório da Disciplina”, in *Themis - FDUNL*, ano X, n.º 18 (2010), Almedina, Coimbra, 2011, pp. 274 e ss., e “Incumprimento contratual - O Código Civil Português e o DCFR - Notas comparadas”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2011, pp. 261 e ss.; para maiores desenvolvimentos sobre a importância deste princípio ao nível do Direito Privado, veja-se ANDRÉ FIGUEIREDO, “O princípio da proporcionalidade e a sua expansão para o Direito Privado”, in *Estudos Comemorativos dos 10 anos da FDUNL*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2008, pp. 23 a 51.

²⁶¹ Vide MARIA LÚCIA AMARAL, *A Forma da República...*, cit., p. 186. Utilizando uma imagem sugestiva da citada Autora, dir-se-á que “não se utilizam canhões para atirar a pardais”, quer dizer, “as vantagens (obtidas por todos) através da medida

(ou da proibição do excesso) subdivide-se em três vertentes fundamentais, vertentes estas que funcionam como parâmetros de medida a utilizar nas situações concretas²⁶² e que terão de ser considerados; referimo-nos ao *princípio da adequação ou da idoneidade (Geeignetheit)*²⁶³, ao *princípio da necessidade, da exigibilidade ou indispensabilidade (Erforderlichkeit)*²⁶⁴ e ao *princípio da proporcionalidade em sentido estrito (Verhältnismässigkeit)*^{265–266}. Caso o primeiro destes subprincípios

estadual devem ser *proporcionais* às desvantagens que tal medida tenha eventualmente causado a alguns membros da comunidade jurídica, de tal modo que o peso da decisão pública nunca venha a exceder o quantum requerido pela prossecução do seu fim” (*op. cit.*, p. 186).

²⁶² Vide MARIA LÚCIA AMARAL, *A Forma da República...*, *cit.*, p. 187.

²⁶³ Segundo este princípio, a medida escolhida para a realização do interesse público deverá ser *apropriada* à prossecução do fim (ou fins) a ele subjacentes.

²⁶⁴ Este segundo princípio parte da ideia de que o cidadão tem direito à menor desvantagem possível. Não basta, assim, provar a *adequação* ou *aptidão* da medida legislativa – é também essencial testar a *necessidade* ou *exigibilidade* desta. Através de um juízo comparativo (entre o leque de providências susceptíveis de serem consideradas à obtenção do resultado pretendido), é preciso apurar se a medida escolhida é aquela que menos encargos impõe aos cidadãos (isto é, a menos intensa e agressiva na perspectiva dos direitos fundamentais afectados).

²⁶⁵ Concluindo-se pela adequação e necessidade da medida legal, ter-se-á, por fim, de averiguar se esta é *proporcional*, ou seja, se a providência adoptada e os fins obtidos se situam numa “justa medida”. Para isso, será necessário que se pesem “as desvantagens dos meios em relação às vantagens do fim” (J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, *cit.*, p. 270).

²⁶⁶ Sobre estes três subprincípios, veja-se, entre muitos outros autores, J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, *cit.*, pp. 269 e 270, J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, *cit.*, pp. 392 e 393, JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, *cit.*, pp. 354 e 355, JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, *cit.*, pp. 104 e 373 a 378, MARIA LÚCIA AMARAL, *A Forma da República...*, *cit.*, pp. 187 a 189, JORGE BACELAR GOUVEIA, *Manual de Direito Constitucional*, vol. II, *cit.*, pp. 746 e 747, JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, *cit.*, pp. 162 e ss., MARCELO REBELO DE SOUSA / ANDRÉ SALGADO DE MATOS, *Direito Administrativo Geral*, tomo I, *cit.*, pp. 214 a 216, CARLOS BLANCO DE MORAIS, *Curso de Direito Constitucional...*, tomo II, vol. II, *cit.*, pp. 475 a 479, ANABELA LEÃO, “Notas sobre o princípio da proporcionalidade...”, *cit.*, pp. 1004 a 1006, e, na doutrina alemã, MIKE WIENBRACKE, “Der Verhältnismäßigkeitsgrundsatz”, in *Zeitschrift für das Juristische Studium*, 2013 - n.º 2, Gießen, 2013, pp. 148 a 155, autores aqui seguidos de perto.

não seja respeitado, haverá *arbítrio*; se, porventura, o segundo e terceiro subprincípios não forem observados, haverá então *excesso*²⁶⁷.

Além de complexo, o princípio da igualdade é, em suma, nos termos da CRP, um *princípio multifacetado*, que tanto proíbe discriminações (bem como o arbítrio) como impõe diferenciações (embora com respeito pelo princípio da proporcionalidade)²⁶⁸; no fundo, um princípio com um duplo sentido, negativo e positivo²⁶⁹.

VII – No âmbito da CRP, e de particular relevância para o nosso tema, importa, por fim, assinalar a importância do artigo 20.º, n.º 4. A disposição consagra o direito a um *processo equitativo*, direito este que, entre outros princípios e regras fundamentais, pressupõe a *igualdade das partes*²⁷⁰ – conceito que desenvolveremos no ponto seguinte.

²⁶⁷ Cfr. JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, *cit.*, pp. 360 a 362.

²⁶⁸ Cfr. MARCELO REBELO DE SOUSA / JOSÉ DE MELO ALEXANDRINO, *Constituição da República Portuguesa comentada*, *cit.*, p. 90.

²⁶⁹ O sentido negativo consiste, essencialmente, na proibição do arbítrio e da discriminação. Já o sentido positivo traduz-se, sobretudo, no tratamento igual de situações iguais e desigual de situações desiguais, sempre em moldes de proporcionalidade – é deste último sentido que emerge o aspecto positivo da imposição de discriminações ou obrigação de diferenciação. Sobre este duplo sentido, veja-se JORGE MIRANDA, “Constituição e Processo Civil”, *cit.*, pp. 15 e 16, e *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, *cit.*, pp. 326 e ss., JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, *cit.*, pp. 222 e 223, JOÃO BAPTISTA MACHADO, “Iniciação ao mundo do Direito”, *cit.*, pp. 544 e 545, GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, *cit.*, pp. 107 a 111, e *O Princípio da Proteção do Trabalhador*, *cit.*, pp. 143 a 145, JOSÉ CASALTA NABAIS, “Os direitos fundamentais na jurisprudência do Tribunal Constitucional”, *cit.*, pp. 57 a 59, JOSÉ A. ENGRÁCIA ANTUNES, “A igualdade de tratamento dos accionistas na OPA”, in *Direito das Sociedades em Revista*, ano 2, vol. 3, Almedina, Coimbra, 2010, p. 89, e “O artigo 490.º do CSC e a Lei Fundamental...”, *cit.*, pp. 251 a 253, bem como VERA LÚCIA RAPOSO, *O Poder de Eva...*, *cit.*, pp. 243 e 244.

²⁷⁰ Vide MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Introdução ao Direito*, *cit.*, p. 110.

2.3 – O princípio da igualdade das partes no Direito Processual Civil

I – A importância do princípio da igualdade não se circunscreve apenas à CRP. Na verdade, como nota Joaquim de Sousa Ribeiro, incidindo a Constituição “sobre praticamente todas as instituições que amoldam a vida dos homens em comum, nenhum ramo do direito fica imune à irradiação dos seus comandos”²⁷¹. Ora, sendo um desses muitos comandos o princípio da igualdade, não surpreende, por isso, a relevância que tal princípio assume nos mais variados ramos de direito²⁷².

É isso que se verifica, por exemplo, no Direito Penal e Direito Processual Penal²⁷³, no Direito do Trabalho²⁷⁴, no Direito das Sociedades

²⁷¹ JOAQUIM DE SOUSA RIBEIRO, “Constitucionalização do Direito Civil”, in *Direito dos Contratos - Estudos*, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, p. 7.

²⁷² Cfr. JOSÉ A. ENGRÁCIA ANTUNES, “O artigo 490.º do CSC e a Lei Fundamental...”, *cit.*, pp. 253 e 254, e “A igualdade de tratamento dos accionistas na OPA”, *cit.*, pp. 89 e 90.

²⁷³ Vide JOSÉ DE FARIA COSTA, “O princípio da igualdade, o direito penal e a constituição”, *cit.*, p. 282, RUI PEREIRA, “O princípio da igualdade em Direito Penal”, in *O Direito*, ano 120, I-II, Lisboa, 1988, pp. 109 a 155, JOSÉ NARCISO DA CUNHA RODRIGUES, “Sobre o princípio da igualdade de armas”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, ano I, fasc. 1, Aequitas e Editorial Notícias, Lisboa, 1991, pp. 77 a 103, PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE, *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 4.ª ed., Universidade Católica Editora, Lisboa, 2011, pp. 53 e 54, e ANA PRATA / CATARINA VEIGA / JOSÉ MANUEL VILALONGA, *Dicionário Jurídico*, vol. II, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2009, pp. 385 a 387.

²⁷⁴ Vide GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, *cit.*, e *O Princípio da Proteção do Trabalhador*, *cit.*, pp. 322 e ss., PEDRO ROMANO MARTINEZ, *Direito do Trabalho*, *cit.*, pp. 374 a 388, LUÍS MENEZES LEITÃO, *Direito do Trabalho*, 4.ª ed., Almedina, Coimbra, 2014, pp. 173 e ss., MARIA DO ROSÁRIO PALMA RAMALHO, *Direito do Trabalho*, parte I (dogmática geral), 4.ª ed., Almedina, Coimbra, 2015, pp. 92, 203, 210 a 217, 537 e 551, e *Direito do Trabalho*, parte II (situações laborais individuais), 5.ª ed., Almedina, Coimbra, 2014, pp. 168 a 186, JÚLIO MANUEL VIEIRA GOMES, *Direito do Trabalho*, vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, pp. 36 a 42, BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER, *Curso de Direito do Trabalho*, vol I, 3.ª ed., Verbo, Lisboa, 2004, pp. 120 a 123, JOÃO DE CASTRO MENDES, “Princípio da igualdade e posto de trabalho em empresa pública”, in *Direito e Justiça*, Revista da FDUCP, ano 1997, vol. XI, tomo 2, Lisboa, 1997, pp. 15 a 20, e ANTÓNIO SANTOS ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma do Processo Civil*, vol. I, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2010, p. 111.

Comerciais²⁷⁵, no Direito Fiscal²⁷⁶, no Direito Administrativo e no Direito Processual Administrativo²⁷⁷, no Direito do Urbanismo²⁷⁸, no Direito Internacional Privado²⁷⁹, etc.

Mas não só. A mesma importância se verifica, ainda, no Direito Processual Civil. De facto, mais do que em qualquer outro ramo de processo, é no processo civil “que os postulados da igualdade mais se fazem sentir, porquanto a lide, só por si, implica *igualdade entre as partes*”²⁸⁰. É neste âmbito que surge, então, o chamado *princípio da igualdade das partes* – um dos princípios fundamentais, estruturantes de todo o processo civil (e, como oportunamente se referirá, do processo

²⁷⁵ Cfr. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Direito das Sociedades*, vol. I, *Parte Geral*, 3.^a ed., Almedina, Coimbra, 2011, pp. 282 a 284, JOSÉ A. ENGRÁCIA ANTUNES, “O artigo 490.º do CSC e a Lei Fundamental...”, *cit.*, pp. 253 e ss., e “A igualdade de tratamento dos accionistas na OPA”, *cit.*, pp. 89 e ss., ANTÓNIO PEREIRA DE ALMEIDA, *Sociedades Comerciais, Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Mercados*, 7.^a ed., vols. I e II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 120 a 125 e 189, respectivamente, PAULO OLAVO CUNHA, *Direito das Sociedades Comerciais*, 5.^a ed., Almedina, Coimbra, 2012, pp. 116 a 118 e 276 a 278, ARMANDO MANUEL TRIUNFANTE, *A Tutela das Minorias nas Sociedades Anónimas - Direito Individuais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2004, pp. 327 a 357, ALEXANDRE MOTA PINTO, *Do Contrato de Suprimento - O financiamento da sociedade entre capital próprio e capital alheio*, Almedina, Coimbra, 2002, pp. 51 e ss., e ALEXANDRE DE SOVERAL MARTINS, “A propósito da suspensão de deliberações sociais e do princípio da igualdade de tratamento - Ac. do TRG de 15.10.2003, Proc. 1552/03”, in *CDP*, Centro de Estudos Jurídicos do Minho, n.º 13, Braga, 2006, pp. 46 e 47.

²⁷⁶ Vide JOSÉ CASALTA NABAIS, *O dever fundamental de pagar impostos*, *cit.*, pp. 435 e ss., e *Direito Fiscal*, 8.^a ed., Almedina, Coimbra, 2015, pp. 152 a 156, bem como SÉRGIO VASQUES, *O princípio da equivalência...*, *cit.*, pp. 35 a 38, 72, 73 e 91.

²⁷⁷ Cfr. DIOGO FREITAS DO AMARAL, *Curso de Direito Administrativo*, vol. II, *cit.*, pp. 135 a 139, JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE, *A Justiça Administrativa (Lições)*, 14.^a ed., Almedina, Coimbra, 2015, pp. 412 e 413, e JOSÉ EDUARDO FIGUEIREDO DIAS / FERNANDA PAULA OLIVEIRA, *Noções Fundamentais de Direito Administrativo*, 4.^a ed., Almedina, Coimbra, 2015, pp. 118 e 119.

²⁷⁸ Designadamente no que se refere aos planos territoriais. Sobre esta matéria, veja-se, sobretudo, FERNANDO ALVES CORREIA, *Manual de Direito do Urbanismo*, 4.^a ed., Almedina, Coimbra, 2008, pp. 153, 154 e 729 e ss.

²⁷⁹ Vide A. FERRER CORREIA, “O Direito Internacional Privado Português e o princípio da igualdade”, in *Temas de Direito Comercial e Direito Internacional Privado*, Almedina, Coimbra, 1989, pp. 413 a 450.

²⁸⁰ JORGE MIRANDA, “Constituição e Processo Civil”, *cit.*, p. 18.

arbitral), com expressa consagração no artigo 4.º do Código de Processo Civil (CPC)^{281–282}.

Não obstante a previsão expressa no CPC, o princípio da igualdade das partes é, em primeiro lugar, um corolário do princípio da igualdade previsto no artigo 13.º da CRP²⁸³, isto é, uma “ projecção processual ” de tal princípio²⁸⁴. E é por aqui que o mesmo deve ser, desde logo, compreendido.

O princípio é, com efeito, uma concretização, ao nível do Direito Processual Civil, do princípio da igualdade previsto na Constituição. Assim, se na CRP vimos consagrado o princípio da igualdade (dos cidadãos) *perante a lei*²⁸⁵, agora, poder-se-á dizer, encontramos no CPC o princípio da igualdade (das partes) *perante os tribunais*²⁸⁶ – princípio este que, à semelhança daquele que se encontra previsto na Lei Fundamental, dever-se-á interpretar, sobretudo, em sentido predominantemente material ou substancial e deverá valer no decurso de todo o processo.

²⁸¹ O facto de estarmos perante um princípio fundamental, estruturante de todo o processo civil, é reconhecido, aliás, no próprio preâmbulo do Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de Dezembro [Diário da República, I série-A, n.º 285, de 12/12/1985, 7780 (p. 4)] – diploma que, como veremos, consagrou a igualdade das partes no CPC.

²⁸² Conforme salienta Gomes Canotilho, o princípio da igualdade das partes é, na verdade, um dos “ *princípios constitutivos de toda a ordem processual* ” (J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, cit., p. 966).

²⁸³ Vide MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, cit., p. 42, JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, cit., § 9.º, VI, 1, 1.1, PAULO PIMENTA, *Processo Civil Declarativo*, Almedina, Coimbra, 2014, p. 25, ANTÓNIO MONTALVÃO MACHADO / PAULO PIMENTA, “O Novo Processo Civil”, 12.ª ed., Almedina, Coimbra, 2010, pp. 31 e 32, FERNANDO PEREIRA RODRIGUES, *O Novo Processo Civil. Os Princípios Estruturantes*, Almedina, Coimbra, 2013, p. 60, e TIAGO FÉLIX DA COSTA, *A (Des)Igualdade de Armas nas Providências Cautelares sem Audiência do Requerido*, Almedina, Coimbra, 2012, p. 39.

²⁸⁴ J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, cit., pp. 966 e 967. Neste sentido, também na doutrina alemã, Rolf Stürner, por exemplo, considera o princípio da igualdade de armas uma *manifestação processual especial* do artigo 3 (1) da Constituição Alemã (preceito que, como vimos, consagra o princípio da igualdade perante a lei) – ROLF STÜRNER, *Die richterliche Aufklärung im Zivilprozeß*, Veröffentlichungen zum Verfahrensrecht, Mohr Siebeck, Tübingen, 1982, p. 37.

²⁸⁵ Cfr. Artigo 13.º, n.º 1, da CRP.

²⁸⁶ Cfr. Artigo 4.º do CPC.

Neste contexto, importa não esquecer que os tribunais (aqui se incluindo, como veremos, os tribunais arbitrais) são também destinatários do princípio da igualdade²⁸⁷, estando naturalmente vinculados a tal princípio. É isso que resulta, aliás, da vinculação de todas as funções estaduais (legislação, administração e jurisdição) ao princípio da igualdade previsto na CRP²⁸⁸ – vinculação esta que, no que à jurisdição se refere, compreende várias dimensões, uma das quais se traduz na igualdade dos cidadãos *perante os tribunais*, donde emerge, justamente, a igualdade das partes no decorrer do processo²⁸⁹.

II – Em todo o caso, o princípio da igualdade das partes não decorre, apenas, do artigo 13.º da CRP. Ele é, ainda, postulado pelo *direito ao processo equitativo* (*due process of law*), também com consagração constitucional (artigo 20.º, n.º 4, da CRP)²⁹⁰.

Com raízes históricas longínquas que remontam ao artigo 39.º da Magna Carta inglesa (1215)²⁹¹, o direito ao processo equitativo é hoje um

²⁸⁷ Vide GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, cit., p. 300.

²⁸⁸ Cfr. J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, cit., pp. 345 e 346, e JOSÉ A. ENGRÁCIA ANTUNES, “A igualdade de tratamento dos accionistas na OPA”, cit., pp. 88 e 89, e “O artigo 490.º do CSC e a Lei Fundamental...”, cit., pp. 251 e 252. Sobre os vários momentos e domínios em que, no exercício da função jurisdicional, se podem suscitar problemas de igualdade, veja-se JORGE MIRANDA, “Constituição e Processo Civil”, cit., pp. 17 e 18, e *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, cit., pp. 442 e 443.

²⁸⁹ Cfr. J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, cit., pp. 346. A igualdade das partes é, efectivamente, uma das características fundamentais da actividade jurisdicional (*vide* LUCINDA DIAS DA SILVA, *Processo Cautelar Comum...*, cit., p. 39), assim se compreendendo o dever que, a este respeito, recai sobre os tribunais de assegurar a igualdade substancial das partes, ao longo de todo o processo.

²⁹⁰ Vide JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., pp. 123 e 124.

²⁹¹ Sobre as origens do direito ao processo equitativo, veja-se, por exemplo, J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, cit., pp. 492 e 493, e RYAN C. WILLIAMS, “The One and Only Substantive Due Process Clause”, in *The Yale Law Journal*, vol. 120, n.º 3, New Haven, 2010, pp. 428 a 434.

direito muito importante²⁹², encontrando-se igualmente previsto em inúmeras constituições de diferentes países, bem como em vários instrumentos europeus e internacionais – entre outros, nos artigos 47.º, 2.º parágrafo, da CDFUE, 6.º da CEDH, 10.º da DUDH e 14.º, n.º 1, do PIDCP²⁹³ –, o que se compreende, uma vez que se trata de um dos *direitos humanos mais elementares*²⁹⁴. Assim, muito embora tenha sido introduzido na Lei Fundamental apenas em 1997, com a 4.ª Revisão Constitucional²⁹⁵, a verdade é que estamos perante um direito que resulta,

²⁹² Apesar de ser um direito que, tradicionalmente, é invocado, com mais frequência, no *Direito Processual Penal*, o direito ao processo equitativo vale também no âmbito do processo civil, devendo entender-se que o mesmo é afirmado, no artigo 20.º, n.º 4, da CRP, como uma “*garantia processual universal*” [PAULA COSTA E SILVA, *A Litigância de Má Fé*, Coimbra Editora, Coimbra, 2008, p. 676; a este propósito, veja-se, ainda, FERNANDO PEREIRA RODRIGUES, *O Novo Processo Civil. Os Princípios Estruturantes*, cit., p. 188, e MATTI S. KURKELA / SANTTU TURUNEN, *Due Process in International Commercial Arbitration*, 2.ª ed., University of Helsinki Conflict Management Institute (COMI), Oxford University Press, Nova Iorque, 2010, p. 1)]. No actual CPC, a necessidade de o juiz assegurar um processo equitativo encontra-se, aliás, expressamente prevista na parte final do artigo 547.º, legitimando e, ao mesmo tempo, limitando o princípio da adequação formal (cfr. RUI PINTO, *Notas as Código de Processo Civil*, vol. II, 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2015, pp. 6 e 7, e PAULO RAMOS DE FARIA / ANA LUÍSA LOUREIRO, *Primeiras Notas ao Novo Código de Processo Civil*, vol. I, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2014, p. 455).

Neste sentido, e conforme vimos em sede introdutória, por se tratar, justamente, de uma garantia processual universal, também o processo arbitral deverá respeitar o princípio do processo equitativo.

²⁹³ De entre estes preceitos, um destaque especial merece o artigo 6.º da CEDH, que muito influenciou o n.º 4 do artigo 20.º da CRP. Salientando a influência deste preceito, veja-se MARCELO REBELO DE SOUSA / JOSÉ DE MELO ALEXANDRINO, *Constituição da República Portuguesa comentada*, cit., p. 103, e o acórdão do Tribunal Constitucional n.º 345/99, de 15/06/1999 (Relator Sousa e Brito, processo n.º 996/98), in <http://www.tribunalconstitucional.pt/>. De destacar, ainda, que o artigo 6.º da CEDH foi, por sua vez, inspirado nos artigos 10.º e 11.º, n.º 1, da DUDH (sobretudo os n.ºs 1 e 2 do mencionado artigo 6.º) – a este respeito, veja-se, por exemplo, JUAN CARLOS LANDROVE, “European Convention on Human Rights’ Impact on Consensual Arbitration. An État des Lieux of Strasbourg Case-Law and of a Problematic Swiss Law Feature”, in *Human Rights at the Center - Les droits de l’Homme au Centre*, Schulthess, Zurique, 2006, p. 77 (nota de rodapé n.º 11), e ALEKSANDAR JAKSIC, *Arbitration and Human Rights*, cit., p. 221 (nota de rodapé n.º 4).

²⁹⁴ Cfr. JEAN-HUBERT MOITRY, “Right to a fair trial and the European Convention on Human Rights: some remarks on the République de Guinée case”, in *Journal of International Arbitration*, vol. 6, n.º 2, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1989, p. 115.

²⁹⁵ Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 de Setembro.

em última instância, do próprio princípio do Estado de Direito²⁹⁶ e que é hoje reconhecido como uma *exigência elementar na administração da justiça*²⁹⁷.

Na verdade, é sabido que o direito à jurisdição não implica apenas o direito de acesso aos tribunais²⁹⁸; é igualmente necessário que o processo a que se acede apresente *garantias de justiça*²⁹⁹, de modo que se consiga alcançar a “justa composição do litígio”³⁰⁰. Por outras palavras, é preciso que o processo seja *equitativo*, isto é, *justo*³⁰¹.

Ora, tendo em vista esta finalidade, torna-se indispensável observar, ao longo de todo o processo, um determinado conjunto de princípios e regras fundamentais em que o direito ao processo equitativo se concretiza³⁰², tais como: a independência e a imparcialidade do tribunal, a

²⁹⁶ Cfr. Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 82/2007, de 06/02/2007 (Relator Paulo Mota Pinto, processo n.º 461/06), in <http://www.tribunalconstitucional.pt/>.

²⁹⁷ Cfr. IRENEU CABRAL BARRETO, “Direito ao exame da causa publicamente”, in *BMJ*, Documentação e Direito Comparado, n.ºs 75/76, Lisboa, 1998, p. 151, e FERNANDO PEREIRA RODRIGUES, *O Novo Processo Civil. Os Princípios Estruturantes*, cit., p. 188.

²⁹⁸ Vide JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., p. 123.

²⁹⁹ Cfr. MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, cit., p. 39. Conforme salientam João de Castro Mendes e Miguel Teixeira de Sousa, “de nada serve ao particular aceder à justiça se a sua posição em juízo não se encontrar igualmente protegida” [JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil* (em preparação), § 4.º, I, 4, 4.2, a)].

³⁰⁰ Tal como se encontra expressamente prevista nos artigos 6.º, n.º 1, 7.º, n.º 1, 37.º, n.º 2, 411.º e 418.º, n.º 1, do CPC – cfr. JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, cit., § 4.º, I, 4, 4.2, a).

³⁰¹ A este propósito, veja-se MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Introdução ao Processo Civil*, 2.ª ed., Lex, Lisboa, 2000, p. 27, ANTÓNIO JÚLIO CUNHA, *Direito Processual Civil Declarativo à luz do Novo Código de Processo Civil*, 2.ª ed., Quid Juris, Lisboa, 2015, p. 49, e FERNANDO PEREIRA RODRIGUES, *O Novo Processo Civil. Os Princípios Estruturantes*, cit., p. 189. A CRP e os sistemas de direitos fundamentais em geral não se preocupam, assim, apenas com a obtenção de tutela jurisdicional, mas também “com a configuração concreta que conduz à sua obtenção: essa configuração concreta do processo deve ser *equitativa ou justa*” (RUI PINTO, *A Questão de Mérito na Tutela Cautelar. A Obrigação Genérica de não Ingerência e os Limites da Responsabilidade Civil*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, p. 78).

³⁰² Vide JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., pp. 123 e ss. A exigência de um processo equitativo tem, assim, como significado básico, a “conformação do processo de forma materialmente adequada a uma tutela judicial

observância do princípio do juiz natural, a publicidade do processo, a fundamentação da decisão e o seu proferimento em prazo razoável, o direito à prova (e à licitude desta), e, com particular relevância para o tema que nos propusemos tratar, o *princípio da igualdade das partes* (donde resultam outros importantes princípios, como o princípio do contraditório)³⁰³.

efectiva” (J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, *cit.*, p. 415).

Sobre os vários princípios e regras fundamentais que o direito ao processo equitativo abrange, veja-se, por exemplo, MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, *cit.*, pp. 39 a 58, JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, *cit.*, § 4.º, I, 4, 4.2, RITA LOBO XAVIER / INÊS FOLHADELA / GONÇALO ANDRADE E CASTRO, *Elementos de Direito Processual Civil - Teoria Geral, Princípios, Pressupostos*, Universidade Católica Editora, Porto, 2014, pp. 126 a 132, ANTÓNIO JÚLIO CUNHA, *Direito Processual Civil Declarativo...*, *cit.*, p. 50, FERNANDO PEREIRA RODRIGUES, *O Novo Processo Civil. Os Princípios Estruturantes*, *cit.*, pp. 187 a 193, RUI PINTO, *Notas as Código de Processo Civil*, vol. II, *cit.*, p. 7, bem como J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, *cit.*, pp. 415 e 416, e VITAL MOREIRA / CARLA DE MARCELINO GOMES (coordenação), *Compreender os direitos humanos...*, *cit.*, pp. 227 a 233. Para maiores reflexões sobre o conteúdo do justo processo, veja-se, entre outros, RUI PINTO, *A Questão de Mérito na Tutela Cautelar...*, *cit.*, pp. 79 a 83, e, na doutrina alemã, CHRISTOPH G. PAULUS, *Zivilprozessrecht - Erkenntnisverfahren, Zwangsvollstreckung und Europäisches Zivilprozessrecht*, 5.ª ed., Springer, Berlim, 2013, pp. 135 a 137.

³⁰³ Vide GIUSEPPE CHIOVENDA, *Istituzioni di Diritto Processuale Civile*, vol. I, 2.ª ed. (6.ª reimpressão), Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene, Nápoles, 1957, pp. 86 e 87. Defendendo ser o princípio do contraditório uma decorrência do princípio da igualdade das partes, veja-se, nomeadamente, JOÃO DE CASTRO MENDES, *Direito Processual Civil*, vol. I, AAFDL, Lisboa, 2012 (reimpressão), p. 132, JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, *cit.*, § 9.º, VI, 3, 3.2, e § 4.º, I, 4, 4.2, a), MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, *cit.*, p. 46, e *Introdução ao Processo Civil*, *cit.*, p. 53, MANUEL DE ANDRADE, *Noções Elementares de Processo Civil*, com a colaboração de ANTUNES VARELA, ed. revista e actualizada por HERCULANO ESTEVES, Coimbra Editora, Coimbra, 1976, p. 378, PAULA COSTA E SILVA, “Preterição do contraditório...”, *cit.*, p. 308, LUCINDA DIAS DA SILVA, *Processo Cautelar Comum...*, *cit.*, pp. 42, 43 e 45, CARLOS LOPES DO REGO, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. I, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2004, p. 35, CÂNDIDA DA SILVA ANTUNES PIRES, “Noções Gerais De Direito Processual Civil” e “Do Processo Arbitral Em Geral: Formalismo Elástico Ou Informalismo Ordenado? Princípios Fundamentais”, ambos os artigos publicados in *Direito de Macau - reflexões e estudos*, Fundação Rui Cunha / CRED-DM, Macau, 2014, pp. 236 e 495, respectivamente, e J. PEREIRA BATISTA, *Reforma do Processo Civil - Princípios Fundamentais*, Lex, Lisboa, 1997, p. 52.

Em consonância com o artigo 13.º da CRP, a importância e a necessidade de respeito pelo princípio da igualdade das partes decorrem, desta forma, também do próprio direito a um processo equitativo, sendo considerado, aliás, um elemento *essencial* deste [tal como tem vindo a acentuar, há muito, a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH)³⁰⁴]. Um processo só será, com efeito, equitativo se assegurar às partes um estatuto de verdadeira igualdade³⁰⁵.

III – Compreendida a relevância do princípio da igualdade das partes (como corolário que é do princípio da igualdade previsto na CRP, sendo, além do mais, postulado pelo direito a um processo equitativo), não surpreende, por isso, que antes mesmo de o princípio ter sido, expressamente, acolhido no CPC, ele já fosse considerado um princípio fundamental do processo civil³⁰⁶. Mais: já nesta altura se entendia que estávamos perante um princípio que possuía dignidade constitucional, decorrendo da própria ideia de Estado de Direito³⁰⁷ – neste sentido, defendia-se que o princípio da igualdade das partes (assim como o princípio do contraditório) constituía uma *emanação directa do princípio da igualdade* [da CRP]³⁰⁸.

³⁰⁴ Cfr. CARLO RUSSO, “Eguaglianza delle armi”, in *BMJ*, Documentação e Direito Comparado, n.ºs 75/76, Lisboa, 1998, p. 92.

³⁰⁵ Cfr. ANTÓNIO JÚLIO CUNHA, *Direito Processual Civil Declarativo...*, cit., p. 50.

³⁰⁶ Veja-se JOSÉ ALBERTO DOS REIS, *Código de Processo Civil anotado*, vol. IV, 3.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2012 (reimpressão), p. 546 (anotação ao artigo 653.º), e JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “Justiça e Processo Civil”, in *BMJ*, n.º 350, 1985, p. 25.

³⁰⁷ Cfr. JORGE MIRANDA, “Constituição e Processo Civil”, cit., p. 20. Na jurisprudência, vejam-se os acórdãos do Tribunal Constitucional n.ºs 397/89, de 18/05/1989 (Relator Messias Bento, processo n.º 578/88); 47/90, de 21/02/1990 (Relator Messias Bento, processo n.º 87/89); e 62/91, de 13/03/1991 (Relator Sousa e Brito, processo n.º 150/89) – todos disponíveis em <http://www.tribunalconstitucional.pt/>.

³⁰⁸ Cfr. JORGE MIRANDA, “Constituição e Processo Civil”, cit., p. 20, e acórdão do Tribunal Constitucional n.º 62/91, cit.

Com efeito, era evidente que o princípio da igualdade do artigo 13.º da CRP não poderia ficar “à porta” do processo³⁰⁹; a igualdade dos cidadãos perante a lei, presente no citado artigo, também exigia que ela se realizasse no procedimento judicial³¹⁰. Deste modo, para Jorge Miranda, dos n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º da CRP resultava já que todas as partes em processo civil deveriam receber igual tratamento, devendo gozar dos mesmos direitos e deveres processuais, sem discriminação ou privilégio algum³¹¹.

Desta forma, ainda antes de o princípio da igualdade das partes ter sido expressamente consagrado no CPC (e de o direito ao processo equitativo estar previsto no n.º 4 do artigo 20.º da CRP), ele já era visto como um dos princípios que caracterizavam o nosso sistema processual comum³¹², entendendo-se, resumidamente, que o mesmo consistia “em as partes serem postas no processo em perfeita paridade de condições, desfrutando, portanto, idênticas possibilidades de obter a justiça que lhes seja devida”³¹³.

IV – Com a revisão do CPC empreendida em 1995-1996, o princípio da igualdade das partes passou a constar deste diploma. De facto, não obstante a importância que a doutrina e jurisprudência vinham reconhecendo ao princípio da igualdade no processo civil, entendia-se,

³⁰⁹ Vide AFONSO DE MELO, “O princípio da igualdade no Processo Civil”, in *Tribuna da Justiça*, n.º 23, Novembro de 1986, p. 11.

³¹⁰ Vide AFONSO DE MELO, “O princípio da igualdade no Processo Civil”, *cit.*, p. 11, e JORGE MIRANDA, “Constituição e Processo Civil”, *cit.*, p. 19.

³¹¹ Cfr. JORGE MIRANDA, “Constituição e Processo Civil”, *cit.*, p. 14.

³¹² Sobre este ponto, veja-se ANTÓNIO SANTOS ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma do Processo Civil*, vol. I, *cit.*, p. 109. No mesmo sentido, na jurisprudência, o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de uniformização de jurisprudência n.º 13/96, de 15/10/1996 (Relator Lopes Pinto, processo 087641), in <http://www.dgsi.pt/>.

³¹³ MANUEL DE ANDRADE, *Noções Elementares de Processo Civil*, *cit.*, p. 378. Em sentido próximo, veja-se, por exemplo, JOÃO DE CASTRO MENDES, *Direito Processual Civil*, vol. I, *cit.*, p. 132.

contudo, que o CPC estabelecia algumas desigualdades entre as partes, sobretudo ao conceder certas prerrogativas ao Ministério Público e a determinados sujeitos³¹⁴.

Sentia-se, deste modo, a necessidade de dar a este princípio a consagração que lhe era devida no CPC. E o *artigo 3.º-A* – introduzido pelo Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de Dezembro, com a redacção posterior que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 180/96, de 25 de Setembro³¹⁵ – respondeu a essa necessidade, consagrando, agora expressamente, o *princípio da igualdade das partes* como um princípio estruturante essencial do processo civil³¹⁶.

O artigo veio a transitar, *ipsis verbis*, para o actual CPC, mais concretamente para o *artigo 4.º*. Nos termos deste preceito, estabelece-se, assim, que “o *tribunal* deve assegurar, ao longo de todo o processo, um estatuto de *igualdade substancial das partes*, designadamente no exercício de faculdades, no uso de meios de defesa e na aplicação de cominações ou de sanções processuais”.

Uma das primeiras ideias em que o princípio se traduz é, desde logo, a de igualdade de oportunidades ou – fazendo apelo a uma

³¹⁴ No que a esta questão se refere, veja-se, designadamente, JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “Justiça e Processo Civil”, *cit.*, pp. 26 a 28, “Inconstitucionalidades do Código de Processo Civil”, in *ROA*, ano 52, vol. I, Lisboa, 1992, pp. 38 e 39, bem como “A igualdade de armas no Direito Processual Civil Português” e “Os princípios gerais nas linhas orientadoras da nova legislação processual civil”, ambos os artigos publicados nos *Estudos sobre Direito Civil e Processo Civil*, vol. I, 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pp. 32 a 41 e pp. 22 e 23, respectivamente, JOSÉ LEBRE DE FREITAS / ISABEL ALEXANDRE, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, 3.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2014, p. 12, e CARLOS LOPES DO REGO, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. I, *cit.*, pp. 36 a 38, e “A intervenção do Ministério Público na área cível e o respeito pelo princípio da igualdade de armas”, in *Cadernos da Revista do Ministério Público*, n.º 10 - *O Ministério Público, a Democracia e a Igualdade dos Cidadãos*, 5.º Congresso, Edições Cosmos, Lisboa, 2000, pp. 91 e ss.

³¹⁵ Conforme mencionaremos de seguida, a revisão operada pelo Decreto-Lei n.º 180/96 ao artigo 3.º-A do CPC, prendeu-se, apenas, com a introdução do adjectivo “substancial” (passando tal norma a referir-se a igualdade “substancial”).

³¹⁶ *Cfr.* CARLOS LOPES DO REGO, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. I, *cit.*, p. 35.

concepção *duelística* do processo – a de *igualdade de armas*, no sentido de que as partes devem ter, ao longo de todo o processo, as mesmas oportunidades de influenciar o seu resultado³¹⁷ (igualdade que, importa dizê-lo face ao objecto do nosso tema, deverá valer de forma idêntica em caso de pluralidade de autores ou réus, entre os vários sujeitos litisconsorciados ou coligados³¹⁸). Assim se compreende que o chamado *princípio da igualdade de armas* surja, por vezes, utilizado como sinónimo do princípio da igualdade das partes (embora, em rigor, seja mais correcto afirmar que a igualdade de armas é uma manifestação do princípio da igualdade das partes³¹⁹, ou seja, o primeiro princípio está ínsito no segundo).

Essencialmente, o que está aqui em causa é assegurar um *equilíbrio entre as partes* ao longo de todo o processo, particularmente no que toca à apresentação das respectivas teses e na perspectiva dos meios processuais de que para o efeito disponham (embora sem que isso implique uma identidade formal absoluta desses meios), exigindo-se, ainda, a identidade dos direitos processuais das partes e a sujeição de ambas a ónus e cominações idênticos, sempre que a sua posição no processo for equiparável (o que nem sempre se verificará)³²⁰.

³¹⁷ Vide JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, cit., § 9.º, VI, 1, 1.1, a).

³¹⁸ Cfr. JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., pp. 137 e 138, e FRANCISCO MANUEL LUCAS FERREIRA DE ALMEIDA, *Direito Processual Civil*, vol. I, Almedina, Coimbra, 2010, p. 254 (nota de rodapé n.º 6).

³¹⁹ Cfr. JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., p. 136, RITA LOBO XAVIER / INÊS FOLHADELA / GONÇALO ANDRADE E CASTRO, *Elementos de Direito Processual Civil...*, cit., p. 128, e FRANCISCO MANUEL LUCAS FERREIRA DE ALMEIDA, *Direito Processual Civil*, vol. I, cit., p. 254.

³²⁰ Vide JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., pp. 136 e 137, “Os princípios gerais nas linhas orientadoras da nova legislação processual civil”, cit., p. 22, e “A igualdade de armas no Direito Processual Civil Português”, cit., p. 32, bem como JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, cit., p. 443, “Constituição e Processo Civil”, cit., p. 19, e JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, cit., p. 442.

Por outro lado, além da ideia de igualdade de armas, importa salientar que, acima de tudo, o princípio da igualdade das partes é um princípio que tem vários e importantes reflexos³²¹, neste sentido um “supra princípio”³²², donde decorrem outros direitos e princípios, a começar, desde logo, como anteriormente referimos, pelo próprio *princípio do contraditório*.

V – Ponto extremamente relevante no âmbito do nosso tema é, neste contexto, o “estatuto de igualdade substancial das partes” (estabelecido no artigo 4.º do CPC) e as implicações e alcance de tal estatuto.

A este respeito, referimos que o artigo 4.º do CPC é um corolário do princípio da igualdade previsto no artigo 13.º da CRP – o que, só por si, deixa desde logo antever que o sentido a dar ao princípio da igualdade deverá ser, sobretudo, um sentido material ou substancial. Na verdade, já antes de o mencionado princípio ter sido expressamente consagrado no CPC, se alertava para o facto de ser necessário realizar entre as partes, no processo, a igualdade material ou substancial, e não apenas uma igualdade formal³²³.

De todo o modo, ao consagrar, expressamente, o princípio da igualdade das partes no CPC, o legislador optou por clarificar que a igualdade que o tribunal tem de assegurar às partes, ao longo de todo o processo, é a *igualdade substancial* (opção que, não obstante, foi

³²¹ Cfr. MANUEL DE ANDRADE, *Noções Elementares de Processo Civil*, cit., p. 379.

³²² Cfr. LUCINDA DIAS DA SILVA, *Processo Cautelar Comum...*, cit., p. 43.

³²³ Vide MANUEL DE ANDRADE, *Noções Elementares de Processo Civil*, cit., p. 378. O mesmo faziam, já nesta altura, Afonso de Melo e Jorge Miranda, Autores que, por referência à aplicação do princípio da igualdade no âmbito do Processo Civil, não deixavam de salientar que “também aqui não é apenas formal o princípio da igualdade (situações diferentes podem exigir tratamentos diferentes)” – AFONSO DE MELO, “O princípio da igualdade no Processo Civil”, cit., p. 11, e JORGE MIRANDA, “Constituição e Processo Civil”, cit., p. 19.

precedida de alguma hesitação nesta matéria³²⁴). O adjetivo “substancial” – que alguns autores criticam pela sua ambiguidade³²⁵ – pretende assim confirmar que a igualdade que se visa é a igualdade material ou substancial e não (apenas) uma igualdade formal, ou seja, estamos perante uma igualdade que não se basta com a pura simetria formal de estatutos processuais³²⁶; o teor literal do citado artigo 4.º do CPC não deixa margem para dúvidas.

Dito isto, duas conclusões adicionais se impõem.

Por um lado, tal como vimos no âmbito do princípio da igualdade consagrado na CRP, também aqui a necessidade de assegurar um estatuto de igualdade substancial das partes (artigo 4.º do CPC) não significa, portanto, que seja sempre exigível uma *igualdade absoluta*³²⁷ – esta, aliás,

³²⁴ Referimo-nos à hesitação que, por referência ao anterior artigo 3.º-A do CPC, se gerou no processo de aprovação do Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de Dezembro. A versão original do projecto qualificava a igualdade como “substancial”, qualificação que foi, no entanto, eliminada na aprovação em Conselho de Ministros do referido Decreto-Lei [note-se que, por lapso manifesto, na p. 112 da versão publicada em Diário da República (I série-A, n.º 285, de 12/12/1985, 7780) a expressão “igualdade substancial” volta a aparecer no artigo 3.º-A, na parte atinente à republicação do CPC]. Como dissemos anteriormente, foi a revisão operada pelo Decreto-Lei n.º 180/96, de 25 de Setembro, que reintroduziu, no artigo 3.º-A, a designação “igualdade *substancial*”, que encontramos hoje no actual artigo 4.º do CPC. Sobre este ponto concreto, veja-se J. PEREIRA BATISTA, *Reforma do Processo Civil - Princípios Fundamentais*, cit., pp. 48 e 49, CARLOS LOPES DO REGO, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. I, cit., p. 38, JOSÉ LEBRE DE FREITAS / JOÃO REDINHA / RUI PINTO, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2008, p. 11, e JOSÉ LEBRE DE FREITAS / ISABEL ALEXANDRE, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, cit., p. 12.

³²⁵ Cfr. JOSÉ LEBRE DE FREITAS / JOÃO REDINHA / RUI PINTO, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, cit., pp. 10 e 12, JOSÉ LEBRE DE FREITAS / ISABEL ALEXANDRE, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, cit., p. 11, e ANTÓNIO SANTOS ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma do Processo Civil*, vol. I, cit., pp. 109 e 110.

³²⁶ A este respeito, veja-se, particularmente, CARLOS LOPES DO REGO, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. I, cit., p. 39. Do que se trata, assim, é de assegurar uma igualdade substancial entre as partes e não garantir “uma mera identidade formal quanto a faculdades, meios de defesa, ónus ou cominações” (RITA LOBO XAVIER / INÊS FOLHADELA / GONÇALO ANDRADE E CASTRO, *Elementos de Direito Processual Civil...*, cit., p. 128).

³²⁷ Deste modo, conforme exemplifica Paulo Pimenta, o facto de o juiz ter concedido a uma das partes a prorrogação de prazo para a prática de um determinado acto, não significa, necessariamente, que a outra parte beneficie de idêntica prorrogação (PAULO PIMENTA, *Processo Civil Declarativo*, cit., p. 25). O mesmo se diga ainda, por

como se sabe, muitas vezes não passa de uma mera utopia³²⁸, revelando-se muito difícil (ou mesmo impossível) de alcançar³²⁹.

Por outro lado, e ao mesmo tempo, embora o tribunal deva garantir, ao longo de todo o processo, o referido estatuto de igualdade substancial das partes, certo é que, conforme bem observa Miguel Teixeira de Sousa, “nem sempre é viável assegurar essa igualdade”³³⁰. Com efeito, além de algumas igualdades formais impostas por lei que não são susceptíveis de serem afastadas³³¹, existem também determinadas *diferenças substanciais na posição processual das partes*³³² que, por vezes, não é possível ultrapassar³³³ – o que se compreende, uma vez que *estar no processo como autor não é o mesmo que estar no processo como réu*³³⁴.

Pense-se, por exemplo, no seguinte: o autor, à partida, terá mais tempo para preparar a acção (escolhendo o momento da sua propositura³³⁵) do que o réu tem para se defender dessa mesma acção. A desigualdade substancial entre as partes é inegável – o autor está numa clara posição de vantagem quanto a este ponto. O mesmo se diga, também,

exemplo, a respeito da multa que for aplicada a ambas as partes pela apresentação tardia de documentos (artigo 423.º, n.º 2, do CPC); esta não terá de ser, sempre, impreterivelmente igual – a condição económica de uma das partes pode, desde logo, justificar um tratamento diferenciado (*op. cit.*, p. 25).

³²⁸ Cfr. ANTÓNIO JÚLIO CUNHA, *Direito Processual Civil Declarativo...*, cit., p. 51.

³²⁹ Neste sentido, JOSÉ LEBRE DE FREITAS alerta, precisamente, para a “impossibilidade de atingir a igualdade formal absoluta das partes” [*Introdução ao Processo Civil...*, cit., p. 137 (nota de rodapé n.º 32)].

³³⁰ MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, cit., p. 42.

³³¹ Sobre esta questão, veja-se MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, cit., pp. 42 e 43.

³³² A este propósito, veja-se ANTUNES VARELA / J. MIGUEL BEZERRA / SAMPAIO E NORA, *Manual de Processo Civil*, 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 1985, p. 108 (nota de rodapé n.º 4), e LEO ROSENBERG / KARL HEINZ SCHWAB / PETER GOTTWALD, *Zivilprozessrecht*, 17.ª ed., Verlag C. H. Beck, Munique, 2010, p. 202.

³³³ Vide MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, cit., p. 42.

³³⁴ Cfr. FERNANDO PEREIRA RODRIGUES, *O Novo Processo Civil. Os Princípios Estruturantes*, cit., p. 61, e *Noções Fundamentais de Processo Civil*, Almedina, Coimbra, 2015, p. 44.

³³⁵ Tendo em atenção, claro, eventuais prazos de caducidade (por exemplo, os prazos da responsabilidade contratual e extracontratual).

a propósito das regras de distribuição do ónus da prova. A parte sobre a qual recaia o dever de provar determinados factos estará em desvantagem em relação àquela que não tenha esse dever (esta última poderá obter uma sentença favorável, sem ter de provar nenhum facto)³³⁶⁻³³⁷.

Em todo o caso, o importante é salientar que o facto de não ser possível ultrapassar tais diferenças substanciais não significa que o princípio da igualdade das partes seja violado³³⁸.

VI – Sendo assim, como se concretiza, então, o referido “estatuto de igualdade substancial das partes”, que o tribunal deve assegurar? A este respeito, poder-se-á dizer que a igualdade substancial se traduz, essencialmente, num duplo dever para o tribunal: um *dever de correcção de desigualdades* e um *dever de proibição de desigualdades*³³⁹.

³³⁶ Mencionando alguns destes exemplos, veja-se, nomeadamente, MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, cit., pp. 42 e 43, FERNANDO PEREIRA RODRIGUES, *O Novo Processo Civil. Os Princípios Estruturantes*, cit., pp. 61 e 62, e *Noções Fundamentais de Processo Civil*, cit., p. 45, e J. P. REMÉDIO MARQUES, *Ação Declarativa à luz do Código Revisto*, 3.^a ed., Coimbra Editora, Coimbra 2011, p. 208.

³³⁷ Estas diferenças substanciais na posição processual das partes são mais acentuadas na *acção executiva*, entre o credor (exequente) e o devedor (executado), gozando o primeiro de uma natural posição de prevalência sobre o segundo – *cfr.* JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., p. 137 (nota de rodapé n.º 29). Embora não deixe de ser observado, a verdade é que o princípio da igualdade de armas não tem, no processo executivo, o mesmo alcance que tem no processo declarativo (JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *A Ação Executiva à luz do Código de Processo Civil de 2013*, 6.^a ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2014, pp. 26 a 29, e FERNANDO PEREIRA RODRIGUES, *O Novo Processo Civil. Os Princípios Estruturantes*, cit., pp. 67 e 68).

³³⁸ No que respeita ao primeiro exemplo que indicámos, *vide* acórdãos do Tribunal Constitucional n.ºs 86/88, de 13/04/1988 (Relator Messias Bento, processo n.º 235/86), e 255/01, de 29/05/2001 (Relator Sousa e Brito, processo n.º 410/00), ambos disponíveis em <http://www.tribunalconstitucional.pt/>.

³³⁹ *Vide* MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Introdução ao Processo Civil*, cit., pp. 52 e 53, e JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, cit., § 9.º, VI, 2.

No primeiro caso, a referida correcção é realizada através da *função assistencial do juiz*³⁴⁰, função esta que, no entanto, apenas poderá ser exercida nos casos previstos na lei³⁴¹. Fora destas hipóteses, o juiz não terá esta função assistencial, ou seja, no adjectivo “substancial” (presente no artigo 4.º do CPC) não pode ver-se a consagração, como princípio geral, do papel assistencial do juiz – no sentido de lhe ser imposto a prestação de auxílio à parte que dele estiver carecida em virtude de um deficiente exercício dos direitos e faculdades processuais (sem prejuízo da actuação do princípio da cooperação), sob pena de se pôr em risco a imparcialidade do tribunal³⁴²⁻³⁴³.

O segundo dever, de *proibição de desigualdades*, impõe, por sua vez, ao tribunal o dever de não criar situações de desigualdade entre as

³⁴⁰ Cfr. JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *op. cit.*, § 9.º, VI, 2, 2.2.

³⁴¹ Vide MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Introdução ao Processo Civil*, *cit.*, p. 52. É o que se verifica, por exemplo, no artigo 590.º, n.º 2, alínea b), do CPC (convite do juiz às partes no sentido de aperfeiçoarem os seus articulados).

³⁴² Neste sentido, veja-se, particularmente, JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, *cit.*, p. 137 (nota de rodapé n.º 32), JOSÉ LEBRE DE FREITAS / ISABEL ALEXANDRE, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, *cit.*, p. 12, CARLOS LOPES DO REGO, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. I, *cit.*, pp. 38 e 39, J. PEREIRA BATISTA, *Reforma do Processo Civil - Princípios Fundamentais*, *cit.*, pp. 72 e 73 (nota de rodapé n.º 121), FERNANDO PEREIRA RODRIGUES, *O Novo Processo Civil. Os Princípios Estruturantes*, *cit.*, p. 61, ANA CELESTE CARVALHO, “Regime processual aplicável no âmbito do artigo 8.º, n.º 4, da lei de responsabilidade civil do Estado e demais entidades públicas”, in *Julgar*, n.º 15 (2011), Coimbra Editora, Coimbra, 2011, p. 255, bem como, na jurisprudência, o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 29/05/2014 (Relatora Ana de Azeredo Coelho, processo 223/12.0 TBVFC-A.L1-6), in <http://www.dgsi.pt/>.

Sobre a discussão que, no âmbito da reforma do CPC de 1995-1996, se travou a propósito da consagração ou não do papel assistencial do juiz (em termos amplos e irrestritos, e seguindo o exemplo do direito processual civil alemão), veja-se, concretamente, CARLOS LOPES DO REGO, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. I, *cit.*, pp. 38 e 39, e J. PEREIRA BATISTA, *Reforma do Processo Civil - Princípios Fundamentais*, *cit.*, pp. 72 e 73 (nota de rodapé n.º 121).

³⁴³ Para Paula Costa e Silva, porém, a imparcialidade não fica necessariamente afectada por uma intervenção assistencial (PAULA COSTA E SILVA, *Acto e Processo. O dogma da irrelevância da vontade na interpretação e nos vícios do acto postulativo*, Coimbra Editora, Coimbra, 2003, pp. 111 e 599 a 601). No mesmo sentido, veja-se MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, *cit.*, pp. 44 e 45.

partes, isto é, proíbe que o tribunal trate as partes de modo desigual³⁴⁴. Esta proibição não vale, todavia, “quando, para respeitar o princípio da igualdade, o tribunal deva tratar partes substancialmente desiguais de forma desigual”³⁴⁵ (é o que sucede, por exemplo, quando se tenha de definir o conteúdo da decisão face à desigualdade que exista entre as partes³⁴⁶).

À semelhança do que referimos anteriormente, a respeito da consagração do princípio da igualdade na CRP³⁴⁷, importa reter que o dever de proibição de desigualdades não significa, deste modo, que as desigualdades estejam *sempre* impedidas. Mais: nalguns casos, tais desigualdades serão mesmo necessárias. Com efeito, é preciso não esquecer que, por vezes, a criação de uma situação de igualdade entre as partes pode implicar que essas mesmas partes sejam objecto de um *tratamento distinto*, particularmente quando elas se encontrem numa situação de desnível³⁴⁸.

³⁴⁴ Cfr. MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Introdução ao Processo Civil*, cit., p. 53, e JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, cit., § 9.º, VI, 2, 2.3.

³⁴⁵ MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *op. cit.*, p. 53. A este respeito, veja-se, ainda, JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *op. cit.*, § 9.º, VI, 2, 2.3.

³⁴⁶ Caso, designadamente, da fixação de uma multa, nos termos do artigo 139.º, n.º 8, do CPC – cfr. JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *op. cit.*, § 9.º, VI, 2, 2.3, e MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *op. cit.*, p. 53.

³⁴⁷ Mais concretamente, a propósito das dimensões de proibição de discriminação e, sobretudo, da obrigação de diferenciação.

³⁴⁸ Neste sentido, veja-se LUCINDA DIAS DA SILVA, *Processo Cautelar Comum...*, cit., pp. 39 e 40. Desta forma, tal como conclui JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “posições processuais objectivamente distintas podem implicar a atribuição necessária de meios técnicos distintos a uma das partes, sem que o facto rompa o equilíbrio global do processo” (“Inconstitucionalidades do Código de Processo Civil”, cit., p. 38). Neste contexto, o que o princípio da igualdade de armas impede é que, no uso do mesmo meio técnico, se introduzam discriminações em função da natureza subjectiva da parte em causa (cfr. JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “Inconstitucionalidades do Código de Processo Civil”, cit., p. 38), não sendo exigível uma *identidade absoluta entre meios processuais* (cfr. MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 260).

Utilizando uma imagem sugestiva de Balladore Pallieri, poder-se-á afirmar que, no duelo judiciário, não basta que se dê ao autor e ao réu “espadas iguais”; por vezes será necessário que se dê uma espada mais comprida à parte que tem o braço mais curto³⁴⁹, só assim se conseguindo garantir o referido estatuto de igualdade substancial das partes³⁵⁰.

Deste modo, o que o princípio da igualdade das partes exige é que o tribunal assegure um “estatuto de igualdade substancial das partes” (artigo 4.º do CPC) e não que as partes tenham (sempre) as mesmas armas – uma coisa não implica (necessariamente) a outra, pois *igualdade não é sinónimo de identidade de tratamento*^{351–352}.

³⁴⁹ A este respeito, veja-se GIORGIO BALLADORE PALLIERI, “Introduzione ai lavori del convegno”, in *Studi Parmensi*, vol. XVIII, L’eguaglianza delle armi nel processo civile, atti del convegno 10 dicembre 1976, Università di Parma, Giuffrè Editore, Milão, 1977, p. XVI.

³⁵⁰ A atribuição de *espadas iguais* pode até, em certos casos, ser ela própria geradora de graves desigualdades. Daí que, por exemplo, no âmbito do *processo penal*, Cunha Rodrigues defenda que o “princípio de igualdade de armas não pode significar que acusação e defesa devem valer-se das mesmas armas”; se assim fosse, o equilíbrio que o princípio da igualdade de armas visa assegurar estaria, à partida, comprometido – JOSÉ NARCISO DA CUNHA RODRIGUES, “Sobre o princípio da igualdade de armas”, *cit.*, p. 77 (bem como, as pp. 89 a 91).

³⁵¹ Vide VITAL MOREIRA / CARLA DE MARCELINO GOMES (coordenação), *Compreender os direitos humanos...*, *cit.*, p. 229, LUCINDA DIAS DA SILVA, *Processo Cautelar Comum...*, *cit.*, pp. 39 e 40, e RUI PEREIRA, “O princípio da igualdade em Direito Penal”, *cit.*, p. 111. Aliás, da própria ideia de igualdade de tratamento das partes decorre a *necessidade de diferenças*, sobretudo “nas situações onde a igualdade formal possa redundar em desigualdade substancial ou, pelo menos, onde elas se legitimem por um fundamento racional, não arbitrário” (JOSÉ LEBRE DE FREITAS / CRISTINA MÁXIMO DOS SANTOS, *O Processo Civil na Constituição*, Coimbra Editora, Coimbra, 2008, p. 84; veja-se, também, o acórdão do Tribunal Constitucional n.º 518/00, *cit.*). Desta forma, a regra deverá ser a de que “onde os factos objectivos são similares”, em princípio “o tratamento pelo sistema administrativo e judicial tem de ser similar, mas quando os factos encontrados são diferentes, o princípio da igualdade impõe tratamento diferente” (VITAL MOREIRA / CARLA DE MARCELINO GOMES (coordenação), *Compreender os direitos humanos...*, *cit.*, p. 229) – regra que, no fundo, está em consonância com a célebre máxima (imputada a Aristóteles) de *tratar igualmente o que é igual e desigualmente o desigual*.

³⁵² Se o princípio da igualdade das partes implicasse sempre, e em todos os casos, a atribuição das mesmas armas às partes, estaríamos, aliás, perante uma concepção meramente formal de igualdade, desrespeitando o sentido material ou substancial que se exige ao referido princípio.

Note-se, por fim, que embora seja admissível um tratamento distinto (em certas situações), esse tratamento não poderá, em todo o caso, ir ao ponto de implicar uma compressão *excessiva* do próprio princípio da igualdade³⁵³. Será, pois, necessário que se tenham presentes os limites impostos pelo *princípio da proporcionalidade (ou da proibição do excesso)*³⁵⁴ – tal como mencionámos no âmbito da CRP –, sob pena de ser violado o princípio da igualdade das partes (que tornou necessária a diferenciação de tratamento)³⁵⁵.

³⁵³ Cfr. FERNANDO PEREIRA RODRIGUES, *O Novo Processo Civil. Os Princípios Estruturantes*, cit., p. 190.

³⁵⁴ Cfr. FERNANDO PEREIRA RODRIGUES, *O Novo Processo Civil. Os Princípios Estruturantes*, cit., p. 190.

³⁵⁵ Retomando o exemplo anterior de Balladore Pallieri, seria esse o caso em que se atribuisse à parte que tem o braço mais pequeno não uma espada mais longa, mas sim um canhão ou uma qualquer arma de fogo. Tal medida seria *desproporcional*, comprometendo o *equilíbrio* entre as partes que o princípio da igualdade visa, precisamente, assegurar.

3 – O princípio da igualdade das partes na arbitragem

O princípio da igualdade das partes está no centro do nosso problema, não podendo a sua importância ser subestimada.

Neste sentido, recapitulando, começámos por analisar, brevemente, a ideia de igualdade como elemento essencial do conceito de Justiça e discurremos, ainda, sobre a sua longa evolução histórica. Aqui distinguimos duas épocas: uma época pré-constitucional e outra constitucional (período onde se assistiu à consagração constitucional do princípio da igualdade e onde contrapusemos a noção de igualdade formal, própria do liberalismo, à de igualdade material, característica do Estado Social).

De seguida, constatámos o lugar proeminente que a igualdade possui na CRP, igualdade esta que está consagrada, como princípio geral, no artigo 13.º, n.º 1, e assume um sentido predominantemente material ou substancial (em consonância com a célebre máxima *tratar igualmente o que é igual e desigualmente o que é desigual*). Vimos, ainda, as duas proibições e a obrigação em que a igualdade se desdobra: proibição de arbítrio, proibição de discriminação e obrigação de diferenciação (aqui se incluindo as discriminações positivas, embora sujeitas aos limites impostos pelo princípio da proporcionalidade).

Em todo o caso, conforme foi referido, a importância do princípio da igualdade não se circunscreve, apenas, à CRP. Essa mesma relevância verifica-se noutros ramos de direito, com particular destaque para o Direito Processual Civil, onde a necessidade de respeitar a *igualdade entre as partes* se coloca com maior acuidade. É neste contexto que surge, então, o *princípio da igualdade das partes* – um corolário do princípio da igualdade presente no artigo 13.º da CRP, sendo também postulado pelo direito ao *processo equitativo* (artigo 20.º, n.º 4, da CRP) –, hoje

expressamente previsto no artigo 4.º do CPC e nos termos do qual o tribunal deve assegurar, ao longo de todo o processo, um estatuto de *igualdade substancial (ou material) das partes*.

Chegados a este ponto, algumas questões se impõem: desde logo, terá a igualdade, na arbitragem, a mesma importância que tem em outros ramos de direito, como, por exemplo, no Direito Processual Civil? E, em caso afirmativo, até onde irá a referida igualdade? É uma igualdade que se limita apenas a um determinado momento da arbitragem ou uma igualdade que vai mais longe?

Por outro lado, sendo de facto relevante, em que consiste, afinal, o princípio da igualdade das partes na arbitragem e, acima de tudo, qual o sentido que o mesmo assume, isto é, qual a igualdade que aqui se visa, uma igualdade formal ou uma igualdade material?

Por fim, quais as especificidades e os problemas concretos que o princípio da igualdade das partes levanta na arbitragem, sobretudo face ao objecto do nosso tema?

3.1 – A importância do princípio da igualdade das partes como corolário do direito ao processo equitativo

I – O princípio da igualdade das partes é, já o dissemos, um dos *princípios fundamentais* do processo arbitral, estando consagrado como tal no artigo 30.º, n.º 1, alínea b), da LAV. É a própria LAV, portanto, a primeira a reconhecer esta importância.

Antes de nos debruçarmos, porém, sobre o mesmo, importa começar por reafirmar a relevância do *direito ao processo equitativo*: como se viu, trata-se de uma exigência elementar na administração da justiça e, consequentemente, de qualquer meio de resolução de litígios que se pretenda afirmar como tal. Deste modo, não obstante a origem

contratual da arbitragem e a sua forte matriz centrada na autonomia privada, a verdade é que, em qualquer processo arbitral, há determinados princípios fundamentais que deverão ser *sempre* respeitados – princípios que, no essencial, correspondem àquele mínimo que nos permite afirmar estarmos perante um *processo equitativo*³⁵⁶.

Nos termos da LAV, esses princípios encontram-se genericamente referidos nas três alíneas do n.º 1 do artigo 30.º da LAV: obrigatoriedade de citação, *princípio da igualdade das partes* e princípio do contraditório (alíneas a), b) e c), respectivamente). Mas não só. Conforme salienta Mariana França Gouveia, além dos princípios que estão previstos nesta norma, existem, ainda, outros princípios fundamentais que deverão ser observados. É esse o caso, por exemplo, do princípio do dispositivo e do dever de fundamentação da sentença arbitral³⁵⁷, bem como dos requisitos de independência e imparcialidade que os árbitros devem possuir³⁵⁸.

³⁵⁶ Vide JULIAN D. M. LEW / LOUKAS A. MISTELIS / STEFAN M. KRÖLL, *Comparative International Commercial Arbitration*, cit., p. 95, JEAN-HUBERT MOITRY, “Right to a fair trial and the European Convention on Human Rights...”, cit., p. 115, MATTI S. KURKELA / SANTTU TURUNEN, *Due Process in International Commercial Arbitration*, cit., pp. 1 e 2, JAN PAULSSON, *The Idea of Arbitration*, cit., pp. 13, 14 e 90 a 93, PETER SCHLOSSER, in STEIN / JONAS (coordenadores), *Kommentar zur Zivilprozessordnung*, vol. 10, 23.ª ed., Mohr Siebeck, Tubinga, 2014, pp. 239 a 241, PHILIPPE FOUCHARD / EMMANUEL GAILLARD / BERTHOLD GOLDMAN, *Fouchard Gaillard Goldman On International Commercial Arbitration*, cit., pp. 464 e 465, HUMBERTO THEODORO JÚNIOR, “Arbitragem e terceiros”, in ARNOLDO WALD (organizador), *Arbitragem e Mediação*, vol. II (Elementos da Arbitragem e Medidas de Urgência), Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pp. 529 e 530, e, entre nós, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., pp. 233 e 258 a 261, e JOÃO CALVÃO DA SILVA, “Convenção de arbitragem - algumas notas”, in *Homenagem da Faculdade de Direito de Lisboa ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles*, Almedina, Coimbra, 2007, pp. 536 e 537. Sublinhando a importância e a necessidade de respeito pelo direito ao processo equitativo na arbitragem, veja-se, ainda, PAULA COSTA E SILVA, “Preterição do contraditório...”, cit., pp. 329 e 332, e o *Anteprojecto de LAV da APA (2010)*, notas justificativas ao artigo 30.º, in RIAC, APA, n.º 3 (2010), Almedina, Coimbra, 2010, p. 192.

³⁵⁷ Cfr. MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 258.

³⁵⁸ Artigo 9.º, n.º 3, da LAV.

O respeito por estes princípios é condição da validação pública de um processo privado, isto é, o Estado só pode admitir decisões de tribunais privados na medida em que tais decisões cumpram determinadas *regras mínimas de justiça processual* em que o direito ao processo equitativo se concretiza³⁵⁹ e que impedem que o processo arbitral caia em descrédito³⁶⁰. Daí que o legislador preveja a possibilidade de a sentença arbitral ser anulada, caso algum dos princípios fundamentais do n.º 1 do artigo 30.º da LAV tenha sido violado^{361–362} (facto que atesta bem a importância destes princípios³⁶³), podendo, ainda, tal violação constituir um obstáculo à execução da sentença³⁶⁴.

O direito ao processo equitativo é, efectivamente, um princípio fundamental do nosso ordenamento jurídico, que faz parte do conceito de

³⁵⁹ Vide MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., pp. 258 e 259. Neste sentido, veja-se também, por exemplo, MATTI S. KURKELA / SANTTU TURUNEN, *Due Process in International Commercial Arbitration*, cit., pp. 1 e 2.

³⁶⁰ Vide PAULA COSTA E SILVA, “Anulação e Recursos da Decisão Arbitral”, in *ROA*, ano 52, vol. III, Lisboa, 1992, p. 934. Na arbitragem, a autonomia das partes e dos árbitros tem, portanto, de respeitar certas *garantias processuais mínimas* [cfr. MARIA HELENA BRITO, “Arbitragem internacional. A propósito da nova Lei da Arbitragem Voluntária”, in *Themis - FDUNL*, ano XII, n.ºs 22 e 23 (2012), Almedina, Coimbra, 2013, p. 129, e “As novas regras sobre a arbitragem internacional. Primeiras reflexões”, in *Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2012, p. 41].

³⁶¹ Artigo 46.º, n.º 3, alínea a), subalínea ii), da LAV. Em todo o caso, para que a sentença arbitral seja anulável, é necessário que a referida violação tenha “influência decisiva na resolução do litígio”. Sobre este (controverso) requisito adicional, veja-se MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., pp. 303 e 304, e ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, *A impugnação da sentença arbitral*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, pp. 40 a 43 (em consonância com o entendimento deste último Autor, entendemos que o aparente requisito adicional deverá ser sujeito a uma interpretação restritiva, sob pena de se comprometer a salvaguarda dos princípios fundamentais do processo arbitral).

³⁶² A este respeito, note-se que também a violação dos requisitos de independência e imparcialidade dos árbitros, do princípio do dispositivo e do dever de fundamentação da sentença arbitral podem dar lugar à anulação da sentença (artigo 46.º, n.º 3, alínea a), subalíneas iv), v), e vi), respetivamente, da LAV).

³⁶³ Cfr. PAULA COSTA E SILVA / NUNO TRIGO DOS REIS, “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, cit., p. 965.

³⁶⁴ Artigo 48.º, n.º 1, da LAV.

ordem pública do Estado Português (na sua vertente processual)^{365–366} e que, por isso, não deverá ser subestimado na arbitragem. Na verdade,

³⁶⁵ Vide JORGE MORAIS CARVALHO, “O processo deliberativo e a fundamentação da sentença arbitral”, *cit.*, p. 762, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, pp. 302 e 303, PAULA COSTA E SILVA / NUNO TRIGO DOS REIS, “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, *cit.*, pp. 955 e 956, e PAULA COSTA E SILVA, “Preterição do contraditório...”, *cit.*, p. 329. Semelhante entendimento verifica-se, por exemplo, no direito francês (*cfr.* ALEXIS MOURRE, “Le droit français de l’arbitrage international...”, *cit.*, pp. 25 e 29, e “Réflexions sur quelques aspects du droit à un procès équitable en matière d’arbitrage après les arrêts des 6 novembre 1998 et 20 février 2001 de la Cour de cassation française”, in *L’arbitrage et la Convention européenne des droits de l’homme*, Droit et Justice, n.º 31, Nemesis / Bruylant, Bruxelas, 2001, pp. 26 e 30, bem como JEAN-HUBERT MOITRY, “Right to a fair trial and the European Convention on Human Rights...”, *cit.*, p. 120) e em muitas outras jurisdições (*vide* WALTHER J. HABSCHEID, “Schiedsgerichtsbarkeit und Europäische Menschenrechtskonvention”, in *Festschrift für Wolfram Henckel zum 70. Geburtstag am 21. April 1995*, Walter de Gruyter, Berlim, 1995, pp. 347 e 348, GEORGIOS PETROCHILLOS, *Procedural Law in International Arbitration*, Oxford Private International Law Series, Oxford University Press, Oxford, 2004, p. 122, ALEKSANDAR JAKSIC, “Procedural Guarantees of Human Rights in Arbitration Proceedings - A still Unsettled Problem?”, in *Journal of International Arbitration*, vol. 24, n.º 2, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2007, p. 168, e MARIUS EMBERLAND, “The Usefulness of Applying Human Rights Arguments in International Commercial Arbitration”, in *Journal of International Arbitration*, vol. 20, n.º 4, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2003, pp. 357 e 358).

³⁶⁶ Sendo um princípio de ordem pública, importa, além do mais, salientar que a *convenção de arbitragem* que contenha uma ofensa aos princípios em que o direito ao processo equitativo se consubstancia será *nula*. A este respeito, note-se que os casos de nulidade da convenção arbitral não estão limitados apenas àqueles que são enunciados no artigo 3.º da LAV. Na verdade, conforme bem observam alguns autores, existem outros casos de nulidade da mencionada convenção, desde logo aqueles que determinam a nulidade dos negócios jurídicos em geral, como é a hipótese de contrariedade à ordem pública (artigo 280.º, n.º 2, do Código Civil: CC) – *cfr.* MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, *cit.*, pp. 81 e 82; a este propósito, veja-se também ANTÓNIO SAMPAIO CARAMELO, *A impugnação da sentença arbitral*, *cit.*, p. 38.

Deste modo, a sentença arbitral que venha a ser proferida, num litígio em que haja uma violação dos princípios que consubstanciam o direito ao processo equitativo, poderá ser igualmente anulável nos termos do artigo 46.º, n.º 3, alínea a), subalínea i), e alínea b), subalínea ii), da LAV, podendo, ainda, pelo mesmo motivo, obstar à execução da sentença nacional (artigo 48.º, n.º 1, da LAV), bem como ao reconhecimento e à execução de uma sentença arbitral estrangeira, nos termos do artigo 56.º, n.º 1, alínea a), subalínea i), e alínea b), subalínea ii), da LAV, e do artigo V, n.º 1, alínea a), e n.º 2, alínea b), da Convenção sobre o Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras, celebrada em Nova Iorque em 10 de Junho de 1958 (CNY); sobre esta última alínea da CNY, veja-se, em concreto, ALBERT JAN VAN DEN BERG, *The New York Arbitration Convention of 1958*, Kluwer Law and Taxation Publishers, Haia, 1981, pp. 359 e ss.

como se referiu em momento prévio, este direito é afirmado, no artigo 20.º, n.º 4, da CRP, como uma “garantia processual universal”³⁶⁷, compreendendo um núcleo normativo básico e indispensável que é transversal a *todo o direito processual* e cujos efeitos se estendem a *todas as instâncias de administração da justiça*³⁶⁸ – aqui se incluindo, respectivamente, o direito processual da arbitragem e os tribunais arbitrais. Deste modo, independentemente da acção de anulação, importa salientar que, caso uma decisão arbitral aplique uma determinada *norma*³⁶⁹ que infrinja algum dos princípios fundamentais em que o direito ao processo equitativo se traduz (e que se entenda serem aplicáveis à arbitragem³⁷⁰), poder-se-á abrir – verificados os requisitos legais – a possibilidade de recurso para o Tribunal Constitucional³⁷¹.

Por outro lado, uma vez que estamos perante um princípio de ordem pública, importa acrescentar que o *comportamento omissivo das partes* (caso, por exemplo, de as partes não invocarem a violação da ordem pública durante o processo arbitral) não significa, necessariamente, que estas fiquem impedidas de invocar a violação da ordem pública como fundamento de anulação da sentença arbitral (não obstante a regra preclusiva do n.º 4 do artigo 46.º da LAV). Para maiores desenvolvimentos sobre este ponto, veja-se o nosso “Da ordem pública no processo arbitral”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 657 e 658, e MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., pp. 300 a 302.

³⁶⁷ PAULA COSTA E SILVA, *A Litigância de Má Fé*, cit., p. 676.

³⁶⁸ Cfr. PAULA COSTA E SILVA / NUNO TRIGO DOS REIS, “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, cit., pp. 955 e 956.

³⁶⁹ De salientar que, como se sabe, a questão de inconstitucionalidade tanto pode respeitar a uma norma (ou a uma sua dimensão parcelar), como à *interpretação ou sentido* com que tal norma foi tomada no caso concreto e aplicada na decisão recorrida – cfr. JOSÉ MANUEL CARDOSO DA COSTA, *A Jurisdição Constitucional em Portugal*, 3.ª ed., Almedina, Coimbra, 2007, pp. 80 e 81, e GUILHERME DA FONSECA / INÊS DOMINGOS, *Breviário de Direito Processual Constitucional (recurso de constitucionalidade)*, 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2002, p. 30.

³⁷⁰ Não é esse, em princípio, e como veremos, o caso da *publicidade do processo* e, sobretudo, do *princípio do juiz natural* – dimensões do processo equitativo (no âmbito da jurisdição estadual) que, por norma, não deverão ser exigidas ao processo arbitral.

³⁷¹ Sobre o recurso de decisões arbitrais para o Tribunal Constitucional e as dificuldades que se levantam, vide ANTÓNIO PEDRO PINTO MONTEIRO, “Do recurso de decisões arbitrais para o Tribunal Constitucional”, cit., pp. 185 a 223, MIGUEL GALVÃO TELES, “Recurso para o Tribunal Constitucional das decisões dos tribunais arbitrais”, in *III Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 199 a 220, ARMINDO RIBEIRO MENDES, “A nova Lei de Arbitragem Voluntária e as formas de

Por outro lado, além do artigo 20.º, n.º 4, da CRP, existem também fontes de direito europeu e de direito internacional (artigos 47.º, 2.º parágrafo, da CDFUE, 6.º da CEDH, 10.º da DUDH e 14.º, n.º 1, do PIDCP) que consagram o direito a um processo equitativo e que não deverão ser ignoradas. É o caso, particularmente, do *artigo 6.º, n.º 1, da CEDH*, cuja relação com a arbitragem há muito vem suscitando um grande debate³⁷², em especial na esfera dos Estados partes da referida Convenção³⁷³.

impugnação das decisões arbitrais (algumas notas)”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 753 a 756, e JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo III, cit., pp. 117 e 118; admitindo, igualmente, a possibilidade de recurso (em geral) de decisões arbitrais para o Tribunal Constitucional, veja-se MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 297 (nota de rodapé n.º 487), PAULA COSTA E SILVA, *A Nova Face da Justiça...*, cit., pp. 105 e 106, J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. II, cit., p. 521, FERNANDA DA SILVA PEREIRA, *Arbitragem voluntária nacional - Impugnação de sentenças arbitrais: o tortuoso e longo caminho a percorrer*, Livraria Petrony, Lisboa, 2009, p. 100, e JOSÉ ROBIN DE ANDRADE, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, cit., pp. 105 e 106.

³⁷² Parece ser inegável que o artigo 6.º da CEDH se encontra, à partida, previsto para um processo estadual, e não arbitral (*vide* GEORGIOS PETROCHILLOS, *Procedural Law in International Arbitration*, cit., p. 130), em que o n.º 1 se aplica ao processo civil e ao processo penal, e os n.ºs 2 e 3 se encontram pensados apenas para o processo penal [cfr. EVA BREMS, “Conflicting Human Rights: An Exploration in the Context of the Right to a Fair Trial in the European Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms”, in *Human Rights Quarterly*, vol. 27, n.º 1, The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2005, p. 295, e JORGE DE JESUS FERREIRA ALVES, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem anotada e Protocolos Adicionais anotados (Doutrina e Jurisprudência)*, Legis Editora, Porto, 2008, p. 72]. Daí as dúvidas que se têm colocado a este propósito, dúvidas estas que são agravadas pelo facto de os *trabalhos preparatórios* da CEDH nada dizerem a respeito da sua aplicação (ou não) à arbitragem – *vide* JULIAN D. M. LEW / LOUKAS A. MISTELIS / STEFAN M. KRÖLL, *Comparative International Commercial Arbitration*, cit., p. 91, GEORGES-ALBERT DAL, “Le point de vue Belge”, in *L’arbitrage et la Convention européenne des droits de l’homme*, Droit et Justice, n.º 31, Nemesis / Bruylant, Bruxelas, 2001, p. 59, e JUAN CARLOS LANDROVE, “European Convention on Human Rights’...”, cit., p. 74.

De todo o modo, como de forma quase unânime tem vindo a reconhecer a doutrina e jurisprudência do TEDH, isto não significa que a arbitragem voluntária seja *contrária* ou *incompatível* com o artigo 6.º, n.º 1, da CEDH, nem que tal norma seja *inaplicável* à arbitragem [veja-se, entre outros, ALEKSANDAR JAKSIC, *Arbitration and Human Rights*, cit., p. 184, ALEXIS MOURRE, “Le droit français de l’arbitrage international...”, cit., pp. 26 e 34, MARIE-LAURE NIBOYET, “Incertitude sur l’incidence de la Convention européenne des droits de l’homme en droit français de l’arbitrage international: l’arrêt

Cubic de la Cour de cassation”, in *Les Cahiers de l’Arbitrage*, numéro spécial, édition Juillet 2002, Gazette du Palais, Paris, 2002, p. 35, GEORGES-ALBERT DAL, “Le point de vue Belge”, *cit.*, pp. 57, 58, e 63, JULIAN D. M. LEW / LOUKAS A. MISTELIS / STEFAN M. KRÖLL, *Comparative International Commercial Arbitration*, *cit.*, p. 93, SEBASTIEN BESSON, “Arbitration and Human Rights”, *cit.*, p. 398, e, na jurisprudência do TEDH, o conhecido *caso Deweer v. Belgium*, de 27/02/1980 (queixa n.º 6903/75), in <http://www.echr.coe.int/Pages/home.aspx?p=home>; em sentido diferente, *vide* CHARLES JARROSSON, “L’arbitrage et la Convention européenne des droits de l’Homme”, *cit.*, pp. 576, 577 e 607].

A este respeito, e no que à primeira questão se refere (*não contrariedade* da arbitragem com este preceito), importa começar por salientar que o artigo 6.º da CEDH não se opõe à criação de tribunais arbitrais [*cfr.* IRENEU CABRAL BARRETO, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem Anotada*, 5.ª ed., Almedina, Coimbra, 2015, p. 149 (nota de rodapé n.º 108), e a decisão do TEDH proferida no âmbito do *caso TRANSADO - Transportes Fluviais do Sado, S.A. v. Portugal*, de 16/12/2003 (queixa n.º 35943/02), in <http://www.echr.coe.int/Pages/home.aspx?p=home>]. Dir-se-á, a este propósito, que o direito de acesso aos tribunais – implicitamente garantido no n.º 1 do artigo 6.º da CEDH (veja-se JUAN CARLOS LANDROVE, “European Convention on Human Rights’...”, *cit.*, p. 78, ALEXIS MOURRE, “Le droit français de l’arbitrage international...”, *cit.*, p. 27, e J.J. FAWCETT, “The impact of article 6(1) of the ECHR on Private International Law”, in *The International and Comparative Law Quarterly*, vol. 56, n.º 1, Cambridge University Press, Cambridge, 2007, p. 2) – não exige que o tribunal a que se acede tenha se ser sempre um *tribunal estadual*. Neste sentido, e em consonância com a jurisprudência do TEDH, não deveremos interpretar a palavra “tribunal”, prevista no n.º 1 do artigo 6.º da CEDH, como significando, necessariamente, um tribunal estadual, excluindo os tribunais arbitrais – *vide casos Lithgow and others v. The United Kingdom*, de 08/07/1986 (queixas n.ºs 9006/80, 9262/81, 9263/81, 9265/81, 9266/81, 9313/81 e 9405/81), e *Regent Company v. Ukraine*, de 03/04/2008 (queixa n.º 773/03), ambos disponíveis em <http://www.echr.coe.int/Pages/home.aspx?p=home>, e *caso TRANSADO...*, *cit.*; na doutrina, veja-se PIERRE LAMBERT, “L’arbitrage et l’article 6, 1º de la Convention européenne des droits de l’homme”, e ALESSANDRA CAMBI FAVRE-BULLE, “L’état de la jurisprudence en suisse”, ambos os artigos publicados em *L’arbitrage et la Convention européenne des droits de l’homme*, Droit et Justice, n.º 31, Nemesis / Bruylant, Bruxelas, 2001, pp. 17 a 19 e 73, respectivamente, bem como ALEKSANDAR JAKSIC, *Arbitration and Human Rights*, *cit.*, pp. 185 e 186, GEORGES-ALBERT DAL, “Le point de vue Belge”, *cit.*, pp. 64 e 65, SEBASTIEN BESSON, “Arbitration and Human Rights”, *cit.*, p. 401, MARTINA ZÁVODNÁ, *The European Convention on Human Rights and Arbitration*, Faculty of Law Masaryk University, in http://is.muni.cz/th/325836/pravf_m/Zavodna_Final.pdf, 2014, pp. 25 e 26, e KLÁRA SVOBODOVÁ, “Application of the Article 6(1) of the ECHR in International Commercial Arbitration”, in <http://dfk-online.sze.hu/koszonto>, 2010, p. 113. O direito de acesso a um tribunal (estadual) pode, assim, ser renunciado a favor da arbitragem, não sendo tal facto incompatível com o artigo 6.º da CEDH (*vide* IRENEU CABRAL BARRETO, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem Anotada*, *cit.*, p. 196, MATTI S. KURKELA / SANTTU TURUNEN, *Due Process in International Commercial Arbitration*, *cit.*, p. 2, JUAN CARLOS LANDROVE, “European Convention on Human Rights’...”, *cit.*, p. 79, ALEXIS MOURRE, “Le droit français de l’arbitrage international...”, *cit.*, p. 27, GEORGIOS PETROCHILOS, *Procedural Law in International*

Embora a aplicação desta norma à arbitragem *voluntária* seja controvertida (sobretudo quanto à questão de saber se se aplica directa ou indirectamente)³⁷⁴, não existem dúvidas sobre a relevância da mesma para

Arbitration, cit., pp. 113 e 114, e ALEKSANDAR JAKSIC, *Arbitration and Human Rights*, cit., p. 226).

Já no que se refere à *aplicação* do artigo 6.º, n.º 1, da CEDH, à arbitragem voluntária, a questão é mais complexa. Resumidamente, poder-se-á dizer que existem, na doutrina, três posições a este respeito: (i) uma posição minoritária (hoje ultrapassada) que, pura e simplesmente, entende que a CEDH (aqui se incluindo, como é natural, o artigo 6.º, n.º 1) *não se aplica* à arbitragem (cfr. CHARLES JARROSSON, “L’arbitrage et la Convention européenne des droits de l’Homme”, cit., pp. 576 e ss., e ALI BENCHENEB, “La contrariété à la Convention européenne des droits de l’homme d’une loi anéantissant une sentence arbitrale”, in *Revue de l’Arbitrage*, CFA, vol. 1996, n.º 2, Paris, 1996, pp. 181 e 182); (ii) uma posição que defende a *aplicação directa* do artigo 6.º, n.º 1, da CEDH (vide SÉBASTIEN BESSON, “Arbitration and Human Rights”, cit., pp. 400 a 416, ALEKSANDAR JAKSIC, *Arbitration and Human Rights*, cit., pp. 183 a 219, e “Procedural Guarantees of Human Rights in Arbitration Proceedings...”, cit., pp. 159 a 171, KLÁRA SVOBODOVÁ, “Application of the Article 6(1)...”, cit., pp. 119 e 120, e MARTINA ZÁVODNÁ, *The European Convention on Human Rights and Arbitration*, cit., pp. 3, 67 e 68); e (iii) uma posição maioritária que afirma a aplicação do artigo 6.º, n.º 1, da CEDH, à arbitragem, mas *de forma indirecta* – particularmente no âmbito da função de controlo e assistência que, por vezes, os tribunais estaduais são chamados a desempenhar na arbitragem (veja-se, por exemplo, ALEXIS MOURRE, “Réflexions sur quelques aspects du droit à un procès équitable...”, cit., pp. 30 e 31, e “Le droit français de l’arbitrage international...”, cit., pp. 24, 33 e 34, JUAN CARLOS LANDROVE, “European Convention on Human Rights’...”, cit., pp. 99 a 101, MARIE-LAURE NIBOYET, “Incertitude sur l’incidence de la Convention européenne...”, cit., p. 35, e JULIAN D. M. LEW / LOUKAS A. MISTELIS / STEFAN M. KRÖLL, *Comparative International Commercial Arbitration*, cit., pp. 96 e 97). Outros autores defendem, também, a aplicação do artigo 6.º da CEDH à arbitragem, embora sem especificar o modo como tal aplicação é feita (designadamente se se trata de uma aplicação directa ou indirecta) – cfr. PETER SCHLOSSER, in STEIN / JONAS (coordenadores), *Kommentar zur Zivilprozessordnung*, cit., pp. 239 e 240. De salientar, por fim, que a posição do TEDH, sobre a aplicação do artigo 6.º, n.º 1, da CEDH à arbitragem, não é, ainda, totalmente clara.

Questão diferente (que não será aqui analisada) é a de saber se a CEDH se aplica *na sua totalidade* à arbitragem (ponto que nos parece muito controvertido) ou se só alguns preceitos (caso do artigo 6.º, n.º 1) podem ser relevantes; no primeiro sentido veja-se, GEORGES-ALBERT DAL, “Le point de vue Belge”, cit., p. 63, e, no segundo, JUAN CARLOS LANDROVE, “European Convention on Human Rights’...”, cit., p. 76.

³⁷³ É no âmbito desta esfera que analisamos aqui o problema da relação do artigo 6.º, n.º 1, da CEDH com a arbitragem.

³⁷⁴ Conforme vimos em nota de rodapé anterior. Em todo o caso, note-se que o tema é apenas controverso no que à arbitragem voluntária diz respeito. Com efeito, é pacífico que o artigo 6.º, n.º 1, da CEDH se aplica, directamente, à *arbitragem necessária*. Neste sentido, veja-se, entre outros, SÉBASTIEN BESSON, “Arbitration and Human Rights”, cit., pp. 398 e 399, JEAN-FRANÇOIS POUDRET / SÉBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, cit., p. 66, PIERRE LAMBERT,

a arbitragem (não podendo ser ignorada)³⁷⁵ e sobre a necessidade de respeito pelo mencionado artigo 6.º, n.º 1, sempre que os tribunais estaduais tenham de intervir na arbitragem (antes, durante ou após o processo arbitral, no âmbito da função de controlo e assistência que, por vezes, são chamados a desempenhar). Deste modo, o tribunal estadual que, por exemplo, esteja incumbido de analisar a acção de anulação da sentença arbitral, de proceder ao reconhecimento e à execução da mencionada sentença ou que tenha de nomear o árbitro em falta ou a totalidade dos árbitros³⁷⁶ (ponto com particular relevo para o tema do nosso trabalho) terá de conduzir a sua intervenção com a necessária

“L’arbitrage et l’article 6...”, *cit.*, pp. 15 e 16, GEORGES-ALBERT DAL, “Le point de vue Belge”, *cit.*, p. 68, CHARLES JARROSSON, “L’arbitrage et la Convention européenne des droits de l’Homme”, *cit.*, pp. 581 a 587, bem como, por referência à jurisprudência do TEDH, o relatório proferido no âmbito do conhecido *caso Bramelid and Malmström v. Sweden*, de 12/12/1983 (queixas n.ºs 8588/79 e 8589/79), *in* <http://www.echr.coe.int/Pages/home.aspx?p=home>. Na doutrina portuguesa, *vide* ARMINDO RIBEIRO MENDES, “Os Tribunais Arbitrais são tribunais, mas não são ‘Tribunais como os outros’”, *in Estudos de Direito da Arbitragem em Homenagem a Mário Raposo*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2015, p. 63.

³⁷⁵ Vide SÉBASTIEN BESSON, “Arbitration and Human Rights”, *cit.*, pp. 406, 407 e 416, e GEORGIOS PETROCHILLOS, *Procedural Law in International Arbitration*, *cit.*, p. 151. Como referido anteriormente, é certo que as partes podem *renunciar* ao direito de acesso a um tribunal estadual, optando por um tribunal arbitral. De todo o modo, isso não significa, de forma alguma, que a CEDH não tenha qualquer significado na arbitragem (*cfr.* MATTI S. KURKELA / SANTTU TURUNEN, *Due Process in International Commercial Arbitration*, *cit.*, p. 2). Não se pode, por exemplo, deduzir que, ao subscrever a convenção de arbitragem, as partes quiseram *renunciar à totalidade* das garantias do processo equitativo previstas no artigo 6.º, n.º 1, da CEDH; o que poderá haver, assim, apenas, é uma *renúncia parcial*, designadamente aos princípios do juiz natural e da publicidade – sobre esta questão, veja-se ALEXIS MOURRE, “Le droit français de l’arbitrage international...”, *cit.*, pp. 24 a 28 e 34, e “Réflexions sur quelques aspects du droit à un procès équitable...”, *cit.*, pp. 31 e 32, ALEKSANDAR JAKSIC, “Procedural Guarantees of Human Rights in Arbitration Proceedings...”, *cit.*, pp. 159 a 171, JUAN CARLOS LANDROVE, “European Convention on Human Rights’...”, *cit.*, pp. 82 a 90, GEORGIOS PETROCHILLOS, *Procedural Law in International Arbitration*, *cit.*, p. 130, ALESSANDRA CAMBI FAVRE-BULLE, “L’état de la jurisprudence en suisse”, *cit.*, pp. 74 e 75, PIERRE LAMBERT, “L’arbitrage et l’article 6...”, *cit.*, p. 21, SÉBASTIEN BESSON, “Arbitration and Human Rights”, *cit.*, pp. 400 e 401, MAURO RUBINO-SAMMARTANO, *International Arbitration: Law and Practice*, *cit.*, pp. 189 e 1503, assim como a decisão do TEDH proferida no *caso Suovaniemi and others v. Finland*, de 23/02/1999 (queixa n.º 31737/96), *in* <http://www.echr.coe.int/Pages/home.aspx?p=home>.

³⁷⁶ Intervenção que, entre nós, se encontra prevista nos artigos 10.º e 11.º da LAV.

observância pelo artigo 6.º, n.º 1, da CEDH³⁷⁷⁻³⁷⁸. Caso não o faça, e uma vez esgotados – perante as respectivas instâncias nacionais – todos os recursos ordinários internos a que haja lugar³⁷⁹, não é de excluir a possibilidade de apresentação de uma queixa junto do TEDH, com fundamento na violação do direito a um processo equitativo, previsto no artigo 6.º, n.º 1, da CEDH³⁸⁰⁻³⁸¹.

O direito ao processo equitativo é, em suma, um direito essencial, amplamente consagrado em várias normas (nacionais, europeias e internacionais)³⁸² e que a arbitragem não pode nunca perder de vista, pois a verdade é que o processo arbitral se encontra sujeito aos parâmetros do

³⁷⁷ Cfr. SÉBASTIEN BESSON, “Arbitration and Human Rights”, *cit.*, p. 399, JEAN-FRANÇOIS POUDRET / SÉBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, *cit.*, p. 66, PHILIPPE FOUCARD / EMMANUEL GAILLARD / BERTHOLD GOLDMAN, *Fouchard Gaillard Goldman On International Commercial Arbitration*, *cit.*, p. 118, e ALEKSANDAR JAKSIC, “Procedural Guarantees of Human Rights in Arbitration Proceedings...”, *cit.*, p. 168. A este propósito, repare-se que mesmo os autores mais críticos, como Charles Jarrosson, que defendem a não aplicação da CEDH à arbitragem, não deixam, precisamente, de reconhecer tal entendimento (*vide* CHARLES JARROSSON, “L’arbitrage et la Convention européenne des droits de l’Homme”, *cit.*, pp. 587 e 588).

³⁷⁸ É esta a principal razão que, no fundo, leva vários autores a afirmarem que o artigo 6.º, n.º 1, da CEDH, tem (pelo menos) uma aplicação indirecta à arbitragem.

³⁷⁹ Sobre este ponto concreto, veja-se, nomeadamente, VITAL MOREIRA, “A adesão da União Europeia à Convenção Europeia de Direitos Humanos”, in “*Respublica*” *Europeia: Estudos de Direito Constitucional da União Europeia*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, p. 234, JÓNATAS E. M. MACHADO, *Direito da União Europeia*, 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2014, p. 295, e JORGE BACELAR GOUVEIA, *Direito Internacional Penal. Uma Perspectiva Dogmático-Crítica*, Almedina, Coimbra, 2015 (reimpressão), p. 47.

³⁸⁰ Neste sentido, *vide* JEAN-HUBERT MOITRY, “Right to a fair trial and the European Convention on Human Rights...”, *cit.*, pp. 117 e 118, e JEAN-FRANÇOIS POUDRET / SÉBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, *cit.*, p. 66. Afirmando a possibilidade de recorrer ao TEDH, apresentando uma queixa com fundamento na violação do artigo 6.º, n.º 1, da CEDH, no contexto do Direito Processual Civil, veja-se, entre nós, por exemplo, JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, *cit.*, § 4.º, I, 4, 4.2, c).

³⁸¹ Esta possibilidade de recorrer ao TEDH demonstra bem, aliás, o interesse prático que a aplicação (directa ou indirecta) do artigo 6.º, n.º 1, da CEDH à arbitragem pode revestir.

³⁸² Referimo-nos, designadamente, aos artigos 20.º, n.º 4, da CRP, 47.º, 2.º parágrafo, da CDFUE, 6.º da CEDH, 10.º da DUDH e 14.º, n.º 1, do PIDCP.

processo equitativo³⁸³, parâmetros estes que funcionam como um *limite* à autonomia das partes³⁸⁴. Daqui resulta que, em qualquer processo arbitral, existem determinados princípios fundamentais (postulados pelo direito ao processo equitativo) que deverão ser *sempre* respeitados, sob pena de, como vimos, a sentença poder vir a ser anulada, não ser executada³⁸⁵, ou, eventualmente, ser interposto um recurso para o Tribunal Constitucional ou apresentada uma queixa junto do TEDH.

II – Ora, de entre os princípios e regras fundamentais em que o direito ao processo equitativo se concretiza, um deles emerge com particular relevância no âmbito do tema que nos propusemos tratar: o *princípio da igualdade das partes*.

Para alguns autores, este princípio constitui, na arbitragem, a garantia de *due process* mais importante, sem o qual não se pode conceber a existência de um processo equitativo³⁸⁶. Não surpreende, por isso, que o nosso legislador preveja, expressamente, na alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º da LAV, que as partes devam ser tratadas “*com igualdade*”, devendo ainda “ser-lhes dada uma oportunidade razoável de fazerem valer os seus direitos, por escrito ou oralmente, antes de ser proferida a sentença final”³⁸⁷.

³⁸³ Vide PAULA COSTA E SILVA, “Preterição do contraditório...”, *cit.*, pp. 329 e 332.

³⁸⁴ Cfr. MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, pp. 233 e 258, e PAULA COSTA E SILVA, “Anulação e Recursos da Decisão Arbitral”, *cit.*, p. 934.

³⁸⁵ Nem reconhecida, no caso de se tratar de uma sentença arbitral estrangeira.

³⁸⁶ Vide MATTI S. KURKELA / SANTTU TURUNEN, *Due Process in International Commercial Arbitration*, *cit.*, p. 189, e EMMANUEL GAILLARD, “Aspects philosophiques du droit de l'arbitrage international”, in *Recueil des cours de l'Académie de droit international de la Haye - Collected courses of the Hague Academy of International Law*, vol. 329, BrillOnline, Leiden, 2008, p. 153.

³⁸⁷ Além da LAV, e por referência ao nosso ordenamento jurídico, a importância do princípio da igualdade das partes na arbitragem está ainda bem patente, por exemplo, no artigo 34.º, alínea a), da Lei n.º 74/2013, de 6 de Setembro (Lei do Tribunal Arbitral do

À semelhança do que vimos suceder no Direito Processual Civil, também aqui o princípio da igualdade das partes assume, portanto, grande relevância, sendo mesmo considerado um princípio “indiscutido em matéria de arbitragem”³⁸⁸, uma verdadeira *regra bíblica* a observar em qualquer processo arbitral³⁸⁹. Princípio que não poderá ser derogado ou contornado através do recurso a tribunais arbitrais – a autonomia privada, que caracteriza a arbitragem, não permite que se possa ir tão longe³⁹⁰, isto é, o princípio da igualdade das partes constitui, no fundo, um daqueles princípios essenciais de que as partes não podem dispor³⁹¹.

A preponderância que o princípio da igualdade das partes assume na arbitragem é um facto que não se verifica, de resto, como é natural, apenas no nosso ordenamento jurídico. Na verdade, estamos diante de um

Desporto), subsequentemente alterada, bem como em vários *regulamentos de arbitragem*. Destacamos os seguintes: artigo 18.º, n.º 2, do CAC; artigo 11.º, alínea b), do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD); artigo 22.º do Centro de Conciliação, Mediação de Conflitos e Arbitragem da Concórdia (Concórdia); artigo 19.º, alínea a), do ARBITRARE - Centro de Arbitragem para a Propriedade Industrial, Nomes de Domínio, Firmas e Denominações (ARBITRARE); artigo 25.º, n.º 4, do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola (CCILE); e artigo 24.º, n.º 5, do Instituto de Arbitragem Comercial da Associação Comercial do Porto (IAC).

³⁸⁸ MARIA ÂNGELA BENTO SOARES / RUI MANUEL MOURA RAMOS, *Contratos Internacionais...*, cit., p. 383; veja-se, ainda, SELMA FERREIRA LEMES, “Arbitragem. Princípios jurídicos fundamentais. Direito brasileiro e comparado”, in ARNOLDO WALD (organizador), *Arbitragem e Mediação*, vol. I (A Arbitragem. Introdução e Histórico), Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pp. 225 e ss.

³⁸⁹ Cfr. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, “Tribunal arbitral...”, cit., p. 375. Na arbitragem, o princípio da igualdade das partes, tal como o princípio do contraditório, é um “*verdadeiro mandamento*”, cuja observância é indispensável no *iter* do processo arbitral (CÂNDIDA DA SILVA ANTUNES PIRES, “O Monopólio Estadual da Jurisdição...”, cit., p. 187).

³⁹⁰ Vide ANTÓNIO PEDRO PINTO MONTEIRO, “Da ordem pública no processo arbitral”, cit., pp. 630 e 672. Na vigência da anterior LAV, veja-se ISABEL DE MAGALHÃES COLLAÇO, “L’arbitrage international dans la récente loi portugaise sur l’arbitrage volontaire (Loi n.º 31/86, du 20 août 1986). Quelques réflexions”, in *Droit international et droit communautaire*, Actes du colloque - Paris, 5 et 6 Avril 1990, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1991, p. 56.

³⁹¹ A este respeito, veja-se, por exemplo, ALEXIS MOURRE, “Le droit français de l’arbitrage international...”, cit., p. 26, MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, cit., p. 504, e – por referência ao artigo 18.º da Lei-Modelo da UNCITRAL – MARIA ÂNGELA BENTO SOARES / RUI MANUEL MOURA RAMOS, *Contratos Internacionais...*, cit., pp. 383 e 384.

princípio que é reconhecido, de forma expressa, em inúmeras leis e regulamentos de arbitragem estrangeiros e que, poder-se-á afirmar, pertence aos princípios gerais do “*due process internacional*”³⁹².

Esse destaque evidencia-se, desde logo, na própria Lei-Modelo da UNCITRAL, mais concretamente no artigo 18.º de tal diploma, que estabelece que “*as partes devem ser tratadas com igualdade e deve ser dada a cada uma delas toda a oportunidade de apresentarem o seu caso*”³⁹³. O mencionado preceito – que, importa dizê-lo, inspirou o citado artigo 30.º, n.º 1, alínea b), da LAV³⁹⁴ – é muitas vezes considerado, justamente, a “Magna Carta do processo arbitral” e implica, por sua vez, uma série de outros direitos de que as partes gozam³⁹⁵.

Semelhante relevo verifica-se, do mesmo modo, no Regulamento de Arbitragem da UNCITRAL³⁹⁶, bem como em muitas outras legislações

³⁹² STEPHEN M. SCHWEBEL / SUSAN G. LAHNE, “Public Policy and Arbitral Procedure”, in *Comparative Arbitration Practice and Public Policy in Arbitration, ICCA Congress Series*, n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1987, p. 216. Neste sentido, veja-se, entre outros, JEAN-FRANÇOIS POUDET / SÉBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, cit., p. 338, e GEORGIOS PETROCHLOS, *Procedural Law in International Arbitration*, cit., pp. 144 e 145.

³⁹³ Nos trabalhos preparatórios da Lei-Modelo, este preceito chegou a constar do n.º 3 do artigo 19.º. Foi só na versão final (que veio a ser aprovada em 1985) que esta disposição foi autonomizada num artigo próprio, o referido (e actual) artigo 18.º da Lei-Modelo. Conforme salientam MARIA ÂNGELA BENTO SOARES e RUI MOURA RAMOS, esta modificação final visou, precisamente, enfatizar o carácter fundamental do princípio da igualdade das partes (*Contratos Internacionais...*, cit., p. 384, nota de rodapé n.º 117). Neste sentido, veja-se PETER BINDER, *International Commercial Arbitration...*, cit., pp. 276 e 277.

³⁹⁴ Cfr. ARMINDO RIBEIRO MENDES, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, cit., p. 84.

³⁹⁵ MATTI S. KURKELA / SANTTU TURUNEN, *Due Process in International Commercial Arbitration*, cit., pp. 187 a 189. Na verdade, tal como vimos na análise que fizemos no âmbito do Direito Processual Civil, o princípio da igualdade das partes é um princípio que tem “vários e importantes reflexos” (MANUEL DE ANDRADE, *Noções Elementares de Processo Civil*, cit., p. 379), ou melhor, um “supra princípio” (LUCINDA DIAS DA SILVA, *Processo Cautelar Comum...*, cit., p. 43), de onde decorrem outros direitos e princípios, a começar, desde logo, pelo próprio princípio do contraditório.

³⁹⁶ Referimo-nos ao artigo 17.º, n.º 1 (correspondente ao artigo 15.º, n.º 1, da versão anterior do Regulamento). A este respeito, e por curiosidade, diga-se que o citado artigo 18.º da Lei-Modelo (como referimos, uma das fontes inspiradoras do artigo 30.º da LAV) foi ele próprio inspirado pela solução do Regulamento de Arbitragem da

estrangeiras (com normas idênticas ao artigo 30.º, n.º 1, alínea b), da LAV). É esse o caso, por exemplo, das leis de arbitragem espanhola³⁹⁷, alemã³⁹⁸, francesa³⁹⁹, belga⁴⁰⁰ e holandesa⁴⁰¹. O mesmo se passa, ainda, em vários conhecidos regulamentos de arbitragem, designadamente no Regulamento de Arbitragem do *Deutsche Institution für Schiedsgerichtsbarkeit* (DIS)⁴⁰² e nas *Swiss Rules of International Arbitration*⁴⁰³.

Importante corolário do direito ao processo equitativo, o princípio da igualdade das partes é, deste modo, um princípio essencial da arbitragem, assim reconhecido na LAV, bem como em muitas outras jurisdições. À semelhança do princípio do contraditório, ele é, na verdade, um daqueles princípios que, independentemente de estar positivamente consagrado, se impõe, quer o seu conteúdo tome ou não letra de forma⁴⁰⁴.

UNCITRAL (que é anterior à Lei-Modelo) – *cfr.* PETER BINDER, *International Commercial Arbitration...*, *cit.*, p. 277. Deste modo, actualmente, a redacção do artigo 17.º, n.º 1, do Regulamento de Arbitragem, e do artigo 18.º da Lei-Modelo é muito semelhante, destacando-se, porém, uma diferença: enquanto no último se exige que cada uma das partes tenha *toda a oportunidade* de apresentar o seu caso (“full opportunity”), no primeiro exige-se apenas uma *oportunidade razoável* (“reasonable opportunity”), tal como, aliás, também sucede na alínea b), do n.º 1, do artigo 30.º, da LAV.

³⁹⁷ Artigo 24.º, n.º 1, da *Ley 60/2003*, de 23 de Dezembro, subsequentemente alterada.

³⁹⁸ § 1042 (1) do *Zivilprozeßordnung* (ZPO).

³⁹⁹ Artigo 1510.º do *Code de procédure civile*.

⁴⁰⁰ Artigo 1699.º do *Code judiciaire*.

⁴⁰¹ Artigo 1036.º, n.º 2, do *Wetboek van Burgerlijke Rechtsvordering*.

⁴⁰² Artigo 26.º, n.º 1, do Regulamento de Arbitragem do DIS.

⁴⁰³ Artigo 15.º, n.º 1, das *Swiss Rules of International Arbitration*.

⁴⁰⁴ Neste sentido, por referência ao princípio do contraditório, e no âmbito do Direito Processual Civil, veja-se LUCINDA DIAS DA SILVA, *Processo Cautelar Comum...*, *cit.*, p. 45.

3.2 – A importância do princípio da igualdade das partes ao nível da constituição do tribunal arbitral

I – O princípio da igualdade das partes é, em segundo lugar, importa salientá-lo, um princípio fundamental *em todos os momentos da arbitragem*, desde a fase de constituição do tribunal arbitral até ao proferimento da sentença⁴⁰⁵.

Assim, muito embora esteja previsto, como princípio geral, no artigo 30.º, n.º 1, alínea b), da LAV, isto é, no capítulo V, referente à condução do *processo arbitral*⁴⁰⁶, a verdade é que este princípio não deixa de ser igualmente relevante na fase da *constituição do tribunal* (sobretudo ao nível da *nomeação dos árbitros*) – também neste momento a autonomia privada tem de respeitar, portanto, o princípio da igualdade das partes, não sendo possível renunciar ou dispor deste princípio⁴⁰⁷⁻⁴⁰⁸.

⁴⁰⁵ Vide GEORGIOS PETROCHILLOS, *Procedural Law in International Arbitration*, cit., pp. 144 e 145. Na mesma linha, veja-se, entre outros, LAURA SALVANESCHI, *L'arbitrato con pluralità di parti*, cit., p. 193, JEAN-HUBERT MOITRY, “Right to a fair trial and the European Convention on Human Rights...”, cit., p. 115, e, por referência ao artigo 18.º da Lei-Modelo da UNCITRAL, PETER BINDER, *International Commercial Arbitration...*, cit., pp. 276, 277 e 280.

⁴⁰⁶ À semelhança do que sucede no artigo 18.º da Lei-Modelo da UNCITRAL [e sucedia no artigo 16.º, alínea a), da anterior LAV].

⁴⁰⁷ Cfr. LAURA SALVANESCHI, *L'arbitrato con pluralità di parti*, cit., p. 219. Afirmando a importância do princípio da igualdade das partes no momento da constituição do tribunal arbitral, veja-se, por exemplo, na vigência da anterior LAV, LUÍS DE LIMA PINHEIRO, *Arbitragem Transnacional...*, cit., pp. 124 e 125, e PAULA COSTA E SILVA, “Preterição do contraditório...”, cit., pp. 311 e 312, e, nos termos da actual LAV, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 196, e PAULA COSTA E SILVA / NUNO TRIGO DOS REIS, “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, cit., p. 963 e 964. Na cena internacional, sobre esta questão, veja-se, designadamente, PHILIPPE FOUCHARD / EMMANUEL GAILLARD / BERTHOLD GOLDMAN, *Fouchard Gaillard Goldman On International Commercial Arbitration*, cit., pp. 464 e 465, e PIERO BERNARDINI, *L'arbitrato nel commercio e negli investimenti internazionali*, cit., p. 142.

⁴⁰⁸ Mesmo aqueles autores que, a nosso ver sem razão, criticam o disposto no n.º 1 do artigo 33.º da LAV e entendem que o processo arbitral tem início, verdadeiramente, com a submissão da petição ao tribunal, não deixam de reconhecer o relevo do princípio da igualdade das partes na fase de constituição do tribunal arbitral [cfr. MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, cit., pp. 399 e

A necessidade de a constituição do tribunal arbitral e, em concreto, o processo de nomeação de árbitros, respeitarem o princípio da igualdade das partes é algo que se evidencia ainda, expressamente, noutros preceitos da LAV. Referimo-nos ao n.º 3 do artigo 10.º, bem como aos n.ºs 6 e 7 do artigo 36.º da LAV. No primeiro caso, prevê-se que se o tribunal arbitral for composto por três ou mais árbitros, “cada parte deve designar *igual número de árbitros*” (sendo o árbitro presidente escolhido pelos co-árbitros indicados)⁴⁰⁹. Por sua vez, no que se refere aos n.ºs 6 e 7 do artigo 36.º da LAV, estabelece-se, no n.º 6, que a intervenção de terceiros – antes da constituição do tribunal arbitral – tem de assegurar “a observância do *princípio da igualdade de participação de todas as partes*, incluindo os membros de partes plurais, *na escolha dos árbitros*”; já o n.º 7 dispõe que a possibilidade de as partes regularem, directamente, a intervenção de terceiros, de modo diferente do previsto na LAV, implica a “observância do *princípio da igualdade de participação de todas as partes na escolha dos árbitros*”⁴¹⁰. Em todos estes casos, fica evidente a preponderância que o princípio da igualdade das partes tem no momento da nomeação de árbitros.

400, bem como as pp. 155 e 366, respectivamente]. Sobre o momento em que o processo arbitral se inicia, veja-se JEAN-FRANÇOIS POUDRET / SÉBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, cit., pp. 486 a 492, e, entre nós, ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Da condução do processo arbitral. Comentário aos arts. 30.º a 38.º da Lei da Arbitragem Voluntária”, in *ROA*, ano 73, vols. II e III, Lisboa, 2013, pp. 692 a 696.

⁴⁰⁹ Na prática, isto significa que se o tribunal for composto por três árbitros, o demandante nomeia um e o demandado nomeia outro; se for composto por cinco, cada uma das partes indica dois árbitros; se for constituído por sete, cada parte designa três; e assim sucessivamente.

⁴¹⁰ Sobre as dificuldades que o princípio da igualdade das partes coloca no contexto da intervenção de terceiros, veja-se MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, in *RIAC*, APA, n.º 5 (2012), Almedina, Coimbra, 2012, pp. 171 a 173 (o citado artigo encontra-se igualmente publicado nos *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 919 a 949; as citações seguintes serão feitas por referência à primeira destas publicações).

A referida importância vai ao ponto de, também nesta fase, o princípio da igualdade das partes ser considerado um “*princípio de ordem pública processual*”⁴¹¹⁻⁴¹² e um princípio cuja violação pode gerar consequências gravosas, à semelhança do que vimos com a violação do direito ao processo equitativo⁴¹³.

II – As razões para a relevância (indiscutível) do princípio da igualdade das partes no momento da constituição do tribunal arbitral (em especial, na designação dos árbitros) são, essencialmente, duas.

A primeira é óbvia e deve-se ao papel que a *escolha do árbitro* reveste, escolha esta considerada *fundamental* na arbitragem⁴¹⁴. De facto,

⁴¹¹ PAULA COSTA E SILVA, “Preterição do contraditório...”, *cit.*, p. 333 (sobre este ponto, veja-se, ainda, a p. 312). É essa uma das grandes lições que, na cena internacional, nos deixou o conhecido acórdão da *Cour de Cassation* francesa de 07/01/1992 (proferido no âmbito do famoso *caso Dutco*, mais à frente analisado), ao afirmar que “o princípio da igualdade das partes na nomeação de árbitros é de *ordre pública*” [“Le principe de l'égalité des parties dans la désignation des arbitres est d'ordre public (...)”] – posição que é sufragada por muitos autores [veja-se, entre outros, CHRISTOPHE SERAGLINI / JÉRÔME ORTSCHIEDT, *Droit de l'arbitrage interne et international*, *cit.*, pp. 258 e 259, LAURA SALVANESCHI, *L'arbitrato con pluralità di parti*, *cit.*, pp. 196 e 219, e LINO DIAMVUTU, “A constituição do tribunal arbitral e o papel dos árbitros”, in *RIAC*, APA, n.º 6 (2013), Almedina, Coimbra, 2013, p. 169].

⁴¹² Este entendimento é compreensível, uma vez que, tal como anteriormente mencionámos, o próprio direito ao processo equitativo (direito que, entre outros princípios, postula o da igualdade das partes) faz parte do conceito de ordem pública do Estado Português (na sua vertente processual) e de muitos outros ordenamentos jurídicos.

⁴¹³ Referimo-nos, designadamente, à acção de anulação, à oposição à execução (e ao reconhecimento, no caso de se tratar de uma sentença arbitral estrangeira), bem como à possibilidade de ser interposto um recurso para o Tribunal Constitucional ou ser apresentada uma queixa junto do TEDH. A propósito destas e de outras consequências, veja-se JEAN-FRANÇOIS POUDRET / SÉBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, *cit.*, pp. 338 e 339, e RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, pp. 9 e 10.

⁴¹⁴ Vide MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, p. 199, MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Manual de Arbitragem*, *cit.*, p. 299, NUNO FERREIRA LOUSA, “A escolha de árbitros: a mais importante decisão das partes numa arbitragem?”, in *V Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 15 e ss., e STEPHEN R. BOND / ABBY COHEN SMUTNY, “How to Commence an International Arbitration”, in DANIEL M. KOLKEY / RICHARD CHERNICK / BARBARA

o árbitro é um elemento central⁴¹⁵ e, neste sentido, o seu processo de nomeação é um dos pontos mais importantes⁴¹⁶. No plano internacional, costuma afirmar-se, a este propósito, que *tant vaut l'arbitre, tant vaut l'arbitrage* (tanto vale o árbitro, tanto vale a arbitragem, ou melhor, a arbitragem vale o que valem os árbitros)⁴¹⁷, ou *arbitration is only as good as the arbitrator* (a arbitragem é tão boa quanto for o árbitro)⁴¹⁸, para salientar, justamente, a importância que o processo de selecção de árbitros assume em qualquer processo arbitral. O sucesso ou insucesso da arbitragem dependerá muitas vezes, com efeito, da qualidade dos árbitros

REEVES NEAL (coordenadores), *Practitioner's Handbook on International Arbitration and Mediation*, 3.^a ed., Juris, Nova Iorque, 2012, p. 102.

⁴¹⁵ Cfr. AGOSTINHO PEREIRA DE MIRANDA, “Arbitragem Voluntária e Deontologia. Considerações preliminares”, *cit.*, p. 116. Para alguns autores, o árbitro representa mesmo “a *pedra angular da arbitragem*” (SELMA FERREIRA LEMES, “A independência e a imparcialidade do árbitro e o dever de revelação”, *cit.*, p. 41).

⁴¹⁶ Sobre este ponto, e por referência à arbitragem internacional, veja-se JAMES H. CARTER, “The selection of arbitrators”, in *Worldwide Forum on the Arbitration of Intellectual Property Disputes*, World Intellectual Property Organization, Genebra, 1994, p. 147, e GARY B. BORN, *International Commercial Arbitration*, vol. II, *cit.*, pp. 1641 e 1642. Dir-se-á, aliás, que a escolha dos árbitros é um momento fundamental para garantir a boa decisão da causa. A este respeito, sobre o papel e a importância dos árbitros para a elaboração de uma boa sentença arbitral, veja-se JOSÉ MIGUEL JÚDICE, “Reflexão sobre a construção de um bom laudo arbitral”, in *Revista de Arbitragem e Mediação*, ano 8, vol. 31, coordenação Arnaldo Wald, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2011, pp. 233 a 245, e “Reflexiones sobre la construcción de una buena sentencia arbitral”, in *Arbitraje Internacional: pasado, presente y futuro*, Libro Homenaje a Bernardo Cremades e Yves Derains, tomo II, Instituto Peruano de Arbitraje, Lima, 2013, pp. 1397 a 1409.

⁴¹⁷ Invocando este célebre adágio, veja-se, por exemplo, PIERRE LALIVE, “Le choix de l'Arbitre”, in *Mélanges Jacques Robert, Libertés*, Montchrestien, Paris, 1998, p. 354, STEPHEN R. BOND, “The International Arbitrator : From the Perspective of the ICC International Court of Arbitration”, in *Northwestern Journal Of International Law & Business*, vol. 12, n.º 1, Chicago, 1991, p. 1, e, entre nós, JOSÉ MIGUEL JÚDICE, “A constituição do tribunal arbitral: características, perfis e poderes dos árbitros”, *cit.*, p. 110, e “Fixação dos honorários dos árbitros”, in *RIAC, APA*, n.º 6 (2013), Almedina, Coimbra, 2013, p. 141, bem como AGOSTINHO PEREIRA DE MIRANDA, “Arbitragem Voluntária e Deontologia. Considerações preliminares”, *cit.*, p. 116.

⁴¹⁸ Nesta linha, e a título meramente exemplificativo, veja-se YVES DERAIS / LAURENT LÉVY, “Introduction”, in *Is Arbitration Only As Good as the Arbitrator? Status, Powers and Role of the Arbitrator*, Dossier VIII, CCI, Paris, 2011, pp. 7 e ss., e, na doutrina portuguesa, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, p. 199.

escolhidos⁴¹⁹ – o que explica a importância desta escolha e da necessidade de assegurar o princípio da igualdade das partes nesta fase.

A segunda razão prende-se com a não aplicação do *princípio do juiz natural* na arbitragem (voluntária) e que, pura e simplesmente, leva a que se suscitem problemas neste meio de resolução alternativa de litígios que não se verificam nos tribunais estaduais. Com efeito, nestes últimos, a constituição do tribunal não se cruza com o princípio da igualdade das partes. Não existe, nesta fase, a necessidade de respeito por este princípio, pois aplica-se o princípio do juiz natural⁴²⁰, que funciona, por si só, como uma importante garantia de independência e imparcialidade do julgador. Algo bem diferente do que sucede na arbitragem.

Para melhor compreender o problema em causa, importa começar por lembrar a importância do princípio do juiz natural (ou legal)⁴²¹, um dos verdadeiros direitos, liberdades e garantias⁴²² e, como vimos já, uma das várias dimensões em que o direito ao processo equitativo se traduz.

O princípio encontra-se consagrado no artigo 32.º, n.º 9, da CRP, nos termos do qual se estabelece que “*nenhuma causa pode ser subtraída ao tribunal cuja competência esteja fixada em lei anterior*”⁴²³⁻⁴²⁴. Deste

⁴¹⁹ Cfr. ORKUN AKSELI, “Appointment of Arbitrators as Specified in the Agreement to Arbitrate”, *cit.*, p. 247.

⁴²⁰ Vide JORGE MORAIS CARVALHO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, *cit.*, p. 112.

⁴²¹ Os dois conceitos são, regra geral, usados como sinónimos, quer na doutrina, quer na jurisprudência. O que se compreende, uma vez que “o juiz natural é, necessariamente, um juiz legal” (MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO, “O princípio do juiz natural e a nova organização judiciária”, *cit.*, p. 29). De salientar, ainda, que, além da terminologia juiz natural-juiz legal, o princípio já foi conhecido também por “proibição de desaforamento das causas penais” (JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, “Sobre o sentido do princípio jurídico-constitucional do ‘juiz natural’ ”, *in RLJ*, ano 111, n.º 3615, Coimbra Editora, Coimbra, 1978, p. 84).

⁴²² Vide JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, *cit.*, pp. 423 e 424.

⁴²³ Sobre a razão de ser e a forma como o princípio foi acolhido no artigo 32.º, n.º 9, da CRP (anterior n.º 7), bem como sobre as dificuldades de redação desta norma, veja-se JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, “Sobre o sentido do princípio jurídico-constitucional do ‘juiz natural’ ”, *cit.*, pp. 83 a 88.

modo, se a lei (anterior) determinar que é competente o tribunal X, apenas este será competente. Em princípio, não será possível subtrair a causa ao tribunal X e escolher o tribunal Y ou Z [e, consequentemente, outro(s) juiz(es) para julgarem o litígio], uma vez que a competência para a causa, “em regra, não pode ser alterada”⁴²⁵.

Essencialmente, o princípio consiste, assim, na *predeterminação do tribunal* competente para o julgamento, predeterminação esta assente em critérios objectivos e abstractos, não em critérios subjectivos ou arbitrários⁴²⁶. Neste sentido, o tribunal determina-se “a partir de regras legais” (daí o termo “juiz legal”) que visam “evitar a intervenção de terceiros, não legitimados para tal, na administração da justiça, através da escolha individual, ou para um certo caso, do tribunal ou do(s) juízes chamados a dizer o Direito”⁴²⁷.

Em consonância com a sua origem histórica⁴²⁸, o princípio do juiz natural visa, portanto, acima de tudo, impedir que motivações de ordem

⁴²⁴ Note-se que embora o artigo 32.º da CRP se refira, segundo a epígrafe, às “garantias de *processo criminal*”, a verdade é que algumas das garantias aqui previstas (como o princípio do juiz natural) se aplicam, também, a outros ramos de direito, designadamente ao processo civil – *cfr.* JORGE MIRANDA, “Constituição e Processo Civil”, *cit.*, p. 13, J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, *cit.*, p. 966, LUCINDA DIAS DA SILVA, *Processo Cautelar Comum...*, *cit.*, pp. 42 e 43 (nota de rodapé n.º 59), e, na jurisprudência, entre outros, o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 23/11/2011 (Relator Ascensão Lopes, processo 0643/11), *in* <http://www.dgsi.pt/>.

De todo o modo, e especificamente por referência ao Direito Processual Civil, também o artigo 39.º da Lei da Organização do Sistema Judiciário (Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 42/2013, de 24/10/2013), sob a epígrafe “proibição de desaforamento”, dispõe que “nenhuma causa pode ser deslocada do tribunal ou secção competente para outro, a não ser nos casos especialmente previstos na lei”.

⁴²⁵ ANA PRATA / CATARINA VEIGA / JOSÉ MANUEL VILALONGA, *Dicionário Jurídico*, vol. II, *cit.*, p. 287.

⁴²⁶ *Vide* J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, *cit.*, p. 525.

⁴²⁷ Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 614/2003, de 12/12/2003 (Relator Paulo Mota Pinto, processo n.º 684/03), *in* <http://www.tribunalconstitucional.pt/>.

⁴²⁸ A origem deste princípio parece remontar à lei francesa de 16-24 de Agosto de 1790, sobre organização judiciária, lei que “teve como finalidade impedir a ingerência

política ou análoga possam conduzir a um tratamento jurisdicional discriminatório (contrário ao princípio do Estado de Direito)⁴²⁹, proibindo, desta forma, a criação de tribunais *ad hoc* ou de exceção⁴³⁰⁻⁴³¹.

E é aqui que o princípio se assume como uma importante garantia de *independência e imparcialidade* dos tribunais (estaduais)⁴³²⁻⁴³³ – garantia esta que visa reforçar a confiança da comunidade na

do rei nos assuntos judiciais, garantindo aos cidadãos *tribunais imparciais*” (JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, *cit.*, p. 738).

⁴²⁹ Cfr. JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, “Sobre o sentido do princípio jurídico-constitucional do ‘juiz natural’ ”, *cit.*, p. 84.

⁴³⁰ A este respeito, veja-se, na jurisprudência, por exemplo, os acórdãos *do Tribunal Constitucional* n.º 393/89, de 18/05/1989 (Relator Messias Bento, processo n.º 417/88), e 212/91, de 21/05/1991 (Relator Monteiro Diniz, processo n.º 85/89), ambos disponíveis em <http://www.tribunalconstitucional.pt/>, bem como o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 12/06/2008 (Relator Oliveira Mendes, processo 08P1771), *in* <http://www.dgsi.pt/>.

⁴³¹ E daí a relação que, com frequência, se estabelece entre o citado artigo 32.º, n.º 9, e o artigo 209.º, n.º 4, da CRP, nos termos do qual se proíbe a existência de tribunais com competência exclusiva para o julgamento de certas categorias de crimes (cfr. JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, *cit.*, p. 738).

⁴³² Em conformidade com o artigo 203.º da CRP. Note-se que embora esta norma se refira apenas, expressamente, à independência, é importante não esquecer que “a imparcialidade vai imbrincada no conceito de independência (dos juízes)” [JORGE MIRANDA/ RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo III, *cit.*, p. 43] – o que se compreende uma vez que, conforme se costuma salientar numa conhecida fórmula atribuída a Castro Mendes, “independência e imparcialidade são verso e reverso da mesma realidade fundamental” (*op. cit.*, p. 43).

⁴³³ Afirmando a importância do princípio do juiz natural como garantia de independência e imparcialidade dos tribunais (estaduais), veja-se, entre outros, JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, “Sobre o sentido do princípio jurídico-constitucional do ‘juiz natural’ ”, *cit.*, p. 83, PAULA COSTA E SILVA, “Preterição do contraditório...”, *cit.*, p. 313, PAULA COSTA E SILVA / NUNO TRIGO DOS REIS, “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, *cit.*, p. 970, assim como, na jurisprudência, os acórdãos do Tribunal Constitucional n.º 614/2003, do Supremo Tribunal de Justiça de 12/06/2008, e do Supremo Tribunal Administrativo de 23/11/2011, todos *cit.* A este propósito, acrescenta-se que, embora o princípio do juiz natural se possa considerar uma das mais importantes garantias de independência e imparcialidade dos tribunais (se não mesmo a principal garantia), não é, no entanto, a única. Com efeito, as referidas independência e imparcialidade são também asseguradas, no primeiro caso, pela inamovibilidade e irresponsabilidade dos juízes, bem como pela actividade desenvolvida pelo Conselho Superior da Magistratura, e, no segundo, pelo regime de dedicação exclusiva dos magistrados, e, claro está, pelo sistema de impedimentos, escusas e suspeições (cfr. RITA LOBO XAVIER / INÊS FOLHADELA / GONÇALO ANDRADE E CASTRO, *Elementos de Direito Processual Civil...*, *cit.*, pp. 93 e 127, e, a respeito da independência, JOÃO DE CASTRO MENDES, *Direito Processual Civil*, vol. I, *cit.*, p. 250).

administração da justiça –, encontrando-se amplamente consagrado em muitas outras jurisdições⁴³⁴.

Ora, tal como referimos em sede introdutória, o princípio do juiz natural não tem aplicação na arbitragem (voluntária), há uma

⁴³⁴ O princípio do juiz natural ou legal está assim presente, por exemplo, nas constituições da Alemanha [artigo 101.º (1) - “gesetzlicher Richter”], Espanha (artigo 24.º, n.º 2, 1.ª parte - “Juez ordinario predeterminado por la ley”) e Itália (artigo 25.º - “giudice naturale precostituito per legge”). Por outro lado, e conforme bem observa o acórdão do Tribunal Constitucional n.º 614/2003, *cit.*, existem, também, vários instrumentos europeus e internacionais que se *aproximam* deste princípio, particularmente quando estabelecem a necessidade de a causa ser julgada por um tribunal independente e imparcial, estabelecido pela lei – *cfr.* artigos 6.º, n.º 1, da CEDH, 14.º, n.º 1, do PIDCP, e 10.º da DUDH (este último preceito, porém, sem a referência ao estabelecimento pela lei).

A este respeito, pela importância que reveste, tomemos como exemplo o caso do artigo 6.º, n.º 1, da CEDH. Nos termos desta norma “qualquer pessoa tem direito a que a sua causa seja examinada (...) por um *tribunal independente e imparcial, estabelecido pela lei* (...)”. É certo que, entre nós, o princípio do juiz natural não exige, apenas, que os tribunais sejam estabelecidos legalmente. Neste sentido, falta aqui, desde logo, a *exigência de determinabilidade* – nos termos da qual “toda a causa tem definidos, *pré-determinadamente*, o tribunal que lhe compete e o seu juiz” (ANA PRATA / CATARINA VEIGA / JOSÉ MANUEL VILALONGA, *Dicionário Jurídico*, vol. II, *cit.*, p. 395; sobre as várias dimensões fundamentais que o princípio do juiz natural comporta, veja-se J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, *cit.*, p. 525) – para que possamos falar, verdadeiramente, em princípio do juiz natural, tal como o conhecemos da Lei Fundamental, bem como da nossa doutrina e jurisprudência. Em todo o caso, poder-se-á considerar que há uma *aproximação* ao princípio (tal como salienta o acórdão do Tribunal Constitucional n.º 614/2003, *cit.*), na medida em que, seguindo a interpretação de vários autores, o artigo 6.º, n.º 1, da CEDH, visa, na parte que transcrevemos, evitar que a organização do sistema judicial seja deixada à discrição do executivo (vincando a separação de poderes) e, desta forma, evitar também a criação de tribunais *ad hoc* ou de excepção (*vide* IRENEU CABRAL BARRETO, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem Anotada*, *cit.*, p. 204, ALEKSANDAR JAKSIC, *Arbitration and Human Rights*, *cit.*, p. 186, PIERRE LAMBERT, “L’arbitrage et l’article 6...”, *cit.*, p. 19, SÉBASTIEN BESSON, “Arbitration and Human Rights”, *cit.*, p. 401, e MARTINA ZÁVODNÁ, *The European Convention on Human Rights and Arbitration*, *cit.*, p. 25). Daí a “aproximação” referida, podendo, ainda, no limite, afirmar-se que o princípio do juiz natural “*encontra expressão*” no citado artigo 6.º, n.º 1, da CEDH [acórdão do Tribunal Constitucional n.º 482/2014, de 25/06/2014 (Relatora Maria de Fátima Mata-Mouros, processo n.º 663/2013), *in* <http://www.tribunalconstitucional.pt/>]. Um pouco mais específico, quanto a este ponto, é o artigo 47.º, 2.º parágrafo, da CDFUE, ao prever que “toda a pessoa tem direito a que a sua causa seja julgada (...) por um tribunal independente e imparcial, *previamente* estabelecido por lei”.

“impossibilidade lógica de observância” deste princípio⁴³⁵. Na verdade, diferentemente do que sucede nos tribunais estaduais, na arbitragem as partes assumem um papel fulcral na constituição do tribunal, nomeando os árbitros. O órgão decisor é, assim, escolhido pelas partes, dispondo estas de uma grande liberdade neste sentido, ao abrigo da (ampla) autonomia privada que caracteriza este meio de resolução alternativa de litígios⁴³⁶.

Deste modo, retomando o exemplo anterior, as partes podem, através da convenção de arbitragem, *subtrair* a causa ao tribunal X e escolher o nome dos juízes que vão julgar o seu litígio (nos termos da lei de arbitragem que for aplicável e, claro está, consoante o litígio seja ou não arbitrável), *fugindo*, assim, ao disposto no artigo 32.º, n.º 9, da CRP⁴³⁷. Por outro lado, cumpre salientar que, com excepção dos casos de arbitragem necessária, a lei não *pré-determina* que o tribunal arbitral é competente – as partes, através da convenção de arbitragem, é que determinam essa competência (a lei apenas admite e enquadra a

⁴³⁵ PAULA COSTA E SILVA, “Preterição do contraditório...”, *cit.*, p. 313. Sublinhando a incompatibilidade da arbitragem com o princípio do juiz natural, veja-se JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “O Princípio do Contraditório na Nomeação de Árbitro...”, *cit.*, pp. 33 e 34, PAULA COSTA E SILVA / NUNO TRIGO DOS REIS, “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, *cit.*, p. 970, PAULA COSTA E SILVA / MARCO GRADI, “A Intervenção de Terceiros...”, *cit.*, pp. 54, 57 e 65, JOSÉ MIGUEL JÚDICE, “A constituição do tribunal arbitral: características, perfis e poderes dos árbitros”, *cit.*, pp. 111 e 112, JOÃO LUÍS LOPES DOS REIS, “A excepção da preterição do tribunal arbitral (voluntário)”, *cit.*, pp. 1126 a 1128, MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO, “O princípio do juiz natural e a nova organização judiciária”, *cit.*, p. 31, CARLA GONÇALVES BORGES, “Pluralidade de Partes...”, *cit.*, p. 115, bem como OTHMAR JAUERNIG, *Zivilprozeßrecht: ein Studienbuch*, *cit.*, p. 345.

⁴³⁶ Além do nome do(s) árbitro(s), as partes poderão escolher, ainda, por exemplo, o número de árbitros (desde que em número ímpar), o local da arbitragem, a língua dos autos, as regras processuais, a lei aplicável, etc.

⁴³⁷ A este propósito, note-se que, no âmbito do processo civil, as partes podem, igualmente, celebrar um *pacto de jurisdição* (competência internacional) ou um *pacto de competência* (competência interna) e, assim, convencionar qual a jurisdição ou o tribunal competentes, embora com as (fortes) limitações constantes dos artigos 94.º e 95.º do CPC. Sobre esta faculdade das partes, vejam-se, entre outros, JOSÉ LEBRE DE FREITAS / ISABEL ALEXANDRE, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, *cit.*, pp. 188 a 198, e MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, *cit.*, pp. 193 e ss.

arbitragem como meio de resolução alternativa de litígios, permitindo o recurso a tribunais arbitrais).

Mais importante, porém, do que a não aplicação do princípio do juiz natural são as consequências que isso traz à arbitragem. Com efeito, a ausência deste importante princípio leva a que se coloquem problemas que não existem nos tribunais estaduais, desde logo problemas de *independência e imparcialidade* dos árbitros. Sobre este ponto, importa observar que, enquanto nos tribunais estaduais os juízes se presumem independentes e imparciais (uma vez que, por norma, não conhecem as partes, nem são escolhidos por elas), nos tribunais arbitrais não é exactamente assim, uma vez que são as próprias partes que os nomeiam⁴³⁸ – daí que vários autores entendam que a questão da independência e imparcialidade seja, à partida, consideravelmente mais importante, sensível e difícil na arbitragem do que nos tribunais estaduais⁴³⁹.

Em todo o caso, isto não significa, como é evidente, que os tribunais arbitrais não sejam (nem consigam ser) independentes e imparciais. Conforme foi antes mencionado, recorde-se que esta é uma exigência que resulta, de forma expressa, da LAV⁴⁴⁰, bem como da própria CRP, podendo, ainda, considerar-se de ordem pública. Com efeito, a independência e imparcialidade dos árbitros é uma “consequência directa das suas funções jurisdicionais”⁴⁴¹, pelo que um tribunal arbitral que não seja independente e imparcial não será um verdadeiro tribunal.

A nomeação de árbitros deve, portanto, satisfazer condições que assegurem as referidas independência e imparcialidade que se impõem a

⁴³⁸ Cfr. JEAN-HUBERT MOITRY, “Right to a fair trial and the European Convention on Human Rights...”, *cit.*, p. 118.

⁴³⁹ Vide MATTI S. KURKELA / SANTTU TURUNEN, *Due Process in International Commercial Arbitration*, *cit.*, p. 107.

⁴⁴⁰ Artigos artigo 9.º, n.º 3, 10.º, n.º 6, e 13.º, da LAV.

⁴⁴¹ MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, p. 203.

um tribunal⁴⁴². Porém, num sistema em que o princípio do juiz natural não se aplica, e em que os juízes-árbitros são escolhidos pelas próprias partes, como garantir essa independência e imparcialidade?

A resposta passa, em primeiro lugar, pela necessidade de respeitar o *princípio da igualdade das partes na constituição do tribunal arbitral*. Conforme bem observa Paula Costa e Silva, este necessário respeito – juntamente com a autonomia das partes na escolha dos árbitros – é o “*contrapeso*” da impossibilidade de aplicação do princípio do juiz natural na arbitragem, o “*sucedâneo funcional*” que permite colmatar a ausência de tão importante princípio, como é o do juiz natural⁴⁴³.

Ora, conforme analisado em momento anterior, este é um problema com que os tribunais estaduais não se debatem (pois aplica-se o princípio do juiz natural)⁴⁴⁴ e que faz com que, na arbitragem, o princípio da

⁴⁴² Cfr. JORGE MIRANDA/ RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo III, *cit.*, p. 45, bem como, na jurisprudência, o acórdão do Tribunal Constitucional n.º 52/92, de 05/02/1992 (Relatora Assunção Esteves, processo n.º 10/89), *in* <http://www.tribunalconstitucional.pt/>, e o acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 12/07/2011 (Relator Lopes do Rego, processo 170751/08.7YIPRT.L1.S1), *in* <http://www.dgsi.pt/>.

⁴⁴³ PAULA COSTA E SILVA, “Preterição do contraditório...”, *cit.*, pp. 313, 329, 330, 333, e PAULA COSTA E SILVA / NUNO TRIGO DOS REIS, “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, *cit.*, p. 970. O respeito pelo princípio da igualdade das partes na constituição do tribunal arbitral é, assim, como referimos, o *sucedâneo directo* para a inexistência do princípio do juiz natural. De todo o modo, à semelhança do que se viu no âmbito dos tribunais estaduais, também aqui se pode afirmar que este respeito não é a única garantia de independência e imparcialidade dos tribunais arbitrais. Com efeito, a referida independência e imparcialidade (ao nível da constituição do tribunal) pode ser também assegurada – embora, a nosso ver, em menor medida do que a proporcionada pelo respeito pelo princípio da igualdade das partes na constituição do tribunal –, por exemplo, pelo chamado “dever de revelação” que sobre os árbitros impende (revelação de todas as circunstâncias que possam suscitar fundadas dúvidas sobre a sua independência e imparcialidade), conjugado com o processo de recusa a que os árbitros podem ser submetidos (artigos 13.º e 14.º da LAV). A este propósito, alguns autores entendem, ainda, embora tal nos pareça muito controverso, ser possível aplicar, analogicamente, aos árbitros, o estatuto do juiz em matéria de impedimentos, previsto no CPC (cfr. MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Manual de Arbitragem*, *cit.*, p. 309).

⁴⁴⁴ Vide JORGE MORAIS CARVALHO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, *cit.*, p. 112.

igualdade das partes ganhe uma relevância acrescida, uma relevância ao nível da constituição do tribunal.

Assim, em resposta a algumas das questões que formulámos anteriormente (no início deste ponto 3), poder-se-á concluir que o princípio da igualdade das partes acaba por se colocar com uma *maior acuidade* na arbitragem do que noutros ramos de direito (como, por exemplo, no Direito Processual Civil), assumindo-se como um princípio fundamental em todos os momentos da arbitragem, particularmente na constituição do tribunal arbitral⁴⁴⁵.

3.3 – O sentido material ou substancial (e não apenas formal) do princípio da igualdade das partes

I – Vimos que, nos termos do artigo 30.º, n.º 1, alínea b), 1.ª parte, da LAV, as partes devem ser tratadas “com igualdade” – tratamento este que se justifica em todos os momentos da arbitragem (com particular destaque para a constituição do tribunal).

O que significa, porém, para efeitos da LAV, ser-se *tratado com igualdade*?

A resposta deve ser dada, em primeiro lugar, por referência ao conceito de *princípio da igualdade das partes*, tal como o conhecemos do Direito Processual Civil. A este propósito, poder-se-á, aliás, afirmar que o tratamento com igualdade previsto no mencionado artigo 30.º, n.º 1, alínea b), 1.ª parte, da LAV, corresponde ao do artigo 4.º do CPC, com as devidas adaptações evidentemente⁴⁴⁶. Razão pela qual adoptamos a

⁴⁴⁵ A este respeito, repare-se, aliás, que a violação do princípio da igualdade das partes na constituição do tribunal arbitral “esvazia de sentido a concretização ulterior do princípio do processo equitativo” (PAULA COSTA E SILVA, “Preterição do contraditório...”, *cit.*, p. 313).

⁴⁴⁶ Neste sentido, veja-se MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, *cit.*, p. 364, e, no âmbito da arbitragem

terminologia “princípio da igualdade das partes”, analisada antes, no contexto do processo civil.

Feito este esclarecimento inicial, importa então determinar qual o sentido de igualdade aqui em causa, se uma igualdade formal ou uma igualdade material. E a resposta só pode ser uma: a igualdade prevista na 1.^a parte da alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º da LAV é, sobretudo, uma *igualdade material ou substancial*⁴⁴⁷, isto é, uma igualdade verdadeira, efectiva e real, e não apenas uma igualdade meramente formal, mecânica e cega. As partes deverão ser, assim, tratadas com igualdade *material*.

É este, desde logo, como se viu, o entendimento que decorre do princípio da igualdade das partes consagrado no processo civil (e, antes disso, do próprio conceito de igualdade previsto na CRP) e que está em consonância com o Estado Social em que vivemos. Não surpreende, por isso, que seja este, também, o entendimento da nossa doutrina e jurisprudência, que preconizam a necessidade de observância, na arbitragem, da igualdade *material ou substancial*⁴⁴⁸.

II – Estabelecido o sentido (material) de igualdade consagrado na LAV, e em resultado de tal sentido, duas importantes consequências cumpre extrair.

A primeira é a de que, também na arbitragem, o princípio da igualdade das partes não exige uma *igualdade absoluta*. A este respeito, é significativo o facto de se ter abandonado o adjectivo “absoluta”, que

internacional, MATTI S. KURKELA / SANTTU TURUNEN, *Due Process in International Commercial Arbitration*, cit., p. 206.

⁴⁴⁷ Conforme mencionámos anteriormente (no contexto da evolução histórica do princípio da igualdade), os dois conceitos são, regra geral, usados como sinónimos.

⁴⁴⁸ Veja-se, por exemplo, PAULA COSTA E SILVA / NUNO TRIGO DOS REIS, “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, cit., p. 966, ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado da Arbitragem...*, cit., p. 278, e o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 03/12/2013 (Relator Eurico Reis, processo 383/13.2YRLSB-1), in <http://www.dgsi.pt/>. No mesmo sentido, veja-se, ainda, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 260.

estava associado ao conceito de igualdade consagrado na anterior LAV (na parte atinente aos princípios fundamentais a observar no processo). Com efeito, enquanto que no artigo 16.º, alínea a), da anterior LAV, se referia que “as partes serão tratadas com *absoluta igualdade*”, na actual LAV apenas se prevê que “as partes são tratadas com igualdade” [artigo 30.º, n.º 1, alínea b)]. Abandonou-se, portanto, o adjetivo “absoluta”, numa aparente intenção do legislador de deixar claro que não é exigível uma identidade absoluta dos meios processuais, mas sim um equilíbrio global entre as partes⁴⁴⁹.

Esta aparente intenção parece estar ainda presente na 2.ª parte da alínea b) do n.º 1 do artigo 30.º da LAV. Referimo-nos ao ponto em que se dispõe que deve ser dada às partes “uma *oportunidade razoável* de fazerem valer os seus direitos, por escrito ou oralmente, antes de ser proferida a sentença final”⁴⁵⁰. O nosso legislador optou, neste preceito, pela locução “*oportunidade razoável*” (“reasonable opportunity”), à semelhança, por exemplo, do previsto no artigo 17.º, n.º 1, do Regulamento de Arbitragem da UNCITRAL, e no artigo 33.º, n.º 1, alínea

⁴⁴⁹ Vide MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 260. Conforme observam alguns autores, a exigência de uma “absoluta igualdade” parecia pressupor um *entendimento formal* do princípio da igualdade das partes [cfr. MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, cit., p. 371]. Sendo que, como se sabe, “a igualdade de tratamento é, neste domínio, um princípio difícil de aplicar rigidamente” (ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Da condução do processo arbitral...”, cit., p. 673). Daí que, como se pode ler na segunda versão do anteprojecto que resultou na actual LAV, para o legislador parece ter sido “claramente preferível consagrar como princípio fundamental da arbitragem, o de as partes serem ‘tratadas com igualdade’ ” – à semelhança do que sucede no artigo 18.º da Lei-Modelo da UNCITRAL, no § 1042 (1) do ZPO alemão e no artigo 24.º, n.º 1, da lei de arbitragem espanhola –, “em vez de se estabelecer que devem ser ‘tratadas com absoluta igualdade’ ”, como fazia a anterior LAV; isto em conformidade, aliás, com o direito ao processo equitativo que “poderá impor uma aplicação flexível (i.e., não absoluta ou rígida) do princípio da ‘igualdade de tratamento das partes’ ” [Anteprojecto de LAV da APA (2010), notas justificativas ao artigo 30.º, cit., pp. 191 e 192]. A este propósito, veja-se, ainda, ARMINDO RIBEIRO MENDES, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, cit., p. 84.

⁴⁵⁰ Sobre a 2.ª parte desta alínea b), veja-se, por exemplo, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 260.

a), do Arbitration Act inglês⁴⁵¹, em vez de atribuir a cada uma das partes “*toda a oportunidade de apresentar o seu caso*” (“full opportunity”), como sucede no artigo 18.º da Lei-Modelo da UNCITRAL⁴⁵².

A segunda consequência, decisiva para o nosso tema, é a de que, à semelhança do que vimos no âmbito da CRP e do Direito Processual Civil, também na arbitragem *igualdade não é sinónimo de identidade de tratamento*. Ou seja, a igualdade das partes não significa (nem pode significar) – sempre e em todas as situações – uma identidade de tratamento das partes, que muitas vezes, aliás, será impossível de conseguir⁴⁵³. Na verdade, conforme foi antes mencionado (por referência ao artigo 4.º do CPC), estar no processo como autor não é o mesmo que estar no processo como réu. Por conseguinte, existirão sempre certas diferenças entre as partes, diferenças que, pura e simplesmente, não serão possíveis de ultrapassar (sem que isso ponha em causa o princípio da igualdade das partes)⁴⁵⁴.

A igualdade das partes não implica, assim, *necessariamente*, estender a uma das partes a *mesma* medida que foi concedida à outra – não estamos perante um princípio automático ou mecânico⁴⁵⁵. Mais: por vezes, para que se cumpra a igualdade *material ou substancial*, será mesmo

⁴⁵¹ Arbitration Act, de 17/06/1996.

⁴⁵² Cfr. *Anteprojecto de LAV da APA (2010)*, notas justificativas ao artigo 30.º, *cit.*, p. 192.

⁴⁵³ Vide MATTI S. KURKELA / SANTTU TURUNEN, *Due Process in International Commercial Arbitration*, *cit.*, p. 190.

⁴⁵⁴ Aludindo a algumas destas diferenças, designadamente a certas vantagens que o demandante pode ter na preparação da acção arbitral, veja-se DOMINIQUE HASCHER, “Principes et pratique de procédure dans l’arbitrage commercial international”, in *Recueil des cours de l’Académie de droit international de la Haye - Collected courses of the Hague Academy of International Law*, vol. 279, BrillOnline, Leiden, 1999, p. 129, e JAN PAULSSON, “The Timely Arbitrator: Reflections on the Böckstiegel Method”, in *Arbitration International*, vol. 22, n.º 1, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2006, pp. 23 e 24.

⁴⁵⁵ Cfr. DOMINIQUE HASCHER, “Principes et pratique de procédure dans l’arbitrage commercial international”, *cit.*, p. 129.

necessário que se estabeleçam diferenciações⁴⁵⁶, designadamente quando a situação entre demandante(s) e demandado(s) não for idêntica⁴⁵⁷. Ou seja, retomando a imagem sugestiva das espadas de Balladore Pallieri, poder-se-á dizer, de novo, que o princípio da igualdade das partes, na arbitragem, não exige que se dê – sempre e em todos os casos – ao demandante e ao demandado “espadas iguais”; em certas situações será necessário atribuir uma espada mais comprida à parte que tem o braço mais curto.

Mais uma vez, portanto, também aqui poderemos formular a regra de que quando a situação em que as partes se encontram for igual, em princípio estas deverão ser tratadas de forma igual; quando a situação for diferente, poderão as partes, nesse caso, ser tratadas de forma diferente⁴⁵⁸ (no fundo, repete-se, em consonância com o conhecido adágio, imputado a Aristóteles, de *tratar igualmente o que é igual e desigualmente o desigual*).

Este ponto é, como veremos, muito relevante para as respostas a dar face às questões formuladas no início do nosso trabalho.

⁴⁵⁶ A este propósito, veja-se GEORGIOS PETROCHILOS, *Procedural Law in International Arbitration*, cit., pp. 145 e 146.

⁴⁵⁷ Cfr. DOMINIQUE HASCHER, “Principes et pratique de procédure dans l’arbitrage commercial international”, cit., p. 129.

⁴⁵⁸ Neste sentido, vide MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, cit., pp. 371 e 372.

4 – O problema da constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes e o conflito com o princípio da igualdade das partes

Analisada a importância do princípio da igualdade das partes na arbitragem, e o sentido material ou substancial com que tal princípio deverá ser interpretado, importa agora perceber quais os problemas concretos que se colocam no âmbito do nosso tema.

Resumidamente, poderemos distinguir duas ordens de problemas: (i) o problema específico de que tratamos, isto é, o conflito entre o princípio da igualdade das partes e a constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes (conflito este que, na comunidade internacional, ficou bem demonstrado com o conhecido *caso Dutco*); e (ii) os problemas de fundo que estão por detrás do referido conflito.

Vejamos, então, as dificuldades que o tema levanta.

4.1 – O problema específico

4.1.1 – Questões prévias

O problema específico foi já oportunamente enunciado em sede introdutória. Aí referimos, em resumo, a necessidade de o *princípio da igualdade das partes* ser respeitado em todos os momentos da arbitragem – necessidade esta que, no momento da constituição do tribunal arbitral, exige, no essencial, que todas as partes tenham o direito de participar na sua constituição (algo que, em regra, se traduz na emissão de uma declaração de nomeação⁴⁵⁹). A identidade de influência na constituição do

⁴⁵⁹ Cfr. PAULA COSTA E SILVA / NUNO TRIGO DOS REIS, “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, *cit.*, pp. 952 e 953.

tribunal que se procura, assim, assegurar, é, porém, mais difícil de atingir, como vimos, em caso de pluralidade de partes, onde, aparentemente, se afigura mais difícil garantir o respeito por tal princípio (devido à impossibilidade de cada uma das partes indicar um árbitro)⁴⁶⁰.

Ao que foi anteriormente dito, e antes de avançarmos mais fundo na análise da questão, importa começar por delimitar e precisar alguns pontos do nosso tema.

O primeiro é o de que o problema se verifica tanto na *pluralidade de partes inicial* como na *pluralidade de partes sucessiva*, resultante da *intervenção de terceiros*. Entre as duas situações, porém, poder-se-á afirmar que os casos de pluralidade de partes inicial são mais frequentes – foi assim, aliás, que *nasceu* a controvérsia de que aqui tratamos (mais concretamente com o *caso Dutco*). A pluralidade de partes sucessiva na arbitragem pressupõe que seja admissível a intervenção de terceiros, algo que, no plano legal, e ao nível do direito comparado, não é ainda muito frequente⁴⁶¹ – daí que os casos de pluralidades sucessivas sejam em menor número, bem como, consequentemente, os problemas que se têm colocado com o princípio da igualdade das partes no momento da constituição do tribunal⁴⁶².

⁴⁶⁰ Vide MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., pp.196 e 197, e ALEXIS MOURRE, “Le droit français de l’arbitrage international...”, cit., p. 29.

⁴⁶¹ Cfr. MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, cit., pp. 152 a 154, MIGUEL GALVÃO TELES, “Addition of Parties: a vacuum left by the Model Law in need of internationally approved Rules”, in *RIAC*, APA, n.º 3 (2010), Almedina, Coimbra, 2010, pp. 48 a 50, e ARMINDO RIBEIRO MENDES, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, cit., p. 96. Em todo o caso, cumpre salientar que, nos últimos anos, a questão da intervenção de terceiros na arbitragem tem vindo a suscitar maior interesse junto de vários legisladores (veja-se MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, cit., p. 152) – caso do legislador português que prevê, expressamente, a intervenção de terceiros no artigo 36.º da LAV.

⁴⁶² O problema do conflito entre o princípio da igualdade das partes e a constituição do tribunal arbitral, quando exista uma intervenção de terceiros, será mais à frente desenvolvido, por referência à solução consagrada no artigo 36.º, n.ºs 2 e 6, da LAV.

O segundo ponto é o de que a problemática em causa é, sobretudo, controversa nos casos em que os *árbitros sejam nomeados, directamente, pelas partes*⁴⁶³ (que é a situação mais comum). A este respeito, importa salientar que a liberdade de designação dos árbitros de que as partes gozam, pode, geralmente, ser feita de duas formas: as partes podem designar *directamente* os árbitros ou podem designá-los *indirectamente*, fixando o modo pelo qual estes são escolhidos – caso em que, por exemplo, poderão cometer a nomeação de todos ou de alguns dos árbitros a um *terceiro (appointing authority)*⁴⁶⁴. Ora, na hipótese (rara) de as partes terem convencionado ser um terceiro a indicar o *árbitro único* ou *todos* os árbitros, e pressupondo que esse terceiro é independente e imparcial em relação às partes, isso significa que as partes, à partida, ficam em posição de igualdade; afinal, nenhuma delas influencia a composição do tribunal arbitral (ou melhor dizendo, ambas influenciam, *indirectamente*, de igual forma)⁴⁶⁵.

Por outro lado, e em terceiro lugar, cumpre ressaltar que nem todos os casos em que os árbitros são designados directamente pelas partes se afiguram controversos. Se, por exemplo, as partes definirem o nome dos árbitros logo na cláusula compromissória (o que, por várias razões, será

⁴⁶³ Vide MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, *cit.*, pp. 501 e 502.

⁴⁶⁴ É essa a regra que decorre, desde logo, do artigo 10.º, n.º 1, da LAV. Sobre esta faculdade de que as partes gozam, de cometerem a um terceiro a designação dos árbitros, veja-se CHRISTOPHE SERAGLINI / JÉRÔME ORTSCHIEDT, *Droit de l'arbitrage interne et international*, *cit.*, pp. 255 a 258, JEAN-FRANÇOIS POUDRET / SÉBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, *cit.*, pp. 336 a 338, e PIERO BERNARDINI, *L'arbitrato nel commercio e negli investimenti internazionali*, *cit.*, pp. 141 e 142.

⁴⁶⁵ Esta solução permite, além do mais, evitar o impasse que por vezes se gera com o desacordo das partes na constituição do tribunal (ou em que uma delas se recusa a indicar o seu árbitro, no caso de estarmos perante uma arbitragem colegial), embora isso signifique que as partes tenham de abdicar da importante vantagem de indicarem, directamente, um árbitro (o que justifica que tal solução seja rara).

raro suceder⁴⁶⁶), em princípio não se colocará depois qualquer problema com o princípio da igualdade ao nível da constituição do tribunal⁴⁶⁷, pois os árbitros já foram escolhidos, em momento prévio, por todas as partes.

O quarto ponto prende-se com o *número de árbitros* escolhido. Esta é, na verdade, uma questão que se afigura relevante para o nosso problema, pois o número de árbitros tem influência nos potenciais obstáculos que se podem levantar depois com a sua nomeação⁴⁶⁸. O mais comum é, a este propósito, encontrarmos dois tipos de situações: um painel composto por um *único árbitro* ou por *três ou mais árbitros* (regra geral, em número ímpar). Ambos têm vantagens e desvantagens, sendo mais frequente a opção por um painel de três árbitros [em que o demandante nomeia um árbitro, o demandado outro, sendo o terceiro (árbitro presidente) designado pelos dois já indicados]⁴⁶⁹⁻⁴⁷⁰.

Ora, o problema de que aqui tratamos é um problema típico de arbitragens em que esteja previsto um *tribunal colegial*, constituído por

⁴⁶⁶ Cfr. MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, cit., pp. 147 e 148, e MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Lei de Arbitragem Comentada*, Almedina, Coimbra, 2013, p. 60.

⁴⁶⁷ Defendendo isto mesmo, por referência à intervenção de terceiros no processo arbitral, veja-se ALEXIS MOURRE, “L’intervention des tiers à l’arbitrage”, cit., p. 109, e CHRISTOPHE SERAGLINI / JÉRÔME ORTSCHIEDT, *Droit de l’arbitrage interne et international*, cit., p. 313 (nota de rodapé n.º 165).

⁴⁶⁸ Sobre esta questão, veja-se JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties...”, cit., pp. 67 a 72.

⁴⁶⁹ À semelhança do critério previsto no artigo 10.º, n.º 3, da LAV.

⁴⁷⁰ A respeito das vantagens e desvantagens que estes e outros modelos apresentam, veja-se, por exemplo, NIGEL BLACKABY / CONSTANTINE PARTASIDES / ALAN REDFERN / MARTIN HUNTER, *Redfern and Hunter on International Arbitration*, cit., pp. 236 a 240, GARY B. BORN, *International Commercial Arbitration*, vol. II, cit., pp. 1664 a 1679, JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties...”, cit., pp. 68 a 70, bem como ANDREAS F. LOWENFELD, “Introduction: Why Arbitrate?”, e DANIEL M. KOLKEY / RICHARD CHERNICK, “Drafting an Enforceable Arbitration Clause”, ambos os artigos publicados em DANIEL M. KOLKEY / RICHARD CHERNICK / BARBARA REEVES NEAL (coordenadores), *Practitioner’s Handbook on International Arbitration and Mediation*, 3.ª ed., Juris, Nova Iorque, 2012, pp. 6 a 8 e 28 a 30, respectivamente; na doutrina portuguesa, vide ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “O estatuto dos árbitros...”, cit., pp. 25 a 27.

três ou mais árbitros (a segunda situação que referimos, portanto)⁴⁷¹. Com efeito, a solução do *árbitro único* (quando nomeado em conjunto pelas partes ou pelo tribunal estadual ou por um terceiro), aparentemente, não levanta problemas com o princípio da igualdade das partes – dir-se-á que as partes foram tratadas de forma igual, uma vez que nenhuma delas pôde indicar o *seu* árbitro. Ou seja, dado que ambas as partes estão sujeitas à mesma solução, a do árbitro único, nenhuma delas fica numa posição privilegiada em relação à outra, não existindo, assim, uma desigualdade de tratamento⁴⁷²⁻⁴⁷³.

Por fim, e partindo da referida hipótese, mais frequente, de um painel composto por três árbitros, cumpre salientar ainda, como nota preliminar, o facto de os problemas com o respeito pelo princípio da igualdade das partes se verificarem, sobretudo, quando exista *pluralidade de demandados*, isto é, em casos de *pluralidade passiva*. Como veremos melhor pelo *caso Dutco*, são estas as situações em que as partes – leia-se, os demandados – mais se desentendem entre si quando têm de nomear *conjuntamente* um árbitro (ou se sentem bastante constrangidas nesta

⁴⁷¹ Cfr. MIGUEL PINTO CARDOSO / CARLA GONÇALVES BORGES, “Constituição do Tribunal Arbitral em Arbitragens Multipartes”, in *III Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2010, p. 140.

⁴⁷² Neste sentido, veja-se JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties...”, *cit.*, pp. 68 e 69, JEAN-FRANÇOIS POUDRET / SÉBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, *cit.*, p. 201, JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “L’arbitrage multipartite en 1992”, *cit.*, pp. 187 e 188, e ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC - In the Wake of Dutco”, in *Journal of International Arbitration*, vol. 10, n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1993, p. 18.

⁴⁷³ Uma desigualdade de tratamento poderá haver, eventualmente, em caso de *pluralidade de partes sucessiva*, quando o árbitro único tenha sido nomeado em conjunto pelas partes. Uma vez que o *terceiro* que intervém não teve influência na escolha do árbitro, à partida parece existir uma diferença de tratamento que, em abstracto, pode ser susceptível de ferir o princípio da igualdade das partes – problema que será mais à frente desenvolvido no âmbito da análise da solução consagrada pela LAV.

tarefa), o que as leva, depois, a invocar uma violação do princípio da igualdade das partes⁴⁷⁴⁻⁴⁷⁵.

Ao invés, os casos de *pluralidade activa* são, à partida, menos controversos. O que é compreensível. Na verdade, ao contrário dos demandados, que foram chamados ao processo, não escolhendo, portanto, ser demandados, nem escolhendo fazer parte de um único processo arbitral, e que poderão ter *interesses conflituantes* entre si (não tendo tido a oportunidade de, previamente, verificarem se as suas linhas de defesa são compatíveis e se se compadecem com a nomeação de um árbitro em comum), os demandantes, ao decidirem, por vontade própria, intentar uma acção arbitral conjuntamente como autores, em princípio estarão também de acordo quanto ao árbitro que lhes cabe designar. Se não fosse assim, isto é, se os demandantes não estivessem em sintonia, dir-se-á que cada um deles teria intentado uma acção arbitral autónoma. Já o mesmo, como vimos, não se poderá concluir a propósito dos demandados. E daí que, no fundo, se possa afirmar que as divergências na nomeação conjunta de um árbitro acabam por surgir com muito mais frequência do lado dos demandados.

⁴⁷⁴ A este respeito, veja-se, por exemplo, ORKUN AKSELI, “Appointment of Arbitrators as Specified in the Agreement to Arbitrate”, *cit.*, pp. 252 e 253, RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, p. 13, bem como, na doutrina portuguesa, ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “O estatuto dos árbitros...”, *cit.*, pp. 43 e 44, e “Jurisprudência comentada: questões de arbitragem comercial (Tribunal da Relação de Lisboa, Acórdão de 18 de Maio de 2004)”, in *Temas de Direito da Arbitragem*, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 37 e 38, MIGUEL PINTO CARDOSO / CARLA GONÇALVES BORGES, “Constituição do Tribunal Arbitral...”, *cit.*, p. 140, JOSÉ MIGUEL JÚDICE, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, *cit.*, p. 42, MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, *cit.*, pp. 170 e 171, e MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Lei de Arbitragem Comentada*, *cit.*, p. 63.

⁴⁷⁵ Conforme será desenvolvido mais à frente, importa, em todo o caso, salientar que, por vezes, tal desentendimento entre os demandados será *simulado*, assumindo-se como um *mero expediente dilatório* para atrasar o processo arbitral, para sabotar a nomeação feita pelo demandante e/ou como estratégia para, mais tarde, virem impugnar a decisão final proferida (caso a mesma não lhes seja favorável).

De todo o modo, embora pouco provável, os demandantes podem, de facto, por várias circunstâncias, não chegar a acordo quanto à nomeação do árbitro (sem que tenham tido a referida opção de intentar uma acção arbitral autónoma contra os demandados). Esse será, desde logo, o caso de estarmos perante uma situação de *litisconsórcio necessário activo*, isto é, perante um caso em que a produção de determinado efeito jurídico necessite – por força da lei, de convenção das partes ou da natureza da relação jurídica – da presença de todas as partes⁴⁷⁶ (no caso que referimos, de todos os demandantes).

⁴⁷⁶ Vide MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 275. O *litisconsórcio necessário* é susceptível de levantar, na arbitragem, vários problemas, sobretudo quando todas as partes não estejam vinculadas pela mesma convenção de arbitragem ou uma delas não esteja sequer vinculada a qualquer convenção de arbitragem, mas sim ao foro estadual. Neste sentido, imaginemos um caso de *litisconsórcio necessário activo*, em que A e B pretendem intentar uma acção contra C. Sucede, porém, que B não é parte da convenção de arbitragem celebrada entre a A e C, facto que, de imediato, se revela bastante problemático, por duas razões principais: por um lado, B não pode ir para a arbitragem, uma vez que não é parte da convenção de arbitragem (algo que se compreende bem, atendendo à origem contratual deste meio de resolução de litígios); mas, por outro lado, A – por estar vinculado à convenção de arbitragem – à partida não pode recorrer aos tribunais estaduais, sob pena de o tribunal se declarar incompetente, por violação da referida convenção. Sendo assim, *quid juris?* Como é que se tutela o direito de A e B intentarem conjuntamente, em *litisconsórcio necessário*, uma acção contra C?

A este propósito, vários autores têm entendido (a nosso ver, correctamente) que, neste caso, dever-se-á considerar que a convenção de arbitragem caducou, é inoperacional ou *ineficaz*, não susceptível de aplicação, podendo (e devendo) as partes resolver o seu litígio nos tribunais estaduais, sob pena, aliás, de *denegação de justiça*. Neste sentido, veja-se ALEKSANDAR JAKSIC, *Arbitration and Human Rights*, cit., p. 155, KARL HEINZ SCHWAB / GERHARD WALTER, *Schiedsgerichtsbarkeit: Systematischer Kommentar zu den Vorschriften der Zivilprozeßordnung, des Arbeitsgerichtsgesetzes, der Staatsverträge und der Kostengesetze über das privatrechtliche Schiedsgerichtsverfahren*, 7.^a ed., Verlag C. H. Beck / Helbing & Lichtenhahn, Munique, 2005, pp. 61 e 140, MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, cit., pp. 536 e 537, JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “Intervenção de terceiros em processo arbitral”, in *III Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2010, p. 198, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 275, JORGE MORAIS CARVALHO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, cit., p. 157, J. P. REMÉDIO MARQUES, *Acção Declarativa à luz do Código Revisto*, cit., p. 75, e MÁRIO AROSO DE ALMEIDA, “Tópicos sobre o problema do âmbito subjectivo da arbitragem sobre relações jurídicas multilaterais ou poligonais de Direito Administrativo”, in *V Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2012, pp.

Mas não só. Possíveis divergências entre os demandantes poderão, igualmente, ocorrer noutros casos. Conforme veremos melhor mais à frente, pense-se, por exemplo, na hipótese de uma *intervenção de terceiros anteriormente à constituição do tribunal arbitral*, num processo que esteja a correr num centro de arbitragem institucionalizada, como o CAC, ao qual seja aplicável o respectivo Regulamento de Arbitragem. Uma vez que, nos termos do referido Regulamento, não se exige o consentimento das partes para a intervenção de terceiros⁴⁷⁷, pode dar-se perfeitamente o caso de o terceiro e a parte em relação à qual o mesmo se associa (imaginemos que são os demandantes) não estarem em sintonia e, como tal, não conseguirem chegar a acordo quanto ao árbitro a designar. Situação em que poderemos ter, assim, uma divergência entre os demandantes no que à nomeação conjunta do árbitro diz respeito.

Questão diferente, mas também ela relevante, é a de os demandantes estarem de acordo quanto ao árbitro a designar, mas verem,

214 e 215. Em sentido diferente, porém, veja-se JEAN-FRANÇOIS POUDRET / SÉBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, cit., pp. 195 e 196, autores que sustentam que, no caso descrito, a parte não signatária da convenção de arbitragem (B) não poderia recorrer aos tribunais estaduais; Jean-François Poudret e Sébastien Besson fundamentam a sua posição numa decisão dos tribunais suíços, nos termos da qual se considerou que a convenção de arbitragem se *estendia* à parte não signatária, por as partes se terem vinculado a agir conjuntamente (*op. cit.*, p. 196, nota de rodapé n.º 365a). Posição interessante (e algo surpreendente), que demonstra a complexidade da questão.

De salientar, ainda, que algumas leis de arbitragem prevêm, expressamente, uma solução para o problema. É o que sucede com a *lei italiana*, ao estabelecer que, em caso de litisconsórcio necessário, se todas as partes não estiverem vinculadas pela convenção de arbitragem, a arbitragem, pura e simplesmente, não pode proceder (artigo 816.º-*quater* do *Codice di Procedura Civile*). Sobre este ponto, veja-se, entre outros, SERGIO LA CHINA, *L'arbitrato: il sistema e l'esperienza*, 4.ª ed., Giuffrè Editore, Milão, 2011, pp. 135 e ss., e CRISANTO MANDRIOLI / ANTONIO CARRATTA, *Diritto Processuale Civile*, vol. III, 23.ª ed., G. Giappichelli Editore, Turim, 2014, pp. 430 e 431.

⁴⁷⁷ Cfr. Artigo 25.º, n.ºs 2 e 5, do Regulamento de Arbitragem do CAC. A não exigência desse consentimento é semelhante, aliás, ao que ocorre na LAV (artigo 36.º, n.º 3). A este respeito, veja-se, entre outros, MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, cit., p. 168, e ARMINDO RIBEIRO MENDES, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, cit., p. 97.

posteriormente, esse consenso ser posto em causa com um eventual *pedido reconvenicional dos demandados*⁴⁷⁸. Uma vez que, nessa hipótese, o tribunal já se encontra constituído, o problema aqui, verdadeiramente, é o de saber se o respeito pelo princípio da igualdade das partes exige que se verifique uma *recomposição do tribunal arbitral* (recomposição que será analisada mais à frente, a propósito do regime de intervenção de terceiros consagrado no artigo 36.º da LAV).

Deste modo, e em suma, o problema de que tratamos é um problema típico de casos de *pluralidade passiva*, embora seja certo que a pluralidade de demandantes pode também, por vezes, suscitar dificuldades nesta matéria.

4.1.2 – A origem do problema: o caso Dutco

O conflito entre o princípio da igualdade das partes e a constituição do tribunal arbitral, em caso de pluralidade de partes, tornou-se particularmente evidente após um importante e controverso acórdão da *Cour de Cassation* francesa de 7 de Janeiro de 1992⁴⁷⁹⁻⁴⁸⁰, proferido no

⁴⁷⁸ Cfr. ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Jurisprudência comentada...”, *cit.*, p. 46 (nota de rodapé n.º 26), e JOSÉ MIGUEL JÚDICE, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, *cit.*, p. 43. Reconvenção que, em processo civil, como se sabe, se compreende não só à luz do princípio da economia processual, como do próprio princípio da igualdade – vide MIGUEL MESQUITA, *Reconvenção e Excepção no Processo Civil (o dilema da escolha entre a reconvenção e a excepção e o problema da falta de exercício do direito de reconvir)*, Almedina, Coimbra, 2009, pp. 100 e 101.

⁴⁷⁹ O acórdão da *Cour de Cassation* de 07/01/1992 encontra-se publicado na *Revue de l'Arbitrage*, CFA, vol. 1992, n.º 3, Paris, 1992, pp. 470 a 472, bem como, de forma parcial, traduzido em inglês, no *Yearbook Commercial Arbitration*, ICCA, vol. XVIII, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1993, pp. 140 a 142.

⁴⁸⁰ Vide RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, p. 9, e JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties...”, *cit.*, p. 59.

âmbito de um processo arbitral que correu sob a égide da CCI, em Paris, e que veio a ficar conhecido como o *caso Dutco*⁴⁸¹.

É aqui que, para muitos, reside a *origem do problema*, no sentido de que foi a partir deste caso que o problema – até então pouco conhecido ou ignorado – começou a ser seriamente discutido na comunidade internacional⁴⁸², a ponto de ser considerado o caso mais relevante e influente nesta matéria⁴⁸³, isto é, o “leading case”⁴⁸⁴. A sua importância não pode, na verdade, ser subestimada, atendendo aos efeitos e

⁴⁸¹ Sobre o *caso Dutco*, veja-se, entre nós, MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, *cit.*, pp. 502 a 504 e 508, ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Jurisprudência comentada...”, *cit.*, pp. 37 a 44, MIGUEL PINTO CARDOSO / CARLA GONÇALVES BORGES, “Constituição do Tribunal Arbitral...”, *cit.*, pp. 141 a 147, e MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, pp. 267 e 268. Na doutrina internacional, entre os muitos autores que se debruçaram sobre o assunto, *vide*, especialmente, ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, *cit.*, pp. 5 a 20, YVES DERAIS / ERIC A. SCHWARTZ, *A Guide to the ICC Rules of Arbitration*, 2.^a ed., Kluwer Law International, Haia, 2005, pp. 177 a 181, JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “L’arbitrage multipartite en 1992”, *cit.*, pp. 182 e ss. e “Multipartism: The Dutco Decision of the French Cour de cassation”, in *Arbitration International*, vol. 9, n.º 2, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1993, pp. 197 a 202, LAURA SALVANESCHI, *L’arbitrato con pluralità di parti*, *cit.*, pp. 188 e ss., PHILIPPE FOUCARD / EMMANUEL GAILLARD / BERTHOLD GOLDMAN, *Fouchard Gaillard Goldman On International Commercial Arbitration*, *cit.*, pp. 468 a 470 e 546 a 548, BERNARD HANOTIAU, *Complex Arbitrations...*, *cit.*, pp. 200 a 207, DOMINIQUE HASCHER, “Complex arbitration: issues in enforcement and annulment actions of arbitral awards under French law”, in *Multiple Party Actions in International Arbitration*, Permanent Court of Arbitration, Oxford University Press, Oxford, 2009, pp. 386 a 391, KARL HEINZ SCHWAB, “Die Gleichheit der Parteien bei der Bildung des Schiedsgerichts”, in *Betriebs-Berater Beilage*, n.º 15, Heft 28, Verlag Recht und Wirtschaft, Frankfurt, 1992, pp. 17 a 19, KARL HEINZ SCHWAB / GERHARD WALTER, *Schiedsgerichtsbarkeit: Kommentar...*, *cit.*, p. 83 (nota de rodapé n.º 27), ANDREA MEIER, *Einbezug Dritter vor internationalen Schiedsgerichten*, Zürcher Studien zum Privatrecht - 201, Schulthess, Zurique, 2007, pp. 100 e 101, e KONSTADINOS MASSURAS, *Dogmatische Strukturen der Mehrparteischiedsgerichtsbarkeit*, *cit.*, pp. 302 e 303.

⁴⁸² A este respeito, veja-se, por exemplo, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, p. 267.

⁴⁸³ *Vide* JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties...”, *cit.*, p. 64.

⁴⁸⁴ MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, *cit.*, p. 503. Note-se, em todo o caso, que, no plano internacional, não são frequentes as decisões de tribunais arbitrais e estaduais que se tenham debruçado sobre este tema; o número de decisões publicadas sobre a nomeação de árbitros em situações de pluralidade de partes é relativamente baixo – *cfr.* RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, p. 38.

repercussões que teve, sobretudo ao nível normativo, em várias leis e regulamentos de arbitragem⁴⁸⁵.

Portugal não foi, de resto, imune a estas repercussões. Também no nosso país os efeitos do *caso Dutco* se fizeram sentir⁴⁸⁶. De facto, conforme se verá melhor mais à frente, este caso levou à alteração do Regulamento da CCI (no ponto que se refere à constituição do tribunal arbitral, quando exista pluralidade de partes), que, por sua vez, inspirou a solução da LAV (sobretudo o controverso n.º 3 do artigo 11.º)⁴⁸⁷⁻⁴⁸⁸.

Deste modo, afigura-se crucial perceber a discussão que se gerou em torno deste caso e as soluções encontradas pela CCI para lidar com o problema. Só assim estaremos em condições para analisar a solução consagrada na LAV a este respeito e aferirmos se o legislador português consegue ou não lidar com o conflito entre o princípio da igualdade das partes e a constituição do tribunal do tribunal arbitral, em situações em que se verifique uma pluralidade de partes.

⁴⁸⁵ Cfr. RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, pp. 9 e ss., MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, pp. 267 e 268, ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “O estatuto dos árbitros...”, *cit.*, p. 43, e “A reforma da lei da arbitragem voluntária”, in *Temas de Direito da Arbitragem*, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, p. 217, e MIGUEL PINTO CARDOSO / CARLA GONÇALVES BORGES, “Constituição do Tribunal Arbitral...”, *cit.*, pp. 143 e 144.

⁴⁸⁶ Veja-se, entre outros, CARLOS DE LOS SANTOS / JOÃO DUARTE DE SOUSA, “The New Portuguese Arbitration Law: an Overview of its Major Innovations”, in *Spain Arbitration Review / Revista del Club Español del Arbitraje*, n.º 15, Wolters Kluwer España, Madrid, 2012, pp. 72 e 73.

⁴⁸⁷ Cfr. JOSÉ MIGUEL JÚDICE, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, *cit.*, p. 43, ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “A reforma da lei da arbitragem voluntária”, *cit.*, pp. 217 e 218, MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, *cit.*, p. 169, e *Anteprojecto de LAV da APA (2010)*, notas justificativas ao artigo 11.º, *cit.*, p. 176.

⁴⁸⁸ Não foi só, porém, na actual LAV que as repercussões do *caso Dutco* se fizeram sentir no nosso país. Com efeito, e conforme veremos mais à frente, tal influência já era visível no Regulamento de Arbitragem do CAC (na versão de 2008, ainda antes da aprovação da actual LAV).

4.1.2.1 – Descrição do caso

O caso *Dutco* começa com uma arbitragem que correu termos na CCI, em Paris, e com uma polémica decisão interlocutória, que haveria de percorrer a *Cour d'appel de Paris* e a *Cour de Cassation*.

Em causa estava um consórcio formado por três sociedades – a *Dutco Construction Company, Ltd.* (do Dubai), a *BKMI Industrienlagen GmbH* e a *Siemens AG* (sociedades alemãs) – para a construção de uma fábrica de cimento em Omã. O contrato celebrado entre estas sociedades continha uma *cláusula compromissória*, nos termos da qual as partes se comprometiam a submeter a arbitragem todos os litígios emergentes do contrato; a arbitragem decorreria em conformidade com o Regulamento de Arbitragem da CCI, sendo o tribunal composto por três árbitros e a sede da arbitragem em Paris⁴⁸⁹.

A dada altura, e na sequência de alegados incumprimentos contratuais da BKMI e da Siemens, a Dutco iniciou um procedimento arbitral contra os seus dois parceiros de consórcio, tendo formulado, na acção, *pedidos distintos em relação a cada um deles*^{490–491}. Em consonância com a mencionada cláusula compromissória, e com o artigo

⁴⁸⁹ Cfr. ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, *cit.*, p. 11.

⁴⁹⁰ Cfr. JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “Multipartism: The Dutco Decision of the French Cour de cassation”, *cit.*, pp. 197 a 199, DOMINIQUE HASCHER, “Complex arbitration...”, *cit.*, pp. 386 e 387, LAURA SALVANESCHI, *L'arbitrato con pluralità di parti*, *cit.*, p. 189, ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, *cit.*, p. 14, YVES DERAIS / ERIC A. SCHWARTZ, *A Guide to the ICC Rules of Arbitration*, *cit.*, p. 182, e PIERRE BELLET, “Note - Cour de cassation (1re Ch. civile) 7 janvier 1992 - sociétés BKMI et Siemens v. société Dutco”, in *Revue de l'Arbitrage*, CFA, vol. 1992, n.º 3, Paris, 1992, p. 473. Embora se baseassem em alegadas violações do mesmo contrato, os pedidos seriam, de facto, muito distintos um do outro (veja-se, JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “Multipartism: The Dutco Decision of the French Cour de cassation”, *cit.*, pp. 197 a 199, e DOMINIQUE HASCHER, “Complex arbitration...”, *cit.*, pp. 386 e 387).

⁴⁹¹ Note-se que, à semelhança do exemplo que formulámos anteriormente, em sede introdutória, da acção intentada por A contra B e C, também aqui estamos, portanto, perante um caso de *pluralidade de partes inicial* (pluralidade esta *passiva*).

2.º, n.º 4, do Regulamento da CCI (versão de 1988)⁴⁹²⁻⁴⁹³, a demandante nomeou então um árbitro. A BKMI e a Siemens, porém, uma vez que tinham interesses divergentes entre si, de imediato contestaram a admissibilidade do requerimento de arbitragem, invocando a necessidade de a demandante propor duas acções arbitrais autónomas (uma contra a BKMI e outra contra a Siemens), de forma que cada uma delas pudesse indicar um árbitro.

A *Corte Internacional de Arbitragem* da CCI⁴⁹⁴ indeferiu a pretensão das demandadas, tendo decidido que estas deveriam *nomear conjuntamente um árbitro*, sendo que, caso não o fizessem, o mesmo seria nomeado pela CCI, nos termos do mencionado n.º 4 do artigo 2.º do seu Regulamento. Saliente-se que esta era, então, a *prática habitual da CCI*: a de tratar a pluralidade de demandantes ou demandados como uma única parte e, conseqüentemente, na hipótese de o demandante (ou demandantes) já ter nomeado um árbitro, a de convidar os demandados a designarem conjuntamente um árbitro, sob pena de este (e apenas este) ser nomeado pela Corte⁴⁹⁵⁻⁴⁹⁶. Embora tal não estivesse expressamente

⁴⁹² Este artigo referia-se à constituição do tribunal arbitral, numa arbitragem com um painel de três árbitros. Estabelecia o mesmo que, “quando três árbitros tiverem sido previstos, cada uma das partes – no requerimento de arbitragem e na resposta ao mesmo – designa um árbitro independente para confirmação pela Corte [leia-se, Corte Internacional de Arbitragem da CCI]. Se uma das partes se abster, a nomeação é feita pela Corte. O terceiro árbitro, que assume a presidência do tribunal arbitral, é nomeado pela Corte (...)”.

⁴⁹³ A versão de 1988 do Regulamento da CCI encontra-se publicada, por exemplo, na *Revue de l'Arbitrage*, CFA, vol. 1988, n.º 1, Paris, 1988, pp. 172 a 191. O Regulamento veio, posteriormente, a ser alterado em 1998 e, mais recentemente, em Janeiro de 2012 (data da entrada em vigor do actual Regulamento).

⁴⁹⁴ Órgão competente, dentro da CCI, para tomar as decisões necessárias referentes à constituição dos tribunais arbitrais, criados nos termos do seu Regulamento – *cfr.* ANTÓNIO SAMPAIO CARAMELO, “Jurisprudência comentada...”, *cit.*, p. 37 (nota de rodapé n.º 14), e MIGUEL PINTO CARDOSO / CARLA GONÇALVES BORGES, “Constituição do Tribunal Arbitral...”, *cit.*, p. 142.

⁴⁹⁵ *Vide* ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, *cit.*, p. 8, YVES DERAIS / ERIC A. SCHWARTZ, *A Guide to the ICC Rules of Arbitration*, *cit.*, p. 177, e, na doutrina portuguesa, ANTÓNIO SAMPAIO CARAMELO, “Jurisprudência comentada...”, *cit.*, p. 38, e “O estatuto dos árbitros...”, *cit.*, pp. 42 e 43, MIGUEL PINTO

previsto no Regulamento da CCI então em vigor (versão de 1988), entendia-se que esta prática era consistente com a generalidade das disposições do referido Regulamento⁴⁹⁷. De resto, e embora seja verdade que a mencionada prática já tivesse sido anteriormente criticada⁴⁹⁸, a mesma vinha sendo, de um modo geral, confirmada pelos tribunais estaduais dos países onde decorriam acções de anulação de decisões arbitrais da CCI⁴⁹⁹. Exemplo disso mesmo são as decisões da *Cour de Justice* de Genebra de 26/11/1982 e do *Tribunal fédéral* suíço de

CARDOSO / CARLA GONÇALVES BORGES, “Constituição do Tribunal Arbitral...”, *cit.*, p. 142, e MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, *cit.*, p. 171.

⁴⁹⁶ Note-se que o referido convite à nomeação conjunta era feito independentemente de os demandados terem ou não interesses divergentes ou conflitantes [MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, *cit.*, p. 171].

⁴⁹⁷ Vide ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, *cit.*, pp. 8 e 9. Desde logo, com o artigo 9.º, n.º 2, nos termos do qual se dispõe que a provisão para custos de arbitragem é devida em partes iguais pelo “demandante ou demandantes” e pelo “demandado ou demandados”. Conforme bem observa ERIC SCHWARTZ, esta disposição demonstra, aliás, que a versão de 1988 do Regulamento da CCI já contemplava a possibilidade de um processo arbitral com pluralidade de partes (*op. cit.*, pp. 6 e 8). Também os artigos 3.º do anexo I (ao dispor que a Corte Internacional de Arbitragem tem todos os poderes necessários para assegurar a aplicação do Regulamento de Arbitragem) e 26.º do Regulamento (nos termos do qual, em todos os casos não expressamente previstos no Regulamento, a Corte Internacional de Arbitragem actuará em conformidade com o espírito do Regulamento) parecem confirmar a consistência desta prática da CCI.

⁴⁹⁸ Sustentava-se, neste sentido, que cada demandado deveria ter um direito de nomeação de árbitro igual ao do demandante. Chegou também a argumentar-se que, da simples assinatura – por uma pluralidade de partes – de uma convenção de arbitragem que atribua competência à CCI, não se poderia, verdadeiramente, extrair a interpretação de que essas partes acordaram em participar num único procedimento arbitral, em caso de disputa entre elas – *cf.* ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, *cit.*, pp. 9 e 10. Referindo também a contestação a esta prática da CCI, veja-se ANTÓNIO SAMPAIO CARAMELO, “Jurisprudência comentada...”, *cit.*, p. 38.

⁴⁹⁹ *Cfr.* ANTÓNIO SAMPAIO CARAMELO, “Jurisprudência comentada...”, *cit.*, p. 38, e “O estatuto dos árbitros...”, *cit.*, p. 42, ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, *cit.*, p. 10, e JEAN-FRANÇOIS POUDRET / SÉBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, *cit.*, p. 202.

16/05/1983, proferidas no âmbito do também famoso *caso Westland Helicopters*⁵⁰⁰.

Perante esta tomada de posição da Corte Internacional de Arbitragem da CCI, as demandadas nomearam conjuntamente um árbitro, sob protesto, reservando-se o direito de virem mais tarde a pôr em causa a regularidade da constituição do tribunal arbitral – foi o que fizeram logo após a sua constituição (já com o árbitro presidente nomeado). A BKMI e

⁵⁰⁰ Referimo-nos ao caso que opôs a sociedade Westland Helicopters Limited à Arab Organization for Industrialization, aos Emirados Árabes Unidos, à Arábia Saudita, ao Qatar, ao Egipto e à Arab British Helicopter Company, e cuja decisão do *Tribunal fédéral* suíço de 16/05/1983 se encontra publicada na *ASA Bulletin*, vol. 2, n.º 4, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1984, pp. 203 a 206. Também aqui estava em causa uma *arbitragem multipartes*, com um painel de três árbitros, que correu termos na CCI. A demandante (Westland Helicopters) intentou uma acção arbitral contra os seis demandados *supra* referidos e, mais uma vez, na falta de acordo entre os demandados, a CCI procedeu de acordo com a sua prática normal, nomeando o árbitro destes. O Egipto, porém, opôs-se a esta nomeação e invocou mais tarde, perante a *Cour de Justice* de Genebra, a incompetência do tribunal arbitral, argumentando que cada um dos demandados não pôde nomear o seu próprio árbitro e que a demandante exerceu uma “influência preponderante” na constituição do tribunal. A *Cour de Justice* de Genebra rejeitou tal argumentação, salientando que as partes submeteram o seu litígio ao Regulamento de Arbitragem da CCI, tendo o mesmo sido aplicado. Mais salientou que o sistema da CCI oferece todas as garantias e que o Egipto está errado quando afirma que tem o direito de ser representado no tribunal arbitral – o árbitro, mesmo quando nomeado pela parte, não é agente ou representante dessa parte. A decisão da *Cour de Justice* veio mais tarde a ser confirmada pelo *Tribunal fédéral* suíço, que observou, aliás, que o Egipto apenas invoca o exercício de uma “influência preponderante” pela demandante, ou seja, em momento algum afirma que o Regulamento da CCI permite o exercício dessa influência preponderante, ou que tal Regulamento foi incorrectamente aplicado pela Corte Internacional de Arbitragem. Este caso demonstra, deste modo, que a *Cour de Justice* de Genebra e o *Tribunal fédéral* suíço não discordavam desta prática da CCI, não questionando que tivesse havido uma violação do princípio da igualdade na constituição do tribunal arbitral ou de algum princípio de ordem pública. Mais: até parecem aplaudir a prática da CCI. Sobre este importante caso, veja-se, por exemplo, ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, *cit.*, p. 10, JEAN-FRANÇOIS POUDRET, “Arbitrage multipartite et Droit suisse”, in *ASA Bulletin*, vol. 9, n.º 1, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1991, pp. 11 e ss., RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, p. 44 (nota de rodapé n.º 120), BERNARD HANOTIAU, *Complex Arbitrations...*, *cit.*, p. 201 (nota de rodapé n.º 496), TOBIAS ZUBERBÜHLER / CHRISTOPH MÜLLER / PHILIPP HABEGGER, *Swiss Rules of International Arbitration - Commentary*, Kluwer Law International / Schulthess, Zurique, 2005, pp. 80 e 81, e LAURA SALVANESCHI, *L'arbitrato con pluralità di parti*, *cit.*, pp. 156 a 159, 191, 192 e 201; na doutrina portuguesa, veja-se ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “O estatuto dos árbitros...”, *cit.*, pp. 42 e 43 (nota de rodapé n.º 44).

a Siemens requereram, assim, ao tribunal arbitral que a acção fosse julgada improcedente, pelo facto de o tribunal ter sido constituído em violação da convenção de arbitragem.

As demandadas não foram, no entanto, bem-sucedidas, pois o tribunal arbitral – através de um acórdão interlocutório proferido em 19/05/1988 – entendeu ter sido regularmente constituído. Com efeito, interpretando a cláusula compromissória inserida no acordo de consórcio, os árbitros observaram que a vontade comum das partes foi a de se sujeitarem a um único processo arbitral, envolvendo as três sociedades. Neste sentido, foi observado (i) que o Regulamento da CCI, para o qual a convenção de arbitragem remetia, não previa a exclusão de *arbitragens multipartes*⁵⁰¹, (ii) que do próprio acordo de consórcio se deduzia um acordo implícito de que as partes teriam aceitado a possibilidade de um único processo arbitral entre elas⁵⁰², (iii) além de que as partes não excluíram esta possibilidade na cláusula compromissória, não tendo previsto regras especiais para a constituição do tribunal. Mais considerou o tribunal arbitral que, quando no artigo 2.º, n.º 4, do Regulamento da CCI (referente à constituição do tribunal) se refere “partes”, tal deverá ser entendido como demandante ou demandantes e demandado ou demandados. A sociedade Dutco teria, deste modo, razões legítimas para entender que a possibilidade de uma arbitragem com pluralidade de partes não estaria excluída.

As demandadas não se conformaram com este acórdão interlocutório e interpuseram recurso do mesmo para a *Cour d’appel* de Paris, reiterando que o tribunal arbitral havia sido irregularmente constituído e acrescentando que o reconhecimento e execução de tal

⁵⁰¹ Cfr. LAURA SALVANESCHI, *L’arbitrato con pluralità di parti*, cit., p. 189.

⁵⁰² Conforme observa ERIC SCHWARTZ, atendendo à natureza do acordo de consórcio, era, aliás, provável que um litígio que aqui surgisse envolvesse as três partes (“Multi-Party Arbitration and the ICC...”, cit., p. 11).

decisão interlocutória seria contrário à ordem pública internacional – tudo isto em violação do artigo 1502.º, n.ºs 2 e 5, do CPC francês. Neste sentido, a BKMI e a Siemens salientaram, designadamente, que os pedidos deduzidos na acção são diferentes entre si, tendo estas interesses distintos (tal como tinham, aliás, obrigações distintas nos termos do acordo de consórcio). Por outro lado, estaria também em causa uma violação de princípios de ordem pública internacional da igualdade das partes e do respeito de direitos de defesa, tendo os árbitros violado aqui, desde logo, o direito fundamental de cada uma das partes nomear um árbitro.

Por acórdão de 5 de Maio de 1989⁵⁰³, a *Cour d'appel* de Paris negou provimento ao recurso, confirmando que o tribunal arbitral fora regularmente constituído, não tendo havido nenhuma violação da ordem pública. Para esta decisão, pesou, nomeadamente, o seguinte: (i) o facto de a convenção de arbitragem prever que os litígios seriam submetidos a um tribunal arbitral composto por três árbitros, designados em conformidade com o Regulamento da CCI (CCI, que tinha então a prática habitual da designação conjunta que referimos); (ii) a circunstância de a convenção de arbitragem estar integrada num acordo de consórcio entre as três partes, devendo daí deduzir-se que estas aceitaram a possibilidade de um tribunal arbitral único, composto por três árbitros, poder decidir litígios entre as três partes; (iii) bem como o facto de, atendendo às circunstâncias do caso, esta interpretação da convenção de arbitragem (no sentido de as demandadas nomearem conjuntamente um árbitro) ser a única que garantia uma eficácia plena à arbitragem⁵⁰⁴⁻⁵⁰⁵. A *Cour d'appel* entendeu,

⁵⁰³ O acórdão da *Cour d'appel* de Paris de 05/05/1989 encontra-se publicado na *Revue de l'Arbitrage*, CFA, vol. 1989, n.º 4, Paris, 1989, pp. 723 a 727, no *ASA Bulletin*, vol. 7, n.º 2, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1989, pp. 226 a 230, e ainda, parcialmente, traduzido em inglês, no *Yearbook Commercial Arbitration*, ICCA, vol. XV, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1990, pp. 124 a 127.

⁵⁰⁴ Vide LAURA SALVANESCHI, *L'arbitrato con pluralità di parti*, cit., p. 190. Com efeito, se cada uma das demandadas nomeasse um árbitro, ficaríamos com um painel de

ainda, que “a independência do árbitro constitui a garantia da igualdade estrita das partes no desenrolar do processo arbitral”.

Mais uma vez, as demandadas reagiram, recorrendo agora para a *Cour de Cassation*. Essencialmente, a BKMI e a Siemens alegaram que o acórdão da *Cour d'appel* consagrava uma violação do seu direito a um igual tratamento na constituição do tribunal arbitral.

De forma algo surpreendente, no seu acórdão de 7 de Janeiro de 1992, a *Cour de Cassation* deu razão às demandadas, concluindo que “o princípio da igualdade das partes na nomeação de árbitros é de ordem pública⁵⁰⁶; só se pode renunciar [a tal princípio] depois do nascimento do litígio”⁵⁰⁷. A *Cour* começa por salientar que, se é verdade que as partes podem, numa arbitragem internacional, submeter um litígio multilateral a um único tribunal arbitral, isso terá de ser sempre feito na condição de a constituição do tribunal oferecer garantias suficientes de independência e imparcialidade, além de dever ser sempre assegurado o respeito pelo princípio da igualdade das partes. Sem pôr em causa o raciocínio e a interpretação que o tribunal *a quo* fizera da convenção de arbitragem, a *Cour de Cassation* entendeu que as partes gozam de um direito de igualdade na constituição do tribunal arbitral, não podendo, numa convenção de arbitragem que tenha sido celebrada antes do nascimento do

4 árbitros (um nomeado pela demandante, dois pela demandada, mais um árbitro presidente), tornando, assim, mais difícil o consenso para a sentença final; além de que, claro, tal violaria o teor literal da convenção de arbitragem, que se referia apenas a 3 árbitros.

⁵⁰⁵ Repare-se, por outro lado, que a interpretação das demandadas, no sentido de a demandante dever propor duas acções arbitrais autónomas, uma contra a BKMI e outra contra a Siemens, era uma interpretação muito livre da convenção de arbitragem, que, certamente, iria gerar também muitas dificuldades – *cfr.* ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, *cit.*, p. 16 (nota de rodapé n.º 35).

⁵⁰⁶ Sustentando, igualmente, ainda hoje esta ideia na doutrina francesa, veja-se, por exemplo, CHRISTOPHE SERAGLINI / JÉRÔME ORTSCHIEDT, *Droit de l'arbitrage interne et international*, *cit.*, p. 258.

⁵⁰⁷ “Le principe de l'égalité des parties dans la désignation des arbitres est d'ordre public; on ne peut y renoncer qu'après la naissance du litige”.

litígio, renunciar a tal direito⁵⁰⁸. Deste modo, o princípio da igualdade das partes não poderia ser afastado por estas na cláusula compromissória – quer expressamente, quer implicitamente (através da adesão a um regulamento processual que o não consagrasse) –, como terá sido. Apenas seria possível às partes renunciarem a este direito depois de iniciada a acção arbitral⁵⁰⁹.

A *Cour de Cassation*, atendendo particularmente aos artigos 1502.º, n.º 2, do CPC francês, e ao artigo 6.º do CC francês⁵¹⁰, anulou, assim, o acórdão da *Cour d'appel*, tendo ordenado que se realizasse um novo julgamento na *Cour d'appel* de Versailles – algo que não chegou, porém, a acontecer, uma vez que as partes chegaram entretanto a um acordo, deixando deste modo intacta a decisão da *Cour de Cassation* e o importante princípio que havia estabelecido⁵¹¹.

4.1.2.2 – O acórdão da Cour de Cassation francesa de 7 de Janeiro de 1992

I – O acórdão da *Cour de Cassation* francesa de 7 de Janeiro de 1992 é revolucionário. Revolucionário pelas conclusões a que chegou e, sobretudo, pelas repercussões que teve. Antes, porém, de nos centramos

⁵⁰⁸ Este raciocínio tornou, assim, irrelevantes, as conclusões a que a *Cour d'appel* de Paris tinha chegado sobre a correcta interpretação da convenção de arbitragem – *cfr.* ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, *cit.*, p. 13.

⁵⁰⁹ *Vide* MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, *cit.*, p. 503.

⁵¹⁰ O primeiro preceito respeita à necessidade de o tribunal arbitral ser regularmente constituído, ao passo que o mencionado artigo 6.º do Código de Napoleão consagra um princípio geral de conformidade das convenções particulares com a ordem pública e os bons costumes.

⁵¹¹ *Vide* ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, *cit.*, pp. 13 e 14, YVES DERAIS / ERIC A. SCHWARTZ, *A Guide to the ICC Rules of Arbitration*, *cit.*, p. 181, e MIGUEL PINTO CARDOSO / CARLA GONÇALVES BORGES, “Constituição do Tribunal Arbitral...”, *cit.*, p. 143.

em tais repercussões, algumas observações prévias se impõem em relação ao referido acórdão, bem como às várias críticas de que foi alvo.

Em primeiro lugar, importa salientar que o acórdão, em momento algum, pôs em causa o entendimento e a interpretação a que os acórdãos do tribunal arbitral da CCI e da *Cour d'appel* de Paris chegaram, no sentido de que, nos termos da convenção de arbitragem (em conjugação com o Regulamento da CCI, aplicável a esta arbitragem), as demandadas teriam de nomear *conjuntamente* um árbitro. Ou seja, o procedimento seguido na constituição do tribunal estaria em conformidade com a convenção de arbitragem. O que o Supremo Tribunal Francês veio dizer foi que esse procedimento não poderia ser aqui seguido, uma vez que implicava a *renúncia* pelas demandadas – renúncia esta numa fase anterior ao litígio – do seu direito a um igual tratamento⁵¹². Esta é a questão chave para o tribunal.

Do acórdão tão-pouco se deduz que as cláusulas que prevejam um processo arbitral com pluralidade de partes sejam condenáveis (por as mesmas implicarem necessariamente um tratamento desigual das partes, no que respeita à constituição do tribunal), ou, no limite, que esse processo não seja válido. A conclusão a retirar não é essa.⁵¹³

O raciocínio da *Cour de Cassation*, no fundo, parece ser o de que a pluralidade de partes num processo arbitral só poderá funcionar se uma das partes não for tratada de forma menos favorável do que as outras, particularmente no que ao seu direito de participação na constituição do tribunal arbitral se refere. Tudo tem de ser feito, assim, no sentido de reequilibrar as posições das partes. E daí que, para alguns autores, o princípio fundamental que se extrai do *caso Dutco* é o de que ao sacrifício

⁵¹² Neste sentido, veja-se ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, *cit.*, p. 15.

⁵¹³ *Cfr.* JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “Multipartism: The Dutco Decision of the French Cour de cassation”, *cit.*, p. 200.

imposto a uma parte tem de corresponder um sacrifício igual das outras partes⁵¹⁴.

Deste modo, o que, no essencial, resulta do acórdão da *Cour de Cassation* é que todas as partes devem ter os mesmos direitos no que à nomeação de árbitros se refere e não que elas devam ter o *direito a nomear o seu árbitro*⁵¹⁵ – a questão não é essa. Esta decisão dá, assim, espaço às partes para, por exemplo, permitirem a um terceiro (nomeadamente a um centro de arbitragem institucionalizada, como a CCI) designar um árbitro único ou mesmo todo o painel arbitral⁵¹⁶. Isso não representaria, segundo a doutrina do acórdão, uma violação do princípio da igualdade das partes. A *Cour de Cassation* não entende, em suma, que, em vez de um juiz independente e imparcial, o árbitro seja uma espécie de representante dos interesses das partes. Pelo que, conforme

⁵¹⁴ Cfr. JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “Multipartism: The Dutco Decision of the French Cour de cassation”, *cit.*, p. 201.

⁵¹⁵ Cfr. PHILIPPE FOUCARD / EMMANUEL GAILLARD / BERTHOLD GOLDMAN, *Fouchard Gaillard Goldman On International Commercial Arbitration*, *cit.*, pp. 469 e 548. Neste sentido, veja-se também, por exemplo, JEAN-FRANÇOIS POUDRET / SÉBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, *cit.*, pp. 7, 339 e 898, ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, *cit.*, p. 14, RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, p. 49, LAURA SALVANESCHI, *L’arbitrato con pluralità di parti*, *cit.*, pp. 194 a 196 e 205, CHRISTOPHE SERAGLINI / JÉRÔME ORTSCHIEDT, *Droit de l’arbitrage interne et international*, *cit.*, pp. 259 e 688, ALEXIS MOURRE, “Le droit français de l’arbitrage international...”, *cit.*, pp. 30 e 31, DOMINIQUE HASCHER, “Complex arbitration...”, *cit.*, p. 387, STEPHEN R. BOND, “The Constitution of the Arbitral Tribunal”, in *The New 1998 ICC Rules of Arbitration: Proceedings of the ICC Conference Presenting the Rules*, ICC International Court of Arbitration Bulletin - Special Supplement, Paris, 1997, pp. 23 e 24, MICHAEL KRAMER / GUIDO E. URBACH / RETO M. JENNY, “Equal Treatment in Multi-Party Arbitration...”, *cit.*, p. 155, NADIA DARWAZEH / KRISTA ZEMAN, “Joint Nominations in Multiparty Arbitration...”, *cit.*, p. 31, FRANZ T. SCHWARZ / CHRISTIAN W. KONRAD, *The Vienna Rules: A Commentary on International Arbitration in Austria*, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2009, p. 328, JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties...”, *cit.*, pp. 63 e 64, e, entre nós, ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Jurisprudência comentada...”, *cit.*, p. 42.

⁵¹⁶ Cfr. ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, *cit.*, p. 14.

bem observa Jean-Louis Delvolvé, não existe um direito sagrado de cada uma das partes da arbitragem nomear o *seu* árbitro⁵¹⁷.

II – Por outro lado, existe ainda um facto relevante que podia ter levado a que a decisão da *Cour de Cassation* pudesse ter sido diferente e que não deverá ser ignorado. Referimo-nos à forma como a convenção de arbitragem se encontrava redigida. Com efeito, embora a mesma fosse baseada na cláusula-modelo do Regulamento de Arbitragem da CCI, a convenção divergia num pequeno (e ao mesmo tempo grande) pormenor: em vez de se estipular que todos os eventuais futuros litígios seriam dirimidos “por um ou mais árbitros” nomeados nos termos do Regulamento da CCI (conforme a cláusula modelo deste Centro), as partes acordaram que tais litígios seriam decididos por um tribunal arbitral composto “por três árbitros”⁵¹⁸. E, na verdade, este acabou por ser um pormenor que fez toda a diferença.

Com efeito, se, por hipótese, as partes tivessem previsto, na convenção de arbitragem, a designação de um *árbitro único*, e caso não chegassem a acordo sobre o nome desse mesmo árbitro, a Corte Internacional de Arbitragem procederia à sua nomeação, em conformidade com o n.º 3 do artigo 2.º do Regulamento da CCI⁵¹⁹. Como vimos

⁵¹⁷ Vide JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “L’arbitrage multipartite en 1992”, *cit.*, pp. 190 e 191. Sobre esta questão, veja-se, ainda, além dos autores citados em nota de rodapé anterior, GEORGIOS PETROCHILOS, *Procedural Law in International Arbitration*, *cit.*, pp. 143 e 144.

⁵¹⁸ Vide JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “L’arbitrage multipartite en 1992”, *cit.*, p. 182. Na versão de 1988 do Regulamento da CCI, a cláusula de arbitragem modelo era a seguinte: “Todos os litígios emergentes do presente contrato serão definitivamente resolvidos de acordo com o Regulamento de Conciliação e Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional *por um ou mais árbitros* nomeados nos termos desse Regulamento”.

⁵¹⁹ O n.º 3 do artigo 2.º da versão de 1988 do Regulamento da CCI corresponde, no essencial, ao n.º 3 do artigo 12.º do actual Regulamento.

anteriormente, nesta situação não existiriam, à partida, problemas com o princípio da igualdade das partes⁵²⁰.

A idêntica conclusão poderíamos chegar se as partes não tivessem acordado qual o número de árbitros. Em princípio, a Corte Internacional de Arbitragem nomearia um árbitro único (com as vantagens *supra* referidas), a menos que entendesse que o litígio justificava a designação de três árbitros⁵²¹. O mesmo se diga, aliás, se as partes tivessem seguido, no contrato, a cláusula-modelo da CCI.

A partir do momento, porém, em que as partes definiram que o tribunal arbitral seria composto por três árbitros, as mesmas sujeitaram-se ao já mencionado artigo 2.º, n.º 4, do Regulamento, e à interpretação que a CCI fazia do mesmo, no sentido de os demandados deverem nomear conjuntamente um árbitro. A este respeito, para Jean-Louis Delvolvé, a CCI só tinha duas hipóteses: (i) interpretar o desacordo das sociedades demandadas como uma abstenção, caso em que, nos termos do referido n.º 4 do artigo 2.º, seria a Corte Internacional de Arbitragem a nomear o árbitro destas; ou (ii) pressionar/forçar uma das demandadas a aceitar a nomeação do árbitro da outra, de forma que se conseguisse alcançar uma nomeação conjunta, que foi o que acabou por se verificar⁵²². Em qualquer

⁵²⁰ De todo o modo, conforme observa ERIC SCHWARTZ, num caso destes (semelhante ao do processo *Dutco*) os demandados, ainda assim, poderiam eventualmente vir arguir que as partes não quiseram um único procedimento arbitral multipartido, devendo ser intentadas duas acções arbitrais autónomas (*vide* “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, *cit.*, p. 18) – no fundo, ao abrigo do chamado *direito de arbitrar com quem se quer e como se quer* (*cfr.* MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, *cit.*, pp. 515, 519 e 524). Pelo que, conforme conclui ERIC SCHWARTZ, na vigência da versão de 1988 do Regulamento de Arbitragem da CCI, a nomeação de um árbitro único pela CCI poderia não ser suficiente para garantir que a *competência do tribunal arbitral* não viesse a ser posta em causa (*op. cit.*, p. 18).

⁵²¹ Tudo isto em conformidade com o artigo 2.º, n.º 5, do Regulamento da CCI (semelhante ao n.º 2 do artigo 12.º do actual Regulamento). *Cfr.* JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “L’arbitrage multipartite en 1992”, *cit.*, pp. 187 e 188.

⁵²² *Cfr.* JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “L’arbitrage multipartite en 1992”, *cit.*, pp. 188 e 189, e “Multipartism: The Dutco Decision of the French Cour de cassation”, *cit.*, p. 199.

caso, a CCI estaria impedida de nomear um árbitro único para este processo arbitral⁵²³, facto que teria levado a que, muito provavelmente, a decisão da *Cour de Cassation* viesse a ser diferente.

4.1.2.2.1 – Críticas. A necessidade de se proceder a uma análise de interesses das partes: interesses convergentes ou não conflitantes vs. interesses divergentes ou conflitantes

I – O acórdão da *Cour de Cassation* francesa de 7 de Janeiro de 1992 é, conforme referido anteriormente, um acórdão *controverso*, tendo sido muitas as *críticas* que lhe foram dirigidas⁵²⁴.

Neste campo, vários autores começam por advertir que, como princípio geral, não se pode considerar contrário à ordem pública – por alegadamente violar o princípio da igualdade das partes – o simples facto de três partes de um contrato de consórcio preverem, na cláusula compromissória, que um único tribunal arbitral, composto por três árbitros, será competente para dirimir um eventual litígio entre as partes. Ainda para mais, sem sequer se demonstrar, face à *factualidade do caso concreto*, que essa vontade das partes se traduziria numa violação do princípio da igualdade das partes, no sentido de privilegiar o interesse de uma parte em detrimento das outras⁵²⁵. E daí que tenham sido muitos

⁵²³ Saliente-se que, nesta altura (versão de 1988 do Regulamento da CCI), e para estas situações de pluralidade de partes, não estava ainda prevista a possibilidade de a Corte Internacional de Arbitragem nomear a totalidade dos árbitros. Tal possibilidade, conforme oportunamente veremos, veio a ser contemplada no artigo 10.º, n.º 2, do Regulamento de 1998 e no artigo 12.º, n.º 8, do Regulamento actual.

⁵²⁴ Vide JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “L’arbitrage multipartite en 1992”, *cit.*, pp. 185 e ss., PIERRE BELLET, “Note - Cour de cassation...”, *cit.*, pp. 478 e ss., LAURA SALVANESCHI, *L’arbitrato con pluralità di parti*, *cit.*, pp. 190 e ss., PHILIPPE FOUCHARD / EMMANUEL GAILLARD / BERTHOLD GOLDMAN, *Fouchard Gaillard Goldman On International Commercial Arbitration*, *cit.*, pp. 468 e 469, ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, *cit.*, pp. 14 e ss., e JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties...”, *cit.*, p. 65.

⁵²⁵ Vide JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “L’arbitrage multipartite en 1992”, *cit.*, p. 185.

aqueles que criticaram e afirmaram não compreender onde estaria a alegada *renúncia* antecipada ao princípio da igualdade das partes na nomeação de árbitros⁵²⁶.

Por outro lado, apesar de, como se sabe, a jurisprudência francesa ser, por vezes, algo sucinta na fundamentação das suas decisões, a verdade é que, neste caso, a *Cour de Cassation* centrou-se no princípio da igualdade das partes na constituição do tribunal arbitral, sem concretizar, porém, minimamente, tal princípio no caso em apreço – a fundamentação apresentada era exígua⁵²⁷. O acórdão do Supremo Tribunal Francês pouco ou nada diz sobre as *circunstâncias* em que se pode afirmar que o referido princípio foi ou não violado, e era importante dizê-lo⁵²⁸.

Ora, a este respeito, importa ter em atenção que, no caso *Dutco*, as sociedades demandadas teriam, aparentemente, *interesses divergentes* na arbitragem⁵²⁹. Para alguns autores, tal resultava, desde logo, do facto de o demandante ter formulado na acção pedidos distintos em relação a cada uma delas⁵³⁰. A questão é saber se a solução da *Cour de Cassation* seria a mesma em circunstâncias diferentes, nomeadamente se, por exemplo, existisse uma identidade de interesses entre as demandadas. E, neste sentido, poder-se-á afirmar que a decisão da *Cour de Cassation* deixa espaço a fundadas dúvidas⁵³¹.

⁵²⁶ Veja-se, entre outros, Vide PIERRE BELLET, “Note - Cour de cassation...”, *cit.*, pp. 478 e 479, LAURA SALVANESCHI, *L’arbitrato con pluralità di parti*, *cit.*, pp. 191 e 197 e ss., e JEAN-FRANÇOIS POUDRET / SEBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, *cit.*, p. 202.

⁵²⁷ Cfr. LAURA SALVANESCHI, *L’arbitrato con pluralità di parti*, *cit.*, p. 191.

⁵²⁸ Cfr. ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, *cit.*, pp. 13 e 14.

⁵²⁹ Vide JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties...”, *cit.*, pp. 65 e 66, ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, *cit.*, p. 14, e BERNARD HANOTIAU, *Complex Arbitrations...*, *cit.*, p. 200.

⁵³⁰ Vide JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “Multipartism: The Dutco Decision of the French Cour de cassation”, *cit.*, pp. 198 e 199.

⁵³¹ Cfr. ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, *cit.*, p. 15.

Conforme bem observou Manuel Botelho da Silva, julgamos que neste tipo de situações – constituição do tribunal arbitral em situações de pluralidade de partes – ter-se-ia de proceder a uma *análise de interesses* (leia-se, no *caso Dutco*, das duas demandadas)⁵³². É esta uma das grandes críticas a dirigir ao acórdão do Supremo Tribunal Francês. Com efeito, o mesmo parece ter sido indiferente a esta questão, não se tendo interrogado sobre se os interesses das demandadas coincidiriam ou se, pelo contrário, seriam opostos.

Ora, caso os referidos interesses convergissem, parece-nos que, em abstracto, atribuir a cada uma delas o direito de nomear um árbitro seria susceptível de gerar um tratamento desigual das partes e dos interesses em litígio (as demandadas ficariam em vantagem em relação ao demandante, na medida em que designariam mais árbitros do que este). Neste sentido, poder-se-á até sustentar que, existindo esta convergência de interesses, verdadeiramente nem estaríamos perante uma situação de pluralidade de partes – as sociedades demandadas deveriam ser vistas como uma *única parte*⁵³³. E daí a importância que a referida análise de interesses aqui reveste, pois a verdade é que “a concessão do direito de nomear um árbitro a cada parte em situações de multipartidismo desacompanhada de uma investigação sobre a proximidade e antagonismo do interesse de cada parte no processo resulta numa *realização meramente formal do princípio da igualdade*”⁵³⁴.

⁵³² Cfr. MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, *cit.*, p. 508. Como veremos posteriormente, esta é uma reflexão muito importante para compreendermos a solução consagrada no n.º 3 do artigo 11.º da LAV e a referência aos alegados “*interesses conflituantes*” aí feita.

⁵³³ Cfr. YVES DERAIS / ERIC A. SCHWARTZ, *A Guide to the ICC Rules of Arbitration*, *cit.*, p. 184, YVES DERAIS, “Is there a group of companies doctrine?”, in *Multiparty Arbitration*, Dossier VII, CCI, Paris, 2010, p. 142, JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “Final Report on Multi-Party Arbitrations”, *cit.*, p. 30, e MIGUEL PINTO CARDOSO / CARLA GONÇALVES BORGES, “Constituição do Tribunal Arbitral...”, *cit.*, p. 144.

⁵³⁴ MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, *cit.*, p. 508.

Na linha de vários autores, e no âmbito da mencionada análise de interesses das partes plurais para efeitos da constituição do tribunal arbitral, julgamos, assim, que se deverão distinguir essencialmente duas situações. As partes poderão ter: (i) *interesses convergentes ou não conflitantes*; ou (ii) *interesses divergentes ou conflitantes*⁵³⁵⁻⁵³⁶.

Continuando com o exemplo do *caso Dutco* (um demandante e dois demandados), na primeira hipótese os interesses dos demandados serão idênticos ou próximos (estão em sintonia)⁵³⁷. Isto é, os seus interesses convergem, não entram em conflito, e, como tal, à partida, eles não terão grandes dificuldades em entenderem-se e em nomearem conjuntamente um árbitro⁵³⁸. No fundo, e conforme veremos melhor mais à frente (a propósito do método da nomeação conjunta consagrado no artigo 11.º, n.º 1, da LAV), é como se de cada lado estivesse apenas uma parte (demandante de um lado e demandados do outro), é como se não houvesse pluralidade; logo, aparentemente, não haverá razões que obstem a um

⁵³⁵ Vide MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, *cit.*, pp. 506 a 508, NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, *cit.*, pp. 344 e ss. (especialmente as pp. 365 e 366), e JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties...”, *cit.*, p. 82. MANUEL BOTELHO DA SILVA distingue, a este respeito, três hipóteses: *identidade absoluta*, *proximidade* e *equidistância* de interesses das partes no processo (*op. cit.*, pp. 506 a 508). A primeira e a segunda hipóteses correspondem à situação de interesses convergentes ou não conflitantes. Já a terceira hipótese corresponde aos nossos interesses divergentes ou conflitantes.

⁵³⁶ Em ambos os casos será, como é óbvio, extremamente importante uma análise cuidada dos interesses das partes, para ver até que ponto estes se podem considerar ou não convergentes.

⁵³⁷ Claro que uma identidade absoluta de interesses será, na prática, difícil de se verificar (*cfr.* MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, *cit.*, p. 507, e ANTÓNIO SAMPAIO CARAMELO, “Jurisprudência comentada...”, *cit.*, pp. 35 e 36). O mais provável aqui será uma proximidade de interesses das partes, que poderá ser maior ou menor consoante o caso.

⁵³⁸ *Cfr.* JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties...”, *cit.*, pp. 65 e 82. Nestes casos, poder-se-á até entender que não se justifica um regime diferente do da nomeação conjunta (veja-se MIGUEL PINTO CARDOSO / CARLA GONÇALVES BORGES, “Constituição do Tribunal Arbitral...”, *cit.*, pp. 140, 141, e 144).

entendimento dos demandados no que à nomeação de árbitros diz respeito⁵³⁹.

Ora, nesta situação, como referimos já, se cada um dos demandados pudesse nomear um árbitro, teríamos, então, dois árbitros nomeados por sujeitos com interesses iguais (ou próximos), o que poderia gerar uma situação de *desequilíbrio*⁵⁴⁰, susceptível de afectar o princípio da igualdade das partes⁵⁴¹. A igualdade que por este modo se conseguiria atingir seria assim, apenas, uma igualdade *meramente formal, e não material*⁵⁴².

Ao invés, no segundo caso, já nos deparamos com uma situação em que a uma pluralidade de partes corresponde uma pluralidade de interesses. Quer dizer, os interesses das partes não se reconduzem apenas a dois campos (demandante e demandados). Os próprios demandados têm, entre si, interesses opostos ou divergentes – interesses que entram em conflito e que impedem, ou dificultam seriamente, a nomeação conjunta de um árbitro⁵⁴³.

⁵³⁹ Não se pode ignorar, aliás, que, por vezes, numa situação destas de identidade ou proximidade de interesses das demandadas, toda a alegada controvérsia na designação de um árbitro comum mais não poderá ser, até, do que uma manobra processual das demandadas, de forma a garantirem um fundamento de recurso ou de anulação da decisão arbitral (*cfr.* JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “L’arbitrage multipartite en 1992”, *cit.*, p. 193) ou uma manobra com outras finalidades dilatórias – ponto que retomaremos nos capítulos seguintes.

⁵⁴⁰ Vide RICHARD GARNETT / HENRY GABRIEL / JEFF WAINCYMER / JUDD EPSTEIN, *A Practical Guide to International Commercial Arbitration*, *cit.*, p. 42.

⁵⁴¹ *Cfr.* ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, *cit.*, p. 15.

⁵⁴² Vide MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, *cit.*, pp. 506 a 508.

⁵⁴³ A existência de interesses divergentes ou conflitantes, entre os demandados, será mais provável de se verificar numa situação de coligação (passiva), como foi o que sucedeu, de resto, no *caso Dutco* [bem como, entre nós, no acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 18/05/2004, (Relator Jorge Santos, processo 3094/2004-7), *in* <http://www.dgsi.pt/>, mais à frente analisado] – *cfr.* ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Jurisprudência comentada...”, *cit.*, pp. 46 a 48. Em todo o caso, isto não significa, como é óbvio, que, em todos os casos de coligação, os demandados tenham entre si interesses divergentes ou conflitantes no que à nomeação de árbitros se refere.

Para alguns autores, estes é que configuram os verdadeiros casos problemáticos que a pluralidade de partes apresenta nesta matéria⁵⁴⁴. A própria Comissão de Arbitragem Internacional da CCI, num relatório elaborado sobre o tema, define *arbitragem multipartes* como uma “arbitragem que envolve um conflito entre mais de duas partes com *interesses opostos*”⁵⁴⁵. No mesmo sentido, António Sampaio Caramelo, por exemplo, entende que “não é o simples facto de haver mais do que dois participantes numa arbitragem que transforma esta numa ‘*arbitragem multipartida*’ (multi-party arbitration), se com este termo se quiser designar uma arbitragem em que os interesses em litígio não possam ser perfeitamente ordenados segundo a usual estrutura dual ou bipolar do processo arbitral”. Assim, “para que estejamos perante uma arbitragem multipolar ou multipartida, em sentido estrito, é necessário que nela se confrontem múltiplas partes cujos interesses não sejam reconduzíveis a apenas dois ‘campos’, isto é, que não só entre demandantes e demandados mas também no interior de cada um destes campos se verifique *divergência* (ou, pelo menos, não coincidência) *de interesses*”⁵⁴⁶.

Por outras palavras, a arbitragem pode ser *bipolar* ou *multipolar*, consoante as partes se dividam em dois campos [demandante(s) de um lado e demandado(s) do outro] ou em mais⁵⁴⁷. O primeiro caso

⁵⁴⁴ Cfr. OLIVIER CAPRASSE, “The Setting up of the Arbitral Tribunal in Multi-Party Arbitration...”, *cit.*, p. 197.

⁵⁴⁵ JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “Final Report on Multi-Party Arbitrations”, *cit.*, p. 27.

⁵⁴⁶ ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Jurisprudência comentada...”, *cit.*, pp. 44 e 45 (a este respeito, veja-se, também, as pp. 35 e 36); do mesmo Autor, ainda, “A reforma da lei da arbitragem voluntária”, *cit.*, pp. 217 e 218.

⁵⁴⁷ Vide NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, *cit.*, p. 344. A este propósito, também Miguel Teixeira de Sousa, ao referir-se aos efeitos da intervenção de terceiros no processo arbitral (tema, mais à frente, tratado), não deixa de observar que esta intervenção altera a composição das partes, podendo verificar-se duas situações: (i) uma primeira em que o interveniente tem “um *interesse comum* ao do autor ou do réu inicial”, caso em que “a arbitragem continua a ser *bipolar*, no sentido de que só há uma oposição entre um ou vários autores e um ou vários réus”; e (ii) uma segunda situação em que o terceiro interveniente é “titular de um *interesse próprio* e

corresponde àquela situação em que as partes têm interesses convergentes ou não conflituantes, ao passo que o segundo equivale a esta última hipótese de os demandados apresentarem interesses divergentes ou conflituantes (que impedem, ou dificultam seriamente, a referida nomeação conjunta).

Ora, é precisamente neste último caso que se levantam maiores problemas com o princípio da igualdade das partes, ao nível da constituição do tribunal arbitral⁵⁴⁸. É aqui que mais vezes se colocará a questão de saber se, ao *forçar-se* um dos lados da acção arbitral (no *caso Dutco*, as sociedades demandadas) a designar conjuntamente um árbitro, haverá ou não uma violação do princípio da igualdade das partes. E, neste sentido, é sem dúvida aqui que mais vezes se discutirá se não deverão ter todas as partes o direito de nomear um árbitro, podendo invocar-se, a este respeito, que o referido direito provocará um equilíbrio real no tribunal^{549–550}.

No processo *Dutco*, como vimos, as demandadas aparentavam ter entre si interesses divergentes, o que parece indiciar que a prática da CCI – no sentido de estas deverem indicar conjuntamente um árbitro – seria, nesta situação, ofensiva ao princípio da igualdade das partes. De todo o modo, a *Cour de Cassation* não procurou apurar se as demandadas teriam

incompatível com o das partes iniciais”, hipótese em que “a arbitragem torna-se *multipolar*” – MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, *cit.*, p. 176.

⁵⁴⁸ Veja-se, entre outros, CRISTIÁN CONEJERO ROOS, “Multi-party Arbitration and Rule-making: Same issues, Contrasting Approaches”, in *50 Years of the New York Convention, ICCA Congress Series*, n.º 14, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2009, p. 412, FRITZ NICKLISCH, “Mehrparteienschiedsgerichtsbarkeit und Streitbeilegung bei Großprojekten”, in *Festschrift für Ottoarndt Glossner zum 70. Geburtstag*, Verlag Recht und Wirtschaft GmbH, Heidelberg, 1994, pp. 226, 227 e 238, e MIGUEL PINTO CARDOSO / CARLA GONÇALVES BORGES, “Constituição do Tribunal Arbitral...”, *cit.*, pp. 139 e 140.

⁵⁴⁹ Cfr. MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, *cit.*, p. 508.

⁵⁵⁰ Conforme veremos mais à frente, a actual LAV não permaneceu indiferente a esta questão. E daí a solução do artigo 11.º, n.º 3.

ou não interesses divergentes ou conflituantes, que fossem susceptíveis de afectar a nomeação conjunta do árbitro que lhes competia (este ponto parece ser indiferente para o Supremo Tribunal Francês). Embora seja tarefa difícil, a *Cour* deveria ter concretizado as circunstâncias em que o princípio da igualdade das partes se considera violado. Não o tendo feito, o Supremo Tribunal Francês deixou um legado de muitas dúvidas e incertezas sobre o alcance de tal princípio na constituição do tribunal arbitral, em caso de pluralidade de partes.

II – Uma outra ordem de críticas deve ser dirigida ao acórdão da *Cour de Cassation*. Segundo a *Cour*, “o princípio da igualdade das partes na nomeação de árbitros é de *ordem pública*; só se pode renunciar [a tal princípio] *depois do nascimento do litígio*”.

Se a primeira parte se afigura correcta, isto é, ser o princípio da igualdade das partes de ordem pública, o mesmo já não se pode dizer, porém, a respeito do entendimento de que só se pode renunciar a este princípio depois do nascimento do litígio.

O princípio da igualdade das partes é, como vimos antes, um princípio fundamental em todos os momentos da arbitragem, designadamente no que se refere ao momento da constituição do tribunal. Neste sentido, a sua importância vai a ponto de ele ser, efectivamente, considerado um princípio de ordem pública processual⁵⁵¹. Ora, se assim é, as partes não podem renunciar a este princípio, nem antes do nascimento do litígio, nem depois – não podem renunciar nunca, pois o princípio é *irrenunciável*⁵⁵²⁻⁵⁵³.

⁵⁵¹ Vide PAULA COSTA E SILVA, “Preterição do contraditório...”, *cit.*, pp. 312 e 333.

⁵⁵² Salientando o facto de o princípio da igualdade das partes na nomeação de árbitros ser de ordem pública e *irrenunciável*, veja-se, por exemplo, LAURA SALVANESCHI, *L'arbitrato con pluralità di parti*, *cit.*, p. 219.

O entendimento da *Cour de Cassation* parece ser, deste modo, algo contraditório e daí que, não obstante todas as repercussões que este acórdão teve (e que veremos no ponto seguinte), esta parte da decisão do Supremo Tribunal Francês tenha sido ignorada. A mesma não foi, com

⁵⁵³ Conforme bem salientam alguns autores, a ordem pública é o “conjunto dos princípios fundamentais, subjacentes ao sistema jurídico, que o Estado e a sociedade estão substancialmente interessados em que prevaleçam e que tem uma acuidade tão forte que *devem prevalecer sobre as convenções privadas*” (CARLOS MOTA PINTO, *Teoria Geral do Direito Civil*, cit., pp. 557 e 558). Ou seja, a ordem pública, no fundo, constitui “um fator sistemático de restrição da autonomia privada” [ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado de Direito Civil*, vol. II, *Parte Geral - Negócio Jurídico*, 4.^a ed., Almedina, Coimbra, 2014, p. 604; no mesmo sentido, salientando, igualmente, o facto de as normas de interesse e ordem pública serem inderrogáveis por convenção das partes, veja-se, entre outros, ANA PRATA, *Dicionário Jurídico*, vol. I, 5.^a ed., com a colaboração de JORGE MORAIS CARVALHO, Almedina, Coimbra, 2008, p. 1016, e JOSÉ CARLOS DE MAGALHÃES, “Arbitragem multiparte, constituição do tribunal arbitral, princípio da igualdade e vinculação à cláusula compromissória”, in ARNOLDO WALD (organizador), *Arbitragem e Mediação*, vol. II (Elementos da Arbitragem e Medidas de Urgência), Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, p. 190]. Pelo que as partes, em suma, servindo-se dessa autonomia privada (através do recurso a tribunais arbitrais), não podem afastar o princípio da igualdade das partes, como, aparentemente, a *Cour de Cassation* parece entender, ao considerar que as partes podem renunciar a este princípio depois do nascimento do litígio.

Nos termos da LAV, importa acrescentar, além do mais, que o *comportamento omissivo das partes* (caso, por exemplo, de as partes não invocarem a violação da ordem pública durante o processo arbitral) não significa, necessariamente, que estas fiquem impedidas de invocar a violação da ordem pública como fundamento de anulação da sentença arbitral (não obstante a regra preclusiva do n.º 4 do artigo 46.º da LAV) – cfr. MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., pp. 300 a 302, e ANTÓNIO PEDRO PINTO MONTEIRO, “Da ordem pública no processo arbitral”, cit., pp. 657 e 658.

Sobre o papel, a importância e as especificidades que o princípio da ordem pública apresenta na arbitragem, veja-se o nosso “Da ordem pública no processo arbitral”, cit., pp. 589 a 673, e, no âmbito da acção de anulação de sentença arbitral, ASSUNÇÃO CRISTAS / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “A violação de ordem pública como fundamento de anulação de sentenças arbitrais - Ac. do STJ de 10/7/2008, Proc. 1698/08”, in *CDP*, Centro de Estudos Jurídicos do Minho, n.º 29, Braga, 2010, pp. 48 e ss., e CLÁUDIA TRABUCO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “A arbitrabilidade das questões de concorrência do direito português: the meeting of two black arts”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, vol. I, Almedina, Coimbra, 2011, pp. 481 e ss. Para maiores desenvolvimentos sobre o conceito de ordem pública, vide RUI MOURA RAMOS, “L’ordre public international en droit portugais” e “Public Policy in the Framework of the Brussels Convention. Remarks on Two Recent Decisions by the European Court of Justice”, ambos os artigos publicados em *Estudos de Direito Internacional Privado e de Direito Processual Civil Internacional*, Coimbra Editora, Coimbra, 2002, pp. 245 a 262 e 283 a 300, respectivamente.

efeito, acompanhada, no plano normativo, por regulamentos e leis de arbitragem⁵⁵⁴.

Por fim, algumas vozes críticas defenderam ainda que, se as partes quiseram, realmente, renunciar a este seu direito de nomear um árbitro (tal como entendeu a *Cour de Cassation*, para a qual a renúncia teria ocorrido antes do nascimento do litígio, com a cláusula compromissória), não podem depois vir queixar-se de que não foi respeitado o princípio da igualdade das partes⁵⁵⁵ – no fundo, estaríamos aqui perante um *venire contra factum proprium*.

4.1.2.3 – As repercussões do caso Dutco

Não obstante as críticas dirigidas ao acórdão da *Cour de Cassation*, o caso *Dutco* é um processo marcante, incontornável no âmbito do tema de que tratamos, tendo deixado importantes contributos nesta matéria.

O caso começa por demonstrar que a (ampla) autonomia de que as partes gozam na arbitragem tem limites e que existem determinados princípios fundamentais (que consubstanciam o direito ao processo equitativo) que deverão ser sempre respeitados⁵⁵⁶. Neste sentido, ele centra-se em torno da importância do *princípio da igualdade das partes* e vem confirmar aquilo que já anteriormente dissemos: estamos perante um princípio fundamental em todos os momentos da arbitragem, em particular ao nível da constituição do tribunal arbitral (a ponto de ser considerado um princípio de ordem pública), e perante um princípio que tem de ser sempre respeitado, sob pena de a sentença arbitral poder vir a ser anulada

⁵⁵⁴ Cfr. JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties...”, *cit.*, p. 67.

⁵⁵⁵ Vide PIERRE BELLET, “Note - Cour de cassation...”, *cit.*, p. 479, e LAURA SALVANESCHI, *L'arbitrato con pluralità di parti*, *cit.*, p. 199.

⁵⁵⁶ Cfr. JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties...”, *cit.*, p. 66.

(como foi o que sucedeu neste processo) ou de se verificarem outras consequências gravosas⁵⁵⁷.

As lições que o *caso Dutco* nos deixa não se limitam, no entanto, apenas a estas conclusões. Este processo levou a uma maior tomada de consciência para o problema do conflito entre o princípio da igualdade das partes e a constituição do tribunal arbitral, em situações de pluralidade de partes⁵⁵⁸. Em concreto, ele veio demonstrar as fragilidades do Regulamento de Arbitragem da CCI então em vigor (que nada previa sobre o tema), ou melhor, veio mostrar que, aparentemente, este conhecido centro de arbitragem havia subestimado o problema.

O *caso Dutco* veio, deste modo, alterar a forma como se passou a encarar esta questão. De facto, perante o risco de serem intentadas acções de anulação de sentenças arbitrais (ou de ocorrerem outras consequências gravosas), sentiu-se que algo deveria ser feito, no plano normativo (legal e regulamentar), para colmatar este (sério) problema. Assim se compreendem as alterações, não só do Regulamento de Arbitragem da CCI, mas também de muitos outros regulamentos e leis de arbitragem (caso da nossa LAV), que sucessivamente se foram verificando⁵⁵⁹.

⁵⁵⁷ Em conformidade com o que foi anteriormente dito, referimo-nos, por exemplo, à possibilidade de a sentença arbitral não ser reconhecida e executada, bem como de a mesma poder vir a ser objecto de recurso para o Tribunal Constitucional ou fundamentar a apresentação de uma queixa junto do TEDH.

⁵⁵⁸ Cfr. JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties...”, *cit.*, pp. 59 e 66, e RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, p. 9.

⁵⁵⁹ Note-se, em todo o caso, que nem *todas* as leis e regulamentos de arbitragem sentiram a necessidade de fazer modificações ao nível normativo, no que a este assunto se refere; por outro lado, importa salientar que, entre aquelas leis e regulamentos que procederam a essas modificações, não existe uma única solução uniforme (*vide* ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “O estatuto dos árbitros...”, *cit.*, pp. 43, 45 e 46).

4.1.2.3.1 – Repercussões dentro da CCI: o método da nomeação conjunta e a possibilidade de nomeação da totalidade dos árbitros

I – As repercussões do *caso Dutco* fizeram-se sentir logo, como seria de esperar, no seio da própria CCI. Este caso teve origem num processo da CCI, pelo que se compreende que este centro de arbitragem tenha sido dos primeiros a reagir.

Na verdade, face ao acórdão da *Cour de Cassation*, e perante a omissão do seu Regulamento de Arbitragem (versão de 1988), a CCI viu-se forçada a *codificar* e a *reavaliar* a sua prática no que à nomeação de árbitros – em situações de pluralidade de partes – diz respeito; algo que aconteceu primeiro em 1998, aquando da alteração do mencionado regulamento⁵⁶⁰.

O artigo 10.º passou então a regular a matéria, dispondo que, quando haja pluralidade de partes e quando o litígio for submetido a três árbitros, os múltiplos requerentes ou os múltiplos requeridos deverão designar *conjuntamente* um árbitro (n.º 1)⁵⁶¹. No fundo, é o que poderemos chamar de *método da nomeação conjunta*, método que se

⁵⁶⁰ Cfr. NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, *cit.*, p. 392, RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, p. 13, ANNE MARIE WHITESELL, “The 1998 ICC Rules of Arbitration Today”, *cit.*, pp. 926 e 927, e NADIA DARWAZEH / KRISTA ZEMAN, “Joint Nominations in Multiparty Arbitration...”, *cit.*, p. 31. Referimo-nos ao Regulamento de Arbitragem da CCI que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1998.

⁵⁶¹ Note-se que, quando se diz aqui “conjuntamente”, não é no sentido de os múltiplos requerentes e os múltiplos requeridos terem todos de se entender e nomear conjuntamente um árbitro (isso seria, quando muito, se estivéssemos diante de um processo arbitral com um árbitro único). O que se pretende é que os requerentes nomeiem conjuntamente um árbitro e os requeridos nomeiem conjuntamente outro árbitro. Conforme veremos mais à frente, o n.º 1 do artigo 11.º da LAV (que também consagra o método da nomeação conjunta) é, a este respeito, mais claro.

traduz nesta obrigação de as partes múltiplas (demandantes ou demandados) nomearem *conjuntamente* um árbitro⁵⁶².

Este método vem, por sua vez, combinado com a *possibilidade de nomeação da totalidade dos árbitros* (ou, como veremos, apenas do árbitro em falta) pelo órgão competente dentro do respectivo centro de arbitragem (na CCI, a Corte Internacional de Arbitragem⁵⁶³). Deste modo, caso não se verifique a referida nomeação conjunta e não exista acordo das partes quanto ao modo de constituição do tribunal, a Corte Internacional de Arbitragem *poderá* nomear todos os árbitros e escolher, de entre eles, qual será o árbitro presidente (n.º 2). Desta forma, para Yves Derains e Eric Schwartz, todas as partes serão “tratadas igualmente e, em nome da igualdade, todas serão privadas do direito de nomear um árbitro”⁵⁶⁴.

O artigo 10.º foi, no fundo, a primeira resposta da CCI para o *caso Dutco*⁵⁶⁵. Resposta esta que transitou, praticamente *ipsis verbis*, para o actual Regulamento de Arbitragem⁵⁶⁶ – os n.ºs 1 e 2 do artigo 10.º da versão de 1998 do Regulamento correspondem aos n.ºs 6 e 8 do artigo 12.º do actual Regulamento⁵⁶⁷. Desta forma, na análise que, de seguida, será

⁵⁶² Tal como será posteriormente analisado, o método da nomeação conjunta também se encontra presente na LAV (por influência, precisamente, do *caso Dutco* e da subsequente solução consagrada pela CCI).

⁵⁶³ Na LAV (assim como em muitas outras leis de arbitragem) é o tribunal estadual competente que desempenha essa função.

⁵⁶⁴ YVES DERAIS / ERIC A. SCHWARTZ, *A Guide to the ICC Rules of Arbitration*, cit., p. 183. No mesmo sentido, sublinhando que o referido artigo 10.º assegura a igualdade de tratamento de todas as partes, veja-se, por exemplo, MICHEL A. CALVO, “The New ICC Rules of Arbitration - Substantial and Procedural Changes”, in *Journal of International Arbitration*, vol. 14, n.º 4, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1997, p. 48, e MICHAEL KRAMER / GUIDO E. URBACH / RETO M. JENNY, “Equal Treatment in Multi-Party Arbitration...”, cit., p. 157.

⁵⁶⁵ Cfr. STEPHEN R. BOND, “The Constitution of the Arbitral Tribunal”, cit., p. 23.

⁵⁶⁶ Regulamento actual, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2012.

⁵⁶⁷ Vide MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., pp. 267 e 268, e NADIA DARWAZEH / KRISTA ZEMAN, “Joint Nominations in Multiparty Arbitration...”, cit., p. 31. Apenas se assinalam pequeníssimas diferenças entre os mencionados artigos, particularmente quanto às remissões efectuadas, fruto da alteração da numeração do Regulamento actual. Com efeito, tal como a própria CCI, em anotação ao actual Regulamento, observa, não houve nesta matéria alterações

feita à solução consagrada pela CCI, iremos limitarmo-nos apenas ao actual Regulamento (artigo 12.º, n.ºs 6 e 8), mas tendo em consideração, também, elementos doutrinários proferidos no âmbito do anterior Regulamento (de 1998) e que continuam a ter plena actualidade.

II – Dito isto, examinando agora mais em pormenor a solução seguida no n.º 6 do artigo 12.º do actual Regulamento de Arbitragem, cumpre observar que *se codificou a prática anterior da CCI* (antes do *caso Dutco*)⁵⁶⁸, no sentido de as partes múltiplas deverem indicar conjuntamente um árbitro, ou seja, codificou-se o referido método da nomeação conjunta⁵⁶⁹. Deste modo, como posição de princípio, parece assim considerar-se que por “partes” se deverá entender “demandante ou

substanciais, mas apenas meros “ajustamentos linguísticos”, podendo assim afirmar-se que os n.ºs 6 e 8 do actual artigo 12.º são uma reafirmação dos n.ºs 1 e 2 do anterior artigo 10.º (JASON FRY / SIMON GREENBERG / FRANCESCA MAZZA, *The Secretariat's Guide to ICC Arbitration*, CCI, Paris, 2012, pp. 148, 149 e 151). Facto que se compreende, dado que a ideia da CCI com o actual Regulamento foi, desde o início, a de não introduzir alterações estruturais ao sistema de arbitragem, não sendo, nem pretendendo ser, revolucionária [cfr. PIERRE MAYER / EDUARDO SILVA ROMERO, “Le nouveau règlement d'arbitrage de la Chambre de commerce internationale (CCI)”, in *Revue de l'Arbitrage*, CFA, vol. 2011, n.º 4, Paris, 2011, pp. 899 e 922]. Deste modo, verdadeiramente, não estamos perante um novo Regulamento, mas sim perante uma revisão do Regulamento anterior [cfr. PEDRO METELLO DE NÁPOLES, “O Novo Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional”, in *RIAC*, APA, n.º 4 (2011), Almedina, Coimbra, 2011, p. 217], embora isso não signifique que não tenham sido introduzidas algumas modificações e novidades importantes, em particular no que se refere ao tema mais geral da pluralidade de partes na arbitragem (vide PIERRE MAYER / EDUARDO SILVA ROMERO, “Le nouveau règlement d'arbitrage...”, *cit.*, p. 903, NATHALIE VOSER, “Overview of the Most Important Changes in the Revised ICC Arbitration Rules”, in *ASA Bulletin*, vol. 29, n.º 4, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2011, pp. 819 e 820, JACOB GRIERSON / ANNET VAN HOOFT, *Arbitrating under the 2012 ICC Rules. An Introductory User's Guide*, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2012, p. 10, e BARBARA HELENE STEINDL, “The 2012 ICC Arbitration Rules - Origin, Development and Practicability”, in *Austrian Yearbook on International Arbitration 2012*, Manzsche Verlags, Viena, 2012, pp. 153 e ss.; a este respeito, merecem particular destaque os artigos 7.º, 8.º, 9.º e 10.º do actual Regulamento da CCI).

⁵⁶⁸ Cfr. STEPHEN R. BOND, “The Constitution of the Arbitral Tribunal”, *cit.*, p. 23.

⁵⁶⁹ Esta codificação visou também tornar mais clara, e conhecida, a prática da CCI, para que as partes não pudessem depois invocar não ter conhecimento da existência da mesma.

demandantes” e “demandado ou demandados”⁵⁷⁰, isto é, quer a pluralidade de demandantes, quer a pluralidade de demandados, deverá ser tratada (cada uma) como uma única parte⁵⁷¹. Como vimos, foi o que a Corte Internacional de Arbitragem fez no *caso Dutco*: considerou as sociedades demandadas como uma única parte e convidou-as a nomear conjuntamente um árbitro.

O requisito da nomeação conjunta visa, de resto, garantir que todas as partes (e não apenas algumas) concordem com a nomeação do mesmo árbitro⁵⁷². E, para alguns autores, a verdade é que, regra geral, as partes, numa arbitragem CCI, não terão dificuldades em proceder a esta nomeação conjunta. Muitas vezes, aliás, este é mesmo o caminho preferido, sobretudo quando a alternativa, prevista no n.º 8 do artigo 12.º, pode não ser tão atractiva⁵⁷³.

Quid juris, porém, se a referida nomeação conjunta não se verificar (não existindo, igualmente, acordo das partes quanto ao método de constituição do tribunal)? Neste caso, a Corte Internacional de Arbitragem da CCI ou nomeia o árbitro em falta (a regra) ou, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 12.º do actual Regulamento, nomeia a totalidade dos árbitros e escolhe, de entre eles, quem será o árbitro presidente⁵⁷⁴ – caso

⁵⁷⁰ Cfr. MIGUEL PINTO CARDOSO / CARLA GONÇALVES BORGES, “Constituição do Tribunal Arbitral...”, *cit.*, p. 144.

⁵⁷¹ Sobre este ponto, veja-se, particularmente, W. LAURENCE CRAIG / WILLIAM W. PARK / JAN PAULSSON, *International Chamber of Commerce Arbitration*, 3.ª ed., Oceana Publications Inc., Nova Iorque, 2000, p. 199.

⁵⁷² Vide YVES DERAIS / ERIC A. SCHWARTZ, *A Guide to the ICC Rules of Arbitration*, *cit.*, p. 181.

⁵⁷³ Vide YVES DERAIS / ERIC A. SCHWARTZ, *A Guide to the ICC Rules of Arbitration*, *cit.*, p. 182. Neste sentido, importa recordar que no *caso Dutco* estavam em causa circunstâncias muito particulares, que nem sempre se verificam na prática. Com efeito, em muitas arbitragens que decorrem na CCI, as partes têm interesses idênticos e estão ligadas entre si (tornando, assim, mais fácil a nomeação conjunta), o que não era o caso das sociedades demandadas no *caso Dutco* (*op. cit.*, p. 182).

⁵⁷⁴ Note-se que quando a Corte Internacional de Arbitragem decide nomear os três árbitros, é livre de decidir sobre o método de designação; designação esta que não será feita em nome do(s) demandante(s) e do(s) demandado(s) – a Corte, pura e

em que ficará sem efeito a designação do co-árbitro que já tenha ocorrido (a exceção).

Duas considerações importantes importa fazer a respeito desta última hipótese e do mencionado artigo 12.º, n.º 8 (norma que, como veremos, foi a grande fonte inspiradora do n.º 3 do artigo 11.º da LAV⁵⁷⁵).

A primeira prende-se com a sua razão de ser. A possibilidade de designação da totalidade dos árbitros funciona, no fundo, como um *plano de contingência*, um *mecanismo de salvaguarda*, que só será aplicado quando a Corte considere que estão em causa problemas de igualdade de tratamento das partes⁵⁷⁶, isto é, quando considere que a nomeação conjunta por parte dos demandados (ou demandantes) ou a simples designação do árbitro em falta, na ausência da referida nomeação conjunta, poderá ofender o princípio da igualdade das partes, assim comprometendo a validade da sentença arbitral que viesse a ser proferida (como sucedeu no *caso Dutco*). Este preceito foi motivado, portanto, pela decisão da *Cour de Cassation*⁵⁷⁷, ele surge como uma reacção da CCI ao *caso Dutco*.

simplesmente, nomeará três árbitros e, de entre eles, escolherá o árbitro presidente. Por sua vez, ao indicar os três árbitros, a Corte terá em conta a lei nacional do local da arbitragem, bem como os possíveis locais de execução da decisão arbitral – *cfr.* ANNE MARIE WHITESELL / EDUARDO SILVA ROMERO, “Multiparty and Multicontract Arbitration: Recent ICC Experience”, *cit.*, pp. 12 e 13, ANNE MARIE WHITESELL, “Multiparty Arbitration: the ICC International...”, *cit.*, p. 208, YVES DERAIS / ERIC A. SCHWARTZ, *A Guide to the ICC Rules of Arbitration*, *cit.*, pp. 184 e 185, BERNARD HANOTIAU, *Complex Arbitrations...*, *cit.*, p. 203, e RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, p. 14.

⁵⁷⁵ Mais concretamente, esclareça-se, desde já, que a norma que inspirou o legislador português foi o artigo 10.º, n.º 2, da versão de 1998 do Regulamento de Arbitragem da CCI, preceito que, por sua vez, veio a transitar para o artigo 12.º, n.º 8, do actual Regulamento.

⁵⁷⁶ *Cfr.* ANNE MARIE WHITESELL / EDUARDO SILVA ROMERO, “Multiparty and Multicontract Arbitration: Recent ICC Experience”, *cit.*, p. 12, ANNE MARIE WHITESELL, “Multiparty Arbitration: the ICC International...”, *cit.*, p. 208, e BERNARD HANOTIAU, *Complex Arbitrations...*, *cit.*, p. 203.

⁵⁷⁷ Veja-se, entre outros, MIGUEL GALVÃO TELES, “Addition of Parties...”, *cit.*, pp. 50 e 51.

A segunda nota que cumpre salientar é a de que estamos aqui perante uma *faculdade* e não uma obrigação⁵⁷⁸. Este é, aliás, como se verá, um dos pontos que continuam a diferenciar o Regulamento da CCI do de alguns centros de arbitragem institucionalizada⁵⁷⁹. Deste modo, o n.º 8 do artigo 12.º não se aplicará *automaticamente*, sempre que as partes falhem a referida nomeação conjunta; este preceito foi redigido, propositadamente, de forma a dar à Corte Internacional de Arbitragem a *liberdade* de decidir se usará ou não esta faculdade⁵⁸⁰.

Esta posição mais flexível – no sentido de *permitir*, mas não *impor*, a nomeação da totalidade dos árbitros – é compreensível. A CCI teve, sobretudo, presente os inconvenientes que a nomeação de todos os árbitros pode representar, não esquecendo que a vantagem de poder indicar um árbitro é um dos factores que, muitas vezes, compele as partes a recorrerem à arbitragem⁵⁸¹ (além de que a participação das partes na designação dos árbitros leva, com frequência, a que elas tenham depois uma maior confiança no tribunal arbitral⁵⁸²). Daí a importância, para a

⁵⁷⁸ Cfr. JASON FRY / SIMON GREENBERG / FRANCESCA MAZZA, *The Secretariat's Guide to ICC Arbitration*, cit., p. 151.

⁵⁷⁹ Na versão original, em inglês, do Regulamento da CCI, a expressão utilizada no n.º 8 do artigo 12.º é “*may appoint*” (*pode nomear*), ao contrário do regulamento de outros centros de arbitragem institucionalizada que, como veremos, adoptam a terminologia “*shall appoint*” (*deve nomear*). Ora, conforme defendem vários autores, “*may*” é aqui a palavra-chave, que nos permite concluir que a Corte Internacional de Arbitragem da CCI tem a liberdade de decidir se nomeia ou não todos os árbitros ou se se limita a designar apenas o árbitro em falta (cfr. MICHAEL KRAMER / GUIDO E. URBACH / RETO M. JENNY, “Equal Treatment in Multi-Party Arbitration...”, cit., p. 157).

⁵⁸⁰ Vide YVES DERAIS / ERIC A. SCHWARTZ, *A Guide to the ICC Rules of Arbitration*, cit., pp. 183 e 184, e STEPHEN R. BOND, “The Constitution of the Arbitral Tribunal”, cit., p. 24.

⁵⁸¹ Cfr. JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties...”, cit., p. 73. Tal como expusemos na introdução ao nosso trabalho, recorde-se que a possibilidade de as partes escolherem o seu próprio árbitro é, efectivamente, um dos pontos mais atractivos deste meio de resolução de litígios (veja-se, entre outros, PIERO BERNARDINI, *L'arbitrato nel commercio e negli investimenti internazionali*, cit., p. XI).

⁵⁸² Cfr. ANNE MARIE WHITESELL / EDUARDO SILVA ROMERO, “Multiparty and Multicontract Arbitration: Recent ICC Experience”, cit., p. 12, JEAN-LOUIS DELVOLVÉ,

CCI, de respeitar a escolha das partes (na medida do possível), devendo a possibilidade de nomeação directa pela Corte Internacional de Arbitragem ser encarada como uma *solução excepcional*.

Por outro lado, e acima de tudo, a CCI teve em conta que existem muitos casos de pluralidade de partes em que os interesses dos vários demandantes e/ou dos vários demandados coincidem, ou pelo menos são tão próximos, que não parece razoável que estes não se consigam entender quanto à nomeação de um árbitro⁵⁸³. Numa situação, por exemplo, de uma arbitragem com um painel de três árbitros, em que os demandantes já designaram um árbitro, não parece correcto que essa escolha seja logo posta em causa (como seria, com a nomeação *automática* pela Corte Internacional de Arbitragem), apenas porque os vários demandados – que têm interesses idênticos entre si –, aparentemente, não estejam de acordo quanto ao árbitro que têm de nomear. Repare-se que os demandados até podem estar a *simular um desentendimento* na nomeação do árbitro apenas para *sabotar* a nomeação já feita pelos demandantes, ou como *manobra dilatória* para atrasar o processo arbitral e/ou como *estratégia* para, mais tarde, virem impugnar a decisão final proferida⁵⁸⁴. Nestes casos, não seria

“Final Report on Multi-Party Arbitrations”, *cit.*, p. 33, e RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, p. 15.

⁵⁸³ Segundo alguns autores, nestes casos não estaremos perante uma verdadeira pluralidade de partes. Os vários demandados devem ser vistos como uma única parte, o mesmo valendo para os vários demandantes. Sobre este ponto, veja-se, por exemplo, YVES DERAIS / ERIC A. SCHWARTZ, *A Guide to the ICC Rules of Arbitration*, *cit.*, p. 184, YVES DERAIS, “Is there a group of companies doctrine?”, *cit.*, p. 142, MIGUEL PINTO CARDOSO / CARLA GONÇALVES BORGES, “Constituição do Tribunal Arbitral...”, *cit.*, p. 144, e ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Jurisprudência comentada...”, *cit.*, pp. 44 e 45, bem como o que já anteriormente dissemos, a este respeito, no âmbito do *caso Dutco*.

⁵⁸⁴ Cfr. JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “L’arbitrage multipartite en 1992”, *cit.*, p. 193, e MICHAEL KRAMER / GUIDO E. URBACH / RETO M. JENNY, “Equal Treatment in Multi-Party Arbitration...”, *cit.*, pp. 156, 161 e 162. Esta possibilidade de os demandados sabotarem a nomeação do árbitro do(s) demandante(s) é, reconhecidamente, um dos principais efeitos negativos (e não queridos) a que o *caso Dutco* acabou por conduzir – vide RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, p. 25.

justo que a parte que já designou um árbitro visse essa escolha ser posta em causa pela outra parte. E daí que a faculdade prevista no n.º 8 do artigo 12.º não seja automática, devendo a necessidade ou não da sua aplicação ser avaliada *caso a caso*. Se assim não fosse, estar-se-ia a atribuir a uma das partes um *poder de veto* sobre o árbitro da outra.

Deste modo, e como consequência do que dissemos, importa salientar que se a referida nomeação conjunta não vier a acontecer, a Corte Internacional de Arbitragem poderá limitar-se a indicar apenas o árbitro em falta (nos termos do disposto no artigo 13.º, n.ºs 3 e 4, e de forma semelhante ao que sucede na 2.ª parte do n.º 4 do artigo 12.º), mantendo a nomeação do árbitro da parte contrária⁵⁸⁵. É esta, aliás, a situação mais frequente, uma vez que, como vimos, a possibilidade de indicar a totalidade dos árbitros é uma *medida de exceção*, uma medida que, na verdade, não tem sido muito aplicada pela CCI⁵⁸⁶.

⁵⁸⁵ Cfr. YVES DERAIS / ERIC A. SCHWARTZ, *A Guide to the ICC Rules of Arbitration*, cit., p. 182, e JASON FRY / SIMON GREENBERG / FRANCESCA MAZZA, *The Secretariat's Guide to ICC Arbitration*, cit., p. 151. A este propósito, vários autores dão-nos conta de casos de arbitragens na CCI em que, não obstante os demandados não terem procedido à nomeação conjunta do seu co-árbitro, a Corte Internacional de Arbitragem decidiu *confirmar* o árbitro nomeado pelo demandante e designar o outro co-árbitro, pelos demandados, não indicando a totalidade dos árbitros (cfr. ANNE MARIE WHITESELL / EDUARDO SILVA ROMERO, "Multiparty and Multicontract Arbitration: Recent ICC Experience", cit., p. 12, e BERNARD HANOTIAU, *Complex Arbitrations...*, cit., p. 203).

⁵⁸⁶ Neste sentido, veja-se, por exemplo, YVES DERAIS / ERIC A. SCHWARTZ, *A Guide to the ICC Rules of Arbitration*, cit., p. 184, RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, "Ensuring Party Equality...", cit., pp. 14 e 15, e JASON FRY / SIMON GREENBERG / FRANCESCA MAZZA, *The Secretariat's Guide to ICC Arbitration*, cit., p. 151. O próprio facto de a Corte Internacional de Arbitragem informar (ou ameaçar) as partes de que irá recorrer ao mecanismo previsto no n.º 8 do artigo 12.º leva, muitas vezes, a que as estas cheguem a um acordo quanto à nomeação do co-árbitro. Ou seja, a faculdade prevista no n.º 8 acaba, assim, por funcionar como um importante incentivo à nomeação conjunta (vide ANNE MARIE WHITESELL / EDUARDO SILVA ROMERO, "Multiparty and Multicontract Arbitration: Recent ICC Experience", cit., pp. 12 e 13, e ANNE MARIE WHITESELL, "Multiparty Arbitration: the ICC International...", cit., p. 208).

III – Por fim, a respeito da solução consagrada pela CCI, importa, ainda, considerar três pontos adicionais.

Em primeiro lugar, o regime da constituição do tribunal arbitral é um *regime supletivo*, ou seja, os mencionados n.ºs 6 e 8 do artigo 12.º poderão não se aplicar, caso as partes tenham estabelecido outra forma de constituição do tribunal arbitral, nos termos do artigo 11.º, n.º 6, do Regulamento⁵⁸⁷. A CCI concedeu, assim, às partes a liberdade de estipularem regras diferentes, em conformidade com a origem contratual da arbitragem; o que não significa, como é evidente, que não existam *limites* para essa liberdade (desde logo, os limites impostos pelo princípio da igualdade das partes)^{588–589}.

Em segundo lugar, o Regulamento de Arbitragem da CCI encontra-se previsto, apenas, para um tribunal colegial composto por *três árbitros*. A redacção, quer do n.º 6 do artigo 12.º, quer do seu n.º 7, é a este respeito

⁵⁸⁷ Vide JASON FRY / SIMON GREENBERG / FRANCESCA MAZZA, *The Secretariat's Guide to ICC Arbitration*, cit., p. 133. No anterior Regulamento da CCI (de 1998) a situação era, aliás, idêntica (artigo 7.º, n.º 6, correspondente ao actual artigo 11.º, n.º 6); neste sentido, veja-se ANNE MARIE WHITESELL / EDUARDO SILVA ROMERO, “Multiparty and Multicontract Arbitration: Recent ICC Experience”, cit., p. 12, ANNE MARIE WHITESELL, “Multiparty Arbitration: the ICC International...”, cit., p. 207, e YVES DERAIS / ERIC A. SCHWARTZ, *A Guide to the ICC Rules of Arbitration*, cit., pp. 142 a 144.

⁵⁸⁸ Cfr. JASON FRY / SIMON GREENBERG / FRANCESCA MAZZA, *The Secretariat's Guide to ICC Arbitration*, cit., p. 133, e STEPHEN R. BOND, “The Constitution of the Arbitral Tribunal”, cit., pp. 22 e 23. Alertando para os riscos de as partes convencionarem uma solução que seja contrária ao princípio da igualdade das partes, veja-se JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties...”, cit., p. 73, e RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, cit., pp. 13 e 14.

⁵⁸⁹ Note-se que se as partes não previrem nenhuma forma diferente de constituição do tribunal arbitral, isso significa que o demandante que deseje intentar uma acção contra mais do que um demandado terá de optar entre: (i) prosseguir com um único processo arbitral contra os vários demandados e arriscar-se a perder o direito a nomear um árbitro (na hipótese, se bem que *rara*, de a Corte Internacional de Arbitragem decidir nomear a totalidade dos árbitros, nos termos do n.º 8 do artigo 12.º do Regulamento de Arbitragem); ou (ii) intentar acções arbitrais autónomas contra cada um dos demandados, caso em que o seu direito de nomear um árbitro não será em princípio afectado – vide YVES DERAIS / ERIC A. SCHWARTZ, *A Guide to the ICC Rules of Arbitration*, cit., p. 183, e STEPHEN R. BOND, “The Constitution of the Arbitral Tribunal”, cit., p. 24.

bem clara⁵⁹⁰. O regime especial de constituição do tribunal arbitral não se aplica, assim, a todos os casos de pluralidade de partes, mas apenas àqueles em que o tribunal seja composto por três árbitros⁵⁹¹⁻⁵⁹² (sem prejuízo, claro está, de as partes acordarem noutra forma de constituição do tribunal arbitral⁵⁹³).

O terceiro e último ponto que cumpre salientar é o seguinte: no processo *Dutco* estava apenas em causa um litígio com *pluralidade de partes inicial* e daí que, aquando da primeira alteração do Regulamento de Arbitragem da CCI (em 1998), não tivesse sido prevista qualquer norma atinente à possibilidade de essa pluralidade ser *sucessiva*, em resultado da *intervenção de terceiros*. Essa hipótese só veio a ser contemplada no actual Regulamento da CCI⁵⁹⁴ e foi fruto, não do *caso Dutco*, mas sim da maior atenção que este centro de arbitragem passou a dar às situações de pluralidade de partes, atendendo à frequência com que as mesmas se têm vindo a colocar em anos mais recentes⁵⁹⁵. Por essa razão, os problemas que a constituição do tribunal arbitral levanta quando tenha lugar uma intervenção de terceiros, e as soluções encontradas pela CCI e por vários centros de arbitragem para lidar com esta complexa questão, não serão

⁵⁹⁰ Particularmente a seguinte referência: “(...) e o litígio for submetido a *três árbitros*”.

⁵⁹¹ Cfr. YVES DERAIS / ERIC A. SCHWARTZ, *A Guide to the ICC Rules of Arbitration*, cit., p. 177, e MICHAEL KRAMER / GUIDO E. URBACH / RETO M. JENNY, “Equal Treatment in Multi-Party Arbitration...”, cit., p. 157.

⁵⁹² A este respeito, importa observar que a regra (supletiva) da CCI para o número de árbitros é a de que “os litígios serão decididos por um *árbitro único* ou por *três árbitros*” (artigo 12.º, n.º 1). Deste modo, quer se verifique ou não uma pluralidade de partes, a regra é a de que as arbitragens colegiais serão sempre com três árbitros. Os referidos n.ºs 6 e 7 do artigo 12.º afiguram-se, assim, congruentes com esta solução.

Diferentemente do Regulamento de Arbitragem da CCI, na LAV, por exemplo, a regra é outra: o tribunal arbitral poder ser constituído por um único árbitro “ou por vários, em número ímpar” (artigo 8.º, n.º 1). Aqui, as arbitragens colegiais já não estão, portanto, limitadas a três árbitros.

⁵⁹³ Vide JACOB GRIERSON / ANNET VAN HOOFT, *Arbitrating under the 2012 ICC Rules...*, cit., p. 128.

⁵⁹⁴ Artigo 7.º do Regulamento de Arbitragem da CCI.

⁵⁹⁵ Sobre este ponto, veja-se JASON FRY / SIMON GREENBERG / FRANCESCA MAZZA, *The Secretariat's Guide to ICC Arbitration*, cit., p. 93.

analisados neste capítulo (uma vez que não se trata de uma repercussão do *caso Dutco*), mas sim no âmbito da análise que faremos à solução seguida no artigo 36.º, n.ºs 2, 6 e 7, da LAV.

4.1.2.3.2 – Repercussões fora da CCI

I – O *caso Dutco* não se limitou apenas a demonstrar as fragilidades do Regulamento de Arbitragem da CCI então em vigor (versão de 1988). O mesmo serviu de lição para outros centros de arbitragem institucionalizada, que, com o receio de verem as suas sentenças arbitrais anuladas, não reconhecidas e executadas (ou invalidadas por qualquer outra forma), seguiram o exemplo da CCI, reavaliando e codificando soluções que lhes permitissem fazer face ao problema do conflito entre o princípio da igualdade das partes e a constituição do tribunal arbitral, quando exista pluralidade de partes⁵⁹⁶.

Com efeito, é ponto assente que, antes da decisão da *Cour de Cassation*, poucas ou nenhuma normas, em regulamentos de arbitragem, lidavam com esta questão⁵⁹⁷ – o problema era, em geral, subestimado. No período pós-Dutco, a situação passou a ser muito diferente. Além de começarem a agir com grande cuidado e muitas cautelas na nomeação de árbitros⁵⁹⁸, muitos centros de arbitragem institucionalizada passaram também a prever, expressamente, nos seus regulamentos, disposições que lhes permitissem lidar com a designação de árbitros em situações de

⁵⁹⁶ Compreende-se que assim seja. Estava em causa, afinal, a *credibilidade* desses centros e da própria arbitragem como meio eficaz de resolução de litígios.

⁵⁹⁷ Vide ORKUN AKSELI, “Appointment of Arbitrators as Specified in the Agreement to Arbitrate”, *cit.*, p. 253.

⁵⁹⁸ Cfr. BERNARD HANOTIAU, *Complex Arbitrations...*, *cit.*, p. 201, e RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, p. 15. Passou a haver uma grande preocupação com a necessidade de garantir que o princípio da igualdade das partes fosse sempre respeitado.

pluralidade de partes⁵⁹⁹, sobretudo de *pluralidade inicial* e em que o tribunal deva ser composto por *três árbitros* (como sucedeu no *caso Dutco* e sucede com grande frequência).

As soluções seguidas pelos diferentes centros de arbitragem, embora não idênticas, têm sido, por norma, semelhantes às da CCI, em particular no que se refere ao *método da nomeação conjunta*, isto é, à obrigação de cada um dos lados da acção indicar um árbitro, como se a pluralidade de demandantes e/ou a pluralidade de demandados fosse, cada qual, uma única parte. Este método tem tido grande aceitação, encontrando-se hoje consagrado (directa ou indirectamente) em numerosos regulamentos de arbitragem⁶⁰⁰⁻⁶⁰¹. Ele é, de facto, muitas

⁵⁹⁹ Veja-se, entre outros, RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, pp. 9, 15 e 16, NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, *cit.*, p. 404, ORKUN AKSELI, “Appointment of Arbitrators as Specified in the Agreement to Arbitrate”, *cit.*, p. 253, e FRANZ T. SCHWARZ / CHRISTIAN W. KONRAD, *The Vienna Rules: A Commentary on International Arbitration in Austria*, *cit.*, p. 328.

⁶⁰⁰ É o que sucede, desde logo, no Regulamento de Arbitragem da UNCITRAL (artigo 10.º, n.º 1) bem como, por exemplo, nos regulamentos de arbitragem do DIS (artigo 13.º, n.ºs 1 e 2), do *Vienna International Arbitral Centre* (VIAC, artigo 18.º, n.º 2), do *Centre Belge d’Arbitrage et de Médiation* (CEPANI, artigo 15.º, n.º 5), do *Arbitration Institute of the Stockholm Chamber of Commerce* (SCC, artigo 13.º, n.º 4), da *Corte Civil y Mercantil de Arbitraje* (CIMA, artigo 16.º, n.º 4), da *Câmara de Arbitragem Empresarial - Brasil* (CAMARB, artigo 5.11), do *China International Economic and Trade Arbitration Commission* (CIETAC, artigo 29.º, n.º 1), do *Shanghai International Arbitration Center* (SHIAC, artigo 24.º, n.º 1), do *Singapore International Arbitration Centre* (SIAC, artigo 9.1), do *World Intellectual Property Organization* (WIPO, artigo 18.º), do *Tribunal Arbitral du Sport* (TAS, artigo 41.1), bem como nas *Swiss Rules of International Arbitration* (artigo 8.º, n.º 4).

No que se refere ao Regulamento de Arbitragem da UNCITRAL, saliente-se que só após a sua recente revisão, em 2010, é que o mesmo passou a regular, no artigo 10.º, a nomeação de árbitros em caso de pluralidade de partes. Conforme expressamente salientam vários autores, a razão de ser da inclusão deste artigo (sobretudo do n.º 3) prende-se com a necessidade de respeitar o *princípio da igualdade das partes* e a interpretação que dele foi feita pela *Cour de Cassation*, no âmbito do *caso Dutco* (vide DAVID D. CARON / LEE M. CAPLAN, *The UNCITRAL Arbitration Rules...*, *cit.*, p. 170). Sobre a mencionada reforma de que este Regulamento foi alvo, veja-se, entre outros, GUIDO ALPA / VINCENZO VIGORITI, *Arbitrati (Rituale, irrituale, internazionale, consumatori, Uncitral, investimenti, sportivo)*, UTET Giuridica, Milão, 2012, pp. 165 a 174, VINCENZO VIGORITI, “La riforma delle Rules of Arbitration dell’UNCITRAL”, in GUIDO ALPA / VINCENZO VIGORITI (coordenadores), *Arbitrato. Profili di diritto*

vezes, a solução mais natural para o problema em análise, a primeira resposta para desbloquear o problema da nomeação de árbitros, havendo pluralidade de demandantes ou de demandados. E daí que reúna um grande consenso internacional⁶⁰².

O mesmo já não se pode dizer, porém, sobre a resposta a dar, caso a mencionada nomeação conjunta não se verifique. A grande questão que aqui se suscita é a de saber se, nesta hipótese, o órgão competente dentro do centro de arbitragem para proceder à designação do tribunal – a chamada *appointing authority* (autoridade de nomeação)⁶⁰³ – deverá *automaticamente* nomear a totalidade dos árbitros⁶⁰⁴ (ficando sem efeito a

sostanziale e di diritto processuale, UTET Giuridica, Milão, 2013, pp. 889 a 899, e ARMINDO RIBEIRO MENDES, “Nota sobre a Revisão do Regulamento...”, *cit.*, pp. 251 a 256.

⁶⁰¹ Também em Portugal, o método da nomeação conjunta foi consagrado por vários regulamentos de arbitragem, designadamente pelos regulamentos do CAC (artigo 9.º, n.º 1), do Concórdia (artigo 13.º, n.º 1), do CCILE (artigo 11.º, n.º 1), do CAAD (artigo 7.º, n.º 5), do ARBITRARE (artigo 15.º, n.º 1), e do IAC (artigo 13.º, n.º 1). A este respeito, destacamos apenas a terminologia, algo curiosa, seguida nos citados artigos do CAC, do CCILE e do IAC. Em vez de referirem, expressamente, que a pluralidade de demandantes ou de demandados deverá designar *conjuntamente* um árbitro, estes centros preferem é deixar bem claro que, para efeitos de designação de árbitros, o conjunto dos demandantes ou dos demandados são uma única parte – algo que o método da nomeação conjunta, de certa forma, poderemos considerar que já pressupõe. Em todo o caso, o que é importante é salientar que o resultado prático parece ser o mesmo. Se considerarmos como parte (para efeitos de designação de árbitros) o conjunto dos demandantes ou dos demandados, parece-nos que tal implica que esse mesmo conjunto deverá nomear *conjuntamente* um árbitro. Pelo que, a nosso ver, poder-se-á depreender que também os regulamentos de arbitragem do CAC, do CCILE e do IAC acabam por seguir o método da nomeação conjunta, tendo escolhido apenas uma maneira textualmente diferente de o consagrar.

⁶⁰² Vide MICHAEL KRAMER / GUIDO E. URBACH / RETO M. JENNY, “Equal Treatment in Multi-Party Arbitration...”, *cit.*, p. 154.

⁶⁰³ Autoridade esta que na CCI, como vimos, é a Corte Internacional de Arbitragem.

⁶⁰⁴ Note-se que quando nos referimos à possibilidade de o referido órgão competente nomear a totalidade dos árbitros, estamos a incluir também a hipótese de esse órgão designar apenas dois árbitros [um pelo(s) demandante(s) e outro pelo(s) demandado(s)], sendo o terceiro (árbitro presidente) indicado pelos co-árbitros já nomeados. Em alguns regulamentos de arbitragem é isto que sucede, ou seja, a entidade responsável (para proceder à nomeação dos árbitros) não indica os três árbitros, mas apenas dois (aqueles que seriam designados pelas partes), que depois, por sua vez, irão

nomeação do árbitro que uma das partes, por norma o demandante, já tenha realizado) ou se, pelo contrário, deverá ter a *liberdade* de decidir num ou noutro sentido, isto é, nomear apenas o árbitro em falta ou todo o painel arbitral. É esta a questão que, verdadeiramente, divide hoje os vários centros de arbitragem⁶⁰⁵.

Deste modo, poder-se-á, assim, afirmar que existem duas grandes tendências: uma que *permite* a referida nomeação de todos os árbitros (assumindo-se esta como uma *faculdade*) e outra que a *exige* (constituindo uma *obrigação*)⁶⁰⁶⁻⁶⁰⁷.

No primeiro caso, confere-se uma grande *liberdade e flexibilidade* na decisão de nomear ou não todo o painel arbitral. Essa designação será feita, sobretudo, quando se entenda que existem *razões ponderosas* para tal, que ponham em risco o necessário respeito pelo *princípio da igualdade das partes*⁶⁰⁸ – por exemplo, quando os vários demandados (ou demandantes) tenham entre si interesses *divergentes* ou *conflitantes*, que impeçam ou dificultem, seriamente, a mencionada nomeação conjunta

escolher o árbitro presidente – é esse, entre outros, o caso dos artigos 13.º, n.º 2, do DIS, 18.º do WIPO, e 41.1 do TAS.

⁶⁰⁵ Cfr. NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, *cit.*, p. 404.

⁶⁰⁶ Veja-se, RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, p. 48. Sobre estas duas tendências, *vide*, particularmente, JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties...”, *cit.*, pp. 72 a 76, RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, pp. 9 e 15 a 23, NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, *cit.*, p. 364, bem como, entre nós, ANTÓNIO SAMPAIO CARAMELO, “O estatuto dos árbitros...”, *cit.*, pp. 45 e 46, e “Jurisprudência comentada...”, *cit.*, pp. 43 e 44, e MIGUEL PINTO CARDOSO / CARLA GONÇALVES BORGES, “Constituição do Tribunal Arbitral...”, *cit.*, pp. 144 e 145.

⁶⁰⁷ “*May appoint*” (“*pode nomear*”) ou “*shall appoint*” (“*deve nomear*”) é, a este respeito, a terminologia que por vezes encontramos em alguns regulamentos de arbitragem, para exprimir a *faculdade* ou *obrigação* de designar os três árbitros.

⁶⁰⁸ *Vide* ANTÓNIO SAMPAIO CARAMELO, “O estatuto dos árbitros...”, *cit.*, p. 46. Compreende-se que devam existir *razões ponderosas* para que se proceda à designação da totalidade dos árbitros. Como se referiu antes, por referência à solução consagrada pela CCI, a nomeação de todos os árbitros tem *inconvenientes* – sobretudo para a parte que já indicou um árbitro [por norma, o(s) demandante(s)] e que, sem culpa sua, poderá ver essa nomeação ser posta em causa. Pelo que só quando estiver em causa o respeito pelo princípio da igualdade das partes é que deverão ser designados todos os árbitros.

(como aconteceu no *caso Dutco*)^{609–610}. Se não se verificarem essas razões ponderosas susceptíveis de afrontar o princípio da igualdade das partes, a autoridade de nomeação deverá limitar-se a indicar apenas o árbitro em falta⁶¹¹ (a situação mais frequente na prática da CCI). Além do Regulamento de Arbitragem da CCI, é esta a posição que, em geral, é seguida nos regulamentos de arbitragem da UNCITRAL⁶¹², do VIAC⁶¹³, do WIPO⁶¹⁴, do TAS⁶¹⁵, do *International Centre for Dispute Resolution* da *American Arbitration Association* (ICDR)⁶¹⁶, bem como nas *Swiss Rules of International Arbitration*⁶¹⁷; em Portugal, é essa, também, a solução que

⁶⁰⁹ Neste sentido, veja-se RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, p. 21.

⁶¹⁰ Em alguns casos prevê-se, aliás, expressamente, que a designação dos árbitros pela autoridade de nomeação só pode ser realizada quando existam esses *interesses divergentes ou conflitantes*. É o que se verifica, designadamente, no artigo 41.1 do Regulamento de Arbitragem e Estatutos do TAS e, entre nós, nos artigos 9.º, n.º 3, e 13.º, n.º 3, dos Regulamentos de Arbitragem do CAC e do IAC (bem como no artigo 11.º, n.º 3, da LAV, conforme será analisado no capítulo seguinte). Nestes casos, a liberdade conferida à autoridade de nomeação parece ser, assim, menor, uma vez que se condiciona a possibilidade de nomeação de todos os árbitros à existência dos mencionados interesses divergentes ou conflitantes. De todo o modo, como veremos melhor face à solução da LAV, se estiver em causa o respeito pelo *princípio da igualdade das partes* deverá ser sempre admissível designar todos os árbitros (é essa, afinal, a razão de ser de tal possibilidade, que, conforme anteriormente descrito, surgiu como uma reacção ao *caso Dutco*).

Noutras situações, prefere-se é deixar bem claro que a faculdade de nomeação de todos os árbitros se encontra prevista para *situações excepcionais* (artigo 18.º, n.º 4, do VIAC).

⁶¹¹ Cfr. NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, *cit.*, pp. 364 e 365.

⁶¹² Artigo 10.º, n.º 3, do Regulamento de Arbitragem da UNCITRAL.

⁶¹³ Artigo 18.º, n.º 4, do Regulamento de Arbitragem do VIAC.

⁶¹⁴ Artigo 18.º do Regulamento de Arbitragem do WIPO. Note-se que o WIPO inverteu, a este respeito, a sua posição. Na versão anterior do Regulamento de Arbitragem, o Centro não gozava desta liberdade de nomear apenas o árbitro em falta. Esta é, assim, uma das novidades do actual Regulamento, que entrou em vigor em Junho de 2014.

⁶¹⁵ Artigo 41.1 do Regulamento de Arbitragem e Estatutos do TAS.

⁶¹⁶ Artigo 12.º, n.º 5, do Regulamento de Arbitragem Internacional do ICDR. O citado preceito introduz uma solução diferente daquela que foi acolhida na versão anterior (de 2009) do mesmo Regulamento, onde se estabelecia a obrigação de nomear a totalidade dos árbitros.

⁶¹⁷ Artigo 8.º, n.º 5, das *Swiss Rules of International Arbitration*.

encontramos, entre outros, nos regulamentos de arbitragem do CAC⁶¹⁸, do Concórdia⁶¹⁹, do ARBITRARE⁶²⁰ e do IAC⁶²¹.

No segundo caso, pura e simplesmente não existe essa liberdade e flexibilidade. O que há é a *obrigação* de, *automática e necessariamente*, assim que falhe a referida nomeação conjunta, proceder à designação da totalidade dos árbitros⁶²², não sendo possível a nomeação do árbitro em falta. Já não estamos, deste modo, perante uma faculdade, mas sim perante uma obrigação, ou seja, a solução aqui não é apenas a de *permitir* a indicação de todos os árbitros, mas sim a de *exigir* tal nomeação, independentemente da questão de saber se os demandados (no caso mais frequente) têm ou não interesses divergentes ou conflituantes que possam ter impedido ou dificultado a nomeação conjunta do árbitro que lhes competia. É esta, neste momento, a tendência que podemos observar, por exemplo, nos regulamentos de arbitragem do SCC⁶²³, do CEPANI⁶²⁴, do

⁶¹⁸ Artigo 9.º, n.ºs 2 e 3, do Regulamento de Arbitragem do CAC.

⁶¹⁹ Artigo 13.º, n.º 2, do Regulamento de Arbitragem do Concórdia. A liberdade concedida à autoridade de nomeação é, na citada norma, muito clara. Esta procederá à designação de todos os árbitros “caso considere mais adequado”.

⁶²⁰ Artigo 15.º, n.º 3, do Regulamento de Arbitragem do ARBITRARE. A solução adoptada é muito semelhante (quase *ipsis verbis*) à que consta no n.º 3 do artigo 11.º da LAV.

⁶²¹ Artigo 13.º, n.ºs 2 e 3, do Regulamento de Arbitragem do IAC.

⁶²² A este propósito, importa, porém, fazer a ressalva de que alguns regulamentos de arbitragem, antes de procederem à nomeação automática dos árbitros, ainda permitem que as partes acordem numa solução diferente. É isso que consta, expressamente, no artigo 13.º, n.º 2, do Regulamento de Arbitragem do DIS – preceito que, muitas vezes, leva a que as partes acabem mesmo por chegar a acordo, evitando tal nomeação. Sobre a solução consagrada por este importante centro de arbitragem alemão, veja-se JENS BREDOW / ISABEL MULDER, “Section 13 - Multiple Parties on Claimant or Respondent Side”, in KARL-HEINZ BÖCKSTIEGEL / STEFAN MICHAEL KRÖLL / PATRICIA NACIMIENTO (coordenadores), *Arbitration in Germany: The Model Law in Practice*, 2.ª ed., Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2015, p. 630.

⁶²³ Artigo 13.º, n.º 4, do Regulamento de Arbitragem do SCC. A solução seguida neste preceito é muito diferente da que estava prevista na versão de 1999 deste Regulamento, onde existia a possibilidade de ser nomeado apenas o árbitro em falta – *cfr.* KAJ HOBÉR / WILLIAM MCKECHNIE, “New Rules of the Arbitration Institute of the Stockholm Chamber of Commerce”, in *Arbitration International*, vol. 23, n.º 2, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2007, pp. 264 e 265, JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties...”, *cit.*, pp. 75 e 76, e RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA,

DIS⁶²⁵, do LCIA⁶²⁶, da CIMA⁶²⁷, da CAMARB⁶²⁸, do CIETAC⁶²⁹ e do SIAC⁶³⁰.

Por fim, embora muito raro, existem ainda casos em que, falhando a nomeação conjunta, procede-se tão-só à nomeação do árbitro em falta, não estando prevista a possibilidade de designar a totalidade dos árbitros. É isso que se constata dos regulamentos de arbitragem do SHIAC⁶³¹ e do CCILE⁶³², que parecem, assim, desafiar a interpretação feita pela *Cour de Cassation* no caso *Dutco*, bem como o risco de tal solução poder ser considerada – quando os demandados ou demandantes tenham entre si interesses divergentes ou conflitantes, que inviabilizem a nomeação conjunta de um árbitro – contrária ao princípio da igualdade das partes.

“Ensuring Party Equality...”, *cit.*, pp. 19 e 20; sobre a solução consagrada no actual Regulamento de Arbitragem (em vigor desde 01/01/2010), e a sua razão de ser, veja-se KAJ HOBÉR, “Sweden”, in DANIEL M. KOLKEY / RICHARD CHERNICK / BARBARA REEVES NEAL (coordenadores), *Practitioner’s Handbook on International Arbitration and Mediation*, 3.^a ed., Juris, Nova Iorque, 2012, p. 926.

⁶²⁴ Artigo 15.º, n.º 5 (segundo parágrafo), do Regulamento de Arbitragem do CEPANI. A este respeito, cumpre observar que este conhecido centro de arbitragem belga inverteu a sua posição, com a aprovação do actual Regulamento (em vigor desde 01/01/2013). Com efeito, a versão anterior do mesmo concedia uma maior liberdade à autoridade de nomeação, que não estava obrigada a indicar a totalidade dos árbitros.

⁶²⁵ Artigo 13.º, n.º 2, do Regulamento de Arbitragem do DIS.

⁶²⁶ Artigo 8.º, n.ºs 1 e 2, do Regulamento de Arbitragem do LCIA (preceito que corresponde ao artigo 8.º do anterior Regulamento de Arbitragem, sendo o conteúdo de ambos muito idêntico). Conforme observam alguns autores (*cfr.* RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, pp. 21 e 22), a citada norma tem a particularidade de adoptar uma postura muito cautelosa, presumindo que, em situações de pluralidade de partes, os interesses destas serão distintos – procedendo então o LCIA à nomeação do tribunal arbitral. Esta presunção só poderá ser ilidida mediante um acordo escrito das partes em contrário, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º, no sentido de que, para efeitos da constituição do tribunal arbitral, as partes em litígio representam dois lados (demandantes de um lado e demandados do outro, devendo cada um dos lados indicar um árbitro). Sobre este ponto, veja-se ADRIAN WINSTANLEY, “Multiple parties, multiple problems...”, *cit.*, p. 216.

⁶²⁷ Artigo 16.º, n.º 4 (segundo parágrafo), do Regulamento de Arbitragem da CIMA.

⁶²⁸ Artigo 5.12 do Regulamento de Arbitragem da CAMARB.

⁶²⁹ Artigo 29.º, n.º 3, do Regulamento de Arbitragem do CIETAC.

⁶³⁰ Artigo 9.1, 2.^a parte, do Regulamento de Arbitragem do SIAC.

⁶³¹ Artigo 24.º, n.º 2, do Regulamento de Arbitragem do SHIAC.

⁶³² Artigo 11.º, n.º 3, do Regulamento de Arbitragem do CCILE.

II – Terminamos este ponto salientando que as repercussões do *caso Dutco*, no plano normativo, não se reduziram, no entanto, apenas a regulamentos de centros de arbitragem institucionalizada. Com efeito, embora em menor medida, e com soluções menos uniformes, tal caso influenciou também algumas leis de arbitragem de vários países⁶³³.

Como veremos no capítulo seguinte, Portugal – com certas especificidades que serão desenvolvidas – é um desses países, tendo seguido o método da nomeação conjunta, combinado com a possibilidade de, na ausência de tal nomeação, o tribunal estadual competente poder nomear o árbitro em falta ou a totalidade dos árbitros⁶³⁴ (a primeira tendência que referimos, portanto). Já a lei de arbitragem espanhola, por exemplo, estabelece uma solução diversa, consagrando a obrigação de, uma vez falhada a nomeação conjunta, serem automaticamente designados todos os árbitros (segunda tendência)⁶³⁵. Existem depois soluções muito diferentes acolhidas em vários países e outras que optaram por, pura e simplesmente, não regular a questão (pelo menos de forma expressa), não tendo sido influenciadas pelo *caso Dutco*⁶³⁶.

4.2 – Os problemas de fundo

O conflito entre o princípio da igualdade das partes e a constituição do tribunal arbitral, em caso de pluralidade de partes, tem por detrás três grandes questões dogmáticas. São elas: (i) a origem contratual da arbitragem voluntária; (ii) as dificuldades de compatibilização do direito

⁶³³ Genericamente, sobre as soluções seguidas em vários países, veja-se RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, pp. 25 a 38, e JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties...”, *cit.*, pp. 78 e 79.

⁶³⁴ Artigo 11.º da LAV, mais à frente analisado e desenvolvido.

⁶³⁵ Artigo 15.º, n.º 2, alínea b), 2.º parágrafo, da lei de arbitragem espanhola.

⁶³⁶ Todos estes casos serão referidos no capítulo 5, na sequência da análise que faremos à solução consagrada pelo legislador português.

ao processo equitativo com a arbitragem; e (iii) a indeterminação do conceito e alcance do princípio da igualdade das partes.

Deste modo, referido o problema específico e a sua origem, importa analisar cada um destes problemas, para melhor compreendermos o mencionado conflito e as dificuldades que o mesmo levanta.

4.2.1 – A origem contratual da arbitragem voluntária

O primeiro e principal problema é, sem dúvida, a *origem contratual da arbitragem voluntária*⁶³⁷, que assenta na *autonomia das partes*. Esta origem – onde, para muitos, reside a principal diferença que separa a arbitragem dos tribunais estaduais⁶³⁸ – é geralmente apontada, aliás, como o grande factor que está por detrás das graves dificuldades que a pluralidade de partes enfrenta num processo arbitral, isto é, como o epicentro de todas essas dificuldades⁶³⁹ (que, diga-se, desde já, são em maior número e mais acentuadas nos tribunais arbitrais do que nos tribunais estaduais⁶⁴⁰).

⁶³⁷ Note-se que nos referimos apenas à arbitragem voluntária e não à *arbitragem necessária*, cuja origem não é contratual, mas sim legal. Tal como advertimos antes (em sede introdutória, no plano de exposição), importa lembrar que, ao longo do nosso trabalho, apenas iremos considerar a arbitragem voluntária.

⁶³⁸ Neste sentido, veja-se, entre outros, PHILIPPE FOUCARD / EMMANUEL GAILLARD / BERTHOLD GOLDMAN, *Fouchard Gaillard Goldman On International Commercial Arbitration*, cit., p. 1, e NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, cit., p. 350.

⁶³⁹ Cfr. JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “Final Report on Multi-Party Arbitrations”, cit., p. 27, NIGEL BLACKABY / CONSTANTINE PARTASIDES / ALAN REDFERN / MARTIN HUNTER, *Redfern and Hunter on International Arbitration*, cit., pp. 31 a 33 e 141, NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, cit., p. 350, SIGVARD JARVIN, “Multi-party arbitration: identifying the issues”, in *N.Y. L. Sch. J. Int’l & Comp. L.*, vol. 8, Nova Iorque, 1987, pp. 318 e ss., e, na doutrina portuguesa, MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, cit., p. 512.

⁶⁴⁰ A este respeito, veja-se BERNARD HANOTIAU, *Complex Arbitrations...*, cit., p. 3, JORGE MORAIS CARVALHO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, cit., p. 112, e MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 262.

É pressuposto inquestionável que, não obstante a arbitragem ser jurisdição⁶⁴¹, a competência do tribunal arbitral resulta de um acto de

⁶⁴¹ Os tribunais arbitrais são, como se sabe, verdadeiros e próprios tribunais (previstos constitucionalmente no artigo 209.º, n.º 2, da CRP), que exercem a *função jurisdicional*, julgando litígios, sendo a sentença arbitral equiparada à sentença de um tribunal estadual (artigo 42.º, n.º 7, da LAV). A arbitragem é, assim, uma *actividade jurisdicional*, isto é, constitui um “modo de resolução de controvérsias por forma unilateral, vinculativa e, em princípio, definitiva”, visando a tomada de uma decisão que produza os efeitos típicos de um acto jurisdicional (em concreto, caso julgado e força executiva) – LUÍS DE LIMA PINHEIRO, *Arbitragem Transnacional...*, cit., p. 189. Deste modo, existindo convenção de arbitragem, poder-se-á afirmar que a “função jurisdicional declarativa é plenamente assumida pelo tribunal arbitral” (JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “Alcance da determinação pelo tribunal judicial do objecto do litígio a submeter a arbitragem”, in *Estudos sobre Direito Civil e Processo Civil*, vol. II, 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2009, p. 570). Sublinhando o exercício da função jurisdicional pelos tribunais arbitrais, veja-se ainda, por exemplo, JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “Algumas implicações da natureza da convenção de arbitragem” e “Anulação de sentença arbitral. Legitimidade derivada de contrato com prestação a terceiro. Condenação genérica”, ambos os artigos publicados nos *Estudos sobre Direito Civil e Processo Civil*, vol. II, 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pp. 549 e ss. e 615, respectivamente, JOÃO DE CASTRO MENDES, *Manual de Processo Civil*, Coimbra Editora, Coimbra, 1963, p. 164, e *Direito Processual Civil*, vol. I, cit., p. 225, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 119, JORGE MIRANDA / RUI MEDEIROS, *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo III, cit., p. 34, FRANCISCO CORTEZ, “A arbitragem voluntária em Portugal: dos ‘ricos homens’ aos tribunais privados (conclusão)”, in *O Direito*, ano 124.º, IV, Almedina, Coimbra, 1992, p. 555, FAUSTO DE QUADROS, “Linhas gerais da reforma do Código de Processo nos Tribunais Administrativos em matéria de arbitragem”, in *RIAC, APA*, n.º 7 (2014), Almedina, Coimbra, 2014, pp. 7 e 8, e “Arbitragem ‘necessária’, ‘obrigatória’, ‘forçada’: breve nótula sobre a interpretação do artigo 182.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos”, in *Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 258 e 264, MÁRIO RAPOSO, “A sentença arbitral”, in *Estudos sobre Arbitragem Comercial e Direito Marítimo*, Almedina, Coimbra, 2006, p. 30, PEDRO PINA, “Arbitragem e Jurisdição”, in *Julgar*, n.º 6 (2008), Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pp. 137 e ss., JOÃO LUÍS LOPES DOS REIS, “Questões de arbitragem ad-hoc II - Determinação do objecto do litígio, impugnação de decisões arbitrais interlocutórias meramente processuais, recusa de árbitro”, in *ROA*, ano 59, vol. I, Lisboa, 1999, pp. 271 e 272, DIOGO FREITAS DO AMARAL, *Uma Introdução à Política*, cit., p. 161 (nota de rodapé n.º 32), J. P. REMÉDIO MARQUES, *Acção Declarativa à luz do Código Revisto*, cit., pp. 76 e 77, ARTUR FLAMÍNIO DA SILVA / DANIELA MIRANTE, “Algumas notas sobre o estatuto dos árbitros do Tribunal Arbitral do Desporto: uma análise à luz do relatório e do projecto da comissão para a justiça desportiva”, in *Desporto & Direito*, ano IX, n.º 26 (Janeiro/Abril), Coimbra Editora, Coimbra, 2012, p. 287, e ANTÓNIO PEDRO PINTO MONTEIRO, “Do recurso de decisões arbitrais para o Tribunal Constitucional”, cit., pp. 194 e ss.

Em todo o caso, note-se que, embora os tribunais arbitrais sejam verdadeiros e próprios tribunais, e exerçam a função jurisdicional, eles não deixam de ser criados e constituídos por particulares e, como tal, desprovidos de *ius imperii* – cfr. JOSÉ LEBRE

autonomia, ou seja, é através de um acto de autonomia privada (a convenção de arbitragem) que as partes conferem aos árbitros o poder para decidir um determinado litígio⁶⁴². A arbitragem tem, deste modo, uma origem contratual, sendo fruto da autonomia privada⁶⁴³. Os tribunais arbitrais são, justamente, criados em conformidade com a vontade das partes, expressa na *convenção de arbitragem* – convenção que constitui a fonte dos seus poderes e delimita o âmbito da respectiva competência, aproximando os interessados das soluções⁶⁴⁴.

Deste modo, enquanto a jurisdição dos tribunais estaduais se baseia na lei, a jurisdição dos tribunais arbitrais baseia-se, *sobretudo*, na convenção de arbitragem, isto é, na vontade das partes expressa na convenção de arbitragem⁶⁴⁵ – e daí que se diga que estes tribunais têm um fundamento semelhante ao do negócio jurídico^{646–647}.

DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., p. 82, DÁRIO MOURA VICENTE, *Da Arbitragem Comercial Internacional...*, cit., p. 66, FRANCISCO CORTEZ, “A arbitragem voluntária em Portugal...”, cit., p. 555, e PEDRO PINA, “Arbitragem e Jurisdição”, cit., p. 144.

⁶⁴² Cfr. PAULA COSTA E SILVA / MARCO GRADI, “A Intervenção de Terceiros...”, cit., pp. 51 e 52.

⁶⁴³ O fundamento e base contratual da arbitragem é, conforme categoricamente reconhecem vários autores, *indiscutível* (cfr. PHILIPPE FOUCARD / EMMANUEL GAILLARD / BERTHOLD GOLDMAN, *Fouchard Gaillard Goldman On International Commercial Arbitration*, cit., p. 29, e A. FERRER CORREIA, “Da arbitragem comercial internacional”, cit., pp. 205 e 206).

⁶⁴⁴ Vide CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, “Convenção de arbitragem: conteúdo e efeitos”, in *I Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2008, p. 82, e J. O. CARDONA FERREIRA, “Arbitragem: Caminho da Justiça?...”, cit., p. 275.

⁶⁴⁵ Dizemos “*sobretudo*”, uma vez que, convém não esquecer, a autonomia das partes tem por trás a referida cobertura constitucional e legal que é dada à arbitragem (e que a torna possível). Com efeito, se é certo que a arbitragem repousa na vontade das partes, é igualmente certo que é em virtude da lei que essa mesma vontade das partes pode produzir efeitos jurídicos (OUSMANE DIALLO, *Le consentement des parties à l'arbitrage international*, cit., p. 13). A fonte de legitimação do poder dos árbitros é, desta forma, dupla – resulta da conjugação do artigo 209.º, n.º 2, da CRP, com a vontade autónoma das partes, expressa na convenção de arbitragem (cfr. JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., p. 83). Neste sentido, não obstante, como dissemos, a jurisdição dos tribunais arbitrais se basear, sobretudo, na convenção de arbitragem, a verdade é que se poderá até afirmar que é na lei (CRP e LAV) – e não na vontade das partes – “que reside a primeira fonte e o fundamento último de toda a arbitragem” (OUSMANE DIALLO, *Le consentement des parties à l'arbitrage*

Neste sentido, a *liberdade* deixada às partes na convenção de arbitragem é muito ampla. As partes, verdadeiramente, podem moldar a constituição e o funcionamento do tribunal arbitral⁶⁴⁸ e ter o processo que quiserem (dentro dos limites da lei e da ordem pública, claro). Através da convenção de arbitragem é possível *escolherem os árbitros*, as regras

international, cit., p. 13). Sobre esta questão, veja-se, especialmente, M. HENRIQUE MESQUITA, “Arbitragem: competência do tribunal arbitral e responsabilidade civil do árbitro”, in *Ab Uno ad Omnes - 75 anos da Coimbra Editora*, Coimbra Editora, Coimbra, 1998, p. 1391, e PEDRO ROMANO MARTINEZ, “Análise do vínculo jurídico do árbitro em arbitragem voluntária ad hoc”, in *Estudos em Memória do Professor Doutor António Marques dos Santos*, vol. I, Almedina, Coimbra, 2005, p. 838.

⁶⁴⁶ Cfr. JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., pp. 82 e 83. A convenção de arbitragem deverá, assim, ser qualificada como um “*negócio jurídico processual*” – JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “Algumas implicações da natureza da convenção de arbitragem”, cit., pp. 551 a 553, e “O Princípio do Contraditório na Nomeação de Árbitro...”, cit., p. 33, CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, “Convenção de arbitragem: conteúdo e efeitos”, cit., p. 83, e PAULA COSTA E SILVA / NUNO TRIGO DOS REIS, “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, cit., pp. 982 e 983 (nota de rodapé n.º 56). Mais concretamente, poder-se-á afirmar que é um negócio processual *bilateral*, quer dizer, um “*contrato processual*” (KARL HEINZ SCHWAB / GERHARD WALTER, *Schiedsgerichtsbarkeit: Kommentar...*, cit., p. 65, e LEO ROSENBERG / KARL HEINZ SCHWAB / PETER GOTTWALD, *Zivilprozessrecht*, cit., p. 1027); sobre a matéria dos negócios processuais, e a sua subdivisão em unilaterais e bilaterais (falando-se, neste último caso, em “contratos processuais”), veja-se, em particular, MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, cit., pp. 193 e ss.

⁶⁴⁷ A origem contratual da arbitragem, aliada à sua natureza jurisdicional, tem vindo a levantar alguns problemas quanto à *natureza jurídica* deste meio de resolução alternativa de litígios (cfr. MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 119). Essencialmente, têm vindo a ser desenvolvidas as seguintes teses: contratual, jurisdicional, mista e, mais recentemente, autonomista. Sobre as várias teses, veja-se, por exemplo, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., pp. 119 e 120, MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Manual de Arbitragem*, cit., pp. 42 a 47, DÁRIO MOURA VICENTE, *Da Arbitragem Comercial Internacional...*, cit., pp. 64 a 68, PEDRO PINA, “Arbitragem e Jurisdição”, cit., pp. 137 e ss., LUÍS DE LIMA PINHEIRO, *Arbitragem Transnacional...*, cit., pp. 181 a 195, JOSÉ LUÍS ESQUÍVEL, *Os Contratos Administrativos e a Arbitragem*, cit., p. 79, CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, “Convenção de arbitragem: conteúdo e efeitos”, cit., p. 83, CÂNDIDA DA SILVA ANTUNES PIRES, “Do Processo Arbitral Em Geral...”, cit., pp. 485 a 487, e, na cena internacional, GARY B. BORN, *International Commercial Arbitration*, vol. I, cit., pp. 214 a 217, e ANDREA MARCO STEINGRUBER, *Consent in International Arbitration*, Oxford International Arbitration Series, Oxford University Press, Oxford, 2012, pp. 53 e ss.; para maiores desenvolvimentos sobre este ponto, veja-se, ainda, PETER SCHLOSSER, *Das Recht der internationalen privaten Schiedsgerichtsbarkeit*, 2.ª ed., Mohr Siebeck, Tübinga, 1989, pp. 28 e ss.

⁶⁴⁸ Cfr. FRANCISCO CORTEZ, “A arbitragem voluntária em Portugal...”, cit., p. 555.

processuais, a lei aplicável, a sede do tribunal arbitral, a língua dos autos, o prazo para a decisão, etc.⁶⁴⁹. No fundo, as partes definem as regras do jogo⁶⁵⁰. Vemos, em suma, que, em consequência da referida origem contratual, o “âmbito do poder de julgar é determinado pela vontade das partes”⁶⁵¹.

Ora, se é certo que esta origem contratual constitui um grande atractivo e uma grande vantagem face aos tribunais estaduais (na medida em que faz da arbitragem um mecanismo de resolução de litígios muito *flexível*, que atende aos interesses das partes e às circunstâncias do litígio⁶⁵²), é igualmente certo que a mesma leva a que, por vezes, se coloquem problemas que não se colocariam na jurisdição estadual⁶⁵³ (ou que se acentuem esses problemas), sobretudo em casos de pluralidade de partes.

⁶⁴⁹ As partes podem convencionar isto directamente ou remeter para um regulamento de um centro de arbitragem institucionalizada (nacional ou estrangeiro), que contenha regras que lhes sejam convenientes.

⁶⁵⁰ O conteúdo da convenção de arbitragem pode, de facto, ser o mais variado possível [cfr. MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 148, e PEDRO A. BATISTA MARTINS, “Arbitragem e intervenção voluntária de terceiros: uma proposta”, in ARNOLDO WALD (organizador), *Arbitragem e Mediação*, vol. II (Elementos da Arbitragem e Medidas de Urgência), Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, p. 587].

⁶⁵¹ J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. II, cit., p. 550. O princípio da autonomia privada que caracteriza a arbitragem (voluntária) permite, assim, que “as partes e, se elas o não fizerem, os árbitros, ajustem o processo arbitral às características do caso e evitem os formalismos dos processos judiciais” – MARIA HELENA BRITO, “Arbitragem internacional...”, cit., p. 128, e “As novas regras sobre a arbitragem internacional...”, cit., p. 40; a este respeito, veja-se, ainda, ANTÓNIO PINTO MONTEIRO, “O contrato na gestão do risco e na garantia da equidade”, in ANTÓNIO PINTO MONTEIRO (coordenação), *O contrato na gestão do risco e na garantia da equidade*, Instituto Jurídico, FDUC, Coimbra, 2015, pp. 25 e 26.

⁶⁵² Vide STAVROS L. BREKOULAKIS, *Third parties in International Commercial Arbitration*, Oxford International Arbitration Series, Oxford University Press, Oxford, 2010, p. 3, OTHMAR JAUERNIG / BURKHARD HESS, *Zivilprozessrecht: ein Studienbuch*, Juristische Kurz-Lehrbücher, 30.^a ed., Verlag C. H. Beck, Munique, 2011, pp. 372 e 373, e PIERO BERNARDINI, “Arbitrato commerciale internazionale”, in *Enciclopedia del Diritto - Aggiornamento*, vol. I, Giuffrè Editore, Milão, 1997, pp. 90 e 91.

⁶⁵³ Neste sentido, veja-se, entre outros, CARLA GONÇALVES BORGES, “Pluralidade de Partes...”, cit., p. 109.

As dificuldades existentes no momento da *constituição do tribunal arbitral* são um bom exemplo disso mesmo. Com efeito, nos tribunais estaduais, as partes não escolhem o nome da pessoa que as irá julgar, pelo que não existe qualquer problema a este respeito – as partes múltiplas (a existirem) não têm de se entender com ninguém para nomear um árbitro; é todo um problema que, pura e simplesmente, não existe.

Neste sentido, e no que, em concreto, ao nosso tema diz respeito, pense-se, ainda, no seguinte: é muito vantajoso, como vimos, as partes – ao abrigo da ampla liberdade de que dispõem – poderem designar os árbitros ou fixar o modo pelo qual estes são escolhidos. Consegue-se uma justiça mais adequada e especializada (tendo as partes a possibilidade de escolher pessoas que se revelem mais aptas para decidirem o litígio e com uma maior sensibilidade em relação aos seus interesses), que faz com que as partes possam ter, à partida, uma maior confiança no tribunal arbitral e no desenrolar do processo.

Porém, a verdade é que, como se viu no exemplo do *caso Dutco*, esta faculdade pode levantar depois problemas – sobretudo com o *princípio da igualdade das partes* – quando a constituição do tribunal se tiver de verificar num caso de pluralidade de partes e em que os vários demandados (ou, por hipótese, os vários demandantes) não estejam de acordo quanto ao nome do árbitro a indicar.

Por outro lado, a mesma faculdade é também susceptível de gerar problemas de independência e imparcialidade dos árbitros, problemas estes que não se colocam nos mesmos termos nos tribunais estaduais, uma vez que aí funciona o *princípio do juiz natural*, não tendo as partes qualquer protagonismo na constituição do tribunal⁶⁵⁴.

⁶⁵⁴ Conforme mencionado anteriormente, no âmbito do processo civil as partes apenas poderão celebrar um pacto de jurisdição ou um pacto de competência (e, assim, convencionar qual a jurisdição ou o tribunal competentes), estando, no entanto, sujeitas às fortes limitações dos artigos 94.º e 95.º do CPC.

Por fim, importa notar que a própria origem contratual da arbitragem, e a ampla liberdade que as partes têm na definição do seu litígio (de escolherem os seus árbitros, por exemplo), é passível de acentuar os problemas com o princípio da igualdade das partes. Em teoria, será, com efeito, mais fácil contornar ou atenuar a aplicação deste princípio⁶⁵⁵, o que justifica que tenha de haver, na arbitragem, uma atenção especial para com o princípio da igualdade das partes.

Em conclusão, poder-se-á, assim, afirmar que a origem contratual, que é a grande *força* da arbitragem (voluntária), acaba, muitas vezes, por ser também a sua grande *fraqueza*⁶⁵⁶. Ou seja, em certas situações (particularmente em caso de pluralidade de partes e a começar, desde logo, pela constituição do tribunal arbitral), tal origem acaba por se revelar um “handicap”⁶⁵⁷, ou melhor, uma “espada ou faca de dois gumes”⁶⁵⁸, em que, por um lado, o recurso à arbitragem apresenta grandes vantagens, mas, por outro lado, levanta problemas adicionais (e graves) que não encontramos nos tribunais estaduais.

⁶⁵⁵ Por referência à constituição do tribunal arbitral, imagine-se, por exemplo, um caso em que as partes convencionam que será o demandante a nomear o árbitro único ou a totalidade dos árbitros ou, pelo menos, que este poderá designar um número de árbitros superior do que o(s) demandado(s). Como veremos mais à frente, tal convenção – feita nos termos da ampla autonomia de que as partes gozam – parece implicar uma desigualdade de tratamento entre demandante e demandado(s), sendo contrária ao princípio da igualdade das partes. Facto que serve para demonstrar a atenção extra que o princípio da igualdade das partes tem de merecer na arbitragem.

⁶⁵⁶ Vide NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, *cit.*, p. 401, KRISTINA MARIA SIIG, “Multi-party arbitration...”, *cit.*, p. 73, e HAKIM BOULARBAH, “Les procédures parallèles et les tiers”, in *L’arbitrage et les tiers - Arbitrage en derden*, Actes du colloque du CEPANI 40 du 28 novembre 2008, n.º 10, Bruylant, Bruxelas, 2008, p. 173.

⁶⁵⁷ ALEXIS MOURRE, “L’intervention des tiers à l’arbitrage”, *cit.*, p. 100.

⁶⁵⁸ STAVROS BREKOULAKIS, “Multiparty and Multicontract Arbitration”, in *QFINANCE*, disponível em <http://www.financepractitioner.com/home>, p. 1.

4.2.2 – As (aparentes) dificuldades de compatibilização do direito ao processo equitativo com a arbitragem

I – O segundo problema de fundo subjacente ao nosso tema prende-se com as (aparentes) *dificuldades de compatibilização do direito ao processo equitativo com a arbitragem*.

Na verdade, existem determinadas exigências provenientes da CRP, de fontes de direito europeu e de direito internacional “que dificilmente podem ser aplicadas *de pleno* aos tribunais arbitrais, sob pena de se desvirtuarem as razões pelas quais ao longo de milénios se recorreu à chamada justiça arbitral”⁶⁵⁹. O direito ao processo equitativo é um bom exemplo disso mesmo. A (aparente) necessidade de respeitar *todos* os princípios em que este direito se concretiza na jurisdição estadual traz, com alguma frequência, graves problemas aos tribunais arbitrais⁶⁶⁰.

A este respeito, cumpre salientar que, à partida, a arbitragem parece, de facto, entrar em conflito com determinados princípios fundamentais do processo equitativo – princípios que parecem ser difíceis ou mesmo impossíveis de assegurar neste meio de resolução alternativa de litígios. Um deles vimo-lo já: o *princípio do juiz natural*. Não é, no entanto, o único.

Idênticas dificuldades se verificam, ainda, por exemplo, quanto ao *princípio da publicidade do processo*, outro importante corolário do direito ao processo equitativo.

⁶⁵⁹ ARMINDO RIBEIRO MENDES, “Os Tribunais Arbitrais são tribunais...”, *cit.*, p. 60.

⁶⁶⁰ Para alguns autores, a referida necessidade – desde logo no que toca à observância do princípio da igualdade das partes na constituição do tribunal – é um dos factores que contribuem, aliás, para que o problema das pluralidades objectivas e subjectivas seja mais complexo nos tribunais arbitrais do que nos tribunais estaduais (*cfr.* MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, p. 262, e JORGE MORAIS CARVALHO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, *cit.*, p. 112).

A exigência de publicidade representa, como se sabe, uma garantia de transparência do exercício da função jurisdicional⁶⁶¹ que, resumidamente, permite combater o arbítrio do secretismo, bem como a desconfiança na administração da justiça, assim reforçando a legitimidade democrática das decisões dos tribunais⁶⁶². Na verdade, se os tribunais administram a justiça em nome do povo (artigo 202.º, n.º 1, da CRP), é natural que o povo deva poder conhecer o modo como são praticados os actos processuais e as decisões dos tribunais⁶⁶³⁻⁶⁶⁴.

O princípio da publicidade encontra-se, assim, amplamente consagrado⁶⁶⁵ e compreende, em processo civil, a publicidade das audiências⁶⁶⁶, bem como o direito de acesso ao processo⁶⁶⁷⁻⁶⁶⁸. Em todo o caso, não obstante a importância do referido princípio, importa salientar

⁶⁶¹ Vide JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., pp. 124 e 143, e RITA LOBO XAVIER / INÊS FOLHADELA / GONÇALO ANDRADE E CASTRO, *Elementos de Direito Processual Civil...*, cit., p. 130.

⁶⁶² Sobre as várias finalidades do princípio da publicidade do processo, veja-se, nomeadamente, JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., p. 143, MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, cit., p. 53, e J. P. REMÉDIO MARQUES, *Acção Declarativa à luz do Código Revisto*, cit., p. 220.

⁶⁶³ Cfr. IRENEU CABRAL BARRETO, “Direito ao exame da causa publicamente”, cit., pp. 152 e 153, e *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem Anotada*, cit., p. 183, tal como FERNANDO PEREIRA RODRIGUES, *O Novo Processo Civil. Os Princípios Estruturantes*, cit., p. 192.

⁶⁶⁴ No fundo, ao abrigo da conhecida máxima de que “a justiça não deve ser só feita, mas deve ser vista a ser feita” [VITAL MOREIRA / CARLA DE MARCELINO GOMES (coordenação), *Compreender os direitos humanos...*, cit., p. 230] – máxima que provém do famoso caso inglês *R v Sussex Justices, Ex parte McCarthy* (King’s Bench Division), de 09/11/1923, in *All England Law Reports*, 233, 1 K. B., 1924, p. 259.

⁶⁶⁵ Tal princípio consta dos principais instrumentos europeus e internacionais, designadamente dos artigos 47.º, 2.º parágrafo, da CDFUE, 6.º, n.º 1, da CEDH, 10.º da DUDH, e 14.º, n.º 1, do PIDCP.

⁶⁶⁶ Artigos 206.º da CRP e 606.º, n.º 1, do CPC. Para Alberto dos Reis, a regra de as sessões e audiências dos tribunais serem públicas (e, consequentemente, de qualquer pessoa ter o direito de assistir e de fiscalizar o comportamento da lei) permite encarar a publicidade “como uma das garantias de correcção e legalidade dos actos judiciais” – JOSÉ ALBERTO DOS REIS, *Código de Processo Civil anotado*, vol. IV, cit., p. 575.

⁶⁶⁷ Artigo 163.º do CPC.

⁶⁶⁸ Sobre estes dois direitos compreendidos no princípio da publicidade, veja-se, entre outros, MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, cit., pp. 53 a 55, e JOSÉ LEBRE DE FREITAS / ISABEL ALEXANDRE, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, cit., p. 323.

que a publicidade não é um princípio absoluto, podendo em alguns casos acarretar inconvenientes⁶⁶⁹ – o que justifica que o mesmo comporte *excepções*⁶⁷⁰.

Ora, esses inconvenientes são bem claros por referência à arbitragem, onde o princípio da publicidade do processo é susceptível de entrar em conflito, desde logo, com uma das principais vantagens que este meio de resolução alternativa de litígios apresenta: a *confidencialidade*⁶⁷¹. Importa, com efeito, não esquecer que existem certas situações em que, para as partes, a confidencialidade do processo se afigura essencial (sendo

⁶⁶⁹ Cfr. IRENEU CABRAL BARRETO, “Direito ao exame da causa publicamente”, *cit.*, p. 161. Neste sentido, salientando igualmente o facto de não estarmos perante um valor absoluto, veja-se ALEXIS MOURRE, “Le droit français de l’arbitrage international...”, *cit.*, p. 28, e JUAN CARLOS LANDROVE, “European Convention on Human Rights’...”, *cit.*, p. 85.

⁶⁷⁰ Excepções estas previstas, por norma, nos próprios preceitos que consagram o princípio da publicidade, anteriormente referidos. Sobre as várias excepções, veja-se, por exemplo, JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, *cit.*, pp. 143 e 144, JOSÉ LEBRE DE FREITAS / ISABEL ALEXANDRE, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, *cit.*, pp. 325 e 326, MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, *cit.*, pp. 53 a 55, e IRENEU CABRAL BARRETO, “Direito ao exame da causa publicamente”, *cit.*, p. 161.

⁶⁷¹ Apontando a confidencialidade como uma das maiores vantagens da arbitragem, vide A. FERRER CORREIA, “Da arbitragem comercial internacional”, *cit.*, pp. 174 e 175, PAULA COSTA E SILVA, “A execução em Portugal de decisões arbitrais nacionais e estrangeiras”, in *I Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2008, pp. 133 e 134, e “Os meios de impugnação de decisões proferidas em arbitragem voluntária no direito interno português”, in *ROA*, ano 56, vol. I, Lisboa, 1996, p. 180, LUÍS DE LIMA PINHEIRO, *Arbitragem Transnacional...*, *cit.*, pp. 24 e 25, MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Manual de Arbitragem*, *cit.*, p. 141, DÁRIO MOURA VICENTE, “Arbitragem OHADA”, in *Direito Internacional Privado - Ensaaios*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2005, p. 356, CARLA GONÇALVES BORGES, “Pluralidade de Partes...”, *cit.*, pp. 115 e 116, JENS-PETER LACHMANN, *Handbuch für die Schiedsgerichtspraxis*, 3.^a ed., Verlag Dr. Otto Schmidt, Colónia, 2008, pp. 41 a 45, PIETER SANDERS, “Trends in the field of international commercial arbitration”, *cit.*, p. 216, NANA JAPARIDZE, “Fair Enough? Reconciling the Pursuit of Fairness and Justice with Preserving the Nature of International Commercial Arbitration”, in *Hofstra Law Review*, vol. 36, n.º 4, Hofstra University, Nova Iorque, 2008, pp. 1420 a 1424, DIDIER MATRAY / GAUTIER MATRAY, “La rédaction de la convention d’arbitrage”, in *La convention d’arbitrage. Groupes de sociétés et groupes de contrats - Arbitrageovereenkomst. Vennootschapsgroepen en groepen overeenkomsten*, Actes du colloque du CEPANI du 19 novembre 2007, n.º 9, Bruylant, Bruxelas, 2007, p. 23, e S. I. STRONG, “Intervention and Joinder as of Right in International Arbitration...”, *cit.*, p. 933.

mesmo um factor decisivo na escolha do foro arbitral⁶⁷²); nomeadamente, situações em que as partes querem proteger as suas práticas e segredos profissionais, as suas estratégias comerciais, bem como casos em que, pura e simplesmente, não querem que se saiba que se encontram envolvidas num litígio⁶⁷³.

Neste sentido, o processo arbitral pode, muitas vezes, revelar-se mais vantajoso do que o processo estadual, na medida em que permite que as partes possam litigar com um maior grau de confidencialidade⁶⁷⁴. Atendendo à origem contratual e natureza privada da arbitragem, poder-se-á, aliás, considerar natural que os processos arbitrais sejam, por norma, confidenciais⁶⁷⁵. É esta a prática geralmente aceite e seguida⁶⁷⁶ (havendo mesmo quem defenda que, da convenção de arbitragem, emerge, à partida,

⁶⁷² Cfr. JOSÉ ROBIN DE ANDRADE, “Publicidade e Impugnação de decisões arbitrais em matéria administrativa (O Projecto de revisão do Código de Processo dos Tribunais Administrativos e a nova LAV)”, in *RIAC*, APA, n.º 7 (2014), Almedina, Coimbra, 2014, p. 18.

⁶⁷³ Vide SERGE LAZAREFF, “Confidentiality and Arbitration: Theoretical and Philosophical Reflections”, in *Confidentiality in Arbitration: Commentaries on Rules, Statutes, Case Law and Practice*, ICC International Court of Arbitration Bulletin - Special Supplement, Paris, 2009, p. 82, NIGEL BLACKABY / CONSTANTINE PARTASIDES / ALAN REDFERN / MARTIN HUNTER, *Redfern and Hunter on International Arbitration*, cit., pp. 30, 134 e 135, MARC DAL, “L’instruction de la cause et les tiers”, in *L’arbitrage et les tiers - Arbitrage en derden*, Actes du colloque du CEPANI 40 du 28 novembre 2008, n.º 10, Bruylant, Bruxelas, 2008, p. 81, ILEANA M. SMEUREANU, *Confidentiality in International Commercial Arbitration*, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2011, p. xvi, SAMUEL ESTREICHER / STEVEN C. BENNETT, “The Confidentiality of Arbitration Proceedings”, in *New York Law Journal*, vol. 240, n.º 31 (13/08/2008), ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado da Arbitragem...*, cit., pp. 304 e 305, e MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Lei de Arbitragem Comentada*, cit., p. 122.

⁶⁷⁴ Cfr. GARY B. BORN, *International Commercial Arbitration*, vol. I, cit., pp. 89 e 90.

⁶⁷⁵ A este respeito, veja-se, por exemplo, SERGE LAZAREFF, “Confidentiality and Arbitration...”, cit., pp. 81 e ss., RICHARD SMELLIE, “Is arbitration confidential?”, in *International Quarterly*, n.º 5, 2013, p. 6, e LAURA A. KASTER, “Confidentiality in U.S. Arbitration”, in *NYSBA - New York Dispute Resolution Lawyer*, vol. 5, n.º 1, 2012, p. 23.

⁶⁷⁶ Vide MÁRIO RAPOSO, “Os árbitros”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 915 e 916.

um dever implícito de confidencialidade⁶⁷⁷) e é isto que, de certo modo, se verifica na lei portuguesa, onde a confidencialidade é a regra nas arbitragens domésticas (artigo 30.º, n.º 5, da LAV)⁶⁷⁸⁻⁶⁷⁹ – ao contrário, portanto, do que sucede no processo civil, em que a regra é a publicidade.

⁶⁷⁷ Vide JEAN-FRANÇOIS POUDRET / SÉBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, cit., p. 317. Para ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, a natureza do dever de sigilo decorre, desde logo, “de deveres acessórios à própria convenção de arbitragem e de deveres, também acessórios, ao contrato-de-árbitro” (*Tratado da Arbitragem...*, cit., p. 307).

⁶⁷⁸ Cfr. MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 203 (nota de rodapé n.º 247). Em todo o caso, não pode deixar de se salientar que, também na arbitragem, a mencionada regra admite *excepções* (artigo 30.º, n.º 5, 2.ª parte, e n.º 6, da LAV). Por outro lado, a confidencialidade – embora presente na maior parte das vezes – não é uma condição *sine qua non* da arbitragem, no sentido de todos os processos arbitrais serem (ou terem de ser) necessariamente confidenciais. É essa a lição que nos deixa, aliás, a decisão proferida pelo High Court da Austrália, em 07/04/1995, no âmbito do famoso caso *Eso Australia Resources Ltd. and others vs. The Honourable Sidney James Plowman and others* (decisão publicada na *Arbitration International*, vol. 11, n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1995, pp. 235 a 264). Sobre este e outros casos, veja-se, nomeadamente, LEON E. TRAKMAN, “Confidentiality in International Commercial Arbitration”, in *Arbitration International*, vol. 18, n.º 1, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2002, pp. 1 e ss., NIGEL BLACKABY / CONSTANTINE PARTASIDES / ALAN REDFERN / MARTIN HUNTER, *Redfern and Hunter on International Arbitration*, cit., pp. 127 e 128, bem como JAN PAULSSON, “The Decision of the High Court of Australia in Eso/BHP v. Plowman”, e HANS SMIT, “Confidentiality in Arbitration”, ambos os artigos publicados na *Arbitration International*, vol. 11, n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1995, pp. 231 a 234 e 337 a 340, respectivamente.

Salientando, igualmente, o facto de a arbitragem não ser (sempre) sinónimo de confidencialidade, bem como o facto de esta última não ser universalmente reconhecida como parte integral da arbitragem, veja-se, entre outros, JAN PAULSSON / NIGEL RAWDING, “The Trouble with Confidentiality”, in *Arbitration International*, vol. 11, n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1995, p. 303, NIGEL BLACKABY / CONSTANTINE PARTASIDES / ALAN REDFERN / MARTIN HUNTER, *Redfern and Hunter on International Arbitration*, cit., pp. 30, 124, 134 e 135, LAURA A. KASTER, “Confidentiality in U.S. Arbitration”, cit., p. 23, GEORGE BURN / ALISON PEARSALL, “Exceptions to Confidentiality in International Arbitration”, in *Confidentiality in Arbitration: Commentaries on Rules, Statutes, Case Law and Practice*, ICC International Court of Arbitration Bulletin - Special Supplement, Paris, 2009, pp. 23 e ss., DIDIER MATRAY / GAUTIER MATRAY, “La rédaction de la convention d’arbitrage”, cit., p. 76, e, na doutrina portuguesa, RUI PENA, “O(s) equívoco(s) da Confidencialidade na Arbitragem”, in *Estudos de Direito da Arbitragem em Homenagem a Mário Raposo*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2015, pp. 235 a 266, e JOSÉ ROBIN DE ANDRADE, “Publicidade e Impugnação de decisões arbitrais...”, cit., pp. 18 a 21.

⁶⁷⁹ Questão diferente, mas igualmente relevante, é a de saber até onde vai a confidencialidade. Sobre este ponto, veja-se, por exemplo, PATRICK WAUTELET, “Confidentiality and third parties in international commercial arbitration: some

As dificuldades de compatibilização do princípio da publicidade do processo com a arbitragem são, assim, evidentes. A ponto de nos devermos questionar se, afinal, a arbitragem não violará o direito ao processo equitativo, por não respeitar um dos seus mais importantes corolários, a publicidade do processo.

A questão tem sido muito discutida por referência ao artigo 6.º da CEDH – disposição que consagra o direito ao processo equitativo e nos termos da qual se estabelece, de forma expressa, no n.º 1, que “qualquer pessoa tem direito a que a sua causa seja examinada equitativa e *publicamente*”, devendo o julgamento “ser *público*” (com as restrições constantes da parte final do n.º 1) – e a resposta, em geral, tem sido muito clara: a ausência de publicidade na arbitragem não viola o direito ao processo equitativo.

A este respeito, importa, antes de mais, considerar que existem certos direitos, previstos no n.º 1 do artigo 6.º da CEDH, que são susceptíveis de serem *renunciados*, entre os quais se contam o princípio da publicidade⁶⁸⁰. Na verdade, nem a letra, nem o espírito do artigo 6.º, n.º 1, da CEDH, impedem a renúncia, expressa ou tácita, à referida publicidade,

preliminary reflections”, in *L’arbitrage et les tiers - Arbitrage en derden*, Actes du colloque du CEPANI 40 du 28 novembre 2008, n.º 10, Bruylant, Bruxelas, 2008, pp. 105 a 148, e ILEANA M. SMEUREANU, *Confidentiality in International Commercial Arbitration*, cit., pp. 27 e ss.

⁶⁸⁰ Vide GEORGIOS PETROCHILLOS, *Procedural Law in International Arbitration*, cit., p. 122, ALEXIS MOURRE, “Le droit français de l’arbitrage international...”, cit., p. 28, e MATTI S. KURKELA / SANTTU TURUNEN, *Due Process in International Commercial Arbitration*, cit., p. 2. Sobre os mencionados direitos passíveis de serem renunciados (*renúncias parciais*), com a escolha do foro arbitral, veja-se ALEXIS MOURRE, “Le droit français de l’arbitrage international...”, cit., pp. 24 a 28 e 34, e “Réflexions sur quelques aspects du droit à un procès équitable...”, cit., pp. 31 e 32; note-se que, pela sua importância, e conforme anteriormente indicado, o princípio da igualdade das partes não é um desses direitos (cfr. ALEXIS MOURRE, “Le droit français de l’arbitrage international...”, cit., p. 26).

devendo tal renúncia, porém, ser inequívoca e, acima de tudo, não ofender nenhum *interesse público relevante*⁶⁸¹.

Neste sentido, tem sido defendido que as partes, ao recorrerem à arbitragem, estarão, em princípio, e desde que assim tenham consentido, a renunciar à publicidade do julgamento⁶⁸². Renúncia esta que muitas vezes se justificará por razões de privacidade e de confidencialidade (face à inconveniência, em certos casos, das audiências públicas) e que, por norma, não ofenderá “nenhum princípio fundamental, nem nenhum interesse público relevante”⁶⁸³.

Daí que, especificamente por referência ao ordenamento jurídico português (e em relação a alguns dos preceitos que, entre nós, consagram a publicidade), Paula Costa e Silva entenda que a confidencialidade do processo arbitral – e, consequentemente, a ausência de publicidade deste – não viola qualquer comando constitucional⁶⁸⁴. Deste modo, se o artigo 20.º, n.º 4, da CRP (preceito que consagra o direito ao processo equitativo), “se deve entender aplicável ao processo arbitral, uma vez que

⁶⁸¹ Cfr. PIERRE LAMBERT, “L’arbitrage et l’article 6...”, *cit.*, pp. 16 e 17, IRENEU CABRAL BARRETO, “Direito ao exame da causa publicamente”, *cit.*, pp. 160 e 161, e, na jurisprudência do TEDH, o acórdão proferido no caso *Håkansson and Sturesson v. Sweden*, de 21/02/1990 (queixa n.º 11855/85), in <http://www.echr.coe.int/Pages/home.aspx?p=home>.

⁶⁸² Vide GEORGIOS PETROCHILLOS, *Procedural Law in International Arbitration*, *cit.*, p. 150, e JUAN CARLOS LANDROVE, “European Convention on Human Rights’...”, *cit.*, p. 85.

⁶⁸³ PIERRE LAMBERT, “L’arbitrage et l’article 6...”, *cit.*, p. 16. Conforme, de modo muito claro, considerou a anterior Comissão Europeia dos Direitos do Homem, em certos aspectos – particularmente no que respeita à *publicidade* – torna-se evidente que, muitas vezes, os processos arbitrais não têm de estar em conformidade com o artigo 6.º da CEDH (na sua totalidade) e que a convenção de arbitragem envolve uma renúncia à aplicação *integral, sem restrições*, deste artigo [decisão da Comissão Europeia dos Direitos do Homem proferida no âmbito do caso *Nordström-Janzon and Nordström-Lehtinen v. the Netherlands*, de 27/11/1996 (queixa n.º 28101/95), in <http://www.echr.coe.int/Pages/home.aspx?p=home>]. Para Alexis Mourre, esta renúncia à publicidade é, aliás, “lógica, se considerarmos que a confidencialidade é a essência mesma da arbitragem” (ALEXIS MOURRE, “Le droit français de l’arbitrage international...”, *cit.*, p. 28).

⁶⁸⁴ Vide PAULA COSTA E SILVA, “A execução em Portugal de decisões arbitrais...”, *cit.*, pp. 133 a 135.

deve entender-se aplicável a todo o modo de resolução heterónoma de litígios, *a publicidade não integra o seu núcleo*”⁶⁸⁵.

A questão é mais controvertida, porém, no domínio da *arbitragem administrativa* e das *arbitragens de investimento*⁶⁸⁶. Por envolverem Estados ou certas entidades públicas, estes são os casos em que a ausência de publicidade é susceptível de levantar questões mais delicadas, na medida em que poderá estar em causa a defesa do interesse público ou de interesses colectivos relevantes, que justifiquem que deva ser respeitado o princípio da publicidade⁶⁸⁷⁻⁶⁸⁸.

Fora destes casos, dir-se-á, a este propósito, que se as pessoas têm direito a que a sua causa seja julgada *publicamente*, têm igualmente direito a que assim não o seja, usufruindo das (maiores) vantagens de *confidencialidade* sempre que recorram à arbitragem. A vontade das partes de que o seu litígio não chegue à praça pública deve ser atendida⁶⁸⁹, não podendo ser simplesmente ignorada, como seria se se exigisse a

⁶⁸⁵ PAULA COSTA E SILVA, *op. cit.*, pp. 134 e 135.

⁶⁸⁶ Sobre esta questão, veja-se, especialmente, ARMINDO RIBEIRO MENDES, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada, cit.*, p. 86, e “Os Tribunais Arbitrais são tribunais...”, *cit.*, p. 62, bem como JOSÉ ROBIN DE ANDRADE, “Publicidade e Impugnação de decisões arbitrais...”, *cit.*, pp. 18 a 22.

⁶⁸⁷ Por essa razão é que, na sequência da revisão do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA), se veio prever já, expressamente, uma norma que consagra a publicidade das decisões arbitrais (artigo 185.º-B) e que visa assegurar “uma maior transparência no exercício da arbitragem” (FAUSTO DE QUADROS, “Linhas gerais da reforma...”, *cit.*, p. 13). Sendo que, em Portugal, é essa a regra que se verifica já nas arbitragens administradas pelo CAAD, cujas decisões arbitrais são publicitadas, estando acessíveis online no seu respectivo site [cfr. ARMINDO RIBEIRO MENDES, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada, cit.*, p. 86].

A este respeito, acrescente-se que a publicidade tem sido também a regra no domínio das arbitragens de investimento (*vide* JOSÉ ROBIN DE ANDRADE, “Publicidade e Impugnação de decisões arbitrais...”, *cit.*, p. 20, e ARMINDO RIBEIRO MENDES, “Os Tribunais Arbitrais são tribunais...”, *cit.*, p. 62).

⁶⁸⁸ Em consonância com a advertência feita no plano de exposição do nosso trabalho, recorde-se que não tratamos da arbitragem administrativa e das arbitragens de investimento, pelo que nos referimos, sobretudo, às dificuldades de compatibilização do princípio da publicidade do processo com a arbitragem comercial.

⁶⁸⁹ Cfr. ARMINDO RIBEIRO MENDES, “Os Tribunais Arbitrais são tribunais...”, *cit.*, pp. 61 e 62.

publicidade, como regra, na arbitragem⁶⁹⁰. Por outro lado, importa acrescentar que o controlo da correcção e legalidade da sentença arbitral, bem como a transparência do exercício da função jurisdicional (que o princípio da publicidade do processo visa assegurar), poderão ser, de certa forma, alcançados com a intervenção do tribunal estadual no contexto da função de apoio e assistência que, por vezes, é chamado a prestar aos tribunais arbitrais, bem como no âmbito da acção de anulação, do (eventual) recurso e do reconhecimento e execução da sentença arbitral que vierem a ser requeridos⁶⁹¹.

Deste modo, e em suma, um processo arbitral, para ser equitativo, não precisará, em princípio, de ser público (tal como não necessita de observar o princípio do juiz natural, como vimos anteriormente).

II – Em todo o caso, as referidas dificuldades de compatibilização do direito ao processo equitativo com a arbitragem não se ficam apenas por aqui. Problemas poderão surgir, ainda, por exemplo, a respeito do direito a que todos têm que a sua causa seja julgada em *prazo razoável* – outro corolário do direito ao processo equitativo, também ele amplamente consagrado^{692–693}.

⁶⁹⁰ A referida aplicação, como regra, poderia, além do mais, comprometer, seriamente, a vantagem da confidencialidade e, consequentemente, a eficácia da arbitragem. Em muitos casos, poder-se-á mesmo dizer que tal exigência anularia este meio de resolução de conflitos.

⁶⁹¹ Neste sentido, veja-se ARMINDO RIBEIRO MENDES, “Os Tribunais Arbitrais são tribunais...”, *cit.*, p. 62. Esta intervenção do tribunal estadual constitui, para alguns autores, uma forma de “*publicidade indirecta*” [JUAN CARLOS LANDROVE, “European Convention on Human Rights’...”, *cit.*, p. 85 (nota de rodapé n.º 51)].

⁶⁹² Designadamente nos artigos 20.º, n.º 4, 1.ª parte, da CRP, 2.º, n.º 1, do CPC, e 2.º, n.º 1, do CPTA, bem como nos artigos 6.º, n.º 1, da CEDH, e 47.º, 2.º parágrafo, da CDFUE.

⁶⁹³ O direito a uma decisão em prazo razoável é, como se sabe, uma consequência da ideia segundo a qual uma justiça tardia pode significar uma verdadeira *denegação de justiça* e um direito cuja violação é susceptível de fazer incorrer o Estado em responsabilidade civil (tendo valido já a Portugal algumas condenações pelo TEDH) – *cfr.* CARLOS BLANCO DE MORAIS, *Curso de Direito Constitucional...*, tomo II, vol. II,

Além da questão de saber se a exigência de um prazo razoável se pode ou não aplicar à arbitragem (entendemos que sim, embora tal ponto seja controvertido⁶⁹⁴), o problema surge depois em definir o que é um prazo razoável em processo arbitral. A este respeito, importa salientar que, diferentemente do que sucede nos tribunais estaduais, na arbitragem as partes podem fixar, livremente, o prazo para a sentença arbitral ser proferida⁶⁹⁵. Desta forma, não basta apenas atender às *circunstâncias do caso* para determinar o que é o prazo razoável⁶⁹⁶; na arbitragem, a determinação do prazo razoável deve ser feita, em primeiro lugar, por referência à convenção de arbitragem, isto é, por referência ao que as partes possam, eventualmente, ter acordado sobre este ponto.

O princípio do prazo razoável não se aplica, assim, nos mesmos termos do que sucede no processo estadual. Mais uma vez, a arbitragem apresenta certas particularidades – no âmbito dos vários princípios

cit., p. 497, RITA LOBO XAVIER / INÊS FOLHADELA / GONÇALO ANDRADE E CASTRO, *Elementos de Direito Processual Civil...*, *cit.*, p. 130, e ANTÓNIO JÚLIO CUNHA, *Direito Processual Civil Declarativo...*, *cit.*, pp. 85 e 86; sobre o tema, veja-se, especialmente, MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, *cit.*, pp. 49 a 53, JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, *cit.*, § 4.º, I, 4, 4.2, a), M. HENRIQUE MESQUITA, “Arbitragem: competência do tribunal arbitral...”, *cit.*, pp. 1386 e 1387, e TIAGO SERRÃO, “A subsidiariedade da tutela jurisdicional conferida pelo TEDH no âmbito do direito à obtenção de uma decisão em prazo razoável”, in *O Direito*, ano 143.º, IV, Almedina, Coimbra, 2011, pp. 793 a 838.

⁶⁹⁴ A este respeito, veja-se GEORGIOS PETROCHILOS, *Procedural Law in International Arbitration*, *cit.*, pp. 150 e 151, JEAN-HUBERT MOITRY, “Right to a fair trial and the European Convention on Human Rights...”, *cit.*, pp. 120 e 121, e JUAN CARLOS LANDROVE, “European Convention on Human Rights’...”, *cit.*, pp. 85 e 86. Importa recordar, aliás, que uma das vantagens clássicas apontadas à arbitragem – por comparação com os tribunais estaduais – é a *maior celeridade do processo arbitral* (A. FERRER CORREIA, “Da arbitragem comercial internacional”, *cit.*, pp. 174 e 175).

⁶⁹⁵ Cfr. Artigo 43.º, n.º 1, 1.ª parte, da LAV. Sobre este ponto, veja-se MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, pp. 291 a 293.

⁶⁹⁶ O prazo razoável é, em si mesmo, conforme se costuma salientar no âmbito do Direito Processual Civil, um *conceito indeterminado*, que carece de ser concretizado em face das circunstâncias de cada caso – vide JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, *cit.*, § 4.º, I, 4, 4.2, a), RITA LOBO XAVIER / INÊS FOLHADELA / GONÇALO ANDRADE E CASTRO, *Elementos de Direito Processual Civil...*, *cit.*, p. 130, e ANTÓNIO JÚLIO CUNHA, *Direito Processual Civil Declarativo...*, *cit.*, p. 86.

postulados pelo direito ao processo equitativo – que importa ter em atenção.

III – Vistas algumas das (aparentes) dificuldades de compatibilização do direito ao processo equitativo com a arbitragem, duas conclusões fundamentais importa extrair.

A primeira é a de que, mais do que dificuldades, o que verdadeiramente está aqui em causa são certas e relevantes *especificidades* que a arbitragem apresenta – especificidades próprias que advêm da diferente natureza deste meio de resolução alternativa de litígios (em particular da sua origem contratual) e que não deverão ser esquecidas quando estabelecemos comparações com a jurisdição estadual.

Neste sentido, e conforme adverte Mariana França Gouveia, é necessário ter cautelas, quando transpomos, por exemplo, do Direito Processual Civil, o tratamento que é dado aos princípios fundamentais do processo equitativo⁶⁹⁷. Além de não se aplicarem, na arbitragem, *todos* esses princípios fundamentais (caso evidente do princípio do juiz natural), é importante depois ter presente que a não aplicação (ou aparente dificuldade na aplicação) de algum desses princípios não significa, automaticamente, que determinado processo arbitral não seja um processo equitativo ou que a arbitragem, em geral, viole o direito ao processo equitativo⁶⁹⁸ – não nos devemos *precipitar* com tal conclusão.

O segundo ponto – decisivo no âmbito do nosso tema – que cumpre retirar é o de que o problema do conflito entre o *princípio da igualdade das partes* e a constituição do tribunal arbitral, em caso de pluralidade de

⁶⁹⁷ Vide MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 259.

⁶⁹⁸ Neste sentido, vide MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 259. Sobre o tema, veja-se, ainda, ARMINDO RIBEIRO MENDES, “Os Tribunais Arbitrais são tribunais...”, cit., pp. 57 a 65.

partes, é, antes de tudo, um reflexo da complexa relação do direito ao processo equitativo com a arbitragem. Em concreto, o tema de que tratamos é, apenas, mais uma dessas dificuldades de compatibilização, ou melhor, mais uma das importantes especificidades que a arbitragem apresenta a este respeito. O problema começa, justamente, aqui.

É certo que, diferentemente do princípio da publicidade do processo e, sobretudo, do princípio do juiz natural, a relevância e a necessidade de respeito pelo princípio da igualdade das partes na arbitragem é, como vimos, indiscutível. O que é aqui discutível não é, portanto, a aplicação do princípio da igualdade das partes à arbitragem, mas sim o *modo* como este princípio se aplica, em particular no momento da constituição do tribunal arbitral e em caso de pluralidade de partes.

É nesta matéria que, como se viu no âmbito do *caso Dutco*, nos deparamos com especiais dificuldades ao nível da conciliação do princípio da igualdade das partes com o processo de nomeação de árbitros (problema *específico* deste meio de resolução alternativa de litígios, que não encontramos nos tribunais estaduais) e em que surgem fortes dúvidas sobre a forma como tal princípio deverá ser assegurado. Pelo que a questão que formulámos no início do nosso trabalho continua a ser pertinente: conseguirá o legislador português lidar com a constituição do tribunal arbitral nestes casos, sem violar um dos mais importantes corolários do direito ao processo equitativo, isto é, o princípio da igualdade das partes?

Essa é a questão que iremos analisar no capítulo seguinte e cuja resposta será dada no final do nosso trabalho.

4.2.3 – A indeterminação do conceito e alcance do princípio da igualdade das partes

Um terceiro e último problema de fundo prende-se com a indeterminação do conceito e alcance do princípio da igualdade das partes⁶⁹⁹ – problema que não é específico da arbitragem (nem do Direito Processual Civil), mas sim do *princípio da igualdade* em si mesmo.

Como se referiu antes, definir igualdade é tarefa difícil ou mesmo impossível⁷⁰⁰, assim se compreendendo a *ausência de um consenso geral quanto ao conteúdo da igualdade*⁷⁰¹ (não obstante a longa evolução histórica do princípio)⁷⁰². Por outro lado, o facto de estarmos perante uma *ideia dinâmica e aberta* (não estanque), que *evolui* e constantemente se adapta às mutações da sociedade, contribui, do mesmo modo, para as dificuldades de entendimento associadas a tal princípio⁷⁰³, “comuns a qualquer Estado de Direito dos nossos dias”⁷⁰⁴.

⁶⁹⁹ A este propósito, veja-se MICHAEL KRAMER / GUIDO E. URBACH / RETO M. JENNY, “Equal Treatment in Multi-Party Arbitration...”, *cit.*, p. 151.

⁷⁰⁰ A igualdade é, com efeito, um tema complexo, que está estreitamente ligado aos “grandes temas da Ciência e da Filosofia do Direito e do Estado” (JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, *cit.*, p. 310).

⁷⁰¹ Cfr. ANA MARIA GUERRA MARTINS, *A Igualdade e a Não Discriminação...*, *cit.*, p. 46.

⁷⁰² Vide JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, *cit.*, pp. 101 e ss.

⁷⁰³ Veja-se GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, *cit.*, p. 19. O princípio da igualdade é, com efeito, “um daqueles conceitos que admitem níveis de concretização de profundidade diversa” (MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO, “Medida e Intensidade do Controlo da Igualdade...”, *cit.*, p. 110).

⁷⁰⁴ JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, *cit.*, p. 109. Repare-se, aliás, que a própria natureza de *princípio* (caracterizado pela sua generalidade, indeterminação, flexibilidade e abertura) e não de *regra* (regras que, como se sabe, apresentam um conteúdo razoavelmente determinado e asseguram momentos de segurança, certeza e previsibilidade, sendo, no essencial, fechadas ao labor criativo do intérprete) contribui para as dificuldades a que aqui fazemos referência [*vide* VITALINO CANAS, “A proibição do excesso como instrumento mediador de ponderação e optimização (com incursão na teoria das regras e dos princípios)”, in *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, vol. III, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, Coimbra, 2012, pp.

Ora, todas estas dificuldades inerentes à noção e conteúdo do princípio da igualdade reflectem-se depois, como é natural, na própria indefinição do *princípio da igualdade das partes* (seja no processo civil, seja no processo arbitral)⁷⁰⁵.

Sabemos que o princípio deve, sobretudo, ser interpretado em sentido material ou substancial e que o mesmo exige que se trate igualmente o que é igual e desigualmente o que é desigual⁷⁰⁶ (com respeito pelos limites impostos pelo princípio da proporcionalidade). Porém, em concreto, e face ao problema de que aqui tratamos (constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes), o que é que isso significa?

Cada uma das partes tem o direito de indicar um árbitro ou, diferentemente, os vários demandados deverão ser *forçados* a nomear, em conjunto, um árbitro? E, neste último caso, *quid juris* se o não fizerem?

813 e 888]. Sobre a controversa distinção entre *princípios e regras*, veja-se, entre muitos autores, J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, cit., pp. 1159 e ss., MARIA LÚCIA AMARAL, *A Forma da República...*, cit., pp. 104 a 109 e 119 e ss., MARCELO REBELO DE SOUSA, *Direito Constitucional I - Introdução à Teoria da Constituição*, Livraria Cruz, Braga, 1979, pp. 91 e ss., MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Introdução ao Direito*, cit., pp. 246 e ss., VITALINO CANAS, “A proibição do excesso...”, cit., pp. 811 e ss., GUILHERME DRAY, *O Princípio da Proteção do Trabalhador*, cit., pp. 20 a 26, GONÇALO DE ALMEIDA RIBEIRO, “O Constitucionalismo dos Princípios”, in GONÇALO DE ALMEIDA RIBEIRO / LUÍS PEREIRA COUTINHO (organizadores), *O Tribunal Constitucional e a Crise: Ensaios Críticos*, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 71 a 74, e, por referência às críticas feitas à recente “jurisprudência da crise” do Tribunal Constitucional (anteriormente referida), JORGE REIS NOVAIS, *Em defesa do Tribunal Constitucional: Resposta aos críticos*, cit., pp. 95 e ss. e 110 e ss.; para maiores desenvolvimentos sobre esta distinção, veja-se, nomeadamente, ROBERT ALEXY, *Theorie der Grundrechte*, cit., pp. 71 e ss., e RONALD DWORKIN, *Taking Rights Seriously*, Harvard University Press, Cambridge (Massachusetts), 1977, pp. 22 e ss. e 71 a 80.

⁷⁰⁵ Recorde-se que o princípio da igualdade das partes é, conforme anteriormente referido, um corolário do princípio da igualdade consagrado na CRP, isto é, uma projecção processual de tal princípio.

⁷⁰⁶ Tratamento este que, como se mencionou antes, convoca um juízo comparativo e valorativo; sobre este ponto, veja-se, entre outros JORGE REIS NOVAIS, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, cit., p. 109, e MARIA DA GLÓRIA GARCIA, “Princípio da igualdade: da uniformidade à diferenciação...”, cit., pp. 15 a 17.

Deverá o tribunal estadual competente (ou um terceiro competente para o efeito) nomear a totalidade dos árbitros, como vimos na análise feita ao *caso Dutco*? Será isto o que, afinal, exige o princípio da igualdade das partes?

A questão não é, de facto, clara, assim se compreendendo as dificuldades que surgem neste âmbito e que estão bem patentes nas diferentes respostas que, ao nível normativo, as mesmas têm merecido⁷⁰⁷, quer por parte de vários regulamentos de arbitragem (como se viu antes), quer por parte de várias leis nacionais (como veremos no capítulo seguinte).

Seguindo a estrutura que delineámos previamente no plano de exposição do nosso trabalho, vejamos, em profundidade, a solução adoptada pelo legislador português (semelhante e ao mesmo tempo diferente das que vimos até agora), para, no final, concluirmos.

⁷⁰⁷ Cfr. MICHAEL KRAMER / GUIDO E. URBACH / RETO M. JENNY, “Equal Treatment in Multi-Party Arbitration...”, *cit.*, p. 151.

5 – A solução consagrada na LAV

O conflito do princípio da igualdade das partes com a constituição do tribunal arbitral, em caso de pluralidade de partes, não foi ignorado pela LAV.

Na verdade, de forma diferente do que sucedia na anterior lei, a actual LAV prevê, expressamente, uma solução para o problema⁷⁰⁸. Opção que foi fruto da maior atenção que o legislador português passou a dar à *pluralidade de partes* na arbitragem e que, a nosso ver, é de louvar⁷⁰⁹.

Assim, enquanto antes o processo arbitral se encontrava pensado para relações jurídicas com apenas duas partes⁷¹⁰ – em consonância com uma certa tendência de presumir que a arbitragem envolve somente duas partes⁷¹¹ (em virtude, sobretudo, da sua origem contratual⁷¹²) –, a actual

⁷⁰⁸ Sobre as diferenças entre a anterior e a actual LAV, ao nível do regime da constituição do tribunal arbitral, veja-se, em geral, PEDRO ROMANO MARTINEZ, “Constituição do tribunal arbitral e estatuto do árbitro”, in *RIAC*, APA, n.º 5 (2012), Almedina, Coimbra, 2012, pp. 221 a 228.

⁷⁰⁹ A inclusão de normas que prevejam e regulem a pluralidade de partes reforça, a nosso ver, a credibilidade da arbitragem como meio eficaz de resolução alternativa de litígios. Neste sentido, veja-se JEAN-FRANÇOIS POUDRET / SÉBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, cit., pp. 897 e 898, CRISTIÁN CONEJERO ROOS, “Multi-party Arbitration and Rule-making...”, cit., pp. 413 e ss., e IRENE M. TEN CATE, “Multi-Party and Multi-Contract Arbitrations...”, cit., p. 158.

⁷¹⁰ Vide JORGE MORAIS CARVALHO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, cit., p. 144. Este facto resultava, desde logo, do artigo 7.º, n.º 2, da anterior LAV (designação dos árbitros), que pressupunha existir apenas uma parte de cada lado, isto é, demandante de um lado e demandado do outro.

⁷¹¹ Cfr. JULIAN D. M. LEW / LOUKAS A. MISTELIS / STEFAN M. KRÖLL, *Comparative International Commercial Arbitration*, cit., p. 377, KRISTINA MARIA SIIG, “Multi-party arbitration...”, cit., p. 75, NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, cit., p. 351, ERIC A. SCHWARTZ, “Multi-Party Arbitration and the ICC...”, cit., pp. 5 e 6, YVES DERAIS, “The Limits of the Arbitration Agreement in Contracts Involving More Than Two Parties”, in *Complex Arbitrations. Perspectives on their Procedural Implications*, ICC International Court of Arbitration Bulletin - Special Supplement, Paris, 2003, p. 31, e MICHAEL KRAMER / GUIDO E. URBACH / RETO M. JENNY, “Equal Treatment in Multi-Party Arbitration...”, cit., p. 149. A mencionada tendência torna-se evidente ao analisarmos as disposições referentes à designação de árbitros, consagradas em várias leis e regulamentos de arbitragem – algumas dessas disposições pressupõem, com efeito, um modelo de dualidade de partes (vide KRISTINA

LAV veio pôr fim às dúvidas que se poderiam verificar sobre a admissibilidade de processos arbitrais com pluralidade de partes, passando a regular diversos aspectos da questão⁷¹³.

Duas são as disposições contempladas na LAV sobre esta matéria: o artigo 11.º e o artigo 36.º. A primeira centra-se em torno da constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes *inicial*, enquanto a segunda foca-se na temática da intervenção de terceiros (pluralidade de partes *sucessiva*)⁷¹⁴.

MARIA SIIG, “Multi-party arbitration...”, *cit.*, pp. 75 e 76, e NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, *cit.*, p. 351).

Não obstante esta posição que ainda hoje se continua a verificar no plano normativo, importa, no entanto, salientar que, cada vez mais, a pluralidade de partes na arbitragem tem vindo a suscitar a atenção e interesse de vários legisladores, tendo vindo progressivamente a aumentar, nos anos mais recentes, o número de leis e de regulamentos de arbitragem que passaram a incluir normas atinentes à pluralidade de partes (de que a actual LAV é um exemplo); neste sentido, e por referência, em concreto, à intervenção de terceiros, veja-se MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, *cit.*, pp. 152 a 154. Como referimos antes, este aumento acontece, sobretudo, devido ao número crescente de processos arbitrais com pluralidade de partes.

⁷¹² Cfr. NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, *cit.*, p. 351.

⁷¹³ Em todo o caso, apesar do silêncio legislativo a que antes se assistia, a verdade é que os problemas de pluralidade de partes na arbitragem não eram desconhecidos da nossa doutrina e jurisprudência, que já admitia tal pluralidade. A este respeito, veja-se, na vigência da anterior LAV, MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, *cit.*, pp. 499 a 538, ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Jurisprudência comentada...”, *cit.*, pp. 9 a 48, CARLA GONÇALVES BORGES, “Pluralidade de Partes...”, *cit.*, pp. 109 a 153, MIGUEL PINTO CARDOSO / CARLA GONÇALVES BORGES, “Constituição do Tribunal Arbitral...”, *cit.*, pp. 139 a 149, JORGE MORAIS CARVALHO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, *cit.*, pp. 111 a 161, JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “Intervenção de terceiros em processo arbitral”, *cit.*, pp. 183 a 198, e PAULA COSTA E SILVA / MARCO GRADI, “A Intervenção de Terceiros...”, *cit.*, pp. 41 a 66. Na jurisprudência, veja-se, particularmente, o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 18/05/2004, *cit.* (acórdão que será mais à frente analisado). Por outro lado, note-se que, mesmo nesta altura, alguns dos problemas da pluralidade de partes na arbitragem já se encontravam previstos, entre nós, em regulamentos de arbitragem. Era o que sucedia, por exemplo, no anterior Regulamento de Arbitragem do CAC (versão de 2008), cujos artigos 8.º, 24.º e 25.º se referiam, respectivamente, à constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes, à apensação de processos e à intervenção de terceiros.

⁷¹⁴ No artigo 36.º iremos analisar, em particular, os n.ºs 2 e 6 – preceitos que se revestem de particular importância para o problema do conflito do princípio da igualdade das partes com a constituição do tribunal arbitral.

Antes, porém, de analisarmos, em concreto, a solução consagrada pelo legislador para o problema de que tratamos, uma importante questão terminológica cumpre resolver: a de saber *se* e *como* deverão ser transpostos os conceitos de pluralidade de partes, tal como os conhecemos do Direito Processual Civil, para a arbitragem. Questão pertinente, uma vez que, tal como observa Miguel Teixeira de Sousa, “o ambiente da arbitragem não deve ser equiparado ao ambiente dos processos que correm perante a jurisdição estadual, o que impõe algum *cuidado* na transposição de conceitos próprios desta jurisdição para a arbitragem”⁷¹⁵, sobretudo dos conceitos de *litisconsórcio* e *coligação*, bem como da própria noção de *terceiros*.

Vejamos, então, brevemente, as dificuldades associadas a tal transposição.

5.1 – Questão prévia: a pluralidade de partes no Direito Processual Civil e na LAV. As dificuldades na transposição dos conceitos de litisconsórcio, coligação e intervenção de terceiros

I – *Partes* são as pessoas que requerem, ou contra as quais é requerida, através da acção, a providência judiciária⁷¹⁶. Este conceito, de carácter formal⁷¹⁷, provém de uma antiga concepção “guerresca” em que o

⁷¹⁵ MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, *cit.*, p. 149.

⁷¹⁶ Vide MANUEL DE ANDRADE, *Noções Elementares de Processo Civil*, *cit.*, p. 75, ANTUNES VARELA / J. MIGUEL BEZERRA / SAMPAIO E NORA, *Manual de Processo Civil*, *cit.*, p. 107, e, na doutrina alemã, OTHMAR JAUERNIG / BURKHARD HESS, *Zivilprozessrecht: ein Studienbuch*, *cit.*, p. 67.

⁷¹⁷ Recorde-se, a este propósito, a conhecida distinção entre parte em sentido *formal* e parte em sentido *material*. No primeiro sentido, parte é aquele que propõe ou contra quem é proposta a acção (bem como o sucessor da parte primitiva e quem subsequentemente intervier no processo); no segundo caso, parte é o sujeito da relação material controvertida, sujeito este cuja determinação “não interessa à configuração das partes processuais, mas apenas (...) à determinação da sua legitimidade” – JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, *cit.*, p. 75. Ora, conforme salienta José

processo é concebido como um *combate* legalizado, perante o tribunal que decidirá o litígio em causa⁷¹⁸, isto é, como um combate no qual se defrontam o autor (com a sua pretensão) e o réu (com a sua oposição)⁷¹⁹.

Neste sentido, autor e réu formam as chamadas *partes principais* do processo, o “protagonista e o antagonista” do drama judiciário⁷²⁰. Ao lado destas, porém, existem ainda as *partes acessórias*, isto é, os titulares de situações jurídicas conexas com o objecto do processo, que intervêm em posição subordinada em relação a uma das partes principais, visando

Lebre de Freitas, “apenas em sentido formal se constitui a parte processual”, embora, na configuração do pressuposto da legitimidade, o direito processual recorra a qualificações do direito material (*Introdução ao Processo Civil...*, cit., p. 75). A distinção acaba, no entanto, por ser desvalorizada por alguns Autores – cfr. ADELINO DA PALMA CARLOS, *Ensaio sobre o litisconsórcio*, Centro Tip. Colonial, Lisboa, 1956, pp. 57 e 58 (nota de rodapé n.º 1), e JOÃO DE CASTRO MENDES, *Direito Processual Civil*, vol. II, AAFDL, Lisboa, 2012 (reimpressão), p. 8 (nota de rodapé n.º 3). Sobre esta matéria, veja-se, ainda, JOSÉ ALBERTO DOS REIS, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, 3.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2004 (reimpressão), pp. 75 e 76 (anotação ao artigo 27.º), JOÃO DE CASTRO MENDES, “Subsídios para o estudo do direito de intervenção”, in *ROA*, ano 12, n.ºs 3 e 4, Lisboa, 1952, pp. 179 a 183, JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, cit., § 20.º, I, 3, 3.1 (Autores que, a respeito da qualidade de parte, fazem também referência a uma concepção funcional), PAULA COSTA E SILVA, *Um Desafio à Teoria Geral do Processo. Repensando a Transmissão da Coisa ou Direito em Litígio. Ainda um Contributo para o Estudo da Substituição Processual (Uma segunda Ed.?)*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pp. 125 e ss., MARIA JOSÉ CAPELO, *Interesse processual e legitimidade singular nas acções de filiação*, BFDUC, Studia Ivridica, n.º 15, Coimbra Editora, Coimbra, 1996, pp. 158 a 161, JOSÉ LEBRE DE FREITAS / ISABEL ALEXANDRE, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, cit., p. 36, J. P. REMÉDIO MARQUES, *Acção Declarativa à luz do Código Revisto*, cit., pp. 373 e 374, e JOEL TIMÓTEO RAMOS PEREIRA, *Prontuário de Formulários e Trâmites*, vol. III - Excepções da Instância, Quid Juris, Lisboa, 2008, p. 477.

⁷¹⁸ Cfr. MANUEL DE ANDRADE, *Noções Elementares de Processo Civil*, cit., p. 75.

⁷¹⁹ Vide ADELINO DA PALMA CARLOS, *Ensaio sobre o litisconsórcio*, cit., p. 57. Note-se que, quando nos referimos aqui a *autor* e *réu*, estamos a incluir também, por exemplo, o *exequente* e o *executado*, o *demandante* e o *demandado*, o *requerente* e o *requerido* – terminologia mais adequada, respectivamente, em processo executivo, arbitral e em determinados processos especiais (cfr. ANTUNES VARELA / J. MIGUEL BEZERRA / SAMPAIO E NORA, *Manual de Processo Civil*, cit., p. 108).

⁷²⁰ PIERO CALAMANDREI, *Istituzioni di Diritto Processuale Civile secondo il nuovo codice*, parte seconda, Cedam, Pádua, 1943, p. 182, e ADELINO DA PALMA CARLOS, *Ensaio sobre o litisconsórcio*, cit., p. 58.

auxiliar essa mesma parte⁷²¹ – é o caso típico do assistente, previsto nos artigos 326.º a 332.º do CPC⁷²².

Por sua vez, uma vez determinado quem é parte, considera-se *terceiro* todo aquele que não o é, ou seja, todo aquele que não figura no processo como parte (conceito de carácter negativo). *Terceiro é*, pois, *aquele que não é parte*⁷²³ ou, concretizando um pouco mais, aquele que, “sob o ponto de vista da sua qualidade jurídica, puder ser considerado um sujeito distinto de qualquer das partes iniciais”⁷²⁴. A palavra *terceiro*, tomada aqui em sentido processual, contrapõe-se, portanto, a parte⁷²⁵.

⁷²¹ Vide MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *As partes, o objecto e a prova na acção declarativa*, Lex, Lisboa, 1995, p. 12, JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, cit., § 20.º, II, 2, 2.1, ANTUNES VARELA / J. MIGUEL BEZERRA / SAMPAIO E NORA, *Manual de Processo Civil*, cit., p. 109, e JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., p. 75.

⁷²² Além do assistente, acrescente-se que também o Ministério Público pode intervir acessoriamente nos termos do artigo 325.º do CPC, embora a sua posição seja um pouco diferente da do assistente – *cfr.* JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., p. 75 (nota de rodapé n.º 3); sobre este ponto, veja-se, ainda, JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, cit., § 20.º, II, 2, 2.2.

⁷²³ *Cfr.* JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., pp. 76 e 77, JOÃO DE CASTRO MENDES, *Direito Processual Civil*, vol. II, cit., p. 9, ANTÓNIO JÚLIO CUNHA, *Limites Subjectivos do Caso Julgado e a Intervenção de Terceiros*, Quid Juris, Lisboa, 2010, pp. 108 a 110, SALVADOR DA COSTA, *Os Incidentes da Instância*, 7.ª ed., Almedina, Coimbra, 2014, p. 70, e MANUEL AUGUSTO GAMA PRAZERES, *Da Intervenção de Terceiros na Relação Processual*, Livraria Athena, Porto, 1972, p. 12. É esta a definição clássica de terceiro, que encontramos também, por exemplo, em ENRICO TULLIO LIEBMAN, *Manuale di Diritto Processuale Civile. Principi*, 5.ª ed., Giuffrè Editore, Milão, 1992, p. 82, e em PIERO CALAMANDREI, *Istituzioni di Diritto Processuale Civile...*, cit., p. 199.

⁷²⁴ MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, cit., p. 157. Desta forma, para MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, não serão terceiros (por não assumirem uma qualidade jurídica distinta de qualquer das partes iniciais): (i) o *representado*; (ii) os *sucedores, mortis causa* ou *inter vivos*, das partes iniciais; (iii) aquele a quem foi *cedido o crédito litigioso*; e (iv) aquele que assumiu, por *cessão da posição contratual* ou por *assunção de dívida*, a posição das partes iniciais. O mesmo se poderá, ainda, afirmar a respeito da *sub-rogação pessoal*, da *substituição processual do adquirente* ou *cessionário pelo transmitente ou cedente* e do incidente de *habilitação* (*op. cit.*, pp. 157 e 158).

⁷²⁵ *Cfr.* JOSÉ ALBERTO DOS REIS, “Intervenção de terceiros (Código de Processo Civil, artigos 325 e segs.)”, in *BFDUC*, vols. XXIII e XXIV, Coimbra Editora, Coimbra, 1948, p. 313 (vol. XXIII). No conceito de terceiro compreendem-se, ainda, os chamados *intervenientes acidentais*, isto é, as testemunhas, peritos, bem como todos

Ora, a regra geral em processo civil é, como se sabe, a da *dualidade de partes* (autor-réu, exequente-executado, demandante-demandado, requerente-requerido, etc.). E, na verdade, na maior parte das acções são duas as partes que se defrontam⁷²⁶.

Sucede, porém, que nem sempre é assim. Casos há em que se confrontam na acção vários autores e/ou vários réus, isto é, em que o processo apresenta não uma dualidade, mas sim uma *pluralidade de partes*⁷²⁷ ou *cumulação subjectiva*⁷²⁸⁻⁷²⁹. Pluralidade esta que pode ser

aqueles sujeitos (além do tribunal e das partes) que, não tendo interesse na causa, “colaboram na realização da função processual” – JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., p. 77, nota de rodapé n.º 6 (intervenientes acidentais, por vezes também designados por “auxiliares processuais” ou “participantes processuais”, designadamente em MANUEL DE ANDRADE, *Noções Elementares de Processo Civil*, cit., p. 75, e MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Introdução ao Processo Civil*, cit., p. 32).

⁷²⁶ Cfr. ANTUNES VARELA / J. MIGUEL BEZERRA / SAMPAIO E NORA, *Manual de Processo Civil*, cit., pp. 159 e 160. Conforme observam vários autores, o processo exige, pelo menos, duas partes contrapostas, quer dizer uma ou mais partes activas e uma ou mais partes passivas (vide, entre outros, MANUEL DE ANDRADE, *Noções Elementares de Processo Civil*, cit., p. 75, e JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, cit., § 20.º, II, 1, 1.2), não sendo admitidos os chamados “processos consigo próprio”, em que o autor e o réu são a mesma pessoa (JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *op. cit.*; sobre este ponto, veja-se, ainda, OTHMAR JAUERNIG / BURKHARD HESS, *Zivilprozessrecht: ein Studienbuch*, cit., pp. 70 e 71).

⁷²⁷ Em rigor, “pluralidade” é um termo que se opõe a unidade, abrangendo portanto a dualidade. Importa, porém, salientar que a expressão “pluralidade de partes” não se contrapõe aqui a unidade, mas sim a dualidade. Ou seja, o termo pluralidade de partes é usado não no sentido de dualidade, mas sim no sentido de haver *mais que duas partes* – vide JOÃO DE CASTRO MENDES, *Direito Processual Civil*, vol. II, cit., p. 171 (nota de rodapé n.º 189), e “Breves reflexões sobre o conceito de litisconsórcio”, in *Jornal do Fôro*, ano 19 (1955), separata, Lisboa, 1956, p. 7, JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, cit., § 26.º, I, 1, e ADELINO DA PALMA CARLOS, *Ensaio sobre o litisconsórcio*, cit., pp. 58 e 77 (nota de rodapé n.º 3).

⁷²⁸ *Cumulação subjectiva*, na medida em que há uma *cumulação* de partes (mais de duas) na mesma lide (cfr. ADELINO DA PALMA CARLOS, *Ensaio sobre o litisconsórcio*, cit., pp. 49 e 50).

⁷²⁹ Sobre a pluralidade de partes ou *cumulação subjectiva*, em geral, veja-se MANUEL DE ANDRADE, *Noções Elementares de Processo Civil*, cit., pp. 76 e 77, ANTUNES VARELA / J. MIGUEL BEZERRA / SAMPAIO E NORA, *Manual de Processo Civil*, cit., pp. 159 a 170, ADELINO DA PALMA CARLOS, *Direito Processual Civil*, vol. I, AADFL, Lisboa, 1964, pp. 331 e ss., e *Ensaio sobre o litisconsórcio*, cit., pp. 57 e ss., JOÃO DE CASTRO MENDES, *Direito Processual Civil*, vol. II, cit., pp. 171 e ss., JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, cit., § 26.º, MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *As partes, o objecto e a prova na acção declarativa*, cit.,

activa (vários autores e um réu), *passiva* (um autor e vários réus) ou *mista* (vários autores e vários réus)⁷³⁰ e que, por sua vez, pode ser *inicial* (*ab initio*, desde a propositura da acção, existe já uma pluralidade de partes) ou *sucessiva* (quando essa pluralidade tem lugar não desde o início, mas sim no decurso do processo, como sucede nos casos de *intervenção de terceiros*)⁷³¹. Por outro lado, à cumulação subjectiva pode ainda somar-se a *cumulação objectiva*, isto é, a cumulação de pedidos ou de causas de pedir⁷³²⁻⁷³³.

pp. 59 a 96, e RUI PINTO, “Problemas da legitimidade processual - à luz das reformas introduzidas pelos Decretos-Lei nº 329-A/95, de 12 de Dezembro, e nº 180/96, de 25 de Setembro”, in *Aspectos do novo Processo Civil*, Lex, Lisboa, 1997, pp. 175 a 193.

⁷³⁰ Cfr. ADELINO DA PALMA CARLOS, *Direito Processual Civil*, vol. I, cit., pp. 331 e 332, ANTUNES VARELA / J. MIGUEL BEZERRA / SAMPAIO E NORA, *Manual de Processo Civil*, cit., p.160, e PAULO PIMENTA, *Processo Civil Declarativo*, cit., p. 71. A este respeito, cumpre observar que apenas consideramos aqui a chamada *pluralidade de partes por coordenação* (situação em que existem mais do que duas partes principais) e não a *pluralidade de partes por subordinação* (caso em que, além das duas partes principais, existe uma ou mais partes acessórias); sobre esta distinção, veja-se JOÃO DE CASTRO MENDES, “Breves reflexões sobre o conceito de litisconsórcio”, cit., p. 8, *Direito Processual Civil*, vol. II, cit., pp. 171 e 172, e JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, cit., § 26.º, I, 1.

⁷³¹ Vide ANTUNES VARELA / J. MIGUEL BEZERRA / SAMPAIO E NORA, *Manual de Processo Civil*, cit., p.163, PAULO PIMENTA, *Processo Civil Declarativo*, cit., p. 71, RITA LOBO XAVIER / INÊS FOLHADELA / GONÇALO ANDRADE E CASTRO, *Elementos de Direito Processual Civil...*, cit., p. 173, JORGE AUGUSTO PAIS DE AMARAL, *Direito Processual Civil*, 12.ª ed., Almedina, Coimbra, 2015, p. 122, e ANA PRATA, *Dicionário Jurídico*, vol. I, cit., p. 1074.

⁷³² A propósito da cumulação objectiva, veja-se ADELINO DA PALMA CARLOS, *Ensaio sobre o litisconsórcio*, cit., pp. 48 a 52 e *Direito Processual Civil*, vol. I, cit., pp. 331 e ss. e 374, e ANTUNES VARELA / J. MIGUEL BEZERRA / SAMPAIO E NORA, *Manual de Processo Civil*, cit., p. 160. A cumulação subjectiva pode verificar-se com ou sem cumulação objectiva, e vice-versa. Ou seja, esta última pode, nos termos do artigo 555.º do CPC, ser simples (quando o mesmo autor deduz contra o mesmo réu mais de um pedido), podendo também combinar-se com a pluralidade de partes – cfr. JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., p. 208, e JOSÉ ALBERTO DOS REIS, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, cit., pp. 373 e 374, e *Comentário ao Código de Processo Civil*, vol. III, Coimbra Editora, Coimbra, 1946, pp. 143 a 170.

⁷³³ Conforme refere Mariana França Gouveia, note-se que, tradicionalmente, na nossa doutrina, a matéria das pluralidades objectivas tem sido tratada do ponto de vista da pluralidade de *pedidos* (MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *A causa de pedir na acção declarativa*, Almedina, Coimbra, 2004, pp. 201 e ss.).

II – No Direito Processual Civil, a pluralidade de partes contempla duas figuras distintas: o *litisconsórcio* e a *coligação*. Ambas se encontram previstas em sede de *legitimidade das partes* (artigos 30.º a 39.º do CPC), ou seja, o legislador optou por reduzir a referida pluralidade a um problema de legitimidade das partes – algo que tem sido criticado pela nossa doutrina, atendendo às dúvidas conceituais que o referido enquadramento levanta⁷³⁴.

Mais problemática, porém, é a distinção entre estes dois conceitos, que se tem vindo a revelar particularmente difícil, uma vez que o próprio CPC não os define; facto que leva Adelino da Palma Carlos a defender que a preceituação da lei portuguesa é, a este respeito, “mais que insuficiente”, sendo constantes as confusões neste domínio⁷³⁵ (situação que se mantém no actual CPC).

Com efeito, a distinção entre *litisconsórcio* e *coligação* é, desde há muito, “um problema cruciante do direito processual civil”⁷³⁶, dividindo-se, geralmente, a nossa doutrina entre dois critérios de distinção: o critério da unidade/pluralidade de relações materiais controvertidas⁷³⁷ e o critério da unidade/pluralidade de pedidos^{738–739}. A questão é, de facto,

⁷³⁴ Vide JOSÉ LEBRE DE FREITAS / ISABEL ALEXANDRE, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, cit., p. 75, e ADELINO DA PALMA CARLOS, *Direito Processual Civil*, vol. I, cit., pp. 333 e ss. e *Ensaio sobre o litisconsórcio*, cit., pp. 61 e ss.

⁷³⁵ ADELINO DA PALMA CARLOS, *Ensaio sobre o litisconsórcio*, cit., p. 62.

⁷³⁶ ADELINO DA PALMA CARLOS, *Ensaio sobre o litisconsórcio*, cit., p. 99.

⁷³⁷ É este o critério defendido, designadamente, por ADELINO DA PALMA CARLOS, *Ensaio sobre o litisconsórcio*, cit., pp. 113 a 126, *Direito Processual Civil*, vol. I, cit., pp. 350 e 351, e *Direito Processual Civil*, vol. II, AADFL, Lisboa, 1964, pp. 46 e 47, ANTUNES VARELA / J. MIGUEL BEZERRA / SAMPAIO E NORA, *Manual de Processo Civil*, cit., p. 161, PAULO PIMENTA, *Processo Civil Declarativo*, cit., pp. 71 e 76, J. P. REMÉDIO MARQUES, *Acção Declarativa à luz do Código Revisto*, cit., pp. 384 e 385, e JACINTO FERNANDES RODRIGUES BASTOS, *Notas ao Código de Processo Civil*, vol. I, 3.ª ed., Lisboa, 1999, pp. 76 e 81.

⁷³⁸ Neste sentido, veja-se, entre outros, JOSÉ ALBERTO DOS REIS, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, cit., p. 374, e *Comentário ao Código de Processo Civil*, vol. III, cit., pp. 143 a 170, JOÃO DE CASTRO MENDES, *Direito Processual Civil*, vol. II, cit., pp. 176 e ss., e “Breves reflexões sobre o conceito de *litisconsórcio*”, cit., pp. 11 a 14, JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., pp. 204 e ss., JOSÉ

controvertida, sendo que o próprio CPC contribui para que assim seja, uma vez que, se por um lado parece definir o litisconsórcio pela unidade da “relação material controvertida” (artigos 32.º e 33.º), por outro aparenta definir a coligação pela pluralidade de pedidos (artigo 36.º)⁷⁴⁰. Ou seja, o CPC não permaneceu alheio à dificuldade em distinguir as duas figuras.

Por sua vez, importa acrescentar que a distinção entre estas duas figuras de pluralidade de partes é desconhecida de muitos ordenamentos jurídicos, que as não diferenciam, limitando-se, “com maior simplicidade, a distinguir litisconsórcio voluntário (abrangendo a nossa coligação) e litisconsórcio necessário”^{741–742}.

LEBRE DE FREITAS / ISABEL ALEXANDRE, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, *cit.*, pp. 83, 84, e 90, e MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *As partes, o objecto e a prova na acção declarativa*, *cit.*, pp. 59, 60, 87 e 88.

⁷³⁹ Referindo-se, ainda, a um alegado *critério da unidade e pluralidade de interesses*, veja-se ADELINO DA PALMA CARLOS, *Ensaio sobre o litisconsórcio*, *cit.*, pp. 105 a 113, e *Direito Processual Civil*, vol. I, *cit.*, pp. 349 e 350, bem como ARTUR ANSELMO DE CASTRO, *Lições de Processo Civil*, coligadas e publicadas por ABÍLIO NETO, Almedina, Coimbra, 1964, p. 311.

⁷⁴⁰ Vide JOÃO DE CASTRO MENDES, *Direito Processual Civil*, vol. II, *cit.*, p. 176, JOSÉ LEBRE DE FREITAS / ISABEL ALEXANDRE, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, *cit.*, pp. 83 e 84, e JOÃO PEDRO PINTO-FERREIRA, “Litisconsórcio necessário legal e litisconsórcio necessário natural. A necessidade ou não da distinção”, in *Themis - FDUNL*, ano X, n.º 19 (2010), Almedina, Coimbra, 2011, p. 78.

⁷⁴¹ JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, *cit.*, p. 205 (nota de rodapé n.º 2). Salientando, igualmente, esta diferença do ordenamento jurídico português em relação à generalidade dos sistemas processuais, que não distinguem litisconsórcio de coligação, veja-se, por exemplo, ADELINO DA PALMA CARLOS, *Ensaio sobre o litisconsórcio*, *cit.*, pp. 72 e 73, JOSÉ LEBRE DE FREITAS / ISABEL ALEXANDRE, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, *cit.*, p. 85, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *A causa de pedir na acção declarativa*, *cit.*, pp. 223 e 224 (nota de rodapé n.º 725), e JOÃO PEDRO PINTO-FERREIRA, “Litisconsórcio necessário legal e litisconsórcio necessário natural...”, *cit.*, p. 75. Para uma perspectiva comparativa (direitos espanhol, alemão e italiano) sobre a cumulação subjectiva (e objectiva), veja-se MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *A causa de pedir na acção declarativa*, *cit.*, pp. 223 a 239.

⁷⁴² Sobre a possível razão de ser desta distinção, veja-se MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *A causa de pedir na acção declarativa*, *cit.*, pp. 243 e 244, e JOÃO PEDRO PINTO-FERREIRA, “Litisconsórcio necessário legal e litisconsórcio necessário natural...”, *cit.*, pp. 75 e 76.

Tudo isto, em suma, faz com que seja mais difícil pensar-se na transposição dos conceitos de litisconsórcio e coligação (tal como os conhecemos do nosso Direito Processual Civil) para a arbitragem.

Na verdade, conforme resulta do CPC, sabemos que o litisconsórcio⁷⁴³ se distingue em *voluntário* (artigo 32.º) e *necessário* (artigo 33.º). O primeiro é a regra e o segundo a excepção, ou seja, a regra é a de que os sujeitos da relação plural não têm de intervir em conjunto na acção, embora possam fazê-lo se assim o entenderem⁷⁴⁴. Deixa-se, deste modo, na disponibilidade das partes a possibilidade de constituição ou não do litisconsórcio, não se verificando qualquer ilegitimidade pelo facto de não estarem todos presentes em juízo⁷⁴⁵.

Sabemos, igualmente, que este princípio geral sofre certos desvios, impondo-se o litisconsórcio, ou melhor, tornando-se este *necessário*: (i) quando a *lei* ou o *negócio* exigir a intervenção dos vários interessados na relação controvertida (artigo 33.º, n.º 1, do CPC); e (ii) quando, pela própria *natureza da relação jurídica*, a intervenção de todos os interessados for necessária para que a decisão a obter produza o seu efeito útil normal (artigo 33.º, n.º 2, do CPC). Fala-se, a este respeito, de uma tripartição que leva a classificar o litisconsórcio necessário em legal,

⁷⁴³ A figura do litisconsórcio – que, etimologicamente, significa comparticipação na lide (*litis + consortium*) – é muito antiga, sendo já admitida no Direito Romano, designadamente no processo das *leges actiones* e, particularmente, no *agere per formulas* e na *cognitio extra ordinem*. Neste sentido, veja-se A. SANTOS JUSTO, *Direito Privado Romano*, vol. I, *Parte Geral (Introdução. Relação jurídica. Defesa dos direitos)*, 5.ª ed., BFDUC, Studia Iuridica, n.º 50, Coimbra Editora, Coimbra, 2011, pp. 281 e 282, e FRANCISCO MANUEL LUCAS FERREIRA DE ALMEIDA, *Direito Processual Civil*, vol. I, *cit.*, p. 421 (nota de rodapé n.º 2).

⁷⁴⁴ Cfr. ANTUNES VARELA / J. MIGUEL BEZERRA / SAMPAIO E NORA, *Manual de Processo Civil*, *cit.*, p. 164, e MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *As partes, o objecto e a prova na acção declarativa*, *cit.*, p. 73.

⁷⁴⁵ Em todo o caso, se o interessado intervier isoladamente, o tribunal apenas pode e deve conhecer da respectiva quota-parte do interesse ou da responsabilidade, ainda que o pedido abranja a totalidade (artigo 32.º, n.º 1, parte final, do CPC).

convencional e natural⁷⁴⁶. Desta forma, ao contrário do que sucede com o litisconsórcio voluntário, que decorre exclusivamente da vontade dos interessados, o litisconsórcio necessário é “imposto aos vários interessados na mesma relação jurídica, quando ela vai ser apreciada em juízo”⁷⁴⁷. Aqui já se verificará a ilegitimidade no caso de faltar qualquer dos interessados⁷⁴⁸.

Porém, não fazendo a LAV, nesta matéria, qualquer remissão para o CPC, e não se aplicando este subsidiariamente à arbitragem (como veremos melhor *infra*), será que poderemos considerar aplicáveis, ao processo arbitral, tais disposições do CPC?

Idêntica questão se poderá colocar, de resto, a propósito da coligação.

A coligação (que também poderá ser voluntária ou necessária⁷⁴⁹) vem prevista, como se sabe, nos artigos 36.º, 37.º e 38.º do CPC, e

⁷⁴⁶ JOSÉ LEBRE DE FREITAS e ISABEL ALEXANDRE entendem, porém, que litisconsórcio necessário legal e litisconsórcio necessário natural “constituem, na realidade, uma mesma categoria, definida pelas normas aplicáveis do direito material” (*Código de Processo Civil anotado*, vol. I, *cit.*, p. 77). Em sentido contrário, defendendo o tratamento autónomo do litisconsórcio necessário legal e natural, veja-se JOÃO PEDRO PINTO-FERREIRA, “Litisconsórcio necessário legal e litisconsórcio necessário natural...”, *cit.*, pp. 85 a 113. Sobre o litisconsórcio necessário, e a referida tripartição, veja-se, em particular, MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, *cit.*, pp. 156 a 164, e JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, *cit.*, § 26.º, IV.

⁷⁴⁷ Vide ADELINO DA PALMA CARLOS, *Ensaio sobre o litisconsórcio*, *cit.*, p. 151.

⁷⁴⁸ A pedra de toque que diferencia o litisconsórcio necessário do voluntário é, assim, a impossibilidade de compor definitivamente o litígio “sem a presença de todos os interessados, por o interesse em causa não comportar uma definição ou realização parcelar” (JOSÉ LEBRE DE FREITAS / ISABEL ALEXANDRE, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, *cit.*, p. 78).

⁷⁴⁹ Tal como o litisconsórcio, a coligação pode ser voluntária ou necessária. Em regra é voluntária, isto é, a coligação pode ter lugar por iniciativa de um ou de vários autores, não se verificando uma situação de ilegitimidade pela falta de qualquer autor ou réu [a voluntariedade da coligação infere-se, desde logo, da própria redacção dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 36.º do CPC: “é permitida a coligação...”, “é igualmente lícita a coligação...”, “é admitida a coligação...” (*cfr.* ANTUNES VARELA / J. MIGUEL BEZERRA / SAMPAIO E NORA, *Manual de Processo Civil*, *cit.*, p. 169)]. Por sua vez, a coligação é necessária sempre que todos os interessados se devam coligar ou devam ser demandados em regime de coligação, sob pena de a falta de qualquer deles gerar

pressupõe uma pluralidade de partes principais e uma pluralidade de pedidos. Neste sentido, dos citados artigos resulta ser permitida a coligação de autores contra um ou vários réus, podendo, igualmente, um autor demandar conjuntamente vários réus, por pedidos diferentes, desde que se verifiquem certas *condições de fundo* e de *forma*, isto é, certos *requisitos objectivos e processuais*⁷⁵⁰ – requisitos que se compreendem no processo civil, uma vez que a admissibilidade sem limites da coligação poderia gerar grande complexidade processual, comprometendo a celeridade e a prolação da sentença em prazo razoável⁷⁵¹.

Resumidamente, quanto às *condições de fundo*, importa salientar que as coligações de autores ou de réus serão admissíveis quando se verifique alguma das seguintes hipóteses: (i) a causa de pedir seja a mesma e única (artigo 36.º, n.º 1); (ii) os pedidos estejam entre si numa relação de prejudicialidade ou de dependência (artigo 36.º, n.º 1); (iii)

ilegitimidade (cfr. MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *As partes, o objecto e a prova na acção declarativa*, cit., p. 89) – nestes casos, o regime do litisconsórcio necessário será, em princípio, aplicável à coligação necessária [vide JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., pp. 205 e 206 (nota de rodapé n.º 3), e JOSÉ LEBRE DE FREITAS / ISABEL ALEXANDRE, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, cit., pp. 85 e 607.

⁷⁵⁰ Sobre as mencionadas condições de fundo e de forma (ou requisitos objectivos e processuais), veja-se ADELINO DA PALMA CARLOS, *Ensaio sobre o litisconsórcio*, cit., pp. 127 a 138 e *Direito Processual Civil*, vol. I, cit., pp. 371 a 381, MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *As partes, o objecto e a prova na acção declarativa*, cit., pp. 91 a 94 (referindo-se a uma *compatibilidade substantiva e processual*, bem como à necessidade de uma *conexão objectiva* entre os pedidos coligados), e PAULO PIMENTA, *Processo Civil Declarativo*, cit., pp. 76 a 78.

⁷⁵¹ Cfr. JOEL TIMÓTEO RAMOS PEREIRA, *Prontuário de Formulários e Trâmites*, vol. III, cit., p. 710. Note-se que caso haja violação, ou se verifique a falta de algum dos mencionados requisitos, a coligação será *ilegal* (op. cit., pp. 722 a 730). A lei processual prevê, todavia, formas de suprimento da coligação ilegal. Desde logo, se não se verificar a conexão exigida no artigo 36.º do CPC – caso em que estaremos perante uma excepção dilatória nos termos do artigo 577.º, alínea f), do CPC –, o juiz notificará o autor para indicar qual o pedido que pretende ver apreciado no processo, sob pena de absolvição do(s) réu(s) da instância (artigo 38.º do CPC). Por outro lado, se aos pedidos formulados corresponderem formas de processo diferentes, mas que não sigam uma tramitação manifestamente incompatível, o juiz poderá autorizar a cumulação, “sempre que nela haja interesse relevante ou quando a apreciação conjunta das pretensões seja indispensável para a justa composição do litígio” (artigo 37.º, n.º 2, do CPC).

quando, apesar de ser diferente a causa de pedir, a procedência dos pedidos principais dependa essencialmente da apreciação dos mesmos factos ou da interpretação e aplicação das mesmas regras de direito ou de cláusulas de contratos perfeitamente análogas (artigo 36.º, n.º 2); e (iv) os pedidos formulados contra os vários réus se fundem na invocação da obrigação cartular, quanto a uns, e da respectiva relação subjacente, quanto a outros (artigo 36.º, n.º 3)⁷⁵².

As condições de forma estão previstas no n.º 1 do artigo 37.º do CPC e são duas: a primeira refere-se à forma do processo e a segunda à competência do tribunal. Assim, é necessário que, em qualquer coligação, aos pedidos formulados corresponda a mesma forma de processo e que o tribunal tenha competência internacional, material e hierárquica para apreciar os diferentes pedidos em causa⁷⁵³.

Ora, estes requisitos da coligação justificam-se, como referimos, em processo civil, mas já não em processo arbitral. Pegando nas condições de forma ou requisitos processuais que mencionámos em último lugar, repare-se que não faz qualquer sentido aplicar tais requisitos na arbitragem. Por um lado, na arbitragem não há diferentes formas de processo⁷⁵⁴. Por outro lado, importa não esquecer que a competência do tribunal arbitral resulta da vontade das partes – são as partes que

⁷⁵² Acrescente-se, ainda, que as mencionadas condições de fundo são exigidas individual e não cumulativamente, ou seja, basta verificar-se uma para a coligação ser permitida (veja-se ADELINO DA PALMA CARLOS, *Direito Processual Civil*, vol. I, *cit.*, p. 372).

⁷⁵³ Em todo o caso, importa ter igualmente em atenção a ressalva dos restantes números do mencionado artigo 37.º do CPC, sobretudo a do n.º 4, nos termos da qual o tribunal poderá entender que, não obstante se verificarem os requisitos da coligação, existe “*inconveniente grave* em que as causas sejam instruídas, discutidas e julgadas conjuntamente” – circunstância que determinará a notificação do autor para indicar qual o pedido ou pedidos que continuarão a ser apreciados no processo, sob pena de absolvição do réu da instância quanto a todos os pedidos.

De salientar, ainda, que, nos termos do artigo 555.º do CPC, para haver cumulação de pedidos é necessário que estes sejam “compatíveis”.

⁷⁵⁴ De modo diverso do que sucede em processo civil, onde o processo pode ser *comum* ou *especial* (artigo 546.º do CPC).

determinam, através da convenção de arbitragem, a competência do tribunal⁷⁵⁵. Ao contrário dos tribunais estaduais, tal competência não se afere, assim, em razão da matéria ou da hierarquia (ou de regras de competência internacional); o que torna ainda mais incompreensível a aplicação de tais requisitos a este meio de resolução alternativa de litígios.

Deste modo, a questão subsiste: poderão as figuras do litisconsórcio e da coligação – conceitos que estão longe de ser universais (e de compreensão linear) – aplicar-se à arbitragem? E, em caso afirmativo, *como* deverão as mesmas ser entendidas?

III – O problema não se reduz, no entanto, aos conceitos de litisconsórcio e coligação. Idênticas dificuldades se verificam a propósito da própria noção de *terceiros* e do *regime da intervenção de terceiros* – muito diferentes dos que encontramos no CPC⁷⁵⁶.

A pluralidade de partes pode ocorrer, como vimos, desde o início do processo (com a propositura da acção) ou no decurso do mesmo, como sucede com a intervenção de terceiros, onde assistimos a uma *modificação subjectiva da instância* (artigo 262.º, alínea b), do CPC)⁷⁵⁷. Neste sentido,

⁷⁵⁵ A competência do tribunal arbitral pressupõe, apenas, “uma convenção de arbitragem válida e eficaz” (MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 128).

⁷⁵⁶ Cfr. MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Manual de Arbitragem*, cit., pp. 211 e 212.

⁷⁵⁷ O princípio da estabilidade da instância – segundo o qual, citado o réu, a instância deverá, em princípio, manter-se a mesma quanto às pessoas, pedido e causa de pedir (artigo 260.º do CPC) – é excepcionado, na sua vertente subjectiva, por certas modificações subjectivas da instância previstas na lei (cfr. RITA LOBO XAVIER / INÊS FOLHADELA / GONÇALO ANDRADE E CASTRO, *Elementos de Direito Processual Civil...*, cit., pp. 93 e 180, SALVADOR DA COSTA, *Os Incidentes da Instância*, cit., p. 70, e ELIZABETH FERNANDEZ / MARCO CARVALHO GONÇALVES, *Direito Processual Civil Declarativo. A prática da teoria*, Almedina, Coimbra, 2008, p. 187). Em concreto, essas modificações são fundamentalmente de dois tipos: a *habilitação* e a *intervenção de terceiros* (vide JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, cit., § 28.º, JOÃO DE CASTRO MENDES, *Direito Processual Civil*, vol. II, cit., pp. 201 e ss., e MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *As partes, o objecto e a prova na acção declarativa*, cit., pp. 12, 15 e 16). A diferença entre as duas está em que “enquanto a habilitação se destina a permitir a *substituição* de uma parte por uma outra

através dos incidentes de intervenção de terceiros, faculta-se, justamente, “a superveniente constituição como partes de sujeitos jurídicos entre os quais a instância inicialmente não se constituiu”⁷⁵⁸. E daí que Alberto dos Reis defina a intervenção de terceiros como a “intervenção que se propõe transformar um terceiro em parte”⁷⁵⁹.

A posição que cada um desses terceiros irá ocupar no processo varia em função do tipo de intervenção. Resumidamente, o terceiro interveniente pode assumir – em relação ao autor e ao réu – uma posição *paralela*, uma posição de *auxílio* ou uma *oposição*⁷⁶⁰. *Intervenção principal*, *intervenção acessória* e *oposição* são, assim, os três incidentes de intervenção de terceiros previstos no CPC (artigos 311.º a 350.º)⁷⁶¹. Por

com a mesma qualidade jurídica, a intervenção de terceiros serve para promover a *intervenção* de alguém que tem uma qualidade jurídica distinta de qualquer das partes iniciais e que se vai juntar a estas partes, originando uma situação de cumulação subjectiva” (MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, *cit.*, p. 158).

⁷⁵⁸ JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, *cit.*, p. 217.

⁷⁵⁹ JOSÉ ALBERTO DOS REIS, “Intervenção de terceiros (Código de Processo Civil, artigos 325 e segs.)”, *cit.*, p. 314 (vol. XXIII).

⁷⁶⁰ Vide JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, *cit.*, § 28.º, III, 1, 1.1.

⁷⁶¹ Tais incidentes resultaram da revisão operada ao anterior CPC pelo Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de Dezembro, tendo sido estruturados em função dos vários tipos de interesse em intervir (ou ser chamado a intervir) e das ligações que devem ocorrer entre tal interesse (invocado como fundamento da legitimidade do interveniente) e a relação material controvertida entre as partes primitivas – *cfr.* preâmbulo do Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de Dezembro. Neste sentido, veja-se, igualmente, SALVADOR DA COSTA, *Os Incidentes da Instância*, *cit.*, p. 70, e CARLOS LOPES DO REGO, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. I, *cit.*, p. 301. Anteriormente ao mencionado Decreto-Lei n.º 329-A/95, eram seis os incidentes de intervenção de terceiros: nomeação à acção, chamamento à autoria, chamamento à demanda, assistência, oposição e intervenção principal. O Decreto-Lei n.º 329-A/95 ditou o desaparecimento, como incidentes autónomos, dos três primeiros. Sobre os anteriores incidentes da instância, veja-se, por exemplo, JOSÉ ALBERTO DOS REIS, “Intervenção de terceiros (Código de Processo Civil, artigos 325 e segs.)”, *cit.*, pp. 324 a 395 (vol. XXIII) e pp. 1 a 78 (vol. XXIV), JOÃO DE CASTRO MENDES, *Direito Processual Civil*, vol. II, *cit.*, pp. 225 a 243, ARTUR ANSELMO DE CASTRO, *Lições de Processo Civil*, *cit.*, pp. 320 a 344, HEITOR MARTINS, “Dos incidentes - Relatório apresentado à Comissão Revisora sobre o Capítulo VII, Secção 1.ª, do L.º III da Parte I do Projecto - art.ºs 310.º a 364.º”, in *ROA*, ano 6, vol. II, n.ºs 3 e 4, Lisboa, 1946, pp. 357 a 374, MANUEL AUGUSTO GAMA PRAZERES, *Da Intervenção de Terceiros na Relação Processual*, *cit.*, pp. 11 e ss., JOSÉ

sua vez, as referidas intervenções, quando perspectivadas em função de quem tomou a iniciativa de as suscitar, podem ser *espontâneas* (se surgirem por iniciativa do terceiro) ou *provocadas* (quando ocorrem por iniciativa de uma das partes primitivas)⁷⁶².

Ora, também nesta matéria nos deparamos com sérias dificuldades de transposição.

As principais dificuldades que se colocam na arbitragem começam, desde logo, com a própria noção de terceiros. Se em processo civil, como vimos, terceiro é aquele que não é parte (definição clássica de terceiros), na arbitragem não é exactamente assim.

Com efeito, para que um terceiro possa intervir num processo arbitral, não basta apenas não ser parte (no processo). Nos termos do artigo 36.º, n.º 1, da LAV, é necessário que o mesmo esteja *vinculado* pela convenção de arbitragem em que o processo arbitral se baseia, quer esse terceiro esteja vinculado (por tal convenção) desde a respectiva conclusão, quer tenha aderido a ela subsequentemente (caso em que a adesão carece

LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., p. 217 (nota de rodapé n.º 35), e JOSÉ LEBRE DE FREITAS / ISABEL ALEXANDRE, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, cit., pp. 576 e 577. Em momento posterior ao Decreto-Lei n.º 329-A/95, a matéria dos incidentes de intervenção de terceiros foi pontualmente alterada pelo Decreto-Lei n.º 180/96, de 25 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 38/2003, de 8 de Março, pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro e, mais recentemente (e de forma mais significativa), pelo actual CPC; sobre estas últimas alterações introduzidas, veja-se, entre outros, JOÃO CORREIA / PAULO PIMENTA / SÉRGIO CASTANHEIRA, *Introdução ao Estudo e à Aplicação do Código de Processo Civil de 2013*, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 45 a 47, JOSÉ LEBRE DE FREITAS / ISABEL ALEXANDRE, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, cit., pp. 577 e 578, e ELIZABETH FERNANDEZ, *Um Novo Código de Processo Civil? Em busca das diferenças*, Vida Económica, Porto, 2014, pp. 103 a 105.

⁷⁶² Cfr. Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 329-A/95, de 12 de Dezembro, e, no mesmo sentido, CARLOS LOPES DO REGO, *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. I, cit., p. 302, JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., p. 218, e RITA LOBO XAVIER / INÊS FOLHADELA / GONÇALO ANDRADE E CASTRO, *Elementos de Direito Processual Civil...*, cit., p. 174.

do consentimento de todas as partes na convenção de arbitragem, podendo ser realizada só para os efeitos da arbitragem em causa)⁷⁶³.

Diferentemente do processo civil, na arbitragem existe, assim, um importante *requisito prévio* para que o terceiro possa intervir no processo: a vinculação à convenção arbitral. Este requisito prévio compreende-se bem, atendendo à *origem contratual* da arbitragem voluntária, que “implica uma jurisdição naturalmente restrita às partes que celebraram a convenção [de arbitragem] e à matéria objecto da convenção e do processo”⁷⁶⁴. De facto, importa não esquecer que a convenção de arbitragem delimita o âmbito subjectivo do processo arbitral, não se podendo, à partida, considerar parte quem não esteja vinculado pela referida convenção⁷⁶⁵. Deste modo, se o terceiro não assinou a convenção de arbitragem, nem está, de alguma forma, vinculado pela mesma, pura e simplesmente não poderá intervir⁷⁶⁶ – o tribunal arbitral não terá jurisdição

⁷⁶³ A LAV não exige, assim, que a vinculação do terceiro à convenção de arbitragem seja originária, podendo ser subsequente, desde que todas as partes da convenção arbitral *consintam* nessa adesão (admitindo-se, ainda, a possibilidade de limitar a intervenção do terceiro para os efeitos da arbitragem em causa, isto é, o terceiro poderá intervir no litígio em questão e não em outros eventuais litígios que, porventura, venham a surgir). A exigência do mencionado consentimento é compreensível: visa, essencialmente, proteger-se o interesse das partes primitivas e evitar o risco de alguns inconvenientes que a intervenção de terceiros lhes poderá trazer [cfr. ARMINDO RIBEIRO MENDES, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, cit., p. 96], designadamente ao nível da celeridade e da confidencialidade do processo. Ao mesmo tempo, esta é, também, a solução mais congruente com a origem contratual da arbitragem voluntária. Note-se, em todo o caso, que o consentimento referido no citado preceito é o consentimento para a adesão subsequente do terceiro à convenção e não o consentimento para a sua admissão no processo arbitral. Como veremos melhor *infra*, a admissão da intervenção do terceiro (vinculado pela convenção de arbitragem) não depende do consentimento das partes, mas sim de decisão do tribunal arbitral (artigo 36.º, n.º 3, da LAV).

⁷⁶⁴ JORGE MORAIS CARVALHO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, cit., p. 112.

⁷⁶⁵ Vide MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, cit., p. 164.

⁷⁶⁶ Neste sentido, na vigência da anterior LAV, Paula Costa e Silva salientava já que não se devia admitir a “submissão potestativa à jurisdição arbitral de terceiro que não esteja *vinculado* pela convenção de arbitragem” (PAULA COSTA E SILVA / MARCO GRADI, “A Intervenção de Terceiros...”, cit., p. 56).

em relação a esse terceiro; dir-se-á, a este propósito, que nem o terceiro pode impor às partes a sua *intervenção espontânea*, nem as partes podem forçar a sua *intervenção provocada*⁷⁶⁷.

A *convenção de arbitragem* é, portanto, o centro da questão. Na verdade, “só há competência do tribunal arbitral se houver convenção”⁷⁶⁸, pelo que se não houver convenção de arbitragem entre todos os intervenientes, não haverá arbitragem⁷⁶⁹. A questão que sempre se terá de colocar é, pois, a de saber se o terceiro *consentiu* ou não em se submeter à jurisdição arbitral. Conforme se costuma salientar, o *consentimento* é a “pedra angular da arbitragem”⁷⁷⁰ – esta é, de facto, uma das mais importantes (e indiscutíveis) máximas deste meio de resolução alternativa

⁷⁶⁷ Cfr. MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, *cit.*, pp. 164, 165, 167 e 168 e, na vigência da anterior LAV, PAULA COSTA E SILVA / MARCO GRADI, “A Intervenção de Terceiros...”, *cit.*, pp. 53 e 54, e MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, *cit.*, pp. 531 e 532. Na doutrina francesa, veja-se, em particular, CHRISTOPHE SERAGLINI / JÉRÔME ORTSCHIEDT, *Droit de l'arbitrage interne et international*, *cit.*, pp. 312 e 313.

⁷⁶⁸ MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, p. 271 (a este respeito, veja-se, ainda, a p. 126).

⁷⁶⁹ Cfr. MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Lei de Arbitragem Comentada*, *cit.*, p. 135. A vinculação à convenção de arbitragem é, desta forma, o “*requisito indispensável*” para que um determinado sujeito possa participar no processo arbitral e ficar submetido à sentença que vier a ser proferida (STAVROS L. BREKOULAKIS, *Third parties in International Commercial Arbitration*, *cit.*, p. 3).

⁷⁷⁰ “*Cornerstone of arbitration*” ou “*pierre angulaire de l'arbitrage*” são as expressões frequentemente usadas por vários autores para salientar a importância do consentimento das partes na arbitragem. A este respeito, veja-se, por exemplo, FERNANDO MANTILLA-SERRANO, “Multiple parties and multiple contracts: divergent or comparable issues?”, e KARIM YOUSSEF, “The limits of consent: the right or obligation to arbitrate of non-signatories in group of companies”, ambos os artigos publicados em *Multiparty Arbitration*, Dossier VII, CCI, Paris, 2010, pp. 25 e 72, respectivamente, BERNARD HANOTIAU, *Complex Arbitrations...*, *cit.*, pp. 32 e 33, W. LAURENCE CRAIG, “Introduction”, e WILLIAM W. PARK, “Non-signatories and international contracts: an arbitrator’s dilemma”, ambos em *Multiple Party Actions in International Arbitration*, Permanent Court of Arbitration, Oxford University Press, Oxford, 2009, p. lvii e pp. 3 e 4, respectivamente, DAVID D. CARON / LEE M. CAPLAN, *The UNCITRAL Arbitration Rules...*, *cit.*, p. 54, ANDREA MARCO STEINGRUBER, *Consent in International Arbitration*, *cit.*, p. 1, OUSMANE DIALLO, *Le consentement des parties à l'arbitrage international*, *cit.*, p. 7, ANA CAETANO, “Emergency arbitrator - is he or she a true arbitrator? The single row consent of parties and Portuguese overview”, in *YAR*, n.º 12 (Janeiro de 2014), Lisboa, 2014, p. 41, e ANTÓNIO PEDRO PINTO MONTEIRO / JOSÉ MIGUEL JÚDICE, “Class Actions & Arbitration in the European Union...”, *cit.*, p. 202.

de litígios. Deste modo, para que qualquer sujeito possa litigar no foro arbitral, é necessário que o mesmo *consinta* em se submeter à jurisdição arbitral. Caso não o faça, esse sujeito não estará vinculado pela convenção de arbitragem e, consequentemente, não poderá intervir no processo arbitral⁷⁷¹.

A noção de terceiros na arbitragem é, em suma, diversa da que encontramos no Direito Processual Civil. À definição clássica que conhecemos do processo civil (*terceiro é aquele que não é parte*), poder-se-á acrescentar o seguinte: na arbitragem, *terceiro é aquele que não é parte do processo arbitral, mas que é parte da convenção de arbitragem*⁷⁷².

Questão diferente, que depois se poderá colocar, é a de saber *como se deverá manifestar o referido consentimento*, para que um determinado sujeito se possa considerar parte da convenção de arbitragem e, consequentemente, se possa entender vinculado a tal convenção (podendo

⁷⁷¹ Cfr. DIDIER MATRAY / GAUTIER MATRAY, “La rédaction de la convention d’arbitrage”, *cit.*, p. 25, e PHILIPPE FOUCHARD / EMMANUEL GAILLARD / BERTHOLD GOLDMAN, *Fouchard Gaillard Goldman On International Commercial Arbitration*, *cit.*, p. 280. O consentimento das partes é, assim, poderemos considerar, uma condição prévia da arbitragem (*vide* NIGEL BLACKABY / CONSTANTINE PARTASIDES / ALAN REDFERN / MARTIN HUNTER, *Redfern and Hunter on International Arbitration*, *cit.*, p. 85), cuja importância nunca deverá ser subestimada (*cfr.* OUSMANE DIALLO, *Le consentement des parties à l’arbitrage international*, *cit.*, p. 7).

⁷⁷² Por outras palavras, “para o direito português, o terceiro interveniente é um terceiro estranho ao processo arbitral e às partes iniciais, mas não à convenção arbitral que está na base daquele processo” (MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, *cit.*, p. 164). Noutras jurisdições, alguns autores referem, a este propósito, que a noção de terceiros na arbitragem pode ser compreendida de duas formas. O terceiro não é parte do processo e da convenção de arbitragem (não estando vinculado pela mesma): são os chamados “*terceiros absolutos*”. O terceiro não é parte do processo, mas é parte da convenção arbitral: “*terceiros imperfeitos*” (ALEXIS MOURRE, “L’intervention des tiers à l’arbitrage”, *cit.*, pp. 101 e ss., e HAKIM BOULARBAH, “Les procédures parallèles et les tiers”, *cit.*, p. 151). Ora, se seguirmos esta classificação de terceiros, vemos que a LAV (artigo 36.º, n.º 1), no fundo, adoptou a noção de “terceiros imperfeitos”. Os “terceiros absolutos” não poderão intervir.

vir a ser considerado terceiro)⁷⁷³. A este respeito, note-se que *não é necessário que uma pessoa seja signatária da convenção de arbitragem*, para que se possa entender que está vinculada pela mesma (a LAV não o exige)⁷⁷⁴. Assim se compreende a existência de casos em que, não

⁷⁷³ Sobre este ponto, veja-se, em geral, DÁRIO MOURA VICENTE, “A manifestação do consentimento na convenção de arbitragem”, in *Direito Internacional Privado - Ensaaios*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2005, pp. 372 a 388.

⁷⁷⁴ O artigo 36.º, n.º 1, da LAV, não se refere a terceiros *signatários* da convenção de arbitragem em que o processo arbitral se baseia, mas sim a terceiros *vinculados* pela referida convenção. O que se compreende, uma vez que, nos termos da LAV, não é necessária a *assinatura* das partes para que estas se possam considerar vinculadas pela convenção de arbitragem – à semelhança, aliás, do que se verificava na anterior LAV (cfr. DÁRIO MOURA VICENTE, “A manifestação do consentimento na convenção de arbitragem”, *cit.*, p. 373) e à semelhança do que sucede em muitas leis estrangeiras (vide JEAN-FRANÇOIS POUDRET / SÉBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, *cit.*, p. 211, WILLIAM W. PARK, “Non-signatories and international contracts...”, *cit.*, pp. 8 e 9, ALAN SCOTT RAU, “‘Consent’ to arbitral jurisdiction: disputes with non-signatories”, in *Multiple Party Actions in International Arbitration*, Permanent Court of Arbitration, Oxford University Press, Oxford, 2009, pp. 105 e 106, e BERNARD HANOTIAU, *Complex Arbitrations...*, *cit.*, pp. 32, 33, 52 a 54, e “Non-signatories in International Arbitration: Lessons from Thirty Years of Case Law”, in *International Arbitration 2006: Back to Basics?*, ICCA Congress Series, n.º 13, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2008, pp. 348 a 350). Conforme observa Dário Moura Vicente, é certo que a vontade de cometer a árbitros a resolução de litígios tem de ser devidamente exteriorizada. Razão pela qual se exige que a convenção de arbitragem adopte *forma escrita* (artigo 2.º, n.º 1, da LAV). Face à importância que tal convenção reveste (retirando jurisdição aos tribunais estaduais), compreende-se que assim seja; por outro lado, o requisito da forma escrita permite, ainda, que as partes possam ponderar melhor a sua opção e evita incertezas quanto à jurisdição competente [vide DÁRIO MOURA VICENTE, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, *cit.*, p. 25, e “A manifestação do consentimento na convenção de arbitragem”, *cit.*, pp. 372 a 375; sobre este ponto, veja-se, ainda, DIDIER MATRAY / GAUTIER MATRAY, “La rédaction de la convention d’arbitrage”, *cit.*, pp. 27 a 31, e JEAN-FRANÇOIS POUDRET / SÉBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, *cit.*, pp. 147 e ss.]. Em todo o caso, a necessidade de a convenção de arbitragem revestir forma escrita não implica, nos termos da LAV, que a mesma tenha de ser assinada pelas partes. Diferente era o que sucedia no anterior Decreto-Lei n.º 243/84, de 17 de Julho, cujo artigo 2.º, n.º 1, exigia, expressamente, que a convenção de arbitragem fosse “reduzida a escrito, assinado pelas partes”; sobre o regime então consagrado, veja-se RAÚL VENTURA, “Convenção de arbitragem e cláusulas contratuais gerais”, in *ROA*, ano 46, vol. I, Lisboa, 1986, pp. 26 a 30. Por outro lado, importa também notar que um determinado sujeito pode ter assinado, formalmente, a convenção de arbitragem e, ainda assim, não ser considerado parte da referida convenção ou, pelo menos, não ser considerado a única parte da convenção [a este respeito, veja-se BERNARD HANOTIAU, *Complex Arbitrations...*, *cit.*, pp. 8, 32 e ss., WILLIAM W. PARK, “Non-signatories and international contracts...”, *cit.*, p. 8 (nota de

obstante determinado sujeito não ter assinado a convenção arbitral, ainda assim o mesmo intervém no processo como terceiro. É o que se verifica, designadamente, com a chamada *extensão da convenção de arbitragem a não signatários ou a terceiros*⁷⁷⁵ ou com as *arbitragens multicontratos*⁷⁷⁶.

rodapé n.º 12), e JEAN-FRANÇOIS POUDRET / SÉBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, cit., p. 211].

⁷⁷⁵ Sobre este complexo tema, veja-se, entre outros, GARY B. BORN, *International Commercial Arbitration*, vol. I, cit., pp. 1410 e ss., BERNARD HANOTIAU, *Complex Arbitrations...*, cit., ANDREA MARCO STEINGRUBER, *Consent in International Arbitration*, cit., pp. 144 a 164, NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, cit., pp. 370 a 381, NIGEL BLACKABY / CONSTANTINE PARTASIDES / ALAN REDFERN / MARTIN HUNTER, *Redfern and Hunter on International Arbitration*, cit., pp. 33 e 85 a 91, LAURA WEILLER, “Transmission et extension de la clause compromissoire en droit français de l’arbitrage international: état des lieux”, in ARNOLDO WALD (organizador), *Arbitragem e Mediação*, vol. II (Elementos da Arbitragem e Medidas de Urgência), Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pp. 269 a 280, ANDREA MEIER, *Einbezug Dritter vor internationalen Schiedsgerichten*, cit., pp. 55 e 56, e, na doutrina portuguesa, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., pp. 152 a 180, JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “Intervenção de terceiros em processo arbitral”, cit., pp. 191 a 198, MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, cit., pp. 159 a 164, CARLA GONÇALVES BORGES, “Pluralidade de Partes...”, cit., pp. 122 a 151, CARLA GONÇALVES BORGES / RICARDO NETO GALVÃO, “A extensão da convenção de arbitragem a não signatários”, in *VI Congresso do CAC - Intervensões*, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 119 a 135, e TITO ARANTES FONTES / NUNO SALAZAR CASANOVA, “O *Equitable Estoppel* e a arbitragem imposta por terceiros não signatários”, in *Estudos de Direito da Arbitragem em Homenagem a Mário Raposo*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2015, pp. 277 a 300; sobre a transmissão da convenção de arbitragem em geral, e os seus efeitos em relação a terceiros, veja-se CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA, “Convenção de arbitragem: conteúdo e efeitos”, cit., pp. 93 e 94, e RAÚL VENTURA, “Convenção de Arbitragem”, in *ROA*, ano 46, vol. II, Lisboa, 1986, pp. 395 a 398. Na jurisprudência merecem destaque, nomeadamente, o *caso Dow Chemical vs. Isover Saint Gobain* [referimo-nos à decisão da CCI de 23/09/1982 (processo 4131), publicada no *Yearbook Commercial Arbitration*, ICCA, vol. IX, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1984, pp. 131 a 137, bem como ao acórdão da *Cour d’appel* de Paris de 21/10/1983, in *Revue de l’Arbitrage*, CFA, vol. 1984, Paris, 1984, pp. 98 a 114 (com anotação de ANDRÉ CHAPPELLE)], o *caso Dallah* [acórdão do *Supreme Court* do Reino Unido de 03/11/2010 (processo 2010 UKSC 46), in <http://www.bailii.org/>, e acórdão da *Cour d’appel* de Paris de 17/02/2011 (processo 09/28533, 09/28535 e 09/28541), in *Revue de l’Arbitrage*, CFA, vol. 2011, n.º 1, Paris, 2011, pp. 286 e 287], e, mais recentemente, o acórdão do *Tribunal fédéral* suíço de 07/04/2014 (processo 4A_450/2013), in *ASA Bulletin*, vol. 33, n.º 1, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2015, pp. 160 a 187; em Portugal, veja-se o acórdão do Supremo de Justiça de 27/11/2008 (Relator Pires da Rosa, processo 08B3522), e os acórdãos do Tribunal da Relação de Lisboa de 11/01/2011 (Relator Abrantes Geraldês, processo 3539/08.6TVLSB.L1-7) e de 24/03/2015 (Relatora Isabel Fonseca, processo 7666/13.0TBOER.L1-1), in <http://www.dgsi.pt/>.

A terminologia *extensão da convenção de arbitragem a não signatários ou a terceiros* tem sido (e bem) criticada, na medida em que, em rigor, não existe qualquer *extensão* da convenção arbitral. Com efeito, acima de tudo estamos perante casos em que um terceiro aparenta não estar vinculado pela convenção de arbitragem (por não a ter formalmente subscrito), mas na realidade está. Na realidade, esse sujeito não é terceiro em relação à convenção, mas sim parte da mesma – ele é, poder-se-á assim dizer, um “*falso terceiro*” perante a convenção arbitral (MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, *cit.*, pp. 159 e 160). Deste modo, a questão que se deverá sempre colocar é a de saber *quem é parte da convenção de arbitragem*. Não é um caso de “extensão”, a referida convenção não se estende. Sobre as mencionadas críticas, veja-se JEAN-FRANÇOIS POUDRET / SÉBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, *cit.*, p. 211, GARY B. BORN, *International Commercial Arbitration*, vol. I, *cit.*, p. 1414, BERNARD HANOTIAU, *Complex Arbitrations...*, *cit.*, p. 5, e NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, *cit.*, pp. 370 a 372.

O problema é, portanto, contratual e não processual (*cf.* MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, p. 153), ou seja, não é um problema de intervenção de terceiros propriamente dito, como o conhecemos do CPC; verdadeiramente, nem é um problema específico da arbitragem, ou melhor, é um “falso problema” (BERNARD HANOTIAU, “Les groupes de sociétés dans l’arbitrage commercial international”, *cit.*, p. 139). Neste sentido, saber se e quando um não signatário se pode considerar vinculado pela convenção de arbitragem (ou por qualquer contrato) é algo que, muitas vezes, exigirá um cuidadoso esforço de interpretação do caso concreto – em particular, da vontade das partes e do não signatário aquando da celebração da convenção de arbitragem, bem como em momento posterior à mesma, designadamente na execução do contrato. Conforme acertadamente referem vários autores, não existe, assim, uma solução única para este problema (não sendo possível proceder a generalizações); ele é “*fact specific*”, isto é, tem de ser determinado *caso a caso*, podendo a resposta variar em função das circunstâncias de cada situação concreta (*vide* BERNARD HANOTIAU, “Les groupes de sociétés dans l’arbitrage commercial international”, *cit.*, p. 139, “Multiple parties and multiple contracts in international arbitration”, *cit.*, pp. 47 e 68, e “Non-signatories in International Arbitration...”, *cit.*, pp. 351 e 358, ANNE MARIE WHITESELL, “Non-signatories in ICC Arbitration”, *in* *International Arbitration 2006: Back to Basics?*, ICCA Congress Series, n.º 13, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2008, pp. 373 e 374, CARLA GONÇALVES BORGES / RICARDO NETO GALVÃO, “A extensão da convenção de arbitragem a não signatários”, *cit.*, p. 135, e MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Manual de Arbitragem*, *cit.*, p. 195).

⁷⁷⁶ A respeito desta controversa temática, veja-se BERNARD HANOTIAU, *Complex Arbitrations...*, *cit.*, pp. 101 a 162, ANDREA MARCO STEINGRUBER, *Consent in International Arbitration*, *cit.*, pp. 161 a 164, FERNANDO MANTILLA-SERRANO, “Multiple parties and multiple contracts...”, *cit.*, pp. 11 a 33, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, pp. 171 a 179, e MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Manual de Arbitragem*, *cit.*, pp. 212 a 215. Na jurisprudência nacional, *vide* os acórdãos do Supremo de Justiça de 23/10/2003 (Relator Quirino Soares, processo 03B3145) e de 10/03/2011 (Relator Lopes do Rego, processo 5961/09.1TVLSB.L1.S1) [anotado por MARIANA FRANÇA GOUVEIA / JORGE MORAIS CARVALHO, “Convenção de arbitragem em contratos múltiplos - Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 10.3.2011, Proc. 5961/09”, *in* CDP, Centro de Estudos Jurídicos do Minho, n.º 36, Braga, 2011, pp. 36 a 49], os acórdãos do Tribunal da Relação de

Por outro lado, importa ressaltar que o facto de o terceiro estar vinculado pela convenção de arbitragem não significa, automaticamente, que a sua intervenção venha a ser admitida no processo; essa decisão caberá (apenas) ao tribunal arbitral, nos termos do n.º 3 do artigo 36.º da LAV. Quer dizer, para que o terceiro intervenha é necessário que esteja – originária ou subsequentemente – vinculado pela convenção de arbitragem (*pré-requisito* imprescindível), mas a inversa não é verdadeira, isto é, a vinculação à convenção de arbitragem não significa que o mesmo venha a intervir no processo arbitral. A admissão da intervenção do terceiro não

Lisboa de 13/01/2010 (Relatora Paula Sá Fernandes, processo 373/09.0TTLSB.L1-4), de 30/09/2010 (Relator António Valente, processo 5961/09.1TVLSB.L1-8), de 16/04/2015 (Relatora Maria de Deus Correia, processo 2545-11.8TVLSB.L1) e de 05/11/2015 (Relator Carlos Marinho, processo 2672-14.0T8LSB.L1-6), e o acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 19/12/2012 (Relatora Albertina Pedroso, processo 477/11.8TBACN.C1), todos disponíveis em <http://www.dgsi.pt/>. Entre as muitas hipóteses abrangidas por estes casos, incluem-se, designadamente, aquelas em que um determinado sujeito está vinculado não pela *mesma* convenção de arbitragem das restantes partes, mas sim por uma convenção de arbitragem *compatível*, colocando-se então a questão de saber se o terceiro pode intervir nestas situações. Tal intervenção é prevista e admitida em alguns regulamentos de arbitragem: caso do artigo 25.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento do CAC (admite a intervenção, em função do que for demonstrado pelas *circunstâncias do caso concreto*). Diferentemente, a nossa LAV é omissa, não admitindo, mas também não excluindo, a intervenção de terceiros nestas hipóteses. Na ausência de uma disposição expressa da LAV, julgamos que não é de excluir, à partida, a possibilidade de intervenção de um terceiro vinculado por uma convenção de arbitragem compatível, sobretudo se, também aqui, as circunstâncias do caso concreto não deixarem dúvidas de que as partes aceitaram que o mesmo processo arbitral pudesse decorrer com a presença de todos. Sobre esta questão concreta, e em sentido próximo ao que defendemos, veja-se, na vigência da anterior LAV, JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “Intervenção de terceiros em processo arbitral”, *cit.*, pp. 185 a 190, e, na vigência da actual LAV, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, pp. 264 e 265 (Autora que admite a formulação de pedidos reconventionais que resultem de “convenção de arbitragem *compatível*”).

Note-se que, à semelhança do que referimos para a *extensão da convenção de arbitragem a não signatários ou a terceiros*, também nesta matéria das *arbitragens multicontratos* se afigura essencial atender às *circunstâncias do caso concreto*. Em muitos destes casos será, pois, necessário proceder a uma *análise casuística*, avessa a generalizações, isto é, a uma análise que se centre na *interpretação da vontade das partes* (cfr. MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, pp. 172 a 174, JORGE MORAIS CARVALHO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, *cit.*, pp. 136 e 137, e BERNARD HANOTIAU, *Complex Arbitrations...*, *cit.*, pp. 105 e 160 a 162).

depende, portanto, do consentimento das partes; essa decisão caberá ao tribunal arbitral, nos termos do mencionado n.º 3 do artigo 36.^o⁷⁷⁷.

Não é só, porém, a noção de terceiros que é diversa. Existem, ainda, algumas diferenças ao nível do regime da intervenção de terceiros, entre o Direito Processual Civil e a LAV, que são de assinalar.

Destacamos, sobretudo, o facto de, nos termos da LAV, tal intervenção poder ocorrer quer *antes*, quer depois de constituído o tribunal arbitral (artigo 36.^o, n.ºs 2 e 6)⁷⁷⁸. Algo que se afigura de difícil compreensão à luz do conceito de terceiros que conhecemos do processo civil. Na verdade, se não existe sequer tribunal constituído, como é que alguém se pode considerar *terceiro* ou *parte*⁷⁷⁹? Facto que, mais uma vez,

⁷⁷⁷ Com efeito, “uma coisa é a vinculação à arbitragem de todos os interessados, outra bastante distinta é a relevância do assentimento dos interessados na própria intervenção do terceiro”; quanto a este último ponto, importa ter presente que “é sempre ao tribunal arbitral que compete admitir ou rejeitar a intervenção do terceiro” (MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, *cit.*, p. 168). A necessidade ou não do consentimento das partes para a intervenção de terceiros é uma matéria controvertida, que foi discutida antes e aquando da aprovação da actual LAV. Enquanto para alguns autores tal consentimento era exigível (MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, *cit.*, pp. 531 e 532), para outros era dispensável (JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “Intervenção de terceiros em processo arbitral”, *cit.*, p. 188). A LAV optou por abdicar do consentimento das partes, ao contrário da primeira versão do anteprojecto (2009) que, no então artigo 36.^o, n.º 1, alínea a), exigia esse consentimento. Sobre esta questão, veja-se, particularmente, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, pp. 272 e 273, e ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Da condução do processo arbitral...”, *cit.*, pp. 719 e 720.

Diferente é o caso, por exemplo, da lei italiana, que exige o consentimento das partes, embora com algumas excepções, designadamente em caso de *litisconsórcio necessário* (artigo 816.^o-*quinqüies* do CPC italiano) – nesta última hipótese, não é preciso esse consentimento, sendo, porém, necessário que o terceiro esteja vinculado à convenção de arbitragem [*cfr.* FILIPPO CORSINI, “L’intervento del litisconsorte necessario nel procedimento arbitrale”, in *Rivista di Diritto Processuale*, ano LXVIII, segunda série, n.º 3 (Maio-Junho 2013), Cedam, Milão, 2013, pp. 589 a 607, e CRISANTO MANDRIOLI / ANTONIO CARRATTA, *Diritto Processuale Civile*, vol. III, *cit.*, p. 431 (nota de rodapé n.º 84)].

⁷⁷⁸ Ponto que será desenvolvido mais à frente.

⁷⁷⁹ Manifestando, também, algumas críticas a este respeito, veja-se MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, *cit.*, p. 437.

demonstra que estamos a lidar com um conceito e um regime de intervenção de terceiros diferentes na arbitragem.

Outro ponto que merece referência, por fim, é a circunstância de a LAV parecer qualificar a intervenção de terceiros como intervenção de uma *parte principal*. Conforme observam alguns autores, é isso que se depreende da remissão feita do n.º 5 do artigo 36.º para o artigo 33.º, preceito que regula a apresentação dos articulados das partes (e que terão, necessariamente, de ser *partes principais*, uma vez que apenas estas podem apresentar articulados)⁷⁸⁰.

Tudo isto, em suma, leva-nos também a questionar *se e como* poderá o regime da intervenção de terceiros do Direito Processual Civil ser aplicado à arbitragem.

IV – Não obstante as dificuldades de transposição – do processo civil para a arbitragem – dos conceitos de *litisconsórcio* e *coligação*, bem como da própria noção e regime de *intervenção de terceiros*, não pode deixar de se observar que isto não significa que o legislador tenha ignorado, totalmente, tais conceitos e regime previstos no CPC.

⁷⁸⁰ Vide MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, *cit.*, p. 175, e ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Da condução do processo arbitral...”, *cit.*, pp. 725 e 726. O n.º 5 do artigo 36.º visa, essencialmente, demonstrar que o interveniente tem direito a um articulado próprio para expor a sua pretensão, existindo, como é evidente, contraditório por quem tenha legitimidade para se opor à pretensão deduzida [*cfr.* ARMINDO RIBEIRO MENDES, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, *cit.*, p. 99]. Ou seja, a intervenção do terceiro vai acabar por produzir efeitos na marcha do processo arbitral, uma vez que “há que garantir ao terceiro que intervém como parte *principal* a possibilidade de fazer valer a sua pretensão contra uma ou ambas as partes iniciais e há que assegurar a estas partes a possibilidade de se defenderem daquela pretensão”; é isto que, no fundo, justifica a mencionada remissão (MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, *cit.*, pp. 176 e 177).

O litisconsórcio voluntário e necessário é, aliás, expressamente referido no artigo 36.º, n.º 3, alínea a), da LAV (não existindo, porém, qualquer referência à figura da coligação⁷⁸¹).

Por outro lado, em certos pontos, em particular no que respeita à intervenção de terceiros, pode mesmo afirmar-se que se nota uma *certa inspiração* no CPC⁷⁸². Referimo-nos, sobretudo, às alíneas a), b), c) e d) do n.º 3 do artigo 36.º da LAV, alíneas estas que se inspiraram, respectivamente, nos incidentes de intervenção principal, oposição, intervenção principal provocada e intervenção acessória provocada do CPC⁷⁸³.

⁷⁸¹ Na vigência da anterior LAV, a admissibilidade da coligação na arbitragem foi discutida no acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 18/05/2004, *cit.* (mais à frente analisado), bem como no processo arbitral que antecedeu o referido acórdão. Embora não se tenha pronunciado directamente sobre esta questão, o Tribunal da Relação de Lisboa não deixou de considerar, naquele caso concreto, que a coligação era admissível.

⁷⁸² A referida inspiração nota-se, especialmente, em situações em que a LAV se desviou da Lei-Modelo UNCITRAL, como sucede com a intervenção de terceiros (que não está prevista na Lei-Modelo).

⁷⁸³ Repare-se que a LAV é anterior à entrada em vigor do actual CPC. Pelo que a inspiração a que nos referimos provém do anterior CPC, mais concretamente, dos artigos 320.º, alínea a), e 325.º, n.º 1 [intervenção principal da alínea a)], 342.º, n.º 1, e 347.º [oposição da alínea b)], 329.º, n.º 2 [intervenção principal provocada da alínea c)], e 330.º, n.º 1 [intervenção acessória provocada da alínea d)]. No actual CPC, veja-se, para cada um dos quatro incidentes mencionados, os seguintes artigos: (i) 311.º, 316.º, n.º 2 e n.º 3, alínea a); (ii) 333.º e 338.º; (iii) 317.º, n.º 1; e (iv) 321.º, n.º 1. Sobre esta questão, *vide* ARMINDO RIBEIRO MENDES, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, *cit.*, pp. 97 e 98, MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, *cit.*, p. 175, ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Da condução do processo arbitral...”, *cit.*, pp. 724 e 725, e MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Lei de Arbitragem Comentada*, *cit.*, pp. 138 e 139. Sublinhando, igualmente, tal inspiração no CPC, veja-se MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, pp. 265 e 266, ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado da Arbitragem...*, *cit.*, p. 337, e MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, *cit.*, p. 427. A respeito da citada alínea c) do n.º 3 do artigo 36.º da LAV, importa acrescentar que a mesma prevê um caso de litisconsórcio voluntário activo, caso este que se encontra já inserido na alínea a) do mencionado preceito; a alínea c), deste modo, verdadeiramente, “não acrescenta nada relativamente às anteriores” (MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, p. 273).

Em todo o caso, essa inspiração não nos deve fazer perder de vista o princípio basilar (e óbvio) de que *o CPC não se aplica subsidiariamente à arbitragem*⁷⁸⁴. São várias as razões nesse sentido.

Desde logo, dir-se-á que não se afigura congruente com a natureza da arbitragem, como meio de resolução *alternativa* de litígios, aplicar subsidiariamente o CPC. Com efeito, quando as partes recorrem a este meio de resolução *alternativa* de litígios (e alternativa é a palavra chave), o que se pretende é uma *alternativa* aos tribunais estaduais e ao processo estadual⁷⁸⁵. Deste modo, a menos que as partes, por qualquer razão, assim o prevejam (nos termos do n.º 2 do artigo 30.º da LAV)⁷⁸⁶ ou o tribunal arbitral, expressamente, assim o determine (em conformidade com o n.º 3 do artigo 30.º da LAV)⁷⁸⁷, o CPC não será subsidiariamente aplicável à arbitragem.

Por sua vez, repare-se que nem sequer faz sentido que fosse de outra forma, isto é, que o CPC se aplicasse subsidiariamente. Embora, em certos aspectos (esporádicos e isolados), possa existir alguma inspiração

⁷⁸⁴ Cfr. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado da Arbitragem...*, cit., p. 283, e MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Lei de Arbitragem Comentada*, cit., p. 117.

⁷⁸⁵ Dir-se-á que se as partes quiserem que o CPC se aplique, à partida irão para os tribunais judiciais.

⁷⁸⁶ Embora as partes tenham, efectivamente, esta opção, sempre se dirá que a mesma não é recomendável, na medida em que se afigura *inadequada* e *contraditória* com a natureza da arbitragem (cfr. ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Da condução do processo arbitral...”, cit., p. 677, e MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 235).

⁷⁸⁷ O n.º 3 do artigo 30.º da LAV estabelece a regra de que, na ausência de acordo das partes e de disposições aplicáveis na LAV, o CPC só será subsidiariamente aplicável se o tribunal arbitral, *expressamente*, assim o determinar. Esta norma visa, deste modo, afastar (e bem) a aplicação subsidiária automática do CPC e combater a tentação que, errada e incompreensivelmente, por vezes existe de proceder à referida aplicação subsidiária. A este propósito, veja-se MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 237, ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Da condução do processo arbitral...”, cit., pp. 678 e 679, ARMINDO RIBEIRO MENDES, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, cit., p. 85, e MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, cit., pp. 383 e 384.

no CPC, e até mesmo remissões expressas para este diploma⁷⁸⁸, importa não esquecer que a (grande) fonte inspiradora da LAV é a Lei-Modelo UNCITRAL e não o CPC (conforme oportunamente salientámos em sede introdutória). É, portanto, à mencionada Lei-Modelo que deveremos recorrer em primeiro lugar, perante qualquer dificuldade de interpretação ou omissão da LAV.

Em suma, retomando o entendimento de Miguel Teixeira de Sousa, importa recordar que “o ambiente da arbitragem não deve ser equiparado ao ambiente dos processos que correm perante a jurisdição estadual”⁷⁸⁹ – facto que certamente não aconselha uma aplicação subsidiária do CPC, pois a verdade é que existe “*uma série de dificuldades* quando se pensa na transposição de institutos gerais do processo civil para o domínio da arbitragem”⁷⁹⁰.

⁷⁸⁸ Sobre as remissões que a LAV contém para o (anterior) CPC, veja-se ARMINDO RIBEIRO MENDES, “O novo Código de Processo Civil e a Lei de Arbitragem Voluntária”, in *RIAC*, APA, n.º 6 (2013), Almedina, Coimbra, 2013, pp. 265 a 267. Estas remissões demonstram-nos que o CPC não pode, nem deve, ser ignorado (embora, evidentemente, não deva também ser sobrevalorizado, a ponto de se considerar de aplicação subsidiária ao processo arbitral). O CPC será aplicável quando a LAV remeta para ele (ou quando as partes, ou o tribunal arbitral, assim o determinem, nos termos dos referidos n.ºs 2 e 3 do artigo 30.º da LAV).

⁷⁸⁹ MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, *cit.*, p. 149.

⁷⁹⁰ PAULA COSTA E SILVA / MARCO GRADI, “A Intervenção de Terceiros...”, *cit.*, p. 51; no mesmo sentido, veja-se JOSÉ MIGUEL JÚDICE, “The New Portuguese Arbitration is on the Right Track”, in *Spain Arbitration Review / Revista del Club Español del Arbitraje*, n.º 15, Wolters Kluwer España, Madrid, 2012, p. 12. A este respeito, julgamos que o próprio facto de a regulamentação legal da arbitragem voluntária não estar integrada no CPC, mas sim num diploma autónomo (a LAV), pretende marcar, justamente, a diferença que separa a arbitragem da jurisdição civil (é simbólico dessa diferença). No nosso entendimento, essa é a principal razão para a referida autonomização, que, no plano de direito comparado, não se verifica em todos os países – na Alemanha, França, Itália e Holanda, por exemplo, as disposições sobre a arbitragem voluntária estão integradas nos respectivos códigos de processo civil (sem que, no entanto, se entenda que as restantes normas desses códigos sejam subsidiariamente aplicáveis à arbitragem). A inclusão do regime da arbitragem voluntária em diplomas autónomos (caso de Portugal, mas também de outros países, como Espanha) é menos frequente. Em todo o caso, cumpre fazer a ressalva de que, em Portugal, nem sempre foi assim; antes do Decreto-Lei n.º 243/84, de 17 de Julho, a arbitragem voluntária encontrava-se prevista nas leis de processo civil [sobre este ponto,

Ora, não se aplicando subsidiariamente o CPC (a menos que as partes ou o tribunal arbitral o determinem, como indicámos antes), nem fazendo a LAV qualquer remissão para o mesmo (no que à matéria da pluralidade de partes diz respeito), isso significa que não poderemos transpor, sem mais, os conceitos de litisconsórcio e coligação, bem como a própria noção e regime de intervenção de terceiros, tal como os conhecemos do processo civil. Não deveremos cair, portanto, na *tentação* de adoptar estes conceitos ou, pelo menos, a referida transposição, quando exista, deverá ser rodeada de *especiais cuidados*, que permitam ter em consideração a diferente natureza da arbitragem⁷⁹¹.

Foi essa, aliás, desde o início, a intenção da APA, quando procedeu à elaboração do primeiro anteprojecto (2009) da LAV. Conforme nos relatam alguns autores (a propósito do artigo 36.º da LAV), no seio desta associação “prevaleceu sempre o entendimento de que na preparação da nova lei de arbitragem se deveria evitar, *tanto quanto possível*, incorporar regimes e tramitações oriundos do direito processual civil (a fim de se marcar bem a diferença entre o ordenamento processual das arbitragens e o que rege a resolução de litígios submetidos aos tribunais estaduais)”⁷⁹². Isto mesmo foi reiterado pela APA no segundo anteprojecto (2010), onde, nas notas justificativas ao mencionado artigo 36.º, se refere, expressamente, o facto de todos os autores reconhecerem que não pode

veja-se ARMINDO RIBEIRO MENDES, “A Arbitragem na Jurisprudência do Tribunal Constitucional”, in *RIAC*, APA, n.º 7 (2014), Almedina, Coimbra, 2014, pp. 123 a 127].

⁷⁹¹ Vide MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., pp. 266 e 267, e MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, cit., p. 149; alertando, igualmente, neste âmbito, para a não transposição como princípio geral, veja-se ALEKSANDAR JAKSIC, *Arbitration and Human Rights*, cit., p. 155. A este respeito, alguns autores não admitem, sequer, qualquer possibilidade de transposição, defendendo que os conceitos e o regime jurídico do litisconsórcio e da coligação, previstos no CPC, “só ao processo civil pertencem, nada tendo a ver com a arbitragem”, o mesmo valendo para a intervenção de terceiros (MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Manual de Arbitragem*, cit., pp. 211 e 212).

⁷⁹² ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “A reforma da lei da arbitragem voluntária”, cit., p. 226.

“transpor-se *directa e globalmente* para a arbitragem as soluções vigentes no processo civil aplicável nos tribunais estaduais”⁷⁹³.

Em conclusão, no que a esta matéria diz respeito, não podemos ignorar as muitas diferenças que existem entre o processo arbitral e o processo civil e que, também no nosso entendimento, levam a que não se deva, pura e simplesmente, transpor conceitos próprios da jurisdição estadual para a arbitragem (caso dos conceitos de litisconsórcio e coligação, bem como da noção e regime de intervenção de terceiros) ou, pelo menos, que se tenham cuidados especiais com a referida transposição⁷⁹⁴.

5.2 – A constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes inicial (artigo 11.º da LAV)

I – Diferentemente do que sucedia na lei anterior (omissa a este respeito), a matéria da pluralidade de partes na arbitragem foi objecto de uma maior atenção por parte do legislador português, tendo a LAV consagrado, como indicámos antes, duas normas sobre o tema: o artigo 11.º, atinente à constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes *inicial*; e o artigo 36.º, sobre a intervenção de terceiros (pluralidade de partes *sucessiva*). Ao fazê-lo, o legislador não deixou de considerar os problemas que, nestas situações, o *princípio da igualdade das partes* levanta no momento da constituição do tribunal arbitral.

Começemos pela pluralidade de partes inicial, prevista no artigo 11.º da LAV.

⁷⁹³ *Anteprojecto de LAV da APA (2010)*, notas justificativas ao artigo 36.º, *cit.*, p. 198. Para a APA, é esta a razão segundo a qual a regulamentação da intervenção de terceiros “tem sido deliberadamente omitida nas leis de arbitragem mais recentes” (*op. cit.*, p. 198).

⁷⁹⁴ No caso dos conceitos de litisconsórcio e coligação, julgamos mesmo que, na arbitragem, não se deverá proceder a esta distinção.

O primeiro ponto a salientar é, sem dúvida alguma, a influência do *caso Dutco* na solução encontrada pelo legislador (tal como previamente se referiu, aquando da análise do mencionado processo). Neste sentido, a redacção do artigo 11.º da LAV teve como grande fonte inspiradora o Regulamento de Arbitragem da CCI⁷⁹⁵ e a solução que, na sequência do acórdão da *Cour de Cassation* de 07/01/1992, a CCI adoptou expressamente. Isto mesmo foi, de resto, salientado pela APA, logo com a apresentação do segundo anteprojecto da LAV em 2010⁷⁹⁶.

Resumidamente, como veremos melhor, o legislador português seguiu, assim, no artigo 11.º da LAV, o *método da nomeação conjunta*⁷⁹⁷ (n.º 1), combinado com a possibilidade de, na ausência de tal nomeação, o tribunal estadual competente poder nomear o árbitro em falta (n.º 2) ou a totalidade dos árbitros (n.º 3) [tendo as partes, em todo o caso, a faculdade de convencionar uma solução diferente (n.º 4)]. Isto é, a LAV seguiu a tendência, que identificámos antes (por referência ao critério seguido em vários regulamentos de arbitragem, caso da CCI e de outros), em que se *permite* a nomeação de todos os árbitros, assumindo-se esta como uma

⁷⁹⁵ Referimo-nos ao artigo 10.º, n.ºs 1 e 2, da versão de 1998 do Regulamento de Arbitragem da CCI, correspondente ao artigo 12.º, n.ºs 6 e 8, do actual Regulamento. Note-se que fazemos aqui referência à versão de 1998 do Regulamento da CCI, uma vez que foi nesta versão que o legislador português se inspirou. Com efeito, recorde-se que o actual Regulamento da CCI é posterior à aprovação (e anteriores trabalhos preparatórios) do texto da LAV. Chamando a atenção para esta fonte inspiradora, veja-se JOSÉ MIGUEL JÚDICE, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, cit., p. 43, ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “A reforma da lei da arbitragem voluntária”, cit., pp. 217 e 218, e MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, cit., p. 169.

⁷⁹⁶ Cfr. *Anteprojecto de LAV da APA (2010)*, notas justificativas ao artigo 11.º, cit., p. 176. Apesar de a APA só referir esta influência do Regulamento da CCI a propósito do n.º 3 do artigo 11.º da LAV, a verdade é que a mesma também é clara, parece-nos, nos restantes números do mencionado artigo. Acrescente-se, ainda, que as outras duas fontes inspiradoras do n.º 3 do artigo 11.º da LAV apontadas pela APA – isto é, o artigo 8.º, n.º 5, das Swiss Rules of International Arbitration, e o artigo 8.º, n.º 3 do Regulamento de Arbitragem do CAC (actual artigo 9.º, n.º 3) – foram também, por sua vez, e como vimos já, influenciadas pela CCI.

⁷⁹⁷ Leia-se, a obrigação de as partes múltiplas (demandantes ou demandados) nomearem *conjuntamente* um árbitro, como se não houvesse pluralidade.

faculdade e não como uma obrigação – se bem que com uma importante (e interessante) diferença que será mais à frente desenvolvida.

Deste modo, na análise do critério escolhido pelo legislador, não deverá esquecer-se a solução do Regulamento de Arbitragem da CCI, nem o caso *Dutco* – o *leading case* que esteve (e está) por detrás de muitas das respostas de regulamentos e leis de arbitragem para o problema da constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes inicial.

II – Ainda a título introdutório, e em segundo lugar, cumpre advertir que, além do artigo 11.º da LAV, isto é, além da solução específica prevista pelo legislador para o nosso problema, importa ter presente o disposto no artigo 10.º do mesmo diploma, referente à designação dos árbitros. Os dois preceitos devem, com efeito, ser *lidos em conjunto*, ou melhor, o artigo 11.º é que deve ser lido em conjunto com o artigo 10.º.

O artigo 11.º da LAV, no fundo, *estende* a solução do artigo anterior à hipótese em que exista uma pluralidade de partes inicial⁷⁹⁸, pelo que a interpretação daquele preceito (e de algumas lacunas que o mesmo apresenta) deve ser feita por referência ao artigo 10.º⁷⁹⁹. Só desta forma conseguiremos ultrapassar certas *dificuldades práticas* que a leitura isolada do artigo 11.º, por vezes, suscita. Referimo-nos, por exemplo: (i) ao caso de a pluralidade de partes ser conjugada com um único árbitro ou

⁷⁹⁸ Vide PEDRO METELLO DE NÁPOLES / CARLA GÓIS COELHO, “A arbitragem e os tribunais estaduais - alguns aspectos práticos”, in *RIAC*, APA, n.º 5 (2012), Almedina, Coimbra, 2012, p. 202. Em sentido próximo, também ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO não deixa de observar que as disposições do artigo 11.º constituem *regras especiais* em relação às do artigo 10.º, defendendo, por exemplo, a aplicação do n.º 7 do artigo 10.º às situações previstas no artigo 11.º (*cfr.* “O estatuto dos árbitros...”, *cit.*, p. 47).

⁷⁹⁹ *Cfr.* MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, *cit.*, pp. 173 e 174.

com mais de três árbitros⁸⁰⁰; (ii) à questão de saber qual o momento em que, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º, a intervenção do tribunal estadual pode ser requerida⁸⁰¹; e (iii) às dúvidas que se colocam sobre a possibilidade ou não de recurso da decisão do tribunal estadual que, nos termos do artigo 11.º, proceda à nomeação de árbitros⁸⁰². Tais dificuldades

⁸⁰⁰ O problema que aqui se coloca prende-se com a redacção do n.º 1 do artigo 11.º da LAV, nomeadamente com a parte em que parece restringir o mencionado método da nomeação conjunta ao caso (mais frequente) de “o tribunal arbitral ser composto por *três árbitros*” – esquecendo, assim, que, nos termos do artigo 8.º, n.º 1, o tribunal arbitral pode ser constituído por um *único árbitro* ou por *vários*, desde que em número ímpar. Tal redacção aparenta revelar um claro *lapsus* do legislador, não nos parecendo, de forma alguma, que a intenção da lei fosse a de limitar o referido método da nomeação conjunta à hipótese de o tribunal arbitral ser constituído por três árbitros, excluindo a situação de estarmos perante um árbitro único ou diante de mais de três árbitros (embora seja raro um número de árbitros superior a três).

Com efeito, repare-se que se fizéssemos uma interpretação literal da lei, aparentemente ficaríamos com dois regimes de pluralidade de partes (inicial) diferentes: (i) no caso de um tribunal arbitral constituído por três árbitros, aplicar-se-á o método da nomeação conjunta, seguindo-se o disposto no artigo 11.º; (ii) caso o tribunal seja composto por um único árbitro ou por mais de três árbitros (isto é, por cinco, sete, nove ou mais árbitros, desde que em número ímpar), à partida tal método já não seria aplicável, o que dificultaria – ou mesmo, impossibilitaria – a constituição do tribunal arbitral. Ora, tal dualidade de regimes, a nosso ver, não faria qualquer sentido. Na verdade, conforme observam alguns autores, tudo indica que estamos apenas perante uma *deficiência de expressão legislativa* [cfr. MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, cit., p. 174] e nada mais. Deste modo, ao artigo 11.º, n.º 1, deveremos considerar aplicáveis, por analogia, e com as devidas adaptações, os n.ºs 2 (árbitro único) e 3 (três ou mais árbitros) do artigo 10.º – em consonância com a referida leitura conjunta que deverá ser feita dos artigos 10.º e 11.º da LAV.

⁸⁰¹ Segundo cremos, ter-se-ão de considerar aplicáveis os n.ºs 4 e 5 do artigo 10.º da LAV, face à *lacuna* que se verifica no artigo 11.º.

⁸⁰² A questão que se levanta, em concreto, é a de saber se, uma vez feita a designação – pelo tribunal estadual – do árbitro em falta (n.º 2) ou da totalidade dos árbitros (n.º 3), caberá ou não recurso desta decisão. O problema é pertinente uma vez que, contrariamente ao que sucede nos casos de nomeação de árbitros em situações de *dualidade de partes* (onde, nos termos do n.º 7 do artigo 10.º, expressamente se refere que não cabe recurso dessa decisão do tribunal estadual), o artigo 11.º nada diz para os casos de *pluralidade de partes*. Ora, atendendo à regra geral consagrada no n.º 8 do artigo 59.º da LAV, no sentido da admissibilidade de recurso das decisões proferidas pelos tribunais estaduais nos termos dos números anteriores do artigo 59.º, “salvo quando na presente lei se preceitue que a decisão do tribunal estadual competente é insusceptível de recurso”, poderiam suscitar-se algumas dúvidas. É que no artigo 11.º não se dispõe que a decisão do tribunal estadual seja insusceptível de recurso – ao contrário, portanto, do que sucede no artigo 10.º, n.º 7. E daí a dúvida. Ou seja, a regra do artigo 59.º, n.º 8, é a da recorribilidade das decisões dos tribunais estaduais

mencionadas em tal artigo, a menos que a lei diga o contrário. No artigo 10.º, n.º 7 (referente às situações de designação de árbitros em caso de dualidade de partes), a lei diz o contrário. Mas no artigo 11.º (para os casos de pluralidade de partes inicial) não. Sendo assim, *quid juris*?

Interpretando literalmente a lei, isto é, o citado artigo 59.º, n.º 8 (e considerando, claro, a referida omissão que se verifica no artigo 11.º), poderia ser tentado a concluir-se que a designação do árbitro em falta pelo tribunal estadual competente, em caso de pluralidade de partes, seria recorrível. Se assim fosse, tal significaria que teríamos dois regimes diferentes para o caso de nomeação de árbitros pelo tribunal estadual competente: (i) no caso de dualidade de partes, a referida nomeação seria insusceptível de recurso (artigo 10.º, n.º 7); (ii) no caso de pluralidade inicial, a decisão do tribunal estadual já seria recorrível. A nosso ver, porém, tal dualidade de regimes não faria sentido. Mais uma vez, dever-se-á proceder à referida leitura conjunta do artigo 11.º com o artigo 10.º e aplicar, analogicamente, a solução prevista no n.º 7 deste último preceito. São várias as razões nesse sentido.

Dir-se-á, desde logo, que já na anterior LAV era assim. Com efeito, o então artigo 12.º, n.º 3, previa a insusceptibilidade de impugnação das nomeações de árbitros feitas pelo presidente do Tribunal da Relação, sem distinguir os casos de dualidade dos de pluralidade de partes para este efeito. O mesmo se diga, aliás, quanto à Lei-Modelo da UNCITRAL (onde a actual LAV fortemente se inspirou). Também este diploma prevê a *irrecorribilidade* das decisões dos tribunais estaduais que procedam à nomeação de árbitros (artigo 11.º, n.º 5, 1.ª parte), não procedendo a qualquer distinção entre dualidade e pluralidade de partes. Por outro lado, é esta, ainda, a lição que retiramos do direito comparado. Pense-se, por exemplo, nas leis de arbitragem espanhola e francesa. Como veremos, ambas contêm normas sobre a nomeação de árbitros em caso de pluralidade de partes inicial (artigos 15.º, n.º 2, alínea b), 2.º parágrafo, da lei de arbitragem espanhola, e 1453.º do CPC francês), bem como disposições que consagram a *irrecorribilidade* das decisões dos tribunais estaduais (referentes à nomeação de árbitros ou em apoio à arbitragem) como regra geral (artigos 15.º, n.º 7, da lei de arbitragem espanhola, e 1460.º, 3.º parágrafo, do CPC francês), e, no entanto, não distinguem um regime diferente consoante se esteja perante um caso de dualidade ou pluralidade de partes. Em qualquer um destes casos, a decisão do tribunal estadual que proceda à designação de árbitros será, em princípio, *irrecorrível*. Um entendimento contrário, de resto, no sentido da recorribilidade da decisão do tribunal estadual, poderia retardar o normal andamento do processo arbitral, pondo em causa uma das principais vantagens da arbitragem: a celeridade. Com efeito, julgamos que tal entendimento, com grande probabilidade, daria lugar a manobras dilatórias pela parte que está menos interessada em que o processo prossiga [por norma, o(s) demandado(s)]. Tudo isto, em suma, leva-nos a concluir pela *irrecorribilidade* da decisão do tribunal estadual que, nos termos do artigo 11.º da LAV, proceda à designação de árbitros e pela aplicação analógica do n.º 7 do artigo 10.º a estes casos. Neste sentido, veja-se MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, cit., pp. 181 e 182, ANTÓNIO SAMPAIO CARAMELO, “O estatuto dos árbitros...”, cit., p. 47, e, implicitamente, PEDRO METELLO DE NÁPOLES / CARLA GÓIS COELHO, “A arbitragem e os tribunais estaduais...”, cit., pp. 201 a 203 (ao descreverem o processo de designação de árbitros – onde é feita uma referência à nomeação nos termos do artigo 11.º –, os citados Autores concluem a análise feita salientando o facto de, em conformidade com o n.º 7 do artigo 10.º, a decisão de nomeação de árbitros pelo tribunal estadual não ser susceptível de recurso; o que nos leva, portanto, a presumir que os mesmos também dão por adquirida a aplicação do n.º 7 do artigo 10.º aos casos do artigo 11.º); em sentido

práticas vêm, assim, demonstrar que a leitura isolada do artigo 11.º torna-se muito difícil, se não mesmo impossível. Uma leitura conjunta com o artigo 10.º é, deste modo, necessária⁸⁰³.

Por fim, como último ponto introdutório, cumpre salientar que embora a epígrafe do artigo 11.º (bem como os n.ºs 1 e 2 desta norma) se refira a “pluralidade de demandantes *ou* de demandados”, é óbvio que estas duas pluralidades podem ser conjugadas. Ou seja, o artigo 11.º tanto se aplica à pluralidade de demandantes *ou* de demandados, como à pluralidade de demandantes *e* de demandados – a intenção do legislador não foi, evidentemente, a de criar um regime especial apenas para o caso de a pluralidade se verificar num dos lados⁸⁰⁴.

Deste modo, a pluralidade de partes (inicial) do artigo 11.º pode ser *activa* (vários demandantes e um demandado), *passiva* (um demandante e vários demandados) ou *mista* (vários demandantes e vários demandados) – a mencionada norma encontra-se prevista para qualquer um destes casos.

Posto isto, vejamos então, mais detalhadamente, a forma como o legislador lidou com a constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes inicial e o modo como respondeu ao conflito que se coloca com o princípio da igualdade das partes.

contrário, porém, *vide* JOSÉ MIGUEL JÚDICE, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, cit., p. 43.

⁸⁰³ A este respeito, julgamos que teria sido preferível que o legislador tivesse integrado os artigos 10.º e 11.º da LAV numa única norma, isto é, que tivesse reunido, num único preceito, a designação de árbitros em caso de dualidade e pluralidade de partes (inicial). É o que se verifica, por exemplo, na lei de arbitragem espanhola (artigo 15.º) e no actual Regulamento de Arbitragem da CCI (artigo 12.º), bem como, entre nós, nos artigos 28.º e 29.º da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto. Não o tendo feito, o legislador português deu azo às mencionadas dificuldades práticas que, por vezes, se verificam e que tornam necessária uma leitura conjunta dos artigos 10.º e 11.º da LAV.

⁸⁰⁴ Conforme observam alguns autores, julgamos que, acima de tudo, o legislador terá pretendido deixar claro que a referida norma se aplica quer aos múltiplos demandantes, quer aos múltiplos demandados, não excluindo, naturalmente, a possibilidade de se aplicar a uns e outros em simultâneo [*cfr.* MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, cit., p. 174].

5.2.1 – O método da nomeação conjunta

I – Nos termos do n.º 1 do artigo 11.º da LAV, “em caso de pluralidade de demandantes ou de demandados, e devendo o tribunal arbitral ser composto por três árbitros, os primeiros designam *conjuntamente* um árbitro e os segundos designam *conjuntamente* outro”⁸⁰⁵ (sendo o árbitro presidente escolhido pelos árbitros já nomeados, nos termos do n.º 3 do artigo 10.º).

Do citado preceito resulta a consagração legal do chamado *método da nomeação conjunta* – solução que, como vimos, reúne grande consenso internacional⁸⁰⁶, estando igualmente presente em inúmeros regulamentos de arbitragem. No fundo, é como se de cada lado estivesse apenas uma parte, ou seja, para efeitos de constituição do tribunal arbitral, o conjunto de demandantes ou de demandados acaba por ser visto como uma única parte⁸⁰⁷, *como se não houvesse pluralidade*⁸⁰⁸. Dir-se-á, à partida, que não haverá violação do princípio da igualdade das partes pelo facto de os múltiplos demandantes ou demandados terem de designar conjuntamente

⁸⁰⁵ Designação conjunta que se deverá verificar independentemente do número de intervenientes (*cfr.* MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Lei de Arbitragem Comentada*, *cit.*, p. 63). Ou seja, imaginemos que temos um demandante de um lado e vinte demandados do outro. Estes vinte demandados terão de nomear conjuntamente um árbitro. O mesmo se diga se em vez de vinte forem trinta, cinquenta, cem ou mais demandados. O método da nomeação conjunta aplicar-se-á independentemente do número de demandantes ou de demandados. O que sucede nestes casos em que exista um grande número de partes é que, em princípio, será mais difícil conseguir a referida nomeação conjunta – o consenso para a nomeação de árbitros poderá ser bastante difícil de alcançar.

⁸⁰⁶ *Vide* MICHAEL KRAMER / GUIDO E. URBACH / RETO M. JENNY, “Equal Treatment in Multi-Party Arbitration...”, *cit.*, p. 154.

⁸⁰⁷ *Cfr.* JOSÉ MIGUEL JÚDICE, *in* DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, *cit.*, p. 42, e ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “O estatuto dos árbitros...”, *cit.*, p. 42.

⁸⁰⁸ *Vide* PEDRO ROMANO MARTINEZ, “Constituição do tribunal arbitral e estatuto do árbitro”, *cit.*, p. 223.

um árbitro, pois, na verdade, cada *parte* teve direito a nomear o seu árbitro⁸⁰⁹.

Recorde-se que era este o raciocínio da CCI ao tempo do *caso Dutco*, raciocínio que explicava a prática habitual da Corte Internacional de Arbitragem em tratar a pluralidade de demandantes ou demandados como uma única parte, para efeitos de constituição do tribunal arbitral. E, como vimos já, após a controversa decisão da *Cour de Cassation* de 07/01/1992, o que a CCI fez em primeiro lugar foi, justamente, codificar

⁸⁰⁹ Ao referir-se, no artigo 11.º, n.º 1, que a pluralidade de demandantes ou de demandados designa “*conjuntamente* um árbitro”, pressupõe-se que os mesmos cheguem entre si *a acordo* quanto ao árbitro que lhes caiba indicar e procedam a essa nomeação conjunta. Neste âmbito, surge, porém, a questão de saber se tal acordo deverá ser um *acordo unânime* ou, diferentemente, um *acordo por maioria*. Por outras palavras, imaginemos que o desacordo se verifica do lado dos demandados (o mais frequente, conforme indicado antes). Neste sentido, imaginemos, ainda, que estamos perante vinte demandados, sendo que dezanove deles estão de acordo quanto ao árbitro a indicar. Sucede, todavia, que o vigésimo demandado não está de acordo com os outros e propõe outro árbitro. Ora, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º (e do n.º 2, que se refere, expressamente, à falta de acordo na designação conjunta), poder-se-á aqui afirmar que não houve acordo entre os demandados?

A resposta a esta questão está, como referimos, em saber se a LAV exige um acordo unânime de todos os demandados ou, diversamente, se basta um acordo por maioria. Embora o artigo 11.º não seja de facto claro, julgamos que, na ausência de uma previsão expressa da LAV a este respeito, a melhor interpretação a fazer de tal preceito é no sentido de o legislador exigir um *acordo unânime* [neste sentido, veja-se MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, cit., pp. 176 e 177] – melhor interpretação, sobretudo, atendendo à importância que o processo de nomeação de árbitros reveste e às suas implicações para o desenrolar do processo arbitral. Deste modo, no exemplo indicado, dever-se-á considerar que os demandados não chegaram a acordo sobre o árbitro que lhes cabia designar; o desacordo do vigésimo demandado é, a nosso ver, suficiente para que se possa defender que existe uma divergência entre os demandados, no que à nomeação conjunta diz respeito (divergência essa que, conforme veremos, deverá ser suprida com a intervenção do tribunal estadual).

Em todo o caso, isso não impede que a designação conjunta possa resultar da cedência de uns demandados perante outros. Ou seja, no exemplo anterior, imaginemos que um dos demandados se mostra intransigente e pretende ser ele a nomear. Os outros demandados acabam por aceitar tal pretensão e deixam-no efectuar a nomeação. Em princípio, não haverá qualquer problema, na medida em que tal corresponda à vontade dos demandados, ao acordo (unânime) a que todos cheguem.

esta sua prática – através do método da nomeação conjunta – no Regulamento de Arbitragem⁸¹⁰ (onde o nosso legislador se inspirou).

Relembre-se, ainda, que, para a CCI, *arbitragem multipartes* é uma arbitragem que envolve “um conflito entre mais de duas partes *com interesses opostos*”⁸¹¹. Isto é, só quando os vários demandantes ou demandados tiverem entre si interesses opostos, divergentes, é que se deverá falar, a este respeito, de pluralidade de partes (estes é que, por norma, serão os verdadeiros casos problemáticos que se levantam ao nível da constituição do tribunal). Se, pelo contrário, as partes tiverem interesses convergentes, isto é, idênticos ou próximos, elas deverão ser vistas como uma única parte e tratadas como tal, procedendo à designação conjunta de um árbitro⁸¹². No fundo, é esta a razão de ser do método da nomeação conjunta consagrado no Regulamento da CCI, que a LAV seguiu.

Conforme observa José Miguel Júdice em comentário ao n.º 1 do artigo 11.º da LAV, é particularmente para esta situação (em que não existe qualquer divergência que impeça o acordo quanto à nomeação conjunta de um co-árbitro) que o referido preceito se encontra pensado⁸¹³. Na verdade, poder-se-á considerar até de certa forma *normal* que um conjunto de partes, de um ou de ambos os lados, que se apresente em litígio tenha “interesses comuns ou, pelo menos, não conflitantes ou

⁸¹⁰ Primeiro, no artigo 10.º, n.º 1, da versão de 1998 do Regulamento de Arbitragem e, depois, no artigo 12.º, n.º 6, do actual Regulamento.

⁸¹¹ Conforme mencionado antes, foi esta a posição que a Comissão de Arbitragem Internacional da CCI deixou bem clara num relatório elaborado sobre o tema (JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “Final Report on Multi-Party Arbitrations”, *cit.*, p. 27).

⁸¹² Assume relevância, neste contexto, a distinção que anteriormente fizemos entre os interesses das partes plurais para efeitos da constituição do tribunal arbitral, isto é, entre interesses convergentes ou não conflitantes e interesses divergentes ou conflitantes.

⁸¹³ Cfr. JOSÉ MIGUEL JÚDICE, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, *cit.*, p. 42.

incompatíveis”⁸¹⁴ – o que justifica, assim, o método da nomeação conjunta como regra geral.

Em todo o caso, como se sabe, esta convergência de interesses entre as partes plurais poderá não se verificar; as partes poderão ter, entre si, interesses opostos, divergentes, que impeçam a nomeação conjunta de um árbitro (ou até, não obstante a proximidade de interesses, pode suceder que as partes, pura e simplesmente, não consigam chegar a acordo quanto ao árbitro que lhes caiba indicar). E, sendo assim, *quid juris?* Conforme veremos mais à frente, a LAV não deixou de acautelar estas hipóteses nos n.ºs 2 e 3 do artigo 11.º.

II – Deixando agora, porém, a solução seguida em tais disposições, importa ainda salientar, a respeito do método da nomeação conjunta, que o mesmo é, à partida, poder-se-á considerar, a *solução mais natural para o problema em análise*. Ele é, de facto, a *primeira resposta* para desbloquear o problema da nomeação de árbitros, quando estejamos perante uma situação de pluralidade de partes. E daí que, como vimos antes, reúna um grande consenso internacional.

Com efeito, pegando no exemplo clássico do *caso Dutco*, isto é, o caso de uma arbitragem colegial com três árbitros, entre A, B e C, na qual A intenta uma acção contra B e C (pluralidade passiva), em princípio a primeira solução que nos ocorre é a de B e C deverem nomear conjuntamente um árbitro. Conforme observámos em momento anterior⁸¹⁵, repare-se que se seguíssemos, por exemplo, a solução inversa de cada parte poder nomear o *seu* árbitro – caso em que B e C indicariam,

⁸¹⁴ JOSÉ MIGUEL JÚDICE, *op. cit.*, p. 42. Salientando isto mesmo, por referência ao Regulamento de Arbitragem da CCI, veja-se, por exemplo, JASON FRY / SIMON GREENBERG / FRANCESCA MAZZA, *The Secretariat's Guide to ICC Arbitration*, *cit.*, pp. 149 a 151.

⁸¹⁵ Veja-se o que dissemos, sobre este ponto, na introdução ao nosso trabalho.

cada um, o seu árbitro –, ficaríamos com um painel composto por quatro árbitros⁸¹⁶, em aparente violação da exigência de um número ímpar de árbitros prevista no artigo 8.º, n.º 1, da LAV, correndo ainda o risco de nos depararmos com um impasse. Além de, claro, tal se poder traduzir num aumento dos custos da arbitragem (sobretudo se, por exemplo, em vez de dois demandados tivermos cinco, seis ou mais), bem como comprometer a celeridade e eficácia do processo arbitral.

A isto acresce que, muitas vezes, os vários demandantes ou demandados nem terão dificuldades em proceder a esta nomeação conjunta – o que ainda mais justifica a adopção do referido método.

Não surpreende, por isso, em suma, que a nomeação conjunta seja, com frequência, considerada a solução mais natural, isto é, a primeira resposta a dar ao problema da nomeação de árbitros em caso de pluralidade de partes.

III – Por outro lado, embora seja certo que constitui uma novidade na actual LAV, o método da nomeação conjunta não era totalmente desconhecido em Portugal – o mesmo já se encontrava consagrado no Regulamento de Arbitragem do CAC (versão de 2008)⁸¹⁷ e a nossa jurisprudência já havia sido confrontada com ele.

Com efeito, num conhecido acórdão que previamente mencionámos, o Tribunal da Relação de Lisboa, apesar de não se ter pronunciado directamente sobre este método, não o pôs em causa, nem entendeu, sequer, que o mesmo implicava uma violação do princípio da igualdade das partes. Referimo-nos ao *acórdão do Tribunal da Relação de*

⁸¹⁶ Um nomeado pelo demandante, dois pelo demandado, mais um árbitro presidente.

⁸¹⁷ Referimo-nos ao artigo 8.º, n.º 1, do anterior Regulamento de Arbitragem do CAC (versão de 2008), correspondente ao artigo 9.º, n.º 1, do actual Regulamento.

Lisboa de 18/05/2004, que, pela sua importância, importa analisar em detalhe⁸¹⁸.

Em causa estava uma situação que apresentava contornos semelhantes à do *caso Dutco*. O litígio centrou-se em torno de um acordo parassocial referente à sociedade *TELEWEB* - Comunicações Interactivas, S.A., acordo em relação ao qual eram signatárias quatro sociedades (a *API CAPITAL* - Sociedade de Capital de Risco, S.A., a *LNG Holdings* S.A., a *ENSITEL* SGPS, S.A. e o *Banco de Investimento Global*, S.A., todas accionistas da *TELEWEB*) e do qual constava uma cláusula compromissória⁸¹⁹.

A certa altura, a *LNG Holdings* e a *ENSITEL* terão, alegadamente, violado o acordo parassocial. Facto que, após uma troca de correspondência, e respectiva resolução do acordo, levou a *API CAPITAL* a avançar com um processo arbitral contra aquelas duas sociedades⁸²⁰. Para o efeito, a *API CAPITAL* notificou a *LNG Holdings* e a *ENSITEL* para a constituição do tribunal arbitral, tendo, igualmente, definido aí o objecto do litígio, quantificado o pedido indemnizatório e indicado o seu árbitro. Mais convidou as sociedades requeridas a designarem, conjuntamente, o árbitro que lhes competia nomear; ou seja, no fundo,

⁸¹⁸ Sobre este acórdão, veja-se ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Jurisprudência comentada...”, *cit.*, pp. 25 a 48, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, pp. 268 e 269, JORGE MORAIS CARVALHO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, *cit.*, p. 149, MIGUEL PINTO CARDOSO / CARLA GONÇALVES BORGES, “Constituição do Tribunal Arbitral...”, *cit.*, pp. 147 e 148, e JOANA NEVES, “O Princípio da Competência dos Tribunais Arbitrais para decidirem sobre a sua própria Competência”, in MARIANA FRANÇA GOUVEIA (coordenação), *Análise de Jurisprudência sobre Arbitragem*, Almedina, Coimbra, 2011, pp. 38 e ss.

⁸¹⁹ Cláusula 24.^a dos estatutos. No n.º 3 da mencionada cláusula estabelecia-se que “o tribunal arbitral será composto por três árbitros, sendo um designado pelo *Accionista(s)* que formule a pretensão, o outro pelo *Accionista(s)* que se oponha à pretensão, sendo o terceiro designado por acordo dos dois árbitros; na falta desse acordo tais árbitros serão nomeados pelo Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa”.

⁸²⁰ A quarta sociedade signatária do acordo parassocial (o *Banco de Investimento Global*, S.A.) manteve-se fora do litígio.

para a demandante, as demandadas constituíam uma só parte⁸²¹. Acrescente-se, ainda, que a API CAPITAL invocava pedidos de indemnização distintos contra cada uma das demandadas, fundados em distintos actos de incumprimento, por cada uma delas, do acordo parassocial – razão pela qual o acórdão se refere sempre a *coligação* (passiva) e não a *litisconsórcio*⁸²².

A LNG Holdings e a ENSITEL de imediato se opuseram, argumentando que os litígios que opunham cada uma delas à API CAPITAL eram diferentes, pelo que deveriam ser intentadas duas acções arbitrais em separado. Deste modo, cada uma das demandadas indicou o seu árbitro, recusando-se a proceder a uma nomeação conjunta.

A demandante, nos termos ao artigo 12.º, n.º 1, da anterior LAV, solicitou então ao Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa para, em substituição das demandadas, proceder à nomeação do árbitro destas, que assim fez. Uma vez nomeado o árbitro em falta, os dois árbitros de parte escolheram o terceiro árbitro (presidente), tendo ficado constituído o tribunal arbitral.

Entretanto, no decurso da arbitragem, e em sede de contestação, a demandada ENSITEL veio arguir a irregularidade da constituição do tribunal. Neste sentido, a mesma pôs em causa a admissibilidade de coligação no processo arbitral, afirmando que, no caso concreto, a coligação das demandadas não era possível, desde logo por tal comprometer o princípio da absoluta igualdade das partes [artigo 16.º, a), da anterior LAV], princípio essencial ao processo arbitral, particularmente

⁸²¹ A notificação da API CAPITAL terminava da seguinte forma: “... cabendo às restantes requeridas Finantel SGPS SA e Firstmark Communications Europe SA [leia-se, ENSITEL e LNG Holdings] a indicação de outro árbitro que, em conjunto com aquele, escolherá [o] terceiro”.

⁸²² *Cfr.* ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Jurisprudência comentada...”, *cit.*, p. 28 (nota de rodapé n.º 5).

na fase de composição do tribunal^{823–824}. Já a LNG Holdings foi mais longe e, na pendência da acção arbitral, decidiu mesmo intentar, no competente tribunal judicial de primeira instância, uma acção declarativa, na qual foi peticionada a declaração de ilegalidade do fim para que foi constituído o tribunal arbitral (julgar a pretensão indemnizatória formulada pela API CAPITAL) e, em consequência, que fosse declarada a nulidade da constituição desse tribunal. Saliente-se que, embora a ENSITEL não tenha acompanhado esta acção judicial, a argumentação, no essencial, era a mesma, tendo-se centrado na inadmissibilidade da coligação no processo arbitral em causa e no princípio da igualdade das partes na constituição do tribunal.

A API CAPITAL (demandante na acção arbitral e agora ré) veio, então, invocar a excepção (dilatória) de violação da convenção de arbitragem, que foi julgada procedente pelo tribunal de primeira instância, tendo a ré sido absolvida da instância. O tribunal terá entendido que as questões submetidas à sua apreciação seriam da competência do tribunal arbitral.

⁸²³ Os articulados, onde está bem expressa a posição de cada uma das partes, encontram-se reproduzidos na decisão arbitral, de 19 de Fevereiro de 2004.

⁸²⁴ Segundo a ENSITEL, se no processo civil a *coligação* é admitida com uma generosa latitude, já no processo arbitral a sua admissibilidade deve sofrer alguns constrangimentos, derivados da própria natureza deste tipo de processo. Com efeito, no caso concreto, a coligação das demandadas implicava que estas se vissem forçadas a proceder conjuntamente à nomeação do árbitro de parte – algo que, no entender da ENSITEL, colocava as demandadas numa posição de maior fragilidade em relação à demandante, que teve todo o tempo do mundo para, autonomamente, nomear um árbitro, ao contrário das demandadas que teriam de, num prazo exíguo, chegar a acordo sobre um árbitro. Para a ENSITEL, este regime de desfavor até se poderia justificar nos casos em que, contra vários demandados, fosse proposta uma mesma acção, com um só pedido e causa de pedir. No caso, porém, de as acções a intentar contra cada um dos demandados serem diferentes, “a solução mais adequada será aquela em que – como consta da cláusula compromissória – autor e réu beneficiem de um mesmo regime de nomeação de árbitro e que, assim, não imponha a uma das partes dificuldades de que a outra fique isenta” (*cfr.* artigos 1.º a 24.º da contestação da ENSITEL, reproduzidos na decisão arbitral de 19 de Fevereiro de 2004, pp. 25 a 28).

Inconformada, a autora LNG Holdings (demandada no processo arbitral) recorreu para o Tribunal da Relação de Lisboa. Embora admita que a cláusula compromissória possa ser interpretada no sentido de prever a coligação, “estabelecendo, para tal caso, uma forma específica de composição do tribunal arbitral, com a designação conjunta do mesmo árbitro pelas partes passivas”, a agora recorrente entende que essa forma específica de constituição do tribunal terá sempre como pressuposto que “a cumulação de demandas no processo a decorrer perante tal tribunal arbitral seja *legal ou válida*” – o que, para a recorrente, não se verificava⁸²⁵. Deste modo, não sendo a cumulação de demandas “legal ou válida”, o tribunal arbitral não era competente para conhecer das pretensões deduzidas na acção arbitral⁸²⁶, não sendo esta sequer uma questão que caiba na chamada *competência da competência* do tribunal arbitral, ou seja, este tribunal não teria, nos termos do n.º 1 do artigo 21.º da anterior LAV, competência para decidir sobre a sua própria competência⁸²⁷. Esta matéria seria da competência da jurisdição estadual, não havendo, assim, violação da convenção de arbitragem.

⁸²⁵ As conclusões feitas pela recorrente nas alegações apresentadas encontram-se reproduzidas no acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 18/05/2004, *in CJ*, *cit.*, pp. 77 e 78. Para a recorrente, a “cumulação de demandas” não seria válida, desde logo porque não seria possível a aplicação do regime previsto no n.º 4 do artigo 31.º do [anterior] CPC (actual artigo 37.º, n.º 4), referente aos obstáculos à coligação (inconveniente grave), “caso ocorresse qualquer das situações em que essa norma prevê a possibilidade de o processo seguir apenas contra um só dos réus originariamente demandados em coligação”. Mais argumenta que “não se pode transpor o regime da coligação de réus regulado na lei de processo civil para o processo na jurisdição arbitral, nas circunstâncias da composição do tribunal arbitral como no caso em apreço”.

⁸²⁶ No fundo, o entendimento da recorrente parece ser o de que o tribunal arbitral teria sido irregularmente constituído, na medida em que, no caso concreto, esta teria direito a nomear um juiz árbitro, não estando obrigada a *nomeá-lo conjuntamente* com a ENSITEL.

⁸²⁷ O princípio da *competência da competência* é mais conhecido, na sua fórmula alemã, por *Kompetenz-Kompetenz*. Sobre este importante princípio, veja-se, por exemplo, JENS-PETER LACHMANN, *Handbuch für die Schiedsgerichtspraxis*, *cit.*, pp. 187 a 189, KARL HEINZ SCHWAB / GERHARD WALTER, *Schiedsgerichtsbarkeit: Kommentar...*, *cit.*, pp. 48 e 49, PIERRE MAYER, “L'autonomie de l'arbitre international dans l'appréciation de sa propre compétence”, *in Recueil des cours de l'Académie de*

O Tribunal da Relação de Lisboa manteve, parece-nos bem, a decisão da primeira instância, tendo entendido que a acção intentada pela LNG Holdings era intempestiva, na medida em que a mesma violava a convenção de arbitragem celebrada entre as partes e, como tal, constituía uma *excepção dilatória* nos termos do artigo 494.º, alínea j), do [anterior] CPC⁸²⁸. A este respeito, a Relação começa por observar que a *cláusula compromissória* previa, de facto, a possibilidade de um processo arbitral com pluralidade de partes (accionistas), quer do lado activo, quer do lado passivo. Com efeito, ao acordar num tribunal arbitral composto por três árbitros, “sendo um designado pelo *Accionista(s)* que formule a pretensão, o outro pelo *Accionista(s)* que se oponha à pretensão”, e o terceiro designado por acordo dos dois árbitros, parece resultar claro que as partes previram a possibilidade de terem uma acção arbitral intentada por e contra um ou mais accionistas. O plural da palavra “accionista” assim o

droit international de la Haye - Collected courses of the Hague Academy of International Law, vol. 217, BrillOnline, Leiden, 1989, pp. 319 a 454, LUIGI BIAMONTI, “Arbitrato - Diritto processuale civile”, *cit.*, pp. 926 e 927, ROLF A. SCHÜTZE, *Schiedsgericht und Schiedsverfahren*, 5.ª ed., NJW Praxis, Verlag C. H. Beck, Munique, 2012, p. 85, e, entre nós, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, pp. 183 a 194, LUÍS DE LIMA PINHEIRO, *Arbitragem Transnacional...*, *cit.*, pp. 133 a 142, ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “A competência da competência e a autonomia do tribunal arbitral”, in *ROA*, ano 73, vol. I, Lisboa, 2013, pp. 291 a 325, bem como MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *A competência declarativa dos tribunais comuns*, Lex, Lisboa, 1994, pp. 37, 134 a 136, e *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, *cit.*, pp. 134 e 135.

⁸²⁸ De notar que esta excepção deixou de estar expressamente referida no elenco de excepções dilatórias do artigo 577.º do actual CPC (correspondente ao anterior artigo 494.º), uma vez que a mesma se encontra já compreendida na sua alínea a). Com efeito, a violação de convenção de arbitragem passou a ser considerada um caso de *incompetência absoluta*, nos termos da alínea b) do artigo 96.º do actual CPC (esta alínea compreende a preterição do tribunal arbitral necessário e a violação de convenção de arbitragem, previstas na alínea j) do artigo 494.º do anterior CPC). A propósito desta alteração legislativa, veja-se JOÃO CORREIA / PAULO PIMENTA / SÉRGIO CASTANHEIRA, *Introdução ao Estudo e à Aplicação do Código de Processo Civil de 2013*, *cit.*, p. 27, PAULO RAMOS DE FARIA / ANA LUÍSA LOUREIRO, *Primeiras Notas ao Novo Código de Processo Civil*, vol. I, *cit.*, p. 497, ARMINDO RIBEIRO MENDES, “O novo Código de Processo Civil e a Lei de Arbitragem Voluntária”, *cit.*, pp. 267 e 268, e ABÍLIO NETO, *Novo Código de Processo Civil anotado*, 3.ª ed., Ediforum, Lisboa, 2015, p. 169 (anotação ao artigo 96.º).

indicia⁸²⁹. De resto, e conforme consta do acórdão da Relação, era até natural que um litígio que surgisse entre as partes pudesse opor um dos accionistas aos demais accionistas, uma vez que estes eram quatro.

Feita a interpretação da cláusula compromissória, a Relação de Lisboa centra-se, depois, no princípio da “competência da competência”, concluindo que, no caso concreto, “a questão da admissibilidade da coligação passiva é questão de interpretação cometida ao próprio tribunal arbitral que poderá concluir que não é admissível”⁸³⁰. Este teria, assim, competência para se pronunciar, em primeira linha, sobre a admissibilidade ou inadmissibilidade da coligação. Mais: para a Relação, nos termos do artigo 23.º, n.º 3, da anterior LAV⁸³¹, a incompetência do tribunal arbitral deveria ser arguida, em primeiro lugar, no próprio processo arbitral e não no tribunal judicial, sob pena de violação da cláusula compromissória. Ora, no caso em apreço, perante a invocação da ENSITEL (e de apenas esta) da irregularidade da constituição do tribunal arbitral – na respectiva contestação apresentada no âmbito da acção arbitral –, este entendeu ser competente e estar regularmente constituído

⁸²⁹ Neste sentido, também ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO entende que resulta claro da cláusula compromissória a hipótese de haver pluralidade de partes no processo arbitral (*cf.* “Jurisprudência comentada...”, *cit.*, p. 30).

⁸³⁰ Nos termos do artigo 21.º, n.º 1, da anterior LAV (preceito hoje correspondente ao artigo 18.º, n.º 1, da actual LAV), “o tribunal arbitral pode pronunciar-se sobre a sua própria competência, mesmo que para esse fim seja necessário apreciar a existência, a validade ou a eficácia da convenção de arbitragem ou do contrato em que ela se insira, ou a aplicabilidade da referida convenção”. Ora, na interpretação da Relação de Lisboa, do citado preceito legal extrai-se a regra de que “qualquer questão suscitada sobre a competência do tribunal arbitral deve por este ser decidida mesmo que para tal seja necessário apreciar a existência, validade, eficácia ou aplicabilidade da convenção de arbitragem. E não só nos casos em que esteja em causa a existência, validade, eficácia ou aplicabilidade da convenção de arbitragem”. Ou seja, para a Relação, “a lei quis especificar e esclarecer a extensão da competência; não quis restringir a ‘competência da competência’ do tribunal arbitral aos aspectos referidos”. Sobre a interpretação do princípio da “competência da competência” pelo acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa em análise, veja-se, particularmente, JOANA NEVES, “O Princípio da Competência dos Tribunais Arbitrais...”, *cit.*, pp. 38 a 42.

⁸³¹ Correspondente ao actual n.º 4 do artigo 18.º da LAV.

para conhecer ambas as pretensões da demandante⁸³². Deste modo, a Relação de Lisboa entendeu que só após a decisão de mérito do tribunal arbitral, e em sede de acção de anulação, é que as partes poderiam voltar a suscitar a questão da incompetência ou irregularidade de constituição do tribunal arbitral, nos termos do artigo 27.º, n.º 1, alínea b), da anterior LAV⁸³³⁻⁸³⁴. O que justifica que a acção intentada pela LNG Holdings, na pendência do processo arbitral, tivesse sido julgada intempestiva.

Interessante se afigura, sobretudo, a posição do Tribunal da Relação de Lisboa a respeito do método da nomeação conjunta. Embora não se tenha pronunciado directamente sobre este método, é certo que a Relação também não o pôs em causa, não tendo atendido à argumentação da recorrente. Mais: a Relação entende que “*não se vêem razões de tal modo fortes que tornem de todo desaconselhável ou inadmissível a coligação na arbitragem*”. Neste contexto, salienta que a própria cláusula compromissória previa a chamada *multiparty arbitration*⁸³⁵ e que “o

⁸³² Cfr. Despacho do tribunal arbitral de 24/10/2003, reproduzido na decisão arbitral de 19 de Fevereiro de 2004, pp. 88 a 90.

⁸³³ De facto, era essa a regra que resultava, de forma clara, do n.º 4 do artigo 21.º da anterior LAV, segundo o qual “a decisão pela qual o tribunal arbitral se declara competente só pode ser apreciada pelo tribunal judicial depois de proferida a decisão sobre o fundo da causa e pelos meios especificados nos artigos 27.º e 31.º”. Neste sentido, veja-se ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Jurisprudência comentada...”, *cit.*, pp. 33 e 34. O acórdão da Relação de Lisboa realça, ainda, que “a intervenção do tribunal judicial no processo de arbitragem voluntária é escassa” e segue a posição de JOSÉ LEBRE DE FREITAS, segundo a qual, havendo convenção de arbitragem, o tribunal arbitral assume, plenamente, a função jurisdicional declarativa, “não tendo o tribunal do Estado competência para se imiscuir no seu desempenho” (“Alcance da determinação pelo tribunal judicial...”, *cit.*, pp. 570 e 571).

⁸³⁴ Dissemos “em sede de acção de anulação”, dado que o recurso não era possível, uma vez que as partes, na cláusula 24.ª dos estatutos, excluíram o direito ao recurso.

⁸³⁵ Repare-se, aliás, que o presidente do Tribunal da Relação de Lisboa – aquando do pedido da API CAPITAL para nomear o árbitro das demandadas na acção arbitral – podia ter declarado logo não haver lugar à designação de árbitros, caso entendesse que a convenção de arbitragem era “manifestamente nula” (artigo 12.º, n.º 4, da anterior LAV). Mas a verdade é que não foi esse o entendimento seguido. Implicitamente, podemos assim concluir que o presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, perante uma cláusula compromissória que admitia, de facto, a possibilidade de um processo

conhecimento conjunto pelo mesmo tribunal arbitral de pretensões dirigidas contra mais do que um demandado permite uniformidade de critérios e de decisões referentemente ao mesmo tipo de litígio concreto”. Por outro lado, a Relação de Lisboa não deixa ainda de reparar que as demandadas – quanto mais não fosse por mera cautela – poderiam ter nomeado (*conjuntamente*, subentende-se) o seu árbitro. Porém, optaram por não o fazer e, como tal, o árbitro das demandadas teve de ser nomeado pelo Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa⁸³⁶.

Vemos, deste modo, que, quando confrontado com o método da nomeação conjunta, o acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 18/05/2004 – proferido na vigência da anterior LAV, antes, portanto, da solução consagrada no artigo 11.º, n.º 1, da actual LAV – parece, pelo menos implicitamente, entender que a aplicação de tal método a uma situação de pluralidade de demandados (na qual estes se vêm na obrigação de nomear conjuntamente um árbitro) não implica uma violação do princípio da igualdade das partes.

arbitral com pluralidade de partes, considerou que a mesma não era manifestamente nula.

⁸³⁶ Esta observação vem, no fundo, na linha da argumentação seguida pela API CAPITAL no processo arbitral, mais concretamente na sequência da resposta às excepções invocadas na contestação da ENSITEL. Com efeito, e por referência à questão da alegada irregularidade na constituição do tribunal, a então demandante não deixou de realçar que qualquer uma das demandadas poderia ter nomeado o seu árbitro – caso em que se colocaria o problema de haver já três árbitros indicados (quatro, com o árbitro presidente). Porém, a verdade é que nenhuma das demandadas designou qualquer árbitro, não tendo, sequer, juntado provas de que tivesse havido divergências numa suposta nomeação conjunta. Daí que, face ao impasse gerado na nomeação do árbitro, a solução tivesse de passar pelo presidente do Tribunal da Relação de Lisboa. A este respeito, a API CAPITAL observou, ainda, que não se pode pretender fazer de um árbitro nomeado um árbitro comprometido com a parte; os árbitros não são mandatários das partes, sendo unanimemente aceite que estes, no desempenho das suas funções, devem revestir-se de independência, imparcialidade e objectividade – qualidades que, conhecida a composição do tribunal arbitral, a demandada ENSITEL não colocou em causa (*cfr.* artigos 12.º a 35.º da resposta da demandante à contestação da demandada ENSITEL, reproduzidos na decisão arbitral de 19 de Fevereiro de 2004, pp. 71 e 72).

5.2.2 – Consequências da não nomeação conjunta

A nomeação conjunta a que o n.º 1 do artigo 11.º da LAV se refere, pode, no entanto, não se verificar. As partes poderão, por várias razões, não chegar a acordo quanto ao árbitro que lhes caiba indicar ou recusarem-se a proceder a essa designação – hipóteses a que o legislador não deixou de atender, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 11.º.

5.2.2.1 – A intervenção do tribunal estadual competente

É neste ponto que se afigura particularmente relevante o papel desempenhado pelo *tribunal estadual competente*. Perante a ausência de nomeação conjunta, este tribunal, a pedido de qualquer das partes, fará a designação do *árbitro em falta* ou, como veremos, da *totalidade dos árbitros* (artigo 11.º, n.ºs 2 e 3, da LAV).

Acima de tudo, pretende evitar-se uma situação de impasse que bloqueie o normal andamento do processo arbitral⁸³⁷. Esta designação de árbitros pelo tribunal estadual demonstra bem, aliás, o relevante papel de apoio e assistência que, por vezes, os tribunais estaduais são chamados a desempenhar no processo arbitral⁸³⁸.

⁸³⁷ Veja-se, entre outros, PAULA COSTA E SILVA / NUNO TRIGO DOS REIS, “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, *cit.*, pp. 953, 980 e 994 e ss., PAULA COSTA E SILVA, “Preterição do contraditório...”, *cit.*, pp. 321 e 322, e JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “O Princípio do Contraditório na Nomeação de Árbitro...”, *cit.*, p. 35.

⁸³⁸ Embora, como se sabe, os tribunais arbitrais sejam verdadeiros e próprios tribunais e exerçam a função jurisdicional, existe, ainda assim, uma relação que necessariamente se estabelece com os tribunais estaduais. Esta relação manifesta-se, sobretudo, numa relevante *função de controlo e assistência* que os tribunais estaduais desempenham. A função de controlo pode ver-se, particularmente, ao nível dos meios de impugnação da sentença arbitral (onde se destaca a acção de anulação – artigo 46.º da LAV). Já a assistência verifica-se (ou melhor, pode verificar-se) em vários momentos e a respeito de várias matérias, tais como: na constituição do tribunal arbitral (com particular destaque para a designação de árbitros), no que respeita ao decretamento de

Neste sentido, será o Tribunal da Relação – ou melhor, o *presidente do Tribunal da Relação* (ou o *presidente do Tribunal Central Administrativo*, dependendo do caso)⁸³⁹ – que, na ausência de nomeação conjunta, procederá à indicação dos árbitros⁸⁴⁰. Facto que está em consonância com a ideia subjacente ao artigo 59.º, que é a de atribuir competência quase exclusiva ao *Tribunal da Relação* (ou ao *Tribunal Central Administrativo*, consoante o caso) para intervir na arbitragem⁸⁴¹; de fora ficarão, sobretudo, as situações “em que aquele Tribunal não está

providências cautelares (artigos 27.º a 29.º da LAV), na produção de prova (artigo 38.º da LAV), na execução de sentenças arbitrais (artigos 47.º e 48.º da LAV) e no reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras (artigos 55.º a 58.º da LAV). Sobre esta questão, veja-se, por exemplo, NIGEL BLACKABY / CONSTANTINE PARTASIDES / ALAN REDFERN / MARTIN HUNTER, *Redfern and Hunter on International Arbitration*, cit., pp. 415 a 439, JOSÉ CARLOS FERNÁNDEZ ROZAS, “Le rôle des juridictions étatiques devant l'arbitrage commercial international”, in *Recueil des cours de l'Académie de droit international de la Haye - Collected courses of the Hague Academy of International Law*, vol. 290, BrillOnline, Leiden, 2001, pp. 23 e ss., CARLOS ALBERTO CARMONA, “O processo arbitral”, in ARNOLDO WALD (organizador), *Arbitragem e Mediação*, vol. III (Processo Arbitral), Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pp. 142 e 143, e, entre nós, JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “Alcance da determinação pelo tribunal judicial...”, cit., pp. 570 a 572, PEDRO METELLO DE NÁPOLES / CARLA GÓIS COELHO, “A arbitragem e os tribunais estaduais...”, cit., pp. 195 a 219, PEDRO SIZA VIEIRA, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, cit., pp. 63 e 64, MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Manual de Arbitragem*, cit., pp. 260 a 272, e JOAQUIM SHEARMAN DE MACEDO, “Assistência dos tribunais estaduais na obtenção de prova em arbitragem internacional”, in *VIII Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2015, pp. 63 a 76. O artigo 59.º da LAV é, a este respeito, elucidativo de vários momentos em que os tribunais estaduais intervêm no processo arbitral.

⁸³⁹ Cfr. Artigo 59.º, n.º 3, da LAV.

⁸⁴⁰ Cfr. Artigo 59.º, n.º 1, alínea a), da LAV.

⁸⁴¹ Inspirado, parcialmente, pelo § 1062 do ZPO alemão e pelo artigo 6.º da Lei-Modelo da UNCITRAL [cfr. *Anteprojecto de LAV da APA (2010)*, notas justificativas ao artigo 59.º, cit., p. 223], o artigo 59.º da LAV visa regular as relações entre os tribunais arbitrais e estaduais, no sentido de clarificar qual o tribunal estadual competente em vários momentos do processo arbitral, sempre que a sua intervenção se tornar necessária. Especificamente sobre a citada disposição alemã (a principal fonte inspiradora), veja-se JENS-PETER LACHMANN, *Handbuch für die Schiedsgerichtspraxis*, cit., pp. 1082 e 1083, PETER SCHLOSSER, in STEIN / JONAS (coordenadores), *Kommentar zur Zivilprozessordnung*, cit., pp. 615 a 619, e ADOLF BAUMBACH / WOLFGANG LAUTERBACH / JAN ALBERS / PETER HARTMANN, *Zivilprozessordnung*, 72.ª ed., Verlag C. H. Beck, Munique, 2014, pp. 2668 e 2669.

apetrechado para responder às solicitações dos tribunais arbitrais, ou seja, na obtenção de provas e em matéria de providências cautelares”⁸⁴².

A intervenção do mencionado tribunal realizar-se-á, em todo o caso, “*a pedido de qualquer das partes*” (artigo 11.º, n.º 2, da LAV). Ou seja, por um lado, o tribunal estadual não poderá, autonomamente, intervir – a sua intervenção terá de ser *provocada*⁸⁴³. Por outro lado, só as *partes* terão legitimidade para requerer a nomeação dos árbitros e assim provocar a intervenção do tribunal estadual⁸⁴⁴. Com efeito, ao referir-se expressamente às “partes”, a actual LAV parece entender que só estas terão legitimidade para o mencionado requerimento, pondo assim fim às dúvidas que se verificavam a este respeito na anterior LAV, sobre se os árbitros poderiam ou não requerer tal nomeação⁸⁴⁵. Por fim, importa salientar que o pedido de “qualquer das partes” não terá, a nosso ver, de ser feito por *todos* os demandantes ou por todos os demandados, podendo

⁸⁴² PEDRO METELLO DE NÁPOLES, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, cit., p. 148.

⁸⁴³ A este respeito, veja-se JOÃO RAPOSO, “A intervenção do tribunal judicial na arbitragem: nomeação de árbitros e produção de prova”, in *I Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2008, pp. 111 e 112, e JULIAN D. M. LEW, “Does National Court Involvement Undermine the International Arbitration Processes?”, in *American University International Law Review*, vol. 24, n.º 3, Washington, 2009, pp. 536 e 537.

⁸⁴⁴ Segundo Mariana França Gouveia, estamos perante legitimidade processual, aferida em função do interesse em pedir (artigo 30.º do CPC), “e só as *partes* têm interesse no prosseguimento da ação arbitral” (*Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 197).

⁸⁴⁵ Sobre este ponto específico, veja-se JOÃO LUÍS LOPES DOS REIS, “Questões de arbitragem ad-hoc - Constituição do tribunal arbitral. Colegiabilidade dos árbitros. Forma do processo. Prazo para a decisão. Caducidade da convenção. Honorários dos árbitros”, in *ROA*, ano 58, vol. I, Lisboa, 1998, p. 495. Em todo o caso, saliente-se que, embora não seja usual, algumas leis de arbitragem estrangeiras prevêem a possibilidade de os próprios árbitros poderem requerer aqui a intervenção do tribunal estadual. É o que sucede na lei francesa, mais concretamente no artigo 1460.º, 1.º parágrafo, do CPC francês.

ser efectuado *apenas por um dos compartes* (sob pena, aliás, de a arbitragem ficar bloqueada)⁸⁴⁶.

Quanto ao momento em que a intervenção do tribunal estadual pode ser requerida, em princípio, salvo estipulação em contrário, ela poderá ser solicitada “no *prazo de 30 dias* a contar da recepção do pedido que a outra parte lhe faça nesse sentido” (artigo 10.º, n.º 4, 1.ª parte, da LAV)⁸⁴⁷ – prazo que deverá ser contado de *forma corrida*, devendo considerar-se aplicável o regime previsto no artigo 279.º do CC⁸⁴⁸. Questão diferente é a de saber até quando poderá este requerimento ser apresentado, ou seja, decorridos 30 dias, qual o prazo para a apresentação do mencionado requerimento? Na ausência de resposta da LAV – à semelhança, de resto, da anterior lei que também era omissa –, alguns autores entendem que o requerimento poderá ser oferecido “*a qualquer tempo*”⁸⁴⁹.

No que se refere ao requerimento para solicitar a intervenção do tribunal estadual, este deverá ser feito nos termos do artigo 60.º, n.º 1, da

⁸⁴⁶ Pense-se, por exemplo, num caso em que nos deparamos com vários demandantes e demandados e em que não há acordo das partes quanto à designação conjunta do árbitro (desacordo que, como vimos antes, será mais frequente do lado dos demandados). Poderá esse pedido de nomeação, ao tribunal estadual, ser feito *apenas por um* dos demandantes ou demandados ou deverá tal pedido ser realizado por *todos* os demandantes ou por *todos* os demandados? Embora a redacção da lei não seja de facto clara neste ponto, julgamos que terá de ser aceite uma legitimidade individual. A solução oposta, isto é, de o pedido ter de ser feito por todos os demandantes ou demandados, poderia conduzir a uma situação em que o processo arbitral ficaria *bloqueado* pelo facto de, por qualquer razão, um dos compartes não aderir a tal requerimento. Em sentido contrário, porém, veja-se MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, cit., pp. 175, 177 e 178.

⁸⁴⁷ Conforme se depreende do nosso texto, note-se que entendemos serem aqui aplicáveis os n.ºs 4 e 5 do artigo 10.º [vide MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, cit., p. 177]. Isto, mais uma vez, seguindo o entendimento, anteriormente referido, no sentido de o artigo 11.º dever ser lido em conjunto com o artigo 10.º.

⁸⁴⁸ Cfr. PEDRO METELLO DE NÁPOLES / CARLA GÓIS COELHO, “A arbitragem e os tribunais estaduais...”, cit., p. 200, e JOSÉ MIGUEL JÚDICE, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, cit., p. 39.

⁸⁴⁹ PEDRO METELLO DE NÁPOLES / CARLA GÓIS COELHO, “A arbitragem e os tribunais estaduais...”, cit., p. 202.

LAV, isto é, o interessado deverá indicar “os factos que justificam o seu pedido, nele incluindo a informação que considere relevante para o efeito”. Mais interessante se afigura o facto de agora se prever, expressamente, o *contraditório* na designação do(s) árbitro(s) em falta⁸⁵⁰ – ponto controvertido no âmbito da anterior LAV⁸⁵¹. Não sendo a regra (a Lei-Modelo da UNCITRAL é, aliás, omissa a este respeito)⁸⁵², esta solução não é, porém, inédita, encontrando-se consagrada em alguns países, como, por exemplo, na Alemanha e em Angola⁸⁵³. Embora, à

⁸⁵⁰ Artigo 60.º, n.º 2, da LAV [conjugado com o n.º 1 do mesmo preceito e com o artigo 59.º, n.º 1, alínea a)].

⁸⁵¹ Na ausência de uma disposição legal como a do actual n.º 2 do artigo 60.º da LAV (recorde-se que o artigo 12.º da anterior lei era totalmente omissa a este respeito), discutia-se se, ao receber o pedido de nomeação de árbitros em falta, o presidente do Tribunal da Relação deveria, ou não, deferir esse pedido sem ouvir a parte contrária. Defendendo, nesta altura, a necessidade de contraditório, veja-se JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “O Princípio do Contraditório na Nomeação de Árbitro...”, *cit.*, pp. 33 a 45, JOÃO LUÍS LOPES DOS REIS, “Questões de arbitragem ad-hoc...”, *cit.*, p. 496, e PAULO DUARTE, “Intervenção do tribunal judicial no processo de constituição do tribunal arbitral e o princípio do contraditório”, in *RFDULP*, vol. 1, n.º 1, Porto, 2012, pp. 40 a 42. Em sentido contrário, porém, decidiram os acórdãos do Tribunal Constitucional n.º 329/2012, de 27/06/2012 (Relatora Maria Lúcia Amaral, processo n.º 893/2011), in <http://www.tribunalconstitucional.pt/>, do Supremo Tribunal de Justiça de 17/06/2011 (Relator Sebastião Póvoas, processo 6/10.1TVPR.T.P1.S1) [admissão de revista excepcional] e de 11/10/2011 (Relator Paulo Sá, processo 6/10.1TVPR.T.P1.S1), ambos in <http://www.dgsi.pt/>, bem como o acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 31/01/2011 (Relator Caimoto Jácome, processo 6.10.1TVPR.T.P1), in *CJ*, 2011, tomo I, pp. 191 e ss. – todos proferidos no âmbito do mesmo processo judicial. Sobre esta questão, veja-se, ainda, em particular, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, pp. 197 e 198, PAULA COSTA E SILVA, “Preterição do contraditório...”, *cit.*, pp. 301 a 334, PAULA COSTA E SILVA / NUNO TRIGO DOS REIS, “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, *cit.*, pp. 951 a 1004, ARMINDO RIBEIRO MENDES / SOFIA RIBEIRO MENDES, “Crónica de Jurisprudência”, in *RIAC*, APA, n.º 4 (2011) e n.º 5 (2012), Almedina, Coimbra, pp. 260 a 264 e pp. 311 a 315, respectivamente, e ARMINDO RIBEIRO MENDES, “A Arbitragem na Jurisprudência do Tribunal Constitucional”, *cit.*, pp. 135 e 136.

⁸⁵² Veja-se ARMINDO RIBEIRO MENDES / SOFIA RIBEIRO MENDES, “Crónica de Jurisprudência”, in *RIAC*, n.º 5 (2012), *cit.*, p. 314.

⁸⁵³ Cfr. § 1063 (1) do ZPO, e artigo 14.º, n.º 3, da Lei sobre a Arbitragem Voluntária (Lei n.º 16/03, de 25 de Julho). A este propósito, vide KLAUS REICHOLD, in THOMAS / PUTZO, *Zivilprozessordnung: FamFG, Verfahren in Familiensachen, GVG, Einführungsgesetze, EU-Zivilverfahrensrecht, Kommentar*, 36.ª ed., Verlag C. H. Beck, Munique, 2015, pp. 1370 e 1371, HANS-PATRICK SCHROEDER / WIEBKE WORTMANN, “§ 1063 - General Provisions”, in KARL-HEINZ BÖCKSTIEGEL / STEFAN MICHAEL KRÖLL / PATRICIA NACIMIENTO (coordenadores), *Arbitration in Germany: The Model*

primeira vista, possa parecer uma diligência inútil, a verdade é que, nos termos da actual LAV, a exigência do contraditório é um momento importante no que à nomeação de árbitros diz respeito (sobretudo em casos de pluralidade de partes). Pensamos, designadamente, na hipótese prevista no n.º 3 do artigo 11.º da LAV. Conforme veremos mais à frente, se se demonstrar que “as partes que não conseguiram nomear conjuntamente um árbitro têm *interesses conflituantes relativamente ao fundo da causa*”, o tribunal estadual poderá nomear a totalidade dos árbitros. Ora, para que o tribunal estadual possa fazer uso da faculdade prevista no citado n.º 3, dir-se-á que o contraditório assume particular relevância – através do mesmo, o tribunal poderá ficar em condições de saber se os interesses conflituantes se verificam e, consequentemente, se se justifica ou não a nomeação da totalidade dos árbitros⁸⁵⁴. Daí a utilidade e a importância que o contraditório é susceptível de aqui revestir⁸⁵⁵.

Law in Practice, 2.^a ed., Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2015, p. 533, e, por referência à lei angolana, LINO DIAMVUTU, “A constituição do tribunal arbitral...”, *cit.*, p. 177, e MANUEL GONÇALVES / SOFIA VALE / LINO DIAMVUTU, *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, Almedina, Coimbra, 2013, p. 75. Existem, ainda, outros casos em que o contraditório na designação do(s) árbitro(s) em falta parece estar indirectamente consagrado; é o que se verifica em França, com a remissão que o artigo 1460.º do CPC francês faz para as “ordonnances de référé” (artigos 484.º e ss. do mesmo diploma), onde se destacam os artigos 485.º e 486.º que vincam bem o respeito pelo princípio do contraditório.

⁸⁵⁴ Neste sentido, também a previsão do n.º 3 do artigo 60.º da LAV – onde se faz valer o *princípio do inquisitório* [cfr. MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, *cit.*, p. 708] – se pode revelar de grande importância nesta matéria.

⁸⁵⁵ De facto, é preciso perceber porque é que os demandantes ou demandados não chegaram a acordo, não procedendo à *nomeação conjunta* do árbitro que lhes competia (artigo 11.º, n.º 1, da LAV). Neste contexto, é essencial ouvir as partes que falharam a referida nomeação conjunta (que, por norma, serão os demandados). Só desta forma é que o tribunal estadual estará em condições de saber se deverá nomear apenas o *árbitro em falta* (n.º 2) ou se, diferentemente, deverá designar a *totalidade dos árbitros* (n.º 3). Ora, este é, justamente, um dos vários momentos em que o contraditório previsto no n.º 2 do artigo 60.º se pode revelar de grande importância.

Em todo o caso, conforme adverte Mariana França Gouveia, importa salientar que este novo regime previsto na LAV deve ser *restritivamente interpretado*, de forma a impedir *dilações* na constituição do tribunal arbitral. Com efeito, não podemos esquecer que a intervenção do tribunal estadual visa apenas, e tão só, proceder à nomeação dos

5.2.2.2 – A nomeação do árbitro em falta ou a nomeação da totalidade dos árbitros

I – Definida a competência do tribunal estadual para suprir a falta de acordo na nomeação conjunta, importa, porém, analisar a forma como tal designação deverá ser colmatada. Resumidamente, a LAV prevê que o tribunal estadual possa:

- i) Nomear (apenas) o *árbitro em falta* (n.º 2 do artigo 11.º) – caso em que se manterá o árbitro indicado pela parte contrária, não sendo afectada tal designação (*regime regra*);
- ii) Nomear a *totalidade dos árbitros* (escolhendo, de entre eles, o presidente), “se se demonstrar que as partes que não conseguiram nomear conjuntamente um árbitro têm *interesses conflitantes relativamente ao fundo da causa*” (n.º 3 do artigo 11.º) – caso em que ficará sem efeito a designação do árbitro que uma das partes já tenha entretanto efectuado (*regime excepcional*).

Conforme mencionado antes, o legislador português, no fundo, inspirou-se na solução adoptada pelo Regulamento de Arbitragem da CCI

árbitros em falta; consequentemente, o contraditório da parte contrária deverá limitar-se a tal nomeação. Quer dizer, “não há aqui lugar a levantar quaisquer objecções à competência do tribunal arbitral (o que equivale à eficácia em sentido amplo da convenção), à regularidade da constituição (até então) do tribunal ou qualquer outro problema que as partes, na sua infinita imaginação, quiserem opor à designação do árbitro” – o procedimento em causa (e o contraditório a ele subjacente) reporta-se apenas à designação do(s) árbitro(s), pelo que “todos os restantes problemas devem ser colocados perante e decididos pelo tribunal arbitral” (MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 198). Em sentido próximo, alertando, igualmente, para o facto de a finalidade deste procedimento ser, única e exclusivamente, o de proceder à nomeação de árbitros, veja-se PEDRO METELLO DE NÁPOLES, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, cit., p. 152.

(assim como por outros regulamentos), na sequência do *caso Dutco*; se bem que com uma importante diferença no que respeita à designação da totalidade dos árbitros.

Vejam, então, mais detalhadamente, o modo como a LAV lidou com este problema.

II – Começamos pela nomeação do *árbitro em falta*.

Nesta primeira hipótese, contemplada no n.º 2 do artigo 11.º, prevê-se, portanto, como referimos, que o tribunal estadual nomeie, apenas, o árbitro em falta, sem que isso afecte a nomeação feita pela parte contrária.

Neste sentido, o importante a reter é o facto de se admitir que um processo arbitral com pluralidade de partes possa prosseguir no caso de uma das partes ter nomeado o seu árbitro, não obstante a parte contrária não ter procedido a essa designação conjunta (tendo, consequentemente, o seu árbitro sido indicado pelo tribunal estadual) – é este o regime regra. Deste modo, com excepção dos casos referidos no n.º 3 do artigo 11.º, o facto de uma das partes (demandantes ou demandados) não conseguir nomear conjuntamente um árbitro, não implica que a nomeação que a parte contrária tenha realizado fique, automaticamente, sem efeito. O processo prosseguirá como se estivéssemos diante de um caso normal de dualidade de partes (em que o tribunal arbitral deva ser composto por três ou mais árbitros)⁸⁵⁶.

Conforme nos dá conta José Miguel Júdice, esta matéria foi “muito debatida pelos autores materiais do projeto [de LAV] entregue aos sucessivos governos”⁸⁵⁷. Essencialmente, procurou-se com a solução do n.º 2 do artigo 11.º respeitar, na medida do possível, a nomeação já efectuada por uma das partes e o seu direito de influir na constituição do

⁸⁵⁶ Cfr. Artigo 10.º, n.º 4, da LAV.

⁸⁵⁷ JOSÉ MIGUEL JÚDICE, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, cit., p. 42.

tribunal arbitral (à semelhança, aliás, da solução que vimos consagrada em muitos outros regulamentos de arbitragem).

Desta forma, para o legislador português, a situação que acabámos de descrever (presente no n.º 2 do artigo 11.º) *em regra* não porá em causa o *princípio da igualdade das partes*. A LAV admite, porém, *excepções à regra*, conforme veremos melhor no ponto seguinte.

III – A falha na designação conjunta do árbitro por uma das partes pode originar, todavia, outra resposta (mais drástica) do tribunal estadual, resposta esta constante do n.º 3 do artigo 11.º.

Referimo-nos à segunda hipótese que formulámos, de o tribunal *poder* nomear a *totalidade dos árbitros*, isto é, os três (ou mais) árbitros, todo o painel arbitral (escolhendo, de entre eles, o árbitro presidente). Aqui já será afectada a designação da parte contrária, que ficará sem efeito. Em todo o caso, para que esta *solução excepcional* se possa verificar, é necessário, nos termos da lei, que se demonstre “que as partes que não conseguiram nomear conjuntamente um árbitro têm *interesses conflituantes* relativamente ao fundo da causa”⁸⁵⁸.

A LAV consagrou, portanto, um *regime diferenciado* para colmatar a ausência de nomeação conjunta por uma das partes. E, neste sentido, a primeira questão que se deverá colocar é a de saber, afinal, o porquê desta diferenciação de regimes. Isto é, porquê a necessidade de se prever uma hipótese especial de designação de todos os árbitros (n.º 3)? Será que não se poderia aplicar sempre, em todas as situações, o disposto no n.º 2, devendo o tribunal estadual nomear apenas o árbitro em falta [e sem se pôr em causa, assim, a nomeação que já tenha sido feita pelo(s) demandante(s)]?

⁸⁵⁸ Artigo 11.º, n.º 3, da LAV.

A razão de ser deste regime diferenciado está no *princípio da igualdade das partes*. Com efeito, quando o tribunal estadual procede à nomeação (apenas) do árbitro em falta, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º, a verdade é que, em certas situações, poderá ser questionável se houve ou não uma violação do princípio da igualdade das partes⁸⁵⁹ – na medida em que, aparentemente, nem todas as partes tiveram o direito de indicar o *seu* árbitro⁸⁶⁰. E é justamente por isso que a lei prevê, no n.º 3, a possibilidade de designação da totalidade dos árbitros pelo tribunal estadual. No fundo, tal como vimos no âmbito do Regulamento de Arbitragem da CCI, também aqui estamos perante uma espécie de *plano de contingência*, de *mecanismo de salvaguarda*, que só deverá ser aplicado quando o tribunal estadual considere que a nomeação (apenas) do árbitro em falta poderá traduzir-se num *tratamento desigual das partes*.

E quando é que se deverá entender que as partes não estão em igualdade, no que a esta matéria diz respeito? Qual a *fronteira* que permite passar do n.º 2 para o n.º 3 do artigo 11.º da LAV? Esta é a questão fundamental que se coloca.

Neste âmbito, torna-se essencial a distinção que fizemos anteriormente, a propósito do *caso Dutco*, entre os interesses das partes para efeitos da constituição do tribunal arbitral, isto é, entre *interesses convergentes ou não conflitantes* e *interesses divergentes ou conflitantes*. Ora, a hipótese de nomeação de todos os árbitros foi pensada, sobretudo, para o segundo caso.

⁸⁵⁹ Neste sentido, veja-se MICHAEL KRAMER / GUIDO E. URBACH / RETO M. JENNY, “Equal Treatment in Multi-Party Arbitration...”, *cit.*, p. 154, e JULIAN D. M. LEW / LOUKAS A. MISTELIS / STEFAN M. KRÖLL, *Comparative International Commercial Arbitration*, *cit.*, pp. 380 e 381.

⁸⁶⁰ Isto é, uma parte [por norma, o(s) demandante(s)] designou livremente um árbitro, enquanto a parte contrária (em princípio, os demandados) não chegou a acordo quanto a uma nomeação conjunta e viu o seu árbitro ser indicado pelo tribunal estadual.

Neste sentido, na vigência da anterior LAV⁸⁶¹, António Sampaio Caramelo⁸⁶² entendia já que, para as situações em que haja *divergência de interesses*, “é que se justifica plenamente a solução que vem sendo adoptada de uma forma cada vez mais generalizada nos modernos regulamentos e leis sobre arbitragem comercial, segundo a qual, não havendo nomeação conjunta de um árbitro pelos demandados ou pelos demandantes, pertencerá à ‘autoridade da nomeação’ a competência para a *nomeação de todos os membros do tribunal arbitral*, o que implica, logicamente, dar como sem efeito a nomeação do árbitro que tivesse já sido feita pelo outro ‘campo’ ”⁸⁶³.

A actual LAV, como vemos, seguiu este entendimento, adoptando a solução que passa pela designação da totalidade dos árbitros – em conformidade, neste ponto, com o Regulamento de Arbitragem da CCI (a grande fonte inspiradora do n.º 3 do artigo 11.º⁸⁶⁴) – e acrescentando uma exigência adicional para que possa ser exercida esta faculdade, no sentido de as partes que não conseguirem nomear conjuntamente um árbitro terem “*interesses conflitantes relativamente ao fundo da causa*”.

Abstraindo-nos, por agora, da referência legal aos interesses conflitantes “*relativamente ao fundo da causa*” (que iremos concretizar mais à frente), importa realçar que é, justamente, para estes casos em que há interesses divergentes ou conflitantes que, à partida, mais se justifica a regulamentação específica que o n.º 3 do artigo 11.º introduz⁸⁶⁵. E é, sem

⁸⁶¹ Lei que, como referido, não continha qualquer norma sobre a pluralidade de partes, seja ao nível da constituição do tribunal arbitral, seja em qualquer outro momento.

⁸⁶² Autor do texto inicial do primeiro anteprojecto e um dos autores do texto base da actual LAV.

⁸⁶³ ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Jurisprudência comentada...”, *cit.*, pp. 47 e 48.

⁸⁶⁴ Referimo-nos ao artigo 12.º, n.º 8, do Regulamento de Arbitragem da CCI (correspondente ao artigo 10.º, n.º 2, da versão de 1998 de tal Regulamento).

⁸⁶⁵ Em sentido próximo, veja-se ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “A reforma da lei da arbitragem voluntária”, *cit.*, pp. 217 e 218.

dúvida, nestes casos – aqueles que, como se mencionou antes, são para muitos autores os verdadeiros casos de *arbitragens multipartes* – que, com mais frequência, se colocarão problemas com o princípio da igualdade das partes.

Com efeito, se os demandantes ou os demandados tiverem *interesses convergentes, não conflituantes*, será mais fácil chegarem a um acordo; há uma maior probabilidade de conseguirem nomear conjuntamente um árbitro⁸⁶⁶. Já o mesmo se não pode dizer, porém, se existirem *interesses divergentes ou conflituantes*. Estas situações justificam uma atenção acrescida da parte do tribunal estadual. De facto, repare-se que em muitos destes casos, verdadeiramente, as partes não tiveram hipótese de nomear conjuntamente um árbitro; as divergências, ou melhor, os interesses conflituantes eram de tal ordem que inviabilizaram, desde logo, a possibilidade de um consenso na nomeação conjunta de um árbitro.

Pegando no exemplo clássico de uma acção arbitral intentada por A contra B e C, se os demandados tiverem, a este respeito, interesses convergentes, estarão em boas condições para conseguir um entendimento e designar conjuntamente um árbitro, não sendo necessário, em princípio, um regime diferente do da nomeação conjunta⁸⁶⁷. Na hipótese inversa, porém, já será diferente. Com efeito, se B e C tiverem interesses divergentes ou conflituantes será mais difícil vê-los como uma única parte e, consequentemente, será mais difícil exigir-lhes uma nomeação conjunta.

⁸⁶⁶ Ou, por outras palavras, haverá uma menor relutância a respeito da nomeação conjunta. O que justifica o entendimento de que, havendo uma identidade ou proximidade de interesses, o método de nomeação tradicionalmente adoptado – segundo o qual cada parte (demandante de um lado e demandado do outro) nomeia um árbitro, sendo o árbitro presidente designado pelos dois árbitros já nomeados – “pode funcionar perfeitamente, sem que alguém se possa queixar de ter sido infringido o princípio da igualdade das partes relativamente ao modo de constituição do tribunal arbitral” (ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Jurisprudência comentada...”, *cit.*, p. 36).

⁸⁶⁷ Neste sentido, veja-se MIGUEL PINTO CARDOSO / CARLA GONÇALVES BORGES, “Constituição do Tribunal Arbitral...”, *cit.*, p. 144.

Ora, é particularmente nestes casos que é mais susceptível de ser invocada uma violação do princípio da igualdade das partes na constituição do tribunal arbitral⁸⁶⁸. Dir-se-á, desde logo, que o demandante (A) pôde indicar o seu árbitro, ao contrário dos demandados (B e C) que, verdadeiramente, estavam impedidos de o fazer (ou em condições menos favoráveis para tal), atendendo aos interesses conflitantes que os separavam. Ou seja, no limite, poder-se-á afirmar que B e C não tiveram direito a nomear o seu árbitro e que, como tal, houve uma desigualdade de tratamento das partes.

Assim se compreende a solução (excepcional) do n.º 3 do artigo 11.º que, no fundo, visa repor a igualdade entre todas as partes em situações em que a nomeação (apenas) do árbitro em falta seja susceptível de se traduzir numa violação do princípio da igualdade das partes – como, por norma, será o caso de as partes que não conseguiram nomear conjuntamente um árbitro terem “interesses conflitantes relativamente ao fundo da causa”. Aplicando-se tal solução, dir-se-á, à primeira vista, que os demandantes e os demandados acabam por ficar em condições de igualdade, pois nem uns nem outros nomeiam o seu árbitro; todos os árbitros serão designados pelo tribunal estadual, que indicará também qual deles será o presidente⁸⁶⁹. Na impossibilidade de cada uma das partes nomear um árbitro (algo que se afigura “impraticável”⁸⁷⁰), o legislador

⁸⁶⁸ Cfr. ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado da Arbitragem...*, cit., p. 146.

⁸⁶⁹ Como vimos, semelhante linha de argumentação pode ser usada para o caso de um tribunal arbitral composto por um *árbitro único*, particularmente quando não haja acordo das partes sobre essa designação (artigo 10.º, n.º 2, da LAV). Na verdade, também aqui se dirá que as partes são tratadas de forma igual, uma vez que nenhuma delas teve direito a nomear o *seu* árbitro – o árbitro único é designado pelo tribunal estadual.

⁸⁷⁰ JULIAN D. M. LEW / LOUKAS A. MISTELIS / STEFAN M. KRÖLL, *Comparative International Commercial Arbitration*, cit., p. 380. Conforme reflectimos já a este propósito (designadamente em sede introdutória), o alegado direito de cada parte nomear um árbitro – em caso de pluralidade de partes – é susceptível de gerar *grandes dificuldades práticas e logísticas*; e quanto maior for o número de partes, pior. Basta pensar no aumento dos custos da arbitragem, no facto de tal poder comprometer a

optou, desta forma, nas referidas situações, por retirar esse direito aos demandantes e demandados, assim assegurando uma igualdade entre as partes.

IV – Compreendida a razão de ser da possibilidade de designação da totalidade dos árbitros, dois pontos fundamentais importa salientar.

O primeiro é o de que, à semelhança da solução que vimos consagrada no Regulamento de Arbitragem da CCI⁸⁷¹ (e em outros regulamentos), também aqui estamos perante uma *faculdade* e não uma obrigação. Também aqui, portanto, a possibilidade da nomeação de todos os árbitros não se aplicará *automaticamente*, sempre que as partes falhem a nomeação conjunta. O tribunal estadual *é livre de decidir* se nomeia ou não a totalidade dos árbitros, não estando obrigado a proceder a tal designação⁸⁷².

Essencialmente, são três as razões que levam a que a possibilidade de nomeação de todos os árbitros não seja automática, isto é, que levam a que ela seja *permitida*, mas não *imposta*⁸⁷³.

Por um lado, na medida do possível, procura-se respeitar ao máximo a *vontade das partes*, o que justifica que a nomeação que uma das partes já tenha efectuado não deva ser logo posta em causa. Com efeito, a

celeridade do processo arbitral e nos impasses que tal solução poderá originar (com o risco, por exemplo, de termos um tribunal constituído por um número par de árbitros).

⁸⁷¹ Cfr. Artigo 12.º, n.º 8, do Regulamento de Arbitragem da CCI.

⁸⁷² A própria linguagem usada pelo legislador nos n.ºs 2 e 3 do artigo 11.º assim o indicia. Na verdade, enquanto no n.º 2 do artigo 11.º se refere “*cabe* ao tribunal estadual competente, a pedido de qualquer das partes, fazer a designação do árbitro em falta”, no n.º 3 estabelece-se que, “no caso previsto no número anterior, *pode* o tribunal estadual (...) nomear a totalidade dos árbitros (...)”. Ou seja, num caso estamos perante uma obrigação, perante um dever do tribunal estadual (o “*cabe*” usado no n.º 2 é no sentido de “*competete*”), ao passo que no outro (isto é, no n.º 3) já estamos perante uma faculdade, podendo a nomeação de todos os árbitros verificar-se ou não, consoante a decisão que venha a ser tomada.

⁸⁷³ As duas primeiras razões que iremos de seguida mencionar, já foram, aliás, referidas a propósito do Regulamento de Arbitragem da CCI.

possibilidade de designação de árbitros é (para muitos) uma das grandes vantagens que a arbitragem apresenta face aos tribunais estaduais, vantagem esta que leva a que as partes tenham uma maior confiança no tribunal arbitral e no desenrolar do processo; pelo que se compreende que a parte que já indicou um árbitro não se deva ver automaticamente privada desta vantagem, apenas porque a parte contrária, aparentemente, não se consegue entender quanto à nomeação conjunta de um árbitro – a LAV atendeu, assim, ao inconveniente que isso representaria para a parte que já tenha nomeado um árbitro [na maioria dos casos, o(s) demandante(s)].

Por outro lado, a LAV teve em conta que há casos em que, pura e simplesmente, não parece razoável que os demandantes ou demandados não se consigam entender quanto à nomeação conjunta de um árbitro, sobretudo quando os seus interesses aparentam ser idênticos ou próximos, isto é, convergentes. Neste sentido, o nosso legislador não ignorou que uma das partes (por norma, os demandados) pode estar a *simular um desentendimento* na designação do árbitro, apenas para: (i) *sabotar* a nomeação já realizada pela parte contrária⁸⁷⁴; (ii) socorrer-se de uma *manobra dilatória* para atrasar o processo arbitral; e/ou (iii) lançar mão de uma *estratégia* para, mais tarde, vir impugnar a decisão final proferida,

⁸⁷⁴ O que seria mais fácil de acontecer se o tribunal estadual, face ao alegado desentendimento na nomeação conjunta, designasse *automaticamente* todos os árbitros. Embora seja certo que, nessa hipótese, os demandados ficariam também sem a possibilidade de indicar um árbitro, a verdade é que, dependendo da situação concreta, para os demandados essa nomeação pode não revestir a mesma importância que para os demandantes – caso em que aqueles estariam dispostos a abdicar da nomeação, com vista a causar um maior prejuízo aos demandantes.

Neste contexto, a possibilidade de uma parte *sabotar* a nomeação do árbitro que a outra já tenha feito é, reconhecidamente, um dos principais efeitos negativos (e não queridos) a que o *caso Dutco* acabou por conduzir (sobretudo no âmbito daqueles regulamentos de arbitragem que, como vimos, seguiram uma solução que passa pela nomeação automática de todos os árbitros perante a ausência de nomeação conjunta) – *cfr.* RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, p. 25.

caso a mesma lhe venha a ser desfavorável⁸⁷⁵. Razão pela qual a nomeação de todos os árbitros, pelo tribunal estadual, deve ser avaliada *caso a caso* e não aplicada automaticamente.

Por fim, julgamos que o legislador teve presente que a nomeação automática da totalidade dos árbitros, sempre e em todos os casos, resultaria numa *aplicação meramente formal do princípio da igualdade*, não se atingindo uma *igualdade substancial, material ou real*. E, como vimos antes, é este último sentido de igualdade que prevalece na CRP (artigo 13.º) e no CPC (artigo 4.º).

Deste modo, não obstante a importância da faculdade concedida no n.º 3 do artigo 11.º ao tribunal estadual, a verdade é que a mesma tem de ser aplicada, não automaticamente, mas sim com *prudência e cautela* (pelas razões mencionadas), sendo fundamental *ouvir* o que as partes têm a dizer a este respeito⁸⁷⁶. Por sua vez, a decisão que proceda à nomeação da totalidade dos árbitros deverá ser *fundamentada*, isto é, dever-se-ão justificar, ainda que sucintamente, os motivos que levaram o tribunal a optar por essa decisão⁸⁷⁷.

⁸⁷⁵ Referindo algumas estratégias que visam levantar problemas e dificuldades à constituição do tribunal arbitral, veja-se MICHAEL KRAMER / GUIDO E. URBACH / RETO M. JENNY, “Equal Treatment in Multi-Party Arbitration...”, *cit.*, pp. 156, 161 e 162, JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “L’arbitrage multipartite en 1992”, *cit.*, p. 193, e ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “O estatuto dos árbitros...”, *cit.*, pp. 46 e 47, e “A reforma da lei da arbitragem voluntária”, *cit.*, pp. 217 e 218.

⁸⁷⁶ Vide JOSÉ MIGUEL JÚDICE, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, *cit.*, p. 43. Conforme observámos em momento anterior, é particularmente aqui que o *contraditório* previsto no artigo 60.º, n.º 2, da LAV, assume especial relevância. De facto, a audição das partes – sobretudo daquelas que falharam a nomeação conjunta (por norma, os demandados) – afigura-se essencial para que o tribunal estadual possa ficar em condições de saber se os referidos interesses conflituantes se verificam e, conseqüentemente, se se justifica ou não a nomeação da totalidade dos árbitros. Neste âmbito, poderá revelar-se igualmente útil o disposto no n.º 3 do artigo 60.º, onde se faz valer o *princípio do inquisitório*.

⁸⁷⁷ Cfr. JOSÉ MIGUEL JÚDICE, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, *cit.*, p. 43, e ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “O estatuto dos árbitros...”, *cit.*, p. 47. Embora, no nosso entendimento, tal decisão não seja susceptível de recurso (pelas razões que foram antes mencionadas), é importante ter presente que a mesma pode, eventualmente, vir a ser invocada como fundamento de

Como posição de princípio, poder-se-á afirmar, em suma, que a possibilidade de designar a totalidade dos árbitros deverá ser vista como uma *solução excepcional*, ou melhor, como um plano de contingência, um mecanismo de salvaguarda, destinado a ser aplicado em casos em que a nomeação (apenas) do árbitro em falta possa traduzir um tratamento desigual das partes⁸⁷⁸. Desta forma, só em “*casos especiais*” será de afastar a regra geral do n.º 2 do artigo 11.º da LAV⁸⁷⁹.

V – O segundo ponto fundamental do regime do n.º 3 do artigo 11.º da LAV reside na circunstância de a liberdade do tribunal estadual estar, aparentemente, *limitada*. Com efeito, a decisão de nomear a totalidade dos árbitros parece estar *condicionada* à demonstração dos “*interesses*

anulação da sentença arbitral que venha a ser proferida (entre outras possíveis consequências gravosas) – neste sentido, veja-se JOSÉ MIGUEL JÚDICE, *op. cit.*, p. 43, e ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, *op. cit.*, p. 47). Daí a importância que a fundamentação da decisão do tribunal estadual reveste, não devendo ser subestimada. É preciso perceber o que levou o tribunal estadual a chegar à solução mais drástica de nomear a totalidade dos árbitros.

No que se refere à escolha dos árbitros em si mesma, importa salientar que o tribunal estadual não goza de uma total liberdade. Com efeito, ele terá, naturalmente, de ter em conta as qualificações exigidas pelo acordo das partes para os árbitros a designar e tudo o que for relevante para garantir a nomeação de árbitros independentes e imparciais, nos termos do n.º 6 do artigo 10.º da LAV (aqui aplicável ao abrigo da leitura conjunta do artigo 11.º com o artigo 10.º, que defendemos anteriormente). Sobre a importância do citado n.º 6 – preceito que foi inspirado no artigo 11.º, n.º 5, da Lei-Modelo da UNCITRAL, e no § 1035 (5) do ZPO alemão [*cf.* JOSÉ MIGUEL JÚDICE, *op. cit.*, p. 40] –, veja-se, particularmente, PAULA COSTA E SILVA / NUNO TRIGO DOS REIS, “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, *cit.*, pp. 973, 974 e 978; de salientar que já na vigência da anterior LAV (onde não existia preceito idêntico ao actual artigo 10.º, n.º 6) se defendia a aplicação do conteúdo do artigo 11.º, n.º 5, da Lei-Modelo da UNCITRAL (veja-se MARIA ÂNGELA BENTO SOARES / RUI MANUEL MOURA RAMOS, *Contratos Internacionais...*, *cit.*, p. 365, LUÍS DE LIMA PINHEIRO, *Arbitragem Transnacional...*, *cit.*, p. 127, e PAULA COSTA E SILVA, “Preterição do contraditório...”, *cit.*, pp. 317, 318, 321, 328, 329 e 333).

⁸⁷⁸ É isto que nos diz, por exemplo, a experiência da CCI, onde os casos em que se procede à nomeação da totalidade dos árbitros são, de facto, pouco frequentes – *cf.* JASON FRY / SIMON GREENBERG / FRANCESCA MAZZA, *The Secretariat’s Guide to ICC Arbitration*, *cit.*, p. 151, YVES DERAIS / ERIC A. SCHWARTZ, *A Guide to the ICC Rules of Arbitration*, *cit.*, p. 184, e RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, pp. 14 e 15.

⁸⁷⁹ ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “O estatuto dos árbitros...”, *cit.*, p. 43.

conflitantes relativamente ao fundo da causa”, que terão impedido os demandantes ou demandados de designar conjuntamente um árbitro.

Neste sentido, a liberdade atribuída ao tribunal estadual parece ser, assim, *menor* do que aquela que vimos ser atribuída à autoridade de nomeação de vários regulamentos de arbitragem, onde não se encontra semelhante *requisito* (ou, pelo menos, tal requisito não está previsto de forma expressa). É isso o que se verifica, desde logo, com a própria CCI, a grande fonte inspiradora nesta matéria⁸⁸⁰.

A nosso ver, porém, verdadeiramente, o n.º 3 do artigo 11.º não visa condicionar a possibilidade de nomear a totalidade dos árbitros, mas sim *reforçar o carácter excepcional desta faculdade*. Acima de tudo, o que a LAV pretende é que a possibilidade de designação de todos os árbitros seja exercida, pelo tribunal estadual, quando se verifique um “*sério desacordo*” na nomeação conjunta do árbitro, isto é, quando os demandantes ou os demandados tenham “razões objectivas e sérias” (não simuladas), razões “plausíveis e atendíveis” (e não meros pretextos), que levam a que não tenham conseguido chegar a acordo e indicado conjuntamente um árbitro⁸⁸¹. Deste modo, quando no artigo 11.º, n.º 3, se refere “interesses conflitantes”, a LAV não se está a referir a uma qualquer divergência de interesses (sobre uma qualquer questão secundária e irrelevante), mas sim a uma divergência séria, como será, em princípio, a divergência de interesses “relativamente ao fundo da causa”,

⁸⁸⁰ Vide MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., pp. 269 e 270. Note-se que nos referimos, apenas, àqueles regulamentos de arbitragem que seguiram a tendência em que a nomeação da totalidade dos árbitros consiste numa faculdade e não numa obrigação. De todos esses regulamentos que mencionámos antes, as únicas excepções são o Regulamento de Arbitragem e Estatutos do TAS (artigo 41.1) e, entre nós, os Regulamentos de Arbitragem do CAC e do IAC (artigos 9.º, n.º 3, e 13.º, n.º 3) – regulamentos que parecem também condicionar tal nomeação à existência de interesses divergentes ou conflitantes.

⁸⁸¹ ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “O estatuto dos árbitros...”, cit., pp. 43 a 47.

que seja susceptível de impedir as partes de nomearem conjuntamente um árbitro⁸⁸².

Por outro lado, conforme alguns autores salientam, poder-se-á também entender que uma vez que os nossos tribunais estaduais não dispõem, a este respeito, da mesma experiência das autoridades de nomeação de certos centros de arbitragem (nem da jurisprudência firmada nesses centros), o legislador ter-se-á visto na necessidade de “explicitar” um “*critério orientador*” na decisão de designar ou não a totalidade dos árbitros⁸⁸³. A forma como o fez é que, no nosso entendimento, não foi a mais feliz – a LAV deveria ter *exemplificado* (como julgamos que era a sua intenção) e não *limitado* (como parece ter feito)⁸⁸⁴.

Em qualquer caso, é fundamental termos presente que o critério decisivo é, sempre, o *princípio da igualdade das partes*. O mecanismo da nomeação da totalidade dos árbitros só deverá ser exercido quando tal se revele necessário para assegurar a igualdade das partes. É esta a *razão de ser* do n.º 3 do artigo 11.º da LAV. Recorde-se que foi com este propósito que esta solução foi acolhida no Regulamento de Arbitragem da CCI (a grande fonte inspiradora da LAV, quanto a este ponto), em reacção ao acórdão da *Cour de Cassation* de 07/01/1992, proferido no âmbito do *caso Dutco*.

E é aqui que reside o equívoco do legislador. A tónica é colocada nos “interesses conflitantes relativamente ao fundo da causa”, quando o

⁸⁸² Como vimos anteriormente, esta conflituosidade de interesses será mais provável de se verificar quanto maior for o número de demandantes e, sobretudo, de demandados (a probabilidade de as partes não conseguirem nomear conjuntamente um árbitro será, com efeito, maior). Por outro lado, tal conflituosidade será mais frequente em casos de *coligação passiva* (foi isso que sucedeu, aliás, no *caso Dutco*, bem como, entre nós, no caso decidido pelo acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 18/05/2004, *cit.*).

⁸⁸³ ANTÓNIO SAMPAIO CARAMELO, “O estatuto dos árbitros...”, *cit.*, p. 46 (nota de rodapé n.º 51).

⁸⁸⁴ No artigo 11.º, n.º 3, em vez da locução “se se demonstrar”, julgamos que teria sido preferível a expressão “designadamente quando se demonstre”.

que interessa é o princípio da igualdade das partes⁸⁸⁵. É certo que, como vimos, a hipótese de nomeação de todos os árbitros foi pensada, sobretudo, para o caso em que as partes que não conseguem indicar conjuntamente um árbitro têm interesses divergentes ou conflituantes. Isto porque será nestes casos que, com mais frequência, se levantarão problemas com o princípio da igualdade das partes. Mas não é forçoso que assim seja em todas as situações.

Com efeito, não excluimos que o tribunal estadual possa entender, por qualquer razão, que não obstante terem sido comprovados os interesses conflituantes, ainda assim isso não porá em causa o princípio da igualdade das partes – caso em que o tribunal se deverá limitar a designar apenas o árbitro em falta, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º, uma vez que não se verificará a razão de ser do mecanismo da nomeação da totalidade dos árbitros (a violação do princípio da igualdade das partes). Entendemos, portanto, que a demonstração dos “interesses conflituantes relativamente ao fundo da causa” não leva a que, automaticamente, se proceda à nomeação da totalidade dos árbitros. Será sempre necessário que o tribunal estadual entenda que tal nomeação se afigura indispensável para assegurar o princípio da igualdade das partes (algo que, como é óbvio, será provável de acontecer se, de facto, existirem os referidos interesses conflituantes, mas não é forçoso que assim seja)⁸⁸⁶.

⁸⁸⁵ A introduzir, textualmente, um limite à nomeação da totalidade dos árbitros, melhor seria que o legislador se tivesse referido ao princípio da igualdade das partes, em vez de mencionar os “interesses conflituantes relativamente ao fundo da causa”.

⁸⁸⁶ A este respeito, torna-se interessante referir a solução paralela dos Regulamentos de Arbitragem do CAC e do IAC. Nos termos dos artigos 9.º, n.º 3, e 13.º, n.º 3, respectivamente, a designação da totalidade dos árbitros só terá lugar se, além da existência de “interesses conflituantes relativamente ao fundo da causa”, o presidente do Centro “o considerar justificado para assegurar a *igualdade das partes*”. Ou seja, não basta só demonstrar a existência de interesses conflituantes; mesmo que tais interesses se comprovem, o presidente do Centro poderá optar por nomear apenas o árbitro em falta. No fundo, admite-se, implicitamente, que as partes possam ter interesses conflituantes relativamente ao fundo da causa e, ainda assim, não se justificar

Deste modo, e em suma, o essencial é saber se, ao designar o árbitro em falta, o tribunal estadual estará a violar o princípio da igualdade das partes. Se sim, o tribunal deverá lançar mão do n.º 3 do artigo 11.º da LAV e indicar todos os árbitros. Se não, deverá manter-se a nomeação do árbitro em falta, nos termos do n.º 2 de tal preceito.

Compreende-se, por isso, a posição de Mariana França Gouveia quando defende uma *interpretação ampla* do mencionado conceito de interesses conflitantes, de modo a permitir ao tribunal estadual “compor da melhor forma o tribunal arbitral”⁸⁸⁷, isto é, de modo que este possa ter uma *maior liberdade* na decisão de nomear ou não a totalidade dos árbitros.

A este respeito, repare-se, aliás, que uma interpretação rigorosa e literal do conceito de “interesses conflitantes relativamente ao *fundo da causa*” conduziria a que, pura e simplesmente, em alguns casos nunca fosse possível nomear a totalidade dos árbitros, nos termos do n.º 3 do artigo 11.º. Basta atender à noção de “fundo da causa” para compreender que assim é.

O *fundo ou mérito da causa* é, como se sabe, a “situação em litígio”⁸⁸⁸, ou melhor, é “a matéria ou assunto de que o processo trata”, a relação jurídica material que constitui o *objecto do processo*⁸⁸⁹ – objecto

a nomeação da totalidade dos árbitros, em consonância com o que acabámos, justamente, de defender.

⁸⁸⁷ MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 271.

⁸⁸⁸ A. FERRER CORREIA, “O problema da lei aplicável ao fundo ou mérito da causa na arbitragem comercial internacional”, in *Temas de Direito Comercial e Direito Internacional Privado*, Almedina, Coimbra, 1989, p. 232.

⁸⁸⁹ JOÃO DE CASTRO MENDES, *Direito Processual Civil*, vol. I, cit., p. 35, e JOÃO DE CASTRO MENDES / MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Direito Processual Civil*, cit., § 2.º, I, 3; veja-se, ainda, ANA PRATA, *Dicionário Jurídico*, vol. I, cit., p. 927.

este, por sua vez, composto por dois elementos, o *pedido* e a *causa de pedir*⁸⁹⁰.

Ora, no momento prévio da constituição do tribunal, em que a acção arbitral ainda não deu entrada, como é que o tribunal estadual consegue determinar, com rigor, o que é o fundo da causa? Esta questão torna-se mais interessante face ao regime actual da LAV que, diferentemente da anterior lei, não exige que o pedido de submissão do litígio a arbitragem delimite o objecto do processo – em regra, a fixação exacta desse objecto será feita apenas nos articulados⁸⁹¹, o que dificulta (ou mesmo impossibilita) a tarefa do tribunal estadual nesta matéria⁸⁹².

Por tudo isto, julgamos que a expressão “interesses conflitantes relativamente ao fundo da causa” – prevista no n.º 3 do artigo 11.º da LAV – deverá ser interpretada *de forma ampla*⁸⁹³, isto é, *com alguma generosidade e maleabilidade*, de modo a permitir que o tribunal estadual possa ter uma maior liberdade no momento de decidir se recorre ou não à *solução excepcional* de nomear todos os árbitros, caso entenda que a

⁸⁹⁰ Cfr. MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, *Introdução ao Processo Civil*, cit., p. 32, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *A causa de pedir na acção declarativa*, cit., p. 35, e RITA LOBO XAVIER / INÊS FOLHADELA / GONÇALO ANDRADE E CASTRO, *Elementos de Direito Processual Civil...*, cit., p. 102; a este propósito, vide, também, MARCO ANTÓNIO DE AÇO E BORGES, *A Demanda Reconvençional*, Quid Juris, Lisboa, 2008, pp. 44 e ss. Para maiores desenvolvimentos sobre o objecto do processo, veja-se, entre outros, JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., pp. 55 a 72, PAULA COSTA E SILVA, *Um Desafio à Teoria Geral do Processo...*, cit., pp. 201 a 215, e MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *A causa de pedir na acção declarativa*, cit., pp. 35 e ss.

⁸⁹¹ Na anterior LAV, a notificação para arbitragem tinha, entre outros elementos, de “precisar o objecto do litígio” (artigo 11.º, n.º 3); algo que não sucede já na actual LAV, onde o pedido de submissão do litígio a arbitragem é regulado de forma mais simples (artigo 33.º, n.º 1) – sobre esta diferença entre a anterior e a actual LAV, veja-se, em particular, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., pp. 195 e 196.

⁸⁹² Se o pedido de submissão do litígio a arbitragem não especificar o objecto do processo (o que, face à actual LAV, será provável de acontecer), julgamos que o tribunal estadual deverá dar cumprimento aos princípios do contraditório e do inquisitório previstos no artigo 60.º, n.ºs 2 e 3, da LAV, para que possa ficar em condições de tomar a melhor decisão no que a esta matéria se refere.

⁸⁹³ Em consonância com a posição *supra* referida de Mariana França Gouveia.

designação (apenas) do árbitro em falta (n.º 2) é susceptível de se traduzir numa violação do princípio da igualdade das partes (a *razão de ser* do n.º 3).

5.3 – A constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes sucessiva, resultante da intervenção de terceiros (artigo 36.º, n.ºs 2 e 6, da LAV)

5.3.1 – Os problemas da intervenção de terceiros no processo arbitral

I – A LAV não se limitou a tratar o problema do conflito do princípio da igualdade das partes com a constituição do tribunal arbitral, apenas sob o ponto de vista da pluralidade de partes *inicial* (artigo 11.º). O legislador consagrou, ainda, uma norma específica para os casos de pluralidade de partes *sucessiva*, resultantes da *intervenção de terceiros*: o artigo 36.º, cujos n.ºs 2 e 6 se revestem de particular importância para o conflito de que tratamos.

Antes, porém, de analisarmos a solução encontrada pela LAV, importa advertir que a intervenção de terceiros na arbitragem tem sido, desde há muito, considerada um tema controverso, fonte de inúmeras dúvidas e problemas (a ponto de, durante muito tempo, ter sido vista como uma fronteira que dificilmente viria a ser ultrapassada⁸⁹⁴). E a verdade é que não obstante a atenção que, sobretudo nos últimos anos, tem sido dada a esta questão – quer por parte de vários legisladores⁸⁹⁵, quer por parte de alguma doutrina e jurisprudência, nacional e internacional –, ainda assim

⁸⁹⁴ Para vários autores, este era um tema, de certa forma, paradoxal. *Arbitragem e terceiros* pareciam ser dois conceitos incompatíveis. A este respeito, veja-se BERTRAND MOREAU, “Introduction”, in *Revue de l'Arbitrage*, CFA, vol. 1988, n.º 3, Paris, 1988, p. 431.

⁸⁹⁵ Vide MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, *cit.*, pp. 152 a 154.

persistem os problemas e as dúvidas associadas a tal intervenção. Não surpreende, por isso, que, ainda hoje, muitos autores continuem a considerar a intervenção de terceiros como o grande desafio que se coloca na arbitragem internacional⁸⁹⁶.

São conhecidas as vantagens que, no processo civil, a intervenção de terceiros é susceptível de apresentar. Resumidamente, tal intervenção configura uma importante manifestação do *princípio da economia processual*⁸⁹⁷, nos termos do qual o resultado processual deverá ser atingido com a maior economia de meios⁸⁹⁸. Isto é, “deve procurar-se o máximo resultado processual com o mínimo emprego de actividade; o máximo rendimento com o mínimo custo”⁸⁹⁹.

Em todo o caso, não obstante as mencionadas vantagens, certo é que a intervenção de terceiros pode introduzir, também, perturbações ao processo – o que se compreende, uma vez que, como referimos antes, estamos perante uma excepção ao princípio da estabilidade da instância⁹⁰⁰.

⁸⁹⁶ Neste sentido, veja-se STAVROS L. BREKOULAKIS, *Third parties in International Commercial Arbitration*, cit., p. 21.

⁸⁹⁷ Cfr. JOSÉ LEBRE DE FREITAS / ISABEL ALEXANDRE, *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, cit., p. 576. Sobre a génese do fenómeno processual da intervenção de terceiros (onde, entre outras, avultam razões de economia processual), veja-se JOSÉ ALBERTO DOS REIS, “Intervenção de terceiros (Código de Processo Civil, artigos 325 e segs.)”, cit., pp. 321 a 323 (vol. XXIII).

⁸⁹⁸ Vide JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., p. 203.

⁸⁹⁹ MANUEL DE ANDRADE, *Noções Elementares de Processo Civil*, cit., p. 385; no mesmo sentido, veja-se GIUSEPPE CHIOVENDA, *Istituzioni di Diritto Processuale Civile*, cit., p. 87, e ANTONIO CARLOS DE ARAÚJO CINTRA / ADA PELLEGRINI GRINOVER / CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, *Teoria Geral do Processo*, 25.^a ed., Malheiros Editores, São Paulo, 2009, p. 79. Deste modo, cada processo deve, por um lado, resolver o máximo possível de litígios (*economia de processos*) e, por outro, comportar só os actos e formalidades indispensáveis ou úteis (*economia de actos e formalidades*) – cfr. MANUEL DE ANDRADE, *Noções Elementares de Processo Civil*, cit., p. 386, JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *Introdução ao Processo Civil...*, cit., p. 203, e ANTÓNIO SANTOS ABRANTES GERALDES, *Temas da Reforma do Processo Civil*, vol. I, cit., pp. 100 e 101.

⁹⁰⁰ Neste sentido, por referência ao anterior regime de intervenção de terceiros, Heitor Martins, embora reconhecendo que “é evidente a vantagem sob o ponto de vista duma boa administração de justiça, de que se amplie o âmbito das acções”, advertia já serem “de temer os abusos”, pois “as causas podem ser, sem utilidade, complicadas e

Ora, se num tribunal estadual a intervenção de terceiros é susceptível de trazer, por vezes, dificuldades acrescidas e atrasos ao processo, gerando alguns problemas, a verdade é que em processo arbitral tais problemas são largamente multiplicados, atendendo a vários factores⁹⁰¹. Além das *dificuldades ao nível terminológico* (que vimos já), existem, assim, muitas outras que a mencionada intervenção levanta na arbitragem.

II – Um primeiro grupo de problemas que poderemos identificar prende-se com a própria origem contratual da arbitragem voluntária⁹⁰², nomeadamente com o *facto de os árbitros não exercerem poderes soberanos*, pois a fonte directa dos seus poderes é a convenção de arbitragem e não um acto estadual⁹⁰³. Ou seja, o poder dos árbitros, no fundo, “assume contornos menos abrangentes do que os que decorrem do conceito tradicional de jurisdição, uma vez que, nascida de uma relação contratual, não participa do *ius imperii*”⁹⁰⁴. E daí que, por exemplo, o

prolongadas pela intervenção de terceiros” (HEITOR MARTINS, “Dos incidentes - Relatório apresentado...”, *cit.*, p. 355).

⁹⁰¹ A este respeito, veja-se MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, p. 262, e JORGE MORAIS CARVALHO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, *cit.*, p. 112.

⁹⁰² Vide CHRISTOPHE SERAGLINI / JÉRÔME ORTSCHIEDT, *Droit de l'arbitrage interne et international*, *cit.*, pp. 312 a 314.

⁹⁰³ Cfr. DÁRIO MOURA VICENTE, *Da Arbitragem Comercial Internacional...*, *cit.*, p. 66.

⁹⁰⁴ PEDRO PINA, “Arbitragem e Jurisdição”, *cit.*, p. 144. De facto, não podemos esquecer que, embora os árbitros exerçam uma função jurisdicional, não é em nome de um poder público que a exercem, mas a título *privado* (já que todos os poderes lhe advêm da convenção de arbitragem, sendo as partes que os investem nesses poderes) – cfr. A. FERRER CORREIA, “Da arbitragem comercial internacional”, *cit.*, p. 206, JEAN-FRANÇOIS POUDRET / SÉBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, *cit.*, pp. 6 e 7, e ANTÓNIO PEDRO PINTO MONTEIRO, “Do recurso de decisões arbitrais para o Tribunal Constitucional”, *cit.*, p. 200.

tribunal arbitral não possa intimar uma testemunha a comparecer perante si⁹⁰⁵.

Ora, este facto traz dificuldades acrescidas à intervenção de terceiros no processo arbitral. Neste sentido, e conforme bem observa Paula Costa e Silva, existe aqui uma diferença importante – entre a jurisdição estadual e arbitral – que não poderemos deixar de ter em conta. À jurisdição dos tribunais estaduais estarão, em princípio, “submetidas todas as pessoas e entes aos quais a lei atribua especificamente personalidade judiciária”. Com efeito, esta jurisdição não assenta num acto específico de autonomia (como é a convenção de arbitragem), mas sim no “poder-dever de julgar, na função jurisdicional enquanto função soberana do Estado”. A admissão ou não da intervenção de um terceiro radica, assim, “nos *poderes de autoridade do tribunal* e na submissão de todos à sua jurisdição”. Diferentemente, o tribunal arbitral não tem este poder jurisdicional sobre todos, mas apenas sobre aqueles que se tiverem submetido à sua jurisdição (daí a necessidade, que vimos antes, de o terceiro estar vinculado à convenção de arbitragem)⁹⁰⁶.

Igualmente controvertida é, a este propósito, a matéria relativa à *extensão do caso julgado* em relação ao terceiro cuja intervenção tenha sido admitida, mas que não participe na arbitragem – questão que se coloca quando exista uma intervenção provocada (a intervenção espontânea de um terceiro implicará a sujeição automática deste ao efeito de caso julgado⁹⁰⁷) e que, como é evidente, pressupõe que o terceiro esteja

⁹⁰⁵ Cfr. DÁRIO MOURA VICENTE, *Da Arbitragem Comercial Internacional...*, cit., p. 66.

⁹⁰⁶ PAULA COSTA E SILVA / MARCO GRADI, “A Intervenção de Terceiros...”, cit., pp. 64 a 66.

⁹⁰⁷ Cfr. MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 274.

vinculado à convenção arbitral⁹⁰⁸ (tendo aceitado a composição do tribunal, nos termos do artigo 36.º, n.º 2, da LAV). O problema concreto que surge é o de saber se a sentença arbitral que vier a ser proferida poderá ou não fazer caso julgado em relação ao terceiro que não intervenha no processo⁹⁰⁹.

As dificuldades não se ficam, no entanto, por aqui. A intervenção de terceiros parece também pôr em causa algumas das principais

⁹⁰⁸ Nos termos da LAV, como se referiu antes, terceiro é aquele que não é parte do processo arbitral, mas que é parte da convenção de arbitragem.

⁹⁰⁹ Defendendo a extensão do caso julgado em relação aos terceiros cuja intervenção tenha sido provocada, independentemente de estes terem ou não uma efectiva intervenção no processo, veja-se MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., pp. 274 e 275, ARMINDO RIBEIRO MENDES, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, cit., p. 100, e, na vigência da anterior LAV e do anterior CPC, JORGE MORAIS CARVALHO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, cit., pp. 146, 147, 156 e 157, e JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “Intervenção de terceiros em processo arbitral”, cit., pp. 184, 189 e 190.

Sobre os problemas que o caso julgado, em geral, levanta na arbitragem, veja-se BERNARD HANOTIAU, *Complex Arbitrations...*, cit., pp. 239 a 255, e “The Res Judicata Effect of Arbitral Awards”, in *Complex Arbitrations. Perspectives on their Procedural Implications*, ICC International Court of Arbitration Bulletin - Special Supplement, Paris, 2003, pp. 43 a 51, NIGEL BLACKABY / CONSTANTINE PARTASIDES / ALAN REDFERN / MARTIN HUNTER, *Redfern and Hunter on International Arbitration*, cit., pp. 559 a 563, KAJ HOBÉR, “Res judicata and lis pendens in international arbitration”, in *Recueil des cours de l'Académie de droit international de la Haye - Collected courses of the Hague Academy of International Law*, vol. 366, BrillOnline, Leiden, 2014, pp. 99 a 405, KRISTOF COX, “Zen and the art of determining the effects of an arbitration award vis-à-vis third parties”, in *L'arbitrage et les tiers - Arbitrage en derden*, Actes du colloque du CEPANI 40 du 28 novembre 2008, n.º 10, Bruylant, Bruxelas, 2008, pp. 175 a 213, e, entre nós, JOSÉ LEBRE DE FREITAS, “O caso julgado na arbitragem internacional que tem lugar em território português”, in *Estudos sobre Direito Civil e Processo Civil*, vol. II, 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pp. 647 a 664, CARLA GÓIS COELHO, *O caso julgado arbitral: eficácia e especificidades - em especial, o efeito preclusivo stricto sensu*, FDUL, versão académica, Lisboa, 2013, e “Brief analysis of the res judicata effects of arbitral awards with emphasis on its particularities vis-à-vis the traditional res judicata effects of a court decision”, in *YAR*, n.º 13 (Abril de 2014), Lisboa, 2014, pp. 43 a 48, e JOANA GALVÃO TELES, “Res judicata in arbitration”, in *VII Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 169 a 180; sobre o tema, veja-se, ainda, os relatórios e recomendações da ILA, publicados na *Arbitration International*, vol. 25, n.º 1, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2009, pp. 1 a 85.

vantagens da arbitragem: por exemplo, a *confidencialidade*⁹¹⁰ (a cuja importância já anteriormente aludimos) e a *celeridade*.

Em concreto, no que diz respeito à celeridade⁹¹¹, os problemas colocam-se com os *atrasos* que a intervenção de terceiros, por vezes, irá trazer ao processo arbitral, podendo com isso comprometer tal vantagem e, mais importante, frustrar as expectativas das partes que tenham recorrido ao foro arbitral com a finalidade de conseguirem uma resolução mais célere do litígio. Pense-se, desde logo, no seguinte: admitida a intervenção, o terceiro terá o direito de apresentar o seu próprio articulado (artigos 36.º, n.º 5, e 33.º da LAV)⁹¹², ao que se seguirá, muito provavelmente, uma resposta do demandante e/ou do demandado (consoante o caso). Os atrasos que esta perturbação introduz – num

⁹¹⁰ Neste sentido, veja-se PAULA COSTA E SILVA, *A Nova Face da Justiça...*, cit., p. 119, MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, cit., p. 152, e o *Anteprojecto de LAV da APA (2010)*, notas justificativas ao artigo 36.º, cit., p. 199, bem como LOUKAS A. MISTELIS, “Confidentiality and Third Party Participation: UPS v. Canada and Methanex Corporation v. United States”, in *Arbitration International*, vol. 21, n.º 2, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2005, pp. 211 e ss., GARY B. BORN, *International Commercial Arbitration*, vol. II, cit., pp. 2568 e 2569, e NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, cit., pp. 351 e 352.

⁹¹¹ A celeridade é tradicionalmente apontada como uma das maiores vantagens da arbitragem. Na verdade, comparativamente com a justiça estadual, os processos arbitrais são, por norma, *mais expeditos*. Isso pode suceder devido a vários factores, designadamente ao facto de a justiça arbitral se revestir de um menor formalismo, bem como de uma maior flexibilidade e simplicidade (que faz com que a actuação dos árbitros não esteja dependente de circunstâncias que muitas vezes emperram os processos judiciais), ao que acresce, muitas vezes, uma maior disponibilidade do árbitro relativamente ao juiz – cfr. MARIA ÂNGELA BENTO SOARES / RUI MANUEL MOURA RAMOS, *Contratos Internacionais...*, cit., p. 321, A. FERRER CORREIA, “Da arbitragem comercial internacional”, cit., pp. 174 e 175, LUÍS DE LIMA PINHEIRO, *Arbitragem Transnacional...*, cit., p. 24, e MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Manual de Arbitragem*, cit., p. 141. Por outro lado, as partes podem, ainda, ao abrigo da ampla autonomia de que dispõem, definir o prazo para ser proferida a sentença arbitral (artigo 43.º, n.º 1, da LAV) e assim garantir (se o desejarem) a celeridade do litígio – uma importante vantagem que não se verifica nos tribunais estaduais. A própria existência de um prazo de decisão, na ausência de disposição das partes, visa “assegurar que o litígio seja resolvido rapidamente” (MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 291).

⁹¹² Cfr. ARMINDO RIBEIRO MENDES, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, cit., p. 99.

processo arbitral que, muitas vezes, se quer célere – são óbvios, sobretudo se forem vários os terceiros a intervir. Facto que, só por si, justifica que a admissão da intervenção de um qualquer terceiro se deva rodear de especiais cautelas.

Por fim, a intervenção de terceiros é susceptível de comprometer a *eficiência*⁹¹³ e de aumentar os *custos da arbitragem*⁹¹⁴, sobretudo se estiver em causa não apenas a intervenção de um terceiro, mas sim de vários. Neste sentido, imagine-se, por exemplo, um processo arbitral em que sejam admitidos a intervir vinte ou trinta terceiros (terceiros que até podem ter posições divergentes entre si). É óbvio que tal intervenção será muito *difícil de gerir*, com particular destaque para a fase dos articulados e para as audiências de julgamento. Ao mesmo tempo, essa intervenção pode, ainda, *aumentar os custos da arbitragem*. Se o processo arbitral estiver a decorrer num centro de arbitragem institucionalizado, por exemplo, poderá estar prevista uma *majoração*, quer dos honorários dos árbitros, quer dos encargos administrativos, se circunstâncias excepcionais do caso concreto o justificarem⁹¹⁵, como poderá suceder com a intervenção de terceiros⁹¹⁶.

⁹¹³ Apontando o facto da intervenção de terceiros poder tornar o processo mais complexo e menos eficiente, veja-se, por exemplo, MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, *cit.*, p. 152.

⁹¹⁴ A este propósito, veja-se BARBARA HELENE STEINDL, “The 2012 ICC Arbitration Rules...”, *cit.*, p. 155.

⁹¹⁵ É isso que sucede, por exemplo, com os regulamentos de arbitragem da CCI e do CAC – *cfr.* artigo 37.º, n.º 2, do Regulamento de Arbitragem da CCI, e artigo 2.º, n.ºs 2 e 5, do apêndice III (Custas e Honorários da Arbitragem) de tal Regulamento, bem como os artigos 50.º, n.º 4, e 52.º, n.º 2, do Regulamento de Arbitragem do CAC. A propósito da solução da CCI, veja-se JASON FRY / SIMON GREENBERG / FRANCESCA MAZZA, *The Secretariat's Guide to ICC Arbitration*, *cit.*, pp. 392 a 396, bem como as pp. 363 e 364.

⁹¹⁶ Com efeito, entre as mencionadas circunstâncias excepcionais contam-se, geralmente, a complexidade do processo e o tempo despendido pelos árbitros – *cfr.* artigo 2.º, n.º 2, do apêndice III (Custas e Honorários da Arbitragem), do Regulamento de Arbitragem da CCI, e artigo 50.º, n.º 4, do Regulamento de Arbitragem do CAC –, a que a intervenção de terceiros pode, perfeitamente, dar origem.

Tudo isto, em suma, explica a *hesitação inicial do legislador em tratar o tema*, conforme ficou demonstrado nos trabalhos preparatórios da actual LAV. Com efeito, a matéria da intervenção de terceiros não constava da versão inicial do projecto de lei apresentada por António Sampaio Caramelo aos restantes membros da APA⁹¹⁷, tendo, porém, a maioria dos membros da sua Direcção entendido que seria conveniente incluir na LAV uma norma a este respeito, assim se chegando ao actual artigo 36.^o⁹¹⁸. Em todo o caso, não pode deixar de se referir que, além da hesitação inicial em abordar este assunto, a forma como a intervenção de terceiros foi regulada não se revelou, desde o início, consensual. A questão foi evoluindo nos vários projectos de lei apresentados, o que demonstra bem a dificuldade que a APA teve em lidar com o tema⁹¹⁹. Basta ver a redacção do artigo 36.^o do primeiro anteprojecto apresentado (de 2009)⁹²⁰ para, facilmente, constatararmos as inúmeras diferenças que se verificam face à redacção actual⁹²¹.

⁹¹⁷ O referido Autor entendia, na altura, que “a complexidade do tema e a inadequação da transposição de grande parte do regime da intervenção de terceiros em processo civil para o processo arbitral tornavam preferível que, à semelhança do que acontecera na preparação de leis estrangeiras sobre arbitragem, o Projecto não tratasse tal matéria, deixando às partes a possibilidade de a regularem na convenção de arbitragem, quer directamente quer através da remissão para regulamentos de arbitragem (...)” – ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “A reforma da lei da arbitragem voluntária”, *cit.*, p. 224.

⁹¹⁸ Cfr. ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, *op. cit.*, p. 224.

⁹¹⁹ Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, *cit.*, p. 152, e MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, p. 271. As dificuldades da APA estão, aliás, bem patentes no Anteprojecto apresentado em 2010, onde se reconhece, expressamente, que a problemática respeitante à intervenção de terceiros é “*extremamente complexa*” – *Anteprojecto de LAV da APA (2010)*, notas justificativas ao artigo 36.^o, *cit.*, p. 198.

⁹²⁰ Vide *Anteprojecto de LAV (2009)*, in RIAC, APA, n.º 2 (2009), Almedina, Coimbra, 2009, p. 224.

⁹²¹ A este respeito, repare-se que, aquando da apresentação do primeiro projecto de LAV, ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO defendia já – por referência ao n.º 1 do artigo 36.^o – que alguns aspectos da solução aí acolhida “merecem ser objecto de reflexão mais aprofundada” (“A reforma da lei da arbitragem voluntária”, *cit.*, p. 226).

5.3.2 – A intervenção de terceiros e o respeito pelo princípio da igualdade das partes na constituição do tribunal arbitral

I – De entre os vários problemas que a intervenção de terceiros é susceptível de levantar no processo arbitral, um deles emerge com particular relevância no âmbito do tema de que tratamos: referimo-nos à *tensão existente com a necessidade de respeitar o princípio da igualdade das partes na constituição do tribunal*. Para alguns autores, este é um dos principais problemas que se colocam neste âmbito (se não mesmo o principal)⁹²², constituindo um importante desafio e uma das maiores dificuldades na (difícil) tarefa de regulamentação da intervenção de terceiros⁹²³.

Neste sentido, conforme enunciámos em sede introdutória, a grande questão é a de saber se, uma vez constituído o tribunal arbitral, o terceiro que intervenha estará obrigado a aceitar a composição do tribunal ou se, ao abrigo do princípio da igualdade das partes, não poderá usufruir do mesmo direito que as outras partes tiveram e nomear um árbitro ou, pelo menos, participar no processo de designação do árbitro da parte a que se associa, *recompondo-se o tribunal arbitral*. Questão que se levanta independentemente de haver ou não pluralidade de partes e quer estejamos perante um tribunal colegial (como no exemplo indicado) ou perante um árbitro único.

Na vigência da anterior LAV (omissa quanto à possibilidade de intervenção de terceiros), alguns autores defendiam a recomposição do

⁹²² Vide MIGUEL GALVÃO TELES, “Addition of Parties...”, *cit.*, pp. 45, 50, 57, 61 e 62, e GARY B. BORN, *International Commercial Arbitration*, vol. II, *cit.*, pp. 2568 e 2606 a 2612.

⁹²³ Cfr. MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, *cit.*, p. 171, e ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Da condução do processo arbitral...”, *cit.*, p. 720.

tribunal arbitral nestes casos, em conformidade com o respeito devido ao princípio da igualdade das partes⁹²⁴.

A actual LAV, porém, resolveu o problema de outra forma. A lei distingue duas hipóteses, no artigo 36.º, consoante o tribunal arbitral esteja ou não constituído: a intervenção *depois* da constituição do tribunal (n.º 2) e a intervenção *antes* dessa constituição (n.º 6)⁹²⁵.

Comecemos por esta última.

II – A intervenção de terceiros anteriormente à constituição do tribunal arbitral apenas é admitida em sede de arbitragem institucionalizada e desde que o respectivo regulamento de arbitragem “assegure a observância do princípio da igualdade de participação de todas as partes, incluindo os membros de partes plurais, na escolha dos árbitros” (n.º 6).

Esta intervenção não levanta grandes dificuldades, não se colocando, desde logo, qualquer problema de recomposição do tribunal, uma vez que este ainda não existe⁹²⁶. Neste caso, o único problema a tratar será o da constituição do tribunal, que deverá, evidentemente, respeitar o princípio da igualdade das partes⁹²⁷.

⁹²⁴ Sobre este ponto concreto, veja-se MANUEL BOTELHO DA SILVA, “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, *cit.*, p. 522, JORGE MORAIS CARVALHO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, *cit.*, p. 154, e PAULA COSTA E SILVA / MARCO GRADI, “A Intervenção de Terceiros...”, *cit.*, pp. 54, 65 e 66.

⁹²⁵ A distinção ter-se-á ficado a dever, sobretudo, a MIGUEL GALVÃO TELES (*cfr.* “Addition of Parties...”, *op. cit.*, pp. 53 a 56); na cena internacional, invocando também esta distinção, veja-se, por exemplo, ALEXIS MOURRE, “L’intervention des tiers à l’arbitrage”, *cit.*, p. 101.

⁹²⁶ Vide MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, p. 272.

⁹²⁷ Para alguns autores, a hipótese contida no n.º 6 do artigo 36.º, verdadeiramente, pouco ou nada acrescenta em relação ao artigo 11.º. A este propósito, veja-se JORGE MORAIS CARVALHO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, *cit.*, p. 154, e MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, *cit.*, p. 437.

Quanto à circunstância de a intervenção se limitar à arbitragem institucionalizada, percebe-se que assim seja, pois numa arbitragem *ad hoc*, antes da constituição do tribunal arbitral, pura e simplesmente não haverá quem decida sobre a admissibilidade da mesma – algo diferente do que se passa num centro de arbitragem institucionalizada, onde existe um órgão competente para proceder à designação do tribunal⁹²⁸.

Por fim, tal como vimos previamente, a intervenção de terceiros antes da constituição do tribunal parece, à partida, ser difícil de compreender, sobretudo à luz do conceito de terceiros que conhecemos do processo civil. Dir-se-á que se não existe sequer tribunal constituído, não faz sentido falar-se em *terceiros* ou *partes*. Em todo o caso, importa não esquecer que, diferentemente do Direito Processual Civil, o processo arbitral inicia-se com o pedido de submissão do litígio a arbitragem (nos termos do n.º 1 o artigo 33.º da LAV)⁹²⁹, em momento anterior, portanto, ao da apresentação da petição inicial e da constituição do tribunal⁹³⁰. Ora, a LAV parece aferir o conceito de parte e de terceiro face ao mencionado pedido de submissão, assim se entendendo a consagração de um regime da intervenção de terceiros numa fase anterior à constituição do tribunal arbitral.

⁹²⁸ Vide MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, cit., p. 272, e ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Da condução do processo arbitral...”, cit., pp. 726 e 727. No caso do Regulamento de Arbitragem do CAC, por exemplo, a decisão sobre a admissibilidade da intervenção de terceiros, antes da constituição do tribunal arbitral, será tomada pelo presidente do Centro (artigo 25.º, n.º 2).

⁹²⁹ Sobre o início do processo arbitral e o citado n.º 1 do artigo 33.º (que teve como fonte inspiradora o artigo 21.º da Lei-Modelo da UNCITRAL), veja-se ARMINDO RIBEIRO MENDES, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, cit., pp. 89 e 90, ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Da condução do processo arbitral...”, cit., pp. 692 a 696, e MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Lei de Arbitragem Comentada*, cit., pp. 126 e 127.

⁹³⁰ De modo diferente, como referimos, do Direito Processual Civil, onde o processo se inicia com a apresentação da petição inicial, nos termos do artigo 259.º, n.º 1, do CPC (vide JOSÉ LEBRE DE FREITAS, *A Ação Declarativa Comum à luz do Código de Processo Civil de 2013*, 3.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2013, p. 37, e PAULO PIMENTA, *Processo Civil Declarativo*, cit., p. 135), e onde o tribunal está já constituído.

III – Mais complexa é a segunda hipótese, isto é, a *intervenção de terceiros depois da constituição do tribunal arbitral*⁹³¹. É aqui que, com frequência, surge a questão de saber se o princípio da igualdade das partes não exigirá uma *recomposição do tribunal*⁹³².

A reconstituição coloca um problema óbvio, que se prende com a *perturbação* que a mesma introduz no processo arbitral. Na verdade, não é difícil imaginar os inconvenientes que tal solução acarreta (implicando a revogação das nomeações já efectuadas e a constituição de um novo tribunal, o que provocará alguns atrasos na arbitragem) e que levam a que a mesma não seja, muitas vezes, vista como a opção mais adequada⁹³³. Posição que parece ter sido assumida pela LAV.

⁹³¹ Sobre esta questão, veja-se, em geral, ANDREA MEIER, *Einbezug Dritter vor internationalen Schiedsgerichten*, cit., pp. 86 a 91.

⁹³² O respeito pelo princípio da igualdade das partes não se revela, contudo, problemático em *todas* as situações em que um terceiro intervenha depois da constituição do tribunal arbitral. Casos há em que essa intervenção será mais pacífica. Pense-se, por exemplo, na hipótese de o tribunal arbitral (árbitro único ou tribunal colegial) ter sido designado por um terceiro e não pelas partes – nomeadamente, pelo tribunal estadual (nos termos do n.º 3 do artigo 11.º da LAV) ou por uma outra autoridade de nomeação. Ou, ainda, no caso raro, a que anteriormente aludimos, de as partes definirem o nome dos árbitros logo na cláusula compromissória (e no pressuposto de o terceiro ser parte dessa cláusula). Nestas situações, o terceiro que intervenha depois da constituição do tribunal, em princípio, não poderá invocar um tratamento desigual em relação às restantes partes – todos terão tido a mesma influência na composição do tribunal arbitral. Neste sentido, veja-se CRISTIÁN CONEJERO ROOS, “Multi-party Arbitration and Rule-making...”, cit., pp. 426 e 427, e ALEXIS MOURRE, “L’intervention des tiers à l’arbitrage”, cit., p. 109.

⁹³³ Mencionando a perturbação que a reconstituição do tribunal arbitral é susceptível de provocar, veja-se NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, cit., pp. 349 e 386 e ss., NATHALIE VOSER / ANDREA MEIER, “Joinder of Parties or the Need to (Sometimes) Be Inefficient”, in *Austrian Arbitration Yearbook 2008*, Manzsche Verlags, Viena, 2008, pp. 117 e ss., e, entre nós, ANTÓNIO SAMPAIO CARAMELO, “Da condução do processo arbitral...”, cit., p. 721. Não obstante a perturbação, alguns dos citados autores não deixam, porém, de referir certas situações excepcionais em que a reconstituição se parece configurar como uma solução justa (designadamente em casos em que o demandado é responsável pelo facto de a acção arbitral não ter sido intentada, *ab initio*, também contra o terceiro) – cfr. NATHALIE VOSER / ANDREA MEIER, “Joinder of Parties...”, cit., pp. 118 a 123, e NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, cit., pp. 389 e 390.

A este respeito, conforme resume Miguel Teixeira de Sousa, julgamos que, nesta situação, o princípio da igualdade das partes exige uma de duas soluções: (i) ou se admite a recomposição do tribunal arbitral após a intervenção do terceiro (a resposta, à partida, mais óbvia, mas que tem inconvenientes); (ii) ou se condiciona essa intervenção à *aceitação, pelo terceiro, da composição actual do tribunal*⁹³⁴.

Ora, a LAV optou (e bem) pela segunda solução, presumindo essa aceitação em caso de *intervenção espontânea* e exigindo, em caso de *intervenção provocada*, que o terceiro “declare aceitar a composição actual do tribunal” (n.º 2 do artigo 36.º)⁹³⁵. A reconstituição do tribunal arbitral não está, assim, prevista na lei⁹³⁶.

⁹³⁴ Vide MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, *cit.*, p. 172. Diferente é a solução seguida no artigo 17.º, n.º 5, do Regulamento de Arbitragem da UNCITRAL [assim como em outras leis de arbitragem, caso da Holanda e da Suíça (regime referente à arbitragem interna), como veremos mais à frente], onde não se admite a recomposição, mas também não se exige o consentimento do terceiro. A lógica aqui reside, essencialmente, numa ideia de *consentimento implícito*: ao remeterem, na convenção de arbitragem, para o Regulamento da UNCITRAL, todas as partes dessa convenção (incluindo o terceiro) terão aceite a possibilidade de uma eventual aplicação do regime da intervenção de terceiros, definido no artigo 17.º, n.º 5. Deste modo, não será necessário o consentimento do terceiro quanto à constituição do tribunal arbitral, pois este já terá anteriormente consentido (de forma implícita) nessa composição, ou melhor, já terá anteriormente aceite a possibilidade de o tribunal ser constituído sem o seu acordo; sobre esta questão, veja-se DAVID D. CARON / LEE M. CAPLAN, *The UNCITRAL Arbitration Rules...*, *cit.*, pp. 55 e 56. Em consonância com o entendimento crítico de MIGUEL GALVÃO TELES, julgamos, porém, que esta não é a melhor solução, podendo pôr em causa o princípio da igualdade das partes (“Addition of Parties...”, *cit.*, pp. 53 e 54).

⁹³⁵ Do citado n.º 2 do artigo 36.º resulta que o regime de intervenção de terceiros, previsto na LAV, se aplica tanto à *intervenção espontânea*, como à *intervenção provocada* (cfr. MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, *cit.*, p. 155) – algo que não sucede, por exemplo, no Regulamento de Arbitragem da CCI (artigo 7.º), que admite apenas a intervenção de terceiros em casos de intervenção provocada [vide ARMINDO RIBEIRO MENDES, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, *cit.*, p. 97 (nota de rodapé n.º 55)].

⁹³⁶ A LAV parece revelar-se, aliás, bastante rígida, impedindo uma remodelação do painel arbitral (cfr. MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, p. 272).

Desta forma, o terceiro só terá a possibilidade de participar na constituição do tribunal se essa intervenção se verificar *antes* da mencionada constituição. *Após* o tribunal se ter formado, “só é admissível a intervenção de um terceiro que *aceite* (no caso da intervenção provocada) ou que *se presuma aceitar* (na hipótese da intervenção espontânea) a composição desse tribunal”⁹³⁷.

Para a LAV, a referida aceitação será suficiente, portanto, para assegurar o respeito pelo princípio da igualdade das partes, impedindo que o terceiro venha depois invocar – designadamente na acção de anulação da sentença arbitral – uma violação deste princípio na fase de constituição do tribunal⁹³⁸. Caso essa aceitação não exista, e as partes não tenham convencionado um regime diferente, o terceiro não poderá intervir, nem poderá haver qualquer efeito de caso julgado que o abranja.

A LAV consagrou, assim, uma solução engenhosa, que, à partida, se afigura em conformidade com o princípio da igualdade das partes.

5.4 – A possibilidade de as partes regularem de modo diferente a constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes

I – A LAV não ignorou, como vimos, o conflito do princípio da igualdade das partes com a constituição do tribunal arbitral, em caso de pluralidade de partes. Neste âmbito, o nosso legislador consagrou duas disposições sobre a matéria, o artigo 11.º e o artigo 36.º (n.ºs 2 e 6), previstos, respectivamente, para a pluralidade de partes inicial e para a pluralidade de partes sucessiva, resultante da intervenção de terceiros.

⁹³⁷ MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, *cit.*, pp. 172 e 173.

⁹³⁸ A este propósito, veja-se CHRISTOPHE SERAGLINI / JÉRÔME ORTSCHIEDT, *Droit de l’arbitrage interne et international*, *cit.*, p. 313.

Em todo o caso, importa salientar que, ao mesmo tempo, a LAV não deixou de atribuir às partes a possibilidade de, elas próprias, na convenção de arbitragem, regularem o problema de modo diferente da lei (artigos 11.º, n.º 4, e 36.º, n.º 7). O que se compreende, face à autonomia privada que caracteriza a arbitragem voluntária e que “também impera na designação dos árbitros”⁹³⁹.

Desta forma, sabendo que a questão é susceptível de encontrar respostas diferentes⁹⁴⁰, o legislador, no fundo, pretendeu deixar claro a liberdade que as partes têm nesta matéria, isto é, a liberdade de convencionarem uma solução *igual, próxima ou diferente* da consagrada na LAV. Algo que se entende bem, pois a verdade é que se as partes, por antecipação, regularem, na convenção de arbitragem, a constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes (inicial e sucessiva), será mais fácil perceber depois qual foi a sua vontade e, nesse sentido, será mais fácil constituir o tribunal arbitral. Por sua vez, o acordo expresso das partes quanto a este ponto torna, ainda, *menos provável que venha a surgir um conflito futuro* entre elas, no que à nomeação de árbitros diz respeito⁹⁴¹.

As regras previstas nos artigos 11.º e 36.º da LAV são, portanto, *regras supletivas* (e não imperativas), podendo as partes – em homenagem

⁹³⁹ LUÍS DE LIMA PINHEIRO, *Arbitragem Transnacional...*, cit., p. 123.

⁹⁴⁰ Tanto para a pluralidade de partes inicial, como para a pluralidade sucessiva – *cfr.* MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, cit., pp. 152 a 154, JOSÉ MIGUEL JÚDICE, in DÁRIO MOURA VICENTE (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, cit., p. 43, ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “O estatuto dos árbitros...”, cit., p. 47 e “Da condução do processo arbitral...”, cit., pp. 727 e 728, bem como o *Anteprojecto de LAV da APA (2010)*, notas justificativas ao artigo 11.º, cit., p. 176.

⁹⁴¹ Dir-se-á, a este propósito, que a melhor forma de evitar um problema é resolvê-lo com antecedência (reiterando esta mesma ideia, por referência à fixação *prévia* dos honorários dos árbitros, veja-se JOSÉ MIGUEL JÚDICE, “Fixação dos honorários dos árbitros”, cit., p. 145). Sendo que o momento da celebração da convenção arbitral é, precisamente, aquele em que o consenso em torno do método da designação de árbitros será mais facilmente alcançável.

à natureza contratual da arbitragem voluntária – convencionar uma solução diferente para o problema de que tratamos⁹⁴².

Neste contexto, várias são as soluções por que as mesmas podem optar. Essencialmente, existem duas formas de regular esta questão na convenção de arbitragem.

As partes podem, por um lado, limitar-se a remeter para um *regulamento de arbitragem institucionalizada* (nacional ou estrangeiro) ou definirem ser aplicável uma *lei estrangeira*, onde o problema esteja tratado. Por outro lado, as partes podem também convencionar, *directamente*, uma solução para o caso concreto⁹⁴³. Para este efeito, elas poderão inspirar-se na LAV, em regulamentos de arbitragem institucionalizada ou em leis estrangeiras ou, pura e simplesmente, poderão criar para a situação concreta uma solução inovadora que agrade a todas as partes – existindo, naturalmente, várias hipóteses ao seu dispor⁹⁴⁴.

⁹⁴² Embora seja certo que, na maior parte das vezes, as partes nada dirão a este respeito – *cfr.* CRISTIÁN CONEJERO ROOS, “Multi-party Arbitration and Rule-making...”, *cit.*, p. 414, e MÁRIO ESTEVES DE OLIVEIRA (coordenação), *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, *cit.*, p. 173.

⁹⁴³ Em princípio, esta será a melhor forma de regular o problema. Dizemos “em princípio”, pois a verdade é que esta ampla liberdade torna também mais fácil contornar ou atenuar a aplicação do princípio da igualdade das partes no momento da constituição do tribunal – o que justifica que, ao convencionarem directamente uma solução, tenha de haver um especial cuidado e atenção das partes para com o necessário respeito por este princípio.

⁹⁴⁴ De entre as várias hipóteses possíveis, as partes poderão *excluir a possibilidade da existência de pluralidade de partes no processo*, convencionando, por exemplo, que a acção só pode ser intentada por um demandante contra um demandado ou, de forma semelhante, que caso o litígio envolva mais do que um demandante ou demandado deverão ser intentados processos arbitrais separados, autónomos (defendendo esta solução, na vigência da anterior LAV, veja-se MIGUEL PINTO CARDOSO / CARLA GONÇALVES BORGES, “Constituição do Tribunal Arbitral...”, *cit.*, p. 149). Conforme salienta MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, por referência à intervenção de terceiros constante do artigo 36.º da LAV, poder-se-á afirmar que, “não obstante a Lei da Arbitragem Voluntária prever um regime próprio para a intervenção de terceiros, nada parece exigir que essa intervenção tenha de ser admissível em toda e qualquer arbitragem que decorra em território português” (“A intervenção de terceiros no processo arbitral”, *cit.*, p. 155) – o mesmo se podendo entender a respeito do regime estabelecido no artigo 11.º da LAV, que também é susceptível de ser afastado.

II – De todo o modo, importa observar que, como é óbvio, a autonomia das partes na constituição do tribunal arbitral tem *limites*⁹⁴⁵, pelo que a liberdade contida nos artigos 11.º, n.º 4, e 36.º, n.º 7, da LAV, não é ilimitada⁹⁴⁶.

Na verdade, conforme foi antes mencionado, há determinados princípios fundamentais – em que o direito ao processo equitativo se concretiza – que terão de ser sempre respeitados em qualquer processo arbitral; princípios que não poderão ser derogados ou contornados através do recurso a tribunais arbitrais. Um deles é, precisamente, o *princípio da igualdade das partes*, essencial em todos os momentos da arbitragem, designadamente no que se refere ao momento da formação do tribunal. Neste sentido, ele assume-se como um importante limite à autonomia da

⁹⁴⁵ Vide JEAN-FRANÇOIS POUDRET / SÉBASTIEN BESSON, *Comparative Law of International Arbitration*, cit., pp. 338 a 340, PHILIPPE FOUCARD / EMMANUEL GAILLARD / BERTHOLD GOLDMAN, *Fouchard Gaillard Goldman On International Commercial Arbitration*, cit., pp. 464 e ss., RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, cit., p. 49, PAULA COSTA E SILVA, “Preterição do contraditório...”, cit., pp. 311 a 313, e PAULA COSTA E SILVA / NUNO TRIGO DOS REIS, “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, cit., pp. 963 a 967.

⁹⁴⁶ Note-se que, diferentemente do *sistema jurídico liberal*, onde a autonomia privada tinha, no domínio dos contratos obrigacionais, uma ampla dimensão (não existindo praticamente restrições à liberdade contratual), hoje poder-se-á afirmar que “é cada vez maior o número de limitações legais à liberdade contratual, no sentido de criar uma justiça efectiva entre os contraentes” (JOSÉ JOÃO ABRANTES, *A vinculação das entidades privadas aos direitos fundamentais*, cit., p. 24). Para maiores desenvolvimentos sobre este ponto, veja-se, entre outros, ANTÓNIO PINTO MONTEIRO, *Cláusulas Limitativas e de Exclusão de Responsabilidade Civil*, Almedina, Coimbra, 1985 (2.ª reimpressão, 2011), pp. 44 e ss., e “O contrato na gestão do risco e na garantia da equidade”, cit., pp. 9 a 14, ANTUNES VARELA, *Das Obrigações em Geral*, vol. I, 10.ª ed., Almedina, Coimbra, 2000, pp. 247 e ss., RUI DE ALARCÃO, *Direito das Obrigações*, Coimbra, 1983, pp. 77 a 90, MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA COSTA, *Direito das Obrigações*, 12.ª ed., Almedina, Coimbra, 2014, pp. 201 a 214, JOSÉ DE OLIVEIRA ASCENSÃO, *Direito Civil. Teoria Geral*, vol. II, 2.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2003, p. 79, e *Direito Civil. Teoria Geral*, vol. III, Coimbra Editora, Coimbra, 2002, pp. 175 e ss. e 252 e ss., bem como MANFRED WOLF / JÖRG NEUNER, *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts*, 10.ª ed., Verlag C. H. Beck, Munique, 2012, pp. 90 e ss., KARL LARENZ, *Lehrbuch des Schuldrechts*, Band 1, Allgemeiner Teil, 14.ª ed., Verlag C. H. Beck, Munique, 1987, pp. 39 e ss., e GRANT GILMORE, *The Death of Contract*, 2.ª ed., Ohio State University Press, Columbus, 1995.

vontade na constituição do tribunal⁹⁴⁷, não podendo nenhuma convenção ou regulamento de arbitragem prevalecer sobre este princípio – o que se compreende, pois, vimo-lo já, estamos perante um princípio de ordem pública processual, sendo por alguns considerado uma verdadeira “regra bíblica” em qualquer arbitragem⁹⁴⁸.

Assim, quando, nos termos dos artigos 11.º, n.º 4, e 36.º, n.º 7, afirmamos que as partes podem convencionar uma solução igual, próxima ou diferente da consagrada na LAV, isso não significa, evidentemente, que elas tenham, neste domínio, uma total liberdade. Existirão sempre *limites*, desde logo aqueles que resultam do princípio da igualdade das partes⁹⁴⁹ [isto não obstante se poder entender, no âmbito da aplicação do princípio da igualdade nas relações entre particulares (*eficácia horizontal* do princípio da igualdade), que este princípio “impõe *algumas adaptações*, de forma a não aniquilar a especificidade das relações jurídico-civis”⁹⁵⁰].

⁹⁴⁷ Além dos autores que citámos na nota de rodapé anterior, veja-se LUÍS DE LIMA PINHEIRO, *Arbitragem Transnacional...*, cit., p. 124, e PAULO DUARTE, “Intervenção do tribunal judicial...”, cit., pp. 6 e 43.

⁹⁴⁸ ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, “Tribunal arbitral...”, cit., p. 375.

⁹⁴⁹ O próprio n.º 7 do artigo 36.º menciona, de forma expressa, que se as partes optarem por regular, directamente, a intervenção de terceiros na convenção de arbitragem, terão de observar o “princípio da igualdade de participação de todas as partes na escolha dos árbitros”. Exigência que não consta, expressamente, do n.º 4 do artigo 11.º, mas que se pode considerar *implícita* ao mesmo – cfr. ANTÓNIO SAMPAIO CARAMELO, “O estatuto dos árbitros...”, cit., p. 47.

⁹⁵⁰ J. J. GOMES CANOTILHO / VITAL MOREIRA, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, cit., p. 347. O princípio da igualdade deve, com efeito, ser conjugado com o *princípio da autonomia da vontade*, também ele com consagração constitucional – cfr. JORGE MIRANDA, *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV, cit., p. 348. Neste sentido, alertando para o facto de o princípio da igualdade não poder valer, *em toda a sua extensão*, no domínio do direito privado, sendo necessário uma certa *atenuação*, veja-se CARLOS MOTA PINTO, *Teoria Geral do Direito Civil*, cit., pp. 75 a 79, e PAULO MOTA PINTO, “Autonomia privada e discriminação...”, cit., pp. 326 e 338 a 342.

Sobre o tema da eficácia dos direitos fundamentais no direito privado [mais conhecido na sua fórmula alemã por “*Drittwirkung der Grundrechte*” (eficácia externa dos direitos fundamentais)] e, em especial, sobre os desafios que o princípio da igualdade levanta nas relações entre particulares (questões que não iremos aqui analisar), veja-se, além dos autores citados, e entre muitos outros, J. J. GOMES CANOTILHO, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, cit., pp. 432, 448 e 1285

Desta forma, as partes não poderão, *em princípio*, estabelecer na convenção de arbitragem que uma delas, por exemplo: (i) nomeará o árbitro único ou a totalidade dos árbitros (consoante estejamos ou não perante um tribunal colegial); ou (ii) que designará um número de árbitros superior ao da outra parte⁹⁵¹. Tal poderá configurar, com efeito, uma

e ss., e “Dogmática de direitos fundamentais e direito privado”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles*, vol. V, Almedina, Coimbra, 2003, pp. 63 a 83, JOAQUIM DE SOUSA RIBEIRO, “Constitucionalização do Direito Civil”, *cit.*, pp. 19 e ss., JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE, *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 5.^a ed., Almedina, Coimbra, 2012, pp. 258 a 262, JOSÉ JOÃO ABRANTES, *Contrato de Trabalho e Direitos Fundamentais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2005, pp. 16 e ss., e *A vinculação das entidades privadas aos direitos fundamentais*, *cit.*, GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, *cit.*, pp. 134 e ss., e *O Princípio da Proteção do Trabalhador*, *cit.*, pp. 183 e ss., JOÃO CAUPERS, *Os direitos fundamentais dos trabalhadores e a Constituição*, *cit.*, pp. 174 a 179, VASCO PEREIRA DA SILVA, “A vinculação das entidades privadas pelos direitos, liberdades e garantias”, in *RDES*, ano XXIX (II da 2.^a série), n.º 2, Almedina, Coimbra, 1987, pp. 259 a 274, PAULO MOTA PINTO, “O direito ao livre desenvolvimento da personalidade”, in *BFDUC*, *Stvdia Ivridica*, n.º 40 (Portugal-Brasil ano 2000), Coimbra Editora, Coimbra, 1999, pp. 227 e ss., e “A influência dos direitos fundamentais sobre o direito privado português”, in ANTÓNIO PINTO MONTEIRO / JÖRG NEUNER / INGO SARLET (organizadores), *Direitos fundamentais e direito privado. Uma perspectiva de direito comparado*, Almedina, Coimbra, 2007, pp. 148 e ss., JORGE PEREIRA DA SILVA, *Deveres do Estado...*, *cit.*, pp. 712 e ss., e BENEDITA FERREIRA DA SILVA MAC CRORIE, *A Vinculação dos Particulares...*, *cit.*, pp. 41 e ss.; na doutrina alemã, veja-se, designadamente, CLAUS-WILHELM CANARIS, *Direitos fundamentais e direito privado*, tradução de INGO SARLET / PAULO MOTA PINTO, Almedina, Coimbra, 2006, pp. 52 e ss. Para um resumo sobre as divergências de interpretação em torno do artigo 18.º, n.º 1, da CRP, e as diversas posições que, em concreto, têm sido assumidas nesta matéria (referimo-nos às teorias que, quanto à relevância dos direitos fundamentais no seio das relações privadas, defendem uma *eficácia imediata/directa*, uma *eficácia mediata/indirecta* ou uma *solução intermédia*), vide, em particular, GUILHERME DRAY, *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho...*, *cit.*, pp. 304 e ss., e CÉLINE ROSA PIMPÃO, *A tutela do trabalhador em matéria de segurança, (higiene) e saúde no trabalho*, Coimbra Editora, Coimbra, 2011, pp. 63 a 70.

⁹⁵¹ Neste sentido, veja-se PAULA COSTA E SILVA, “Preterição do contraditório...”, *cit.*, p. 312, PAULA COSTA E SILVA / NUNO TRIGO DOS REIS, “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, *cit.*, pp. 965 a 967, LUÍS DE LIMA PINHEIRO, *Arbitragem Transnacional...*, *cit.*, p. 124, PAULO DUARTE, “Intervenção do tribunal judicial...”, *cit.*, pp. 6 e 33, LINO DIAMVUTU, “A constituição do tribunal arbitral...”, *cit.*, p. 169, e, na doutrina alemã, KARL HEINZ SCHWAB / GERHARD WALTER, *Schiedsgerichtsbarkeit: Kommentar...*, *cit.*, pp. 75 e 76. Em sentido aparentemente diferente, vide GEORGIOS PETROCHILLOS, *Procedural Law in International Arbitration*, *cit.*, pp. 122 e 123. Dando como exemplo uma situação de uma arbitragem colegial composta por três árbitros, em que uma das partes aceita que a parte contrária proceda à nomeação dos dois árbitros de parte, o citado Autor parece

ofensa (ou até mesmo uma derrogação) do princípio da igualdade das partes, susceptível de afectar a sentença arbitral que vier a ser proferida⁹⁵².

Em alguns ordenamentos jurídicos, prevê-se, aliás, que se a convenção de arbitragem atribuir a uma das partes uma *influência preponderante* ou uma *posição privilegiada* na nomeação de árbitros, a outra parte poderá requerer ao tribunal estadual competente a designação dos respectivos árbitros, independentemente da nomeação já realizada ou do método de nomeação que tenha sido acordado. Como veremos melhor no ponto seguinte, é esse o caso das leis de arbitragem alemã⁹⁵³, holandesa⁹⁵⁴ e, em sentido próximo, da lei suíça⁹⁵⁵ – leis que consagram, no fundo, uma “garantia preventiva da igualdade no período ‘pré-procedimental’ da arbitragem”⁹⁵⁶.

entender que tal não deverá ser considerado, *automaticamente*, contrário ao princípio da igualdade das partes – segundo esta posição, será necessário atender às *circunstâncias do caso concreto* para que se possa chegar a essa conclusão (*op. cit.*, p. 123). Por fim, seguindo um entendimento oposto ao primeiro que enunciámos, veja-se ANTÓNIO DE MAGALHÃES CARDOSO / SARA NAZARÉ, “A escolha dos árbitros pelas partes”, *cit.*, pp. 14 e 15 (Autores que, embora reconhecendo ser pouco provável, admitem como teoricamente possível a hipótese de as partes acordarem que apenas uma delas designará os árbitros ou que os designará em maior número do que a parte contrária), MAURO RUBINO-SAMMARTANO, *International Arbitration: Law and Practice*, *cit.*, p. 463, bem como, na jurisprudência francesa, o acórdão do *Tribunal de Grande Instance* de Paris de 07/12/1994, in *Revue de l'Arbitrage*, CFA, vol. 2000, n.º 1, Paris, 2000, pp. 116 a 127 (com anotação de ERIC LOQUIN) – *caso Bouygues*.

⁹⁵² De facto, importa não esquecer que o processo de constituição do tribunal arbitral se desenrola “*com a participação de ambas as partes*”, traduzindo-se aqui o princípio da igualdade das partes na “*identidade da sua influência na constituição do tribunal*” (MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, pp. 196 e 197). Ora, nos exemplos referidos, essa participação e identidade parecem, claramente, não existir, pondo em causa o devido respeito pelo princípio da igualdade das partes – dir-se-á, pelo menos, que há fortes indícios nesse sentido. De todo o modo, em consonância com o entendimento referido de Georgios Petrochilos, não excluimos que se devam ter em conta também as *circunstâncias do caso concreto*, para que se possa aferir melhor sobre a violação ou não do princípio da igualdade das partes (*Procedural Law in International Arbitration*, *cit.*, p. 123).

⁹⁵³ § 1034 (2) do ZPO.

⁹⁵⁴ Artigo 1028.º do *Wetboek van Burgerlijke Rechtsvordering*.

⁹⁵⁵ Artigo 368.º, n.º 1, do ZPO (arbitragem interna).

⁹⁵⁶ Neste sentido, por referência ao § 1034 (2) do ZPO alemão, PAULA COSTA E SILVA / NUNO TRIGO DOS REIS, “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, *cit.*, p. 967 (nota de rodapé n.º 26). Semelhante era, também, a solução que se

Por fim, importa acrescentar que não é só ao nível da convenção de arbitragem que o princípio da igualdade das partes constitui um importante limite à autonomia da vontade na constituição do tribunal. O mesmo se poderá afirmar por referência às regras de processo que as partes acordem nos termos do n.º 2 do artigo 30.⁹⁵⁷ ou na chamada “*acta de missão*”⁹⁵⁸ – pensamos, sobretudo, nas eventuais regras sobre a intervenção de terceiros (e no conflito que se pode gerar com a constituição do tribunal).

5.5 – A solução da LAV no contexto do direito comparado

I – A solução que a LAV seguiu para o problema da constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes, e para o conflito que se gera com o princípio da igualdade das partes, não era a única possível⁹⁵⁹.

Na verdade, em consonância com o que oportunamente referimos em sede introdutória e ao longo do nosso texto, importa salientar que esta

encontrava presente, entre nós, no artigo 4.º (igualdade das partes na designação de árbitros) do Decreto-Lei n.º 243/84, de 17 de Julho – preceito nos termos do qual se estabelecia que “é nula a convenção de arbitragem que confira a uma das partes qualquer *situação de privilégio* relativamente à designação de árbitros” (sobre esta disposição, *cfr.* JOÃO DE CASTRO MENDES, *Direito Processual Civil*, vol. I, *cit.*, p. 384). Como vemos, neste caso a situação de privilégio conduzia logo, automaticamente, à nulidade da convenção. Tal artigo não chegou, porém, a transitar nem para a anterior, nem para a actual LAV.

⁹⁵⁷ Repare-se que o próprio n.º 2 do artigo 30.º alerta para a necessidade de as partes respeitarem os princípios fundamentais constantes do n.º 1 do artigo 30.º, onde, como vimos, se inclui o princípio da igualdade das partes.

⁹⁵⁸ Diferentemente da hipótese prevista no n.º 2 do artigo 30.º da LAV, note-se que a “*acta de missão*” tem lugar após a constituição do tribunal arbitral. Sobre a chamada “*acta de missão*” (por vezes também designada por “*acta de instalação do tribunal arbitral*” ou “*terms of reference*”), veja-se, entre outros, MARIANA FRANÇA GOUVEIA, *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, *cit.*, pp. 240 a 242, MANUEL PEREIRA BARROCAS, *Lei de Arbitragem Comentada*, *cit.*, p. 39, e FILIPA CANSADO CARVALHO, “A organização do processo arbitral”, in *VI Congresso do CAC - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 36 a 38.

⁹⁵⁹ Assim também MIGUEL GALVÃO TELES, “Addition of Parties...”, *cit.*, pp. 51 e 52.

é uma matéria marcada por uma certa *instabilidade legislativa ao nível internacional*⁹⁶⁰. Outros países seguiram soluções diferentes, sendo que muitos nem consagraram solução alguma⁹⁶¹.

É esse o caso, desde logo, daquela que foi a grande fonte inspiradora do legislador português (e de muitos outros): a *Lei-Modelo da UNCITRAL*. Conforme vimos em momento anterior, esta lei não contém qualquer disposição sobre a pluralidade de partes na arbitragem (e, consequentemente, sobre o problema de que tratamos) – é completamente omissa na matéria. Diferente é, a este respeito, o *Regulamento de Arbitragem da UNCITRAL*, que, desde a revisão de 2010, passou a incluir duas normas sobre o tema⁹⁶²: (i) o artigo 10.º [constituição do tribunal

⁹⁶⁰ Instabilidade que se verifica, em geral, com o tema da pluralidade de partes na arbitragem (*cfr.* JORGE MORAIS CARVALHO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, *cit.*, p. 112) e, em concreto, com o problema da constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes (*vide* MICHAEL KRAMER / GUIDO E. URBACH / RETO M. JENNY, “Equal Treatment in Multi-Party Arbitration...”, *cit.*, p. 151).

⁹⁶¹ Note-se que, neste capítulo, não iremos fazer, verdadeiramente, uma análise *microcomparativa* ou *macrocomparativa* [*cfr.* CARLOS FERREIRA DE ALMEIDA / JORGE MORAIS CARVALHO, *Introdução ao Direito Comparado*, 3.ª ed., Almedina, Coimbra, 2015 (reimpressão), pp. 12 e ss.], mas apenas dar conta das principais soluções que têm sido avançadas em vários países, particularmente em certas leis de arbitragem nas quais o legislador português mais se inspirou (muitas das quais já foram sendo referidas ao longo do nosso texto). Para uma breve perspectiva, no direito comparado, sobre o problema de que tratamos (embora com algumas referências desactualizadas), veja-se, especialmente, RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, pp. 15 e ss., e, ainda, JULIA MAIR, “Equal Treatment of Parties...”, *cit.*, pp. 72 e ss.

⁹⁶² Apenas em 2010, portanto, a UNCITRAL dedicou duas normas à difícil questão da pluralidade de partes na arbitragem, tendo optado por fazê-lo no Regulamento de Arbitragem e não na Lei-Modelo, possivelmente por razões de prudência (*cfr.* MIGUEL GALVÃO TELES, “Addition of Parties...”, *cit.*, p. 59). Em todo o caso, face ao crescente número de litígios com pluralidade de partes, à atenção cada vez maior de vários legisladores por este tema (caso da nossa LAV) e à evolução que se verificou com o Regulamento de Arbitragem (recorde-se que a Lei-Modelo é de 1985, tendo sido alterada em 2006, antes da reforma de 2010 do Regulamento), é expectável que uma futura alteração da Lei-Modelo venha a contemplar, também, disposições específicas sobre a pluralidade de partes.

arbitral em caso de pluralidade de partes (inicial)]; e (ii) o artigo 17.º, n.º 5 [intervenção de terceiros (pluralidade de partes sucessiva)]⁹⁶³.

A omissão constante da Lei-Modelo é, de resto, comum a *outros países*⁹⁶⁴, embora se possa afirmar que, nos últimos anos, cada vez mais se vem assistindo ao crescimento do número de leis e, sobretudo, de regulamentos de arbitragem, que começam a prever normas sobre a pluralidade de partes (inicial e sucessiva)⁹⁶⁵. Neste contexto, importa separar, na nossa análise, os *regulamentos das leis de arbitragem*; começaremos por estas últimas.

II – Muitos países não contemplam ainda, expressamente, nas suas leis de arbitragem, qualquer preceito sobre o problema de que tratamos. Estão nessa situação, entre outros, a Alemanha⁹⁶⁶, a Suécia⁹⁶⁷, a Finlândia⁹⁶⁸, a Dinamarca⁹⁶⁹, a Polónia⁹⁷⁰, a Grécia⁹⁷¹, a Rússia⁹⁷², a

⁹⁶³ Ambos mencionados em momento anterior. Resumidamente, no artigo 10.º o Regulamento consagrou o *método da nomeação conjunta* (n.º 1) e, na ausência dessa designação, veio prever a *faculdade* (não obrigação) de a autoridade de nomeação poder designar a totalidade dos árbitros (n.º 3). No artigo 17.º, n.º 5, por sua vez, admite-se a intervenção de terceiros (vinculados pela convenção de arbitragem), mas, diferentemente do artigo 36.º da LAV, não se distingue se a intervenção do terceiro tem lugar antes ou depois da constituição do tribunal arbitral (presume-se que a intervenção é sempre depois), nem se exige que o terceiro tenha de aceitar a composição actual do tribunal quando intervém.

⁹⁶⁴ Cfr. JORGE MORAIS CARVALHO / MARIANA FRANÇA GOUVEIA, “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, *cit.*, p. 112, LAURA SALVANESCHI, *L’arbitrato con pluralità di parti*, *cit.*, pp. 5 e 6, e NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, *cit.*, pp. 402 e ss.

⁹⁶⁵ Neste sentido, veja-se ELLIOTT GEISINGER / PIERRE DUCRET, “The Arbitral Procedure”, in ELLIOTT GEISINGER / NATHALIE VOSER / ANGELINA M. PETTI (coordenadoras), *International Arbitration in Switzerland: A Handbook for Practitioners*, 2.ª ed., Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2013, p. 84, e, por referência à intervenção de terceiros, MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, *cit.*, pp. 152 a 154. A tendência tem sido, nesta matéria, a de as leis e regulamentos de arbitragem mais recentes (sobretudo após a reforma de 2010 do Regulamento de Arbitragem da UNCITRAL) começarem a incluir normas específicas sobre os vários problemas associados à pluralidade de partes.

⁹⁶⁶ § 1025 a 1066 do ZPO.

⁹⁶⁷ Lei de arbitragem de 1999 (SFS 1999:116).

⁹⁶⁸ Lei de Arbitragem de 1992 (967/1992), subsequentemente alterada.

Turquia⁹⁷³, bem como Angola⁹⁷⁴ e Moçambique⁹⁷⁵. De salientar, no entanto, que, em alguns destes casos, esta é uma omissão intencional (como sucede, por exemplo, com a lei alemã⁹⁷⁶) – prefere deixar-se ao critério das partes a regulação desta complexa questão.

Por outro lado, cumpre também ressaltar que, embora muitas leis de arbitragem não contenham, de facto, qualquer norma *expressa* sobre a pluralidade de partes (e sobre a constituição do tribunal nestas hipóteses), algumas delas não deixam, porém, de estipular certas normas com relevância no âmbito do nosso tema. Referimo-nos, designadamente, àqueles preceitos que, como se viu antes, se centram na *influência preponderante* ou *posição privilegiada* que uma das partes possa ter sobre a outra⁹⁷⁷.

É o caso, mais uma vez, da lei alemã, onde no § 1034 (2) do ZPO – por referência à constituição do tribunal arbitral – se estabelece que se a convenção de arbitragem atribuir uma influência preponderante (*Übergewicht*) a uma parte em detrimento da outra (que ficará em situação de desvantagem), esta última poderá requerer ao tribunal estadual a nomeação do árbitro ou árbitros, independentemente da nomeação já realizada ou do método de designação acordado⁹⁷⁸. Disposição que, na

⁹⁶⁹ Lei de arbitragem de 2005 (Lei n.º 553, de 24/06/2005).

⁹⁷⁰ Artigos 1154.º a 1217.º do CPC.

⁹⁷¹ Artigos 867.º a 903.º do CPC (arbitragem interna) e Lei n.º 2735/1999 (arbitragem internacional).

⁹⁷² Lei Federal n.º 102-FZ, de 24/07/2002, subsequentemente alterada (arbitragem interna), e Lei n.º 5338-1, de 07/07/1993 (arbitragem internacional).

⁹⁷³ Artigos 407.º a 444.º do CPC (arbitragem interna) e Lei n.º 4686, de 21/06/2001 (arbitragem internacional).

⁹⁷⁴ Lei sobre a Arbitragem Voluntária (Lei n.º 16/03, de 25 de Julho).

⁹⁷⁵ Lei n.º 11/99, de 8 de Julho.

⁹⁷⁶ Cfr. JENS BREDOW / ISABEL MULDER, “Section 13 - Multiple Parties on Claimant or Respondent Side”, *cit.*, p. 629.

⁹⁷⁷ Vide RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, *cit.*, pp. 25 a 30.

⁹⁷⁸ Vemos assim que, nestes casos, a convenção de arbitragem não é automaticamente considerada nula (como sucedia, entre nós, no artigo 4.º do Decreto-

doutrina, tem sido considerada ser aplicável às hipóteses de pluralidade de partes⁹⁷⁹.

A mesma preocupação com a influência preponderante ou posição privilegiada de uma das partes sobre a outra, no momento da constituição do tribunal arbitral, está também presente noutras leis: é o caso da lei holandesa⁹⁸⁰ e da lei suíça⁹⁸¹. No entanto, diferentemente da lei alemã,

Lei n.º 243/84, de 17 de Julho, anteriormente mencionado); o problema será resolvido com a eventual intervenção do tribunal estadual – *cfr.* PETER SCHLOSSER, “German Arbitration Law and the UNCITRAL Model Law”, in *RIAC*, APA, n.º 3 (2010), Almedina, Coimbra, 2010, p. 130.

⁹⁷⁹ Vide KARL HEINZ SCHWAB / GERHARD WALTER, *Schiedsgerichtsbarkeit: Kommentar...*, cit., p. 77, PETER SCHLOSSER, in STEIN / JONAS (coordenadores), *Kommentar zur Zivilprozessordnung*, cit., pp. 149 e 155 a 163, e “La nouvelle législation allemande sur l'arbitrage”, in *Revue de l'Arbitrage*, CFA, vol. 1998, n.º 2, Paris, 1998, pp. 301 e 302, KARL-HEINZ BÖCKSTIEGEL, “An Introduction to the New German Arbitration Act Based on the UNCITRAL Model Law”, in *Arbitration International*, vol. 14, n.º 1, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1998, pp. 24 e 25, e STEFAN MICHAEL KRÖLL, “National Report for Germany (2007)”, in *International Handbook on Commercial Arbitration*, suplemento n.º 48 (Fevereiro de 2007), Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2007, pp. 15 e 16. Sobre a solução consagrada no § 1034 (2) do ZPO, veja-se, especialmente, JOACHIM MÜNCH, in *Münchener Kommentar zur Zivilprozessordnung*, vol. III, 4.ª ed., Verlag C. H. Beck, Munique, 2013, pp. 171 e ss., KLAUS REICHOLD, in THOMAS / PUTZO, *Zivilprozessordnung...*, cit., pp. 1332 e 1333, e HANNS PRÜTTING, in PRÜTTING / GEHRLEIN (coordenadores), *ZPO Kommentar*, 7.ª ed., Luchterhand, Colónia, 2015, pp. 2386 e 2387; na jurisprudência, vide o acórdão do *Kammergericht* de Berlim de 21/04/2008 (processo n.º 20 SCHH 4/07), in *NJW*, 2008, pp. 2719 e 2720, e o acórdão do *Oberlandesgericht* de Frankfurt de 16/09/2010 (processo n.º 26 SchH 05/10), in <http://www.dis-arb.de/de/47/datenbanken/rspr/olg-frankfurt-am-az-26-schh-05-10-datum-2010-09-16-id1086>.

⁹⁸⁰ Artigo 1028.º do *Wetboek van Burgerlijke Rechtsvordering*. Nos termos do n.º 1, se as partes acordarem que uma delas terá uma *posição privilegiada* na nomeação do(s) árbitro(s), qualquer uma das partes pode – independentemente do método de designação acordado – pedir ao Presidente do Tribunal Distrital para nomear o(s) árbitro(s); à outra parte será concedido o direito de ser ouvida (n.º 3).

O § 1034 (2) do ZPO alemão terá sido inspirado, aliás, na (anterior) lei de arbitragem holandesa – *cfr.* PETER SCHLOSSER, “German Arbitration Law...”, cit., p. 130, e ANTÓNIO SAMPAIO CARAMELO, “O estatuto dos árbitros...”, cit., p. 45 (nota de rodapé n.º 49).

⁹⁸¹ Artigo 368.º, n.º 1, do ZPO, nos termos do qual se estabelece que uma parte pode pôr em causa a competência do tribunal arbitral se a outra tiver exercido uma *influência predominante* na nomeação dos seus membros – solução semelhante à que resultava já do artigo 19.º da anterior Concordata Suíça de Arbitragem de 1969 (*cfr.* RICARDO UGARTE / THOMAS BEVILACQUA, “Ensuring Party Equality...”, cit., pp. 28 e 29).

ambas consagram, ainda, expressamente, normas com relevância no âmbito do nosso tema. A lei holandesa contém dois preceitos sobre a intervenção de terceiros (artigos 1045.º e 1045a.º do *Wetboek van Burgerlijke Rechtsvordering*), adoptando um regime diferente do previsto na LAV⁹⁸². Já a lei suíça afigura-se mais completa, na medida em que apresenta duas disposições atinentes à pluralidade de partes inicial e sucessiva (artigos 362.º, n.º 2, e 376.º, do ZPO), ambas com diferenças em relação à LAV⁹⁸³.

⁹⁸² Resumidamente, o CPC holandês parece distinguir os casos de intervenção espontânea (artigo 1045.º) dos de intervenção provocada (artigo 1045a.º), sendo que em ambas as situações o terceiro terá de estar vinculado pela convenção de arbitragem. De forma diferente do previsto na LAV, porém, importa salientar que: (i) não se distingue se a intervenção do terceiro tem lugar antes ou depois da constituição do tribunal arbitral; (ii) nem se exige que o terceiro tenha de aceitar a composição actual do tribunal, em caso de intervenção provocada. Este regime sofreu algumas alterações face à anterior lei de arbitragem holandesa (artigo 1045.º). Para uma perspectiva geral das principais alterações introduzidas pela recente revisão da mencionada lei (que entrou em vigor a 01/01/2015), veja-se JACOMIJN VAN HAERSOLTE-VAN HOF, “Revision of the Dutch Arbitration Act: Making the Netherlands an Even Better Place for Arbitration”, in *Journal of International Arbitration*, vol. 31, n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2014, pp. 425 a 437, e MELANIE VAN LEEUWEN / SOPHIA VON DEWALL, “The 2015 Revision of the Dutch Arbitration Act”, in *Les Cahiers de l’Arbitrage*, 2015, n.º 1, LGDJ, Paris, 2015, pp. 153 a 160.

⁹⁸³ O citado artigo 362.º, n.º 2, do ZPO, prevê que, em caso de pluralidade de partes, o tribunal estadual competente *poderá* nomear a totalidade dos árbitros – de forma semelhante, portanto, ao n.º 3 do artigo 11.º da LAV, mas sem especificar as circunstâncias em que tal designação poderá ser feita. Por outro lado, o ZPO suíço não consagra o método da nomeação conjunta; limita-se apenas, nesta matéria, a estabelecer a possibilidade de designação da totalidade dos árbitros.

Quanto ao processo arbitral, destacam-se os n.ºs 1 e 3 do artigo 376.º. O n.º 1 refere-se à pluralidade de partes inicial (activa e passiva), estatuidando que esta apenas pode ser admitida se (i) todas as partes estiverem vinculadas pela mesma convenção de arbitragem ou por uma convenção arbitral compatível e se (ii) os pedidos forem idênticos ou estiverem relacionados em termos factuais. O n.º 3 regula a intervenção de terceiros e, ao fazê-lo, admite a intervenção espontânea e provocada, e requer a existência de uma convenção de arbitragem entre o terceiro e as restantes partes. De salientar que, mais uma vez, ao contrário da LAV, não se distingue se essa intervenção ocorre antes ou depois da constituição do tribunal arbitral, nem se exige o consentimento do terceiro quanto à composição do tribunal arbitral, em caso de intervenção provocada – o consentimento que releva para a mencionada intervenção é o do tribunal arbitral. Sobre a solução adoptada no citado artigo 376.º, veja-se, em particular, STEFANIE PFISTERER, in *Berner Kommentar, Schweizerische Zivilprozessordnung*, vol. III, Stämpfli Verlag, Berna, 2014, pp. 462 a 476.

Entre aqueles países que optaram por incluir, expressamente, nas suas leis de arbitragem, normas específicas sobre a pluralidade de partes (inicial e sucessiva), merecem, ainda, um destaque especial as leis de arbitragem espanhola, francesa e italiana.

As primeiras duas⁹⁸⁴ regulam a constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes inicial, não contendo, porém, qualquer norma sobre a pluralidade sucessiva. Neste sentido, o artigo 15.º, n.º 2, alínea b), 2.º parágrafo, da lei espanhola, estabelece que, na hipótese de o tribunal ser composto por três árbitros, os demandantes nomearão um árbitro e os demandados outro (*conjuntamente*, subentende-se). Se tal nomeação não se verificar, todos os árbitros serão (*automaticamente*) designados pelo tribunal estadual competente⁹⁸⁵. Ou seja, no fundo, a lei

A respeito do regime consagrado na lei suíça (arbitragem interna), *cfr.*, em geral, CESARE JERMINI / NICOLA BERNARDONI, “Part II: Domestic Arbitration under the New Swiss Code of Civil Procedure”, in MANUEL ARROYO (coordenador), *Arbitration in Switzerland: The Practitioner's Guide*, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2013, pp. 17 a 23, e NATHALIE VOSER, “New Rules on Domestic Arbitration in Switzerland: Overview of Most Important Changes to the Concordat and Comparison with Chapter 12 PILA”, in *ASA Bulletin*, vol. 28, n.º 4, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2010, pp. 753 a 766. Diferente é, neste contexto, o regime dedicado à *arbitragem internacional* (capítulo 12) previsto na Lei Federal sobre o Direito Internacional Privado, de 18/12/1987 (subsequentemente alterada) – este regime não contém qualquer norma sobre o problema da pluralidade de partes na arbitragem.

⁹⁸⁴ Ley 60/2003, de 23 de Dezembro (subsequentemente alterada), e artigos 1442.º a 1527.º do *Code de Procédure Civile*, respectivamente.

⁹⁸⁵ De realçar que este regime se encontra previsto, apenas, para o caso de um *tribunal arbitral composto por três árbitros*. Ao contrário da LAV (artigo 11.º, n.º 1), porém, note-se que não estamos aqui diante de um lapso, mas sim perante uma opção do legislador espanhol. Com efeito, importa ter presente que a lei de arbitragem espanhola, além de reunir, num único preceito, a designação de árbitros em caso de dualidade e pluralidade de partes, distingue três hipóteses no n.º 2 do artigo 15.º: (i) arbitragem com um árbitro único [alínea a)]; (ii) arbitragem com três árbitros [alínea b)], onde se encontra o regime da pluralidade de partes (inicial); e (iii) arbitragem com mais de três árbitros [alínea c)]. Nesta última situação dispõe-se, expressamente, que todos os árbitros serão nomeados pelo tribunal estadual competente, a pedido de qualquer uma das partes – preceito que, no entanto, tem justificado críticas por parte de alguns autores, que não entendem a razão de ser da existência de uma solução específica para o caso de processos arbitrais com mais de três árbitros; neste sentido, defendendo que o legislador deveria ter seguido as regras definidas para as arbitragens com três árbitros, com as devidas adaptações, veja-se SERGIO GONZÁLEZ MALABIA, “Artículo 15. Nombramiento de los árbitros”, in SILVIA BARONA VILAR (coordenadora), *Comentarios*

espanhola segue a segunda grande tendência que referimos no âmbito das repercussões do *caso Dutco*⁹⁸⁶, que consiste na *designação automática da totalidade dos árbitros* (pelo tribunal estadual competente), perante a ausência de nomeação conjunta⁹⁸⁷ – algo que, como vimos, não sucede na LAV, onde essa designação não é automática e onde existe a possibilidade de o tribunal estadual indicar apenas o árbitro em falta (artigo 11.º, n.ºs 2 e 3). As partes são, no entanto, livres de acordar num procedimento diferente, desde que, nos termos da 1.ª parte do n.º 2 do artigo 15.º, respeitem o *princípio da igualdade*⁹⁸⁸.

A mesma tendência parece ter sido adoptada (embora com algumas diferenças) pela lei francesa, ao estipular, no artigo 1453.º do CPC, que, se o litígio envolver mais de duas partes e as mesmas não cheguem a acordo

a la Ley de Arbitraje: Ley 60/2003, de 23 de diciembre, Civitas e Thomson Reuters, Pamplona, 2004, p. 602.

⁹⁸⁶ O disposto no artigo 15.º, n.º 2, alínea b), 2.º parágrafo, ter-se-á ficado a dever, precisamente, ao *caso Dutco* – cfr. JOSÉ MARÍA ALONSO PUIG, “Artículo 15. Nombramiento de los árbitros”, in JULIO GONZÁLEZ SORIA (coordenador), *Comentarios a la nueva Ley de Arbitraje: Ley 60/2003, de 23 de diciembre*, 2.ª ed., Aranzadi e Thomson Reuters, Pamplona, 2011, p. 229 (nota de rodapé n.º 23).

⁹⁸⁷ Solução que, todavia, conta com as críticas cerradas de vários autores espanhóis. Veja-se, por exemplo, ANTONIO MONSERRAT QUINTANA, “Los árbitros. Estatuto. Nombramiento. Recusación. Competencia arbitral”, in *Práctica de tribunales: revista de derecho procesal civil y mercantil*, n.º 14 (Março de 2005), La Ley / Wolters Kluwer España, Madrid, 2005, p. 12 (autor que parece defender uma interpretação correctiva do mencionado preceito), e SERGIO GONZÁLEZ MALABIA, “Artículo 15. Nombramiento de los árbitros”, *cit.*, p. 602 [críticas também reiteradas pelo mesmo autor, embora de forma ligeiramente diferente, em SILVIA BARONA VILAR (coordenadora), *Comentarios a la Ley de Arbitraje: Ley 60/2003, de 23 de diciembre, tras la reforma de la Ley 11/2011, de 20 de mayo de 2011*, 2.ª ed., Civitas e Thomson Reuters, Pamplona, 2011, pp. 795 e 796].

⁹⁸⁸ Artigo 15.º, n.º 2, 1.ª parte, da Ley 60/2003: “Las partes podrán acordar libremente el procedimiento para la designación de los árbitros, *siempre que no se vulnere el principio de igualdad (...)*”. Para maiores desenvolvimentos sobre a nomeação de árbitros na lei espanhola, veja-se, entre outros, AGUSTÍN-JESÚS PÉREZ-CRUZ MARTÍN, “El arbitraje interno en España conforme a lo previsto en la Ley 60/2003, de 23 de diciembre, de arbitraje”, in *Los nuevos retos del arbitraje en una sociedad globalizada*, Civitas e Thomson Reuters, Pamplona, 2011, pp. 162 e ss., e ANA MONTESINOS GARCÍA, “Los árbitros en el sistema español”, in *Lima Arbitration - Revista del Círculo Peruano de Arbitraje*, Círculo Peruano de Arbitraje, n.º 2, Lima, 2007, pp. 220 a 224.

quanto ao modo de constituição do tribunal arbitral, a autoridade de nomeação ou o tribunal estadual competente (“*juge d’appui*”) designará “*o ou os árbitros*”⁹⁸⁹. Introduzida pela reforma de 2011, esta norma foi a resposta do legislador francês aos problemas levantados pelo *caso Dutco* e à necessidade de respeitar o princípio da igualdade das partes na constituição do tribunal arbitral⁹⁹⁰.

Mais original se afigura, nesta matéria, a lei italiana⁹⁹¹. Após as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 40, de 02/02/2006⁹⁹², o *Codice di Procedura Civile* passou a incluir duas normas sobre a pluralidade de partes na arbitragem: o artigo 816.º-*quater* (pluralidade inicial) e o artigo 816.º-*quinquies* (pluralidade sucessiva).

Nos termos da primeira disposição, se mais de duas partes estiverem vinculadas pela mesma convenção de arbitragem (primeiro requisito), qualquer uma delas pode pedir que todas ou algumas sejam

⁹⁸⁹ Artigo 1453.º do CPC francês: “Lorsque le litige oppose plus de deux parties et que celles-ci ne s’accordent pas sur les modalités de constitution du tribunal arbitral, la personne chargée d’organiser l’arbitrage ou, à défaut, le juge d’appui, désigne le ou les arbitres”. Embora a redacção deste preceito não seja totalmente clara, o legislador francês não parece admitir a possibilidade de a autoridade de nomeação ou o “*juge d’appui*” designarem apenas o *árbitro em falta* (como sucede no n.º 2 do artigo 11.º da LAV). A solução consagrada parece ser a de nomear o árbitro único (e não o árbitro em falta) ou a totalidade dos árbitros. Fazendo (implicitamente) esta interpretação, veja-se CHARLES JARROSSON / JACQUES PELLERIN, “Le droit français de l’arbitrage après le décret du 13 janvier 2011”, in *Revue de l’Arbitrage*, CFA, vol. 2011, n.º 1, Paris, 2011, pp. 19 e 20.

⁹⁹⁰ Cfr. CHRISTOPHE SERAGLINI / JÉRÔME ORTSCHIEDT, *Droit de l’arbitrage interne et international*, cit., pp. 254, 255, 694 e 695. Sobre as principais alterações introduzidas pela reforma da arbitragem (*Décret n.º 2011-48*, de 13/01/2011), veja-se, entre outros, LOUIS-YVES FORTIER / STÉPHANIE BACHAND, “La nouvelle loi française sur l’arbitrage: vues d’Outre-Atlantique”, in *Les Cahiers de l’Arbitrage*, 2013, n.º 1, LGDJ, Paris, 2013, pp. 9 a 26.

⁹⁹¹ Artigos 806.º a 840.º do *Codice di Procedura Civile*.

⁹⁹² Cfr. F. CARPI / M. TARUFFO, *Commentario breve al Codice di Procedura Civile*, 8.ª ed., Cedam, Pádua, 2015, p. 2987; sobre a razão de ser da reforma introduzida em 2006, veja-se GUIDO ALPA / VINCENZO VIGORITI, “L’arbitrato rituale”, in GUIDO ALPA / VINCENZO VIGORITI (coordenadores), *Arbitrato. Profili di diritto sostanziale e di diritto processuale*, UTET Giuridica, Milão, 2013, pp. 261 a 264. Para uma perspectiva do regime da pluralidade de partes na arbitragem *antes da reforma*, veja-se, em particular, LAURA SALVANESCHI, *L’arbitrato con pluralità di parti*, cit.

sujeitas ao mesmo processo arbitral, se se verificar uma das seguintes situações (segundo requisito): (i) a convenção confira a um terceiro a nomeação dos árbitros; (ii) os árbitros sejam nomeados com o acordo de todas as partes; ou (iii) após a designação de um ou mais árbitros pela primeira parte, as outras partes nomeiem, de comum acordo, um número igual de árbitros ou confiem a um terceiro essa designação.

Se, porventura, nenhuma das três hipóteses ocorrer, manifesta-se então, com particular acuidade, a originalidade da lei italiana: *o processo iniciado por uma parte contra as outras será dividido em tantos processos arbitrais consoante o número destas últimas* (o que significa, portanto, que deixa de haver pluralidade de partes na mesma acção)⁹⁹³. Não existe aqui a possibilidade – presente nos n.ºs 2 e 3 do artigo 11.º da LAV, assim como em outras leis (embora com algumas diferenças) – de o tribunal estadual designar o árbitro em falta ou a totalidade dos árbitros. Por outro lado, em caso de litisconsórcio necessário, a arbitragem é, pura e simplesmente, improcedente⁹⁹⁴, passando o tribunal estadual a ser competente para conhecer o litígio⁹⁹⁵.

Quanto à pluralidade de partes sucessiva, o artigo 816.º-*quinqüies*, 1.º parágrafo, prevê a admissibilidade da intervenção espontânea e provocada de um *terceiro*, desde que as partes e o terceiro estejam de acordo e os árbitros consentam nessa intervenção (apenas se admitindo as

⁹⁹³ Artigo 816.º-*quater*, segundo parágrafo. Este regime, algo *complexo*, tem merecido algumas críticas na doutrina italiana – *cfr.* ANTONINO DIMUNDO, “Il mandato ad arbitrare”, in GUIDO ALPA / VINCENZO VIGORITI (coordenadores), *Arbitrato. Profili di diritto sostanziale e di diritto processuale*, UTET Giuridica, Milão, 2013, pp. 497 e 498, e PIERO BERNARDINI, “National Report for Italy (2007)”, in *International Handbook on Commercial Arbitration*, suplemento n.º 49 (Abril de 2007), Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2007, pp. 12 e 13; em Portugal, veja-se ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “O estatuto dos árbitros...”, *cit.*, p. 45 (nota de rodapé n.º 49).

⁹⁹⁴ Artigo 816.º-*quater*, terceiro parágrafo.

⁹⁹⁵ *Vide* ANTONINO DIMUNDO, “Il mandato ad arbitrare”, *cit.*, p. 498.

excepções indicadas nos 2.º e 3.º parágrafos)⁹⁹⁶. De salientar que, mais uma vez, de forma diferente da LAV, a lei italiana não distingue se a intervenção do terceiro tem lugar antes ou depois da constituição do tribunal arbitral, nem exige, expressamente, que o terceiro tenha de aceitar a composição actual do tribunal quando intervém (embora esta última questão seja discutida na doutrina⁹⁹⁷).

III – Conforme mencionado em momento anterior, não é só nas leis de arbitragem de vários países que o problema em análise tem sido colocado. Na verdade, desde o *caso Dutco* e com particular incidência nos últimos anos, muitos centros de arbitragem institucionalizada têm vindo progressivamente a incluir, nos seus regulamentos, normas sobre a pluralidade de partes inicial e sucessiva, procurando acautelar as

⁹⁹⁶ Os 2.º e 3.º parágrafos do artigo 816.º-*quinquies* dispõem que será sempre admissível a intervenção: (i) regulada no artigo 105.º, 2.º parágrafo (“*intervento adesivo dipendente*”); (ii) em caso de litisconsórcio necessário; e (iii) do chamado “sucessor a título particular no direito controvertido” (artigo 111.º).

⁹⁹⁷ Vide F. CARPI / M. TARUFFO, *Commentario breve...*, cit., p. 2990, CARMINE PUNZI, *Disegno Sistemático dell’ Arbitrato*, vol. II, 2.ª ed., Cedam, Pádua, 2012, pp. 120 e 121 (nota de rodapé n.º 337), e, em particular, PAULA COSTA E SILVA / MARCO GRADI, “A Intervenção de Terceiros...”, cit., pp. 87 a 92.

Para maiores desenvolvimentos sobre o regime consagrado nos artigos 816.º-*quater* e 816.º-*quinquies*, veja-se CARMINE PUNZI, *Disegno Sistemático dell’ Arbitrato*, vol. I, 2.ª ed., Cedam, Pádua, 2012, pp. 578 a 583, e *Disegno Sistemático dell’ Arbitrato*, vol. II, cit., pp. 118 e ss., SERGIO LA CHINA, *L’arbitrato: il sistema e l’esperienza*, cit., pp. 131 e ss., e MARCO GRADI, “Art. 816 *quater* - Pluralità di parti” e “Art. 816 *quinquies* - Intervento di terzi e successione nel diritto controverso”, ambos os artigos publicados in *Commentario del Codice di Procedura Civile*, vol. VII, tomo IV, UTET Giuridica, Milão, 2014, pp. 366 a 451. De salientar, ainda, que este regime é distinto do modelo de *arbitragem societária* que se encontra previsto no Decreto-Lei n.º 5, de 17/01/2003, subsequentemente alterado (anterior à reforma processual de 2006 e à consequente introdução dos artigos 816.º-*quater* e 816.º-*quinquies* no CPC italiano); sobre este último, veja-se CRISANTO MANDRIOLI / ANTONIO CARRATTA, *Diritto Processuale Civile*, vol. III, cit., pp. 483 a 494, e CAROLA CORRADO, “L’arbitrato commerciale”, in CARMINE PUNZI, *Disegno Sistemático dell’ Arbitrato*, vol. III, 2.ª ed., Cedam, Pádua, 2012, pp. 153 a 175.

dificuldades que surgem ao nível da constituição do tribunal arbitral (sobretudo com o princípio da igualdade das partes)⁹⁹⁸.

Neste sentido, aquando da análise feita às repercussões do *caso Dutco*, vimos já a resposta adoptada pelos principais centros quando a pluralidade é *inicial*. Importa agora compreendermos, porém, a forma como os mesmos regulam a questão, quando a pluralidade é *sucessiva*⁹⁹⁹.

Particular destaque assume, a este respeito, a solução seguida no Regulamento de Arbitragem da CCI – não só por razões históricas (o *caso Dutco* teve origem num processo da CCI), como também pela influência que exerceu em alguns preceitos da LAV (tendo sido a principal fonte inspiradora do artigo 11.º). Além de regular a constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes inicial¹⁰⁰⁰, o actual Regulamento de Arbitragem admite, assim, a possibilidade de intervenção de terceiros (ou, segundo a terminologia da CCI, de “*partes adicionais*”¹⁰⁰¹), não deixando de atender às dificuldades que se levantam no momento da constituição do tribunal.

Neste contexto, o n.º 7 do artigo 12.º do Regulamento de Arbitragem da CCI determina que o terceiro poderá, *conjuntamente* com

⁹⁹⁸ Pode, aliás, afirmar-se que, por enquanto, a questão tem sido tratada mais ao nível dos regulamentos de centros de arbitragem institucionalizada do que das leis de arbitragem de vários países. Os regulamentos têm, de facto, sido pioneiros neste domínio (*cfr.* ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, *Tratado da Arbitragem...*, *cit.*, p. 334).

⁹⁹⁹ Note-se que não iremos descrever o regime da pluralidade de partes sucessiva seguido nos regulamentos de arbitragem desses centros, mas apenas centrarmo-nos no problema que se gera com a constituição do tribunal arbitral.

¹⁰⁰⁰ Artigo 12.º, n.ºs 6 e 8, do Regulamento de Arbitragem da CCI (anteriormente analisados).

¹⁰⁰¹ Artigo 7.º do Regulamento de Arbitragem da CCI. De salientar que a intervenção de terceiros não estava prevista no anterior Regulamento (de 1998). Foi só no actual Regulamento de Arbitragem (de 2012) que a CCI veio introduzir esta possibilidade – alteração que foi fruto, não do *caso Dutco* (onde estava em causa uma situação de pluralidade de partes inicial), mas sim da maior atenção que este centro passou a dar aos vários problemas associados à pluralidade de partes na arbitragem.

o(s) demandante(s) ou o(s) demandado(s), designar um árbitro¹⁰⁰² – isto, porém, na hipótese de o tribunal ser composto por três árbitros e numa fase prévia à constituição do tribunal. Ou seja, de forma diferente do artigo 36.º, n.º 2, da LAV, em princípio só é admissível a *intervenção de terceiros antes da constituição do tribunal arbitral* (e não depois)¹⁰⁰³; intervenção que, como vimos, é menos controversa (não se colocando, por exemplo, qualquer problema de recomposição do tribunal, uma vez que este ainda não existe).

Idêntica solução foi seguida pelos regulamentos de arbitragem de outros conhecidos centros, que optaram também por uma *abordagem mais cautelosa*, apenas admitindo, como regra, a intervenção de terceiros antes da constituição do tribunal arbitral. Uma vez aceite esta intervenção, e à semelhança do estatuído pela CCI, os terceiros terão a possibilidade de designar conjuntamente (com os demandantes ou os demandados) um árbitro. É esse o caso, desde logo, dos regulamentos de arbitragem da CIMA¹⁰⁰⁴, do ICDR¹⁰⁰⁵ e do CEPANI¹⁰⁰⁶, com algumas diferenças entre si¹⁰⁰⁷.

¹⁰⁰² Este preceito vem, no fundo, alargar o âmbito de aplicação dos n.ºs 6 e 8 do artigo 12.º à intervenção de terceiros – *cf.* JASON FRY / SIMON GREENBERG / FRANCESCA MAZZA, *The Secretariat's Guide to ICC Arbitration*, *cit.*, p. 150, e NADIA DARWAZEH / KRISTA ZEMAN, “Joint Nominations in Multiparty Arbitration...”, *cit.*, p. 31.

¹⁰⁰³ Com efeito, nos termos do artigo 7.º, n.º 1, do Regulamento de Arbitragem da CCI, a intervenção de terceiros apenas poderá ter lugar *antes* da “confirmação ou nomeação de qualquer árbitro” pela Corte Internacional de Arbitragem (artigo 13.º). Depois de essa confirmação ou nomeação ter sido feita pela Corte, o terceiro só poderá intervir se todas as partes (incluindo o próprio terceiro) estiverem “de acordo” (artigo 7.º, n.º 1, parte final) – algo que, uma vez surgido o litígio, dificilmente se verificará na realidade. De salientar que, na vigência do anterior Regulamento de Arbitragem, era esta a prática que se verificava já em muitas arbitragens realizadas na CCI (*vide* BERNARD HANOTIAU, *Complex Arbitrations...*, *cit.*, pp. 171 e 172).

Por outro lado, entre outras diferenças que separam a solução consagrada no Regulamento de Arbitragem da CCI da LAV, destaca-se, ainda, o facto de a CCI apenas admitir a *intervenção provocada* de terceiros e não a intervenção espontânea.

¹⁰⁰⁴ Artigos 13.º, n.º 5, e 16.º, n.º 5, do Regulamento de Arbitragem da CIMA.

¹⁰⁰⁵ Artigos 7.º, n.º 1, e 12.º, do Regulamento de Arbitragem Internacional do ICDR.

Embora menos frequente, alguns centros prevêem, no entanto, expressamente, que a intervenção de terceiros possa ter lugar quer antes, quer depois de constituído o tribunal arbitral. É o que sucede nos regulamentos de arbitragem do CIETAC¹⁰⁰⁸ e, entre nós, do CAC e do IAC¹⁰⁰⁹. Quando a intervenção ocorra antes da constituição do tribunal, admite-se, implicitamente, em ambos os casos, a possibilidade de os terceiros designarem conjuntamente (com os demandantes ou os demandados) um árbitro¹⁰¹⁰. Já quando essa intervenção ocorra numa fase posterior à constituição, a solução dos respectivos centros difere. No CIETAC, o tribunal arbitral ouvirá o terceiro e, se ele insistir em participar na formação do tribunal, parece admitir-se a recomposição do mesmo. Já o Regulamento de Arbitragem do CAC é muito próximo da solução da LAV: em caso de intervenção provocada, o terceiro tem de declarar que aceita a composição do tribunal; na intervenção espontânea, essa aceitação é presumida.

Por fim, existem, ainda, regulamentos de arbitragem que admitem a intervenção de terceiros no processo arbitral, mas são omissos quanto à possibilidade de o terceiro participar ou não na composição do tribunal. É

¹⁰⁰⁶ Artigos 11.º, n.º 2, e 15.º, n.ºs 6 a 8, do Regulamento de Arbitragem do CEPANI.

¹⁰⁰⁷ Note-se que, à semelhança do artigo 7.º, n.º 1, parte final, do Regulamento de Arbitragem da CCI, todos estes regulamentos admitem a possibilidade de as partes e o terceiro acordarem numa *intervenção posterior à constituição do tribunal arbitral*. O Regulamento de Arbitragem do CEPANI prevê, todavia, uma disposição especial referente a este acordo, limitativa da liberdade das partes nesta matéria. Nos termos do artigo 15.º, n.º 7, a autoridade de nomeação ou o presidente do Centro poderão, não obstante o acordo, revogar as nomeações efectuadas e designar novos árbitros, escolhendo o árbitro presidente.

¹⁰⁰⁸ Artigo 18.º, n.ºs 1 e 5, do Regulamento de Arbitragem do CIETAC.

¹⁰⁰⁹ Artigos 25.º, n.ºs 2 a 6, e 29.º, n.ºs 2 a 7, dos Regulamentos de Arbitragem do CAC e do IAC (respectivamente).

¹⁰¹⁰ Esta possibilidade está *implícita* na remissão feita para a norma atinente à nomeação de árbitros em caso de pluralidade de partes (no caso do CIETAC, pela remissão do artigo 18.º, n.º 5, 1.º parágrafo, para o artigo 29.º; no caso do CAC, pela remissão do artigo 25.º, n.º 3, para o artigo 9.º).

esse o caso paradigmático do Regulamento de Arbitragem da UNCITRAL¹⁰¹¹.

¹⁰¹¹ Artigo 17.º, n.º 5, do Regulamento de Arbitragem da UNCITRAL (previamente referido).

6 – Conclusão e posição adoptada

O princípio da igualdade das partes é um princípio fundamental na arbitragem, cuja importância se estende a todos os momentos do processo arbitral, com particular destaque para a constituição do tribunal.

Quando exista pluralidade de partes, porém, o respeito por este princípio parece ser mais difícil de assegurar. Como vimos, há uma tensão, um *conflito* que se estabelece entre o princípio da igualdade das partes e a constituição do tribunal arbitral (no que respeita à nomeação de árbitros) – conflito este que, entre outras consequências gravosas, é susceptível de levar à anulação de sentenças arbitrais (como sucedeu no *caso Dutco*), pondo em causa a credibilidade da arbitragem como meio de resolução alternativa de litígios.

Saber como deverá o conflito ser resolvido é algo que se tem de aferir face à compreensão e ao alcance do princípio da igualdade das partes nesta matéria. Neste sentido, importa ter presente duas ideias essenciais: (i) o princípio deve, sobretudo, ser interpretado em *sentido material ou substancial* (e não apenas em sentido formal); e (ii) exige que se trate *igualmente o que é igual e desigualmente o que é desigual* (com respeito pelos limites impostos pelo *princípio da proporcionalidade*).

O princípio não exige, desta forma, que se trate tudo por igual, isto é, não impõe uma igualdade absoluta em todas as situações, segundo a qual todas as partes devam ter sempre os mesmos direitos e obrigações (independentemente da situação em causa)¹⁰¹². Na verdade, *igualdade não*

¹⁰¹² Nas palavras de Castanheira Neves, “se a justiça exprime uma qualquer relação de igualdade (...) decerto que nunca terá o sentido de uma *igualdade absoluta*, segundo a qual todos tivessem idênticos mérito e capacidade, sentissem iguais necessidades, fossem titulares das mesmas funções, etc., mas tão-só o sentido de uma *igualdade relativa*, a exprimir-se no postulado, ou na exigência, que de novo desde Aristóteles até Radbruch se pode enunciar nestes termos: *o igual deve ser tratado igualmente e o*

é sinónimo de identidade de tratamento. Conforme foi antes mencionado, recorde-se, aliás, que um tratamento igual – em todos os casos e para todas as pessoas – que não atenda a certas particularidades e circunstâncias do caso concreto pode, ele próprio, ser susceptível de gerar desigualdades (tal como se verificava na época do liberalismo, com a concepção de *igualdade formal* então dominante). O que significa, portanto, que além de não ser sinónimo de identidade de tratamento, por vezes *a igualdade pressupõe diferenciações*¹⁰¹³.

Dito isto, e tomando como exemplo o caso típico de uma acção arbitral intentada por um demandante contra dois ou mais demandados (pluralidade de partes inicial, passiva), no âmbito de um tribunal colegial composto por três árbitros, duas conclusões fundamentais importa extrair.

A primeira é a de que *o princípio da igualdade das partes não exige que se o demandante nomeou um árbitro, cada um dos demandados também tenha direito a indicar um árbitro* (o mesmo valendo para o *terceiro* que intervenha após a constituição do tribunal arbitral). Tal como vários autores oportunamente salientaram aquando do *caso Dutco* (em comentário ao acórdão da *Cour de Cassation* de 07/01/1992), não se pode falar aqui num *direito de cada parte nomear o seu árbitro* – esse direito não existe. E, a existir, seriam, aliás, várias as dificuldades práticas e logísticas que o mesmo levantaria, além de possíveis desigualdades que poderia gerar¹⁰¹⁴. Daí que tenhamos manifestado a nossa concordância

desigual desigualmente” (A. CASTANHEIRA NEVES, *O instituto dos “assentos” e a função jurídica dos Supremos Tribunais*, cit., pp. 150 e 151).

¹⁰¹³ No duelo judiciário, por exemplo, poder-se-á dizer que nem sempre o princípio da igualdade das partes se cumpre dando ao autor e ao réu as mesmas armas. Recorrendo, de novo, à imagem sugestiva de Balladore Pallieri, em certas situações poderá ser necessário dar uma espada mais comprida àquele que tem o braço mais curto, para que exista uma *verdadeira* igualdade entre as partes (*vide* GIORGIO BALLADORE PALLIERI, “Introduzione ai lavori del convegno”, cit., p. XVI).

¹⁰¹⁴ Embora, à primeira vista, possa parecer paradoxal, a verdade é que, em si mesmo, o direito de cada parte designar um árbitro poderia originar, também, uma desigualdade entre as partes (*cfr.* JULIAN D. M. LEW / LOUKAS A. MISTELIS / STEFAN

quer com o método da nomeação conjunta consagrado no artigo 11.º, n.º 1, da LAV, quer com a solução prevista no artigo 36.º, n.º 2, da LAV (intervenção de terceiros após a constituição do tribunal).

De modo inverso, a segunda conclusão essencial é a de que *o facto de os demandados não terem designado conjuntamente um árbitro* (ou não poderem, cada um deles, proceder a essa nomeação), *não implica que o demandante, automaticamente, também já não possa indicar um árbitro* (como sucederá sempre que o tribunal estadual ou a autoridade de nomeação designem a totalidade dos árbitros). Por outras palavras, o princípio da igualdade das partes não exige que o demandante perca o direito a nomear um árbitro, apenas pelo facto de os demandados não terem procedido à designação conjunta que lhes competia¹⁰¹⁵. O árbitro indicado pelo demandante poderá, assim, manter-se, não sendo necessária – sempre e em todos os casos – a nomeação da totalidade dos árbitros. Conforme analisado em momento prévio, essa possibilidade é importante e justifica-se, mas só em situações excepcionais, devendo o regime regra ser o da designação (apenas) do árbitro em falta. Razão pela qual, mais uma vez, concordamos com o regime consagrado na LAV, isto é, com o regime conjugado dos n.ºs 2 e 3 do artigo 11.º (embora com algumas críticas à redacção do n.º 3, feitas no local próprio).

M. KRÖLL, *Comparative International Commercial Arbitration*, cit., p. 380). Pense-se, por exemplo, num processo arbitral que oponha um demandante a três demandados, em que o demandante nomeará um árbitro e os demandados três (cada um indicará o seu). Nesta hipótese, o demandante, dir-se-á, teve uma *influência menor* na composição do tribunal – situação que poderá ser agravada se os demandados tiverem entre si interesses convergentes, idênticos ou próximos (caso em que, para vários autores, deverão ser vistos como uma única parte). Os demandados parecem ficar, em suma, numa posição de vantagem em relação ao demandante.

¹⁰¹⁵ Como vimos, se assim não fosse, os demandados teriam encontrado uma forma muito fácil de *sabotar* a nomeação do demandante: bastava não chegarem a acordo quanto ao árbitro a designar, para que o demandante ficasse automaticamente privado dessa possibilidade.

Este último ponto tem sido, como vimos, muito controverso. Com efeito, à partida, poder-se-ia pensar que a igualdade das partes seria mais facilmente atingível se o tribunal estadual ou a autoridade de nomeação – nos casos em que falhe a nomeação conjunta por uma das partes – designassem logo, *automaticamente*, todos os árbitros (à semelhança do que sucede na lei de arbitragem espanhola e em alguns regulamentos de arbitragem¹⁰¹⁶). Tal solução, dir-se-á, parece colocar os demandantes e os demandados (bem como os terceiros que intervenham) em condições de igualdade, uma vez que nem uns nem outros nomeiam o seu árbitro; todos serão designados por um outro sujeito¹⁰¹⁷.

Pelas várias razões mencionadas anteriormente, porém, julgamos que esta não é a melhor resposta. Além de a nomeação *automática* da totalidade dos árbitros se traduzir numa aplicação meramente formal do princípio da igualdade, acima de tudo a mesma parece *tratar de forma igual aquilo que é desigual* (o que poderá implicar, por sua vez, uma violação do princípio da igualdade)¹⁰¹⁸.

Como vimos, no âmbito do Direito Processual Civil, importa recordar que *estar no processo como autor não é o mesmo que estar no processo como réu*. Existirão, com frequência, determinadas diferenças substanciais na posição processual das partes, diferenças estas que se traduzem em vantagens e desvantagens para o autor ou para o réu¹⁰¹⁹ e que

¹⁰¹⁶ Sobre os vários regulamentos de arbitragem que seguem esta solução, veja-se o que oportunamente mencionámos no âmbito das repercussões do *caso Dutco*, fora da CCI.

¹⁰¹⁷ Dizemos “parece”, uma vez que, importa não esquecer, esta solução poderá revelar-se, também, injusta para a parte que já tenha escolhido um árbitro (por norma, o demandante) e que, apenas por causa do facto de a outra parte não ter procedido à designação que lhe competia, se veja agora privada dessa nomeação.

¹⁰¹⁸ Na verdade, como se sabe, “tratar de forma igual aquilo que é desigual implica também uma violação do princípio da igualdade” (ANTÓNIO PEDRO BARBAS HOMEM, *O que é o Direito?*, Principia, Cascais, 2001, p. 29).

¹⁰¹⁹ Pense-se, por exemplo, no momento da propositura da acção (o autor, em princípio, terá mais tempo para preparar a acção do que o réu tem para se defender dela) ou nas regras de distribuição do ónus da prova (a parte sobre a qual recaia o dever de

não têm de ser ultrapassadas para assegurar o respeito pelo princípio da igualdade das partes. Ora, o modelo da nomeação automática parece esquecer este ponto, pretendendo tratar sempre de forma igual (todas as partes ficam privadas de nomear um árbitro) aquilo que é desigual (a diferente posição processual em que os demandantes e demandados se encontram, tendo os demandantes, por norma, uma maior facilidade em designar conjuntamente um árbitro¹⁰²⁰). Não surpreendem, por isso, as críticas que vários autores têm dirigido a esta solução¹⁰²¹.

Embora se deva reconhecer que a balança da igualdade é, nesta matéria, uma *balança difícil de equilibrar*, a verdade é que, sobretudo desde o *caso Dutco*, passou a haver alguma *confusão* quanto ao alcance do princípio da igualdade das partes. Confusão que, a nosso ver, é particularmente visível nas leis e nos regulamentos de arbitragem que consagraram a mencionada nomeação automática da totalidade dos árbitros e que, no fundo, é fruto do (excessivo) receio de os tribunais estaduais – à semelhança da *Cour de Cassation* – poderem anular as sentenças arbitrais que venham a ser proferidas (entre outras

provar determinados factos estará em desvantagem em relação àquela que não tenha esse dever).

¹⁰²⁰ Ao decidirem, por vontade própria, intentar uma acção arbitral conjuntamente como autores, em princípio os demandantes estarão também de acordo quanto ao árbitro que lhes caiba indicar. Já o mesmo, como se referiu, não se pode dizer dos demandados, que foram chamados ao processo, não escolhendo, portanto, ser demandados, nem escolhendo fazer parte de um único processo arbitral, podendo ter interesses conflituantes entre si que dificultam (ou impossibilitam) a nomeação conjunta de um árbitro.

¹⁰²¹ Vide NATHALIE VOSER, “Multi-party disputes and joinder of third parties”, *cit.*, pp. 364, 365, 404, 406 e 407, CRISTIÁN CONEJERO ROOS, “Multi-party Arbitration and Rule-making...”, *cit.*, pp. 431 e 432, JEAN-LOUIS DELVOLVÉ, “Final Report on Multi-Party Arbitrations”, *cit.*, pp. 39 e 40, e, por referência à lei de arbitragem espanhola (que adopta a solução da nomeação automática de todos os árbitros, perante a ausência de nomeação conjunta), ANTONIO MONSERRAT QUINTANA, “Los árbitros...”, *cit.*, p. 12, e SERGIO GONZÁLEZ MALABIA, “Artículo 15. Nombramiento de los árbitros”, *cit.*, p. 602.

consequências nefastas), com base numa alegada violação do princípio da igualdade das partes no momento da constituição do tribunal¹⁰²².

A LAV soube, porém, no nosso entendimento, interpretar correctamente o princípio da igualdade das partes, estabelecendo uma solução adequada para o problema em análise (que tem presente as conclusões essenciais que referimos *supra*) e, ao mesmo tempo, atribuindo às partes a liberdade de convencionarem uma solução diferente (artigos 11.º, n.º 4, e 36.º, n.º 7), em consonância com a natureza contratual da arbitragem voluntária.

Desta forma, numa matéria particularmente sensível, em que não é fácil legislar (como o demonstra a instabilidade normativa que se verifica ao nível internacional)¹⁰²³, o legislador consagrou, assim, uma solução que respeita o princípio da igualdade das partes e contribui para o reforço da credibilidade da arbitragem como um verdadeiro meio de resolução alternativa de litígios.

¹⁰²² Neste sentido, por referência ao Regulamento de Arbitragem do SCC (que prevê a nomeação automática que referimos), veja-se KAJ HOBÉR, “Sweden”, *cit.*, p. 926.

¹⁰²³ Tal como vários autores salientam, não existem soluções fáceis para os muitos problemas que a pluralidade de partes coloca na arbitragem (entre os quais, aquele que analisamos na presente dissertação) – *cfr.* W. LAURENCE CRAIG / WILLIAM W. PARK / JAN PAULSSON, *International Chamber of Commerce Arbitration*, *cit.*, p. 125.

BIBLIOGRAFIA

A

ABRANTES, JOSÉ JOÃO

- *A vinculação das entidades privadas aos direitos fundamentais*, AAFDL, Lisboa, 1990
- *Contrato de Trabalho e Direitos Fundamentais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2005
- *Direitos fundamentais da pessoa humana no trabalho - em especial, a reserva da intimidade da vida privada (algumas questões)*, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Coleção SPEED, Almedina, Coimbra, 2014

AKSELI, ORKUN

- “Appointment of Arbitrators as Specified in the Agreement to Arbitrate”, in *Journal of International Arbitration*, vol. 20, n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2003, pp. 247 a 254

ALARCÃO, RUI DE

- *Direito das Obrigações*, Coimbra, 1983

ALBERS, JAN

- ver BAUMBACH, ADOLF

ALBUQUERQUE, MARTIM DE

- *Da igualdade. Introdução à Jurisprudência*, Almedina, Coimbra, 1993

ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE

- *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 4.^a edição, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2011

ALEXANDRE, ISABEL

- ver FREITAS, JOSÉ LEBRE DE

ALEXANDRINO, JOSÉ DE MELO

- ver SOUSA, MARCELO REBELO DE

ALEXY, ROBERT

- *Theorie der Grundrechte*, 2.^a edição, Suhrkamp, Frankfurt, 1994

ALMEIDA, ANTÓNIO PEREIRA DE

- *Sociedades Comerciais, Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Mercados*, 7.^a edição, vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, 2013
- *Sociedades Comerciais, Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Mercados*, 7.^a edição, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013

ALMEIDA, CARLOS FERREIRA DE

- *Os Direitos dos Consumidores*, Almedina, Coimbra, 1982
- “Convenção de arbitragem: conteúdo e efeitos”, in *I Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2008, pp. 81 a 95

ALMEIDA, CARLOS FERREIRA DE / CARVALHO, JORGE MORAIS

- *Introdução ao Direito Comparado*, 3.^a edição, Almedina, Coimbra, 2015 (reimpressão)

ALMEIDA, FRANCISCO MANUEL LUCAS FERREIRA DE

- *Direito Processual Civil*, vol. I, Almedina, Coimbra, 2010

ALMEIDA, LUÍS NUNES DE / MENDES, ARMINDO RIBEIRO

- “Les discriminations positives - Portugal”, in *Annuaire International de Justice Constitutionnelle*, XIII (1997), Economica, Paris, 1998, pp. 223 a 238

ALMEIDA, MÁRIO AROSO DE

- “Tópicos sobre o problema do âmbito subjectivo da arbitragem sobre relações jurídicas multilaterais ou poligonais de Direito Administrativo”, in *V Congresso do Centro de Arbitragem Comercial - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 209 a 221
- “Arbitragem e Tribunais Administrativos”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 7 (2014), Almedina, Coimbra, 2014, pp. 47 a 64

ALPA, GUIDO / VIGORITI, VINCENZO

- *Arbitrati (Rituale, irrituale, internazionale, consumatori, Uncitral, investimenti, sportivo)*, UTET Giuridica, Milão, 2012
- “L’arbitrato rituale”, in GUIDO ALPA / VINCENZO VIGORITI (coordenadores), *Arbitrato. Profili di diritto sostanziale e di diritto processuale*, UTET Giuridica, Milão, 2013, pp. 259 a 320

ALVES, JORGE DE JESUS FERREIRA

- *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem anotada e Protocolos Adicionais anotados (Doutrina e Jurisprudência)*, Legis Editora, Porto, 2008

AMARAL, DIOGO FREITAS DO

- *História do pensamento político ocidental*, Almedina, Coimbra, 2012
- *Manual de Introdução ao Direito*, vol. I, com a colaboração de RAVI AFONSO PEREIRA, Almedina, Coimbra, 2012 (reimpressão)
- *Curso de Direito Administrativo*, vol. II, 2.^a edição, 2.^a reimpressão, colaboração de PEDRO MACHETE e LINO TORGAL, Almedina, Coimbra, 2013
- *Uma Introdução à Política*, com a participação de MARIA DA GLÓRIA GARCIA e de PEDRO MACHETE, Bertrand Editora, Lisboa, 2014

AMARAL, JORGE AUGUSTO PAIS DE

- *Direito Processual Civil*, 12.^a edição, Almedina, Coimbra, 2015

AMARAL, MARIA LÚCIA

- “O princípio da igualdade na Constituição Portuguesa”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Armando M. Marques Guedes*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, Coimbra, 2004, pp. 35 a 57
- *A Forma da República. Uma introdução ao estudo do Direito Constitucional*, Coimbra Editora, Coimbra, 2012 (reimpressão)

ANDRADE, JOSÉ CARLOS VIEIRA DE

- *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, 5.^a edição, Almedina, Coimbra, 2012
- *A Justiça Administrativa (Lições)*, 14.^a edição, Almedina, Coimbra, 2015

ANDRADE, JOSÉ ROBIN DE

- “Publicidade e Impugnação de decisões arbitrais em matéria administrativa (O Projecto de revisão do Código de Processo dos Tribunais Administrativos e a nova LAV)”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 7 (2014), Almedina, Coimbra, 2014, pp. 15 a 28
- ver VICENTE, DÁRIO MOURA (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*

ANDRADE, MANUEL DE

- *Noções Elementares de Processo Civil*, com a colaboração de ANTUNES VARELA, edição revista e actualizada por HERCULANO ESTEVES, Coimbra Editora, Coimbra, 1976

“Anteprojecto de Lei da Arbitragem Voluntária (2009)”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 2 (2009), Almedina, Coimbra, 2009, pp. 205 a 241

“Anteprojecto de Lei da Arbitragem Voluntária da Associação Portuguesa de Arbitragem (2010)”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 3 (2010), Almedina, Coimbra, 2010, pp. 167 a 230

ANTUNES, JOSÉ A. ENGRÁCIA

- “O artigo 490.º do CSC e a Lei Fundamental – ‘propriedade corporativa’, propriedade privada, igualdade de tratamento”, in *Estudos em comemoração dos cinco anos (1995-2000) da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, Coimbra Editora, Coimbra, 2001, pp. 147 a 276
- “A igualdade de tratamento dos accionistas na OPA”, in *Direito das Sociedades em Revista*, ano 2, vol. 3, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 87 a 111

ARISTÓTELES

- *Política*, tradução de ANTÓNIO CAMPELO AMARAL e CARLOS DE CARVALHO GOMES, Colecção Vega Universidade/Ciências Sociais e Políticas, Vega, Lisboa, 1998
- *Ética a Nicómaco*, tradução de ANTÓNIO DE CASTRO CAEIRO, 4.ª edição, Quetzal, Lisboa, 2012

ASCENSÃO, JOSÉ DE OLIVEIRA

- *Direito Civil. Teoria Geral*, vol. II, 2.ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2003
- *Direito Civil. Teoria Geral*, vol. III, Coimbra Editora, Coimbra, 2002
- *O Direito. Introdução e Teoria Geral*, 13.ª edição, Almedina, Coimbra, 2005

B

BACHAND, STÉPHANIE

- ver FORTIER, LOUIS-YVES

BAMFORTH, RICHARD / MAIDMENT, KATERINA

- “ ‘All join in’ or not? How well does international arbitration cater for disputes involving multiple parties or related claims?”, in *ASA Bulletin*, Association Suisse de l'Arbitrage, vol. 27, n.º 1, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2009, pp. 3 a 25

BAPTISTA, LUIZ OLAVO

- *Arbitragem Comercial e Internacional*, Lex Magister, São Paulo, 2011

BARRETO, IRENEU CABRAL

- “Direito ao exame da causa publicamente”, in *Boletim do Ministério da Justiça (BMJ)*, Documentação e Direito Comparado, n.ºs 75/76, Lisboa, 1998, pp. 151 a 170
- *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem Anotada*, 5.^a edição, Almedina, Coimbra, 2015

BARROCAS, MANUEL PEREIRA

- *Manual de Arbitragem*, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2013
- *Lei de Arbitragem Comentada*, Almedina, Coimbra, 2013

BASTOS, JACINTO FERNANDES RODRIGUES

- *Notas ao Código de Processo Civil*, vol. I, 3.^a edição, Lisboa, 1999

BATISTA, J. PEREIRA

- *Reforma do Processo Civil - Princípios Fundamentais*, Lex, Lisboa, 1997

BAUMBACH, ADOLF / LAUTERBACH, WOLFGANG / ALBERS, JAN / HARTMANN, PETER

- *Zivilprozessordnung*, 72.^a edição, Verlag C. H. Beck, Munique, 2014

BELEZA, TERESA PIZARRO

- “Género e Direito: da Igualdade ao ‘Direito das Mulheres’ ”, in *Themis - Revista da Faculdade de Direito da UNL*, ano I, n.º 2 (2000), Almedina, Coimbra, 2001, pp. 35 a 66

BELLET, PIERRE

- “Note - Cour de cassation (1re Ch. civile) 7 janvier 1992 - sociétés BKMI et Siemens v. société Dutco”, in *Revue de l'Arbitrage*, Comité Français de l'Arbitrage, vol. 1992, n.º 3, Paris, 1992, pp. 473 a 482

BENCHENEB, ALI

- “La contrariété à la Convention européenne des droits de l’homme d’une loi anéantissant une sentence arbitrale”, in *Revue de l'Arbitrage*, Comité Français de l'Arbitrage, vol. 1996, n.º 2, Paris, 1996, pp. 181 a 190

BENNETT, STEVEN C.

- ver ESTREICHER, SAMUEL

BERG, ALBERT JAN VAN DEN

- *The New York Arbitration Convention of 1958*, Kluwer Law and Taxation Publishers, Haia, 1981

BERNARDINI, PIERO

- “Arbitrato commerciale internazionale”, in *Enciclopedia del Diritto - Aggiornamento*, vol. I, Giuffrè Editore, Milão, 1997, pp. 89 a 99
- “National Report for Italy (2007)”, in *International Handbook on Commercial Arbitration*, suplemento n.º 49 (Abril de 2007), Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2007, pp. 1 a 58
- *L’arbitrato nel commercio e negli investimenti internazionali*, 2.^a edição, Giuffrè Editore, Milão, 2008

BERNARDONI, NICOLA

- ver JERMINI, CESARE

BESSON, SÉBASTIEN

- “Arbitration and Human Rights”, in *ASA Bulletin*, Association Suisse de l'Arbitrage, vol. 24, n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2006, pp. 395 a 416
- ver POUDRET, JEAN-FRANÇOIS

BEVILACQUA, THOMAS

- ver UGARTE, RICARDO

BEZERRA, J. MIGUEL

- ver VARELA, ANTUNES

BIAMONTI, LUIGI

- “Arbitrato - Diritto processuale civile”, in *Enciclopedia del Diritto*, vol. II, Giuffrè Editore, Milão, 1958, pp. 899 a 958

BINDER, PETER

- *International Commercial Arbitration and Conciliation in UNCITRAL Model Law Jurisdictions*, 3.^a edição, Sweet & Maxwell, Beccles, 2010

BLACKABY, NIGEL / PARTASIDES, CONSTANTINE / REDFERN, ALAN / HUNTER, MARTIN

- *Redfern and Hunter on International Arbitration*, 6.^a edição, Oxford University Press, Oxford, 2015

BÖCKSTIEGEL, KARL-HEINZ

- “An Introduction to the New German Arbitration Act Based on the UNCITRAL Model Law”, in *Arbitration International*, The Journal of the London Court of International Arbitration, vol. 14, n.º 1, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1998, pp. 19 a 32

BOND, STEPHEN R.

- “The International Arbitrator: From the Perspective of the ICC International Court of Arbitration”, in *Northwestern Journal Of International Law & Business*, vol. 12, n.º 1, Chicago (EUA), 1991, pp. 1 a 22
- “The Constitution of the Arbitral Tribunal”, in *The New 1998 ICC Rules of Arbitration: Proceedings of the ICC Conference Presenting the Rules*, ICC International Court of Arbitration Bulletin - Special Supplement, Paris, 1997, pp. 22 a 25

BOND, STEPHEN R. / SMUTNY, ABBY COHEN

- “How to Commence an International Arbitration”, in DANIEL M. KOLKEY / RICHARD CHERNICK / BARBARA REEVES NEAL (coordenadores), *Practitioner’s Handbook on International Arbitration and Mediation*, 3.^a edição, Juris, Nova Iorque, 2012, pp. 57 a 119

BORGES, CARLA GONÇALVES

- “Pluralidade de Partes e Intervenção de Terceiros na Arbitragem”, in *Themis - Revista da Faculdade de Direito da UNL*, ano VII, n.º 13 (2006), Almedina, Coimbra, 2007, pp. 109 a 153
- ver CARDOSO, MIGUEL PINTO

BORGES, CARLA GONÇALVES / GALVÃO, RICARDO NETO

- “A extensão da convenção de arbitragem a não signatários”, in *VI Congresso do Centro de Arbitragem Comercial - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 119 a 135

BORGES, MARCO ANTÓNIO DE AÇO E

- *A Demanda Reconvencional*, Quid Juris, Lisboa, 2008

BORN, GARY B.

- *International Commercial Arbitration*, vol. I, 2.^a edição, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2014
- *International Commercial Arbitration*, vol. II, 2.^a edição, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2014

BÖTTICHER, EDUARD

- *Die Gleichheit vor dem Richter*, 2.^a edição, Hamburger Universitätsreden, Hamburgo, 1961

BOULARBAH, HAKIM

- “Les procédures parallèles et les tiers”, in *L’arbitrage et les tiers - Arbitrage en derden*, Actes du colloque du CEPANI 40 du 28 novembre 2008, n.º 10, Bruylant, Bruxelas, 2008, pp. 151 a 174

BREDOW, JENS / MULDER, ISABEL

- “Section 13 - Multiple Parties on Claimant or Respondent Side”, in KARL-HEINZ BÖCKSTIEGEL / KRÖLL, STEFAN MICHAEL / PATRICIA NACIMIENTO (coordenadores), *Arbitration in Germany: The Model Law in Practice*, 2.^a edição, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2015, pp. 629 a 631

BREKOULAKIS, STAVROS L.

- *Third parties in International Commercial Arbitration*, Oxford International Arbitration Series, Oxford University Press, Oxford, 2010
- “Multiparty and Multicontract Arbitration”, in *QFINANCE*, disponível em <http://www.financepractitioner.com/home>, pp. 1 a 5

BREMS, EVA

- “Conflicting Human Rights: An Exploration in the Context of the Right to a Fair Trial in the European Convention for the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms”, in *Human Rights*

Quarterly, vol. 27, n.º 1, The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 2005, pp. 294 a 326

BRITO, MARIA HELENA

- *Direito do Comércio Internacional*, Almedina, Coimbra, 2004
- “As novas regras sobre a arbitragem internacional. Primeiras reflexões”, in *Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 27 a 49
- “Arbitragem internacional. A propósito da nova Lei da Arbitragem Voluntária”, in *Themis - Revista da Faculdade de Direito da UNL*, ano XII, n.ºs 22 e 23 (2012), Almedina, Coimbra, 2013, pp. 103 a 143

BRITO, MIGUEL NOGUEIRA DE

- “O princípio do juiz natural e a nova organização judiciária”, in *Julgar*, n.º 20 (2013), Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 19 a 37
- “Medida e Intensidade do Controlo da Igualdade na Jurisprudência da Crise do Tribunal Constitucional”, in GONÇALO DE ALMEIDA RIBEIRO / LUÍS PEREIRA COUTINHO (organizadores), *O Tribunal Constitucional e a Crise: Ensaios Críticos*, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 105 a 131

BURN, GEORGE / PEARSALL, ALISON

- “Exceptions to Confidentiality in International Arbitration”, in *Confidentiality in Arbitration: Commentaries on Rules, Statutes, Case Law and Practice*, ICC International Court of Arbitration Bulletin - Special Supplement, Paris, 2009, pp. 23 a 38

C

CAETANO, ANA

- “Emergency arbitrator - is he or she a true arbitrator? The single row consent of parties and Portuguese overview”, in *YAR - Young Arbitration Review*, n.º 12 (Janeiro de 2014), Lisboa, 2014, pp. 40 a 52

CALAMANDREI, PIERO

- *Istituzioni di Diritto Processuale Civile secondo il nuovo codice*, parte seconda, Cedam, Pádua, 1943

CALVO, MICHEL A.

- “The New ICC Rules of Arbitration - Substantial and Procedural Changes”, in *Journal of International Arbitration*, vol. 14, n.º 4, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1997, pp. 41 a 52

CANARIS, CLAUS-WILHELM

- *Direitos fundamentais e direito privado*, tradução de INGO SARLET / PAULO MOTA PINTO, Almedina, Coimbra, 2006
- *Pensamento sistemático e conceito de sistema na Ciência do Direito*, introdução e tradução de ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO, 4.ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2008

CANAS, VITALINO

- “A proibição do excesso como instrumento mediador de ponderação e optimização (com incursão na teoria das regras e dos princípios)”, in *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, vol. III, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, Coimbra, 2012, pp. 811 a 893
- “Constituição *prima facie*: igualdade, proporcionalidade, confiança (aplicados ao ‘corte’ de pensões)”, in *e-pública - Revista Electrónica de Direito Público*, n.º 1, 2014, pp. 1 a 41

CANOTILHO, J. J. GOMES

- *Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador - Contributo para a Compreensão das Normas Constitucionais Programáticas*, 2.ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2001
- *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7.ª edição, Almedina, Coimbra, 2003
- “Dogmática de direitos fundamentais e direito privado”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles*, vol. V, Almedina, Coimbra, 2003, pp. 63 a 83

CANOTILHO, J. J. GOMES / MOREIRA, VITAL

- *Fundamentos da Constituição*, Coimbra Editora, Coimbra, 1991
- *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. I, 4.ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2007
- *Constituição da República Portuguesa Anotada*, vol. II, 4.ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2010

CANOTILHO, MARIANA

- “Brevíssimos apontamentos sobre a não discriminação no direito da União Europeia”, in *Julgar*, n.º 14 (2011), Coimbra Editora, Coimbra, 2011, pp. 101 a 111

CAPELO, MARIA JOSÉ

- *Interesse processual e legitimidade singular nas acções de filiação*, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Studia Iuridica, n.º 15, Coimbra Editora, Coimbra, 1996
- “A lei de arbitragem voluntária e os centros de arbitragem de conflitos de consumo (breves considerações)”, in *Estudos de Direito do Consumidor*, n.º 1, Centro de Direito do Consumo, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1999, pp. 101 a 116

CAPLAN, LEE M.

- ver CARON, DAVID D.

CAPRASSE, OLIVIER

- “The Setting up of the Arbitral Tribunal in Multi-Party Arbitration - La constitution du tribunal arbitral en cas d'arbitrage multipartite”, in *Revue de Droit des Affaires Internationales / International Business Law Journal*, 2006, n.º 2, Sweet & Maxwell, Londres, 2006, pp. 197 a 215

CARAMELO, ANTÓNIO SAMPAIO

- “Arbitragem de litígios societários”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 4 (2011), Almedina, Coimbra, 2011, pp. 7 a 64
- “A competência da competência e a autonomia do tribunal arbitral”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 73, vol. I, Lisboa, 2013, pp. 291 a 325
- “A reforma da lei da arbitragem voluntária”, in *Temas de Direito da Arbitragem*, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 201 a 253
- “Da condução do processo arbitral. Comentário aos arts. 30.º a 38.º da Lei da Arbitragem Voluntária”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 73, vols. II e III, Lisboa, 2013, pp. 669 a 742
- “Jurisprudência comentada: questões de arbitragem comercial (Tribunal da Relação de Lisboa, Acórdão de 18 de Maio de 2004)”, in *Temas de Direito da Arbitragem*, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 9 a 48

- “O estatuto dos árbitros e a constituição do tribunal na LAV”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 6 (2013), Almedina, Coimbra, 2013, pp. 25 a 77
- *A impugnação da sentença arbitral*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014

CARDOSO, ANTÓNIO DE MAGALHÃES / NAZARÉ, SARA

- “A escolha dos árbitros pelas partes”, in *VIII Congresso do Centro de Arbitragem Comercial - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2015, pp. 11 a 28

CARDOSO, MIGUEL PINTO / BORGES, CARLA GONÇALVES

- “Constituição do Tribunal Arbitral em Arbitragens Multipartes”, in *III Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa – Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 139 a 149

CARLOS, ADELINO DA PALMA

- *Ensaio sobre o litisconsórcio*, Centro Tip. Colonial, Lisboa, 1956
- *Direito Processual Civil*, vol. I, AADFL, Lisboa, 1964
- *Direito Processual Civil*, vol. II, AADFL, Lisboa, 1964
- “La procédure arbitrale en droit comparé”, in *Revue de droit international et de droit comparé*, n.ºs 3 e 4 (1965) - separata, Bruylant, Bruxelas, 1965, pp. 5 a 60

CARMONA, CARLOS ALBERTO

- “O processo arbitral”, in ARNOLDO WALD (organizador), *Arbitragem e Mediação*, vol. III (Processo Arbitral), Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pp. 133 a 144

CARON, DAVID D. / CAPLAN, LEE M.

- *The UNCITRAL Arbitration Rules - A Commentary*, 2.ª edição, Oxford University Press, Oxford, 2013

CARPI, F. / TARUFFO, M.

- *Commentario breve al Codice di Procedura Civile*, 8.ª edição, Cedam, Pádua, 2015

CARRATTA, ANTONIO

- ver MANDRIOLI, CRISANTO

CARTER, JAMES H.

- “The selection of arbitrators”, in *Worldwide Forum on the Arbitration of Intellectual Property Disputes*, World Intellectual Property Organization, Genebra, 1994, pp. 147 a 165

CARVALHO, ANA CELESTE

- “Regime processual aplicável no âmbito do artigo 8.º, n.º 4, da lei de responsabilidade civil do Estado e demais entidades públicas”, in *Julgar*, n.º 15 (2011), Coimbra Editora, Coimbra, 2011, pp. 253 a 267
- “O Tribunal Arbitral do Desporto, os tribunais administrativos e os poderes do juiz”, in ANA CELESTE CARVALHO, (coordenação), *O Direito do Desporto em perspetiva*, Almedina, Coimbra, 2015, pp. 21 a 52

CARVALHO, FILIPA CANSADO

- “A organização do processo arbitral”, in *VI Congresso do Centro de Arbitragem Comercial - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 33 a 39

CARVALHO, JORGE MORAIS

- “O processo deliberativo e a fundamentação da sentença arbitral”, in *O Direito*, ano 143.º, IV, Almedina, Coimbra, 2011, pp. 751 a 791
- ver GOUVEIA, MARIANA FRANÇA
- ver ALMEIDA, CARLOS FERREIRA DE

CARVALHO, JORGE MORAIS / GOUVEIA, MARIANA FRANÇA

- “Arbitragens Complexas: questões materiais e processuais”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 4 (2011), Almedina, Coimbra, 2011, pp. 111 a 161

CASANOVA, NUNO SALAZAR

- ver FONTES, TITO ARANTES

CASTANHEIRA, SÉRGIO

- ver CORREIA, JOÃO

CASTRO, ARTUR ANSELMO DE

- *Lições de Processo Civil*, coligidas e publicadas por ABÍLIO NETO, Almedina, Coimbra, 1964

CASTRO, GONÇALO ANDRADE E

- ver XAVIER, RITA LOBO

CATE, IRENE M. TEN

- “Multi-Party and Multi-Contract Arbitrations: Procedural Mechanisms and Interpretation of Arbitration Agreements under U.S. Law”, in *The American Review of International Arbitration*, vol. 15 (2004), Juris, Nova Iorque, pp. 133 a 159

CAUPERS, JOÃO

- *Os direitos fundamentais dos trabalhadores e a Constituição*, Almedina, Coimbra, 1985
- “Arbitragem administrativa nos conflitos desportivos?”, in ISABEL CELESTE M. FONSECA (coordenação), *A Arbitragem Administrativa e Tributária*, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 193 a 201

CHERNICK, RICHARD

- ver KOLKEY, DANIEL M.

CHINA, SERGIO LA

- *L'arbitrato: il sistema e l'esperienza*, 4.^a edição, Giuffrè Editore, Milão, 2011

CHIOVENDA, GIUSEPPE

- *Istituzioni di Diritto Processuale Civile*, vol. I, 2.^a edição (6.^a reimpressão), Casa Editrice Dott. Eugenio Jovene, Nápoles, 1957

CINTRA, ANTONIO CARLOS DE ARAÚJO / GRINOVER, ADA PELLEGRINI / DINAMARCO, CÂNDIDO RANGEL

- *Teoria Geral do Processo*, 25.^a edição, Malheiros Editores, São Paulo, 2009

CLARO, JOÃO MARTINS

- “O princípio da igualdade”, in *Nos dez anos da Constituição*, organização de JORGE MIRANDA, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1987, pp. 31 a 38

COELHO, CARLA GÓIS

- *O caso julgado arbitral: eficácia e especificidades - em especial, o efeito preclusivo stricto sensu*, FDUL, versão académica, Lisboa, 2013

- “Brief analysis of the res judicata effects of arbitral awards with emphasis on its particularities vis-à-vis the traditional res judicata effects of a court decision”, in *YAR - Young Arbitration Review*, n.º 13 (Abril de 2014), Lisboa, 2014, pp. 43 a 48
- ver NÁPOLES, PEDRO METELLO DE

COLLAÇO, ISABEL DE MAGALHÃES

- “L’arbitrage international dans la récente loi portugaise sur l’arbitrage volontaire (Loi n.º 31/86, du 20 août 1986). Quelques réflexions”, in *Droit international et droit communautaire*, Actes du colloque - Paris, 5 et 6 Avril 1990, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1991, pp. 55 a 66

CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES

- *Da boa fé no Direito Civil*, Almedina, Coimbra, 1983
- “Tribunal arbitral - falta de advogado - princípio do contraditório”, anotação ao acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 16/09/2008, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 69, vols. I e II, Lisboa, 2009, pp. 367 a 375
- *Direito das Sociedades*, vol. I, *Parte Geral*, 3.ª edição, Almedina, Coimbra, 2011
- *Tratado de Direito Civil*, vol. II, *Parte Geral - Negócio Jurídico*, 4.ª edição, Almedina, Coimbra, 2014
- *Tratado da Arbitragem. Comentário à Lei 63/2011, de 14 de dezembro*, Almedina, Coimbra, 2015

CORRADO, CAROLA

- “L’arbitrato commerciale”, in CARMINE PUNZI, *Disegno Sistemático dell’ Arbitrato*, vol. III, 2.ª edição, Cedam, Pádua, 2012, pp. 153 a 175

CORREIA, A. FERRER

- “Da arbitragem comercial internacional”, in *Temas de Direito Comercial e Direito Internacional Privado*, Almedina, Coimbra, 1989, pp. 173 a 229
- “O Direito Internacional Privado Português e o princípio da igualdade”, in *Temas de Direito Comercial e Direito Internacional Privado*, Almedina, Coimbra, 1989, pp. 413 a 450
- “O problema da lei aplicável ao fundo ou mérito da causa na arbitragem comercial internacional”, in *Temas de Direito Comercial e Direito Internacional Privado*, Almedina, Coimbra, 1989, pp. 231 a 252

CORREIA, FERNANDO ALVES

- *O plano urbanístico e o princípio da igualdade*, Almedina, Coimbra, 1989
- *Manual de Direito do Urbanismo*, 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2008

CORREIA, JOÃO / PIMENTA, PAULO / CASTANHEIRA, SÉRGIO

- *Introdução ao Estudo e à Aplicação do Código de Processo Civil de 2013*, Almedina, Coimbra, 2013

CORREIA, JOSÉ MANUEL SÉRVULO

- “A arbitragem voluntária no domínio dos contratos administrativos”, in *Estudos em memória do Professor Doutor João de Castro Mendes*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lex, Lisboa, 1995, pp. 229 a 263
- “A resolução dos litígios sobre investimento estrangeiro em direito arbitral comparado”, in *I Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2008, pp. 199 a 222

CORSINI, FILIPPO

- “L’intervento del litisconsorte necessario nel procedimento arbitrale”, in *Rivista di Diritto Processuale*, ano LXVIII, segunda série, n.º 3 (Maio-Junho 2013), Cedam, Milão, 2013, pp. 589 a 607

CORTEZ, FRANCISCO

- “A arbitragem voluntária em Portugal: dos ‘ricos homens’ aos tribunais privados (conclusão)”, in *O Direito*, ano 124.º, IV, Almedina, Coimbra, 1992, pp. 541 a 587

COSTA, JOSÉ DE FARIA

- “O princípio da igualdade, o direito penal e a constituição”, in *Revista de Legislação e Jurisprudência*, ano 141.º, n.º 3974, Coimbra Editora, Coimbra, Maio-Junho de 2012, pp. 282 a 296

COSTA, JOSÉ MANUEL CARDOSO DA

- *A Jurisdição Constitucional em Portugal*, 3.^a edição, Almedina, Coimbra, 2007

COSTA, MÁRIO JÚLIO DE ALMEIDA

- *Direito das Obrigações*, 12.^a edição, Almedina, Coimbra, 2014

COSTA, SALVADOR DA

- *Os Incidentes da Instância*, 7.^a edição, Almedina, Coimbra, 2014

COSTA, TIAGO FÉLIX DA

- *A (Des)Igualdade de Armas nas Providências Cautelares sem Audiência do Requerido*, Almedina, Coimbra, 2012

COX, KRISTOF

- “Zen and the art of determining the effects of an arbitration award vis-à-vis third parties”, in *L’arbitrage et les tiers - Arbitrage en derden*, Actes du colloque du CEPANI 40 du 28 novembre 2008, n.º 10, Bruylant, Bruxelas, 2008, pp. 175 a 213

CRAIG, W. LAURENCE

- “Introduction”, in *Multiple Party Actions in International Arbitration*, Permanent Court of Arbitration, Oxford University Press, Oxford, 2009, pp. lvii a lxxiv

CRAIG, W. LAURENCE / PARK, WILLIAM W. / PAULSSON, JAN

- *International Chamber of Commerce Arbitration*, 3.^a edição, Oceana Publications Inc., Nova Iorque, 2000

CRISTAS, ASSUNÇÃO

- “Direito dos Contratos. Relatório da Disciplina”, in *Themis - Revista da Faculdade de Direito da UNL*, ano X, n.º 18 (2010), Almedina, Coimbra, 2011, pp. 227 a 320
- “Incumprimento contratual - O Código Civil Português e o DCFR - Notas comparadas”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2011, pp. 239 a 266

CRISTAS, ASSUNÇÃO / GOUVEIA, MARIANA FRANÇA

- “A violação de ordem pública como fundamento de anulação de sentenças arbitrais - Ac. do STJ de 10/7/2008, Proc. 1698/08”, in *Cadernos de Direito Privado*, Centro de Estudos Jurídicos do Minho, n.º 29, Braga, 2010, pp. 41 a 56

CRORIE, BENEDITA FERREIRA DA SILVA MAC

- *A Vinculação dos Particulares aos Direitos Fundamentais*, Almedina, Coimbra, 2005

CUNHA, ANTÓNIO JÚLIO

- *Limites Subjectivos do Caso Julgado e a Intervenção de Terceiros*, Quid Juris, Lisboa, 2010
- *Direito Processual Civil Declarativo à luz do Novo Código de Processo Civil*, 2.^a edição, Quid Juris, Lisboa, 2015

CUNHA, PAULO OLAVO

- *Direito das Sociedades Comerciais*, 5.^a edição, Almedina, Coimbra, 2012

D

DAL, GEORGES-ALBERT

- “Le point de vue Belge”, in *L’arbitrage et la Convention européenne des droits de l’homme*, Droit et Justice, n.º 31, Nemesis / Bruylant, Bruxelas, 2001, pp. 57 a 68

DAL, MARC

- “L’instruction de la cause et les tiers”, in *L’arbitrage et les tiers - Arbitrage en derden*, Actes du colloque du CEPANI 40 du 28 novembre 2008, n.º 10, Bruylant, Bruxelas, 2008, pp. 79 a 104

DARWAZEH, NADIA / ZEMAN, KRISTA

- “Joint Nominations in Multiparty Arbitration: The Exercise of the ICC Court’s Discretionary Power to Appoint the Entire Arbitral Tribunal Post-Dutco”, in *ICC International Court of Arbitration Bulletin*, vol. 23, n.º 1, Paris, 2012, pp. 29 a 35

DASSER, FELIX

- “International Arbitration and setting aside proceedings in Switzerland: A statistical analysis”, in *ASA Bulletin*, Association Suisse de l’Arbitrage, vol. 25, n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2007, pp. 444 a 472

DELVOLVÉ, JEAN-LOUIS

- “L’arbitrage multipartite en 1992”, in *ASA Bulletin*, Association Suisse de l’Arbitrage, vol. 10, n.º 2, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1992, pp. 154 a 197
- “Multipartism: The Dutco Decision of the French Cour de cassation”, in *Arbitration International*, The Journal of the London

Court of International Arbitration, vol. 9, n.º 2, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1993, pp. 197 a 202

- “Final Report on Multi-Party Arbitrations”, in *ICC International Court of Arbitration Bulletin*, vol. 6, n.º 1, Paris, 1995, pp. 26 a 50

DERAINS, YVES

- “The Limits of the Arbitration Agreement in Contracts Involving More Than Two Parties”, in *Complex Arbitrations. Perspectives on their Procedural Implications*, ICC International Court of Arbitration Bulletin - Special Supplement, Paris, 2003, pp. 25 a 34
- “Is there a group of companies doctrine?”, in *Multiparty Arbitration*, Dossier VII, Câmara de Comércio Internacional, Paris, 2010, pp. 131 a 145

DERAINS, YVES / LÉVY, LAURENT

- “Introduction”, in *Is Arbitration Only As Good as the Arbitrator? Status, Powers and Role of the Arbitrator*, Dossier VIII, Câmara de Comércio Internacional, Paris, 2011, pp. 7 a 12

DERAINS, YVES / SCHWARTZ, ERIC A.

- *A Guide to the ICC Rules of Arbitration*, 2.ª edição, Kluwer Law International, Haia, 2005

DEWALL, SOPHIA VON

- ver LEEUWEN, MELANIE VAN

DIALLO, OUSMANE

- *Le consentement des parties à l'arbitrage international*, Presses Universitaires de France, Paris, 2010

DIAMVUTU, LINO

- “A constituição do tribunal arbitral e o papel dos árbitros”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 6 (2013), Almedina, Coimbra, 2013, pp. 167 a 190
- ver GONÇALVES, MANUEL

DIAS, JORGE DE FIGUEIREDO

- “Sobre o sentido do princípio jurídico-constitucional do ‘juiz natural’ ”, in *Revista de Legislação e Jurisprudência*, ano 111, n.º 3615, Coimbra Editora, Coimbra, 1978, pp. 82 a 88

DIAS, JOSÉ EDUARDO FIGUEIREDO / OLIVEIRA, FERNANDA PAULA

- *Noções Fundamentais de Direito Administrativo*, 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2015

DIAS, RUI PEREIRA

- “Alguns problemas práticos da arbitragem de litígios societários (e uma proposta legislativa)”, in *II Congresso - Direito das Sociedades em Revista*, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 291 a 304

DIMUNDO, ANTONINO

- “Il mandato ad arbitrare”, in GUIDO ALPA / VINCENZO VIGORITI (coordenadores), *Arbitrato. Profili di diritto sostanziale e di diritto processuale*, UTET Giuridica, Milão, 2013, pp. 457 a 556

DINAMARCO, CÂNDIDO RANGEL

- ver CINTRA, ANTONIO CARLOS DE ARAÚJO

DOMINGOS, INÊS

- ver FONSECA, GUILHERME DA

DRAY, GUILHERME

- *O Princípio da Igualdade no Direito do Trabalho. Sua aplicabilidade no domínio específico da formação de contratos individuais de trabalho*, Almedina, Coimbra, 1999
- *O Princípio da Proteção do Trabalhador*, Almedina, Coimbra, 2015

DUARTE, PAULO

- “Intervenção do tribunal judicial no processo de constituição do tribunal arbitral e o princípio do contraditório”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Lusófona do Porto*, vol. 1, n.º 1, Porto, 2012, pp. 1 a 44

DUARTE, RUI PINTO

- “Pluralismo Jurídico e Democracia”, in *Escritos Jurídicos Vários 2000-2015*, Almedina, Coimbra, 2015, pp. 619 a 628

DUARTE, TIAGO

- “As fronteiras do Direito Público e a arbitragem internacional de protecção de investimentos”, in *Scientia Iuridica*, tomo LX, n.º 326, Braga, 2011, pp. 292 a 301

- “Arbitragem ICSID e desenvolvimento económico dos Estados”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho*, vol. I, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, *Stvdia Ivridica*, n.º 102, Coimbra Editora, Coimbra, 2012, pp. 269 a 295

DUCRET, PIERRE

- ver GEISINGER, ELLIOTT

DWORKIN, RONALD

- *Taking Rights Seriously*, Harvard University Press, Cambridge (Massachusetts), 1977
- *Sovereign Virtue. The Theory and Practice of Equality*, Harvard University Press, Cambridge (Massachusetts), 2000
- *Justiça para Ouriços*, tradução de PEDRO ELÓI DUARTE, Almedina, Coimbra, 2012

E

EMBERLAND, MARIUS

- “The Usefulness of Applying Human Rights Arguments in International Commercial Arbitration”, in *Journal of International Arbitration*, vol. 20, n.º 4, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2003, pp. 355 a 363

EPSTEIN, JUDD

- ver GARNETT, RICHARD

ESQUÍVEL, JOSÉ LUÍS

- *Os Contratos Administrativos e a Arbitragem*, Almedina, Coimbra, 2004

ESTREICHER, SAMUEL / BENNETT, STEVEN C.

- “The Confidentiality of Arbitration Proceedings”, in *New York Law Journal*, vol. 240, n.º 31 (13/08/2008)

F

FARIA, PAULO RAMOS DE / LOUREIRO, ANA LUÍSA

- *Primeiras Notas ao Novo Código de Processo Civil*, vol. I, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2014

FAVRE-BULLE, ALESSANDRA CAMBI

- “L’état de la jurisprudence en suisse”, in *L’arbitrage et la Convention européenne des droits de l’homme*, Droit et Justice, n.º 31, Nemesis / Bruylant, Bruxelas, 2001, pp. 69 a 76

FAWCETT, J.J.

- “The impact of article 6(1) of the ECHR on Private International Law”, in *The International and Comparative Law Quarterly*, vol. 56, n.º 1, Cambridge University Press, Cambridge, 2007, pp. 1 a 47

FERNANDEZ, ELIZABETH

- *Um Novo Código de Processo Civil? Em busca das diferenças*, Vida Económica, Porto, 2014

FERNANDEZ, ELIZABETH / GONÇALVES, MARCO CARVALHO

- *Direito Processual Civil Declarativo. A prática da teoria*, Almedina, Coimbra, 2008

FERREIRA, J. O. CARDONA

- “Arbitragem: Caminho da Justiça? Perspectiva de um magistrado judicial. Breves referências ao recurso à anulação e execução da sentença arbitral”, in *O Direito*, ano 141.º, II, Almedina, Coimbra, 2009, pp. 271 a 287

FERREIRA, ROGÉRIO M. FERNANDES

- ver JÚDICE, JOSÉ MIGUEL

FIGUEIREDO, ANDRÉ

- “O princípio da proporcionalidade e a sua expansão para o Direito Privado”, in *Estudos Comemorativos dos 10 anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2008, pp. 23 a 51

FOLHADELA, INÊS

- ver XAVIER, RITA LOBO

FONSECA, GUILHERME DA / DOMINGOS, INÊS

- *Breviário de Direito Processual Constitucional (recurso de constitucionalidade)*, 2.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2002

FONSECA, ISABEL CELESTE M.

- “A arbitragem administrativa: uma realidade com futuro?”, in ISABEL CELESTE M. FONSECA (coordenação), *A Arbitragem Administrativa e Tributária*, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 159 a 178

FONTES, TITO ARANTES / CASANOVA, NUNO SALAZAR

- “O *Equitable Estoppel* e a arbitragem imposta por terceiros não signatários”, in *Estudos de Direito da Arbitragem em Homenagem a Mário Raposo*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2015, pp. 277 a 300

FORTIER, LOUIS-YVES / BACHAND, STÉPHANIE

- “La nouvelle loi française sur l’arbitrage: vues d’Outre-Atlantique”, in *Les Cahiers de l’Arbitrage*, 2013, n.º 1, LGDJ, Paris, 2013, pp. 9 a 26

FOUCHARD, PHILIPPE / GAILLARD, EMMANUEL / GOLDMAN, BERTHOLD

- *Fouchard Gaillard Goldman On International Commercial Arbitration*, Kluwer Law International, Haia, 1999

FREITAS, JOSÉ LEBRE DE

- “Justiça e Processo Civil”, in *Boletim do Ministério da Justiça (BMJ)*, n.º 350, 1985, pp. 13 a 28
- “Inconstitucionalidades do Código de Processo Civil”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 52, vol. I, Lisboa, 1992, pp. 29 a 43
- “A citação dos interessados como garantia da defesa no processo de expropriação”, in *Estudos sobre Direito Civil e Processo Civil*, vol. I, 2.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pp. 67 a 93
- “A igualdade de armas no Direito Processual Civil Português”, in *Estudos sobre Direito Civil e Processo Civil*, vol. I, 2.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pp. 31 a 41
- “Alcance da determinação pelo tribunal judicial do objecto do litígio a submeter a arbitragem”, in *Estudos sobre Direito Civil e Processo Civil*, vol. II, 2.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pp. 567 a 587

- “Algumas implicações da natureza da convenção de arbitragem”, in *Estudos sobre Direito Civil e Processo Civil*, vol. II, 2.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pp. 549 a 566
- “Anulação de sentença arbitral. Legitimidade derivada de contrato com prestação a terceiro. Condenação genérica”, in *Estudos sobre Direito Civil e Processo Civil*, vol. II, 2.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pp. 611 a 633
- “O caso julgado na arbitragem internacional que tem lugar em território português”, in *Estudos sobre Direito Civil e Processo Civil*, vol. II, 2.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pp. 647 a 664
- “Os princípios gerais nas linhas orientadoras da nova legislação processual civil”, in *Estudos sobre Direito Civil e Processo Civil*, vol. I, 2.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pp. 17 a 29
- “Intervenção de terceiros em processo arbitral”, in *III Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 183 a 198
- “O Princípio do Contraditório na Nomeação de Árbitro pelo Presidente do Tribunal da Relação”, in *Themis - Revista da Faculdade de Direito da UNL*, ano X, n.º 18 (2010), Almedina, Coimbra, 2011, pp. 33 a 45
- “O princípio do contraditório na nomeação de árbitro pelo presidente do tribunal da relação”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 4 (2011), Almedina, Coimbra, 2011, pp. 163 a 177
- *A Ação Declarativa Comum à luz do Código de Processo Civil de 2013*, 3.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2013
- *Introdução ao Processo Civil: conceito e princípios gerais à luz do novo código*, 3.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2013
- *A Ação Executiva à luz do Código de Processo Civil de 2013*, 6.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2014

FREITAS, JOSÉ LEBRE DE / SANTOS, CRISTINA MÁXIMO DOS

- *O Processo Civil na Constituição*, Coimbra Editora, Coimbra, 2008

FREITAS, JOSÉ LEBRE DE / REDINHA, JOÃO / PINTO, RUI

- *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, 2.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2008

FREITAS, JOSÉ LEBRE DE / ALEXANDRE, ISABEL

- *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, 3.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2014

FRY, JASON / GREENBERG, SIMON / MAZZA, FRANCESCA

- *The Secretariat's Guide to ICC Arbitration*, Câmara de Comércio Internacional, Paris, 2012

G

GABRIEL, HENRY

- ver GARNETT, RICHARD

GAILLARD, EMMANUEL

- “Aspects philosophiques du droit de l'arbitrage international”, in *Recueil des cours de l'Académie de droit international de la Haye - Collected courses of the Hague Academy of International Law*, vol. 329, BrillOnline, Leiden, 2008, pp. 49 a 216
- ver FOUCHARD, PHILIPPE

GALVÃO, RICARDO NETO

- ver BORGES, CARLA GONÇALVES

GARCÍA, ANA MONTESINOS

- “Los árbitros en el sistema español”, in *Lima Arbitration - Revista del Círculo Peruano de Arbitraje*, Círculo Peruano de Arbitraje, n.º 2, Lima, 2007, pp. 215 a 239
- “Últimas tendencias en la Unión Europea sobre las acciones colectivas de consumo. La posible introducción de fórmulas de ADR”, in *REDUR - Revista electrónica del Departamento de Derecho de la Universidad de La Rioja*, n.º 12, Logroño, 2014, pp. 87 a 112

GARCIA, MARIA DA GLÓRIA

- “Princípio da igualdade: da uniformidade à diferenciação ou a interminável história de Caim e Abel, dois irmãos marcados pela diferença”, in *Estudos sobre o Princípio da Igualdade*, Almedina, Coimbra, 2005, pp. 7 a 28
- “Princípio da igualdade: fórmula vazia ou fórmula ‘carregada’ de sentido?”, in *Estudos sobre o Princípio da Igualdade*, Almedina, Coimbra, 2005, pp. 29 a 73

- “Poder e direito no feminino ou simplesmente poder e direito?”, ambos os artigos publicados in *Estudos sobre o Princípio da Igualdade*, Almedina, Coimbra, 2005, pp. 75 a 102

GARNETT, RICHARD / GABRIEL, HENRY / WAINCYMER, JEFF / EPSTEIN, JUDD

- *A Practical Guide to International Commercial Arbitration*, Oceana Publications Inc., Nova Iorque, 2000

GEISINGER, ELLIOTT / DUCRET, PIERRE

- “The Arbitral Procedure”, in ELLIOTT GEISINGER / NATHALIE VOSER / ANGELINA M. PETTI (coordenadoras), *International Arbitration in Switzerland: A Handbook for Practitioners*, 2.^a edição, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2013, pp. 73 a 106

GERALDES, ANTÓNIO SANTOS ABRANTES

- *Temas da Reforma do Processo Civil*, vol. I, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2010

GILMORE, GRANT

- *The Death of Contract*, 2.^a edição, Ohio State University Press, Columbus, 1995

GOLDMAN, BERTHOLD

- ver FOUCHARD, PHILIPPE

GOMES, CARLA DE MARCELINO

- ver MOREIRA, VITAL

GOMES, JÚLIO MANUEL VIEIRA

- *Direito do Trabalho*, vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, 2007

GONÇALVES, MANUEL / VALE, SOFIA / DIAMVUTU, LINO

- *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, Almedina, Coimbra, 2013

GONÇALVES, MARCO CARVALHO

- ver FERNANDEZ, ELIZABETH

GONÇALVES, PEDRO COSTA

- *Entidades privadas com poderes públicos*, Almedina, Coimbra, 2005

GOTTWALD, PETER

- ver ROSENBERG, LEO

GOUVEIA, JORGE BACELAR

- *Manual de Direito Constitucional*, vol. II, 5.^a edição, Almedina, Coimbra, 2013
- “A abolição da enfiteuse de prédios rústicos à luz da Constituição Portuguesa de 1976”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. I, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, p. 327 a 376
- *Direito Internacional Penal. Uma Perspectiva Dogmático-Crítica*, Almedina, Coimbra, 2015 (reimpressão)

GOUVEIA, MARIANA FRANÇA

- *A causa de pedir na acção declarativa*, Almedina, Coimbra, 2004
- “O dever de independência do árbitro de parte”, in *Themis - Revista da Faculdade de Direito da UNL*, ano IX, n.º 16 (2009), Almedina, Coimbra, 2009, pp. 319 a 326
- *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, 3.^a edição, Almedina, Coimbra, 2014
- ver CARVALHO, JORGE MORAIS
- ver CRISTAS, ASSUNÇÃO
- ver TRABUCO, CLÁUDIA

GOUVEIA, MARIANA FRANÇA / CARVALHO, JORGE MORAIS

- “Convenção de arbitragem em contratos múltiplos - Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 10.3.2011, Proc. 5961/09”, in *Cadernos de Direito Privado*, Centro de Estudos Jurídicos do Minho, n.º 36, Braga, 2011, pp. 36 a 49

GRADI, MARCO

- “Art. 816 quater - Pluralità di parti”, in *Commentario del Codice di Procedura Civile*, vol. VII, tomo IV, UTET Giuridica, Milão, 2014, pp. 366 a 402
- “Art. 816 quinquies - Intervento di terzi e successione nel diritto controverso”, in *Commentario del Codice di Procedura Civile*, vol. VII, tomo IV, UTET Giuridica, Milão, 2014, pp. 402 a 451
- ver SILVA, PAULA COSTA E

GREENBERG, SIMON

- ver FRY, JASON

GRIERSON, JACOB / HOOFT, ANNET VAN

- *Arbitrating under the 2012 ICC Rules. An Introductory User's Guide*, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2012

GRINOVER, ADA PELLEGRINI

- ver CINTRA, ANTONIO CARLOS DE ARAÚJO

H

HABEGGER, PHILIPP

- ver ZUBERBÜHLER, TOBIAS

HABERMAS, JÜRGEN

- *Um ensaio sobre a Constituição da Europa*, tradução de MARIAN TOLDY / TERESA TOLDY, Edições 70, Lisboa, 2012

HABSCHEID, WALTHER J.

- “Schiedsgerichtsbarkeit und Europäische Menschenrechtskonvention”, in *Festschrift für Wolfram Henckel zum 70. Geburtstag am 21. April 1995*, Walter de Gruyter, Berlin, 1995, pp. 341 a 352

HANOTIAU, BERNARD

- “Problems Raised by Complex Arbitrations involving Multiple Contracts-Parties-Issues - An Analysis”, in *Journal of International Arbitration*, vol. 18, n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2001, pp. 253 a 360
- “L’arbitrabilité”, in *Recueil des cours de l’Académie de droit international de la Haye - Collected courses of the Hague Academy of International Law*, vol. 296, BrillOnline, Leiden, 2002, pp. 25 a 253
- “The Res Judicata Effect of Arbitral Awards”, in *Complex Arbitrations. Perspectives on their Procedural Implications*, ICC International Court of Arbitration Bulletin - Special Supplement, Paris, 2003, pp. 43 a 51
- *Complex Arbitrations: Multiparty, Multicontract, Multi-issue and Class Actions*, Kluwer Law International, Haia, 2005

- “Les groupes de sociétés dans l’arbitrage commercial international”, in *La convention d’arbitrage. Groupes de sociétés et groupes de contrats - Arbitrageovereenkomst. Vennootschapsgroepen en groepen overeenkomsten*, Actes du colloque du CEPANI du 19 novembre 2007, n.º 9, Bruylant, Bruxelles, 2007, pp. 115 a 139
- “Non-signatories in International Arbitration: Lessons from Thirty Years of Case Law”, in *International Arbitration 2006: Back to Basics?*, ICCA Congress Series, n.º 13, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2008, pp. 341 a 358
- “Multiple parties and multiple contracts in international arbitration”, in *Multiple Party Actions in International Arbitration*, Permanent Court of Arbitration, Oxford University Press, Oxford, 2009, pp. 35 a 68
- “Introduction”, in *Multiparty Arbitration*, Dossier VII, Câmara de Comércio Internacional, Paris, 2010, pp. 7 a 10

HARTMANN, PETER

- ver BAUMBACH, ADOLF

HASCHER, DOMINIQUE

- “Principes et pratique de procédure dans l’arbitrage commercial international”, in *Recueil des cours de l’Académie de droit international de la Haye - Collected courses of the Hague Academy of International Law*, vol. 279, BrillOnline, Leiden, 1999, pp. 51 a 193
- “Complex arbitration: issues in enforcement and annulment actions of arbitral awards under French law”, in *Multiple Party Actions in International Arbitration*, Permanent Court of Arbitration, Oxford University Press, Oxford, 2009, pp. 375 a 391

HESPANHA, ANTÓNIO MANUEL

- “A revolução neoliberal e a subversão do ‘modelo jurídico’: crise, direito e argumentação jurídica”, in JORGE BACELAR GOUVEIA / NUNO PIÇARRA (coordenadores), *A crise e o Direito*, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Coleção SPEED, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 21 a 120
- *Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milénio*, Almedina, Coimbra, 2015 (reimpressão)

HESS, BURKHARD

- ver JAUERNIG, OTHMAR

HESSE, KONRAD

- *Grundzüge des Verfassungsrechts der Bundesrepublik Deutschland*, 20.^a edição, C.F. Müller, Heidelberg, 1995

HOBÉR, KAJ

- “Sweden”, in DANIEL M. KOLKEY / RICHARD CHERNICK / BARBARA REEVES NEAL (coordenadores), *Practitioner’s Handbook on International Arbitration and Mediation*, 3.^a edição, Juris, Nova Iorque, 2012, pp. 897 a 950
- “Res judicata and lis pendens in international arbitration”, in *Recueil des cours de l’Académie de droit international de la Haye - Collected courses of the Hague Academy of International Law*, vol. 366, BrillOnline, Leiden, 2014, pp. 99 a 405

HOBÉR, KAJ / MCKECHNIE, WILLIAM

- “New Rules of the Arbitration Institute of the Stockholm Chamber of Commerce”, in *Arbitration International*, The Journal of the London Court of International Arbitration, vol. 23, n.º 2, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2007, pp. 261 a 291

HOF, JACOMIJN VAN HAERSOLTE-VAN

- “Revision of the Dutch Arbitration Act: Making the Netherlands an Even Better Place for Arbitration”, in *Journal of International Arbitration*, vol. 31, n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2014, pp. 425 a 437

HOMEM, ANTÓNIO PEDRO BARBAS

- *O que é o Direito?*, Principia, Cascais, 2001

HOOFT, ANNET VAN

- ver GRIERSON, JACOB

HOUT, TJACO T. VAN DEN

- “Preface”, in *Multiple Party Actions in International Arbitration*, Permanent Court of Arbitration, Oxford University Press, Oxford, 2009, pp. v a vii

HUNTER, MARTIN

- ver BLACKABY, NIGEL

I

INTERNATIONAL LAW ASSOCIATION, “International Commercial Arbitration Committee Reports on Lis Pendens and Res Judicata”, in *Arbitration International*, The Journal of the London Court of International Arbitration, vol. 25, n.º 1, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2009, pp. 1 a 85

J

JAKSIC, ALEKSANDAR

- *Arbitration and Human Rights*, Studien zum vergleichenden und internationalen Recht - Comparative and International Law Studies, vol. 59, Peter Lang, Frankfurt, 2002
- “Procedural Guarantees of Human Rights in Arbitration Proceedings - A still Unsettled Problem?”, in *Journal of International Arbitration*, vol. 24, n.º 2, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2007, pp. 159 a 171

JAPARIDZE, NANA

- “Fair Enough? Reconciling the Pursuit of Fairness and Justice with Preserving the Nature of International Commercial Arbitration”, in *Hofstra Law Review*, vol. 36, n.º 4, Hofstra University, Nova Iorque, 2008, pp. 1415 a 1446

JARROSSON, CHARLES

- “L’arbitrage et la Convention européenne des droits de l’Homme”, in *Revue de l'Arbitrage*, Comité Français de l'Arbitrage, vol. 1989, n.º 4, Paris, 1989, pp. 573 a 607

JARROSSON, CHARLES / PELLERIN, JACQUES

- “Le droit français de l'arbitrage après le décret du 13 janvier 2011”, in *Revue de l'Arbitrage*, Comité Français de l'Arbitrage, vol. 2011, n.º 1, Paris, 2011, pp. 5 a 86

JARVIN, SIGVARD

- “Multi-party arbitration: identifying the issues”, in *N.Y. L. Sch. J. Int'l & Comp. L.*, vol. 8, Nova Iorque, 1987, pp. 317 a 325

JAUERNIG, OTHMAR

- *Zivilprozeßrecht: ein Studienbuch*, Juristische Kurz-Lehrbücher, 25.^a edição, Verlag C. H. Beck, Munique, 1998

JAUERNIG, OTHMAR / HESS, BURKHARD

- *Zivilprozessrecht: ein Studienbuch*, Juristische Kurz-Lehrbücher, 30.^a edição, Verlag C. H. Beck, Munique, 2011

JENNY, RETO M.

- ver KRAMER, MICHAEL

JERMINI, CESARE / BERNARDONI, NICOLA

- “Part II: Domestic Arbitration under the New Swiss Code of Civil Procedure”, in MANUEL ARROYO (coordenador), *Arbitration in Switzerland: The Practitioner's Guide*, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2013, pp. 17 a 23

JÚDICE, JOSÉ MIGUEL

- “A constituição do tribunal arbitral: características, perfis e poderes dos árbitros”, in *II Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2009, pp. 103 a 130
- “Reflexão sobre a construção de um bom laudo arbitral”, in *Revista de Arbitragem e Mediação*, ano 8, vol. 31, coordenação Arnaldo Wald, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2011, pp. 233 a 245
- “The New Portuguese Arbitration is on the Right Track”, in *Spain Arbitration Review / Revista del Club Español del Arbitraje*, n.º 15, Wolters Kluwer España, Madrid, 2012, pp. 5 a 14
- “The New Portuguese Arbitration Law”, in *ASA Bulletin*, Association Suisse de l'Arbitrage, vol. 30, n.º 1, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2012, pp. 7 a 12
- “Fixação dos honorários dos árbitros”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 6 (2013), Almedina, Coimbra, 2013, pp. 139 a 166
- “Reflexiones sobre la construcción de una buena sentencia arbitral”, in *Arbitraje Internacional: pasado, presente y futuro*, Libro Homenaje a Bernardo Cremades e Yves Derains, tomo II, Instituto Peruano de Arbitraje, Lima, 2013, pp. 1397 a 1409
- ver MONTEIRO, ANTÓNIO PEDRO PINTO
- ver VICENTE, DÁRIO MOURA (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*

JÚDICE, JOSÉ MIGUEL / FERREIRA, ROGÉRIO M. FERNANDES

- “A Arbitragem Fiscal: Defeitos e Virtudes - Liber Amicorum Alberto Xavier”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Alberto Xavier*, vol. I, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 811 a 841

JÚDICE, JOSÉ MIGUEL / MONTEIRO, ANTÓNIO PEDRO PINTO

- “Class Actions and Arbitration Procedures - Portugal”, in *Class Arbitration in the European Union*, Maklu, Antuérpia, 2013, pp. 137 a 152

JÚNIOR, HUMBERTO THEODORO

- “Arbitragem e terceiros”, in ARNOLDO WALD (organizador), *Arbitragem e Mediação*, vol. II (Elementos da Arbitragem e Medidas de Urgência), Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pp. 509 a 543

JUSTO, A. SANTOS

- *Direito Privado Romano*, vol. I, *Parte Geral (Introdução. Relação jurídica. Defesa dos direitos)*, 5.^a edição, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, *Stvdia Ivridica*, n.º 50, Coimbra Editora, Coimbra, 2011
- “A Arbitragem no Direito Romano - Breve referência ao Direito Português”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 675 a 701

K

KASTER, LAURA A.

- “Confidentiality in U.S. Arbitration”, in *NYSBA - New York Dispute Resolution Lawyer*, vol. 5, n.º 1, 2012, pp. 23 a 27

KELSEN, HANS

- *Teoria Pura do Direito*, 2.^a edição (1960), tradução de JOÃO BAPTISTA MACHADO, 7.^a edição da tradução portuguesa, Almedina, Coimbra, 2008
- *A Justiça e o Direito Natural*, tradução de JOÃO BAPTISTA MACHADO, Almedina, Coimbra, 2009

KOLKEY, DANIEL M. / CHERNICK, RICHARD

- “Drafting an Enforceable Arbitration Clause”, in DANIEL M. KOLKEY / RICHARD CHERNICK / BARBARA REEVES NEAL

(coordenadores), *Practitioner's Handbook on International Arbitration and Mediation*, 3.^a edição, Juris, Nova Iorque, 2012, pp. 13 a 55

KONRAD, CHRISTIAN W.

- ver SCHWARZ, FRANZ T.

KRAMER, MICHAEL / URBACH, GUIDO E. / JENNY, RETO M.

- “Equal Treatment in Multi-Party Arbitration and the Specific Issue of the Appointment of Arbitrators”, in *Austrian Arbitration Yearbook 2009*, Manzsche Verlags, Viena (Áustria), 2009, pp. 149 a 162

KRÖLL, STEFAN MICHAEL

- “National Report for Germany (2007)”, in *International Handbook on Commercial Arbitration*, suplemento n.º 48 (Fevereiro de 2007), Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2007, pp. 1 a 70
- ver LEW, JULIAN D. M.

KURKELA, MATTI S. / TURUNEN, SANTTU

- *Due Process in International Commercial Arbitration*, 2.^a edição, University of Helsinki Conflict Management Institute (COMI), Oxford University Press, Nova Iorque, 2010

L

LACHMANN, JENS-PETER

- *Handbuch für die Schiedsgerichtspraxis*, 3.^a edição, Verlag Dr. Otto Schmidt, Colónia, 2008

LAHNE, SUSAN G.

- ver SCHWEBEL, STEPHEN M.

LALIVE, JEAN-FLAVIEN

- “Contrats entre États ou entreprises étatiques et personnes privées - développements récents”, in *Recueil des cours de l'Académie de droit international de la Haye - Collected courses of the Hague Academy of International Law*, vol. 181, BrillOnline, Leiden, 1983, pp. 9 a 283

LALIVE, PIERRE

- “Le choix de l’Arbitre”, in *Mélanges Jacques Robert, Libertés*, Montchrestien, Paris, 1998, pp. 353 a 363

LAMBERT, PIERRE

- “L’arbitrage et l’article 6, 1º de la Convention européenne des droits de l’homme”, in *L’arbitrage et la Convention européenne des droits de l’homme*, Droit et Justice, n.º 31, Nemesis / Bruylant, Bruxelas, 2001, pp. 9 a 22

LANDROVE, JUAN CARLOS

- “European Convention on Human Rights’ Impact on Consensual Arbitration. An État des Lieux of Strasbourg Case-Law and of a Problematic Swiss Law Feature”, in *Human Rights at the Center - Les droits de l’Homme au Centre*, Schulthess, Zurique, 2006, pp. 73 a 101

LARENZ, KARL

- *Lehrbuch des Schuldrechts*, Band 1, Allgemeiner Teil, 14.^a edição, Verlag C. H. Beck, Munique, 1987

LAUTERBACH, WOLFGANG

- ver BAUMBACH, ADOLF

LAZAREFF, SERGE

- “Confidentiality and Arbitration: Theoretical and Philosophical Reflections”, in *Confidentiality in Arbitration: Commentaries on Rules, Statutes, Case Law and Practice*, ICC International Court of Arbitration Bulletin - Special Supplement, Paris, 2009, pp. 81 a 93

LEÃO, ANABELA

- “Notas sobre o princípio da proporcionalidade ou da proibição do excesso”, in *Estudos em comemoração dos cinco anos (1995-2000) da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, Coimbra Editora, Coimbra, 2001, pp. 999 a 1039

LEEUVEN, MELANIE VAN / DEWALL, SOPHIA VON

- “The 2015 Revision of the Dutch Arbitration Act”, in *Les Cahiers de l’Arbitrage*, 2015, n.º 1, LGDJ, Paris, 2015, pp. 153 a 160

LEITÃO, LUÍS MENEZES

- *Direito do Trabalho*, 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2014

LEITE, ANTÓNIO PINTO

- “A Nova Lei Portuguesa da Arbitragem Voluntária”, in *Revista Brasileira de Arbitragem*, CBAr - Comité Brasileiro de Arbitragem, ano IX, n.º 33, Síntese, Porto Alegre, 2012, pp. 83 a 100

LEMES, SELMA FERREIRA

- “A independência e a imparcialidade do árbitro e o dever de revelação”, in *III Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa – Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 41 a 57
- “Arbitragem. Princípios jurídicos fundamentais. Direito brasileiro e comparado”, in ARNOLDO WALD (organizador), *Arbitragem e Mediação*, vol. I (A Arbitragem. Introdução e Histórico), Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pp. 215 a 245

LÉVY, LAURENT

- ver DERAIS, YVES

LEW, JULIAN D. M.

- “Does National Court Involvement Undermine the International Arbitration Processes?”, in *American University International Law Review*, vol. 24, n.º 3, Washington, 2009, pp. 489 a 537

LEW, JULIAN D. M. / MISTELIS, LOUKAS A. / KRÖLL, STEFAN MICHAEL

- *Comparative International Commercial Arbitration*, Kluwer Law International, Haia, 2003

LIEBMAN, ENRICO TULLIO

- *Manuale di Diritto Processuale Civile. Principi*, 5.^a edição, Giuffrè Editore, Milão, 1992

LOPES, DULCE

- “A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem vista à luz do princípio da não discriminação”, in *Julgar*, n.º 14 (2011), Coimbra Editora, Coimbra, 2011, pp. 47 a 75

LOUREIRO, ANA LUÍSA

- ver FARIA, PAULO RAMOS DE

LOUSA, NUNO FERREIRA

- “A escolha de árbitros: a mais importante decisão das partes numa arbitragem?”, in *V Congresso do Centro de Arbitragem Comercial - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 15 a 35

LOWENFELD, ANDREAS F.

- “Introduction: Why Arbitrate?”, in DANIEL M. KOLKEY / RICHARD CHERNICK / BARBARA REEVES NEAL (coordenadores), *Practitioner’s Handbook on International Arbitration and Mediation*, 3.^a edição, Juris, Nova Iorque, 2012, pp. 3 a 12

M

MACEDO, JOAQUIM SHEARMAN DE

- “Assistência dos tribunais estaduais na obtenção de prova em arbitragem internacional”, in *VIII Congresso do Centro de Arbitragem Comercial - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2015, pp. 63 a 76

MACHADO, ANTÓNIO MONTALVÃO / PIMENTA, PAULO

- “O Novo Processo Civil”, 12.^a edição, Almedina, Coimbra, 2010

MACHADO, JOÃO BAPTISTA

- *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*, Almedina, Coimbra, 1983
- “A Justiça e o Direito Natural”, ambos os artigos publicados em *Obra Dispersa*, vol. II, Scientia Iuridica, Braga, 1993, pp. 157 a 201
- “Iniciação ao mundo do Direito”, in *Obra Dispersa*, vol. II, Scientia Iuridica, Braga, 1993, pp. 475 a 545

MACHADO, JÓNATAS E. M.

- *Direito Internacional. Do paradigma clássico ao pós-11 de Setembro*, 4.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2013
- *Direito da União Europeia*, 2.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2014

MAGALHÃES, JOSÉ CARLOS DE

- “Arbitragem multiparte, constituição do tribunal arbitral, princípio da igualdade e vinculação à cláusula compromissória”, in ARNOLDO WALD (organizador), *Arbitragem e Mediação*, vol. II

(Elementos da Arbitragem e Medidas de Urgência), Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pp. 187 a 207

MAIDMENT, KATERINA

- ver BAMFORTH, RICHARD

MAIR, JULIA

- “Equal Treatment of Parties in the Nomination Process of Arbitrators in Multi-Party Arbitration and Consolidated Proceedings”, in *Austrian Review of International and European Law*, vol. 12, n.º 1, Martinus Nijhoff Publishers, Leiden, 2007, pp. 59 a 82

MALABIA, SERGIO GONZÁLEZ

- “Artículo 15. Nombramiento de los árbitros”, in SILVIA BARONA VILAR (coordenadora), *Comentarios a la Ley de Arbitraje: Ley 60/2003, de 23 de diciembre*, Civitas e Thomson Reuters, Pamplona, 2004, pp. 586 a 625
- “Artículo 15. Nombramiento de los árbitros”, in SILVIA BARONA VILAR (coordenadora), *Comentarios a la Ley de Arbitraje: Ley 60/2003, de 23 de diciembre, tras la reforma de la Ley 11/2011, de 20 de mayo de 2011*, 2.ª edição, Civitas e Thomson Reuters, Pamplona, 2011, pp. 778 a 817

MALHEIRO, GONÇALO / UVA, PEDRO SOUSA

- “Portugal finally approves its new arbitration law - Portugal adopte finalement ses nouvelles lois d’arbitrage”, in *Revue de Droit des Affaires Internationales / International Business Law Journal*, 2012, n.º 3, Sweet & Maxwell, Londres, 2012, pp. 327 a 347

MANDRIOLI, CRISANTO / CARRATTA, ANTONIO

- *Diritto Processuale Civile*, vol. III, 23.ª edição, G. Giappichelli Editore, Turim, 2014

MANTILLA-SERRANO, FERNANDO

- “Multiple parties and multiple contracts: divergent or comparable issues?”, in *Multiparty Arbitration*, Dossier VII, Câmara de Comércio Internacional, Paris, 2010, pp. 11 a 33

MARISI, FLAVIA

- *Il Class Action Arbitration - La sua evoluzione negli Stati Uniti e la sua possibile introduzione nell’Unione Europea*, Grin Verlag, Munique, 2011

MARQUES, J. P. REMÉDIO

- *Acção Declarativa à luz do Código Revisto*, 3.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2011
- “A apreciação da validade de patentes (ou certificados complementares de protecção) por tribunal arbitral necessário - excepção versus reconvenção na Lei n.º 62/2011”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. LXXXVII, Coimbra, 2011, pp. 179 a 212

MARTÍN, AGUSTÍN-JESÚS PÉREZ-CRUZ

- “El arbitraje interno en España conforme a lo previsto en la Ley 60/2003, de 23 de diciembre, de arbitraje”, in *Los nuevos retos del arbitraje en una sociedad globalizada*, Civitas e Thomson Reuters, Pamplona, 2011, pp. 149 a 186

MARTINEZ, PEDRO ROMANO

- “Análise do vínculo jurídico do árbitro em arbitragem voluntária ad hoc”, in *Estudos em Memória do Professor Doutor António Marques dos Santos*, vol. I, Almedina, Coimbra, 2005, pp. 827 a 841
- “Constituição do tribunal arbitral e estatuto do árbitro”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 5 (2012), Almedina, Coimbra, 2012, pp. 221 a 228
- *Direito do Trabalho*, 7.^a edição, Almedina, Coimbra, 2015

MARTÍNEZ, SOARES

- *Filosofia do Direito*, 3.^a edição, Almedina, Coimbra, 2003

MARTINS, ALEXANDRE DE SOVERAL

- “A propósito da suspensão de deliberações sociais e do princípio da igualdade de tratamento - Ac. do TRG de 15.10.2003, Proc. 1552/03”, in *Cadernos de Direito Privado*, Centro de Estudos Jurídicos do Minho, n.º 13, Braga, 2006, pp. 37 a 50

MARTINS, ANA MARIA GUERRA

- *A Igualdade e a Não Discriminação dos Nacionais de Estados Terceiros Legalmente Residentes na União Europeia: da origem na integração económica ao fundamento na dignidade do ser humano*, Almedina, Coimbra, 2010

MARTINS, HEITOR

- “Dos incidentes - Relatório apresentado à Comissão Revisora sobre o Capítulo VII, Secção 1.^a, do L.^o III da Parte I do Projecto - art.^{os} 310.^o a 364.^o”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 6, vol. II, n.^{os} 3 e 4, Lisboa, 1946, pp. 349 a 374

MARTINS, PEDRO A. BATISTA

- “Arbitragem e intervenção voluntária de terceiros: uma proposta”, in ARNOLDO WALD (organizador), *Arbitragem e Mediação*, vol. II (Elementos da Arbitragem e Medidas de Urgência), Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pp. 583 a 607

MASSURAS, KONSTADINOS

- *Dogmatische Strukturen der Mehrparteienschiedsgerichtsbarkeit*, Europäische Hochschulschriften, Peter Lang, Frankfurt, 1998

MATOS, ANDRÉ SALGADO DE

- ver SOUSA, MARCELO REBELO DE

MATRAY, DIDIER / MATRAY, GAUTIER

- “La rédaction de la convention d’arbitrage”, in *La convention d’arbitrage. Groupes de sociétés et groupes de contrats - Arbitrageovereenkomst. Vennootschapsgroepen en groepen overeenkomsten*, Actes du colloque du CEPANI du 19 novembre 2007, n.^o 9, Bruylant, Bruxelles, 2007, pp. 23 a 77

MATRAY, GAUTIER

- ver MATRAY, DIDIER

MAYER, PIERRE

- “L'autonomie de l'arbitre international dans l'appréciation de sa propre compétence”, in *Recueil des cours de l'Académie de droit international de la Haye - Collected courses of the Hague Academy of International Law*, vol. 217, BrillOnline, Leiden, 1989, pp. 319 a 454

MAYER, PIERRE / ROMERO, EDUARDO SILVA

- “Le nouveau règlement d'arbitrage de la Chambre de commerce internationale (CCI)”, in *Revue de l'Arbitrage*, Comité Français de l'Arbitrage, vol. 2011, n.^o 4, Paris, 2011, pp. 897 a 922

MAZZA, FRANCESCA

- ver FRY, JASON

MCKECHNIE, WILLIAM

- ver HOBÉR, KAJ

MEDEIROS, RUI

- “A Jurisprudência Constitucional Portuguesa sobre a Crise: Entre a Ilusão de um Problema Conjuntural e a Tentação de um Novo Dirigismo Constitucional”, in GONÇALO DE ALMEIDA RIBEIRO / LUÍS PEREIRA COUTINHO (organizadores), *O Tribunal Constitucional e a Crise: Ensaios Críticos*, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 263 a 288
- “Arbitragem necessária e Constituição”, in *Estudos em memória do Conselheiro Artur Maurício*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, pp. 1301 a 1330
- *A Constituição portuguesa num contexto global*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2015
- ver MIRANDA, JORGE

MEIER, ANDREA

- *Einbezug Dritter vor internationalen Schiedsgerichten*, Zürcher Studien zum Privatrecht - 201, Schulthess, Zurich, 2007
- ver VOSER, NATHALIE

MEIRIM, JOSÉ MANUEL

- “Ainda há questões estritamente desportivas?”, in ANA CELESTE CARVALHO, (coordenação), *O Direito do Desporto em perspetiva*, Almedina, Coimbra, 2015, pp. 11 a 19

MELO, AFONSO DE

- “O princípio da igualdade no Processo Civil”, in *Tribuna da Justiça*, n.º 23, Novembro de 1986, pp. 10 e 11

MENDES, ARMINDO RIBEIRO

- “Balanço dos Vinte Anos de Vigência da Lei de Arbitragem Voluntária (Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto): sua importância no desenvolvimento da arbitragem e necessidade de alterações”, in *I Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2008, pp. 13 a 70

- “Nota sobre a Revisão do Regulamento de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional em 2010”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 4 (2011), Almedina, Coimbra, 2011, pp. 251 a 256
- “A nova lei de arbitragem voluntária - evolução ou continuidade?”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 5 (2012), Almedina, Coimbra, 2012, pp. 7 a 35
- “A uniformização do direito da arbitragem através da adopção da Lei-Modelo da CNUDCI sobre a arbitragem comercial internacional”, in *V Congresso do Centro de Arbitragem Comercial - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 223 a 257
- “A nova Lei de Arbitragem Voluntária e as formas de impugnação das decisões arbitrais (algumas notas)”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 703 a 757
- “O novo Código de Processo Civil e a Lei de Arbitragem Voluntária”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 6 (2013), Almedina, Coimbra, 2013, pp. 265 a 269
- “A Arbitragem na Jurisprudência do Tribunal Constitucional”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 7 (2014), Almedina, Coimbra, 2014, pp. 123 a 160
- “Os Tribunais Arbitrais são tribunais, mas não são ‘Tribunais como os outros’ ”, in *Estudos de Direito da Arbitragem em Homenagem a Mário Raposo*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2015, pp. 57 a 65
- ver ALMEIDA, LUÍS NUNES DE
- ver VICENTE, DÁRIO MOURA (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*

MENDES, ARMINDO RIBEIRO / MENDES, SOFIA RIBEIRO

- “Crónica de Jurisprudência”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 4 (2011), Almedina, Coimbra, 2011, pp. 259 a 303
- “Crónica de Jurisprudência”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 5 (2012), Almedina, Coimbra, 2012, pp. 283 a 329

MENDES, JOÃO DE CASTRO

- “Subsídios para o estudo do direito de intervenção”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 12, n.^{os} 3 e 4, Lisboa, 1952, pp. 157 a 186
- “Breves reflexões sobre o conceito de litisconsórcio”, in *Jornal do Fôro*, ano 19 (1955), separata, Lisboa, 1956, pp. 7 a 14
- *Manual de Processo Civil*, Coimbra Editora, Coimbra, 1963
- “Princípio da igualdade e posto de trabalho em empresa pública”, in *Direito e Justiça*, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, ano 1997, vol. XI, tomo 2, Lisboa, 1997, pp. 15 a 20
- *Direito Processual Civil*, vol. I, AAFDL, Lisboa, 2012 (reimpressão)
- *Direito Processual Civil*, vol. II, AAFDL, Lisboa, 2012 (reimpressão)

MENDES, JOÃO DE CASTRO / SOUSA, MIGUEL TEIXEIRA DE

- *Direito Processual Civil* (em preparação)

MENDES, SOFIA RIBEIRO

- “O novo regime de arbitragem necessária de litígios relativos a medicamentos de referência e genéricos (alguns problemas)”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 1005 a 1037
- ver MENDES, ARMINDO RIBEIRO

MESQUITA, M. HENRIQUE

- “Arbitragem: competência do tribunal arbitral e responsabilidade civil do árbitro”, in *Ab Uno ad Omnes - 75 anos da Coimbra Editora*, Coimbra Editora, Coimbra, 1998, pp. 1381 a 1392

MESQUITA, MIGUEL

- *Reconvenção e Excepção no Processo Civil (o dilema da escolha entre a reconvenção e a excepção e o problema da falta de exercício do direito de reconvir)*, Almedina, Coimbra, 2009

MIRANDA, AGOSTINHO PEREIRA DE

- “Arbitragem Voluntária e Deontologia. Considerações preliminares”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 2 (2009), Almedina, Coimbra, 2009, pp. 115 a 124

- “O Estatuto Deontológico do Árbitro - passado, presente e futuro”, *in III Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa – Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 59 a 71

MIRANDA, JORGE

- “Constituição e Processo Civil”, *in Direito e Justiça*, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, ano 1994, vol. VIII, tomo 2, Lisboa, 1995, pp. 9 a 26
- “Igualdade e participação política da mulher”, *in Escritos Vários sobre Direitos Fundamentais*, Princípiã, Estoril, 2006, pp. 417 a 429
- *Manual de Direito Constitucional*, tomo IV (Direitos Fundamentais), 6.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2015

MIRANDA, JORGE / MEDEIROS, RUI

- *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo I, 2.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2010
- *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo II, Coimbra Editora, Coimbra, 2006
- *Constituição Portuguesa Anotada*, tomo III, Coimbra Editora, Coimbra, 2007

MIRANTE, DANIELA

- ver SILVA, ARTUR FLAMÍNIO DA

MISTELIS, LOUKAS A.

- “Confidentiality and Third Party Participation: UPS v. Canada and Methanex Corporation v. United States”, *in Arbitration International*, The Journal of the London Court of International Arbitration, vol. 21, n.º 2, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2005, pp. 211 a 231
- ver LEW, JULIAN D. M.

MOITRY, JEAN-HUBERT

- “Right to a fair trial and the European Convention on Human Rights: some remarks on the République de Guinée case”, *in Journal of International Arbitration*, vol. 6, n.º 2, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1989, pp. 115 a 122

MONCADA, L. CABRAL DE

- *Filosofia do Direito e do Estado*, vol. I, 2.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 1955
- *Filosofia do Direito e do Estado*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 1966

MONTEIRO, ANTÓNIO PEDRO PINTO

- “Do recurso de decisões arbitrais para o Tribunal Constitucional”, *in Themis - Revista da Faculdade de Direito da UNL*, ano IX, n.º 16 (2009), Almedina, Coimbra, 2009, pp. 185 a 223
- “Da ordem pública no processo arbitral”, *in Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 589 a 673
- ver JÚDICE, JOSÉ MIGUEL

MONTEIRO, ANTÓNIO PEDRO PINTO / JÚDICE, JOSÉ MIGUEL

- “Class Actions & Arbitration in the European Union - Portugal”, *in Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 189 a 205

MONTEIRO, ANTÓNIO PINTO

- *Sumários de Introdução ao Estudo do Direito*, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1978
- *Cláusulas Limitativas e de Exclusão de Responsabilidade Civil*, Almedina, Coimbra, 1985 (2.^a reimpressão, 2011)
- *Noções Gerais de Direito*, CEFA - Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra, 2003
- “O contrato na gestão do risco e na garantia da equidade”, *in* ANTÓNIO PINTO MONTEIRO (coordenação), *O contrato na gestão do risco e na garantia da equidade*, Instituto Jurídico, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015, pp. 9 a 29

MORAIS, CARLOS BLANCO DE

- *Curso de Direito Constitucional: teoria da Constituição em tempo de crise do Estado Social*, tomo II, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2014

MOREAU, BERTRAND

- “Introduction”, *in Revue de l'Arbitrage*, Comité Français de l'Arbitrage, vol. 1988, n.º 3, Paris, 1988, pp. 431 e 432

MOREIRA, ANTÓNIO JÚDICE

- “Portuguese Court of Arbitration for Sports: Constitutional Award No. 781/2013 of November 20, 2013”, in *European International Arbitration Review*, vol. II, n.º 2, Juris, Nova Iorque, 2013, pp. 257 a 264

MOREIRA, VITAL

- “A adesão da União Europeia à Convenção Europeia de Direitos Humanos”, in *“Respublica” Europeia: Estudos de Direito Constitucional da União Europeia*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, pp. 207 a 248
- “A política de investimento estrangeiro da União Europeia depois do Tratado de Lisboa”, in *“Respublica” Europeia: Estudos de Direito Constitucional da União Europeia*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, pp. 327 a 400
- ver CANOTILHO, J. J. GOMES

MOREIRA, VITAL / GOMES, CARLA DE MARCELINO (coordenação)

- *Compreender os direitos humanos - manual de educação para os direitos humanos*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014

MOURA, JOSÉ SOUTO DE

- “Direito e Processo Penal actuais e consagração dos Direitos do Homem”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, ano I, fasc. 4, Aequitas e Editorial Notícias, Lisboa, 1991, pp. 567 a 584

MOURRE, ALEXIS

- “Réflexions sur quelques aspects du droit à un procès équitable en matière d’arbitrage après les arrêts des 6 novembre 1998 et 20 février 2001 de la Cour de cassation française”, in *L’arbitrage et la Convention européenne des droits de l’homme*, Droit et Justice, n.º 31, Nemesis / Bruylant, Bruxelas, 2001, pp. 23 a 55
- “Le droit français de l’arbitrage international face à la Convention européenne des droits de l’homme”, in *Les Cahiers de l’Arbitrage*, numéro spécial, édition Juillet 2002, Gazette du Palais, Paris, 2002, pp. 22 a 34
- “L’intervention des tiers à l’arbitrage”, in *Les Cahiers de l’Arbitrage*, numéro spécial, édition Juillet 2002, Gazette du Palais, Paris, 2002, pp. 100 a 109

MULDER, ISABEL

- ver BREDOW, JENS

MÜLLER, CHRISTOPH

- ver ZUBERBÜHLER, TOBIAS

MÜNCH, JOACHIM

- *in Münchener Kommentar zur Zivilprozessordnung*, vol. III, 4.^a edição, Verlag C. H. Beck, Munique, 2013

N

NABAIS, JOSÉ CASALTA

- *O dever fundamental de pagar impostos*, Almedina, Coimbra, 1998
- “Algumas reflexões críticas sobre os direitos fundamentais”, *in Por uma liberdade com responsabilidade. Estudos sobre direitos e deveres fundamentais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, pp. 87 a 129
- “Os direitos fundamentais na jurisprudência do Tribunal Constitucional”, *in Por uma liberdade com responsabilidade. Estudos sobre direitos e deveres fundamentais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, pp. 9 a 60
- “Reflexão breve sobre a introdução da arbitragem tributária”, *in* NUNO DE VILLA-LOBOS / MÓNICA BRITO VIEIRA, *Mais Justiça Administrativa e Fiscal - Arbitragem*, Coimbra Editora, Coimbra, 2010, pp. 83 a 102
- *Direito Fiscal*, 8.^a edição, Almedina, Coimbra, 2015

NÁPOLES, PEDRO METELLO DE

- “O Novo Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional”, *in Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 4 (2011), Almedina, Coimbra, 2011, pp. 217 a 222
- ver VICENTE, DÁRIO MOURA (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*

NÁPOLES, PEDRO METELLO DE / COELHO, CARLA GÓIS

- “A arbitragem e os tribunais estaduais - alguns aspectos práticos”, *in Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 5 (2012), Almedina, Coimbra, 2012, pp. 195 a 219

NAZARÉ, SARA

- ver CARDOSO, ANTÓNIO DE MAGALHÃES

NETO, ABÍLIO

- *Novo Código de Processo Civil anotado*, 3.^a edição, Ediforum, Lisboa, 2015

NEUNER, JÖRG

- ver WOLF, MANFRED

NEVES, A. CASTANHEIRA

- *O instituto dos “assentos” e a função jurídica dos Supremos Tribunais*, Coimbra, 1983

NEVES, JOANA

- “O Princípio da Competência dos Tribunais Arbitrais para decidirem sobre a sua própria Competência”, in MARIANA FRANÇA GOUVEIA (coordenação), *Análise de Jurisprudência sobre Arbitragem*, Almedina, Coimbra, 2011, pp. 23 a 58

NIBOYET, MARIE-LAURE

- “Incertitude sur l’incidence de la Convention européenne des droits de l’homme en droit français de l’arbitrage international: l’arrêt Cubic de la Cour de cassation”, in *Les Cahiers de l’Arbitrage*, numéro spécial, édition Juillet 2002, Gazette du Palais, Paris, 2002, pp. 35 a 37

NICKLISCH, FRITZ

- “Mehrparteienschiedsgerichtsbarkeit und Streitbeilegung bei Großprojekten”, in *Festschrift für Ottoarndt Glossner zum 70. Geburtstag*, Verlag Recht und Wirtschaft GmbH, Heidelberg, 1994, pp. 221 a 239

NORA, SAMPAIO E

- ver VARELA, ANTUNES

NOVAIS, JORGE REIS

- *Direito Sociais - Teoria Jurídica dos Direitos Sociais enquanto Direitos Fundamentais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2010
- *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014 (reimpressão)
- *Em defesa do Tribunal Constitucional: Resposta aos críticos*, Almedina, Coimbra, 2014
- *A dignidade da pessoa humana*, vol. I (dignidade e direitos fundamentais), Almedina, Coimbra, 2015

NUNES, PEDRO CAETANO

- “Arbitragem e medidas cautelares: algumas notas”, in *VI Congresso do Centro de Arbitragem Comercial - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 99 a 118

O

OLIVEIRA, ANA PERESTRELO DE

- *Arbitragem de Litígios com Entes Públicos*, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2015

OLIVEIRA, FERNANDA PAULA

- ver DIAS, JOSÉ EDUARDO FIGUEIREDO

OLIVEIRA, MÁRIO ESTEVES DE (coordenação)

- *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada*, Coleção Vieira de Almeida & Associados, Almedina, Coimbra, 2014

ORGEL, MARC

- *Class Arbitration - Von der Gruppenklage zum Gruppenschiedsverfahren und zurück? Eine Untersuchung zum U.S.-amerikanischen Schiedsverfahrensrecht*, Mohr Siebeck, Tubinga, 2013

ORTSCHEIDT, JÉRÔME

- ver SERAGLINI, CHRISTOPHE

OTERO, PAULO

- *Instituições Políticas e Constitucionais*, vol. I, Almedina, Coimbra, 2009 (reimpressão)
- *Direito Constitucional Português*, vol. II (organização do poder político), Almedina, Coimbra, 2010

P

PALLIERI, GIORGIO BALLADORE

- “Introduzione ai lavori del convegno”, in *Studi Parmensi*, vol. XVIII, L’eguaglianza delle armi nel processo civile, atti del convegno 10 dicembre 1976, Università di Parma, Giuffrè Editore, Milão, 1977, pp. XI a XVII

PARK, WILLIAM W.

- “Non-signatories and international contracts: an arbitrator’s dilemma”, in *Multiple Party Actions in International Arbitration*, Permanent Court of Arbitration, Oxford University Press, Oxford, 2009, pp. 3 a 33
- ver CRAIG, W. LAURENCE

PARTASIDES, CONSTANTINE

- ver BLACKABY, NIGEL

PASSINHAS, SANDRA

- “Alterações recentes no âmbito da resolução alternativa de litígios de consumo”, in ANTÓNIO PINTO MONTEIRO (coordenação), *O contrato na gestão do risco e na garantia da equidade*, Instituto Jurídico, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015, pp. 357 a 388

PAULSSON, JAN

- “The Decision of the High Court of Australia in *Esso/BHP v. Plowman*”, in *Arbitration International*, The Journal of the London Court of International Arbitration, vol. 11, n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1995, pp. 231 a 234
- “The Timely Arbitrator: Reflections on the Böckstiegel Method”, in *Arbitration International*, The Journal of the London Court of International Arbitration, vol. 22, n.º 1, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2006, pp. 19 a 26
- *The Idea of Arbitration*, Oxford University Press, Oxford, 2013
- ver CRAIG, W. LAURENCE

PAULSSON, JAN / RAWDING, NIGEL

- “The Trouble with Confidentiality”, in *Arbitration International*, The Journal of the London Court of International Arbitration, vol. 11, n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1995, pp. 303 a 320

PAULUS, CHRISTOPH G.

- *Zivilprozessrecht - Erkenntnisverfahren, Zwangsvollstreckung und Europäisches Zivilprozessrecht*, 5.^a edição, Springer, Berlim, 2013

PEARSALL, ALISON

- ver BURN, GEORGE

PELLERIN, JACQUES

- ver JARROSSON, CHARLES

PENA, RUI

- “O(s) equívoco(s) da Confidencialidade na Arbitragem”, in *Estudos de Direito da Arbitragem em Homenagem a Mário Raposo*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2015, pp. 235 a 266

PEREIRA, FERNANDA DA SILVA

- *Arbitragem voluntária nacional - Impugnação de sentenças arbitrais: o tortuoso e longo caminho a percorrer*, Livraria Petrony, Lisboa, 2009

PEREIRA, JOEL TIMÓTEO RAMOS

- *Prontuário de Formulários e Trâmites*, vol. III - Excepções da Instância, Quid Juris, Lisboa, 2008

PEREIRA, RAVI AFONSO

- “Igualdade e proporcionalidade: um comentário às decisões do Tribunal Constitucional de Portugal sobre cortes salariais no sector público”, in *Revista Española de Derecho Constitucional*, n.º 98, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Madrid, 2013, pp. 317 a 370

PEREIRA, RUI

- “O princípio da igualdade em Direito Penal”, in *O Direito*, ano 120, I-II, Lisboa, 1988, pp. 109 a 155

PEREIRA, TÂNIA CARVALHAIS

- ver VILLA-LOBOS, NUNO

PETROCHILOS, GEORGIOS

- *Procedural Law in International Arbitration*, Oxford Private International Law Series, Oxford University Press, Oxford, 2004

PFISTERER, STEFANIE

- in *Berner Kommentar, Schweizerische Zivilprozessordnung*, vol III, Stämpfli Verlag, Berna, 2014, pp. 462 a 476

PIÇARRA, NUNO

- *A separação dos poderes como doutrina e princípio constitucional - um contributo para o estudo das suas origens e evolução*, Coimbra Editora, Coimbra, 1989

PIMENTA, PAULO

- *Processo Civil Declarativo*, Almedina, Coimbra, 2014
- ver MACHADO, ANTÓNIO MONTALVÃO
- ver CORREIA, JOÃO

PIMPÃO, CÉLINE ROSA

- *A tutela do trabalhador em matéria de segurança, (higiene) e saúde no trabalho*, Coimbra Editora, Coimbra, 2011

PINA, PEDRO

- “Arbitragem e Jurisdição”, in *Julgar*, n.º 6 (2008), Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pp. 135 a 160

PINHEIRO, INÊS

- “A arbitrabilidade dos conflitos laborais”, in *IV Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2011, pp. 77 a 88

PINHEIRO, LUÍS DE LIMA

- *Arbitragem Transnacional - a Determinação do Estatuto da Arbitragem*, Almedina, Coimbra, 2005

PINNA, ANDREA

- “Réflexions sur l’arbitrage forcé”, in *Les Cahiers de l’Arbitrage*, 2008, n.º 4, Gazette du Palais, Paris, 2008, pp. 6 a 12

PINTO, ALEXANDRE MOTA

- *Do Contrato de Suprimento - O financiamento da sociedade entre capital próprio e capital alheio*, Almedina, Coimbra, 2002

PINTO, CARLOS MOTA

- *Teoria Geral do Direito Civil*, 4.^a edição por ANTÓNIO PINTO MONTEIRO e PAULO MOTA PINTO, Coimbra Editora, Coimbra, 2005

PINTO, PAULO MOTA

- “O direito ao livre desenvolvimento da personalidade”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, Studia Iuridica, n.º 40 (Portugal-Brasil ano 2000), Coimbra Editora, Coimbra, 1999, pp. 149 a 246
- “Autonomia privada e discriminação - algumas notas”, in *Estudos em Homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2005, pp. 313 a 363
- “A influência dos direitos fundamentais sobre o direito privado português”, in ANTÓNIO PINTO MONTEIRO / JÖRG NEUNER / INGO SARLET (organizadores), *Direitos fundamentais e direito privado. Uma perspectiva de direito comparado*, Almedina, Coimbra, 2007, pp. 145 a 163

PINTO, RICARDO LEITE

- in ALESSANDRA SILVEIRA / MARIANA CANOTILHO (coordenadoras), *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia comentada*, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 255 a 259

PINTO, RUI

- “Problemas da legitimidade processual - à luz das reformas introduzidas pelos Decretos-Lei nº 329-A/95, de 12 de Dezembro, e nº 180/96, de 25 de Setembro”, in *Aspectos do novo Processo Civil*, Lex, Lisboa, 1997, pp. 157 a 201
- *A Questão de Mérito na Tutela Cautelar. A Obrigação Genérica de não Ingerência e os Limites da Responsabilidade Civil*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009
- *Notas as Código de Processo Civil*, vol. II, 2.ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2015
- ver FREITAS, JOSÉ LEBRE DE

PINTO-FERREIRA, JOÃO PEDRO

- “Litisconsórcio necessário legal e litisconsórcio necessário natural. A necessidade ou não da distinção”, in *Themis - Revista da Faculdade de Direito da UNL*, ano X, n.º 19 (2010), Almedina, Coimbra, 2011, pp. 73 a 113
- “A alegação oportuna da incompetência e da irregularidade na constituição do tribunal arbitral na jurisprudência”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 759 a 809

PIRES, CÂNDIDA DA SILVA ANTUNES

- “Do Processo Arbitral Em Geral: Formalismo Elástico Ou Informalismo Ordenado? Princípios Fundamentais”, in *Direito de Macau - reflexões e estudos*, Fundação Rui Cunha / CRED-DM, Macau, 2014, pp. 481 a 496
- “Noções Gerais De Direito Processual Civil”, in *Direito de Macau - reflexões e estudos*, Fundação Rui Cunha / CRED-DM, Macau, 2014, pp. 226 a 243
- “O Monopólio Estadual da Jurisdição: Relatividade Ou Crise”, in *Direito de Macau - reflexões e estudos*, Fundação Rui Cunha / CRED-DM, Macau, 2014, pp. 181 a 189

PIRES, FRANCISCO LUCAS

- *Uma Constituição para Portugal*, Coimbra, 1975

PLATTE, MARTIN

- “When should an arbitrator join cases?”, in *Arbitration International*, The Journal of the London Court of International Arbitration, vol. 18, n.º 1, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2002, pp. 67 a 82

POUDRET, JEAN-FRANÇOIS

- “Arbitrage multipartite et Droit suisse”, in *ASA Bulletin*, Association Suisse de l'Arbitrage, vol. 9, n.º 1, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1991, pp. 8 a 22

POUDRET, JEAN-FRANÇOIS / BESSON, SÉBASTIEN

- *Comparative Law of International Arbitration*, Sweet & Maxwell, Londres, 2007

PRATA, ANA

- *A tutela constitucional da autonomia privada*, Almedina, Coimbra, 1982
- *Dicionário Jurídico*, vol. I, 5.^a edição, com a colaboração de JORGE MORAIS CARVALHO, Almedina, Coimbra, 2008

PRATA, ANA / VEIGA, CATARINA / VILALONGA, JOSÉ MANUEL

- *Dicionário Jurídico*, vol. II, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2009

PRAZERES, MANUEL AUGUSTO GAMA

- *Da Intervenção de Terceiros na Relação Processual*, Livraria Athena, Porto, 1972

PROENÇA, JOSÉ CARLOS BRANDÃO

- *Direito das Obrigações. Relatório sobre o programa, o conteúdo e os métodos de ensino da disciplina*, Publicação Universidade Católica, Porto, 2007

PRÜTTING, HANNS

- *in* PRÜTTING / GEHRLEIN (coordenadores), *ZPO Kommentar*, 7.^a edição, Luchterhand, Colónia, 2015

PUIG, JOSÉ MARÍA ALONSO

- “Artículo 15. Nombramiento de los árbitros”, *in* JULIO GONZÁLEZ SORIA (coordenador), *Comentarios a la nueva Ley de Arbitraje: Ley 60/2003, de 23 de diciembre*, 2.^a edição, Aranzadi e Thomson Reuters, Pamplona, 2011, pp. 213 a 231

PUNZI, CARMINE

- *Disegno Sistemático dell' Arbitrato*, vol. I, 2.^a edição, Cedam, Pádua, 2012
- *Disegno Sistemático dell' Arbitrato*, vol. II, 2.^a edição, Cedam, Pádua, 2012

Q

QUADROS, FAUSTO DE

- “Arbitragem ‘necessária’, ‘obrigatória’, ‘forçada’: breve nótula sobre a interpretação do artigo 182.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos”, *in Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 257 a 265
- “Linhas gerais da reforma do Código de Processo nos Tribunais Administrativos em matéria de arbitragem”, *in Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 7 (2014), Almedina, Coimbra, 2014, pp. 7 a 14

QUEIROZ, CRISTINA

- *O Tribunal Constitucional e os Direitos Sociais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014

QUINTANA, ANTONIO MONSERRAT

- “Los árbitros. Estatuto. Nombramiento. Recusación. Competencia arbitral”, *in Práctica de tribunales: revista de derecho procesal*

civil y mercantil, n.º 14 (Março de 2005), La Ley / Wolters Kluwer España, Madrid, 2005, pp. 5 a 20

R

RAMALHO, MARIA DO ROSÁRIO PALMA

- *Direito do Trabalho*, parte I (dogmática geral), 4.^a edição, Almedina, Coimbra, 2015
- *Direito do Trabalho*, parte II (situações laborais individuais), 5.^a edição, Almedina, Coimbra, 2014

RAMOS, RUI MANUEL MOURA

- “L’ordre public international en droit portugais”, in *Estudos de Direito Internacional Privado e de Direito Processual Civil Internacional*, Coimbra Editora, Coimbra, 2002, pp. 245 a 262
- “Public Policy in the Framework of the Brussels Convention. Remarks on Two Recent Decisions by the European Court of Justice”, in *Estudos de Direito Internacional Privado e de Direito Processual Civil Internacional*, Coimbra Editora, Coimbra, 2002, pp. 283 a 300
- “Arbitragem estrangeira e reconhecimento de sentenças arbitrais estrangeiras no novo direito português da arbitragem”, in *Estudos em Homenagem a António Barbosa de Melo*, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 839 a 859
- ver SOARES, MARIA ÂNGELA BENTO

RAPOSO, JOÃO

- “A intervenção do tribunal judicial na arbitragem: nomeação de árbitros e produção de prova”, in *I Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2008, pp. 109 a 127

RAPOSO, MÁRIO

- “Imparcialidade dos árbitros”, in *Estudos sobre Arbitragem Comercial e Direito Marítimo*, Almedina, Coimbra, 2006, pp. 75 a 87
- “A sentença arbitral”, in *Estudos sobre Arbitragem Comercial e Direito Marítimo*, Almedina, Coimbra, 2006, pp. 5 a 36
- “Os árbitros”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 893 a 918

RAPOSO, VERA LÚCIA

- *O Poder de Eva. O princípio da igualdade no âmbito dos direitos políticos; problemas suscitados pela discriminação positiva*, Almedina, Coimbra, 2004

RAU, ALAN SCOTT

- “ ‘Consent’ to arbitral jurisdiction: disputes with non-signatories”, in *Multiple Party Actions in International Arbitration*, Permanent Court of Arbitration, Oxford University Press, Oxford, 2009, pp. 69 a 147

RAWDING, NIGEL

- ver PAULSSON, JAN

RAWLS, JOHN

- *Uma Teoria da Justiça*, tradução de CARLOS PINTO CORREIA, 3.^a edição, Editorial Presença, Lisboa, 2013

REDFERN, ALAN

- ver BLACKABY, NIGEL

REDINHA, JOÃO

- ver FREITAS, JOSÉ LEBRE DE

REGO, CARLOS LOPES DO

- “A intervenção do Ministério Público na área cível e o respeito pelo princípio da igualdade de armas”, in *Cadernos da Revista do Ministério Público*, n.º 10 - *O Ministério Público, a Democracia e a Igualdade dos Cidadãos*, 5.º Congresso, Edições Cosmos, Lisboa, 2000, pp. 81 a 101
- *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. I, 2.^a edição, Almedina, Coimbra, 2004

REGO, MARGARIDA LIMA

- “Da inconstitucionalidade das normas permissivas de ‘discriminação racional’ ”, in *Estudos em memória do Conselheiro Artur Maurício*, Coimbra Editora, Coimbra, 2014, pp. 869 a 888

REICHOLD, KLAUS

- in THOMAS / PUTZO, *Zivilprozessordnung: FamFG, Verfahren in Familiensachen, GVG, Einführungsgesetze, EU-*

Zivilverfahrensrecht, Kommentar, 36.^a edição, Verlag C. H. Beck, Munique, 2015

REIS, BERNARDO

- “O Estatuto dos árbitros – alguns aspectos”, in *Themis - Revista da Faculdade de Direito da UNL*, ano IX, n.º 16 (2009), Almedina, Coimbra, 2009, pp. 7 a 59

REIS, JOÃO LUÍS LOPES DOS

- “A excepção da preterição do tribunal arbitral (voluntário)”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 58, vol. III, Lisboa, 1998, pp. 1115 a 1132
- “Questões de arbitragem ad-hoc - Constituição do tribunal arbitral. Colegiabilidade dos árbitros. Forma do processo. Prazo para a decisão. Caducidade da convenção. Honorários dos árbitros”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 58, vol. I, Lisboa, 1998, pp. 467 a 513
- “Questões de arbitragem ad-hoc II – Determinação do objecto do litígio, impugnação de decisões arbitrais interlocutórias meramente processuais, recusa de árbitro”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 59, vol. I, Lisboa, 1999, pp. 217 a 320
- *Representação Forense e Arbitragem*, Coimbra Editora, Coimbra, 2001

REIS, JOSÉ ALBERTO DOS

- *Comentário ao Código de Processo Civil*, vol. III, Coimbra Editora, Coimbra, 1946
- “Intervenção de terceiros (Código de Processo Civil, artigos 325 e segs.)”, in *Boletim da Faculdade de Direito*, Universidade de Coimbra, vols. XXIII e XXIV, Coimbra Editora, Coimbra, 1948, pp. 313 a 395 (vol. XXIII) e pp. 1 a 78 (vol. XXIV)
- *Código de Processo Civil anotado*, vol. I, 3.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2004 (reimpressão)
- *Código de Processo Civil anotado*, vol. IV, 3.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 2012 (reimpressão)

REIS, NUNO TRIGO DOS

- ver SILVA, PAULA COSTA E

RIBEIRO, GONÇALO DE ALMEIDA

- “O Constitucionalismo dos Princípios”, in GONÇALO DE ALMEIDA RIBEIRO / LUÍS PEREIRA COUTINHO (organizadores), *O Tribunal*

Constitucional e a Crise: Ensaio Crítico, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 69 a 103

RIBEIRO, JOAQUIM DE SOUSA

- “Constitucionalização do Direito Civil”, in *Direito dos Contratos - Estudos*, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, pp. 7 a 33

RODRIGUES, FERNANDO PEREIRA

- *O Novo Processo Civil. Os Princípios Estruturantes*, Almedina, Coimbra, 2013
- *Noções Fundamentais de Processo Civil*, Almedina, Coimbra, 2015

RODRIGUES, JOSÉ NARCISO DA CUNHA

- “Sobre o princípio da igualdade de armas”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, ano I, fasc. 1, Aequitas e Editorial Notícias, Lisboa, 1991, pp. 77 a 103

ROMERO, EDUARDO SILVA

- ver MAYER, PIERRE
- ver WHITESELL, ANNE MARIE

ROOS, CRISTIÁN CONEJERO

- “Multi-party Arbitration and Rule-making: Same issues, Contrasting Approaches”, in *50 Years of the New York Convention, ICCA Congress Series*, n.º 14, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2009, pp. 411 a 433

ROSENBERG, LEO / SCHWAB, KARL HEINZ / GOTTWALD, PETER

- *Zivilprozessrecht*, 17.ª edição, Verlag C. H. Beck, Munique, 2010

ROZAS, JOSÉ CARLOS FERNÁNDEZ

- “Le rôle des juridictions étatiques devant l'arbitrage commercial international”, in *Recueil des cours de l'Académie de droit international de la Haye - Collected courses of the Hague Academy of International Law*, vol. 290, BrillOnline, Leiden, 2001, pp. 9 a 224

RUBINO-SAMMARTANO, MAURO

- *International Arbitration: Law and Practice*, 3.ª edição, Juris, Nova Iorque, 2014

RUSSO, CARLO

- “Eguaglianza delle armi”, in *Boletim do Ministério da Justiça (BMJ)*, Documentação e Direito Comparado, n.^{os} 75/76, Lisboa, 1998, pp. 88 a 92

S

SALVANESCHI, LAURA

- *L'arbitrato con pluralità di parti*, Processo e Giudizio - Collana diretta da Giuseppe Tarzia, Cedam, Pádua, 1999

SANDERS, PIETER

- “Trends in the field of international commercial arbitration”, in *Recueil des cours de l'Académie de droit international de la Haye - Collected courses of the Hague Academy of International Law*, vol. 145, BrillOnline, Leiden, 1975, pp. 205 a 296

SANTOS, CARLOS DE LOS / SOUSA, JOÃO DUARTE DE

- “The New Portuguese Arbitration Law: an Overview of its Major Innovations”, in *Spain Arbitration Review / Revista del Club Español del Arbitraje*, n.º 15, Wolters Kluwer España, Madrid, 2012, pp. 69 a 78

SANTOS, CRISTINA MÁXIMO DOS

- ver FREITAS, JOSÉ LEBRE DE

SCHLOSSER, PETER

- *Das Recht der internationalen privaten Schiedsgerichtsbarkeit*, 2.^a edição, Mohr Siebeck, Tubinga, 1989
- “La nouvelle législation allemande sur l'arbitrage”, in *Revue de l'Arbitrage*, Comité Français de l'Arbitrage, vol. 1998, n.º 2, Paris, 1998, pp. 291 a 304
- “German Arbitration Law and the UNCITRAL Model Law”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 3 (2010), Almedina, Coimbra, 2010, pp. 117 a 136
- in STEIN / JONAS (coordenadores), *Kommentar zur Zivilprozessordnung*, vol. 10, 23.^a edição, Mohr Siebeck, Tubinga, 2014

SCHROEDER, HANS-PATRICK / WORTMANN, WIEBKE

- “§ 1063 - General Provisions”, in KARL-HEINZ BÖCKSTIEGEL / KRÖLL, STEFAN MICHAEL / PATRICIA NACIMIENTO (coordenadores), *Arbitration in Germany: The Model Law in Practice*, 2.^a edição, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2015, pp. 532 a 537

SCHÜTZE, ROLF A.

- *Schiedsgericht und Schiedsverfahren*, 5.^a edição, NJW Praxis, Verlag C. H. Beck, Munique, 2012

SCHWAB, KARL HEINZ

- “Die Gleichheit der Parteien bei der Bildung des Schiedsgerichts”, in *Betriebs-Berater Beilage*, n.º 15, Heft 28, Verlag Recht und Wirtschaft, Frankfurt, 1992, pp. 17 a 19
- ver ROSENBERG, LEO

SCHWAB, KARL HEINZ / WALTER, GERHARD

- *Schiedsgerichtsbarkeit: Systematischer Kommentar zu den Vorschriften der Zivilprozeßordnung, des Arbeitsgerichtsgesetzes, der Staatsverträge und der Kostengesetze über das privatrechtliche Schiedsgerichtsverfahren*, 7.^a edição, Verlag C. H. Beck / Helbing & Lichtenhahn, Munique, 2005

SCHWARTZ, ERIC A.

- “Multi-Party Arbitration and the ICC - In the Wake of Dutco”, in *Journal of International Arbitration*, vol. 10, n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1993, pp. 5 a 20
- ver DERAIS, YVES

SCHWARZ, FRANZ T. / KONRAD, CHRISTIAN W.

- *The Vienna Rules: A Commentary on International Arbitration in Austria*, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2009

SCHWEBEL, STEPHEN M. / LAHNE, SUSAN G.

- “Public Policy and Arbitral Procedure”, in *Comparative Arbitration Practice and Public Policy in Arbitration, ICCA Congress Series*, n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1987, pp. 205 a 226

SERAGLINI, CHRISTOPHE / ORTSCHIEDT, JÉRÔME

- *Droit de l'arbitrage interne et international*, Montchrestien, Paris, 2013

SERRÃO, TIAGO

- “A subsidiariedade da tutela jurisdicional conferida pelo TEDH no âmbito do direito à obtenção de uma decisão em prazo razoável”, in *O Direito*, ano 143.º, IV, Almedina, Coimbra, 2011, pp. 793 a 838
- “O Conceito de Justiça: Perspectiva Clássica e Moderna”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Alberto Xavier*, vol. III, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 739 a 761

SIIG, KRISTINA MARIA

- “Multi-party arbitration in international trade: problems and solutions”, in *International Journal Liability and Scientific Enquiry*, vol. I, n.ºs 1 e 2, Inderscience Publishers, Genebra, 2007, pp. 72 a 84

SILVA, ARTUR FLAMÍNIO DA

- “A arbitragem desportiva em Portugal: uma realidade sem futuro? - anotação ao acórdão n.º 230/2013 do Tribunal Constitucional”, in *Desporto & Direito*, ano X, n.º 28 (Setembro/Dezembro), Coimbra Editora, Coimbra, 2012, pp. 61 a 85
- “O Novo Regime Jurídico da Resolução de Conflitos Desportivos no Direito Administrativo: sobre a Arbitragem Necessária e a Mediação no Tribunal Arbitral do Desporto”, in *Arbitragem e Direito Público*, AAFDL, Lisboa, 2015, pp. 395 a 436
- *A Resolução de Conflitos Desportivos em Portugal: entre o Público e o Privado*, dissertação de doutoramento em Direito Público na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, versão académica, Lisboa, 2016

SILVA, ARTUR FLAMÍNIO DA / MIRANTE, DANIELA

- “Algumas notas sobre o estatuto dos árbitros do Tribunal Arbitral do Desporto: uma análise à luz do relatório e do projecto da comissão para a justiça desportiva”, in *Desporto & Direito*, ano IX, n.º 26 (Janeiro/Abril), Coimbra Editora, Coimbra, 2012, pp. 279 a 299
- “O estatuto dos árbitros e o Tribunal Arbitral do Desporto”, in *Desporto & Direito*, ano X, n.º 29 (Janeiro/Abril), Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 153 a 171

SILVA, CRISTINA NOGUEIRA DA

- “Conceitos oitocentistas de cidadania: liberalismo e igualdade”, in *Análise Social*, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol XLIV, n.º 192, Lisboa, 2009, pp. 533 a 563

SILVA, JOÃO CALVÃO DA

- “Convenção de arbitragem - algumas notas”, in *Homenagem da Faculdade de Direito de Lisboa ao Professor Doutor Inocêncio Galvão Telles*, Almedina, Coimbra, 2007, pp. 533 a 549

SILVA, JORGE PEREIRA DA

- “As Finanças Regionais na Jurisprudência Constitucional da Crise. O Estranho Caso do Acórdão sobre o Orçamento dos Açores”, in GONÇALO DE ALMEIDA RIBEIRO / LUÍS PEREIRA COUTINHO (organizadores), *O Tribunal Constitucional e a Crise: Ensaios Críticos*, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 203 a 241
- *Deveres do Estado de Protecção de Direitos Fundamentais*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2015

SILVA, LUCINDA DIAS DA

- “Arbitragem e *Iuris Laboris Alma*”, in *Questões Laborais*, anos XII e XIII - 2005/2006, n.ºs 26 e 27, Coimbra Editora, Coimbra, 2006 e 2007, pp. 194 a 208 e pp. 91 a 128, respectivamente
- *Processo Cautelar Comum. Princípio do contraditório e dispensa de audição prévia do requerido*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009

SILVA, MANUEL BOTELHO DA

- “Pluralidade de Partes em Arbitragens Voluntárias”, in *Estudos em Homenagem à Professora Doutora Isabel de Magalhães Collaço*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2002, pp. 499 a 538

SILVA, PAULA COSTA E

- “Anulação e Recursos da Decisão Arbitral”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 52, vol. III, Lisboa, 1992, pp. 893 a 1018
- “Os meios de impugnação de decisões proferidas em arbitragem voluntária no direito interno português”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 56, vol. I, Lisboa, 1996, pp. 179 a 207
- *Acto e Processo. O dogma da irrelevância da vontade na interpretação e nos vícios do acto postulativo*, Coimbra Editora, Coimbra, 2003

- “A execução em Portugal de decisões arbitrais nacionais e estrangeiras”, in *I Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2008, pp. 131 a 180
- *A Litigância de Má Fé*, Coimbra Editora, Coimbra, 2008
- *A Nova Face da Justiça - Os Meios Extrajudiciais de Resolução de Controvérsias*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009
- *Um Desafio à Teoria Geral do Processo. Repensando a Transmissão da Coisa ou Direito em Litígio. Ainda um Contributo para o Estudo da Substituição Processual (Uma segunda Edição?)*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009
- “Preterição do contraditório e irregularidade de constituição de tribunal arbitral”, in *Revista de Processo (RePro)*, ano 37, vol. 212, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2012, pp. 301 a 334

SILVA, PAULA COSTA E / GRADI, MARCO

- “A Intervenção de Terceiros no Procedimento Arbitral no Direito Português e no Direito Italiano”, in *Revista Brasileira de Arbitragem*, CBAr - Comité Brasileiro de Arbitragem, ano VIII, n.º 28, Síntese, Porto Alegre, 2010, pp. 41 a 92

SILVA, PAULA COSTA E / REIS, NUNO TRIGO DOS

- “A natureza do procedimento judicial de nomeação de árbitro”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 951 a 1004

SILVA, VASCO PEREIRA DA

- “A vinculação das entidades privadas pelos direitos, liberdades e garantias”, in *Revista de Direito e de Estudos Sociais*, ano XXIX (II da 2.ª série), n.º 2, Almedina, Coimbra, 1987, pp. 259 a 274

SMELLIE, RICHARD

- “Is arbitration confidential?”, in *International Quarterly*, n.º 5, 2013

SMEUREANU, ILEANA M.

- *Confidentiality in International Commercial Arbitration*, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2011

SMIT, HANS

- “Confidentiality in Arbitration”, in *Arbitration International*, The Journal of the London Court of International Arbitration, vol. 11,

n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1995, pp. 337 a 340

SMUTNY, ABBY COHEN

- ver BOND, STEPHEN R.

SOARES, MARIA ÂNGELA BENTO / RAMOS, RUI MANUEL MOURA

- *Contratos Internacionais - compra e venda, cláusulas penais, arbitragem*, Almedina, Coimbra, 1986

SOROMENHO-MARQUES, VIRIATO

- *A era da cidadania - De Maquiavel a Jefferson*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1996

SOUSA, DOMINGOS PEREIRA DE

- *Noções Fundamentais de Direito*, Coimbra Editora, Coimbra, 2013

SOUSA, JOÃO DUARTE DE

- SANTOS, CARLOS DE LOS

SOUSA, JORGE LOPES DE

- “Comentário ao Regime Jurídico da Arbitragem Tributária”, in NUNO DE VILLA-LOBOS / MÓNICA BRITO VIEIRA (coordenação), *Guia da Arbitragem Tributária*, Almedina, Coimbra, 2013, pp. 95 a 240

SOUSA, MARCELO REBELO DE

- *Direito Constitucional I - Introdução à Teoria da Constituição*, Livraria Cruz, Braga, 1979

SOUSA, MARCELO REBELO DE / ALEXANDRINO, JOSÉ DE MELO

- *Constituição da República Portuguesa comentada*, Lex, Lisboa, 2000

SOUSA, MARCELO REBELO DE / MATOS, ANDRÉ SALGADO DE

- *Direito Administrativo Geral*, tomo I (introdução e princípios fundamentais), 3.ª edição, D. Quixote, Alfragide, 2008

SOUSA, MIGUEL TEIXEIRA DE

- *A competência declarativa dos tribunais comuns*, Lex, Lisboa, 1994

- *As partes, o objecto e a prova na acção declarativa*, Lex, Lisboa, 1995
- *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, 2.^a edição, Lex, Lisboa, 1997
- *Introdução ao Processo Civil*, 2.^a edição, Lex, Lisboa, 2000
- *Introdução ao Direito*, Almedina, Coimbra, 2012
- “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 5 (2012), Almedina, Coimbra, 2012, pp. 149 a 177
- “A intervenção de terceiros no processo arbitral”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, vol. II, Coimbra Editora, Coimbra, 2013, pp. 919 a 949
- ver MENDES, JOÃO DE CASTRO

STEINDL, BARBARA HELENE

- “The 2012 ICC Arbitration Rules - Origin, Development and Practicability”, in *Austrian Yearbook on International Arbitration 2012*, Manzsche Verlags, Viena, 2012, pp. 131 a 161

STEINGRUBER, ANDREA MARCO

- *Consent in International Arbitration*, Oxford International Arbitration Series, Oxford University Press, Oxford, 2012

STRONG, S. I.

- “Intervention and Joinder as of Right in International Arbitration: An Infringement of Individual Contract Rights or a Proper Equitable Measure?”, in *Vanderbilt Journal of Transnational Law*, vol. 31, Vanderbilt University, Nashville, 1998, pp. 915 a 996
- *Class, Mass and Collective Arbitration in National and International Law*, Oxford University Press, Nova Iorque, 2013

STÜRNER, ROLF

- *Die richterliche Aufklärung im Zivilprozeß*, Veröffentlichungen zum Verfahrensrecht, Mohr Siebeck, Tübinga, 1982

SVOBODOVÁ, KLÁRA

- “Application of the Article 6(1) of the ECHR in International Commercial Arbitration”, in <http://dfk-online.sze.hu/koszonto>, 2010, pp. 108 a 121

T

TARUFFO, M.

- ver CARPI, F.

TELES, JOANA GALVÃO

- “Res judicata in arbitration”, in *VII Congresso do Centro de Arbitragem Comercial - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2014, pp. 169 a 180

TELES, MIGUEL GALVÃO

- “Addition of Parties: a vacuum left by the Model Law in need of internationally approved Rules”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 3 (2010), Almedina, Coimbra, 2010, pp. 45 a 62
- “Recurso para o Tribunal Constitucional das decisões dos tribunais arbitrais”, in *III Congresso do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2010, pp. 199 a 220
- “A independência e imparcialidade dos árbitros como imposição constitucional”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, vol. III, Almedina, Coimbra, 2011, pp. 251 a 283

TIMBANE, TOMÁS

- “Regras deontológicas aplicáveis aos árbitros”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 6 (2013), Almedina, Coimbra, 2013, pp. 203 a 219

TRABUCO, CLÁUDIA / GOUVEIA, MARIANA FRANÇA

- “A arbitrabilidade das questões de concorrência do direito português: the meeting of two black arts”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, vol. I, Almedina, Coimbra, 2011, pp. 443 a 496

TRAKMAN, LEON E.

- “Confidentiality in International Commercial Arbitration”, in *Arbitration International*, The Journal of the London Court of International Arbitration, vol. 18, n.º 1, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2002, pp. 1 a 18

TRINDADE, CARLA CASTELO

- *Regime Jurídico da Arbitragem Tributária Anotado*, Almedina, Coimbra, 2015

TRIUNFANTE, ARMANDO MANUEL

- *A Tutela das Minorias nas Sociedades Anónimas - Direito Individuais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2004

TURUNEN, SANTTU

- ver KURKELA, MATTI S.

U

UGARTE, RICARDO / BEVILACQUA, THOMAS

- “Ensuring Party Equality in the Process of Designating Arbitrators in Multiparty Arbitration: An Update on the Governing Provisions”, in *Journal of International Arbitration*, vol. 27, n.º 1, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2010, pp. 9 a 49

URBACH, GUIDO E.

- ver KRAMER, MICHAEL

UVA, PEDRO SOUSA

- ver MALHEIRO, GONÇALO

V

VALE, SOFIA

- ver GONÇALVES, MANUEL

VARELA, ANTUNES

- *Das Obrigações em Geral*, vol. I, 10.^a edição, Almedina, Coimbra, 2000

VARELA, ANTUNES / BEZERRA, J. MIGUEL / NORA, SAMPAIO E

- *Manual de Processo Civil*, 2.^a edição, Coimbra Editora, Coimbra, 1985

VASQUES, SÉRGIO

- *O princípio da equivalência como critério de igualdade tributária*, Almedina, Coimbra, 2008

VEIGA, CATARINA

- ver PRATA, ANA

VENTURA, RAÚL

- “Convenção de arbitragem e cláusulas contratuais gerais”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 46, vol. I, Lisboa, 1986, pp. 5 a 48
- “Convenção de Arbitragem”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 46, vol. II, Lisboa, 1986, pp. 289 a 413

VICENTE, DÁRIO MOURA

- *Da Arbitragem Comercial Internacional - direito aplicável ao mérito da causa*, Coimbra Editora, Coimbra, 1990
- “A manifestação do consentimento na convenção de arbitragem”, in *Direito Internacional Privado - Ensaaios*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2005, pp. 369 a 388
- “Arbitragem OHADA”, in *Direito Internacional Privado - Ensaaios*, vol. II, Almedina, Coimbra, 2005, pp. 355 a 368
- “Arbitragem de Investimento: A Convenção ICSID e os Tratados Bilaterais”, in *V Congresso do Centro de Arbitragem Comercial - Intervenções*, Almedina, Coimbra, 2012, pp. 79 a 96
- “O regime especial de resolução de conflitos em matéria de patentes (Lei n.º 62/2011)”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 72, vol. IV, 2012, pp. 971 a 990
- *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*, Associação Portuguesa de Arbitragem, 2.ª edição, Almedina, Coimbra, 2015

VIEIRA, PEDRO SIZA

- ver VICENTE, DÁRIO MOURA (coordenador), *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada*

VIGORITI, VINCENZO

- “La riforma delle Rules of Arbitration dell’UNCITRAL”, in GUIDO ALPA / VINCENZO VIGORITI (coordenadores), *Arbitrato. Profili di diritto sostanziale e di diritto processuale*, UTET Giuridica, Milão, 2013, pp. 889 a 899
- ver ALPA, GUIDO

VILALONGA, JOSÉ MANUEL

- ver PRATA, ANA

VILLA-LOBOS, NUNO / PEREIRA, TÂNIA CARVALHAIS

- “A natureza especial dos tribunais arbitrais tributários”, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Associação Portuguesa de Arbitragem, n.º 7 (2014), Almedina, Coimbra, 2014, pp. 87 a 122

VITORINO, ANTÓNIO

- *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*, Principia, Cascais, 2002

VOSER, NATHALIE

- “Multi-party disputes and joinder of third parties”, in *50 Years of the New York Convention, ICCA Congress Series*, n.º 14, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2009, pp. 343 a 410
- “New Rules on Domestic Arbitration in Switzerland: Overview of Most Important Changes to the Concordat and Comparison with Chapter 12 PILA”, in *ASA Bulletin*, Association Suisse de l'Arbitrage, vol. 28, n.º 4, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2010, pp. 753 a 766
- “Overview of the Most Important Changes in the Revised ICC Arbitration Rules”, in *ASA Bulletin*, Association Suisse de l'Arbitrage, vol. 29, n.º 4, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2011, pp. 783 a 820

VOSER, NATHALIE / MEIER, ANDREA

- “Joinder of Parties or the Need to (Sometimes) Be Inefficient”, in *Austrian Arbitration Yearbook 2008*, Manzsche Verlags, Viena, 2008, pp. 115 a 123

W

WAINCYMER, JEFF

- ver GARNETT, RICHARD

WALD, ARNOLDO

- “O espírito da arbitragem”, in ARNOLDO WALD (organizador), *Arbitragem e Mediação*, vol. I (A Arbitragem. Introdução e

Histórico), Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pp. 743 a 755

WALTER, GERHARD

- ver SCHWAB, KARL HEINZ

WAUTELET, PATRICK

- “Confidentiality and third parties in international commercial arbitration: some preliminary reflections”, in *L’arbitrage et les tiers - Arbitrage en derden*, Actes du colloque du CEPANI 40 du 28 novembre 2008, n.º 10, Bruylant, Bruxelas, 2008, pp. 105 a 148

WEILLER, LAURA

- “Transmission et extension de la clause compromissoire en droit français de l’arbitrage international: état des lieux”, in ARNOLDO WALD (organizador), *Arbitragem e Mediação*, vol. II (Elementos da Arbitragem e Medidas de Urgência), Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2014, pp. 269 a 280

WHITESSELL, ANNE MARIE

- “The 1998 ICC Rules of Arbitration Today”, in *Global Reflections on International Law, Commerce and Dispute Resolution: Liber Amicorum in honour of Robert Briner*, Câmara de Comércio Internacional, Paris, 2005, pp. 919 a 932
- “Non-signatories in ICC Arbitration”, in *International Arbitration 2006: Back to Basics?*, ICCA Congress Series, n.º 13, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2008, pp. 366 a 374
- “Multiparty Arbitration: the ICC International Court of Arbitration perspective”, in *Multiple Party Actions in International Arbitration*, Permanent Court of Arbitration, Oxford University Press, Oxford, 2009, pp. 203 a 212

WHITESSELL, ANNE MARIE / ROMERO, EDUARDO SILVA

- “Multiparty and Multicontract Arbitration: Recent ICC Experience”, in *Complex Arbitrations. Perspectives on their Procedural Implications*, ICC International Court of Arbitration Bulletin - Special Supplement, Paris, 2003, pp. 7 a 18

WIENBRACKE, MIKE

- “Der Verhältnismäßigkeitsgrundsatz”, in *Zeitschrift für das Juristische Studium*, 2013 - n.º 2, Gießen, 2013, pp. 148 a 155

WILLIAMS, RYAN C.

- “The One and Only Substantive Due Process Clause”, in *The Yale Law Journal*, vol. 120, n.º 3, New Haven, 2010, pp. 408 a 512

WINSTANLEY, ADRIAN

- “Multiple parties, multiple problems: a view from the London Court of International Arbitration”, in *Multiple Party Actions in International Arbitration*, Permanent Court of Arbitration, Oxford University Press, Oxford, 2009, pp. 213 a 220

WOLF, MANFRED / NEUNER, JÖRG

- *Allgemeiner Teil des Bürgerlichen Rechts*, 10.ª edição, Verlag C. H. Beck, Munique, 2012

WORTMANN, WIEBKE

- ver SCHROEDER, HANS-PATRICK

X

XAVIER, BERNARDO DA GAMA LOBO

- *Curso de Direito do Trabalho*, vol I, 3.ª edição, Verbo, Lisboa, 2004

XAVIER, RITA LOBO / FOLHADELA, INÊS / CASTRO, GONÇALO ANDRADE E

- *Elementos de Direito Processual Civil - Teoria Geral, Princípios, Pressupostos*, Universidade Católica Editora, Porto, 2014

Y

YARZA, FERNANDO SIMÓN

- “De la igualdad como límite a la igualdad como tarea del Estado: evolución histórica de un principio”, in *Revista Española de Derecho Constitucional*, n.º 97, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Madrid, 2013, pp. 73 a 113

YOUSSEF, KARIM

- “The limits of consent: the right or obligation to arbitrate of non-signatories in group of companies”, in *Multiparty Arbitration*, Dossier VII, Câmara de Comércio Internacional, Paris, 2010, pp. 71 a 109

Z

ZÁVODNÁ, MARTINA

- *The European Convention on Human Rights and Arbitration*, Faculty of Law Masaryk University, in http://is.muni.cz/th/325836/pravf_m/Zavodna_Final.pdf, 2014

ZEMAN, KRISTA

- ver DARWAZEH, NADIA

ZUBERBÜHLER, TOBIAS / MÜLLER, CHRISTOPH / HABEGGER, PHILIPP

- *Swiss Rules of International Arbitration - Commentary*, Kluwer Law International / Schulthess, Zurich, 2005

“2013 Statistical Report”, in *ICC International Court of Arbitration Bulletin*, vol. 25, n.º 1, Paris, 2014, pp. 5 a 17

JURISPRUDÊNCIA

1 – JURISPRUDÊNCIA NACIONAL¹⁰²⁴

1.1 – Comissão Constitucional

- Parecer da Comissão Constitucional n.º 32/82, de 16 de Setembro, *in Pareceres da Comissão Constitucional*, vol. XXI, disponível em <http://www.tribunalconstitucional.pt/>.
- Acórdão da Comissão Constitucional n.º 458, de 25/11/1982 (Relator Cardoso da Costa, processo n.º 7/82), *in Boletim do Ministério da Justiça*, n.º 325, 1983, pp. 335 e ss.

1.2 – Tribunal Constitucional¹⁰²⁵

- Acórdão n.º 44/84, de 22/05/1984 (Relator Jorge Campinos, processo n.º 90/83)
- Acórdão n.º 126/84, de 12/12/1984 (Relator Vital Moreira, processo n.º 48/84)
- Acórdão n.º 142/85, de 30/07/1985 (Relator Cardoso da Costa, processo n.º 75/83)
- Acórdão n.º 39/88, de 09/02/1988 (Relator Messias Bento, processo n.º 136/85)
- Acórdão n.º 86/88, de 13/04/1988 (Relator Messias Bento, processo n.º 235/86)
- Acórdão n.º 308/89, de 09/03/1989 (Relator Messias Bento, processo n.º 285/88)
- Acórdão n.º 313/89, de 09/03/1989 (Relator Messias Bento, processo n.º 265/88)

¹⁰²⁴ A presente lista de jurisprudência inclui, igualmente, referências a pareceres (em concreto, da Comissão Constitucional e do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República).

¹⁰²⁵ A citação dos acórdãos do Tribunal Constitucional é feita da seguinte forma: n.º de acórdão, data, relator e n.º de processo. Todos os acórdãos indicados estão disponíveis em <http://www.tribunalconstitucional.pt/>.

- Acórdão n.º 375/89, de 03/05/1989 (Relator Magalhães Godinho, processo n.º 283/88)
- Acórdão n.º 393/89, de 18/05/1989 (Relator Messias Bento, processo n.º 417/88)
- Acórdão n.º 397/89, de 18/05/1989 (Relator Messias Bento, processo n.º 578/88)
- Acórdão n.º 47/90, de 21/02/1990 (Relator Messias Bento, processo n.º 87/89)
- Acórdão n.º 186/90, de 06/06/1990 (Relator Fernando Alves Correia, processo n.º 533/88)
- Acórdão n.º 187/90, de 06/06/1990 (Relator Fernando Alves Correia, processo n.º 215/88)
- Acórdão n.º 188/90, de 06/06/1990 (Relator Fernando Alves Correia, processo n.º 597/88)
- Acórdão n.º 62/91, de 13/03/1991 (Relator Sousa e Brito, processo n.º 150/89)
- Acórdão n.º 212/91, de 21/05/1991 (Relator Monteiro Diniz, processo n.º 85/89)
- Acórdão n.º 450/91, de 03/12/1991 (Relator Tavares da Costa, processo n.º 215/89)
- Acórdão n.º 452/91, de 03/12/1991 (Relator Tavares da Costa, processo n.º 85/90)
- Acórdão n.º 52/92, de 05/02/1992 (Relatora Assunção Esteves, processo n.º 10/89)
- Acórdão n.º 121/92, de 31/03/1992 (Relator Tavares da Costa, processo n.º 269/90)
- Acórdão n.º 197/94, de 01/03/1994 (Relator Guilherme da Fonseca, processo n.º 602/92)

- Acórdão n.º 198/94, de 01/03/1994 (Relator Guilherme da Fonseca, processo n.º 738/92)
- Acórdão n.º 231/94, de 09/03/1994 (Relator António Vitorino, processo n.º 232/93)
- Acórdão n.º 529/94, de 28/09/1994 (Relator Bravo Serra, processo n.º 173/93)
- Acórdão n.º 76/95, de 21/02/1995 (Relator Bravo Serra, processo n.º 368/94)
- Acórdão n.º 79/95, de 21/02/1995 (Relator Bravo Serra, processo n.º 544/94)
- Acórdão n.º 673/95, de 23/11/1995 (Relator Guilherme da Fonseca, processo n.º 405/94)
- Acórdão n.º 563/96, de 10/04/1996 (Relator Tavares da Costa, processo n.º 198/93)
- Acórdão n.º 1007/96, de 08/10/1996 (Relator Luís Nunes de Almeida, processo n.º 279/95)
- Acórdão n.º 1186/96, de 20/11/1996 (Relator Fernando Alves Correia, processo n.º 130/95)
- Acórdão n.º 1188/96, de 20/11/1996 (Relator Messias Bento, processo n.º 72/96)
- Acórdão n.º 353/98, de 12/05/1998, (Relator Messias Bento, processo n.º 85/97)
- Acórdão n.º 571/98, de 07/10/1998 (Relator Bravo Serra, processo n.º 515/97)
- Acórdão n.º 345/99, de 15/06/1999 (Relator Sousa e Brito, processo n.º 996/98)
- Acórdão n.º 367/99, de 16/06/1999 (Relatora Maria Helena Brito, processo n.º 146/98)

- Acórdão n.º 409/99, de 29/06/1999 (Relator Vítor Nunes de Almeida, processo n.º 793/97)
- Acórdão n.º 189/00, de 28/03/2000 (Relator Bravo Serra, processo n.º 617/99)
- Acórdão n.º 319/2000, de 21/06/2000 (Relatora Maria dos Prazeres Pizarro Beleza, processo n.º 521/99)
- Acórdão n.º 518/00, de 29/11/2000 (Relator Artur Maurício, processo n.º 362/00)
- Acórdão n.º 187/01, de 02/05/2001 (Relator Paulo Mota Pinto, processo n.º 120/95)
- Acórdão n.º 255/01, de 29/05/2001 (Relator Sousa e Brito, processo n.º 410/00)
- Acórdão n.º 412/02, de 10/10/2002 (Relator Artur Maurício, processo n.º 124/02)
- Acórdão n.º 232/2003, de 13/05/2003 (Relator Rui Moura Ramos, processo n.º 306/03)
- Acórdão n.º 614/2003, de 12/12/2003 (Relator Paulo Mota Pinto, processo n.º 684/03)
- Acórdão n.º 148/2004, de 10/03/2004 (Relatora Maria Fernanda Palma, processo n.º 88/00)
- Acórdão n.º 96/2005, de 23/02/2005 (Relator Paulo Mota Pinto, processo n.º 682/02)
- Acórdão n.º 282/2005, de 25/05/2005 (Relator Benjamim Rodrigues, processo n.º 1057/04)
- Acórdão n.º 386/2005, de 13/07/2005 (Relator Benjamim Rodrigues, processo n.º 947/04)
- Acórdão n.º 676/2005, de 06/12/2005 (Relator Benjamim Rodrigues, processo n.º 377/05)

- Acórdão n.º 395/2006, de 27/06/2006 (Relator Benjamim Rodrigues, processo n.º 171/06)
- Acórdão n.º 437/2006, de 12/07/2006 (Relator Vítor Gomes, processo n.º 349/05)
- Acórdão n.º 82/2007, de 06/02/2007 (Relator Paulo Mota Pinto, processo n.º 461/06)
- Acórdão n.º 69/2008, de 31/01/2008 (Relatora Maria Lúcia Amaral, processo n.º 240/2007)
- Acórdão n.º 184/2008, de 12/03/2008 (Relatora Maria Lúcia Amaral, processo n.º 614/2007)
- Acórdão n.º 491/2008, de 07/10/2008 (Relator Benjamim Rodrigues, processo n.º 1091/07)
- Acórdão n.º 12/2012, de 12/01/2012 (Relator Carlos Pamplona de Oliveira, processo n.º 567/10)
- Acórdão n.º 329/2012, de 27/06/2012 (Relatora Maria Lúcia Amaral, processo n.º 893/2011)
- Acórdão n.º 353/2012, de 05/07/2012 (Relator João Cura Mariano, processo n.º 40/12)
- Acórdão n.º 187/2013, de 05/04/2013 (Relator Carlos Fernandes Cadilha, processo n.º 2/2013, 5/2013, 8/2013 e 11/2013)
- Acórdão n.º 622/2013, de 26/09/2013 (Relator Pedro Machete, processo n.º 143/13)
- Acórdão n.º 641/2013, de 07/10/2013 (Relatora Maria de Fátima Mata-Mouros, processo n.º 345/13)
- Acórdão n.º 93/2014, de 28/01/2014 (Relator João Cura Mariano, processo n.º 870/12)
- Acórdão n.º 482/2014, de 25/06/2014 (Relatora Maria de Fátima Mata-Mouros, processo n.º 663/2013)

1.3 – Supremo Tribunal de Justiça¹⁰²⁶

- Acórdão de uniformização de jurisprudência n.º 13/96, de 15/10/1996 (Relator Lopes Pinto, processo 087641)
- Acórdão de 23/10/2003 (Relator Quirino Soares, processo 03B3145)
- Acórdão de 12/06/2008 (Relator Oliveira Mendes, processo 08P1771)
- Acórdão de 27/11/2008 (Relator Pires da Rosa, processo 08B3522)
- Acórdão de 22/04/2009 (Relator Vasques Dinis, processo 08P3040)
- Acórdão de 10/03/2011 (Relator Lopes do Rego, processo 5961/09.1TVLSB.L1.S1)
- Acórdão de 17/06/2011 (Relator Sebastião Póvoas, processo 6/10.1TVPRT.P1.S1)
- Acórdão de 12/07/2011 (Relator Lopes do Rego, processo 170751/08.7YIPRT.L1.S1)
- Acórdão de 11/10/2011 (Relator Paulo Sá, processo 6/10.1TVPRT.P1.S1)
- Acórdão de 12/10/2011 (Relator Fernandes da Silva, processo 343/04.4TTBCL.P1.S1)

1.4 – Tribunais da Relação¹⁰²⁷

1.4.1 – Tribunal da Relação de Lisboa

¹⁰²⁶ A citação dos acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça é feita da seguinte forma: data do acórdão, relator e n.º de processo. Todos os acórdãos indicados estão disponíveis em <http://www.dgsi.pt/>.

¹⁰²⁷ A citação dos acórdãos dos vários Tribunais da Relação é feita da seguinte forma: data do acórdão, relator e n.º de processo. Salvo indicação em contrário, todos os acórdãos indicados estão disponíveis em <http://www.dgsi.pt/>.

- Acórdão de 26/01/1994 (Relator Mamede da Cruz, processo 0090754)
- Acórdão de 18/05/2004 (Relator Jorge Santos, processo 3094/2004-7)¹⁰²⁸
- Acórdão de 13/01/2010 (Relatora Paula Sá Fernandes, processo 373/09.0TTLSB.L1-4)
- Acórdão de 30/09/2010 (Relator António Valente, processo 5961/09.1TVLSB.L1-8)
- Acórdão de 11/01/2011 (Relator Abrantes Geraldês, processo 3539/08.6TVLSB.L1-7)
- Acórdão de 23/01/2013 (Relatora Isabel Tapadinhas, processo 1442/11.1TTLSB.L1-4)
- Acórdão de 03/12/2013 (Relator Eurico Reis, processo 383/13.2YRLSB-1)
- Acórdão de 29/05/2014 (Relatora Ana de Azeredo Coelho, processo 223/12.0 TBVFC-A.L1-6)
- Acórdão de 24/03/2015 (Relatora Isabel Fonseca, processo 7666/13.0TBOER.L1-1)
- Acórdão de 16/04/2015 (Relatora Maria de Deus Correia, processo 2545-11.8TVLSB.L1)
- Acórdão de 05/11/2015 (Relator Carlos Marinho, processo 2672-14.0T8LSB.L1-6)

1.4.2 – Tribunal da Relação do Porto

¹⁰²⁸ A versão integral do acórdão encontra-se publicada na *Coleção de Jurisprudência*, 2004, tomo III, pp. 76 a 81, bem como em ANTÓNIO SAMPAIO CAMELO, “Jurisprudência comentada...”, *cit.*, pp. 9 a 25, seguido de anotação pelo citado Autor.

- Acórdão de 31/01/2011 (Relator Caimoto Jácome, processo 6.10.1TVPRT.P1), in *Colectânea de Jurisprudência*, 2011, tomo I, pp. 191 e ss.

1.4.3 – Tribunal da Relação de Coimbra

- Acórdão de 04/05/2010 (Relator Emídio Costa, processo 150/08.5TBIDN.C1)
- Acórdão de 19/12/2012 (Relatora Albertina Pedroso, processo 477/11.8TBACN.C1)

1.4.4 – Tribunal da Relação de Évora

- Acórdão de 13/04/2004 (Relator Manuel Nabais, processo 971/04-1)

1.5 – Tribunais Administrativos¹⁰²⁹

1.5.1 – Supremo Tribunal Administrativo

- Acórdão de 29/04/2003 (Relatora Fernanda Xavier, processo 01500/02)
- Acórdão de 23/11/2011 (Relator Ascensão Lopes, processo 0643/11)

1.5.2 – Tribunais Centrais Administrativos

- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte de 12/10/2012 (Relatora Maria Fernanda Antunes Aparício Duarte Brandão, processo 02369/07.7BEPRT)
- Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul de 25/05/2004 (Relator Casimiro Gonçalves, processo 01330/03)

¹⁰²⁹ A citação dos acórdãos dos tribunais administrativos é feita da seguinte forma: data do acórdão, relator e n.º de processo. Todos os acórdãos indicados estão disponíveis em <http://www.dgsi.pt/>.

1.6 – Pareceres do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República¹⁰³⁰

- Parecer n.º P000232003 (data da votação de 23/10/2003, Relator Manuel Matos)
- Parecer n.º P000802003 (data da votação de 15/01/2004, Relatora Fernanda Maçãs)
- Parecer n.º P000192010 (data da votação de 17/02/2011, Relator Leones Dantas)

2 – JURISPRUDÊNCIA EUROPEIA

2.1 – Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e (anterior) Comissão Europeia dos Direitos do Homem¹⁰³¹

- *Caso Deweer v. Belgium*, de 27/02/1980 (queixa n.º 6903/75)
- *Caso Bramelid and Malmström v. Sweden*, de 12/12/1983 (queixas n.ºs 8588/79 e 8589/79)
- *Caso Lithgow and others v. The United Kingdom*, de 08/07/1986 (queixas n.ºs 9006/80, 9262/81, 9263/81, 9265/81, 9266/81, 9313/81 e 9405/81)
- *Caso Håkansson and Stureson v. Sweden*, de 21/02/1990 (queixa n.º 11855/85)
- Decisão da Comissão Europeia dos Direitos do Homem proferida no âmbito do *caso Nordström-Janzon and Nordström-Lehtinen v. the Netherlands*, de 27/11/1996 (queixa n.º 28101/95)

¹⁰³⁰ A citação dos pareceres do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República é feita da seguinte forma: n.º de parecer, data da votação e relator. Todos os pareceres indicados estão disponíveis em <http://www.dgsi.pt/>.

¹⁰³¹ A citação dos acórdãos do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, bem como da decisão da (anterior) Comissão Europeia dos Direitos do Homem, é feita da seguinte forma: referência ao nome do caso, data e n.º de queixa. Todos os acórdãos (e a mencionada decisão) indicados estão disponíveis em <http://www.echr.coe.int/Pages/home.aspx?p=home>.

- *Caso Suovaniemi and others v. Finland*, de 23/02/1999 (queixa n.º 31737/96)
- *Caso TRANSADO - Transportes Fluviais do Sado, S.A. v. Portugal*, de 16/12/2003 (queixa n.º 35943/02)
- *Caso Regent Company v. Ukraine*, de 03/04/2008 (queixa n.º 773/03)

2.2 – Tribunal de Justiça da União Europeia

- Acórdão de 12/06/2014 (processo C-377/13), *in* http://curia.europa.eu/jcms/jcms/j_6/ – *caso Ascendi*

3 – JURISPRUDÊNCIA ESTRANGEIRA

3.1 – Alemanha

- Acórdão do *Kammergericht* de Berlim de 21/04/2008 (processo n.º 20 SCHH 4/07), *in* *NJW*, 2008, pp. 2719 e 2720
- Acórdão do *Oberlandesgericht* de Frankfurt de 16/09/2010 (processo n.º 26 SchH 05/10), *in* <http://www.dis-arb.de/de/47/datenbanken/rspr/olg-frankfurt-am-az-26-schh-05-10-datum-2010-09-16-id1086>
- Acórdão do *Oberlandesgericht* de Munique, de 15/01/2015 (processo n.º U 1110/14 Kart), *in* http://www.schertzbergmann.de/aktuelles/150115_OLG-Muenchen_U1110-14-Kart.pdf – *caso Pechstein*

3.2 – Austrália

- Acórdão do High Court de 07/04/1995, *in* *Arbitration International*, The Journal of the London Court of International Arbitration, vol. 11, n.º 3, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1995, pp. 235 a 264 – *caso Esso Australia Resources Ltd. and others vs. The Honourable Sidney James Plowman and others*

3.3 – França

- Acórdão da *Cour d'appel* de Paris de 21/10/1983, in *Revue de l'Arbitrage*, Comité Français de l'Arbitrage, vol. 1984, Paris, 1984, pp. 98 a 114 (com anotação de ANDRÉ CHAPELLE) – *caso Dow Chemical vs. Isover Saint Gobain*
- Acórdão da *Cour d'appel* de Paris de 05/05/1989, in *Revue de l'Arbitrage*, Comité Français de l'Arbitrage, vol. 1989, n.º 4, Paris, 1989, pp. 723 a 727 – *caso Dutco*¹⁰³²
- Acórdão da *Cour de Cassation* de 07/01/1992, in *Revue de l'Arbitrage*, Comité Français de l'Arbitrage, vol. 1992, n.º 3, Paris, 1992, pp. 470 a 472 – *caso Dutco*¹⁰³³
- Acórdão do *Tribunal de Grande Instance* de Paris de 07/12/1994, in *Revue de l'Arbitrage*, Comité Français de l'Arbitrage, vol. 2000, n.º 1, Paris, 2000, pp. 116 a 127 (com anotação de ERIC LOQUIN) – *caso Bouygues*
- Acórdão da *Cour d'appel* de Paris de 17/02/2011 (processo 09/28533, 09/28535 e 09/28541), in *Revue de l'Arbitrage*, Comité Français de l'Arbitrage, vol. 2011, n.º 1, Paris, 2011, pp. 286 e 287 – *caso Dallah*

3.4 – Reino Unido

- *R v Sussex Justices, Ex parte McCarthy* (King's Bench Division), de 09/11/1923, in *All England Law Reports*, 233, 1 K. B., 1924, pp. 256 a 260
- Acórdão do *Supreme Court* do Reino Unido de 03/11/2010 (processo 2010 UKSC 46), in <http://www.bailii.org/> – *caso Dallah*

¹⁰³² O acórdão encontra-se igualmente publicado no *ASA Bulletin*, Association Suisse de l'Arbitrage, vol. 7, n.º 2, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1989, pp. 226 a 230, e, ainda, parcialmente traduzido em inglês, no *Yearbook Commercial Arbitration*, International Council for Commercial Arbitration, vol. XV, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1990, pp. 124 a 127.

¹⁰³³ O acórdão encontra-se, ainda, parcialmente traduzido em inglês no *Yearbook Commercial Arbitration*, International Council for Commercial Arbitration, vol. XVIII, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1993, pp. 140 a 142.

3.5 – Suíça

- Acórdão do *Tribunal fédéral* de 16/05/1983, in *ASA Bulletin*, Association Suisse de l'Arbitrage, vol. 2, n.º 4, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 1984, pp. 203 a 206 – *caso Westland Helicopters*
- Acórdão do *Tribunal fédéral* de 07/04/2014 (processo 4A_450/2013), in *ASA Bulletin*, Association Suisse de l'Arbitrage, vol. 33, n.º 1, Kluwer Law International, Alphen aan den Rijn, 2015, pp. 160 a 187

ÍNDICE

Nota prévia.....	7
Modo de citar e outros esclarecimentos.....	9
Abreviaturas e siglas.....	11
Resumo.....	17
Abstract.....	19
1 – Introdução.....	21
1.1 – O problema.....	21
1.2 – Plano de exposição.....	43
2 – O princípio da igualdade das partes no ordenamento jurídico português – importância e evolução do conceito.....	49
2.1 – A ideia de igualdade e a sua evolução histórica.....	49
2.2 – O princípio da igualdade na Constituição da República Portuguesa.....	67
2.3 – O princípio da igualdade das partes no Direito Processual Civil.....	93
3 – O princípio da igualdade das partes na arbitragem.....	113
3.1 – A importância do princípio da igualdade das partes como corolário do direito ao processo equitativo.....	114
3.2 – A importância do princípio da igualdade das partes ao nível da constituição do tribunal arbitral.....	128
3.3 – O sentido material ou substancial (e não apenas formal) do princípio da igualdade das partes.....	139

4 – O problema da constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes e o conflito com o princípio da igualdade das partes.....	145
4.1 – O problema específico.....	145
4.1.1 – Questões prévias.....	145
4.1.2 – A origem do problema: o caso Dutco.....	153
4.1.2.1 – Descrição do caso.....	156
4.1.2.2 – O acórdão da Cour de Cassation francesa de 7 de Janeiro de 1992.....	163
4.1.2.2.1 – Críticas. A necessidade de se proceder a uma análise de interesses das partes: interesses convergentes ou não conflitantes vs. interesses divergentes ou conflitantes.....	168
4.1.2.3 – As repercussões do caso Dutco.....	177
4.1.2.3.1 – Repercussões dentro da CCI: o método da nomeação conjunta e a possibilidade de nomeação da totalidade dos árbitros.....	179
4.1.2.3.2 – Repercussões fora da CCI.....	189
4.2 – Os problemas de fundo.....	196
4.2.1 – A origem contratual da arbitragem voluntária.....	197
4.2.2 – As (aparentes) dificuldades de compatibilização do direito ao processo equitativo com a arbitragem.....	204
4.2.3 – A indeterminação do conceito e alcance do princípio da igualdade das partes.....	216
5 – A solução consagrada na LAV.....	219

5.1 – Questão prévia: a pluralidade de partes no Direito Processual Civil e na LAV. As dificuldades na transposição dos conceitos de litisconsórcio, coligação e intervenção de terceiros.....	221
5.2 – A constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes inicial (artigo 11.º da LAV).....	248
5.2.1 – O método da nomeação conjunta.....	254
5.2.2 – Consequências da não nomeação conjunta.....	267
5.2.2.1 – A intervenção do tribunal estadual competente....	267
5.2.2.2 – A nomeação do árbitro em falta ou a nomeação da totalidade dos árbitros.....	273
5.3 – A constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes sucessiva, resultante da intervenção de terceiros (artigo 36.º, n.ºs 2 e 6, da LAV).....	289
5.3.1 – Os problemas da intervenção de terceiros no processo arbitral.....	289
5.3.2 – A intervenção de terceiros e o respeito pelo princípio da igualdade das partes na constituição do tribunal arbitral.....	297
5.4 – A possibilidade de as partes regularem de modo diferente a constituição do tribunal arbitral em caso de pluralidade de partes....	302
5.5 – A solução da LAV no contexto do direito comparado.....	309
6 – Conclusão e posição adoptada.....	325
Bibliografia.....	331
Jurisprudência.....	407
Índice.....	421

